Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 06 | Poder Judiciário | Recife, sábado 10 de janeiro de 1998

Presidente do TJ inaugura fóruns

O fórum mais recentemente inaugurado pelo presidente Waldemir Lins foi o de Triunfo

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, inaugura cerca de vinte e dois fóruns em todo o Estado. As regiões Metropolitana, Agreste e Sertão serão contempladas com os novos prédios que vão funcionar como sede do Poder Judiciário nas Comarcas.

As viagens de inauguração, programadas pela Presidência do TJPE, começam a ser realizadas segunda-feira. As Comarcas de São Lourenço, Nazaré da Mata e Feira Nova serão as primeiras contempladas. Na quarta-feira, será a vez de inaugurar a construção dos prédios de Lajedo e Jupi e as reformas realizadas em Garanhuns, Quipapá, Capoeiras e Tacaratu.

De acordo com Waldemir Lins, o objetivo das obras é dotar as várias Comarcas do Poder Judiciário de melhores condições de atendimento à população pernambucana. Consta também da programação, para o final de semana, a instalação de novas Varas em Petrolina. Já em Salgueiro, o presidente do TJPE inaugura o fórum e recebe um título de cidadão concedido pela Câmara de Vereadores do município.

Na Região Metropolitana, as construções de fóruns em Paulista, Jaboatão e Cabo serão também inauguradas. Timbaúba, Aliança, Ribeirão, Moreno, Caruaru, Tabira, Riacho das Almas e Bonito são os municípios que também foram contemplados com a restauração e construção dos prédios que abrigam a Justiça.

Segundo o secretário de Planejamento do Tribunal de Justiça, Leovegildo Mota, as obras foram realizadas com investimentos próprios do TJPE. Com as inaugurações programadas, o presidente Waldemir Lins concretiza sua meta de dotar o Poder Judiciário de melhores condições de funcionamento, por meio de uma prestação jurisdicional mais eficiente, com cerca de quarenta obras realizadas, entre construção e reforma de fóruns.

Novos juízes assumem Comarcas

Mais trinta dos candidatos aprovados em concurso público para exercerem o cargo de atendente judiciário de 3ª Entrância foram nomeados pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins. O objetivo é suprir as necessidades de recursos humanos no TJPE. Também com a meta de preencher a lacuna existente no quadro da magistratura, Waldemir Lins já designou trinta juízes recém empossados no cargo para suas respectivas Comarcas.

A designação dos juízes é resultado de um concurso iniciado em dezembro de 1993, quando foi publicado o edital, e homologado em dezembro do ano passado. Dos candidatos aprovados, vinte e nove foram designados para assumir Comarcas em todo o Estado, com o objetivo de preencher, prioritariamente, os cargos vagos na 1ª Entrância:

Janduhy Finizola da Cunha Filho – Santa Maria do Cambucá
Silvia Virgínia F. de A. Batista – Chã Grande
Patrícia Rodrigues Ramos Galvão – Joaquim Nabuco
Nélia Navais Henriques - São José da Coroa Grande
José Henrique Coelho Dias da Silva – Poção
Nildo Nery dos Santos Filho – Jurema
Roberta Viana Jardim – Ibimirim
Ildete Veríssimo de Lima – Tacaratu
Arnaldo Spera Ferreira Júnior – Carnaíba
Valdereys Ferraz T. de Oliveira – Belém de Maria
Urraquitan José dos Santos – Águas Belas
Sônia Stamford Gaspar – Calçados
Zélia Maria Pereira de Melo – Flores
José Gilmar da Silva – Petrolândia
Helenita Ramos da Silva – Alagoinha
Tomás de Aquino P. de Araújo – Inajá
Drauternani Melo Fantaleão – Itaíba
Ricardo da Costa Freitas – Parnamirim
Edilson Rodrigues Moura – Floresta
Carlos Gean Alves dos Santos – Exu
Izilda Maria de Abreu D. Câmara – Tuparetama
Edina Maria Brandão de B. Correia – Betânia
Nehemias de Moura Tenório – Cabrobó
Nicole de Faria Neves Borges – Trindade
Cláudio Malta de Sá B. Sampaio– Ipubi
Virgínia Gaudêncio de Novais – Terra Nova
Hydia Virgínia C. de Landim Farias – Belém do São Francisco
Carlos Eugênio de C. Montenegro – Morelândia

Com a designação dos juízes, o presidente Waldemir Lins teve o objetivo de suprir as vagas existentes na magistratura pernambucana

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.cs.ufpe.br/~diario/

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 08 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira 14 de janeiro de 1998

Waldemir prossegue com inaugurações

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, dá prosseguimento hoje à série de inaugurações de fóruns pelo interior do Estado. As comarcas de Quipapá, Lajedo, Jupi, Garanhuns, Capoeiras e Tacaratu recebem os novos prédios do Judiciário.

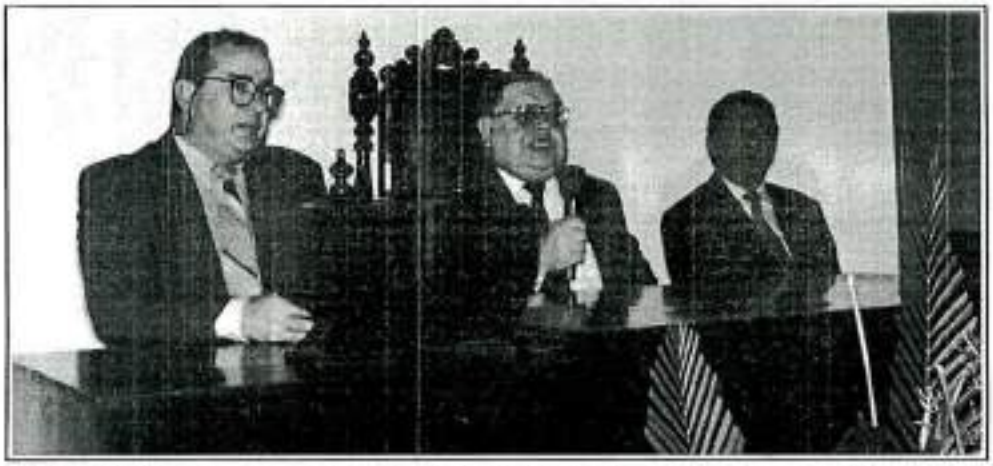
Na segunda-feira passada, o presidente do TJ iniciou o roteiro de inaugurações de fóruns e residências oficiais de magistrados pelo interior do Estado, que prosseguirá até o final deste mês. São Lourenço da Mata foi a primeira comarca visitada pelo desembargador Waldemir Lins e sua equipe de assessores.

O juiz da comarca, Alexandre Sena, recebeu o presidente e sua comitiva na residência oficial do magistrado, que passou por uma reforma. O juiz agradeceu ao chefe do Poder Judiciário estadual pela ajuda e o esforço para dotar a casa oficial do juiz da comarca de condições de moradia.

Fórum- Em Nazaré da Mata, o desembargador-presidente entregou o fórum da comarca à comunidade nazarena totalmente restaurado. Construído em 1936, o fórum "Ministro Djalma Tavares da Cunha Melo" não passava por uma reforma há cerca de 30 anos.

O desembargador Waldemir Lins, acompanhado do assessor especial da presidência, juiz Gabriel Cavalcanti Filho, e do secretário de Planejamento, Administração e Interior do TJPE, Leovegildo Mota, foi recebido pelo juiz da comarca e diretor do Fórum, Carlos Alberto Maranhão.

O evento contou ainda com a presença do prefeito do município, Jaime Correia, prefeito de Aliança, Carlos Freitas, promotor de Justiça, Djalma Câmara, advogados, autoridades municipais, servidores da Justiça e população em geral.



Des. Waldemir Lins, ladeado pelo juiz Carlos Maranhão e prefeito Jaime Correia, inaugurou fórum de Nazaré da Mata

O Fórum de Nazaré foi totalmente restaurado pelo Tribunal de Justiça

Presidente assina ata, ao lado da juíza da comarca de Feira Nova, declarando inauguradas as novas instalações do fórum

Comarca de 2ª Entrância, tendo como Termos Judiciários Tracunhaém e Buenos Aires, Nazaré tem agora um fórum praticamente novo, pois ganhou pintura nova, foi colocado novo forro e trocada toda a fiação, ganhou fone, fax, ventiladores e ar condicionado (sala do juiz e de audiências), além do gradeamento externo, feito em colaboração com a comunidade local.

"Sempre tenho dito que a Justiça não necessita de grandes edifícios para ser exercida, mas que precisa apenas de um espaço físico apropriado para o seu exercício. Hoje estou alegre porque Nazaré pode contar com um fórum adequado", disse o presidente do TJ em seu discurso.

Feira Nova- Após a inauguração em Nazaré da Mata, foi a vez da comarca de Feira Nova. O presidente inaugurou as novas instalações do Fórum "Jesuíno Alves Ferreira" na presença da juíza Maria da Conceição Silva, prefeito do município, José Aguiar da Silva, presidente da Câmara, vereador Joel Cândido Gonzaga, servidores da Justiça e convidados.

"Somada às outras, esta obra abrilhanta ainda mais a administração do desembargador Waldemir Lins à frente do Tribunal de Justiça", afirmou a juíza da comarca em seu pronunciamento.

O chefe do Poder Judiciário disse que a Justiça, com o fórum restaurado, "presta um serviço relevante à população da melhor forma, num espaço adequado para o reconhecimento dos seus direitos". "Congratulo-me com todos que se engajaram na reforma deste prédio, e parabenizo o povo de Feira Nova pelo novo fórum", completou.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/dopge

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente: Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral: Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa: Lúcio Costa

Editor: Lúcio Costa

Redatores: Marcelo Gleuco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Cristina Maia

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Celso Dias

Redação: Fórum Paulo Rolim - 2º andar - Nº Anexo - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224-9310/424-3815 - R. 308 - Fax (081) 224-9311

E-mail: [illegible]

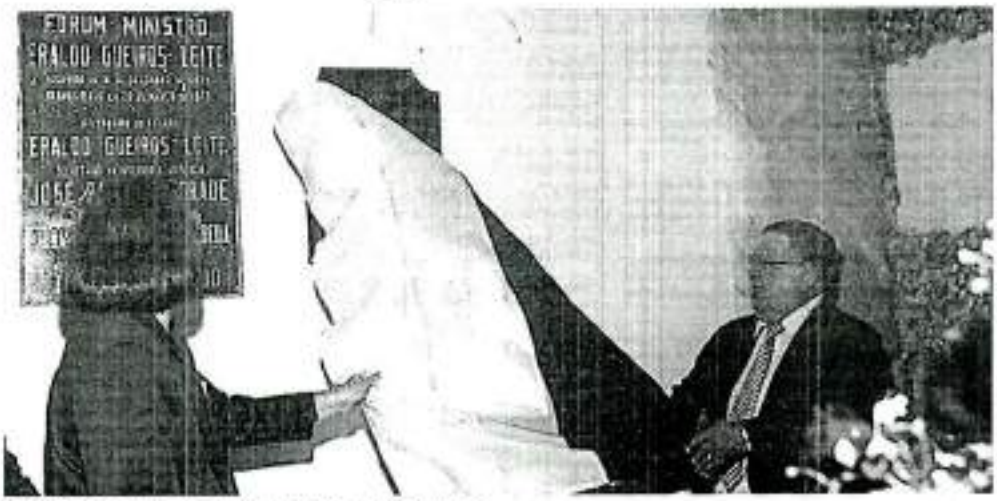
Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 10 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 16 de janeiro de 1998

Zona da Mata e Agreste

Presidente inaugura fóruns

Quipapá, Lajedo, Jupi, Garanhuns, Capoeiras e Tacaratu foram os municípios contemplados com a implementação de novos fóruns. Em apenas um dia, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, percorreu as regiões da Zona da Mata e Agreste para entregar à população os novos prédios que vão funcionar como sede do Poder Judiciário nas Comarcas.



Presidente inaugurou a reforma do fórum de Garanhuns

A cidade de Quipapá, localizada na Zona da Mata Sul, com 35 mil habitantes, recebeu o prédio do fórum completamente restaurado. O juiz da Comarca, Edson José de Andrade, ressaltou a importância do evento para comunidade e destacou ainda a atuação do presidente Waldemir Lins à frente do Tribunal de Justiça, que completa cerca de 40 obras realizadas em todo o Estado. Durante a inauguração, o prefeito Djalma Correia de Lima passou a escritura pública de doação do prédio ao Poder Judiciário.

Em ritmo de maratona, o presidente seguiu ainda para inauguração do fórum de Lajedo, construído em um período de 10 meses, para atender às necessidades da Comarca onde tramitam cerca de 500 processos, entre cíveis e criminais. Durante o evento, foi inaugurado ainda, simbolicamente, o fórum de Jupi.

A última solenidade realizada foi a de Garanhuns. O presidente Waldemir Lins inaugurou simbolicamente as sedes das Comarcas de Tacaratu e Capoeiras, afirmando que o espaço físico é importante para oferecer melhores condições de funcionamento para uma prestação jurisdicional eficiente.

Lajedo: Presidente Waldemir Lins e o juiz Júlio César Santos inauguram novo fórum

Prefeito de Quipapá entrega a escritura de doação pública do prédio

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente: Des. Arthur Rio dos Santos Neto

Corregedor-Geral: Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa: Lúcio Costa

Editor: Lúcio Costa

Redatores: Marcos Glauco, Roberto Tavares, Christiane Alcântara e Clarisse Maia

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Celeste Dias

Redação: Fênix Paula Baltar - 7º andar - 52 Anexo - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3550/3624.3911 - R. 300 - Fax: (081) 224.3553

E-mail: ...@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/fisepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 13 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 21 de janeiro de 1998

Paulista ganha novo fórum

"Nos últimos dez dias inauguramos oito fóruns pelo interior do Estado. E até o final do mês, quando se encerra minha gestão, serão inauguradas ainda as novas instalações de nove fóruns", disse o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, ao discursar na inauguração do Fórum de Paulista.

O chefe do Poder Judiciário disse que há muito o povo de Paulista reclamava por um novo Fórum. "A inauguração deste prédio representa um ato gratificante para mim, pois agora o fórum está compatível com o desenvolvimento da cidade", ressaltou.

Waldemir Lins falou que o Judiciário tem buscado, de forma conseqüente, séria e obstinada, cumprir sua missão, dando respostas concretas às crescentes demandas da população. Ele citou a questão da informática no auxílio aos serviços da Justiça, lembrando que em sua administração à frente do Judiciário estadual foram instalados mais de 200 novos computadores, dando maior agilidade e eficiência aos trabalhos nos fóruns, varas e juizados especiais.

Num rápido balanço sobre sua gestão no TJ, o desembargador Waldemir Lins lembrou ainda que a precariedade das instalações do Judiciário - citada inclusive em livro - tem sido combatida e enfrentada com muita dedicação e esforço. "Inauguramos mais de 55 obras nesses dois últimos anos, contando inclusive com a restauração do Palácio da Justiça, um presente para todos os pernambucanos", afirmou.

Mas, ao final do seu discurso, o presidente do TJ advertiu. "A Justiça, é claro, não se resume a um espaço físico adequado de um fórum. É, sobretudo, o que tem dentro destes prédios. É o exercício da máquina administrativa de forma séria, serena e obstinada, na busca do direito de todos".

Vitória - "Uma conquista da sociedade de Paulista e uma vitória da gestão do desembargador Waldemir Lins". Essa foi a definição dada pelo juiz diretor em exercício do fórum da comarca, Adjar Francisco de Assis Júnior, quando da inauguração do novo fórum. Segundo ele, a inauguração solidifica ainda mais a autonomia do Judiciário, tornando-o mais forte. "É um avanço para a comarca e seus jurisdicionados", finalizou.

O prefeito do município, Geraldo Pinho Alves, disse que Paulista, hoje com mais de 400 mil habitantes, reclamava melhores acomodações para o Judiciário desde algum tempo. "Esse novo fórum dignifica a comarca, dando condições ideais de funcionamento para todos. Agradeço, em nome da cidade, o esforço do presidente do TJ", acrescentou.

Júri - Com sete Varas instaladas, sendo duas criminais, três cíveis, uma da Assistência Judiciária e um Juizado Especial, a comarca de Paulista ganhou também um novo Tribunal do Júri, que fica dentro do Fórum "Dr. Inajá D'Almeida Lins". De acordo com o juiz Adjar Júnior, Titular da 1ª Vara Criminal Privativa do Tribunal do Júri, onde tramitam cerca de 1.500 processos, a pauta do Júri, dadas as melhores condições que tem agora, ganhará agilidade, já tendo marcados a partir de março cerca de 15 julgamentos.

Fórum - Todos os presentes - magistrados, promotores de Justiça, advogados, deputados estaduais, vereadores, autoridades civis e militares, servidores da Justiça e convidados - à inauguração do novo Fórum de Paulista ressaltaram a qualidade das novas instalações e a unidade arquitetônica do prédio, que passa a ser um dos melhores da Região Me-

Waldemir Lins (e), prefeito Geraldo Pinho Alves e juiz Adjar Júnior descerram placa de inauguração do Fórum de Paulista

Presidente do TJ, desembargador Waldemir Lins (c): Judiciário inaugura mais nove fóruns até o final do mês

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente: Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral: Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa: Lúcio Costa

Editor: Lúcio Costa

Redatores: Marconi Glauco, Roberta Tavares, Clotildenice Alcântara e Christine Matos

Fotografia: José Barbosa

Diagramação: Cristie Dias

Redação: Fórum Paula Baptista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3553/1424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3551

E-mail: saiojpe@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/page

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 14 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 22 de janeiro de 1998

Presidente do TJPE instala Varas no Interior

Waldemir Lins instala novas Varas em Petrolina

A Comarca de Petrolina conta agora com mais duas Varas. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, instalou a 4a Vara Cível e a Vara da Fazenda Pública e afirmou que a agilidade da Justiça depende de condições favoráveis de trabalho.

O município de Salgueiro também foi beneficiado com a instalação das reformas do Fórum e da residência oficial do juiz da Comarca. Entre as solenidades realizadas, a Câmara Municipal entregou o título de cidadão a Waldemir Lins em reconhecimento aos trabalhos que o desembargador tem desempenhado como chefe do Judiciário.

Com o ritmo de inaugurações realizadas, o presidente concretiza sua meta de dotar os órgãos do TJPE de melhores condições de funcionamento, oferecendo espaços físicos apropriados para o exercício da prestação jurisdicional. Até o final deste mês, serão inaugurados 22 prédios em várias regiões do Estado.

De acordo com o assessor especial da Presidência, juiz Gabriel Cavalcanti, entre as iniciativas da gestão do desembargador Waldemir Lins, está um projeto de transformar um prédio, em que funcionava a Justiça Federal, na cidade de Petrolina, em um Fórum que comporte a instalação de órgãos do TJPE. Ano passado, por autorização do ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi publicada a portaria 268 que cede o espaço ao Poder Judiciário estadual.

Segundo o juiz Gabriel Cavalcanti, só falta agora o governador Miguel Arraes designar autoridade para solenidade de assinatura do termo de cessão do prédio para que então o TJPE passe a utilizá-lo.

O prédio que servia à Justiça Federal será cedido ao TJPE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dojpe

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente: Des. Antônio Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral: Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa: Lúcio Costa

Editor: Lúcio Costa

Redatores: Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Josué Barbosa

Diagramação: Celeste Dias

Redação: Fórum Paula Batista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/424.3611 - R. 300 - Fax: (081) 224.3531

E-mail: oficialpe@elogica.com.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 17 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 27 de janeiro de 1998

Sistema contábil agiliza prestação de contas

Waldemir Lins encerra gestão com prestação de contas em dia

É com antecipação de 90 dias que o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, presta contas de sua gestão à Assembléia Legislativa do Estado. Embora o prazo regulamentar seja 30 de abril, a Diretoria de Finanças já tem pronta toda a contabilidade do período, graças ao processo de controladoria implantado pelo diretor João Lopes da Cruz Neto.

Lopes informa que a ação em vigor coloca o Tribunal de Justiça em posição de vanguarda no setor público, no que se refere à sistemática de controle contábil. "A comprovação e prestação de contas, de responsabilidade constitucional, se caracteriza pela informação diária, mensal, trimestral, semestral e anual".

Os documentos, devidamente encadernados, e que serão mantidos por um período de cinco anos, conforme a legislação em vigor, constituem a Biblioteca da Gestão. O processo, que começou a ser implantado durante a administração passada, quando as responsabilidades financeiras do Tribunal foram desvinculadas da conta única do Estado, foi consolidado durante a atual gestão.

Aprovação - Aprovadas pela Assembléia, as três últimas prestações de contas do Tribunal de Justiça, já dentro da nova sistemática, receberam da Comissão de Finanças daquele órgão legislativo do Estado parecer exaltando a qualidade do trabalho desenvolvido, "devendo servir de exemplo aos demais órgãos da administração pernambucana."

Dentre os objetivos da ação de controladoria, segundo o diretor João Lopes da Cruz Neto, figura a agilidade das informações e a pontualidade dos pagamentos a magistrados, funcionários, fornecedores e prestadores de serviços, com destaque para os estabelecimentos bancários responsáveis pelo gerenciamento dos recursos do TJ.

Responsável pela implantação do sistema, João Lopes da Cruz Neto retoma, em fevereiro, atividades no magistério e intensifica suas pesquisas científicas no campo das ciências contábeis

Lins inaugura fóruns e recebe título

Fórum de Paulista, o mais moderno do Estado: destaque entre os fóruns inaugurados pela administração do desembargador Waldemir Lins

Em sua última semana à frente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o desembargador Waldemir Oliveira Lins continua com sua agenda de inaugurações cheia. Ontem, o presidente entregou os novos fóruns das comarcas de Timbaúba e Aliança. Hoje, às 15h30 será a vez do povo de Moreno receber as novas instalações do fórum local.

Logo após, o desembargador-presidente segue com sua comitiva de assessores até a comarca de Ribeirão, onde será inaugurada a nova sede do Judiciário no município. Às 18h30, o município de Palmares, através de sua Câmara de Vereadores, homenageia o desembargador Waldemir Lins com o Título de Cidadão, pelos relevantes serviços prestados ao município.

Meta - As inaugurações de fóruns seguem até a próxima sexta-feira, totalizando, só este mês, mais de vinte novos fóruns entregues à população. A meta da administração do desembargador Waldemir Lins de dotar o Poder Judiciário na Região Metropolitana e no interior do Estado de melhores condições de funcionamento foi plenamente alcançada, totalizando mais de 50 obras entregues no biênio 96/97. Como destaque, além da restauração do Palácio da Justiça, está a inauguração do fórum de Paulista, o mais moderno do Estado - sua construção seguiu as mais avançadas normas de segurança.

Juizado funciona em novo prédio

Prédio reformado é mais uma obra entregue pelo des. Waldemir Lins

O V Juizado Especial Cível do Recife ganhou novo endereço e novas instalações. A inauguração do novo prédio do Juizado da Boa Vista - mais uma obra da administração do desembargador Waldemir Lins - foi feita pelo coordenador dos Juizados no Estado, juiz Paulo Roberto da Silva, representando na ocasião o presidente do TJPE, que estava participando do Encontro de Presidentes de TJs, em Brasília.

Localizado agora no número 420 da Rua Marquês do Amorim, no bairro da Boa Vista (funcionava anteriormente nessa mesma rua), o juizado ganhou melhores e novas instalações, agilizando os serviços e aperfeiçoando o atendimento ao público que procura aquele órgão do Poder Judiciário.

Segundo a coordenação, serão instalados mais dois computadores no Juizado. Com isso, o atendimento aos jurisdicionados melhora e o próprio Juizado passa a ter um controle mais efetivo sobre os 10 processos, em média, que chegam ao órgão diariamente.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dosepe

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Waldemir Oliveira Lins
Vice-Presidente: Des. Arthur Pio dos Santos Neto
Corregedor-Geral: Des. Itamar Pereira da Silva
Assessor de Imprensa: Lúcio Costa
Editor: Lúcio Costa
Redatores: Marcos Chaves, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Maia
Fotografia: José Barbosa
Diagramação: Celeste Dias
Redação: Fórum Paula Batista - 7º andar - Sé/Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/4034.3811 - R. 308 - Fax: (081) 224.3551
E-mail: asimp@elogica.com.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 18 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 28 de janeiro de 1998

Timbaúba e Aliança recebem fóruns novos

Waldemir Lins discursa na inauguração do Fórum de Aliança

Um belo edifício abriga, agora, o Fórum de Aliança

O presidente do TJPE (c) ouve o discurso da prefeita de Timbaúba, na inauguração do Fórum daquela comarca

As populações de Aliança e Timbaúba receberam do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, os novos Fóruns recentemente construídos para atender à demanda dos municípios. Antes trabalhando em edifícios precários, os serventuários e juízes das Comarcas passam a realizar uma prestação jurisdicional adequada às necessidades dos municípios.

Segundo a juíza Mariela Viana, Aliança é uma Comarca de 1ª Entrância com um quantitativo de 1470 processos em andamento. Ela afirmou ainda que a construção do Fórum é um passo importante para melhoria da prestação jurisdicional no município. Com recursos próprios do TJPE, o prédio foi construído, em cinco meses, em terreno doado pela Prefeitura.

Dando continuidade às inaugurações, Waldemir Lins oficializou o término das obras realizadas em Timbaúba, Comarca de 2ª Entrância, que também foi contemplada com um novo prédio. De acordo com o diretor do Fórum, Cícero Bezerra, o presidente do TJPE cumpriu a meta que havia estabelecido de dotar o Judiciário de melhores instalações para uma prestação jurisdicional adequada. O juiz ressaltou que Timbaúba é hoje uma Comarca onde tramitam 1800 processos, entre cíveis e criminais.

Obras realizadas

Com cerca de 55 obras realizadas em todo o Estado, o presidente Waldemir Lins afirmou que, durante toda a sua gestão, buscou oferecer uma nova imagem para Justiça, principalmente no interior de Pernambuco, onde as condições de funcionamento das Comarcas se apresentavam bastante precárias. Ele destacou também que, agora, já no final do seu mandato como presidente do TJPE, considera que sua meta inicial foi alcançada.

O Fórum de Timbaúba é um dos mais equipados da Zona da Mata Norte. Melhora a prestação jurisdicional

O desembargador Waldemir Oliveira Lins presidiu ontem, em seu gabinete, a solenidade em que foi formalizada a cessão de uso de um imóvel da União, em Petrolina, para o Estado, visando à utilização pelo Tribunal de Justiça. O prédio servirá à Justiça Federal e foi cedido à Justiça pernambucana. Assinaram a cessão, representando a União e o Estado, respectivamente, os procuradores Gustavo José da Costa e Silva, da Procuradoria da Fazenda Nacional, e Itamir Nóbrega, Procuradoria Geral

Presidente inaugura Fórum de Jaboatão

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, inaugura no final da tarde de hoje, o novo Fórum de Jaboatão, situado na avenida Barreto de Menezes, próximo ao centro administrativo do município.

Trata-se de uma das mais importantes obras construídas pelo TJPE, durante a atual gestão, na Região Metropolitana. Antiga reivindicação da comunidade jaboatonense, agora resgatada pelo presidente Waldemir Lins, com a colaboração da Prefeitura municipal. O Fórum de Jaboatão vai abrigar todas as Varas da Comarca e o Tribunal do Júri. São cinco Varas Cíveis, três Criminais, uma Vara da Fazenda e uma da Assistência Judiciária.

Na semana passada, Waldemir Lins inaugurou o Fórum de Paulista, que funciona no antigo centro administrativo da Fábrica de Tecidos do Município, adquirido e reformado totalmente pelo Tribunal. Na obra, foi investido mais de 1 milhão de reais. O Fórum de Paulista é o mais completo e moderno da Região Metropolitana e do interior do Estado, dotado de toda estrutura necessária ao bom funcionamento da Justiça, tanto na parte de pessoal quanto em equipamentos, sendo totalmente informatizado.

Além disso, pela sua beleza e imponência, o prédio do Fórum contribui para o embelezamento do conjunto arquitetônico do centro da cidade.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christian Matos

Fotografia:
Josué Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar - Sítio Histórico - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3533/424.3811 - R. 300 - Fax: (081)224.3531

E-mail: stor@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fazenda.pe.gov.br/cotepe

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 19 — Poder Judiciário — Recife, quinta-feira, 29 de janeiro de 1998

Waldemir Lins bate recorde de inaugurações

Waldemir Lins (e) descerrou a placa comemorativa da inauguração do Fórum de Moreno

Povo de Moreno conta agora com instalações condignas do Judiciário

Fórum Abolicionista José Mariano, em Ribeirão. Só este mês foram inaugurados 18 fóruns

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, bateu, neste mês, todos os recordes de inaugurações realizadas pelo TJPE. Em menos de 30 dias, empreendendo uma verdadeira maratona pela Região Metropolitana e Interior do Estado, entregou à população 18 fóruns, entre construídos e restaurados.

Anteontem, à frente de uma comitiva de diretores e assessores do Tribunal e magistrados, Waldemir Lins esteve nas cidades de Moreno e Ribeirão, para inaugurar os fóruns dessas comarcas, que estavam em ruínas e foram totalmente reconstruídos. Sob os aplausos dos presentes, ele destacou o trabalho desenvolvido pelo TJ, com vistas à melhorar a prestação jurisdicional.

Moreno - Numa solenidade rápida, o desembargador-presidente inaugurou as novas instalações do Fórum "Des. Agamenon Duarte Lima", da comarca de Moreno. Após o descerramento da placa alusiva ao evento, aconteceram os discursos do juiz diretor do fórum, Luiz Gomes da Rocha, do prefeito do município, Edvaldo Rufino, e do presidente do TJ, des. Waldemir Lins.

"Hoje, o fórum desta comarca é posto ao dispor do povo moreense com o redimensionamento de seus espaços, excelentes acomodações funcionais, totalmente restaurado e já contando com modernos recursos de instalações para computadores", afirmou o juiz da comarca, lembrando que há poucos meses o prédio não apresentava condições adequadas de funcionamento.

"Eis que viramos a página das instalações precárias, para ingressarmos no capítulo da modernidade, pelas mãos da gestão do desembargador Waldemir Lins", completou o magistrado, referindo-se ao trabalho desenvolvido pelo TJ nos dois últimos anos.

O prefeito do município, por sua vez, destacou a harmonia de trabalho entre os poderes como positiva, ressaltando a necessidade "de se unir esforços em benefício da população". "É grande a satisfação do povo em receber esse novo prédio", finalizou Rufino.

O desembargador Waldemir Lins disse que a reforma do prédio tinha uma destinação significativa: a melhoria da prestação jurisdicional na comarca.

Ribeirão - Ao inaugurar o Fórum de Ribeirão, batizado com o nome do Abolicionista José Mariano, Waldemir Lins fez uma retrospectiva das realizações de sua administração, informando que nada menos de 55 obras foram entregues à comunidade no biênio 96/97.

A comunidade em peso prestigiou o acontecimento, com o chefe do judiciário estadual descerrando a placa comemorativa juntamente com sua esposa, Sílvia Noronha Lins, o juiz da comarca, Antonio Carlos dos Santos, e o prefeito José de Amorim, seguindo-se sessão solene no primeiro andar do Fórum e a benção das instalações.

Juízes da Mata Sul, deputados José Múcio Monteiro e Garibaldi Gurgel, vereadores, promotores de Justiça e líderes comunitários marcaram presença em Ribeirão. O diretor do Fórum, juiz Antonio Carlos, fez discurso emocionado, lembrando a situação anterior do prédio, que não oferecia as mínimas condições de atendimento à população. "Este dia ficará na memória do povo de Ribeirão", destacou.

Cidadão dos Palmares - *Após inaugurar os fóruns de Moreno e Ribeirão, o desembargador Waldemir Lins seguiu até a cidade de Palmares, onde foi homenageado pela Câmara de Vereadores do município, recebendo o Título de Cidadão Palmarense. Juízes, deputados, promotores de Justiça, vereadores, autoridades municipais e convidados estiveram presentes à solenidade, que aconteceu no auditório Poeta Ascenso Ferreira, no Hotel Poetas dos Palmares. O secretário Judiciário do TJ, juiz Aluiz Tenório de Brito, também foi agraciado com o Título de Cidadão. Ao lado de sua esposa, o presidente do TJPE recebeu o Título das mãos do presidente da Câmara Municipal, vereador Antonio Loureiro, autor da proposição (foto). "Esse título muito me orgulha. Será um dos legados que levarei como presidente do TJ. Tudo farei para não desmerecer a generosidade da entrega", disse o desembargador ao receber o Diploma.*

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Ramiro Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marconi Gláucio, Roberta Tavares, Cristiane Alcântara e Christine Melo

Fotógrafos:
José Barbosa

Diagramação:
Gilson Dias

Redação:
Praça Paulo Baptista - 7º andar - Sto Antônio - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/3424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3531

E-mail: ioejpe@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.limpa.pe.gov.br/diario

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 20 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 30 de janeiro de 1998

Jaboatão recebe um dos mais modernos fóruns do Estado

Transformada em prédio funcional, a nova sede do Judiciário reúne condições para atendimento mais ágil

Beirando 1 milhão de habitantes, Jaboatão dos Guararapes recebeu ontem o novo Fórum da Comarca. Entregue à comunidade pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, o prédio tem quatro pavimentos e capacidade para abrigar todo o atendimento jurisdicional prestado no município.

A Justiça jaboatonense que, por falta de espaço adequado, funcionava antes em vários locais, dificultando o acesso da população, passa agora a ser prestada num único imóvel. Localizado na Avenida Barreto de Menezes, 636, Prazeres, o novo Fórum congrega 15 Varas, sendo sete cíveis, quatro criminais, duas da Fazenda e duas da Assistência Judiciária.

Além de acomodar a Procuradoria do Município, o Fórum dispõe ainda de um salão do Júri, o que vem a facilitar a pauta de julgamentos. Até então, sem espaço no prédio antigo, as sessões eram realizadas na Câmara Municipal, dependendo dos horários vagos daquela Casa Legislativa.

Doado pela Prefeitura Municipal ao Poder Judiciário, o prédio sofreu reformas em suas instalações durante três meses. Através de sua Assessoria Técnica, o Tribunal de Justiça providenciou aclimatação geral, instalação de PABX e recuperação estrutural para suportar a construção do quarto pavimento. Segundo a assessora, engenheira Rogéria Magalhães, foram gastos cerca de R$ 700 mil.

Fórum é resultado de trabalho-parceria

Com um discurso histórico, citando Jaboatão como peça fundamental para a origem brasileira, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, entregou à comunidade o novo Fórum daquele município. Anunciada como meta prioritária desde o início de sua gestão, há dois anos, a nova sede do Judiciário é resultado de parceria entre o TJ e o Poder Executivo Municipal.

O imóvel foi doado pelo prefeito Newton Carneiro há cerca de seis meses, quando o termo provisório de transferência foi assinado pelo presidente Waldemir Lins e o chefe do governo municipal. Ontem, como parte da solenidade de inauguração, a escritura definitiva de doação ao Poder Judiciário foi então passada.

O prefeito Newton Carneiro afirmou, na oportunidade, que resgatava assim um compromisso assumido perante a Justiça e a sociedade, desde que foi empossado em 1996. A decisão, segundo ele, foi tomada depois de uma "visita-surpresa" que fez ao então Fórum da Comarca, quando constatou as dificuldades de atendimento enfrentadas pelo Poder Judiciário.

A parceria foi o caminho para que o Fórum de Jaboatão viesse a funcionar em nova sede o mais rápido possível. Ao Tribunal de Justiça coube proceder as reformas e adaptações no prédio doado pela Prefeitura. A juíza Nalva Cristina, diretora do Fórum, afirmou que a entrega do imóvel à comunidade é um marco de administração e a certeza de uma melhor prestação jurisdicional.

A iniciativa, que contou com o apoio da Câmara Municipal, representa ainda o cumprimento da Lei Orgânica que determina que o Fórum deve estar localizado na sede do município, nesse caso, em Prazeres. Além de magistrados, como os desembargadores Artur Pio, Nildo Nery, Belém de Alencar, Gilberto Gondim e Carlos Xavier, a solenidade contou com a presença de políticos, secretários de governo e representantes da sociedade local.

Waldemir Lins instala cinco Varas em Jaboatão

Instaladas pelo presidente do TJ, as novas Varas representam melhor atendimento à demanda

Durante a solenidade de entrega do novo Fórum, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Waldemir Oliveira Lins, fez a instalação de mais cinco Varas, proporcionando atendimento mais rápido à comunidade e de acordo com a demanda de feitos judiciais na Comarca.

Perfazendo agora um total de 15 Varas, a iniciativa transforma Jaboatão, segundo palavras do presidente Waldemir Lins, no município de maior dimensão jurisdicional em todo o Estado, perdendo apenas para a Capital. De acordo com a diretora do Fórum, juíza Nalva Cristina Barbosa Campelo, cerca de 50 mil processos tramitam na Comarca.

Foram instaladas a 6ª Cível (criada pela Lei 8879/81), as 7ª Cível e 4ª Criminal (Lei 9967/86) e as 2ª da Assistência Judiciária e 2ª Privativa da Fazenda (criadas pela Lei Complementar 19 de 10 de dezembro de 1997). Questões fazendárias, mais de dez mil, constituem o maior número de ações em andamento na Comarca de Jaboatão.

Comunidade se reúne para prestigiar solenidade de entrega do novo Fórum de Jaboatão dos Guararapes

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Ivanor Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marconi Gianco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Maia

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Cláudio Dias

Redação:
Fórum Paulo Bastos - 7º andar - Sítio Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-340 - Fone: (081) 224.3531/224.3811 - R. 300 - Fax: (081)224.3531

E-mail: asicp@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/doepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 21 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 31 de janeiro de 1998

Presidência do TJPE

Waldemir Lins transmite cargo a Etério Ramos Galvão

Waldemir Lins encerra período cheio de realizações na Região Metropolitana e Interior

Quando o desembargador Etério Ramos Galvão receber, segunda-feira, a presidência do Tribunal de Justiça, recebe também um saldo de 55 obras realizadas pelo desembargador Waldemir Oliveira Lins. Entre construção, reforma e restauração de fóruns, o resultado deixa Lins na posição de um dos magistrados que mais trabalharam durante biênio administrativo à frente do Poder Judiciário estadual.

Marcada para o dia 2, a solenidade de posse tem início às 10h, com missa celebrada pelo padre Normando Pignatari, na Ordem Terceira do São Francisco. A transmissão do cargo acontece às 17h, no Salão Pleno, depois das palavras de despedida do desembargador Waldemir Oliveira Lins, e da saudação feita pelo desembargador Joaquim de Castro.

Um Judiciário aberto à sociedade é a proposta de Etério Ramos Galvão

A solenidade tem um toque de cultura popular, marca que o novo presidente pretende imprimir, buscando maior aproximação entre Judiciário e sociedade. Às 19h, um concerto da Orquestra Sinfônica do Recife que, entre outras canções, executará "Recife Cidade Lendária", de Capiba, dá início ao show, ao ar livre, na Praça da República. O espetáculo tem ainda a participação de Geraldo Azevedo e do pianista Arthur Moreira Lima.

Com os desembargadores Napoleão Tavares (vice) e Mário Melo (corregedor), integrantes Mesa Diretora, o novo presidente Etério Ramos Galvão estará, nos próximos dois anos, à frente das decisões do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Waldemir deixa Tribunal informatizado

De qualquer local do mundo, usuários da Internet já podem obter informações sobre processos e jurisprudência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A consulta está liberada através do endereço eletrônico tjpe.gov.br.

Iniciativa da gestão Waldemir Oliveira Lins, o serviço está protegido contra o uso indevido de micreiros, através do sistema firewall, desenvolvido para garantir a integridade das informações.

O TJ foi um dos primeiros, dentre os Tribunais Estaduais, a utilizar os serviços da maior rede mundial de computação. Inicialmente, disponibilizou informações históricas e sobre sua composição, organização judiciária e Juizados Especiais.

Foi com o objetivo de abranger maior volume de informações para consulta pública que investiu na implantação de uma informática arrojada. Um dos serviços de maior importância é a comunicação de dados entre Comarcas e a Capital, que se encontra em fase de implantação.

Para isso, o Estado foi dividido em 11 Comarcas-pólos. O serviço, denominado DATASAT Bi-compartilhado, é prestado pela Embratel, proporcionando a comunicação entre o Tribunal e Araripina, Arcoverde, Cabo, Caruaru, Garanhuns, Jaboatão, Olinda, Paulista, Petrolina, Salgueiro e Vitória de Santo Antão. Nas outras e nos Juizados Especiais, onde o tráfego de dados é menor, o acesso é feito pelo serviço da rede nacional de comunicação por pacotes - Renpac.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christianne Aldetara e Christine Matos

Fotografia:
José Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar - 56º Anfiteio - Recife-PE. - CEP 50.030-040 - Fone: (081) 224.3531/224.3511 - R. 360 - Fax: (081) 224.3531

E-mail: ssiorge@elogica.com.br

Waldemir entrega mais três fóruns

Waldemir Lins, ao lado da esposa Silvia, descerra com a juíza da comarca a placa de inauguração das reformas do fórum de Riacho das Almas

Após inaugurar as reformas em Caruaru, o presidente do TJ entrega a placa ao juiz de Tabira, fazendo a inauguração simbólica do fórum

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Waldemir Oliveira Lins, prossegue com sua peregrinação pelo interior do Estado. Anteontem, justamente com sua comitiva de assessores, o chefe do Judiciário estadual entregou mais três fóruns totalmente restaurados: Riacho das Almas, Caruaru e Tabira.

"Hoje é um dia de muita alegria para mim e todo o povo de Riacho", disse a juíza da comarca, Jacinea Ferreira de Vasconcelos. Ela destacou a importância da restauração do Fórum para a imagem da Justiça perante a população. O Fórum "Tabelião Manoel Francisco Torres Galindo" foi ampliado e recebeu uma reforma completa.

Waldemir Lins afirmou que tratava-se de uma "cerimônia simples, mas de muita significação para a história".

Caruaru - Recebido pela banda da Polícia Militar, o desembargador-presidente descerrou a placa comemorativa às novas instalações do Fórum "João Elísio Florêncio', da comarca de Caruaru. Na ocasião, o magistrado também fez a inauguração simbólica do Fórum de Tabira, entregando a placa ao juiz da comarca, José Francisco de Almeida Filho.

Numa solenidade bastante prestigiada, com o Tribunal do Júri totalmente lotado por magistrados, promotores de Justiça, políticos, advogados, autoridades municipais e serventuários da Justiça, o diretor do Fórum, juiz Emmanuel dos Santos Júnior, ressaltou "a boa vontade do desembargador Waldemir Lins para com a coisa pública, revelada pelas obras que deixa em sua administração".

O presidente do TJ, que foi homenageado com uma placa pelos relevantes serviços prestados à comarca, disse que o prédio já estava pequeno para as necessidades da cidade.

"Hoje a comarca conta com um espaço que servirá adequadamente a todos", completou.

Juiz Emmanuel Júnior entrega placa de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo desembargador Waldemir Lins

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 22 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 03 de fevereiro de 1998

Presidente anuncia nova era na Justiça

A construção do novo fórum do Recife será o desafio da administração do novo presidente Etério Galvão. Foi assim que ele definiu, em seu discurso durante a solenidade de posse, realizada ontem no Palácio da Justiça, a iniciativa de empreendimento de uma obra com o objetivo de concentrar todos os órgãos do Poder Judiciário da Capital.

Na presença de autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o desembargador Etério Galvão anunciou uma "Justiça da nova era", afirmando que a garantia do acesso à Justiça é a primeira expressão de responsabilidade de uma sociedade mais justa e solidária.

O presidente afirmou também que é preciso refletir mais sobre a dimensão social e política do compromisso do Judiciário em assegurar um atendimento mais acessível a toda a sociedade. Destacou ainda que o Poder, consciente de seu papel, não pode dispensar a Justiça aos que dela mais necessitam.

Com a meta de aproximar Justiça e sociedade, Etério Galvão defendeu a universalização do acesso ao Poder Judiciário que, para ele, significa "a completa justificação do homem em sua dignidade". Para isso, ele vai abrir canais de comunicação cada vez mais próximos entre o Judiciário e a sociedade, garantindo, assim, um processo irreversível de identificação com o povo.

O novo presidente concluiu seu discurso, convocando toda a sociedade a participar dessa etapa de evolução do Poder Judiciário, que vai aproximar o cidadão comum e o Poder Público. "Afirmo-me consciente da responsabilidade institucional de promover uma nova relação do direito com a sociedade, convicto de que, comigo, todos os cidadãos comuns assumem também, nesta hora, esse novo e importante papel", finalizou.

Desembargador Etério Galvão (d) assumiu a presidência do TJPE em substituição a Waldemir Lins (e)

Missa abre solenidade de posse

O Tribunal de Justiça de Pernambuco iniciou ontem as festividades de posse do novo presidente, desembargador Etério Galvão, com uma missa em ação de graças, na Ordem Terceira de São Francisco, que reuniu diversas autoridades que compõem o Poder Judiciário estadual. A missa, celebrada pelo padre Normando Pignataro, contou também com a participação do Coral do TJPE.

Entre os presentes, os desembargadores Waldemir Lins, Artur Pio e José Maria Florentino, integrantes da mesa diretora do biênio 96/97, e o presidente Etério Galvão, vice Napoleão Tavares e corregedor geral Mário Melo, que assumem o Poder Judiciário pernambucano pelos próximos dois anos.

Durante a celebração, o padre Normando Pignataro parabenizou a Justiça pela iniciativa de abrir suas festividades de posse com a "invocação das bênçãos de Deus". Lembrou também que a lei da Igreja é a caridade e a misericórdia e que a sentença de um juiz deve ser um estudo da realidade humana iluminada pela mensagem divina. "A atividade divina é concretizada por meio da atividade humana", destacou.

Com a igreja lotada por serventuários, advogados, promotores, magistrados, o coral do TJPE animou a missa, apresentando um repertório diversificado. A celebração terminou com a interpretação da "Halleluyah", de Handel.

Missa em ação de graças marcou o início da comemoração da posse do novo presidente

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Redação:
Fábrica Pauta Rotativa - 3º andar - Sto Amaro - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3551

E-mail: atarjpe@elogica.com.br

Waldemir Lins transmite cargo ao novo presidente

Depois de dois anos à frente da administração do Poder Judiciário estadual, o desembargador Waldemir Oliveira Lins entregou, ontem, a presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco ao desembargador Etério Ramos Galvão. Durante concorrida solenidade, que contou com a presença do governador Miguel Arraes de Alencar, Lins afirmou que essa foi uma missão intensa, dando-lhe oportunidade única de melhor contribuir para com a instituição.

Disse o magistrado que, durante o período em que ocupou a presidência do TJ, procurou se livrar do vírus da vaidade, dedicando-se com entusiasmo e arrojo, sempre com o objetivo de atingir metas com a rapidez necessária à demanda da Justiça. Cumprida a missão no mais alto posto do Judiciário, o magistrado retoma suas atividades como integrante da Corte de Justiça estadual.

Além do governador Miguel Arraes, integravam a mesa dos trabalhos o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Demócrito Ramos Reinaldo; Astor Carvalho Neto, comandante do 2º Comando Aéreo; o procurador geral da Justiça, José Tavares, e o juiz Francisco Falcão, do Tribunal Regional Federal. Dentre as autoridades, o prefeito Roberto Magalhães e o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Djalma Paes.

Juramento – Ao receber o cargo, o novo presidente Etério Galvão prestou juramento afirmando manter, defender e cumprir a Constituição do Estado, assim como respeitar as leis e promover o bem coletivo. Em seguida, foi a vez do vice-presidente e corregedor geral, respectivos desembargadores Napoleão Tavares e Mário Melo.

Saudação – Ao saudar o novo presidente do Tribunal de Justiça, em nome dos colegas, o desembargador Joaquim de Castro disse que estava tranqüilo com a posse do desembargador Etério Galvão: "conhecedor dos problemas do Judiciário, com um currículo que dá realce ao cargo que assume, o desembargador Etério está mais do que preparado para assumir a presidência do TJPE."

O magistrado destacou o compromisso do novo presidente do TJ para com a sociedade, afirmando que Etério Galvão "responderá plenamente aos desafios dos novos tempos". O desembargador Joaquim de Castro encerrou sua saudação dizendo que os historiadores deverão reservar um capítulo para contar a história da administração que está se iniciando no Tribunal de Justiça. "Hoje, estamos vivendo um dia de sonhos e esperanças".

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 23 — Poder Judiciário — Recife, quarta-feira, 04 de fevereiro de 1998

Povo lota praça e prestigia posse de Etério

Leopoldo Nunes

Geraldo Azevedo cantou os seus maiores sucessos para um grande público presente à festa

Leopoldo Nunes

Orquestra Sinfônica do Recife: brilhantismo na posse da nova Mesa Diretora

O Tribunal de Justiça viveu, durante a posse do desembargador Etério Ramos Galvão, anteontem, um dia inusitado em sua história. Pela primeira vez, as festividades foram abertas ao público, com uma apresentação da Orquestra Sinfônica do Recife, acompanhada pelo cantor Geraldo Azevedo e pelo pianista Artur Moreira Lima. E o povo prestigiou a festa: mais de cinco mil pessoas lotaram a Praça da República.

Após a sessão solene no Tribunal Pleno - completamente lotado, com muitos convidados assistindo a transmissão do cargo através de um telão no hall do Palácio da Justiça - , uma multidão já aguardava o início do show na Praça da República. O primeiro a se apresentar foi o cantor Geraldo Azevedo, que foi recebido com muito entusiasmo pelo grande número de pessoas presentes ao evento. Atento, o público não deixou de acompanhar as letras dos vários sucessos cantados pelo artista pernambucano, entre eles "Dia Branco", "Talismã" e "Bicho de Sete Cabeças". Durante a apresentação, Geraldinho Azevedo disse que era uma grande honra tocar com a primeira orquestra sinfônica do Brasil. Ele parabenizou o desembargador Etério Galvão pela iniciativa e desejou boa sorte em sua gestão no TJ. O cantor encerrou sua participação com muito frevo, levando muita gente a ensaiar alguns passos na Praça da República.

A apresentação do pianista Artur Moreira Lima também aconteceu logo em seguida, prendendo a atenção do povo presente às comemorações da posse da nova Mesa Diretora do TJPE. Em silêncio, os presentes admiraram a beleza da música clássica apresentada. O Palácio da Justiça, totalmente iluminado, deu um brilhantismo ainda maior à festa.

Presidente do TJ visita prefeito do Recife

A Praça da República será revitalizada nos próximos meses. A afirmação é do prefeito do Recife, Roberto Magalhães, durante visita de cortesia feita pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Ramos Galvão. Os dois conversaram também sobre a construção do Fórum do Recife, que deve ser iniciada dentro de dois meses.

Na ocasião, Etério Galvão e Roberto Magalhães discutiram formas de adequar a Praça da República de melhores condições e sobre sua permanente conservação, tornando-a, em breve, uma referência turística da cidade. Para isso, o Palácio da Justiça recepcionaria os visitantes, abrindo suas portas para o público. Os dois conversaram também sobre fatos históricos sobre a praça, os palácios que a cercam e o teatro Santa Isabel.

Com relação ao novo Fórum do Recife, o prefeito disse que tinha o maior interesse na sua construção e que a prefeitura faria o possível para dotar aquela área de todas as condições necessárias ao funcionamento pleno do edifício. O desembargador Etério Galvão disse que contava com o apoio político da prefeitura e do Estado para construir o fórum em 18 meses.

Governador apóia construção do novo Fórum

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, esteve, ontem, com o governador Miguel Arraes, no Palácio do Campo das Princesas. Em pauta, o Fórum do Recife, prioridade administrativa do Judiciário, que será construído ainda nesta administração. O desembargador estima um prazo de 15 meses para o funcionamento do novo Fórum.

O projeto prevê um prédio de seis pavimentos - subsolo, térreo e quatro andares, onde serão localizados todos os serviços de 1ª instância, desafogando o Paula Batista e o Thomaz de Aquino Cirillo Wanderley que abrigarão, respectivamente, os serviços auxiliares do Tribunal de Justiça e a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Pelos cálculos do novo presidente, a licitação deve ser realizada em abril.

O novo Fórum será construído na área de Joana Bezerra, com valor orçado em R$19 milhões. Prédio único para todas as Varas da Capital, o objetivo é facilitar o acesso da população, sem que esta tenha que se deslocar a vários lugares para receber assistência do Poder Judiciário.

Reconhecendo a necessidade de um melhor aparelhamento judiciário para a resolução dos litígios, o governador Miguel Arraes se colocou à disposição do novo presidente do Tribunal de Justiça, para que soluções sejam encontradas o mais breve possível, sobretudo no que diz respeito às execuções fiscais.

Leopoldo Nunes

Durante visita ao governador Miguel Arraes, o novo presidente do Tribunal de Justiça anuncia o Fórum do Recife como prioridade administrativa

Em parceria entre os dois poderes, uma análise da situação deve ser feita o quanto antes, para que Executivo e Judiciário implantem medidas que, a certo prazo, garantam maior rapidez na tramitação e julgamento de processos desse gênero. Segundo o desembargador Etério, a demora é tão grande que, muitas vezes, o contribuinte deixa de pagar tributos e se submete a uma execução fiscal por achar que esse caminho lhe é mais vantajoso.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Maia

Assessor de Imprensa:
Márcia Gusmão

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar - Sº Andaime - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3331/424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3331

E-mail: oficialpe@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 24 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 05 de fevereiro de 1998

Judiciário estuda medidas para solucionar 260 mil processos fiscais

O Judiciário pernambucano pode, dentro de pouco tempo, solucionar mais da metade dos processos existentes na Comarca da Capital. O Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura do Recife estudam medidas legais que agilizem a tramitação dos 260 mil feitos de executivos fiscais existentes nas quatro Varas da Fazenda Municipal.

O assunto foi tratado na visita que o chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Etério Ramos Galvão, fez, esta semana, ao prefeito do Recife, Roberto Magalhães. Assessores do TJ e do Executivo municipal ficaram de agendar uma primeira reunião para tratar do problema.

A idéia do desembargador Etério Galvão é realizar, o mais breve possível, um mutirão de juízes para o arquivamento da grande maioria dos executivos fiscais, pois tratam-se da cobrança de valores mínimos, que dificilmente serão pagos. "Com isso, passaríamos a tratar dos 4.500 processos fiscais que realmente interessam à Prefeitura, desafogando a Justiça nas Varas da Fazenda Municipal", afirmou o presidente do TJ.

Etério Galvão acrescentou ainda que se fosse julgar todos os processos, precisaria de mais ou menos 200 juízes para agilizar os julgamentos (Pernambuco conta com pouco mais de 200 magistrados). "Nesse caso, temos que ser inventivos", sentenciou. "Por se tratar apenas de uma visita, acho que avançamos muito. Quando sentarmos para trabalhar, andaremos ainda mais", afirmou o prefeito Roberto Magalhães. Segundo ele, a solução dos executivos fiscais servirá para descongestionar o Judiciário e, por outro lado, provocará uma maior arrecadação do município, beneficiando toda a população.

Fotos: Leopoldo Nunes

Acúmulo de processos nas Varas da Fazenda Municipal terá solução

Novo Corregedor

Mário Melo busca soluções práticas

Encontrar soluções práticas para conseguir maior rapidez no andamento dos processos que tramitam nos Fóruns da Capital e do Interior. A proposta é do novo corregedor geral da Justiça pernambucana, desembargador Mário Alves de Souza Melo, que segunda-feira assumiu o cargo para o biênio 98/99.

Para tornar o Judiciário acessível ao povo, do qual reconhece justas as reclamações para melhoria do atendimento, o magistrado defendeu, em seu discurso de posse, fórmulas simples, porém de resultados inquestionáveis: a realização da "imperiosa reciclagem dos juízes e servidores, na esfera judicial e extrajudicial".

Mutirões na magistratura de 1ª Instância também fazem parte da proposta de Mário Melo. Eles se caracterizam pela formação de grupos de juízes e servidores que, em sistema de rodízio, com o objetivo de agilizar a tramitação de feitos judiciais, percorrem Varas e Comarcas onde há maior número de processos em pratelerias.

Os Encontros Regionais, já tão amplamente difundidos, tomam feição diferente na gestão do corregedor Mário Melo. Conforme discurso de posse, ele afirma que as exposições doutrinárias darão lugar a uma discussão prática, sendo estudados os problemas que mais afligem a população. Isso com um único objetivo: "satisfazer os interesses, principalmente, do público".

Mário Melo, que traz experiências da Corregedoria, onde já atuou como juiz corregedor auxiliar, disse que o esforço para o soerguimento do Judiciário estadual virá da harmonia entre a nova Mesa Diretora do Tribunal de Justiça. Esse bom relacionamento, garantiu, será estendido ao Ministério Público e à Ordem dos Advogados do Brasil.

Mário Melo - Para o novo corregedor o entendimento é necessário "pelo muito que há para se fazer em mandatos de curta duração de dois anos".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Cristine Matos

Redação:
Rua Pedro Batista - 7º andar - Nº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3511/424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3531

E-mail: selaj@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fazenda.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 25 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 06 de fevereiro de 1998

Administração tem planos para Esmape

Fundada em agosto de 1987, como centro de formação e aperfeiçoamento de juízes estaduais, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco é alvo de uma proposta arrojada: oferecer curso de preparação à Justiça Federal, à semelhança dos que já dispõe na área Comum e do Trabalho.

Apresentada pelo chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador Etério Ramos Galvão, a proposta recebeu apoio do presidente do Tribunal Regional Federal, juiz Francisco Falcão. Juntos, ficaram de estudar a melhor maneira de unificar a Esmape. A medida pode significar, para o desembargador Etério, "quem sabe o início de uma universidade da magistratura?", questionou.

Interiorização - Em fase de planejamento, o curso de Justiça Federal virá acompanhado de outras modificações. O desembargador Dário Rocha, novo diretor da Escola, disse que a interiorização do ensino também está previsto. Cursos sistemáticos serão implantados em Comarcas-Pólo, com calendário anual previamente estabelecido, garantindo o aperfeiçoamento e a atualização dos juízes que, em regiões distantes, não têm facilidade de acesso à Esmape.

Para uma melhor radiografia da atual situação da Escola da Magistratura, o desembargador Dário Rocha vem aplicando pesquisa entre magistrados, professores e alunos. O objetivo é saber o grau de satisfação e conhecer as dificuldades de funcionamento da instituição.

As mudanças, que serão gradativas, prevêem modificação no currículo escolar. "Algumas disciplinas serão excluídas e outras, que oferecem noções complementares ao Direito, serão introduzidas". Entre elas, Economia, Sociologia, Psicologia e Axiologia Jurídica.

Presidentes do TJ e TRF, Etério Galvão e Francisco Falcão, discutem viabilidade de escola única da magistratura

Instalada no Fórum Thomaz de Aquino, a Escola da Magistratura de Pernambuco vai passar por mudanças

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Milton Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Cavalcanti

Redatores:
Marconi Oliveira, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Catarina Matos

Redação:
Fórum Paula Batista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3333/424.3811 - R. 300 - Fax (081) 224.3531

E-mail: ...@elogica.com.br

Amepe

Novo presidente assume hoje

A Associação dos Magistrados de Pernambuco, a partir de hoje, terá novo presidente. O desembargador Gilberto Gondim assume o cargo em substituição ao juiz José Fernandes Lemos. A posse será realizada no Clube da Amepe, em Candeias, às 21 horas. O vice-presidente da chapa que estará à frente da Associação pelos próximos dois anos é o juiz Mozart Valadares. Em entrevista concedida ao Diário Oficial, Gondim falou sobre a situação do Judiciário estadual.

DO - Como o senhor define o juiz, no exercício da função?

Gondim - O juiz é um agente político do Estado. Embora não faça política, ele é co-responsável pelas questões do Estado. Acredito que sua função é resolver os conflitos sociais e, para isso, ele deve trocar experiências com a sociedade, não pode se isolar, deve estar em contato com as necessidades da população.

DO - Qual é a causa do acúmulo de processos na Justiça?

Gondim - Existem duas causas básicas. Em primeiro lugar, temos que admitir a morosidade do próprio juiz, mas há outro fator que deve ser levado em consideração é a existência de um grande número de feitos em tramitação por um processo excessivamente formalista.

DO - O Tribunal de Contas, por exemplo, pediu uma maior agilidade no julgamento dos processos existentes contra a administração pública.

Gondim - É fundamental que possamos encontrar uma forma de agilizar esses processos. Concordo, inclusive, com a alternativa sugerida pelo presidente do Tribunal de Justiça, Etério Galvão, de que essas causas passem a ser julgadas nas Câmaras Criminais, três vezes na semana, ao invés de ser discutida apenas na Sessão Criminal, que se reúne apenas uma vez.

DO - Um assunto polêmico é o reajuste de 11,98% que foi concedido aos magistrados. O senhor é a favor do reajuste ou a questão deve ser revista?

Gondim - Sou a favor do reajuste. Houve um erro na conversão da URV em Real e os magistrados tiveram perdas. O reajuste é um direito e deve ser assegurado.

DO - O senhor avalia que há carência de juízes no quadro da magistratura de Pernambuco?

Gondim - Na verdade, o que existe é uma defasagem entre o número de habitantes e a quantidade de juízes, mas, em geral, as Comarcas têm magistrados para dar andamento aos processos.

Para Gondim, o juiz é um agente político do Estado

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 26 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 07 de fevereiro de 1998

Servidores participam da elaboração do Código

Para Ruy Patu, mudanças do Código propiciam modernização do Judiciário

Os servidores do TJ/PE vão, pela primeira vez, oferecer sugestões ao Código de Organização Judiciária. O anteprojeto já se encontra pronto, e, já na próxima semana, o Diário Oficial estará publicando o Regimento Interno de tramitação do Código, regulamentando essa participação.

É intenção da presidência do Tribunal de Justiça, de acordo com o assessor especial, juiz Ruy Patu Júnior, que as emendas sejam oferecidas no prazo máximo de 30 dias. O objetivo é levar a matéria, o quanto antes, à apreciação do Pleno, sendo posteriormente encaminhada à votação pela Assembléia Legislativa.

Cerca de 400 artigos compõem o anteprojeto que tem, como peforidade, oferecer condições para a modernização institucional do Poder Judiciário. Elaborado por uma comissão de juízes, o documento prevê normas mais rigorosas para ingresso e promoção por merecimento de magistrados, estabelecendo critérios para a progressão na carreira.

O curso de preparação à magistratura, atualmente facultativo, será requisito básico para o ingresso na carreira, através de concurso público, e os de aperfeiçoamento passam a ser condição obrigatória para a promoção dos juízes que ainda precisam alcançar pontuação mínima de produtividade.

Entregue ao presidente do TJ, desembargador Etério Ramos Galvão, pelo presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco - Amepe - desembargador Gilberto Gondim, o anteprojeto prevê ações administrativas da presidência, através do Plano de Gestão Bienal e Plurianual, com efeito vinculante a todos os órgãos internos do Poder Judiciário.

As normas são rigorosas, afirma Ruy Patu, um dos integrantes da comissão encarregada de elaborar o documento. Segundo ele, o que não for objeto de emendas apresentadas por magistrados e servidores será considerado aprovado pelo Pleno do Tribunal de Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Mércia Cardoso

Redatores:
Marcos Glauco, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Cristine Maia

Redação:
Praça Paulo Batista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3031/424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3531

Email: sistjpe@elogica.com.br

Conselho

O Conselho da Magistratura está se reunindo em novo dia. Anteriormente, as reuniões aconteciam às quartas-feiras. Agora, os desembargadores Etério Galvão (presidente), Napoleão Tavares, Mário Melo, Antonio Camarotti, Fausto Freitas, Manoel Alves da Rocha e Joaquim de Castro reúnem-se às quintas-feiras, a partir das 9 horas. Os desembargadores Dário Rocha, Nelson Holmes, Ed-Ek Gonçalves e Zamir Machado são os suplentes do Conselho, que está sendo secretariado por Ana Beiço.

DRH realiza treinamento com novos servidores

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça encerrou, ontem, treinamento para 31 Atendentes Judiciários recentemente empossados no quadro do Poder Judiciário, provenientes do último concurso público realizado pelo TJ. Os novos funcionários serão lotados, a partir de segunda-feira, nas diversas Varas da Capital.

O treinamento é realizado para todos os servidores que chegam ao Judiciário, sendo feita uma apresentação sobre a estrutura funcional, competência e acesso ao Tribunal de Justiça. Os Atendentes também receberam informações sobre benefícios, direitos e deveres dos serventuários da Justiça.

Duas palestras fizeram parte do conteúdo do treinamento, sendo uma delas proferida pelo juiz diretor do Fórum da Capital, Mozart Valadares Pires, sobre a estrutura e o funcionamento dos fóruns. A outra ficou a cargo da diretora da DRH, Maria da Paz Brasil, que mostrou como funcionam as Varas Judiciais. Paralelo a isso, os novos servidores fizeram um trabalho de dinâmica de grupo com a equipe técnica da Diretoria de Recursos Humanos.

Treinamento também contou com a projeção de um filme sobre o Palácio da Justiça

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/dosepe

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 27 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 10 de fevereiro de 1998

Tribunal e Unicef ampliam cooperação técnica

A cooperação técnica entre Unicef e Tribunal de Justiça de Pernambuco vai continuar acontecendo. E mais do que isso: novos projetos devem surgir nos próximos meses. Foi esse o resultado da visita que o coordenador do órgão no Recife, Jacques Schwarzstein, fez ao presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, na sexta-feira passada.

Acompanhado do oficial de projetos na área de Direito, Salvador Soler, o coordenador do Unicef disse que há vários anos são feitos convênios de cooperação técnica com o Judiciário e que o órgão gostaria de dar continuidade ao trabalho conjunto. "Tenho todo o interesse", afirmou o desembargador Etério Galvão.

Os representantes do Unicef mostraram-se preocupados com relação aos crimes ocorridos contra a infância e a juventude, ressaltando a importância da Vara de Crimes Contra a Criança e o Adolescente. O órgão está preocupado com o número elevado de processos em tramitação, em torno de 2 mil feitos.

O presidente do TJ recomendou ao assessor especial da presidência, juiz Jones Figueiredo, que fosse feita uma avaliação do caso, adiantando que o número de processos é excessivo para um só juiz. "Além da colocação de mais um magistrado, precisaremos estruturar melhor a Vara. Senão, a idéia inicial de criação da Vara será invertida", adiantou Etério Galvão.

As adoções no Estado também fizeram parte da conversa no Palácio da Justiça. O presidente lembrou que em 1992, quando era Corregedor Geral da Justiça, criou a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), devido aos problemas existentes naquele período. Segundo o Unicef, a criação da Comissão veio acabar com as discussões sobre adoções irregulares e seu trabalho continua sendo satisfatório até hoje.

A questão da assistência social e psicológica dada às crianças vítimas de crimes também foi lembrada pelo desembargador Etério Galvão, afirmando que este mês a equipe responsável fará o trabalho com as crianças vítimas de abuso sexual doméstico. O treinamento dos servidores do Judiciário lotados nessas Varas também foi ressaltado como muito importante.

"Existe uma boa visão da nossa sede em Brasília sobre o trabalho que vem sendo realizado aqui no Estado. Agora, temos a certeza que isso continuará, pois vemos no senhor um homem público preocupado com as questões sociais", afirmou o coordenador do Unicef/Recife, Jacques Schwarzstein. "As portas do Tribunal estão abertas para os senhores", finalizou Etério Galvão, sinalizando para a formação de novos projetos e convênios com o Unicef.

Jacques (C) e Etério (D) acertaram o prosseguimento da cooperação entre TJ e Unicef

Ministério Público aprova criação de agentes comunitários de Justiça

A participação da sociedade civil é fundamental, segundo Marisiela Simonin (E), para melhoria dos serviços da Justiça

O Ministério Público também vai participar da criação do agente de justiça no Estado. Em visita ao procurador geral, José Tavares, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, explicou o objetivo de criar uma figura que atue nos moldes do agente de saúde e convidou o Ministério para fazer parte da campanha que foi deflagrada, desde sua posse, no sentido de aproximar Justiça e sociedade.

Galvão avaliou também que o problema do acúmulo de processos deve ser uma preocupação constante, uma vez que o Poder Judiciário só se legitima pelo bom serviço que possa prestar à comunidade. Por outro lado, José Tavares afirmou que é necessário um bom relacionamento entre promotores e juízes, principalmente nas Comarcas do interior, para que não haja demora nos julgamentos.

De acordo com a corregedora do Ministério, Marisiela Simonin, que também recebeu a visita do presidente do TJPE, a participação da sociedade civil é fundamental para um melhor atendimento à população. "A integração do Ministério Público e do Judiciário é importante para levarmos adiante a idéia de tornar a Justiça mais acessível à comunidade", concluiu Galvão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcia Guerra

Redatores: Marcos Glauco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christie Matos

Redação: Fórum Paula Baptista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3551/434.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3551

E-mail: asimje@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cgi-bin/jogo

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 28 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 11 de fevereiro de 1998

Tribunal estuda implantação de interrogatório on-line

A apresentação de presos para interrogatório, um dos maiores entraves na tramitação de processos criminais, está com os dias contados. O Tribunal de Justiça e a Secretaria de Justiça do Estado vão estudar as implicações técnicas e legais para implantação de um sistema on-line que permita a movida de réus sem que eles tenham que se deslocar para o Fórum Paula Baista.

Em decorrência da escassez de veículos e policiais para escolta, os interrogatórios são desmarcados com freqüência. "Uma média de 50%", conforme estimativa do secretário de Justiça, Roberto Franca, que discutiu a precariedade da situação com o presidente do Tribunal de Justiça, Etério Galvão.

Franca informa que cerca de 60 presos saem diariamente do Presídio Aníbal Bruno, para interrogatório e, como a necessidade é de pelo menos dois agentes para cada réu, o sistema penitenciário tem apenas cumprido a metade das solicitações feitas pelos juízes.

Provisórios - As dificuldades passam também pelo excesso de lotação de presos provisórios nas penitenciárias do Estado. Para contornar o problema, a Secretaria de Justiça fará levantamento das condições de segurança, capacidade de atendimento e número de vagas dessas unidades. O objetivo é fixar critérios de ocupação, de preferência dentro do raio de ação das Comarcas.

Na inexistência de vaga em determinado estabelecimento, o preso será remanejado, com prévio acerto entre o secretário Roberto Franca e o corregedor de presídios, juiz Danilo Martiniano. Além do presidente do TJ e do secretário de Justiça, a reunião contou com a presença da superintendente do sistema penitenciário de Pernambuco, Teresa Monteiro Sá Leitão, do desembargador Og Marques Fernandes e dos juízes Mauro Alencar e Jones Figueiredo.

Capacidade - Pernambuco dispõe de 10 unidades prisionais, com capacidade para atender 5.300 presos. De acordo com Roberto Franca, o déficit é de 2.400 vagas. Para cobrir a deficiência, ele anuncia a construção de três novas unidades, em Petrolina (260 vagas), Limoeiro (260) e Igarassu (360), dois minipresídios em Vitória e Salgueiro, ambos com 80 vagas, todos construídos pelo Governo do Estado.

Roberto Franca informa que estão sendo ampliadas as unidades de Canhotinho, o PAI, Pesqueira e Palmares, perfazendo um total de 390 vagas a mais. "Há ainda uma penitenciária com capacidade para 450 presos, talvez no Cabo, e outra em Garanhuns, para 160, a serem construídas pelo Governo Federal".

O encontro entre representantes do Judiciário e Executivo avalia situação e define regras de atuação para melhoria do sistema penitenciário

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Nicodemos Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Maia

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Marconi Clímaco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Cleidiane Matos

Redação:
Fórum Paula Baptista - 7º andar - Nº Anchieta - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3551/424.3811 - R. 309 - Fax (081) 224.3531

E-mail: sirejpe@elogica.com.br

DRH treina novos servidores dos Juizados

Servidores dos Juizados participam de treinamento no Palácio da Justiça

Depois de preparar, na semana passada, cerca de 30 atendentes judiciários - que já estão trabalhando nas Varas da Capital -, a Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça continua treinando os novos servidores do Poder Judiciário. Desta vez, são mais de 20 secretários e secretários adjuntos de Juizados Especiais, que estão assumindo suas funções este mês.

O treinamento introdutório tem como objetivo fazer uma apresentação da estrutura e funcionamento do Poder Judiciário, deixando os novos funcionários informados sobre os principais procedimentos que devem ser tomados dentro de suas respectivas funções. Além disso, a equipe de treinamento de Recursos Humanos apresenta aos servidores os benefícios, direitos e deveres dos cargos.

Um vídeo sobre a história do Tribunal de Justiça de Pernambuco - destacando-se o Palácio da Justiça - abriu o treinamento. Uma dinâmica de grupo também foi feita com os secretários e adjuntos, que já estão atuando nos principais Juizados do Recife e Região Metropolitana. Na próxima quarta-feira, acontece a etapa final do treinamento, com uma palestra a ser proferida pelo assessor especial da presidência do TJ e presidente do Colégio Recursal dos Juizados, juiz Jones Figueiredo, sobre o funcionamento dos Juizados Especiais.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dojpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 29 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 12 de fevereiro de 1998

Juizados Especiais terão juízes leigos

O atendimento nos Juizados Especiais deve ficar mais acessível e menos formal com a substituição de juízes de Direito por juízes leigos, pessoas que tenham comprovada experiência na área jurídica. A iniciativa é pioneira e consta do anteprojeto do Código de Organização Judiciária do Estado, que foi amplamente discutido, ontem, em reunião com assessores da Presidência do Tribunal de Justiça.

Como prevê o projeto, esses novos colaboradores devem conciliar (com ou sem o auxílio do conciliador) e instruir, processar, julgar e executar os feitos em tramitação nos Juizados. A permanência no cargo fica condicionada a uma avaliação periódica de magistrados supervisores e à produtividade média alcançada em relação aos demais juízes.

De acordo com o assessor especial da presidência do Tribunal de Justiça, juiz Ruy Patu Júnior, o objetivo é "informalizar" os Juizados e, conseqüentemente, oferecer meios de agilizar a tramitação de processos das chamadas "pequenas causas".

Com quase 400 artigos, o anteprojeto ainda propõe a utilização de estagiários de cursos afins para atuarem como conciliadores, inclusive em áreas cíveis. Atualmente, a função é ocupada apenas por bacharéis em Direito, conforme lei complementar 19. A utilização de estagiários é baseada em experiências satisfatórias implantadas no Rio e em São Paulo, onde a função é ocupada por voluntários.

Ruy Patu lembra que o anteprojeto está sujeito à apresentação de emendas, apreciação do Pleno e votação pela Assembléia Legislativa. Na próxima semana, o Diário Oficial estará publicando o documento na íntegra, regulamentando inclusive a participação dos magistrados e servidores no oferecimento de sugestões.

Anteprojeto propõe modificações no atendimento dos Juizados Especiais

Associação- No último final de semana, tomou posse a nova diretoria da Associação dos Magistrados de Pernambuco, para o biênio 98/99. Desembargadores, juízes, promotores de Justiça, advogados e autoridades estaduais e municipais lotaram o Clube dos Magistrados durante a festa de posse. Os presidentes dos Tribunais de Justiça e Regional Eleitoral, desembargadores Etério Galvão e Luiz Belém de Alencar, prestigiaram a posse do desembargador Gilberto Gondim na presidência da Amepe (foto). Os juízes Mozart Valadares Pires (Vice), Ruy Patu Júnior (secretário geral) e Frederico Guilherme (diretoria de Finanças) fazem parte da nova diretora da Associação.

Encontro reúne assessoria do Tribunal de Justiça

Diretores e assessores diretos da presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco se reúnem hoje e amanhã, em Moreno, para discutir o direcionamento da atual gestão. Integração, plano de ações e definição de objetivos e metas fazem parte do programa elaborado para o encontro, segundo informou a diretora de Planejamento e Orçamento, Zélia Mendonça.

"Este é o primeiro passo que daremos em direção a um planejamento estratégico, mas não se pode esperar que, a partir desse encontro, todas as ações já sejam definidas", ressaltou Mendonça. A idéia é iniciar a reunião com um trabalho que vise a integrar os participantes. Depois, a equipe da diretoria de Planejamento e Orçamento, que preparou o encontro, vai estimular o desenvolvimento do conceito de planejamento estratégico.

Um panorama da atual situação do Poder Judiciário e a definição de um plano de ações emergenciais são as próximas etapas programadas. Ainda de acordo com Zélia Mendonça, a missão, visão e valores éticos do Judiciário serão debatidos. Ao final do encontro, serão estabelecidos objetivos e metas para o biênio 98/99.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Gueiros

Editor: Márcia Gueiros

Redatores: Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Leopoldo Nunes

Diagramação: Christine Matos

Redação: Palácio Paulo Baptista - 7º andar - Nº Aterro - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/419.3511 - R.3300 - Fax: (081) 224.3551

E-mail: ioje@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.itapoa.pe.gov.br/noar

BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 30 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 13 de fevereiro de 1998

TJPE abre suas portas ao público

O Palácio da Justiça vai marcar presença nos roteiros turísticos do Estado

O Tribunal de Justiça, um dos mais belos monumentos arquitetônicos de Pernambuco, vai se transformar em ponto turístico. Por decisão do desembargador-presidente Etério Ramos Galvão, suas portas serão abertas ao público interessado em conhecer a história, o funcionamento e as dependências do prédio.

A informação é da assessora de Cerimonial, Pollyana Torres, que estuda uma forma de aproximar a Justiça do povo e viabilizar gradativamente o projeto da atual administração. Está prevista a contratação de um guia turístico, com amplo conhecimento da história do Poder Judiciário e da arquitetura do palácio-sede.

As portas centrais, que dão frente para a Praça da República, e que durante muito tempo permaneceram fechadas, já estão abertas. Embora o público não esteja acostumado a ter acesso ao prédio por essa entrada, a abertura simboliza o início de uma nova relação entre público e Poder Judiciário.

O Palácio da Justiça foi inaugurado no dia 6 de setembro de 1930. A arquitetura eclética leva a assinatura do artista grego, naturalizado italiano, Gia como Palumbo. Com o vitralista alemão Henrich Moser, autor de quadros e vitrais que embelezam o prédio, o arquiteto compôs uma das obras mais expressivas do movimento artístico pernambucano.

Talentos - Outra medida é a realização de encontros mensais, dessa vez, com objetivo de integrar servidores. Segundo Pollyana, o TJPE será transformado em pólo cultural, com lançamentos de livros e exposições artísticas.

A primeira atividade nesse sentido já tem data marcada. No dia 20 de março, a juíza Cristiane Gouveia de Barros, de Surubim, lançará o livro de Teoria Geral do Direito e Lógica Jurídica, de sua autoria. Com prefácio do desembargador Etério Galvão, que na oportunidade fará palestra sobre o assunto, a obra será lançada às 19h, na Sala das Sessões Cíveis.

Em agosto, mês de aniversário do Tribunal, está prevista a realização de uma semana inteira de atividades. Mais do que comemorar a data de forma solene, a idéia dessa vez incentiva a participação direta dos servidores, com objetivo de revelar talentos internos.

Tribunal adequa espaço físico

As Diretorias Cível, Criminal e de Informática, que atualmente funcionam no Palácio da Justiça, são alguns dos departamentos que vão se mudar para os Fóruns Paula Batista e Thomáz de Aquino, segundo informou a diretora adjunta de Infra-Estrutura, Janine Jungmann. Um projeto de adaptação das dependências que serão ocupadas pelos departamentos está sendo executado pela Assessoria Técnica e Diretoria de Infra-Estrutura, com o objetivo de tornar as mudanças adequadas às necessidades dos serviços do Poder Judiciário.

De acordo com Jungmann, as Diretorias Cível e Criminal devem ir para o Paula Batista, onde hoje funciona a Central de Mandados, que será deslocada para o Thomáz de Aquino. As estruturas de Informática do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral foram integradas. Com as modificações, uma parte, que corresponde ao Centro de Processamento de Dados, fica no Palácio e outra, que será destinada ao atendimento de Juizados Especiais e Comarcas do Interior, vai para o Thomáz de Aquino.

A Assessoria de Imprensa, instalada no sétimo andar do Fórum Paula Batista, volta para o Palácio da Justiça. O espaço, onde funciona a administração, será adaptado aos serviços do departamento. Cada prédio, por sua vez, terá uma administração própria. Jungmann explicou ainda que a Diretoria de Planejamento e Orçamento vai para sala que será desocupada por uma parte da Informática, enquanto a Assessoria Técnica será instalada no quinto andar do Palácio.

Janine Jungmann ressaltou também que essas mudanças têm sido realizadas sempre com a participação dos diretores dos departamentos envolvidos, com uma preocupação de oferecer melhores condições de trabalho aos servidores e, consequentemente, um melhor atendimento à população que procura o Judiciário.

A Central de Mandados, que funciona no Paula Batista, vai para o Fórum Thomáz de Aquino

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Guerra

Editor: Márcia Guerra

Redatores: Marconi Branco, Roberta Tavares, Clarissanne Alcântara e Cristina Matos

Fotografia: Leopoldo Nunes

Diagramação: Christine Matos

Redação Fórum Paula Batista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE, - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 231.3511/419.3511 - R.3300 - Fax (081) 224.3331

E-mail: oficpe@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 31 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 14 de fevereiro de 1998

Presidente do TJPE pretende mudar imagem negativa do Judiciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai mudar a imagem negativa do Poder Judiciário, atendendo assim à expectativa que a sociedade tem na aplicação de uma justiça de qualidade. A decisão é resultado do encontro que a presidência do TJPE realizou com o objetivo de identificar dificuldades e definir as metas de trabalho da atual administração.

A falta de comprometimento de uma parcela de juízes e servidores para com a instituição, o desconhecimento que a sociedade tem do real papel do Judiciário, a baixa produtividade e a falta de integração entre os órgãos de defesa social foram algumas das deficiências apontadas, devendo servir de parâmetro para a implantação de medidas que proporcionem à Justiça uma melhor prestação de serviços na Capital e Interior.

Identificadas como emergenciais, algumas ações serão desenvolvidas no prazo máximo de dois meses, abrindo espaço para a implantação propriamente dita do processo de mudanças. De acordo com Zélia Mendonça, da Diretoria de Planejamento, esse processo será avaliado e controlado através de reuniões mensais.

Numa gestão participativa, o evento teve a presença do desembargador Nildo Nery. Como o magistrado deverá compor a próxima Mesa Diretora, ele já se integra do processo de mudanças, para evitar que as ações sofram solução de continuidade. O encontro teve a participação de 25 diretores e assessores do presidente do TJ, desembargador Etério Galvão.

O encontro é o início da gestão participativa que o desembargador-presidente Etério Galvão vai implantar

Para Zélia Mendonça, as metas priorizam o Judiciário como um todo

Dentre as ações discutidas durante o encontro, uma maior integração entre Judiciário e ONGs

Justiça- O vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Napoleão Tavares, recebeu, anteontem uma comissão do movimento "Vida Livre" (foto), que veio ao Palácio da Justiça entregar um documento com 7 mil assinaturas pedindo justiça para os acusados do assassinato de Marisvela Medrado e Maria Mota. Segundo Tatiana Portela, integrante do movimento, o objetivo é chamar a atenção da população para a questão da violência, pedindo à Justiça celeridade no processo. "A direção do TJ tem todo o interesse que a Justiça seja feita o mais breve possível", afirmou o desembargador Napoleão Tavares, explicando que o processo ainda não chegou ao Judiciário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Guerra

Editor:
Márcia Guerra

Redatores:
Marconi Clímaco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Maux

Fotografia:
Leopoldo Nunes

Diagramação:
Christine Maux

Redação:
Pátio Pedro Bastos - 7º andar - Sto Amaro - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/3419.3311 - R.3308 - Fax: (081) 224.3530

E-mail: ioejpe@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.ioepe.pe.gov.br/ioepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

ano LXXV • Nº 32 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 17 de fevereiro de 1998

Fórum começa a ser construído em maio

A construção do novo fórum do Recife vai ser iniciada dentro de 90 dias. O prazo foi fixado ontem com a assinatura do contrato para elaboração do Projeto Executivo, que será realizado pela equipe do arquiteto Paulo Raposo Andrade - vencedora do concurso nacional que escolheu o anteprojeto arquitetônico do novo Fórum da Capital.

Segundo o assessor especial da presidência, juiz Jones Figueiredo, a obra deve ser concluída em 15 meses. "Após entrega do projeto executivo, em maio, teremos efetivamente o início da construção do edifício", afirmou. O contrato assinado pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, tem como objetivo a prestação de serviços técnicos para a elaboração do Projeto Executivo de construção do novo fórum.

De acordo com Jones Figueiredo, o contrato prevê que dentro de um mês será entregue o projeto básico e a planilha orçamentária. "No início do mês de maio, os arquitetos responsáveis pela obra entregarão o projeto totalmente pronto, com a devida aprovação de todos os órgãos competentes. Após isso, iniciaremos a construção", completou Figueiredo.

A assessoria Técnica do Tribunal de Justiça fará o acompanhamento da elaboração do Projeto Executivo do Fórum do Recife junto à equipe de arquitetos contratada.

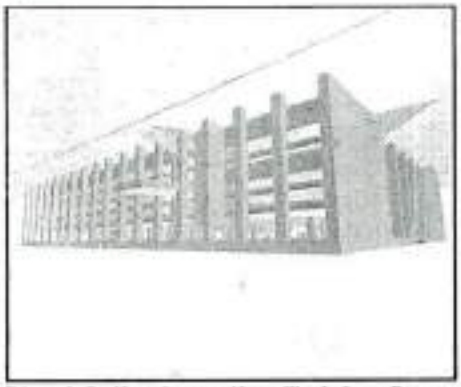
Segundo Jones Figueiredo, as obras do novo fórum começam dentro de três meses

Edifício terá imagem forte

"Conceber um lugar rico de significado, expressão arquitetônica da Justiça como instituição humana". Foi esse o objetivo principal do projeto vencedor do concurso nacional para construção do novo Fórum do Recife. Para alcançar esse objetivo, os arquitetos conceberam o edifício como um gigantesco "muro", que define e protege um pátio interior - "grande hall urbano", livre da poluição sonora e visual.

Segundo eles, essa idéia descartou o lugar-comum de uma torre a mais em meio a tantas outras, para criar um edifício que, "possuindo uma imagem forte, seja capaz de se destacar como monumento na paisagem do Recife e de se integrar à memória coletiva dos cidadãos recifenses".

Pelo projeto vencedor, o Fórum do Recife contará com Salão dos Passos Perdidos (espaço solene), Auditório e Biblioteca, além dos Tribunais do Júri, Varas, Cartórios e demais dependências comuns.



Fórum do Recife será construído na Ilha de Joana Bezerra

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Mário Gomes

Redatores:
Marconi Oliveira, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Cristiano Matos

Fotografia:
Leopoldo Nunes

Diagramação:
Cristiano Matos

Redação:
Fórum Paulo Baptista - 7º andar - 3º Andar - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3333/424.3811 - R. 300 - Fax (081) 224.3331

E-mail: atarjpe@elogica.com.br

Informática integrada

Um modelo de informática integrada, com o aproveitamento dos esforços e recursos existentes, e obtenção de resultados, em um menor período de tempo, é o objetivo do departamento de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco, de acordo com o diretor Edmundo Godoy.

Com a fusão das estruturas da Corregedoria Geral de Justiça e do TJPE, parte do setor estará funcionando no Fórum Thomaz de Aquino até o final deste mês, segundo informou Godoy. No Palácio da Justiça, ficará o Centro de Processamento de Dados, enquanto, no Fórum, estará o atendimento a Juizados Especiais e Comarcas do Interior.

Por meio da capacitação de pessoal e implantação do sistema, a equipe de Informática vai buscar um melhor atendimento ao usuário. "Precisamos sentir as necessidades da população que recorre à Justiça e criar uma cultura, dentro da própria instituição, de que a informática é um meio e não um fim, em si mesmo", ressaltou o diretor.

Segundo Godoy, o processo de informatização não se resume à aquisição de equipamentos, mas implica também em treinamento dos usuários das máquinas e uniformização dos serviços. "Distribuição de tarefas e uma equipe multidisciplinar são fundamentais para encontrar uma solução tecnológica adequada", explicou o novo diretor do departamento.

Todas as mudanças pelas quais os vários departamentos do Tribunal estão passando já têm em vista o novo Fórum, que será construído durante a gestão do atual presidente Etério Galvão, na área da Joana Bezerra.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fenapejpe.com.br/diario/

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 33 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 18 de fevereiro de 1998

Pleno aprecia Regimento Interno do COJ

O novo Código de Organização Judiciária começa a ser apreciado pelo Poder Judiciário a partir de amanhã, quando o Tribunal Pleno vai apreciar o Regimento Interno de Tramitação do Código. Sendo aprovado, magistrados, promotores de Justiça e servidores terão 30 dias para apresentarem emendas à proposta do novo COJ.

De acordo com o assessor especial da presidência, juiz Ruy Trezena Patu Júnior, caso os desembargadores aprovem o Regimento de Tramitação, ele será publicado no Diário Oficial da sexta-feira, juntamente com a proposta do novo Código de Organização Judiciária.

"A partir daí, teremos um mês para apresentação de emendas à proposta do novo Código", afirmou Ruy Patu. Ele acentuou que a participação dos servidores na elaboração do novo COJ é inédita e está regulamentada na proposta de Regimento de Tramitação.

Após o período para a entrega de emendas, a proposta será apreciada pelo Tribunal Pleno. Por fim, chegará à Assembléia Legislativa, onde será aprovada com ou sem emendas.

Ruy Patu integra a comissão de juízes encarregada da elaboração do Código de Organização Judiciária

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Marcia Gomes

Relatores:
Marconi Clarete, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Cristina Matos

Fotografia:
Leopoldo Nunes

Diagramação:
Christie Matos

Redação:
Fórum Paula Batista - 3º andar - 5º Anfiteo - Recife-PE - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3331/924.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3531

Email: assejpe@elogica.com.br

Judiciário define plantão de carnaval

Mozart Valadares disse que o plantão serve para as medidas de urgência

Com o feriado de carnaval, o Poder Judiciário, como as outras instituições do Estado, fecha suas portas para o público. Mas, como acontece todos os anos, está definido um plantão judiciário do Fórum do Recife nesse período - que vai de sábado até a quarta-feira de cinzas-, no Fórum Cyrillo Wanderley, das 12 às 18 horas.

O diretor do Fórum da Capital, juiz Mozart Valadares Pires, afirmou que a escala de plantão sempre é feita nos finais de semana e feriados, com o objetivo de atender aos atos processuais de urgência. "A sociedade não pode ficar sem os serviços do Judiciário durante todo esse período, principalmente nos casos de medidas judiciais que pedem uma rapidez na apreciação", completou.

A competência dos juízes de plantão restringe-se, entre outros, na apreciação de pedidos de "habeas corpus"; de relaxamento de prisão provisória; mandados de segurança; solicitações de natureza cautelar; determinar a citação para evitar perecimento do direito.

O plantão judiciário é feito por um juiz de Direito, chefe de secretaria, oficial de Justiça e técnico judiciário. Os processos apresentados terão andamento independente de pagamento das custas iniciais e de distribuição, cabendo ao último chefe de secretaria do plantão de carnaval encaminhar os autos à distribuição, no primeiro dia útil após o feriado.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 34 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 19 de fevereiro de 1998

PM e TJPE regularizam interrogatórios

Acordo entre Galvão e Monteiro evita adiamento de interrogatórios

O comparecimento de presos para interrogatório nas Varas Criminais vai voltar à normalidade, depois do carnaval. O comandante geral da Polícia Militar, coronel Gustavo Monteiro, assegurou ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Estério Galvão, ontem, em visita ao comando geral da PM, que fará remanejamento de pessoal para reforçar as equipes que fazem escolta dos presidiários.

A realização de interrogatório está prejudicada desde julho do ano passado, quando mais de 50% das audiências foram adiadas. Por carência de efetivo, foi reduzido o número de policiais que acompanham os presos às Varas Criminais. Dos 150 homens escalados, 68 se encontram em hospitais fazendo a custódia de presidiários doentes. De acordo com o coronel Gustavo, a defasagem será compensada com o remanejamento.

A medida é paliativa, mas deve minimizar o problema até que o Tribunal de Justiça conclua o estudo técnico e legal para implantação de interrogatório on line. Com utilização de computadores e a adequação de salas especiais no Fórum Paula Batista e no Presídio Aníbal Bruno, o sistema deve ser implantado em seis meses.

Somente depois do carnaval é que a providência será tomada. Durante o período, a Polícia estará nas ruas, controlando os excessos e proporcionando uma folia mais tranquila, conforme garantia do coronel Gustavo. Segundo ele, apesar da carência de pessoal, a PM conta atualmente com 166 novas viaturas, que facilitarão o trabalho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Marconi Gusmão, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Leopoldo Nunes

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Palácio Paulo Bezerra - 7º andar - Nº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3551/424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3501

E-mail: oficialpe@elogica.com.br

Concurso diminui carência de pessoal

Com 3.800 homens a menos no efetivo, sem contratar ninguém há três anos, a Polícia Militar vai abrir concurso. O edital será publicado no início de março, oferecendo mil vagas, 600 na capital e 400 no interior. O coronel Gustavo Monteiro afirmou que o exame seletivo traz inovações, como maior rigor no levantamento do perfil dos candidatos, assim como treinamento eliminatório, mesmo que o aspirante a policial tenha sido classificado nas provas.

Ao receber o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Estério Galvão, o comandante geral da Polícia Militar disse que o concurso é também uma alternativa para a diminuição do adiamento dos interrogatórios. Dentro de oito meses, concluído o treinamento dos novos PMs, será possível remanejar policiais de unidades internas para o trabalho de escolta a presidiários.

Magistrados fazem palestras sobre Judiciário

O desembargador Gilberto Gondim fala sobre prisão cautelar, hoje, a partir das 8h30, no auditório da Fiepe, no 15º Encontro dos Órgãos de Justiça e Segurança de Pernambuco.

Ele entende que a prisão cautelar, cuja aplicação hoje não é mais obrigatória, "mas necessária sobretudo para garantir a ordem pública", se impõe não só nos casos de extrema gravidade, mas também na hipótese de o acusado estar ameaçando ou intimidando testemunhas. Gondim - presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco - participa de painel sobre o Judiciário.

Direitos Humanos - "A importância da integração entre os Poderes e a Sociedade" é o tema da palestra que o desembargador Estério Galvão profere amanhã, durante o encerramento do curso de Gerenciamento Interativo de Segurança Pública. Trata-se de uma promoção da Polícia Militar de Pernambuco, Secretaria de Justiça e Rede Entidades Pelos Direitos Humanos, tendo em vista a recente criação do Conselho de Defesa Social. A palestra do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco está marcada para as 9h, no Comando Geral da PMPE.

Des. Gondim participa de Encontro sobre Justiça e Segurança

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/dopepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 35 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 20 de fevereiro de 1998

SPAI entrega novos computadores

Os computadores já estão instalados nas Varas do Fórum de Olinda (foto maior); Para o juiz João José Targino (foto menor, à esquerda), a informática vai auxiliar os magistrados na lavratura de despachos e de sentenças, bem como no trabalho da Vara

A Secretaria de Planejamento, Administração e Interior do Tribunal de Justiça de Pernambuco entregou, esta semana, seis novos microcomputadores e impressoras ao Fórum de Olinda. A medida foi tomada em caráter de urgência, pois as Varas beneficiadas estavam com seus trabalhos paralisados por falta de equipamentos.

De acordo com secretária Olga Cruz Gomes e Silva, existe uma necessidade de computadores no Judiciário estadual. "Estamos fazendo esse atendimento emergencial agora, mas, até o mês de março, vamos adquirir cerca de 200 novos computadores para atender os 18 Comarcas do Interior", revelou.

A entrega dos novos computadores deve acontecer em duas etapas, sendo 50 até o final de março e os outros 150 até o fim do mês de abril. A prioridade será para as Comarcas do Interior, de acordo com o projeto elaborado em conjunto com a Diretoria de Informática para que todos os fóruns tenham acesso à Internet, permitindo o envio dos atos processuais pela rede.

Segundo o diretor de Informática, Eduardo Mendonça, após a entrega dos micros, haverá um treinamento com os servidores para o manuseio dos computadores. "Em seguida, faremos a implantação do sistema", completou.

Marco - "A entrega desses computadores representa um marco significativo na atual gestão, por dotar as Varas com o que existe de mais moderno atualmente na área de informática", afirmou o juiz da 8ª Vara Cível de Olinda, João José Targino. As outras Varas beneficiadas foram as 6ª e 7ª Cíveis, 3ª Criminal, Privativa do Júri e da Infância e Juventude.

De acordo com o juiz Targino, os computadores vão auxiliar os magistrados nos seus atos privativos - lavratura de despachos e de sentenças -, assim como nas tarefas cartorárias da Vara. O registro do termo de audiência – relato dos fatos durante as audiências -, feito pelo técnico judiciário, também será feito com o uso do computador.

Projeto – De acordo com o diretor do Fórum de Olinda, juiz Marcílio Duque, o projeto inicial era de três computadores por Vara (cada Vara conta agora com um computador), o número ideal para a realização de trabalho adequado pelos juízes e servidores.

Ele disse ainda que as Varas mais antigas contam com uma estrutura melhor, com máquinas de escrever e outros equipamentos que facilitam os seus serviços. "A entrega desses equipamentos já vai melhorar muito o andamento dos processos", completou.

O diretor-adjunto da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior do TJ, Joaquim Castro, afirmou que a entrega dos seis micros e das seis impressoras foi "um ato simbólico, dentro da disponibilidade existente no momento". Segundo ele, após a aquisição dos 200 computadores, vai ser feito um estudo para a constatação da necessidade ou não da compra de novos equipamentos para suprir o Poder Judiciário até o final da atual gestão.

Judiciário paga servidores

O Poder Judiciário pernambucano paga hoje os cerca de quatro mil servidores e magistrados, ativos e inativos de todo o Estado. São mais de 400 juízes e 3.600 funcionários que constam da folha de pagamento da instituição. Os ativos estão espalhados nas 137 Comarcas de Pernambuco, incluindo a Capital, sendo 86 de 1ª Entrância e mais 50 localizadas na 2ª Entrância, e nos 19 Juizados Especiais.

Segundo a Divisão de Pagamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a folha deste mês gira em torno de R$ 10 milhões. Os salários, depositados em conta corrente no Banco do Brasil, Bandepe e Caixa Econômica Federal, no interior e na capital, já estão disponíveis para que os servidores do Judiciário possam brincar o Carnaval mais aliviados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Fábio Ramos Guedes
Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares
Corregedor-Geral: Des. Mário Melo
Assessora de Imprensa: Márcia Gomes
Editor: Márcio Chaves
Redatores: Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos
Fotografia: Leopoldo Nunes
Diagramação: Christine Matos
Redação: Fábrica Paula Batista - 7º andar - Sítio Santo Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/419.3311 - R.3500 - Fax: (081) 224.3531
E-mail: asimj@elogica.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fbnet.co.gov.br/dowww

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 36 — Poder Judiciário — Recife, sábado, 21 de fevereiro de 1998

Tribunal de Justiça quer trabalho integrado

O Tribunal de Justiça vai instalar, vizinhos a delegacias recifenses, Juizados Especiais, com competência cível e criminal. A proximidade tem o objetivo de agilizar a solução de litígios de pequenas causas e de crimes de menor potencial ofensivo.

A decisão do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, foi anunciada durante palestra de encerramento do Curso de Gerenciamento Interativo da Segurança Pública, realizado no Quartel do Derbi, para policiais militares e civis e agentes comunitários.

O funcionamento dos novos Juizados, ainda em fase de projeto, tem tudo a ver com o tema da palestra "Importância da Integração entre os Poderes e a Sociedade", e com a proposta de Etério de, cada vez mais, abrir as portas do Judiciário, transformando-o num órgão de conscientização da cidadania.

Etério anuncia medidas de integração entre Judiciário e comunidade

Ouvidoria - O desembargador reconhece que o Judiciário "é o mais fechado, o menos democrático" dos Poderes. É essa imagem que ele pretende mudar, abrindo a instituição não apenas no sentido figurado. Além de Juizados vizinhos a delegacias, é também projeto a criação de uma Ouvidoria, com um juiz especialmente designado para, nos bairros da periferia, ouvir reivindicações, instruir sobre os direitos da comunidade e encaminhar os problemas para a solução.

Etério contesta a divisão tripartite de Montesquieu, escritor e filósofo francês, segundo a qual "os Poderes são independentes, mas harmônicos entre si". O presidente do Tribunal de Justiça pensa diferente. Para ele, Executivo, Legislativo e Judiciário são interdependentes, daí a necessidade da harmonia no trabalho conjunto. "Quando há controle recíproco, um deixa de prepoderar sobre o outro".

É uma ação "ombro a ombro" e não "peito a peito" que o presidente do TJ pretende realizar, nos próximos dois anos, com o Executivo e Legislativo. "Um trabalho voltado à sociedade, no qual os interesses do cidadão sejam prioridade".

Judiciário e ONG´s fazem parceria

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Queiroz

Editor:
Márcia Queiroz

Redatores:
Marconi Gusmão, Roberta Tavares, Christianne Andrezza e Cristina Matos

Fotografia:
Leopoldo Nunes

Diagramação:
Cristina Matos

Redação:
Rua Paula Batista - 7º andar - 8º Andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3531/419.3311 - R.3300 - Fax (081) 224.3531

E-mail: asimje@elogica.com.br

Amparo Araújo fala da participação das ONG's no trabalho do TJPE

A implantação de serviço realizado por agentes comunitários "Paz e Justiça" é uma das medidas que o Poder Judiciário vai tomar, a partir de março. A inicisitiva do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, tem apoio da Rede Entidades Pelos Direitos Humanos e faz parte da proposta administrativa de aproximar a Justiça da sociedade.

Com noções em Direito e treinados em curso de liderança comunitária, os agentes atuarão inicialmente no Córrego do Jenipapo, em Casa Amarela. O trabalho será de conscientização, orientação, atendimento e encaminhamento da população no trato de questões da Justiça. Amparo Araújo, da REDEDH, disse que essa é uma experiência pioneira e que dá início a uma efetiva atuação entre Judiciário e Organizações Não Governamentais.

Uma reunião, realizada em dezembro, entre representantes de 40 ONG's e o então presidente eleito do TJ, Etério Galvão, consolidou a intenção do desembargador de ampliar a parceria com essas entidades, no sentido de criar um Judiciário mais ágil e acessível à população. No primeiro seminário de planejamento estratégico, com diretores e assessores, realizado em Moreno, o magistrado reafirmou que a meta é prioridade.

A Rede Entidades Pelos Direitos Humanos está aberta a sugestões. Os interessados podem acessar o endereço eletrônico na Internet, através do link "Utilidade", pela Elógica. A página vai ter espaço, segundo Amparo Araújo, com apoio do desembargador Etério, para informações sobre a tramitação de processos.

Curso discute Polícia Interativa

O Curso de Gerenciamento Interativo de Segurança Pública, realizado no Comando Geral da PM, e encerrado com palestra do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, reuniu lideranças comunitárias, oficiais PMs e delegados.

Promovido pelo Conselho de Defesa Social, criado em novembro, com a função de assessorar o Executivo na área de Segurança Pública, o curso teve o objetivo de discutir a implantação da Polícia Interativa, em experiência no Estado, e que é baseada no modelo da cidade de Guaçuí, no Espírito Santo, onde polícia e comunidade atuam juntas.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — Os materiais publicados neste caderno podem ser consultados na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

no LXXV • Nº 38 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 28 de fevereiro de 1998

Novos Juízes assumem em março

O Poder Judiciário estadual passa a contar, a partir da primeira quinzena do mês de março, com 27 novos juízes. Eles serão nomeados pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, para atuar nas Comarcas de 1ª Entrância, atualmente ocupadas por magistrados em regime de acumulação.

Os juízes, aprovados em concurso público em dezembro, já se encontram aptos a assumir a função. De acordo com a diretora da Secretaria Judiciária, Maria Carolina Avelar, eles receberam treinamento específico na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

Por enquanto, 56 juízes se revezam nas 86 Comarcas de 1ª Entrância, muitas delas situadas no chamado Polígono da Maconha. Por imposição constitucional, os novos magistrados fixarão residência no município de atuação.

Capital - A Comarca recifense também recebe reforço com a promoção de dez juízes. Promovidos por merecimento e antigüidade, eles vêm de Olinda, Petrolina, Cabo, Nazaré da Mata, Vitória de Santo Antão, Camaragibe e Garanhuns, assumindo a função de Juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância.

Julgada e aprovada em sessão plenária, a promoção representa, segundo Maria Carolina, a melhoria do serviço judicial no Recife. "Das 71 Varas da Capital, 17 se encontram sem titular, ocupadas também por acumulação".

Espaço - A promoção desses magistrados abre caminho para a nomeação de mais alguns dos juízes aprovados no concurso público, concluído em dezembro. A Secretaria Judiciária realizou levantamento das vagas existentes com as promoções e verificou a necessidade de nomear mais 13 juízes.

***Fórum** - O projeto arquitetônico do novo Fórum da Capital foi apresentado, esta semana, ao prefeito do Recife, Roberto Magalhães, pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão (foto). O arquiteto responsável pelo projeto, Moisés Andrade, mostrou os detalhes técnicos da obra, que, segundo ele, será um marco na arquitetura da cidade. "Vai ficar muito bom", afirmou Magalhães, lembrando que o terreno onde vai ser construído o Fórum foi destinado ao Poder Judiciário quando ele era governador do Estado. O desembargador Nildo Nery dos Santos esteve presente à reunião na prefeitura do Recife*

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Cuentes

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Chatuzanne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Ana Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Palácio da Justiça - Praça da República, s/n Santo Antônio - Recife-PE
Fone: (081) 224-3333/4019-3251
Fax (081) 224-3531

E-mail: ascimp@elogica.com.br

Infância e Juventude

Magistrados recebem treinamento

Luís Carlos Figueiredo lembra período de inscrições do curso em Direito do menor

Para propiciar aos juízes recém-concursados os conhecimentos básicos de uma das áreas mais polêmicas do Direito, o TJPE vai realizar Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança e do Adolescente. Marcado para os dias 26 e 27, o treinamento tem o apoio do Ministério da Justiça e coordenação da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital.

Destinado aos 27 juízes que aguardam nomeação, e facultativo para os demais 53 aprovados no concurso, assim como para os magistrados que atuam na área, o curso será realizado no auditório do Centro Integrado da Infância e do Adolescente, na Rua Fernandes Vieira, 405, Boa Vista, sem fornecimento de diária.

As inscrições estão abertas até o dia 15, podendo ser feitas na 2a Vara da Infância e da Juventude, fone 221.3198 ou na Assessoria de Cerimonial do TJ (fone 419.3287).

Programação - Aberto pelo desembargador Nildo Nery, coordenador do treinamento, o curso tem a participação do juiz José Saraiva, titular da Vara Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. O magistrado faz palestra sobre a experiência de mobilização daquela comunidade gaúcha em torno da resolução dos problemas de menores infratores.

De acordo com o juiz Luís Carlos Figueiredo, da 2a Vara da Infância e da Juventude da Capital, o objetivo é discutir os aspectos práticos dos procedimentos nas Varas especializadas, para que sejam implantados em todas as Comarcas do Estado o controle de adoções nacionais e internacionais e as medidas em meio aberto de recuperação de adolescentes.

Ato infracional, crimes contra crianças e adolescentes, agilização de procedimentos, convivência familiar e comunitária e famílias natural e substituta são alguns dos temas que serão abordados no curso.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV - Nº 39 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 03 de março de 1998

Fórum de Jaboatão vai funcionar em local único

Inauguradas no dia 28 de janeiro, as novas instalações do Fórum de Jaboatão vão ser finalmente ocupadas. No dia 16 de março, o novo prédio recebe cerca de 33 mil processos que, até então, tramitavam precariamente em dois imóveis, em Candeias e Jaboatão-Centro, dificultando o acesso da população à Justiça.

Com sete Varas Cíveis, quatro Criminais, duas da Assistência Judiciária e duas da Fazenda Pública, o novo Fórum vai dispor de um Tribunal do Júri, deixando de depender da existência de vagas na pauta da Câmara Municipal, onde realizava os julgamentos por falta de espaço próprio.

O prédio foi inaugurado ainda em fase de acabamento, faltando a instalação do elevador e a conclusão do quarto pavimento, onde se localiza o Tribunal do Júri. Com a determinação do presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, de licitar o elevador e de concluir a restauração, o prédio deixa de ser um canteiro de obras e fica pronto para a execução de todo o serviço judiciário da Comarca.

Atualmente o prédio encontra-se em obras

Inaugurado ainda em fase de conclusão, o prédio vai funcionar plenamente dentro de 15 dias

Segundo a diretora do Fórum, juíza Nalva Cristina Campelo, todas as intimações, para audiências depois daquele dia, já estão sendo marcadas com o novo endereço - Avenida Barreto de Menezes, 636. Ela anuncia que o serviço ficará ainda melhor e mais ágil quando, dentro de algum tempo, sem previsão de data, for concluída a informatização do Fórum.

Galvão participa de encontro de presidentes

Etério Galvão participa de encontro em Curitiba

As reformas Constitucionais e suas conseqüências serão debatidas durante o encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, que se realiza de quinta até domingo, em Curitiba. O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, participa da reunião, mas antes viaja para São Paulo como convidado do Congresso Internacional de Direito Bancário que começa hoje.

Durante o encontro do Colégio Permanente, os presidentes vão participar também de uma mesa redonda com membros do Instituto Max Planck sobre Direito Penal Internacional. O expositor da mesa é o professor alemão Kurt Madlener. Ainda no final deste mês, o presidente Etério Galvão será um dos conferencistas de um encontro de Direito Tributário, que será realizado no Recife. O tema da conferência será o processo administrativo fiscal como instrumento de redução de litígios judiciais.

Aemepe retoma atividades

A Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco - Aemepe - realiza no dia 18 a primeira tarde beneficente do ano, promovida pela entidade. O encontro acontece às 16h, na Arcádia Casa Forte, numa homenagem às funcionárias-mães do Tribunal de Justiça, com distribuição de brindes àquelas de menor poder aquisitivo.

Segundo a presidenta Valéria Freitas, o encontro marca também o início de uma campanha que a associação vai realizar no sentido de aumentar o número de associadas. Entidade de fins beneficentes, a Aemepe trabalha voltada à assistência social de servidores carentes do TJ.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Waldemir Oliveira Lins

Vice-Presidente:
Des. Arthur Pio dos Santos Neto

Corregedor-Geral:
Des. Itamar Pereira da Silva

Assessor de Imprensa:
Lúcio Costa

Editor:
Lúcio Costa

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Jacaí Barbosa

Diagramação:
Celeste Dias

Redação:
Fórum Paula Baptista - 7º andar - Sº Antônio - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3533/424.3811 - R. 300 - Fax: (081) 224.3531

E-mail: ...@tjpe.com.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cape

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 40 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 04 de março de 1998

Carência de juízes é motivo da demora da Justiça

A defasagem existente entre o número de juízes e a população do Estado é, segundo o presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Napoleão Tavares, um dos motivos da demora do Judiciário. De acordo com sua avaliação, para que se atingisse um modelo ideal de prestação de serviços, cada juiz não poderia receber mais de 300 processos por ano.

Embora reconheça as dificuldades que o Judiciário enfrenta, o desembargador afirma que dados referentes à quantidade de feitos que deram entrada no TJPE, só no ano passado, revelam que, dos cerca de 6.600 processos, foram julgados quase 80%. "É uma estatística razoável, até certo ponto proporcional à demanda", explica Tavares.

Para o desembargador Napoleão Tavares, os serviços da Capital ainda não atendem à demanda

Números referentes aos nove primeiros meses do ano passado mostram também que a 1ª Instância teve uma demanda de cerca de 69 mil processos. Só na Comarca do Recife, foram distribuídos quase 27 mil feitos e pouco mais de 3 mil criminais foram julgados. O presidente em exercício reconhece que os serviços da Capital não têm atendido às expectativas da população e afirma que os dados remetem à carência de magistrados no Estado.

Juizados Especiais

Um panorama dos Juizados Especiais registra mais de 47 mil queixas e um índice de 75% de solução dos conflitos em Pernambuco, inclusive nos oito órgãos que funcionam na Capital. Apesar das reclamações surgidas quanto à demora para realização das audiências de instrução, o desembargador Napoleão Tavares ressalta que os Juizados foram um avanço nos serviços prestados pelo Judiciário à população e que a criação de outros órgãos com a mesma filosofia pode ser a alternativa para atender à demanda existente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Motta

Assessor de Imprensa:
Márcia Caminha

Redatores:
Marcos Chaves, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Ana Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Palácio Paula Baptista - 7º andar - 25º andar - Recife-PE. - CEP 50.010-040 - Fone: (081) 224.3351/424.3611 - R. 300 - Fax: (081) 224.3501

E-mail: atm@pe.bologia.com.br

Ambulatório amplia atendimento a servidores

Os servidores da Corregedoria Geral de Justiça já estão sendo atendidos pelo Centro Integrado de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco para a marcação de suas consultas odontológicas. O atendimento ao pessoal dos fóruns é uma das mudanças ocorridas desde o mês passado no Ambulatório.

A outra modificação que, segundo o diretor do Centro de Saúde, médico José Fernandes Arteiro Neto, vai beneficiar todos os servidores do Poder Judiciário, é a possibilidade de marcação de consultas por telefone. "Através da linha telefônica 465-8117, os funcionários cadastrados e seus dependentes podem marcar consultas médicas e odontológicas com apenas um telefonema". Fernandes, inclusive, adiantou que já está sendo providenciada outra linha telefônica para não haver problemas futuros no atendimento.

Situado agora no bairro do Pina, à Rua Manoel de Brito, 311 (após a ponte -sentido cidade/subúrbio -, entra-se à direita no primeiro sinal), funcionando no horário das 7 às 19h, o Centro de Saúde conta com sete profissionais da área médica, nas especialidades de pediatria, clínica, cirurgia geral (pequenas cirurgias) e ginecologia-obstetrícia. Na área odontológica, o Centro "Des. Ângelo Jordão Filho" tem nove dentistas à disposição dos servidores e seus dependentes.

De acordo com Fernandes Arteiro, a melhoria do atendimento, com a implantação do sistema de marcação de consultas por telefone, será considerável. "Anteriormente, além de ser necessária a presença do servidor para a marcação de consultas, ocorria, às vezes, a impossibilidade do atendimento naquele horário marcado, fazendo com que o funcionário fosse duas vezes ao Centro sem ser atendido". Segundo ele, hoje é possível marcar uma consulta médica para ser atendido no mesmo dia.

Ele acrescentou ainda que os servidores do Poder Judiciário que ainda não estão cadastrados no Centro de Saúde, devem procurar, "o mais rápido possível", a Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, onde os interessados devem obter maiores informações.

Atendimento no ambulatório do TJPE é ampliado

ERRATA

Devido a problemas operacionais, o expediente foi publicado incorretamente. Nesta edição publicamos o correto.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.limpa.pe.gov.br/page

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 41 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 05 de março de 1998

Número de Varas no Estado é insuficiente

A quantidade existente de Varas não é suficiente para atender aos serviços do Judiciário, mesmo depois da Lei Complementar 19, que aumentou o número de Varas Cíveis de 17 para 21. A opinião é da diretora do Departamento de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, que afirma ser preciso estruturar teoricamente cada uma delas, de acordo com parâmetros físicos que envolvam a quantidade de funcionários, juízes e equipamentos necessários.

Segundo Da Paz Brasil, ainda é necessário criar Varas Cíveis por Distribuição, de Assistência Judiciária e da Fazenda, privativamente de Execução Fiscal. "A idéia é criá-las, definindo procedimentos operacionais", ressalta a diretora do DRH. Ela explica que a assessoria de Pesquisas Técnicas Judiciárias já realizou todo um estudo teórico do funcionamento das Varas e agora a análise será adaptada à nova realidade trazida pela Lei Complementar.

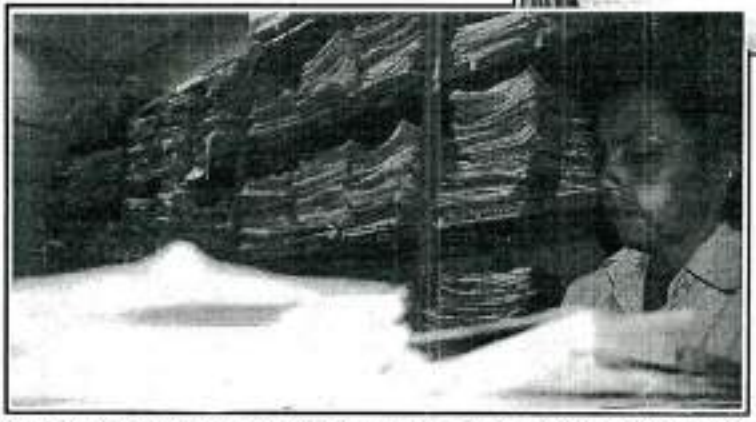
Dados de um trabalho panorâmico sobre as Varas da Fazenda, consideradas as mais problemáticas pelo Judiciário, revelam que 80% dos processos que dão entrada são execuções de pequeno e médio portes; 8% referem-se a ações embargadas, ligadas às grandes indústrias e ao comércio, enquanto os 12% restantes tratam de processos diversos. Da Paz Brasil afirma que só os embargos representam 80% da receita do estado de Pernambuco.

Levantamento

O espaço físico é um dos problemas que o Tribunal de Justiça enfrenta hoje para resolver a questão do acúmulo de processos. "Apesar do crescimento que já houve, a demanda ainda exige mais espaço para instalação das Varas. Não se pode criá-las sem antes definir um local apropriado para instalação", ressalta a diretora do DRH. Ela explica também que o desafio do Judiciário hoje é diminuir o tempo que o Poder leva para concretizar a sua missão institucional, que é a sentença.

O DRH e a assessoria de Pesquisas Técnicas Judiciárias estão, em conjunto, planejando a realização de um censo judiciário, que vai constar de um levantamento de pessoal, do número de processos e da situação das Varas em todo o estado. Segundo Da Paz Brasil, o censo vai tornar possível a adaptação do estado à nova realidade do Judiciário, surgida com a Lei Complementar. "Por meio do censo, que é uma das nossas metas, vamos evitar distorções e melhorar a qualidade dos serviços judiciais", conclui.

Da Paz Brasil afirma que é preciso estruturar as Varas segundo parâmetros físicos.



O número de processos é um dos critérios a serem analisados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para a instalação de Comarcas

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gusmão

Redatores:
Marcos Chaves, Roberta Tenza, Christiano Alckmin e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-1531
Email: sdin@elogica.com.br

TJ analisa instalação de Comarcas

O Poder Judiciário quer saber se há mesmo necessidade de instalar as Comarcas de 1ª Entrância de Itaqaitinga (criada pela lei 9967/86), Sairé, Pombos, Iati, Buenos Aires, Tracunhaém, Brejão, Tacaimbó, Caetés (lei 10.391/89) e Cortês (Lei 10.629/91).

Será estudado o atendimento aos pré-requisitos exigidos pelo Código de Organização Judiciária de Pernambuco, como existência de Fórum, cadeia pública, residência de juiz, número de servidores e movimento forense. Para o desembargador Etério, somente um mínimo de 300 a 400 processos por ano justifica a instalação das Comarcas.

Caso a caso será estudado, disse ele, acrescentando que o mesmo será feito em Catende e Ribeirão que aguardam a instalação da 2ª Vara por Distribuição, e em Carnaru e Paulista cujas 3ª Criminal e 4ª Cível por Distribuição, já criadas, ainda não entraram em funcionamento.

O presidente do Tribunal de Justiça entende que se as Comarcas e as Varas vierem a ser instaladas inegavelmente a Justiça estará mais próxima do povo, sobretudo na 1ª Entrância, já que a população não precisará se deslocar para receber a assistência da Justiça no município vizinho.

No entanto, o que Etério Galvão pretende evitar é a instalação desnecessária, caso os pré-requisitos não sejam atendidos. Segundo ele, a criação de Varas e Comarcas deve ser uma conseqüência da distribuição rotineira de processos e não do acúmulo de feitos já existentes.

Curso

Estão abertas as inscrições para o Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança e do Adolescente, que o Tribunal de Justiça realiza nos dias 26 e 27, no Centro Integrado da Infância e da Adolescência. Os interessados devem procurar unicamente a 2ª Vara da Infância e da Juventude, na Rua Fernandes Vieira, 405, Boa Vista, telefone 221.3498.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 42 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 06 de março de 1998

TJPE estrutura fóruns do interior

As Comarcas de Salgueiro, Aliança e Moreno irão receber, até a semana santa, móveis destinados à melhoria das instalações dos seus respectivos fóruns. A informação é do diretor de Infra-Estrutura, Érico Iglésias, que já está realizando um levantamento das 138 Comarcas do Estado no sentido de detectar quais são os municípios, principalmente do interior, que estão necessitando de uma melhor infra-estrutura para implementação do atendimento.

Para maiores informações quanto à situação atual de cada Comarca, a diretoria está enviando um ofício circular a todos os juízes, para que eles listem quais são as prioridades para um melhor funcionamento dos serviços da Justiça na Comarca. De acordo com Iglésias, será requisitada ainda esta semana a compra de cerca de 60 aparelhos de ar condicionado e 40 bebedouros, que também têm sido solicitados pelos magistrados. Os equipamentos serão submetidos a um processo de licitação.

Castro(E) e Iglésias(D)trabalham juntos para melhorar infra-estrutura

Segundo o secretário-adjunto de Planejamento, Administração e Interior, Joaquim Castro, os vários ofícios solicitando entrega de mobiliário e equipamentos em geral vêm das Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias. "A maior demanda é a dos fóruns recentemente construídos e o maior apelo é dos juízes que atuam no interior", explica Joaquim Castro. Ele afirma ainda que, na Região Metropolitana, nas Comarcas de Jaboatão, Paulista e Cabo, já houve aquisição de móveis.

Uma novidade na distribuição dos móveis é um convênio que deverá ser realizado com os Correios que, a partir da oficialização, passará fazer a entrega de qualquer material do Poder Judiciário. Segundo Érico Iglésias, a expectativa é de que todas as Comarcas do Estado estejam dotadas de uma infra-estrutura básica dentro de no máximo seis meses.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Nipomuceno Tenorio

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Gerente de Impressão:
Alexia Soares

Redatores:
Marcos Clímaco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Cristina Matos

Fotógrafo:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Endereço:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-3231
Email: sead@elogica.com.br

Internet moderniza biblioteca

Usuários da biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco já podem fazer suas pesquisas jurídicas através da Internet. O sistema está ligado aos tribunais estaduais, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal. O setor funciona das 8h às 17h, e recebe uma média diária de 30 visitantes, entre público interno e externo.

Segundo Cristiane Maria Silva, chefe da biblioteca, o novo serviço faz parte do projeto de informatização do departamento. É também meta a conclusão do sistema Libres, que já se encontra em fase de implantação, e que permitirá, através de rede local, que o acesso à biblioteca seja feito dos gabinetes e demais departamentos do Tribunal.

A biblioteca atende também público externo

Acervo - Mais de 10 mil títulos estão sendo catalogados para o Libres. Quando totalmente implantado, estarão disponíveis informações sobre as obras jurídicas existentes no Tribunal de Justiça de Pernambuco. O acervo, inclusive, tem sido sistematicamente atualizado.

Além da renovação de periódicos, como a Revista ADV- Advocacia Dinâmica, Legislação Federal e Marginália, Jurisprudência do STF e STJ e do Tribunal de Justiça de São Paulo, editados pela Lex Editora, o acervo foi acrescido de 10 novos livros.

A aquisição é resultado de pesquisa efetuada entre os juízes da Capital e Interior, que demonstraram interesse nesses específicos textos legais. Entre os novos livros à disposição, o Código de Processo Civil Comentado, Jurisprudência Brasileira Civil e Criminal, Comentários ao Procedimento Sumário, ao Agravo e à Ação Monitória, O fato Notório e União Livre à Luz da Lei 8.971/94 e da Lei 9.278/96.

Dia do Bibliotecário - É com essas inovações que usuários e servidores do Tribunal de Justiça comemoram, na próxima semana, o dia 12 de março, dedicado ao bibliotecário. Segundo Cristiane, que lembra aos juízes do Interior, a utilização do fax **419.3292**, para solicitação de leis e jurisprudência, como mais um dos serviços prestados, o objetivo é modernizar a biblioteca como fonte permanente e segura de informações.

CORREÇÃO

Na edição de ontem, na matéria "Número de Varas no Estado é insuficiente", onde saiu "Da Paz Brasil afirma que só os embargos representam 80% da receita do estado de Pernambuco", leia-se: "Da Paz Brasil afirma que os 8% de processos embargados contêm 80% do total do débito a ser arrecadado através dos executivos fiscais".

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cepa

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 43 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 07 de março de 1998

Mulheres ocupam espaço no Judiciário

Roberta Tavares

No dia 13 de agosto de 1822, quando foi instalado o então Tribunal da Relação, era formado apenas por homens, a começar pelos cinco desembargadores que integravam a Corte. Com sua atual denominação, o Tribunal de Justiça vem acompanhando a ocupação das mulheres nos mais diversos cargos, sejam de chefia ou na magistratura, segundo levantamento efetuado pela Diretoria de Recursos Humanos devido à comemoração do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Dos 2.365 funcionários, incluindo os comissionados e à disposição, na Capital e Interior, 979 são mulheres. Presente em mais de 41%, a participação feminina no Poder Judiciário pernambucano é também encontrada nos cargos de chefia. São 32, dirigindo departamentos, assessorias e divisões no Recife. Já nas Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, dos 115 chefes de secretaria, 73 são mulheres.

É marcante também sua presença nos quadros da magistratura, onde se percebe que, cada vez mais, elas participam dos concursos públicos, com alto índice de aprovação. Do total de 323 juízes no Estado, elas somam 25 na 1ª Entrância, 33 na 2ª e sete na capital, totalizando 65 mulheres.

Capacidade Intelectual

De acordo com o presidente do TJPE, desembargador Elétrio Galvão, a confiança que ele deposita na competência da mulher está refletida na sua equipe de assessores diretos, formada 50% por profissionais do sexo feminino. "A esperança de um futuro promissor repousa na atuação da mulher, já que os homens comandaram até hoje, e os resultados não foram satisfatórios", afirma o presidente.

Setor de Taquigrafia conta com 54 mulheres

As funcionárias trabalham em sistema de rodízio, atendendo a todos os órgãos julgadores do Poder Judiciário

O departamento taquigráfico é um típico exemplo da força feminina no Tribunal de Justiça. Apenas cinco homens trabalham, em serviços diversos, junto a 54 mulheres, das quais 30 são taquígrafas. A diretora-adjunta Rosa de Lima Fonseca garante que, folclores à parte, esse é um setor onde não existe fofoca.

A organizada divisão de trabalho, a necessária compenetração e o excesso de cuidado com o controle burocrático fazem da taquigrafia, segundo Rosa, uma profissão culturalmente feminina, embora nada impeça a ocupação do homem nos quadros taquigráficos de qualquer empresa ou órgão público.

Só para se ter uma idéia das minúcias que as taquígrafas enfrentam no dia-a-dia do Tribunal, elas trabalham em sistema de rodízio, atendendo a todos os órgãos julgadores do Poder Judiciário. Depois de traduzidas, as notas taquigráficas são datilografadas, revisadas, supervisionadas pela diretora, protocoladas e encaminhadas aos departamentos Cível e Criminal.

Rosa de Lima acredita que só com a paciência do chamado sexo frágil é possível registrar, de forma compenetrada e com reduzida margem de erros, utilizando sinais incompreensíveis para a grande maioria dos mortais, todas as discussões que acontecem nas sessões ordinárias, extraordinárias, administrativas e solenes do Tribunal de Justiça (R.T).

Mudanças começaram na década de 60

Christianne Alcântara

Em plena década de 60, enquanto a feminista Betty Friedman queimava sutiãs em praça pública, em sinal de protesto às diferenças entre homem e mulheres, Magui Lins Azevedo quebrava tabus tornando-se a primeira mulher a ingressar na magistratura pernambucana em 1966. Nesse mesmo ano, Maria Iracy Mota começou a trabalhar, como datilógrafa, em um Poder tradicionalmente formado por homens: o Judiciário.

Desde então, muitas mudanças ocorreram. As inscrições das mulheres em concursos públicos de juízes não são mais negadas. Homens e mulheres já trabalham harmoniosamente nas Varas, Comarcas, assessorias e departamentos que formam o Poder. "Durante mais de 30 anos, fui a única juíza do Estado. O Judiciário já foi mais machista, mas agora percebeu que capacidade independe de sexo", afirma Magui Lins, juíza da 7ª Vara Criminal.

Segundo Iracy Mota, 51, dos quais 33 servidos ao Tribunal de Justiça e nenhuma falta na ficha funcional, 21 presidentes já passaram desde 1970, quando ela foi lotada na Chefia de Gabinete. Inicialmente, como datilógrafa, depois oficial judiciário e atualmente assistente judiciário de 3ª Entrância. Iracy Mota explica que o TJPE é sua segunda casa. "O tempo da minha aposentadoria já passou e não tenho a mínima vontade de requerê-la", completa a funcionária mais antiga do Tribunal.

Apesar de todo o espaço conquistado, as mulheres ainda não atingiram o cargo máximo do Judiciário estadual, o de desembargadora. Em agosto de 1994, Magui Lins substituiu o desembargador Dário Rocha durante um mês. Em Pernambuco, este ainda é um desafio às advogadas, promotoras e juízas que poderam vir a concorrer ao cargo.

Iracy Mota tem 33 anos de serviços prestados ao TJPE

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/dopoe

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elétrio Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcia Gomes

Redatores: Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Christine Matos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3351 Fax 224-3631
E-mail: sala@pcr@elogica.com.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 44 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 10 de março de 1998

Justiça juvenil é mais rápida

O Programa Justiça Sem Demora, instalado em março do ano passado, para agilizar a tramitação de processos de menores infratores, completa hoje um ano com um dado que surpreende a conhecida morosidade judiciária: 100% dos processos em que existe privação de liberdade são concluídos ao prazo máximo de 45 dias, estabelecido por lei.

Excesso de prazo não é mais motivo para que advogados façam o pedido de relaxamento de prisão de menores infratores, muitas vezes recolhidos ao estabelecimento prisional por casos graves como roubo, latrocínio ou homicídio. Descumprir esse prazo, segundo o juiz Severino Barbosa, pode resultar em crime de responsabilidade para qualquer um dos órgãos que atuam em regime de parceria no Justiça Sem Demora.

Em funcionamento no Centro de Atendimento à Infância e Adolescência, Rua Fernandes Vieira, 405, Boa Vista, com competência para as 1ª e 2ª Varas, o programa atende em regime de plantão, 24 horas, com equipes das Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Fundac e Poder Judiciário. Criado pela Instrução de Serviço 02/97, o programa cumpre determinação do artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069.

Procedimento - Da apreensão em flagrante pela Polícia Militar, passando pela delegacia e pelo Ministério Público, a lei dá um prazo de 24 horas para que o menor seja ouvido e o caso seja encaminhado ao juiz que tem até 45 dias para a sentença, caso o infrator esteja preso. Durante o primeiro ano de funcionamento, o programa Justiça Sem Demora atendeu a cerca de 650 adolescentes, na capital.

De acordo com o juiz Severino Barbosa, os casos mais graves foram 13 latrocínios, 21 homicídios, 16 tentativas de homicídio, 150 roubos e 232 furtos. Segundo cálculos do magistrado, 90% dos menores infratores são usuários de droga e, não é raro, usarem pistolas adquiridas em feiras de troca-troca.

Com a agilização dos procedimentos, o Justiça Sem Demora consegue não apenas evitar que autores de latrocínio e de outros crimes graves sejam libertados por excesso de prazo. O objetivo é permitir também, em menor tempo, a aplicação de medidas sócio-educativas em meio aberto aos menores infratores leves.

O juiz Severino Barbosa é responsável pelo programa Justiça Sem Demora

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Stério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mello

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Marcos Cláudio, Roberta Tavares, Christiane Aldenora e Christine Matos

Fotografia:

Alexis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
E-mail: [illegible]

Reformas são tema da Carta de Curitiba

Para Stério Galvão, Carta poderia ser mais objetiva

A Carta de Curitiba foi o resultado do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil realizado no Paraná, neste último final de semana. O Encontro, que teve como tema as Reformas Constitucionais, reafirmou a posição do Poder Judiciário nacional contra a maneira como as reformas estão sendo processadas, sem uma preocupação com suas "reais conseqüências".

O presidente do TJPE, Stério Galvão, foi um dos 16 desembargadores que assinaram o documento que afirma a preocupação do Judiciário quanto aos rumos tomados pelas Reformas Administrativa e da Previdência Social. "Embora tenha assinado a Carta, acredito que ela poderia ter sido mais clara e objetiva. Debati com veemência os termos utilizados e acredito que o resultado final não expressa fielmente o sentimento do Colégio", ressalta o desembargador.

Segundo Galvão, o Estado Democrático de Direito só existe sobre o tripé Executivo, Legislativo e Judiciário, mas as reformas propostas pelo Governo anulam o Judiciário e dão poder absoluto ao Executivo. "Um quadro desse só pode resultar em uma sociedade autoritária", insiste o presidente do TJPE. Ele explica ainda que, com as modificações, o juiz será transformado em burocrata, quando, na verdade, é membro de Poder.

Carta de Curitiba-Entre as conseqüências das Reformas, os presidentes de Tribunais de Justiça apontam, na Carta, o comprometimento de situações indispensáveis ao exercício do serviço público, o sacrifício de garantias básicas do cidadão e o impasse que estados e a própria União devem enfrentar na efetivação de várias das medidas programadas, envolvendo servidores ativos e inativos.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 45 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 11 de março de 1998

Recursos Humanos muda atendimento

O atendimento ao público pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça está limitado às segundas, quartas e sextas-feiras, no horário das 12 às 18h. A medida, tomada pela Secretaria de Planejamento, Administração e Interior, a pedido da DRH, tem como objetivo melhorar o funcionamento dos trabalhos da diretoria.

"Nesse período de transição no Poder Judiciário, é o Recursos Humanos que está sofrendo o maior impacto das modificações trazidas pela Lei Complementar 19", afirma a diretora de RH, Maria da Paz Brasil. Com a Lei, um total de 1.249 servidores que estavam vinculados administrativamente à Corregedoria Geral de Justiça e à Coordenação dos Juizados, foram englobados pelo RH do Tribunal de Justiça.

Segundo ela, a lei ainda não foi devidamente assimilada, o que vem causando alguns transtornos no funcionamento da Diretoria de Recursos Humanos. "Estamos, nesse momento, com uma sobrecarga de trabalho muito grande", acrescentou.

Aliado a isto, existe o problema da falta de espaço físico para um trabalho adequado. "Neste sentido, estamos estudando, juntamente com a Diretoria de Planejamento, uma melhoria de nossa área, para atendermos melhor", afirma Da Paz Brasil. Ela diz que se o horário de atendimento ao público não tivesse sido implantado, não haveria tempo para planejar o desenvolvimento de pessoal.

Com a medida, o RH espera melhorar a qualidade do atendimento ao público do Judiciário

A diretora-adjunta de Recursos Humanos, Gisela Santos Pires, lembra ainda que a implantação de horário de atendimento ao público é fundamental para a questão dos processos administrativos, que chegam diariamente à DRH. "Sem o horário, os processos se acumulariam, pois nós não teríamos tempo para despachá-los". Ela afirma que a medida visa, por fim, melhorar a qualidade do atendimento ao público que procura a diretoria.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Ana Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 224-3551
E-mail: asin@tjpe.gov.br

TJPE e OAB discutem problemas do Judiciário

Controle externo do Judiciário, Assistência Judiciária e Defensoria Pública foram alguns dos assuntos discutidos durante visita esta semana do presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção Pernambuco, Aloísio Xavier,ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão.

Etério Galvão prometeu marcar uma reunião entre a sua Assessoria Especial e dois representantes da OAB para implementarem algumas idéias discutidas durante o encontro. O presidente do TJPE concordou com Xavier que o reduzido número de advogados na Assistência Judiciária se constitui num problema .Para Etério Galvão, a ausência do advogado impede o andamento de determinados feitos. "A presença do advogado dá seriedade ao processo", afirmou Galvão.

Com relação à nomeação de advogados para a Assistência Judiciária, Etério Galvão disse a Xavier que seria necessário que o Executivo aprovasse uma verba orçamentária, a ser administrada pelo Judiciário. Porém, caso a verba seja aprovada, só poderá entrar no orçamento do próximo ano. Mas, esclareceu Galvão, o maior problema da Justiça estadual não é de pessoal e sim de espaço físico, que ele pretende resolver com a construção do Fórum do Recife, já que para ele, é na Capital que se enfrenta maiores problemas.

Etério Galvão(D) e Aloísio Xavier(E) conversaram sobre o reduzido número de advogados na Assistência Judiciária

Comitiva holandesa- Em visita ao Palácio do Campo das Princesas, o príncipe herdeiro do trono da Holanda, Willem Alexander (D), foi recebido pelo governador de Pernambuco, Miguel Arraes, e pelo vice-presidente do Brasil, Marco Maciel(E), além de outras autoridades, entre elas o chefe do Poder Judiciário, desembargador Etério Galvão. A visita consiste de uma troca de presentes. O Príncipe de Orange recebeu uma gravura de Ariano Suassuna e doou instrumentos para os garotos que compõem a banda de música Maurício de Nassau.

Além do aspecto cultural, a expectativa é de que a visita da comitiva holandesa traga também dividendos econômicos para Pernambuco. Segundo o secretário de Governo do estado, Dilton da Costa, uma visita desse porte deverá representar um canal de abertura com a Holanda para viabilizar projetos de interesse comum.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 46 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 12 de março de 1998

TJPE comemora data com exposição

Em comemoração ao Dia Nacional do Bibliotecário - 12 de março, a Biblioteca do Tribunal de Justiça realiza exposição das obras recentemente adquiridas, para conhecimento do público usuário. Dentre as novas publicações, o Código de Processo Civil Comentado, de Nelson Nery Júnior, edição atualizada até agosto do ano passado, é uma das mais consultadas.

Considerada uma das obras jurídicas de maior importância para a fundamentação de magistrados em causas cíveis, a publicação traz, em suas 2.300 páginas, três novos títulos da atualidade: Arbitragem, Interceptações Telefônicas e Previdência Social. O acervo da biblioteca está à disposição de qualquer usuário para consulta e exclusivo empréstimo a magistrados.

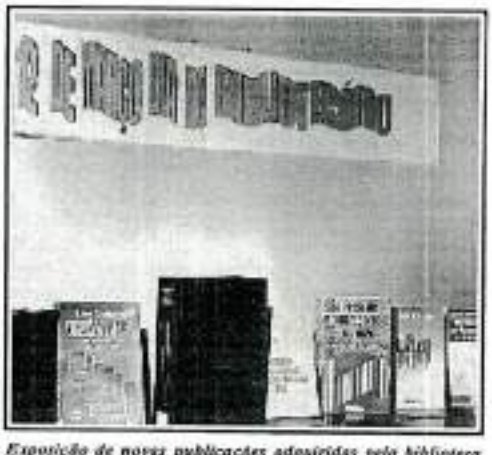
A divulgação do E-mail **bibl@tjpe.gov.br**, da Biblioteca do Tribunal de Justiça, que amplia o serviço de assistência ao usuário, integra também as comemorações do 12 de março, segundo a chefe do setor, Cristiane Maria Silva. A data foi instituída pelo Decreto 84.531/80, em homenagem ao bibliotecário, escritor e poeta recifense, Manoel Bastos Tigre, nascido a 12 de março de 1882.

Os anais do TJPE dão conta da existência de uma "modesta biblioteca", na década de 30. O reconhecimento à importância do serviço prestado vem crescendo a cada administração. Há cerca de três anos, o quadro funcional foi aumentado para oito bibliotecárias, sendo que duas, atualmente, emprestam sua experiência à Biblioteca da Escola Superior da Magistratura, onde a atividade é voltada aos alunos que se preparam ao exercício da função.

Com suas estantes antigas e imponentes, onde também se encontram seculares livros jurídicos, o ar pesado da biblioteca do Tribunal de Justiça contrasta com a modernidade da informática e com o interesse das bibliotecárias na reciclagem profissional, como a participação em congressos brasileiros da categoria e cursos em organização e automação de leis.

Ainda a partir desta semana, uma mala direta passa a ser mensalmente enviada aos juízes de 1ª Instância, com relação de novos livros, legislação atualizada e súmulas dos Tribunais Superiores. Isso representa uma nova dinâmica que as bibliotecárias empregam ao serviço, "pois uma biblioteca especializada não deve ser um organismo estático, mas orientar seus usuários para uma maior utilização dos recursos disponíveis", enfatiza Cristiane Silva.

Bibliotecário utilizam a informática para modernizar serviços ao público



Exposição de novas publicações adquiridas pela biblioteca marca o Dia do Bibliotecário no TJPE

Judiciário fornece informações ao público pelo telefone

Em dois anos de funcionamento, o Telejudiciário - sistema informatizado para atendimento telefônico ao público - já recebeu mais de 50 mil ligações de advogados e partes interessadas em informações jurídico-administrativas do Tribunal de Justiça. Instalado em abril de 1996, o serviço funciona de segunda a sexta, das 7h às 19h, pelo telefone 424.3021.

Utilizado pelo público em geral, o sistema oferece fácil acesso a informações sobre o andamento de processos cíveis e criminais da 2ª Instância, correspondência administrativa, localização de funcionários, serventuários e magistrados no âmbito do Poder Judiciário, composição dos desembargadores e horário de funcionamento das Câmaras e Seções.

Com atendentes treinadas para responder de forma rápida, o Telejudiciário tem beneficiado advogados e partes envolvidas num processo, especialmente o pessoal do Interior que não mais precisa se deslocar até a Capital para saber o andamento da ação. Basta fornecer o nome do autor e/ou réu. O número do processo, contudo, facilita ainda mais o atendimento.

O tronco 424.3021 dispõe de três linhas e de quatro recepcionistas, sendo apenas uma pela manhã. De acordo com Antônio da Paz, chefe da Central de Informações - setor que congrega o Telejudiciário, Protocolo e Serviço de Informação ao Usuário - o movimento à tarde é 80% maior.

Jurisprudência - Aos magistrados e servidores do Interior é possível também solicitar e receber informações via fax 419.3333. O serviço foi instalado em outubro, permitindo ao pessoal das Comarcas o envio de ofícios e requerimentos, assim como consulta a processos e jurisprudência. Ainda sem um levantamento detalhado do movimento, segundo da Paz 90% dos magistrados de Comarcas distantes são usuários do serviço, e 70% das solicitações são referentes a jurisprudência.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvaldo Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gazeau

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/Fax(081) 419-3251 Fax 224-3550
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 47 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 13 de março de 1998

Amepe programa concursos para magistrados

A Associação de Magistrados do Estado de Pernambuco vai promover, através de sua Diretoria Cultural, dois concursos com o objetivo de motivar a produção técnico-científica dos juízes e o desenvolvimento profissional da categoria. A informação é do diretor cultural, Ulisses Viana Filho, que destacou o estímulo técnico-científico e cultural como parte da política que a nova presidência da Amepe vai adotar.

O concurso de monografia, em homenagem ao juiz José Lopes de Oliveira, será realizado em parceria com o Banco de Bostos, vai constar de um tema aberto de direito público ou privado e deve selecionar três trabalhos. "Estamos providenciando prêmios para as melhores monografias. O primeiro lugar será o vencedor de uma viagem a Buenos Aires; o segundo, vai receber uma viagem para Natal e o terceiro prêmio será uma obra jurídica", explica o diretor Viana Filho.

A comissão julgadora será formada por três juristas de renome que não façam parte do Poder Judiciário. Os nomes serão mantidos em sigilo pela organização do concurso. De acordo com o diretor cultural, o regulamento está sendo concluído, mas já se sabe que a monografia deverá ter no mínimo 30 páginas e, no máximo, 50. "O aperfeiçoamento técnico-científico do magistrado é muito importante e nós estamos investindo nessa proposta", afirma Viana Filho.

Viana Filho ressalta preocupação da Amepe com o aperfeiçoamento dos magistrados

Um outro concurso que está sendo providenciado é o de incentivo à produtividade. Segundo o vice-presidente da Amepe, Mozart Valadares, os três juízes que melhor produzirem no período de um ano serão premiados, nas categorias maior número de sentenças de mérito, maior número de audiências realizadas e maior número de sentenças confirmadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Programação Cultural

Além de uma preocupação com o aspecto científico, a Amepe está propondo também uma agenda cultural. Entre as iniciativas, está uma aula-espetáculo que deverá ser ministrada pelo secretário da Cultura, Ariano Suassuna, ainda este mês. "Já fizemos contato, só falta marcar uma data", afirma Viana Filho. A associação vai promover também a apresentação de grupos folclóricos e musicais ligados à cultura pernambucana para os cerca de 500 associados, entre magistrados ativos e inativos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Cristiano Matos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE Fone(081) 419-3251 Fax 224-3531 E-mail: asim@cpa.gov.br

Inscrição em congresso será custeada pela associação

A Amepe vai custear, através do Tribunal de Justiça de Pernambuco, as inscrições dos 14 juízes das Varas de Fazenda Pública do Estado para o II Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Administrativo, entre os dias 23 e 25 do próximo mês, no Mar Hotel.

De acordo com o diretor Cultural, Ulisses Viana Filho, os interessados devem confirmar a presença na Amepe com Carmem Quirillos, nos horários da manhã e da tarde. Entre os palestrantes e conferencistas, estão o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, José Augusto Delgado, Oswaldo Morais e Ivo Dantas.

Viana Filho ressalta ainda que a política da Amepe será também a de financiar integralmente a participação dos magistrados que forem convidados como conferencistas, palestrantes ou debatedores em congressos, simpósios e encontros fora de Pernambuco. "Aqueles que forem apenas participantes terão a inscrição garantida", afirma Viana Filho.

Judiciário implanta processo de moralização

Uma análise crítica dos 10 processos mais antigos em cada uma das Varas da Capital e Interior será concluída até 30 de abril. Com a identificação das causas que levam à falta de andamento das ações, o documento vai servir de base, junto a outras providências, para a implantação do processo de moralização do Poder Judiciário estadual.

O elenco de medidas inclui relatório sobre o funcionamento dos Juizados Especiais da 3ª Entrância e de todas as Varas existentes no Estado. A elaboração de regimento de correições, para que juízes corregedores-auxiliares trabalhem de forma padronizada, é parte também das iniciativas do Tribunal de Justiça, que darão início ao processo de moralização que constitui um dos objetivos da atual presidência do TJ.

A implantação de medidas que permitam a fiscalização dos serviços que a Justiça presta à sociedade foi discutida em reunião, na Corregedoria Geral. A participação do desembargador Nildo Nery, integrante da próxima Mesa Diretora, garante a continuidade da moralização das ações judiciárias, no biênio seguinte.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.cepe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 48 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 14 de março de 1998

Comarcas do Interior recebem novos juízes

O Tribunal de Justiça nomeou 13 novos juízes de Direito Substitutos. Eles vão assumir comarcas de 1ª Entrância, que se encontram atualmente ocupadas por regime de acumulação. Antes, porém, fazem curso preparatório à função na Escola Superior da Magistratura.

Com os 28 juízes nomeados em dezembro, que assumem o cargo a partir de segunda-feira, depois de receberem treinamento específico, os mais recentes magistrados pernambucanos, por imposição constitucional, fixam residência na Comarca de atuação, sob o risco de não serem promovidos.

De acordo com a diretora-adjunta da Secretaria Judiciária, Ana Carolina Avellar, os novos magistrados passam os próximos dois anos em estágio probatório. Por ordem de classificação no concurso, fizeram a escolha da Comarca onde querem atuar. Jandhuy Pinizola da Cunha Filho, primeiro colocado, fica em Primavera.

São Vicente Férrer, Sirinhaém e outras, por motivo de proximidade com a Região Metropolitana e de pequeno movimento processual, são as mais disputadas. Cabrobó, Afrânio, Santa Maria da Boa Vista, Petrolândia e Belém do São Francisco, por estarem situadas na região da maconha, são consideradas as mais polêmicas. Os novos juízes assumem 41 das 86 Comarcas de 1ª Entrância.

Judiciário discute integração de serviços

Secretários, diretores e assessores do Poder Judiciário estadual estiveram reunidos, no Fórum Thomaz de Aquino Cirillo Wanderley, para discutir o processo de integração das atividades do Tribunal de Justiça com as da Corregedoria Geral. A fusão é resultado da Lei Complementar 19, em vigor desde dezembro.

Pela nova legislação, as atividades administrativas, financeiras, de planejamento e informática, antes desenvolvidas pela Corregedoria, são agora da única responsabilidade do Tribunal de Justiça, que passa a dar apoio administrativo e financeiro à Corregedoria.

A Lei Complementar 19 evita a duplicidade de ações, deixando com a Corregedoria a exclusividade de orientar, fiscalizar e disciplinar a prestação dos serviços da Justiça na Capital e Interior. A racionalização dos recursos, para evitar sua escassez e oferecer uma melhor aplicação, é um dos objetivos da lei.

Estrutura-A absorção das atividades da Corregedoria pelo Tribunal de Justiça leva, segundo Zélia Mendonça, à necessidade de modificação na estrutura do Poder Judiciário. A Diretoria de Planejamento já elabora um novo projeto, que será levado à apreciação do Pleno até o final do mês. A nova estrutura do Tribunal de Justiça deve ser totalmente implantada até junho.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo, presidiu a reunião

Segundo previsão da diretora de Planejamento, a nova estrutura do TJ será implantada até junho

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Nápoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcio Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Medeiros e Christine Muniz

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Muniz

Redação:
Pça da República, s/n - Boa Vista - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-3531
E-mail: sim@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 49 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 17 de março de 1998

Judiciário cria Colégio Recursal único

Os Juizados Especiais Cíveis da Região Metropolitana têm agora um único Colégio Recursal. Além de atender aos sete Juizados da Capital, incluindo o das Relações de Consumo, abrange os das Comarcas de Olinda, Jaboatão, Camaragibe, Cabo, Paulista, Palmares e Vitória de Santo Antão.

Integrado por 12 juízes, divididos em quatro turmas, o 1 Colégio Recursal se reúne duas vezes ao mês, cada turma respectivamente às terças, quartas, quintas e sextas, para apreciação e julgamento em 2ª instância de ações cujos valores não ultrapassam os 40 salários mínimos.

Segundo o assessor especial da Presidência, juiz Jones Figueirêdo, o Judiciário pernambucano dispõe de outros três Colégios Recursais de Juizados: Caruaru, Petrolina e Garanhuns, além de um relativo a causas criminais de menor potencial ofensivo, localizado na Ilha do Leite.

Os Colégios, segundo Figueirêdo (D), são presididos pelos juízes mais antigos na Entrância

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Dácio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gouveia

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Aldo Lima

Diagramação:
Christine Matos

Edição:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-3531
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

STF suspende reajuste do Tribunal de Justiça

A decisão do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu, através do julgamento de uma liminar na ação direta de inconstitucionalidade de Adin), apresentada pela Procuradoria Geral da República, o reajuste salarial de 11,98% aos juízes e desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi o assunto principal do encontro entre os presidentes do TJPE e TRT, respectivamente, desembargador Etério Galvão e juiz Francisco Solano Magalhães.

Galvão e Magalhães conversaram sobre liminar do STF

O STF já tinha tomado a mesma posição com relação ao reajuste dos servidores e magistrados do TRE e TRT de Pernambuco.

O Tribunal Pleno do TJPE, em sessão extraordinária, na quinta-feira, antes do comunicado oficial do STF, já tinha feito a reapreciação da decisão sobre a URV, suspendeado o reajuste. A decisão judicial terá que ser implantada de imediato, já nos contra cheques deste mês. Embora o pronunciamento do STF sobre a questão tenha chegado após a conclusão da folha de pagamento, todos os cálculos serão refeitos, sem que haja risco de atraso no pagamento.

Confaz discute atendimento ao cidadão e contribuinte

O atendimento ao cidadão na administração fiscal é o tema do seminário da 89ª Reunião do Conselho Nacional da Fazenda que será realizado no Caesar Park, no Cabo de Santo Agostinho, a partir de amanhã, às 9 horas. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, é um dos convidados para abertura do encontro.

De acordo com o secretário da Fazenda, Eduardo Campos, o objetivo do seminário é discutir as características dos serviços de atendimento ao cidadão e ao contribuinte na Administração Pública no Brasil e exterior. A programação prevê ainda o subsídio à implantação de serviços de atendimento no que se refere aos projetos financiados pelo Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os estados brasileiros.

Entre as discussões previstas, estão "Atendimento virtual aos contribuintes", "Direitos e garantias dos contribuintes e serviços de informação na administração fiscal da Espanha", "A experiência do POUPATEMPO", no estado de São Paulo. Marcela Hassenberg, do Chile, e Fernando Díaz Yubero, da Espanha, são os expositores estrangeiros que participam do encontro.

O governador Miguel Arraes, o prefeito do Recife, Roberto Magalhães e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Severino Otávio Monteiro, além dos secretários do estado e do município, são algumas das autoridades que devem abrir a programação do seminário.

Infância e Juventude prorroga inscrições

O Tribunal de Justiça prorrogou as inscrições para o Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança e do Adolescente. Até quinta-feira, os juízes interessados devem procurar o Centro Integrado da Infância e da Juventude, na Rua Fernandes Vieira, 405, Boa Vista, telefone 221.3498. O titular da 2ª Vara, juiz Luís Carlos de Barros Figueiredo, informa que o treinamento é obrigatório para os 28 magistrados que assumirão, esta semana, Comarcas de 1ª Entrância, e facultativo aos demais. Promovido pelo Tribunal de Justiça, o curso se realiza aos dias 26 e 27, naquela unidade especializada.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dopa

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Vol LXXV • Nº 50 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 18 de março de 1998

Judiciário institui tabela de plantão

Uma tabela de substituição automática, implantada pelo Tribunal de Justiça, atualiza e aprimora a escala de juiz plantonista nos períodos de férias, finais de semana e feriados. Já em funcionamento, o novo sistema permite aos magistrados, advogados e partes de um processo saber, com antecedência, quem responde pelo plantão judiciário nas Comarcas e Varas de todo o Estado.

A tabela inova em vários aspectos. Além de instituir o plantão em todas as Comarcas, elimina designações de surpresa e impede que algum juiz exerça ao mesmo tempo mais de duas substituições. Para facilitar o deslocamento do plantonista, propiciando uma atuação rápida e eficiente, as Comarcas foram agrupadas em 14 regiões, com exceção de Recife, Olinda e Jaboatão.

O plantão judiciário funciona na sede da Comarca do juiz designado que tem jurisdição no âmbito da respectiva região. Na Comarca da Capital, de acordo com o assessor especial da Presidência do Tribunal de Justiça, o funcionamento é no térreo do Palácio da Justiça. O magistrado tem competência apreciar e decidir causas cíveis e criminais de natureza urgente.

Habeas corpus, relaxamento de prisão em flagrante, fiança, extinção de punibilidade, mandado de segurança, medidas cautelares, pedidos de citação e outros casos previstos em lei são algumas das providências adotadas pelo juiz. A Resolução 91/98, que dispõe sobre a substituição automática em todas as Entrâncias, determina ainda ao plantonista a responsabilidade de responder pela diretoria do Foro das Comarcas da Região, pelos Juizados Especiais e pela Justiça da Infância e da Juventude.

TJPE e IPSEP discutem encargo patronal

O encargo patronal sobre a folha de pagamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco a ser repassado ao IPSEP e a devolução do percentual cobrado a mais pela previdência estadual, que recolheu 16% ao invés de 10% de funcionários públicos estaduais, foram os pontos discutidos, ontem, durante conversa entre os presidentes do TJPE e IPSEP, respectivamente, desembargador Etério Galvão e o médico Ricardo Lima. A reunião contou com a participação de assessores das duas instituições.

O IPSEP entende que o TJPE deixou de recolher junto à previdência estadual as obrigações patronais resultantes da folha de pagamento de pessoal. Segundo explicou o diretor financeiro em exercício do Tribunal, Wladimir Gomes, até o ano de 1997 esse repasse era de competência da Secretaria de Administração Estadual, pois, até então, o Judiciário não tinha orçamento para pagar esse encargo.

O orçamento desse ano já contempla o repasse do encargo, o que já vem sendo recolhido pelo TJPE, resultando num percentual de 4% em cima da folha de pagamento e, que a partir do próximo mês será elevado para 5%.

Com relação ao desconto em folha pago ao IPSEP pelo funcionário, a partir de abril será uma alíquota de 10% para todas as faixas salariais. Anteriormente, os inativos pagavam 4% e os ativos de 8 a 16%. Este último percentual foi contestado judicialmente, decidindo o Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da realização do desconto. Sendo assim, o IPSEP teria que restituir o que foi cobrado indevidamente.

Para Etério Galvão, um percentual único significa sacrificar quem ganha menos. O presidente do TJPE disse ainda que era totalmente favorável à alíquota de 16%, pois era de cunho social.

Segundo o presidente do IPSEP, Ricardo Lima, a devolução do percentual cobrado a mais, de acordo com o julgamento do STF, é uma questão preocupante devido ao impacto financeiro que a previdência estadual poderá sofrer. "Vamos estudar a questão para chegarmos a um acordo", ponderou Lima.

Ficou acertado durante o encontro que assessores do TJPE e IPSEP, juntamente com as secretarias da Fazenda e Planejamento, estudarão os dois pontos tratados na reunião de ontem, objetivando encontrar uma saída.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Editores:
Rejane Tavares, Christianne Medeiros e Christina Matos

Fotógrafo:
Josélia Lima

Diagramação:
Christina Matos

Redação:
Tjpe (Rua da República, s/n, São Antônio - Recife-PE
Fone/Fax: (81) 419-3251 Fax 224-3010)
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

A reunião entre o TJPE e IPSEP contou com a participação de assessores das duas instituições

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/dowp

DRH

O atendimento a funcionários e magistrados será realizado pela Diretoria de Recursos Humanos, a partir de hoje, temporariamente, no corredor do andar térreo do TJPE. Para o serviço, que funciona nas segundas, quartas e sextas, das 12 às 18 horas, foram providenciadas cadeiras para proporcionar maior conforto ao pessoal que procura os serviços do DRH. Segundo a diretora Maria da Paz Brasil, todos os requerimentos devem, a partir da próxima semana, ser protocolados, com o objetivo de garantir segurança interna e uma maior capacidade de informação. Ela prevê ainda que o atendimento seja realizado no corredor durante três meses.

Palestra

Medidas sócio-educativas pertinentes às crianças e adolescentes é o tema da palestra que a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco promove hoje, a partir das 18h30, para magistrados, estudantes de Direito e representantes da área jurídica estadual. O palestrante é o professor Emílio Garcia Mendez, diretor do Unicef para a América Latina e Caribe. A Esmape foi situada no Fórum Thomaz de Aquino Cirillo Wanderley.

Aemepe

A Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco promove, hoje, às 16h, no Buffet Arcádia I, no bairro de Casa Forte, um bingo beneficente.

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 51 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 19 de março de 1998

Judiciário e demais Poderes se reúnem na abertura do Confaz

A reunião do Conselho Nacional da Fazenda, realizada no Cesar Park, no Cabo, concentrou ontem seus trabalhos na preocupação com a melhoria do atendimento ao contribuinte. Segundo o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, que participou da abertura do encontro, o Judiciário estará sempre integrado aos poderes instituídos com o objetivo de prestar um serviço de melhor qualidade à sociedade.

Galvão ressaltou também que assuntos referentes a tributos têm relação direta com as Varas da Fazenda e refletem no Poder Judiciário. "Os contribuintes fazem questionamentos à Secretaria da Fazenda que terminam desembocando na Justiça. Esse é mais um motivo pelo qual precisamos nos envolver com um evento como o encontro do Confaz, que trata da relação entre o serviço público e o cidadão", explicou o presidente do TJPE.

A troca de experiências e uma melhoria dos serviços públicos prestados em Pernambuco é, de acordo com o secretário da Fazenda do Estado, Eduardo Campos, um dos resultados diretos dos temas em debate no Confaz. O secretário afirmou que, para cobrar os impostos, o Estado precisa também facilitar a vida do contribuinte: "Precisamos arrecadar, mas queremos também oferecer um serviço de qualidade".

Presidente Etério Galvão (E) participou, ao lado do governador Miguel Arraes (D), do Confaz

Uma das inovações previstas é a criação de uma central de atendimento ao cidadão, que será instalado em 60 dias, no Parque de Exposição do Cordeiro. Segundo o secretário de Administração, Massilon Gomes Filho, na central, haverá um pronto atendimento e os usuários terão acesso à emissão de carteira de identidade, antecedentes criminais, pagamentos de água, luz e telefone. O secretário informou ainda que o Estado tem discutido a possibilidade de montar centrais também no Shopping Center Recife, Shopping Guararapes e Centro da Moda de Olinda, para atender também a Região Metropolitana.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gusmão

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3281 Fax 224-3818
E-mail: asimi@tjpe.gov.br

TJ forma agentes para trabalho comunitário

Cerca de 30 representantes de organizações governamentais e não governamentais participam, até amanhã, do curso de formação de orientadores, promovido pelo Tribunal de Justiça e coordenado pela 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital.

Segundo a psicóloga Veronica Mafra, da equipe técnica da 2ª Vara, o objetivo é preparar o pessoal a orientar e acompanhar menores infratores que, por força de sentença judicial, se encontram em liberdade assistida ou em prestação de serviços à comunidade.

Orientadores que vão acompanhar o processo de reintegração de crianças e adolescentes à sociedade participam de curso promovido pelo TJPE

Realizado no auditório Oscar Pereira, do Centro Integrado da Criança e do Adolescente, o curso começou quarta-feira. Nesse período, os futuros orientadores recebem noções da Doutrina de Proteção Integral, Ato Infracional, Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto e aspectos políticos do programa de reintegração do menor.

De caráter permanente, o curso é apenas a primeira etapa de formação dos orientadores, que passam ainda por uma reciclagem e, finalmente, por uma avaliação do acompanhamento pedagógico aos adolescentes, com reflexão sobre avanços e insuficiências da execução do programa.

Responsável pela aplicação de medidas em meio aberto, adotadas apenas em casos de infração de menor gravidade, a 2ª Vara da Infância e da Juventude mantém convênio com 40 organizações governamentais e não governamentais e participação de 84 agentes indicados pelas próprias entidades.

O trabalho de orientação consiste em acompanhar o cumprimento da sentença judicial aplicada à criança e ao adolescente. Na prestação de serviço à comunidade, o menor infrator deve cumprir oito horas semanais realizando atividades que se adequem as suas aptidões, sem que isso prejudique seus estudos e sua profissionalização.

No caso de liberdade assistida, depois de se submeter a uma avaliação psicológica, realizada pela equipe técnica da 2ª Vara, o menor é encaminhado à família, recebendo acompanhamento integral dos orientadores no que se refere aos diversos aspectos de sua vida na comunidade. As medidas podem ser revistas, substituídas ou extintas.

Inauguração

O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Napoleão Tavares, representando o TJPE, participa, amanhã, às 9h30, em Petrolina, da inauguração do auditório da 8ª Vara da Justiça Federal. O auditório será denominado Josepha Coeiho.

Na ocasião, será aberto o ciclo de estudos jurídicos, em homenagem ao ministro do STJ, Deoclécio Ramos Reinaldo.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fenepe.gov.br/dopepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 52 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 20 de março de 1998

Assistência Judiciária

Geap diminui 18% do acervo

"O mutirão fiscal foi um dos trabalhos bem-sucedidos que o Geap já desenvolveu"

O Grupo Especial de Agilização Processual (Geap) deve concluir seus trabalhos na 5ª Vara de Assistência Judiciária Privativa de Família e Registro Civil ainda este mês. A informação é da assessora de pesquisa técnica judiciária, Maria José Primo. O levantamento dos resultados da atuação do Geap, iniciada na Vara em junho do ano passado, mostra que o grupo especial movimentou 31, 5% dos processos da serventia e conseguiu apresentar uma baixa em 18% do acervo total.

De acordo com Maria José Primo, esses números mostram um resultado positivo. "São três funcionários, altamente qualificados, fazendo um trabalho cartorário de agilização dos processos, em condições muitas vezes adversas. Os resultados apresentados pelo Geap são muito bons, ainda mais quando analisamos as características da Vara: distribuição e acervo altos", avalia a responsável pela Aspej.

De acordo com a ex-assessora de pesquisa técnica judiciária e atual diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, os trabalhos realizados pelo Geap se baseiam no artigo 267, incisos II e III, do Código de Processo Civil, que prevê a extinção do feito todas as vezes que ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes e quando, por não promover os atos e diligências, o autor abandonar a causa por mais de 30 dias.

FASES

De acordo com Da Paz Brasil, o grupo, atualmente conhecido por Geap, passou por várias fases antes de chegar à configuração especificamente cartorária em que se encontra. Na primeira etapa, um grupo de juízes e funcionários trabalhava em processos antigos, com ênfase em sentenças de mérito. A equipe era conhecida por "Swat". Na fase seguinte, em torno de sete magistrados, apoiados por funcionários, selecionavam processos de algumas Varas que apresentavam um acervo maior que a média.

Só na terceira etapa, foi criado o Geap. "A necessidade de promoção para a 3ª Entrância de um grupo de 30 juízes provocou a criação, por parte da Assessoria de Pesquisa Técnica Judiciária, do Geap", explica Da Paz Brasil. A partir daí, houve uma reestruturação do grupo denominado "Swat", que se juntou ao Grupo Especial de Agilização, GEA.

Da Paz Brasil afirma que o objetivo era provocar uma baixa nos acervos das Varas, com base no artigo 267 do Código de Processo Civil: "Eram 27 juízes trabalhando em sete Varas que, segundo critérios de análise, consideramos críticas. As 1ª, 2ª, 3ª, 6ª, 7ª e 10ª Cíveis por Distribuição e a 4ª Vara de Delitos contra Patrimônio".

A Assessoria de Pesquisa Técnica Judiciária coordena o Geap.

MUTIRÃO FISCAL

De março a outubro de 1996, foi montado o mutirão fiscal. "Para alcançarmos uma maior captação de receita para o Estado, por meio da cobrança dos executivos fiscais na 4ª e 6ª Varas da Fazenda Estadual, reestruturamos o Geap", explica Da Paz Brasil.

De acordo com dados dos 200 maiores devedores do Estado, fornecidos pela Procuradoria, foi desenvolvida uma ação nas duas Varas. A atuação do Geap zerou todos os processos da 4ª Vara da Fazenda, da qual é titular o juiz Djalma Andrelino.

A 6ª Vara, com um acervo de quase dois mil processos a mais, não apresentou, segundo a ex-assessora, os mesmos resultados. Atualmente, existem, na Vara, mais de dez mil processos apenas dependendo de decisão judicial.

NOVA ESTRUTURA

Segundo a atual assessora da Aspej, Maria José Primo, uma nova estrutura está sendo organizada para melhoria dos serviços da Justiça. É o Centro de Desenvolvimento de Serventias Judiciais, que será formado por núcleos de Pesquisa Técnica Judiciária, Avaliação de Desempenho e Produtividade e ainda de Treinamento em serviço. A proposta do Centro, que estará vinculado à Diretoria de Recursos Humanos, deve ir ao Pleno.

Funcionários qualificados realizam um trabalho cartorário de agilização Processual

Tribunal lança Teoria Geral do Direito

O Tribunal de Justiça abre suas portas, hoje, para promover o lançamento do livro Teoria Geral do Direito e Lógica Jurídica. Com o trabalho, a autora Cristiane Gouveia de Barros, juíza da 2ª Vara da Comarca de Surubim, contribui para a compreensão de um tema difícil. Destinado à comunidade jurídica, o livro é dividido em três partes, abordando inclusive autores pouco conhecidos no Brasil. A obra tem prefácio do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Eléris Ramos Galvão. O lançamento está marcado para as 18h, na Sala das Sessões Cíveis.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eléris Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Christine Matos

Redação: Pça da República, s/n 2no Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3253 Fax 224-3031
E-mail: aime@pe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.limpa.pe.gov.br/diario

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 53 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 21 de março de 1998

Curso de Infância e Juventude tem programação abrangente

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Ramos Galvão, tem presença marcada na abertura do Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança e do Adolescente, nos dias 26 e 27, no Centro Integrado da Criança e do Adolescente. Promovido pelo TJ e coordenado pela 2ª Vara, o treinamento é obrigatório para os juízes recém-empossados, que se encontram atuando em Comarcas de 1ª Entrância.

Com participação do juiz José Saraiva, titular da Vara Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo, que congrega 11 Comarcas gaúchas, o curso despertou o interesse não só de magistrados mas de advogados e representantes do Ministério Público. Considerado uma das maiores autoridades, com diversas obras publicadas sobre o assunto, José Saraiva fala, na ocasião, sobre o trabalho que desenvolve com menores infratores na comunidade local.

O Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança, com realização de debates entre uma palestra e outra, faz parte do programa de preparação à magistratura promovido pelo Tribunal de Justiça. Segundo o juiz Luiz Carlos Figueirêdo, da 2ª Vara, é facultativa a participação dos juízes concursados ainda não lotados nas Comarcas de 1ª Entrância e daqueles que atuam na área da Justiça da Infância e Juventude.

Veja a programação do curso no box ao lado.

Programação

Dia 26 -
8h - abertura - Desembargador Etério Galvão
8h30 - Doutrina da Proteção Integral e experiência de um Juizado da Infância e da Juventude em Comarca do Interior - José Saraiva, juiz da Vara Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo - RS
14h - Ato Infracional e execução de medidas sócio-educativas em meio fechado - Bartolomeu Bueno de Freitas, juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Capital
15h15 - Procedimento de Apuração de Ato Infracional praticado por adolescente - Execução de medidas sócio-educativas em meio aberto -Humberto Costa Vasconcelos Júnior, juiz auxiliar das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude da Capital
16h45 - Crimes contra crianças e adolescentes - Nivaldo Malaninho Filho, juiz da Vara Privativa de Crimes Contra Crianças e Adolescentes da Capital
18h - Encerramento

Dia 27
8h -A experiência de agilização dos procedimentos de apuração de atos infracionais atribuídos a adolescentes (Justiça Sem Demora) - José Severino Barbosa, juiz auxiliar das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude da Capital
9h15 - Convivência familiar e comunitária / Família natural / Família substituta / Adoção Internacional - Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital
10h45 - Avaliação e sugestões
14h - Participação direta nos trabalhos e audiência das 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude da Capital, na Vara Especializada dos Crimes contra Crianças e Justiça Sem Demora
18h - Encerramento

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mota

Assessor de Imprensa:
Márcio Cavalcanti

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Praça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/FAX 419-3293 Fax 224-1836
E-mail: sim@tjpe.gov.br

Judiciário e Unicef defendem trabalho pedagógico

A ressocialização de menores infratores através de projeto a ser desenvolvido em parceria com a Cruzada de Ação Social foi motivo de conversa entre o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, e o representante do Unicef na América Latina e Caribe, Emílio Garcia (C). Para Garcia, é preciso mudar a estrutura de educação e profissionalização atualmente oferecida aos menores infratores e somente os casos graves como homicídio, latrocínio e estupro devem ser punidos com a prisão.

TJ e MP melhoram trabalho na Infância e Juventude

O Ministério Público vai ganhar sala no Juizado da Infância e da Juventude, para melhor desenvolver seu trabalho junto aos menores infratores. A criação do espaço, determinada pelo presidente Etério Galvão, atende solicitação do Procurador Geral da Justiça, José Tavares, que visitou o chefe do Judiciário estadual esta semana.

O Tribunal determinou levantamento técnico da área para escolha do melhor local para instalação da sala. O objetivo é garantir aos promotores estrutura adequada ao serviço realizado nas 1ª e 2ª Varas Especializadas e no programa Justiça Sem Demora.

No encontro, foi tratada, ainda, a questão dos plantões dos juízes nos feriados e finais de semana. Conforme Resolução 91/98, da presidência do TJ, publicada no dia 3, juízes plantonistas têm competência para conhecer e decidir pedidos urgentes, de natureza cível e criminal, e também pela Justiça da Infância e Juventude, Juizados Especiais e diretoria do Foro da Comarca.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cage

OTECA!

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 54 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 24 de março de 1998

Tribunal de Justiça cria Comitê de Modernização

Um Comitê de Modernização dos Serviços Judiciais do 1º Grau foi constituído pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, com o objetivo de criar mecanismos capazes de produzir resultados mais eficientes para as atividades dos serviços do Judiciário. A informação é do coordenador do grupo, Jones Figueirêdo. De acordo com a decisão que institui o comitê, a proposta de modernização deverá ser apresentada à presidência do TJPE no prazo de 60 dias.

Entre os integrantes estão o diretor do Foro da Capital, Juiz Mozart Valadares, os juízes assessores da Corregedoria, Milton Neves e Eudes França, o secretário-adjunto de Planejamento, Administração e Interior, Joaquim Castro, o diretor de Informática, Edmundo Godoy, a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, e a diretora de Planejamento, Zélia Mendonça.

Segundo Jones Figueirêdo, o comitê vai se encarregar de definir ações emergenciais e estruturadas. "A melhoria dos serviços judiciários do primeiro grau, com garantia da rapidez, é um dos aspectos que competem ao comitê", explica o coordenador. Entre outras competências do órgão, está a consolidação do sistema de informatização da Capital, estabelecendo uma integração com as comarcas do interior.

A criação de grupos de usuários para validação dos sistemas, criados pela Diretoria de Informática, é uma das formas previstas de consolidação. De acordo com o diretor, Edmundo Godoy, o comitê é o "articulador de um movimento integrado do 1º Grau, em todas as suas Entrâncias".

Judiciário prestigia lançamento de livro

O livro da juíza Cristiane Barros objetiva colaborar para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional

Destinado principalmente a magistrados, advogados e estudantes de Direito, mostrando uma nova técnica científica de interpretação e aplicação do Direito, chega às livrarias o livro Teoria Geral do Direito e Lógica, de autoria da juíza Cristiane Gouveia de Barros, da 3ª Vara privativa dos Feitos Criminais de São Lourenço da Mata. Editado pela Editora Forense, com uma tiragem de mil exemplares, a publicação poderá ser adquirida por R$ 22,00 nas livrarias Vanlivros, Nossa Livraria, Cortez Livraria e Editora e, em breve, na Saraiva, que já fez o pedido.

Lançamento-A sala de Sessões Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acostumado a presenciar julgamentos de processos, abriu espaço sexta-feira, para um evento cultural. Desembargadores, juízes, membros do Ministério Público, advogados, entre outros convidados, prestigiaram o lançamento do livro.

Ao apresentar a obra e sua autora, o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, que prefaciou a obra, disse que apesar de vivenciarmos a era do conhecimento, com a informática como meio de acesso mais rápido à informação, o livro não perdeu o seu lugar para o computador e nunca perderá, pois na hora da pesquisa ainda recorre-se ao velho e bom livro.

Estudo aponta estrutura ideal

Um modelo organizacional das Varas da 3ª Entrância foi o tema da reunião inaugural do Comitê de Modernização. Juízes, técnicos e o corregedor geral, desembargador Mário Melo, participaram do encontro. O modelo, desenvolvido pela Assessoria de Pesquisas Técnicas Judiciárias, no ano passado, é um estudo das secretarias judiciais e prevê a estrutura física e de recursos humanos de uma Vara ideal.

A média de distribuição mensal e o acervo foram os dois aspectos considerados na caracterização das serventias. A pesquisa, apresentada pela diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, constatou que uma Vara, para funcionar de forma ideal, não poderia ter um acervo maior do que 400 processos e precisaria apresentar uma distribuição mensal de 40 feitos.

O estudo define também que um juiz, dois técnicos, dois assistentes e dois auxiliares judiciários, além de um estagiário e um assessor, comporiam o quadro de pessoal. Já três computadores, três impressoras, uma máquina eletrônica e três telefones seriam suficientes para dotar a Vara de condições apropriadas de funcionamento.

No Recife, 14 Varas estão enquadradas no modelo ideal. São as chamadas tipo A e correspondem, inclusive, às sete Varas Criminais. As serventias, que são consideradas medianamente leves, quanto ao acervo e à distribuição, foram denominadas tipo B e equivalem a um total de 11 secretarias na Capital.

Segundo Da Paz Brasil, todas as Varas que vierem a ser criadas deverão partir do modelo ideal. Quanto às serventias que apresentam especificidades, devem ser de tipo B. O estudo detectou também 29 Varas tipo C, medianamente pesadas.

A pesquisa destacou também que é necessário criar ainda 11 Varas para a Comarca do Recife. A Lei Complementar 19 criou cinco e transformou seis. "Quanto ao número atual de juízes, avaliamos que é insuficiente, mas a quantidade de funcionários supre as necessidades dos serviços da Justiça", concluiu Da Paz Brasil.

Palestra

O Judiciário na Perspectiva da Defesa Social é o tema da palestra a ser proferida pelo desembargador do TJPE, Dário Rocha, durante o Seminário Defesa Social Integrada, que faz parte da programação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado pela Fundação Joaquim Nabuco. A palestra será realizada amanhã, às 9h, na Fundaj, no bairro de Derby.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Anita Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 224-3551
E-mail: sinf@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tmepe.pe.gov.br/cspe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 55 — Poder Judiciário — Recife, quarta-feira, 25 de março de 1998

Intercâmbio jurídico une Brasil e Argentina

Interessado em estreitar laços de cooperação com o Judiciário pernambucano, o cônsul argentino Martin Garcia Moritán apresentou ao presidente do Tribunal de Justiça,desembargador Estério Galvão, proposta de intercâmbio jurídico-cultural entre magistrados dos dois países.

O diplomata acredita que a troca de experiências em cursos e seminários possibilita, em época de franca globalização, o surgimento de um sistema judiciário estável, competente e atualizado às exigências dos países integrantes do Mercosul.

Através do intercâmbio, que deve começar ainda este ano, é possível achar mecanismos de ajuda que garantam a proteção de comunidades que têm características de vida similares. O trabalho conjunto, na opinião de Moritán, vai propiciar inclusive um melhor combate ao narcotráfico e tráfico de armas.

A proposta do cônsul prevê, prioritariamente, a participação de juízes em seminários realizados em províncias argentinas como Missiones, Formosa e Tchaco que, por grau de desenvolvimento, potencial econômico são aproveitado e baixos índices sociais, apresentam características semelhantes ao Nordeste brasileiro.

De acordo com Moritán, os problemas do Judiciário argentino são os mesmos da Justiça brasileira, sendo a falta de credibilidade a maior dificuldade enfrentada. Concursos e exigência no histórico de vida dos candidatos são algumas das providências que a Argentina vem adotando para uma melhor prestação da Justiça ao povo.

O consulado abrange os estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Pio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Segundo Moritán, é preciso levar para a esfera judiciária os mesmos resultados práticos já verificados na área econômica."O comércio bilateral entre a Argentina e o Nordeste brasileiro atinge 1 bilhão de dólares, com a importação e exportação de petróleo cru, alimentos, borracha e alumínio", assinalou.

Para Moritán, no mundo globalizado o êxito de um país depende do outro

Jornal

O lançamento de um novo jornal no Recife foi anunciado pelo empresário Eduardo Monteiro durante visita ao presidente do TJPE, Estério Galvão. A Folha de Pernambuco começa a circular no início de abril. Monteiro esteve no Tribunal acompanhado de assessores.

Cidadão

O magistrado Jovaldo Nunes, 51 anos, é o mais novo cidadão pernambucano. Paraibano de Piancó, com 16 anos de serviços prestados à magistratura estadual, Nunes recebeu ontem o Título de Cidadão de Pernambuco, concedido pela Assembléia Legislativa, por proposta do deputado estadual Guilherme Uchôa. Atualmente, o juiz é titular da 10ª Vara Cível.

Pagamento

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco informa que a partir de hoje, independentemente da greve dos funcionários do Bandepe, o salário do mês de março dos funcionários do Poder Judiciário estará creditado em conta corrente. O correntista poderá disponibilizar o dinheiro através de saques com cartão 24 horas em caixas eletrônicos, assim,como emitir cheques,os quais serão acatados. Para os servidores cujo crédito seja realizado no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal a rotina permanece inalterada.

Reunião

A Aemepe realiza amanhã, às 15h, no auditório do 6º andar do Fórum Thomaz de Aquino, a reunião mensal da associação.

Aemepe

A Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco (Aemepe) promoveu, na semana passada, no Arcádia, em Casa Forte, um bingo beneficente, cuja renda será revertida em favor das funcionárias carentes que trabalham no TJPE. A distribuição dos brindes será realizada no mês de maio, por ocasião da comemoração do Dia das Mães.

Presidida por Valéria Gueiros Freitas (E), tendo como presidente de honra Maria do Carmo Torres Galvão - Carmita(D), esposa do presidente do TJPE.Na ocasião, foi prestada uma homenagem à presidente de honra da associação. A Aemepe realiza um trabalho filantrópico voltado para os funcionários de menor renda do Tribunal. Fundada há quase 16 anos pelas senhoras Aliete Duque de Miranda e Anita Malta, a asssociação realiza seu trabalho contando com as contribuições de suas associadas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dca. Estério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares, Christiane Alcântara e Christine Maux

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Maux

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3211 Fax 224-3031
E-mail: asim@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 56 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 26 de março de 1998

Organização judiciária

Sociedade ainda pode apresentar emendas

Termina no dia 13 de abril o prazo para que magistrados, servidores e segmentos organizados da sociedade apresentem emendas ao projeto do Código de Organização Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco. As propostas devem ser encaminhadas ao relator, desembargador Og Marques Fernandes.

Até o momento, foram apresentadas 17 emendas relativas à competência dos órgãos julgadores, critérios para remoção e promoção de juízes, critérios de acesso para representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público ao TJ, além de outras relativas a servidores.

Concluído o prazo, o desembargador Og Marques analisará as propostas observando a conveniência do interesse público e encaminhará relatório ao Pleno para apreciação.

O relatório do desembargador Og Marques será apresentado ao Pleno em abril

Ele inclusive aguarda a publicação da Reforma Administrativa para evitar que o texto estadual contrarie lei federal.

Pela primeira vez, servidores e qualquer interessado apresentam individualmente propostas ao Código de Organização Judiciária. As emendas podem ser supressivas, modificativas e substitutivas. Em forma de projeto de lei complementar, o COJ será votado pela Assembléia Legislativa do Estado.

Curso discute direitos da criança e do adolescente

Começa hoje, no Centro Integrado da Infância e da Juventude, o Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança e do Adolescente, que o Tribunal de Justiça promove, até sexta, para juízes recém-nomeados. Aberto pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, o treinamento conta com a participação do juiz José Saraiva, do Rio Grande do Sul, que aborda a experiência adotada pela Comarca de Santo Ângelo, na recuperação de menores infratores.

Seguidas de debates, as palestras são proferidas por magistrados pernambucanos sobre doutrina de proteção integral, adoção, atos infracionais, convivência comunitária e familiar, procedimentos de apuração e agilização. Os interessados discutem também formas práticas de atuação, participando inclusive de audiências nas 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude, na Vara dos Crimes contra Crianças.

Pós-Graduação

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dário Rocha, faz palestra, hoje, às 20h30, no Hotel Village de Caruaru, durante a abertura dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito daquela cidade.

Serventias serão oficializadas

A Consultoria Legislativa liberou mais de 200 processos de serventuários que serão enquadrados nas condições previstas pela legislação que regulariza a oficialização das serventias de 1ª e 2ª Entrâncias. A informação é do diretor da Consultoria, João Armando Menezes. Ele ressalta ainda que o processo de oficialização se aplica apenas àqueles funcionários que prestaram concurso, foram nomeados e têm mais de dois anos no serviço judicial.

A oficialização das serventias de 1ª e 2ª Entrâncias, obedecendo à previsão da Constituição Federal, foi definida por meio da Lei Complementar 19/97. De acordo com João Armando, houve uma certa expectativa por parte dos funcionários do Judiciário quanto ao enquadramento. "Na verdade, a Lei tornou-se um tanto complexa, quando não definiu os prazos para regularizar a situação dos escreventes", explica o diretor. Segundo dados da Consultoria, cerca de 400 serventuários ainda devem ser enquadrados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 224-3551
E-mail: soin@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/tjpe/

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 57 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 27 de março de 1998

Juizados da Infância no RS são modelo no país

Cerca de 80% dos menores infratores que recebem penas de advertência, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida, não voltam à praticar delitos. A estatística é do Juizado Regional da Comarca de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, onde o atendimento à Infância e Juventude, adotado em conjunto com a sociedade local, tem servido de modelo ao resto do país.

Os dados foram fornecidos pelo juiz João Batista Costa Saraiva, titular da Vara Especializada daquela Comarca, ontem, durante a palestra inaugural do Curso de Capacitação em Direito da Criança e do Adolescente. O evento, promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco acontecem no Centro Integrado da Infância e da Adolescência e foi destinado aos juízes recém-nomeados, sendo encerrado hoje.

De acordo com Saraiva, o trabalho da Justiça gaúcha é articulado com o Ministério Público, polícias Civil e Militar e Organizações Governamentais e Não Governamentais. Para ele, resulta de uma política de interiorização da Infância e Adolescência que o Judiciário gaúcho vem adotando desde 1994.

O juiz ressaltou durante a palestra que Santo Ângelo é o maior dos dez Juizados Regionais gaúchos, congregando 24 Comarcas, atendendo a uma população superior a um milhão de habitantes. As medidas sócio-educativas em meio aberto são priorizadas, utilizando-se a privação de liberdade apenas em casos extremos e graves.

CENTRO

Saraiva acrescentou que ainda não é possível detectar o índice de recuperação dos menores que cometem delitos graves, o que somente será possível num período de cinco anos. O trabalho, no entanto, será ampliado. Amanhã, (28) haverá a inauguração, em Santo Ângelo, do primeiro centro de internamento para menores infratores, com apenas 40 vagas. Até o final do ano, outros seis centros começam a funcionar nas regionais gaúchas, evitando que os menores infratores com perda de liberdade sejam recolhidos à Capital.

Saraiva (2º à esq.) destaca a necessidade de um trabalho preventivo na área familiar e social

Nesse projeto, o Judiciário e Ministério Público trabalham integrados a uma equipe técnica formada por psicólogos e assistentes sociais, e contam com efetiva participação de pessoas voluntárias da comunidade, que atuam como agentes orientadores de crianças e adolescentes. Um programa de informatização permite identificar os infratores, verificando-se o envolvimento dos mesmos em outros delitos e as medidas eventualmente já aplicadas.

"Trabalhar com infância e juventude é muito mais complexo do que se pensa", afirmou o juiz. "Mais do que participação, é compromisso", ressaltou, lembrando que o cumprimento das disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente exige que se tenha fundamentação do Direito Civil e Penal. "Através dessa Justiça especializada, o Judiciário está sendo chamado para ocupar um espaço muito mais importante do que ocupava antes, com o antigo Código de Menor", completou.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gracino

Redatores:
Roberto Tavares, Christiane Mattos e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/Fax: 419-3251 Fax 224-3531
E-mail: asin@tjpe.gov.br

Servidores recebem homenagem

Serventuários da Justiça, magistrados, membros do Ministério Público estadual, além de advogados, recebem homenagem, amanhã, em solenidade que acontece às 20 horas, no Atlético Clube de Amadores. Promovido há 13 anos pela Editoria de Polícia da Rádio Jornal do Commercio, o evento se presta a registrar o reconhecimento ao trabalho daqueles que se destacaram pelos bons serviços prestados à sociedade.

Entre os escolhidos do Poder Judiciário estão o presidente do TJPE, desembargador Elério Galvão, além de dois magistrados e oito serventuários. Na ocasião, serão agraciados, também, três representantes do Ministério Público. A homenagem se estende, ainda, a integrantes das polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros.

Segundo Gino César, editor de polícia da Rádio Jornal, além de um reconhecimento, a homenagem é um incentivo a todos os profissionais que zelam pelo bem servir. Ainda de acordo com o radialista, a escolha dos homenageados se dá através de "consenso entre os integrantes da Editoria, após acompanhamento do trabalho de cada um", explicou.

Curso reúne mais de cem juízes

Durante a abertura do Curso de Capacitação em Direito da Criança e do Adolescente, ontem, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Elério Galvão, disse que pelas peculiaridades que oferece, esse é um dos poucos ramos do Direito que realmente merece uma especialização.

Promovido pelo TJ e coordenado pela 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, o treinamento reuniu cerca de cem juízes, alguns deles em início de carreira, atuando há pouco mais de um mês nas Comarcas de 1ª Entrância. O curso de capacitação, segundo o desembargador, é basicamente voltado aos novos juízes que, na prática, enfrentam as maiores dificuldades.

Pela sua experiência, salientou, a especialização não tem surtido efeitos satisfatórios, mas ela se faz necessária no que se refere à Infância e Juventude. Visto como um dos problemas mais sérios da atualidade, Elério entende que o desemprego é um dos maiores fatores da desagregação familiar, acarretando o aumento do número de crianças e adolescentes desestruturados.

Além da presença do presidente do TJ, integraram a mesa dos trabalhos o procurador Romero Andrade, presidente da Associação de Promotores da Infância e Juventude; o coordenador do evento, juiz Luiz Carlos de Barros Figueirêdo e o titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, juiz Bartolomeu Bueno.

O Curso de Capacitação Básica em Direito da Infância e da Juventude termina hoje, com palestras dos juízes Severino Barbosa e Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, sobre experiência de agilização de processos de apuração de atos infracionais atribuídos a adolescente e convivência familiar e comunitária.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 58 — Poder Judiciário — Recife, sábado, 28 de março de 1998

Convênio garante serviço odontológico gratuito

O Tribunal de Justiça e a Associação de Magistrados de Pernambuco (Amepe) assinaram, ontem, convênio que prevê a gratuidade do atendimento odontológico para juízes e dependentes. De acordo com o vice-presidente da entidade de classe, Mozart Valadares, com a medida será possível ampliar o atendimento aos serventuários no Ambulatório Ângelo Jordão.

A expectativa é de que com a cobertura do plano odontológico sejam beneficiados cerca de 1.500 associados, entre magistrados e dependentes, que deixarão de pagar pelos serviços, de acordo com o tratamento realizado, como era feito. O convênio também possibilitará a ampliação do número de profissionais que atendem os usuários.

O horário de funcionamento será das 7h às 19h. Para o atendimento, lembra o diretor-adjunto da Amepe, Luiz Mário de Góes, o magistrado que já tiver a carteira da Campe não precisará obter outra. O Tribunal de Justiça vai se encarregar também de oferecer a lista com os nomes dos juízes e as novas carteiras serão expedidas.

Etério Galvão assina convênio com a Amepe

Comissão quer regulamentar lei da gratuidade

A comissão composta por oficiais de cartórios de registro civil, acompanhada pelo deputado estadual Israel Guerra, esteve, esta semana, no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, para manifestar preocupação com a sobrevivência dos referidos cartórios, que, por força de lei federal, tem que fornecer gratuitamente registros de nascimento, óbito e casamento às pessoas interessadas.

Os donos de cartórios alegam que, quase que predominantemente, as taxas cobradas para a emissão de certidões se constituiam na fonte de manutenção dos seus serviços e, com a gratuidade, encontram-se em dificuldade, na eminência de fecharem as portas.

A primeira reivindicação feita pela comissão é que o fundo de ressarcimento aos cartórios seja mantido.A Lei de Custas e Emolumentos criou o fundo estadual com o objetivo de ressacir as unidades cartorárias de registro civil pela prática da gratuidade das certidões. Esse fundo é composto por 1% do que é arrecadado através das custas e emolumentos. Em cada registro fornecido gratuitamente, o cartório recebe R$ 5,00, quando o mesmo custa R$ 15,00.

Outra solicitação feita ao presidente Etério Galvão é que seja elaborada uma resolução regulamentando a execução da lei de gratuidade para garantir que a mesma seja para quem não pode pagar pela certidão, ou seja, às pessoas reconhecidamente pobres na forma da lei.

Etério Galvão concordou com a reivindicação dos oficiais, acrescentando que quem presta o serviço tem que ser retribuído.Galvão disse ainda que no ano passado o que foi recolhido através da lei de custas e emolumentos foi superior ao que foi repassado através do fundo. Este ano a situação se inverteu. Por conta da gratuidade dos registros entrou menos dinheiro.

Uma das soluções apontadas pelo desembargador-presidente é a ampliação do fundo de ressarcimento. Uma das medidas a serem tomadas pelo TJPE é a fiscalização junto aos tabelionatos e registros de imóveis para verificar se não está havendo sonegação, ou seja, se está sendo feito o recolhimento para o fundo. "Eu acredito que esteja tudo certo, a fiscalização deve confirmar", concluiu Galvão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Andrade e Christine Moura

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Moura

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-3331
E-mail: assis@tjpe.gov.br

Paulista

O prefeito da Cidade do Paulista, Geraldo Pinho Alves, visitou, na semana passada, o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. Pinho Alves veio oferecer colaboração da prefeitura ao Judiciário, uma vez que o Executivo daquele município teve participação na construção do novo fórum daquela cidade. Porém, o motivo principal da visita do prefeito foi o pedido de instalação da Vara da Fazenda Pública naquela comarca. Etério Galvão prometeu que a sua assessoria vai fazer um levantamento para verificar se há necessidade de instalação da referida vara.

Homenagem

Os desembargadores aposentados prestaram, esta semana, no Convivium, uma homenagem ao presidente Etério Galvão. O desembargador João David, em nome dos desembargadores, desejou a Etério uma gestão proveitosa, ao mesmo tempo em que se colocou à disposição para ajudá-lo em sua administração. João David foi presidente do TJPE no ano de 1992.

Parceria informatizada

O Tribunal de Justiça e a Universidade Federal de Pernambuco estão firmando, através de seus departamentos de informática, convênio que prevê o repasse de novos conhecimentos e tecnologias desta instituição de ensino visando a modernização do Judiciário no setor. Os acertos preliminares já aconteceram, segundo Joaquim Castro, secretário adjunto da Secretaria de Planejamento, Administração e Interior (SPAI), restando ao TJPE tão somente elaborar o projeto.

Segundo Castro, os executores desse trabalho são a Diretoria de Informática do TJPE e o Departamento de Informática da UFPE. "Esse projeto será possível graças a um convênio já firmado entre o Tribunal e a Universidade, no ano passado, e que prevê uma ampla parceria em vários setores. Para esse convênio específico, necessitamos apenas de um termo aditivo", afirmou.

O diretor de informática do Tribunal, Edmundo Godoy de Medeiros, prevê para abril o início de um cronograma de atividades que se propõe a capacitar serventuários e reciclar os técnicos em informática do Tribunal. "Pretendemos, também, absorver novas tecnologias visando, por fim, a informatização do Judiciário", disse ele. Na avaliação do mesmo diretor, em se tratando de informática o TJPE não poderia dispor de melhor parceria. "O Departamento de Informática da UFPE é hoje um dos cinco melhores do País, segundo dados do MEC", comemora Medeiros.

A Diretoria de Informática espera, ainda, aproveitar os conhecimentos do pessoal da Universidade Federal na implantação de projetos futuros, como nas pretendidas teleaudiências, espécie de teleconferências em que um preso poderá ser ouvido pelo juiz de Direito sem ser deslocado do presídio. "A automação das Câmaras do Tribunal de Justiça é outra pretensão nossa e para qual contaremos também com a consultoria do Departamento de Informática da UFPE", informa Medeiros.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fiepe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 59 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 31 de março de 1998

Trânsito

Novo código muda perfil de Juizado Criminal

O Código Nacional de Trânsito, em vigor desde 23 de janeiro, mudou a rotina do Juizado Especial Criminal. Localizado na Ilha do Leite, o JEC deixou de receber processos referentes a lesões culposas, contravenção de direção perigosa e embriaguez ao volante. Apreciadas agora pelos juízes das 14 Varas Criminais por Distribuição, localizadas no Fórum Paula Batista, essas ações excedem ao limite de um ano de detenção.

De acordo com o juiz Waldério Siqueira, coordenador do Juizado Especial Criminal, elas contrariam a competência do JEC que, pela Lei 9.099, só pode processar e julgar os crimes e contravenções de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima não seja superior a um ano de detenção. Nesse caso, pode ser convertida em pena restritiva de direitos, desde que o réu não seja reincidente e goze de boa conduta social.

Dos 11 crimes em espécie, previstos na Seção II do Código de Trânsito, sete são da competência do Juizado Especial Criminal: omitir socorro, dirigir sem habilitação, permitir que alguém dirija sem habilitação, dirigir em velocidade incompatível com a área, alterar a verdade de onde ocorreu o fato, afastar-se do local para se eximir da responsabilidade pelo acidente e dirigir enquanto esse direito estiver suspenso. Estão excluídos os casos de homicídio, lesão, embriaguez ao volante e pega.

As audiências de conciliação proporcionam índice de 90%

O tempo médio de tramitação de um processo no Juizado Criminal, incluindo os referentes aos delitos de trânsito, é de três meses. De acordo com o juiz Waldério Siqueira, interligado por um sistema de informática a uma delegacia que funciona em regime de plantão 24 horas, o atendimento permite marcar a audiência de conciliação ao mesmo tempo em que é lavrada a ocorrência.

Segundo o juiz coordenador, quando não se verifica reincidência, é comum a aplicação de penas alternativas, como doação de cestas básicas, remédios e material hospitalar e de limpeza a instituições cadastradas no próprio JEC. O Juizado recebe cerca de 120 processos gerais de menor potencial ofensivo por mês. Desde que foi instalado, há dois anos, encerrou 4 mil ações. Com uma média de 120 novos feitos mensais, mantém índice de conciliação de 90%.

Juízes discutem estrutura do TJPE

Em reunião com os novos juízes que seguem para o Sertão para assumir suas funções no próximo dia 13, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, ressaltou a necessidade dos magistrados assumirem uma postura condizente com sua autoridade. Segundo ele, o compromisso é fundamental para o desempenho dos serviços prestados pelo juiz. Ainda durante o encontro, a diretora de Planejamento, Zélia Mendonça, falou sobre a administração do Poder Judiciário e sobre a nova estrutura que será levada ao Pleno em cerca de duas semanas.

ERRATA

Na edição de sábado o nome do diretor de informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi publicado incorretamente. O referido diretor chama-se Edmundo Godoy de Mendonça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Motta

Assessor de Imprensa: Márcia Gaspar

Redatores: Roberta Tavares, Christiano Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Christine Matos

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-3031
E-mail: sdio@pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 60 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 1º de abril de 1998

Juízes discutem produtividade

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o corregedor geral, desembargador Mário Melo, e os juízes que respondem pelas Varas Cíveis e da Fazenda se reuniram, ontem, no Fórum Thomaz de Aquino, para discutir a necessidade de um procedimento da magistratura que seja compatível com as funções exercidas pelo juiz.

Segundo dados recentes, mais de 380 mil processos encontram-se em tramitação na Capital. De acordo com o presidente Etério Galvão, desse total, 260 mil estão nas Varas da Fazenda Municipal. A reunião, organizada pela Corregedoria, teve o objetivo de debater a estatística apresentada pelo próprio Judiciário e incentivar os juízes a uma produtividade maior.

A assiduidade dos juízes e a prioridade para questões de repercussão social foram outros temas abordados durante o encontro. O presidente do TJPE afirmou que o Poder só se legitima pela qualidade do serviço prestado. O desembargador Etério Galvão pediu também a colaboração e o esforço dos juízes no sentido de imprimir um ritmo maior no julgamento dos processos em tramitação.

Algumas iniciativas estão sendo tomadas para incentivar a prestação dos serviços da Justiça. Segundo o corregedor da Capital, juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, alguns intercâmbios estão sendo programados com vários estados do Brasil e, inclusive, com outros países, para proporcionar um trabalho permanente de aperfeiçoamento da magistratura pernambucana.

Ainda como parte das providências que o Judiciário está tomando para estimular a atuação dos magistrados, está a premiação dos cinco juízes que apresentarem melhor desempenho, enquanto os cinco com menor produtividade deverão passar por um processo de reciclagem.

Outra reunião está programada pela Corregedoria para hoje, às nove horas, também no Fórum Thomaz de Aquino. As mesmas questões serão debatidas, desta vez com os magistrados que respondem pelas Varas Criminais, Juizados Especiais, Varas do Júri e da Infância e da Juventude.

A reunião, organizada pela Corregedoria, contou com a participação de dezenas juízes

Servidores são orientados sobre novo código de trânsito

A Assessoria Policial Militar e Civil do TJPE está realizando um trabalho educativo com os funcionários do Tribunal que, apesar dos rigores do novo Código de Trânsito Brasileiro, persistem em cometer pequenas infrações, como estacionar em lugares impróprios: esquinas, faixas de pedestres ou parar em fila dupla.

O trabalho de conscientização vem sendo feito através dos guardas de trânsito subordinados à Assessoria Militar, que atuam nas proximidades do Palácio da Justiça, orientados a conversar com o condutor do veículo, evitando que o motorista chegue a cometer a irregularidade.

Segundo o assessor chefe, tenente-coronel Roberto Melo, a infração mais comum é a de estacionamento em local proibido. "Os servidores e magistrados devem estar atentos às áreas reservadas para estacionamento", explicou o militar, ressaltando que a assessoria está realizando cadastramento do pessoal para envio de novos adesivos que identificam os veículos dos serventuários e juízes.

Aos que esperam por comodidade ao estacionar seu veículo, o tenente-coronel Roberto Melo explica que a solução definitiva só acontecerá quando da construção do novo Fórum do Recife, previsto para estar pronto no próximo ano. "Enquanto isso não acontece, todo cuidado é pouco na hora de parar o carro nas imediações do tribunal, onde existem vários pontos onde é totalmente proibido estacionar, correndo o risco de ter que pagar altas multas, além de ficar o registro na carteira de habilitação", alertou o militar.

Moralização é meta do Poder Judiciário

A diretora de Planejamento e Orçamento, Zélia Mendonça, também participou da reunião e expôs temas relativos ao planejamento elaborado pela atual gestão do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. Zélia Mendonça destacou, durante o encontro, e o objetivo de moralização que foi traçado para o biênio 98/99. Para alcançá-lo, serão implementadas ações de fiscalização ao Poder Judiciário.

O planejamento é resultado da reunião entre assessores e diretores do Tribunal de Justiça, realizada em fevereiro, quando foram apontadas algumas deficiências no Poder, entre elas a baixa produtividade, e estabelecidos objetivos e metas para uma melhor prestação dos serviços da Justiça na Capital e no Interior.

Fórum de Paulista

Será celebrada, amanhã, às 17h30, no novo Fórum da cidade do Paulista, uma missa com intenção de abençoar aquele fórum. Denominado Dr. Irajá D' Almeida Lins, foi inaugurado no dia 19 de janeiro deste ano, data em que começou a funcionar.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gueres

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lins

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 224-3551
E-mail: asim@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 61 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 02 de abril de 1998

TJPE implanta projeto Agenda Livre

O Judiciário estadual dá início a um trabalho inédito no país. É o Agenda Livre, que tem como objetivo a aproximação do Judiciário com a sociedade. Todo cidadão terá a oportunidade de falar diretamente com o presidente do TJPE, sem a necessidade de marcar audiência.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebe amanhã, das 14 às 18h, as pessoas que desejarem se aproximar do Judiciário, com a finalidade de apresentar sugestões, solicitar agilidade em processo pendente ou qualquer outro assunto do seu interesse.

Toda a primeira sexta-feira de cada mês, o presidente destinará sua tarde para atender os interessados, que podem ser servidores, magistrados e a população em geral, desde que seja respeitada a ordem de chegada. O tempo de duração da conversa com o chefe do Judiciário estadual é de dez minutos. Uma recomendação que a chefe de gabinete da presidência do TJPE, Paola Freitas Barbosa, é que os interessados sejam objetivos, pois permitirá que mais pessoas possam ser atendidas. A expectativa é atender uma média de 30 pessoas durante cada dia do programa.

O desembargador Etério Galvão receberá sugestões para melhorar o Judiciário

Encaminhamento

Ao chegar ao Tribunal, a pessoa se dirige ao gabinete da presidência, onde será atendido pelo oficial de gabinete, que preencherá um formulário de atendimento, contendo a identificação do interessado. Em seguida, o mesmo será recebido pela chefe de gabinete, a qual procura saber qual o assunto que trouxe a pessoa ao presidente do Tribunal e, se o mesmo tem alguma sugestão a apresentar, além de ser informada sobre o tempo da entrevista.

Dando seqüência ao atendimento e após aguardar sua vez, a pessoa é encaminhada ao presidente, que já estará informado sobre o assunto e quais as providências que serão tomadas. A chefia de gabinete se encarregará de remeter o formulário de atendimento do entrevistado para a respectiva área providenciar a solução do problema.

Segundo Paola Freitas, para o sucesso do projeto é imprescindível a participação efetiva de cada área do Judiciário na solução dos problemas que surjam em decorrência da demanda da sociedade.

Avaliação

Após três meses do início do projeto Agenda Livre, será elaborado um relatório para avaliar, entre outras coisas, se o mesmo está alcançando os objetivos desejados. Outra questão a ser analisada é se o tempo da entrevista será suficiente. " Caso haja necessidade, poderemos rever este período", completou Paola.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Nicholas e Christine Moura

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Carmino Matos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3351 Fax 224-3531
E-mail: aslan@jpe.gov.br

STJ tem novo presidente

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, Antônio de Pádua Ribeiro, toma posse, hoje, às 17 horas, em Brasília. Entre as autoridades que confirmaram presença está o presidente Fernando Henrique Cardoso e ministros do Supremo Tribunal Federal. O presidente do TJPE, Etério Galvão, estará na solenidade, acompanhado do vice, Napoleão Tavares.

Antônio de Pádua Ribeiro, mineiro de Pará de Minas, é ministro do STJ desde 1980. Atualmente é presidente interino, em substituição ao ministro Américo Luz, aposentado em fevereiro deste ano.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 60 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 1º de abril de 1998

Juízes discutem produtividade

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o corregedor geral, desembargador Mário Melo, e os juízes que respondem pelas Varas Cíveis e da Fazenda se reuniram, ontem, no Fórum Thomaz de Aquino, para discutir a necessidade de um procedimento da magistratura que seja compatível com as funções exercidas pelo juiz.

Segundo dados recentes, mais de 380 mil processos encontram-se em tramitação na Capital. De acordo com o presidente Etério Galvão, desse total, 260 mil estão nas Varas da Fazenda Municipal. A reunião, organizada pela Corregedoria, teve o objetivo de debater a estatística apresentada pelo próprio Judiciário e incentivar os juízes a uma produtividade maior.

A assiduidade dos juízes e a prioridade para questões de repercussão social foram outros temas abordados durante o encontro. O presidente do TJPE afirmou que o Poder só se legitima pela qualidade do serviço prestado. O desembargador Etério Galvão pediu também a colaboração e o esforço dos juízes no sentido de imprimir um ritmo maior no julgamento dos processos em tramitação.

Algumas iniciativas estão sendo tomadas para incentivar a prestação dos serviços da Justiça. Segundo o corregedor da Capital, juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, alguns intercâmbios estão sendo programados com vários estados do Brasil e, inclusive, com outros países, para proporcionar um trabalho permanente de aperfeiçoamento da magistratura pernambucana.

A reunião, organizada pela Corregedoria, contou com a participação de dezenas juízes

Ainda como parte das providências que o Judiciário está tomando para estimular a atuação dos magistrados, está a premiação dos cinco juízes que apresentarem melhor desempenho, enquanto os cinco com menor produtividade deverão passar por um processo de reciclagem.

Outra reunião está programada pela Corregedoria para hoje, às nove horas, também no Fórum Thomaz de Aquino. As mesmas questões serão debatidas, desta vez com os magistrados que respondem pelas Varas Criminais, Juizados Especiais, Varas do Júri e da Infância e da Juventude.

Servidores são orientados sobre novo código de trânsito

A Assessoria Policial Militar e Civil do TJPE está realizando um trabalho educativo com os funcionários do Tribunal que, apesar dos rigores do novo Código de Trânsito Brasileiro, persistem em cometer pequenas infrações, como estacionar em lugares impróprios: esquinas, faixas de pedestres ou parar em fila dupla.

O trabalho de conscientização vem sendo feito através dos guardas de trânsito subordinados à Assessoria Militar, que atuam nas proximidades do Palácio da Justiça, orientados a conversar com o condutor do veículo, evitando que o motorista chegue a cometer a irregularidade.

Segundo o assessor chefe, tenente-coronel Roberto Melo, a infração mais comum é a de estacionamento em local proibido. "Os servidores e magistrados devem estar atentos às áreas reservadas para estacionamento", explicou o militar, ressaltando que a assessoria está realizando cadastramento do pessoal para envio de novos adesivos que identificam os veículos dos serventuários e juízes.

Aos que esperam por comodidade ao estacionar seu veículo, o tenente-coronel Roberto Melo explica que a solução definitiva só acontecerá quando da construção do novo Fórum do Recife, previsto para estar pronto no próximo ano. "Enquanto isso não acontece, todo cuidado é pouco na hora de parar o carro nas imediações do tribunal, onde existem vários pontos onde é totalmente proibido estacionar, correndo o risco de ter que pagar altas multas, além de ficar o registro na carteira de habilitação", alertou o militar.

Moralização é meta do Poder Judiciário

A diretora de Planejamento e Orçamento, Zélia Mendonça, também participou da reunião e expôs temas relativos ao planejamento elaborado pela atual gestão do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. Zélia Mendonça destacou, durante o encontro, e o objetivo de moralização que foi traçado para o biênio 98/99. Para alcançá-lo, serão implementadas ações de fiscalização no Poder Judiciário.

O planejamento é resultado da reunião entre assessores e diretores do Tribunal de Justiça, realizada em fevereiro, quando foram apontadas algumas deficiências no Poder, entre elas a baixa produtividade, e estabelecidos objetivos e metas para uma melhor prestação dos serviços da Justiça na Capital e no Interior.

Fórum de Paulista

Será celebrada, amanhã, às 17h30, no novo Fórum da cidade do Paulista, uma missa com intenção de abençoar aquele fórum. Denominado Dr. Irajá D' Almeida Lins, foi inaugurado no dia 19 de janeiro deste ano, data em que começou a funcionar.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcio Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Muniz

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Christine Muniz

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 224-3531
E-mail: scins@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cdjpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 62 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 03 de abril de 1998

Encontro discute lei da gratuidade

O corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo, participa ainda este mês de um encontro, em Brasília, que será promovido pela Secretaria Nacional de Direitos do Ministério da Justiça. O objetivo é debater estratégias que obriguem os cartórios a cumprirem a determinação legal que estabeleceu a universalização da gratuidade das certidões de nascimento e óbito.

De acordo com o secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, é importante discutir com corregedores de diversas regiões do País formas de atuação conjunta capazes de facilitar o acesso, por parte da população, a documentos fundamentais para o exercício da cidadania. Ele ressaltou ainda que a Secretaria Nacional está preocupada em receber sugestões das Corregedorias Gerais de Justiça que visem a assegurar o direito adquirido com a legislação.

A Lei 9.534/97 regulamenta o artigo da Constituição Federal, que assegura para os cidadãos reconhecidamente pobres a gratuidade na retirada dos registros de nascimento e de óbito. O Governo Federal quer agora definir formas para garantir que os cartórios cumpram a determinação legal. Segundo José Gregori, a lei, sancionada em dezembro do ano passado, é uma reivindicação antiga da população.

O corregedor Mário Melo afirma que o Tribunal de Justiça de Pernambuco vai tomar todas as medidas necessárias para que os cartórios cumpram o que determina a lei. "Vamos fiscalizar e esperamos contar com a colaboração dos 487 cartórios de registro civil existentes em Pernambuco para que a população mais carente possa ser realmente beneficiada com a nova lei", concluiu Mário Melo.

Mário Melo participa, em Brasília, de encontro para debater lei da gratuidade

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gaia

Redatores:
Gilberto Tavares, Christiano Nobrega e Christino Marco

Fotografia:
Ana Lima

Diagramação:
Christino Marco

Edição:
Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE

Fone/Fax (081) 419-3293 Fax 224-3831
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

Adoção é tema de encontro

O 4º Encontro Nacional das Comissões Judiciárias de Adoção será realizado entre os dias 14 e 17 deste mês, em São Paulo. O corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, participa da reunião que irá discutir as formas de adoção, nacional e internacional. Representações estrangeiras integradas com as organizações não-governamentais também vão estar presentes ao encontro.

Segundo Mário Melo, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção é composta pelo corregedor, três juízes de Direito, um psicólogo e um assistente social. Por meio do gerenciamento da Comissão, o desembargador garante que desaparece qualquer risco que a adoção internacional possa oferecer. "O grupo estabelece um controle em que não se perde o vínculo com a família adotiva", afirmou o corregedor.

Mário Melo informou ainda que será apresentada uma emenda ao Código de Organização Judiciária para que a Comissão Estadual torne-se um órgão da Corregedoria. "De fato, isso já acontece. Queremos apenas, a partir do novo COJ, tornar a iniciativa de direito", explicou.

Justiça

Integrantes do Movimento Justiça para Geraldo Melo Júnior estiveram, ontem, no Tribunal de Justiça para protestar contra a demora na apuração da morte de Melo Júnior, ex-assessor do Cerimonial do TJ/PE. Ele foi assassinado a tiros em outubro do ano passado. O grupo foi recebido pelo juiz Mozart Valadares, diretor do foro do Recife, que explicou que o caso ainda não chegou ao Judiciário. O inquérito chegou a ser encaminhado ao Ministério Público, que solicitou novas diligências, retornando a investigação para a Delegacia de Homicídios.

Agenda Livre

Tem início, hoje, às 14h, o projeto Agenda Livre, no qual o presidente do TJPE, desembargador Edério Galvão, dedica toda tarde da primeira sexta-feira de cada mês a receber pessoas interessadas em se aproximar do Judiciário.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/diario

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 63 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 04 de abril de 1998

População pede rapidez no andamento de processos

Étério Galvão recebe população em seu gabinete

A demora no andamento de processos foi a maior queixa das pessoas que procuraram o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, no primeiro dia de funcionamento do projeto Agenda Livre, que tem como objetivo promover uma aproximação entre a população e o Judiciário. Quem ainda não conhece o projeto e quer participar, terá oportunidade no dia 08 de maio, pois o mesmo acontece toda primeira Sexta-feira útil do mês.

Mais de 40 pessoas foram atendidas. Para o presidente do TJPE, o primeiro dia do Agenda Livre foi um termômetro de como o serviço do Poder Judiciário vem sendo prestado. Galvão pretende tornar o Judiciário mais acessível à população, sobretudo às pessoas mais carentes, pois, ao seu ver, as mais favorecidas sempre encontram uma forma de acesso à Justiça. "As pessoas carentes têm medo de procurar o juiz", frisou Etério.

Com relação à queixa contra a morosidade do Judiciário, Galvão disse que é preciso envolver os funcionários no trabalho, objetivando prestar um bom serviço. O presidente disse, ainda, que o trabalho de conscientização de servidores e magistrados já teve início, uma vez que a Corregedoria Geral de Justiça vem desenvolvendo esse trabalho com os juízes.

O primeiro atendimento feito pelo chefe do Poder Judiciário foi a reclamação de um senhor que não pôde se inscrever no concurso da Assembléia Legislativa, para o cargo de assistente legislativo, pois o prazo de inscrição contido no edital publicado pelo Diário de Pernambuco não coincidia com o edital publicado pelo Diário Oficial. Devido ao erro do jornal, Reinaldo Travassos de Arruda foi prejudicado.

Gratuidade

A lei da gratuidade das certidões civis foi um dos assuntos que fizeram parte do atendimento no primeiro dia do projeto Agenda Livre. A titular do Cartório de Registro Civil de Igarassu, Creuza Maurício Souto, terceira a ser atendida, deseja que o presidente seja um defensor das causas relativas ao Registro Civil (ver depoimento ao lado).

SOCORRO

A preocupação de Creuza Couto é a garantia da gratuidade do registro civil para as pessoas reconhecidamente pobres. Para ela, a extensão da gratuidade a todas as pessoas, coloca os cartórios em dificuldade, podendo, conseqüentemente, acarretar o fechamento de muitos estabelecimentos. Ela pediu ao desembargador Etério Galvão um "socorro" para cobrir as despesas dos cartórios.

Com relação a lei da gratuidade, o presidente do TJPE já se posicionou perante às queixas dos oficiais de registro civil, quando explicou que o fundo destinado ao ressarcimento aos cartórios pela prática da gratuidade dos registros tem que crescer para que os donos de cartórios não sejam prejudicados. Galvão acha que a gratuidade deve ser destinada apenas às pessoas reconhecidamente pobres.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Étério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Ítalo

Assessor de Imprensa:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Abílatan e Christian Matos

Fotografia:
João Lima

Diagramação:
Cristine Matos

Redação:
Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3201 Fax 224-3520
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 64 | Poder Judiciário | Recife, terça, 7 de abril de 1998

Judiciário prepara Código de Ética para magistratura

Um códi-go de ética da magistratura pernambucana, baseado no texto do Código de Conduta Judicial adotado em 1994, pela Suprema Corte da Geórgia, nos Estados Unidos, está sendo elaborado pelos assessores da Presidência do Tribunal de Justiça, juízes Jones Figueiredo e Rui Patu, e pelo juiz-corregedor Fábio Eugênio Oliveira. A proposta de um código ético funcional é da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco.

Segundo Jones Figueiredo, a magistratura estadual nunca teve um código de ética. Ele afirma que a iniciativa deve ter em vista que o documento vai definir uma estrutura de valores que irá refletir a conduta adequada ao desempenho das atividades dos juízes. Figueiredo afirma ainda que existem princípios básicos da atividade judicial que serão observados, na confecção. Entre eles, está a preocupação com o que é justo, a defesa da inviolabilidade da consciência e a necessidade de um exercício da função judicante conservada no ideal de Justiça.

Valadares ressaltou a importância da elaboração de um código de ética para a magistratura

Para o vice-presidente da Amepe, Mozart Valadares, a elaboração de um código de ética tem o objetivo de estabelecer regras de conduta para a magistratura pernambucana, direcionando o comportamento da classe. "Existe ainda um outro aspecto importante na elaboração de um código ético funcional, que é o de melhorar o conceito do juiz perante a própria sociedade, apresentando de forma transparente à população os valores pelos quais a magistratura se pauta", concluiu Valadares.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fabio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gaeno

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Medeiros e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 424-1165
E-mail: asico@tjpe.gov.br

Juízes da Infância pedem Vara de Execuções

A promoção de novos cursos, a instalação de Varas regionais e a criação de uma coordenadoria da Infância e da Juventude para a magistratura foram alguns dos resultados do Curso de Capacitação Básica em Direito da Criança e do Adolescente, realizado semana passada no Recife e promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco e pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

Segundo o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, Luiz Carlos Figueiredo, outras propostas também foram levantadas durante o encontro. Entre elas, a criação e instalação de uma Vara de Execução de medidas sócio-educativas, com jurisdição em todo o território de Pernambuco, e a elaboração dos anais do curso, destacando perguntas e respostas que podem vir a esclarecer dúvidas quanto aos direitos das crianças e dos adolescentes.

A partir das discussões propostas durante o curso, uma proposição, aprovada por unanimidade, será apresentada ao relator do Código de Organização Judiciária, desembargador Og Marques, até o próximo dia 13. A emenda refere-se à criação em Recife de uma Vara Privativa de apuração dos atos infracionais atribuídos a adolescentes.

De acordo com o assessor da Presidência do Tribunal, juiz Jones Figueiredo, as propostas serão analisadas. "Vamos realizar um estudo de viabilidade de implementação de todas as proposições, junto ao presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. A partir dessa avaliação, poderemos responder às propostas", afirma o assessor.

Avaliação do curso é positiva

Ao final do curso de capacitação, os participantes fizeram uma avaliação de diversos aspectos relacionados ao encontro. O conteúdo programático, a organização do evento e as exposições específicas, incluindo a didática, foram avaliadas. O primeiro aspecto foi considerado ótimo por 65% dos participantes. A organização foi ótica para 61%, enquanto as exposições foram analisadas como boas por 51%. Todos os participantes mostraram interesse em participar de futuros cursos de atualização em Direito da Criança.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 65 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 8 de abril de 1998

Edital da construção do novo fórum é lançado hoje

Durante debate sobre a violência, realizado, ontem, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, anunciou que está lançando, hoje, com publicação no Diário Oficial do Poder Judiciário o edital para a construção do Fórum do Recife.

Prioridade administrativa da gestão, a construção do fórum objetiva facilitar o acesso da população à Justiça, uma vez que o prédio abrigará todas as varas da Capital, evitando que a população se desloque a vários lugares para receber a prestação jurisdicional.

VIOLÊNCIA

Convidado pelos parlamentares para o debate proposto pelo deputado Pedro Eurico (PSB), Galvão afirmou que a violência é uma doença contagiosa que vem se espalhando por todos os rincões desse planeta e que a situação clama por solução. O desembargador apontou algumas causas, como por exemplo, o desemprego e a impunidade.

Galvão falou aos parlamentares sobre o projeto de instalação de juizados próximos às delegacias distritais

No entanto, esta situação não se reflete no Judiciário, já que pelo número de processos que chegam ao Juizado Especial Criminal, haveria uma estabilidade. "O número de processos encaminhados é praticamente irrisório diante do que se diz sobre a violência no Recife. O medo da violência é maior do que a própria violência ou os crimes não estão sendo encaminhados ao Judiciário", destacou Galvão.

Sem querer apontar soluções gerais, Etério disse que algumas providências isoladas vêm sendo elaboradas, como o projeto que permitirá a instalação de juizados criminais próximos às delegacias distritais, o que facilitará o acesso da população à Justiça.

Juízes terão pós-graduação pela internet

Está sendo elaborado, em Brasília, um projeto de pós-graduação à distância para juízes, que prevê, entre outros recursos, o uso da Internet. A televisão é outro meio a ser utilizado, com veiculação de matérias e debates sobre temas culturais e institucionais vinculados ao Poder Judiciário. De iniciativa da Escola Nacional da Magistratura (ENM), o projeto está sob responsabilidade de uma comissão composta por diretores daquela entidade e técnicos do Ministério da Educação e Cultura - MEC, especialistas em ensino superior.

O presidente da ENM, ministro Sálvio de Figueiredo - do Superior Tribunal de Justiça -, disse que uma prioridade da Escola, hoje, é possibilitar aos magistrados brasileiros alternativas de estudos sem que necessariamente se ausentem de suas funções. "A pós-graduação virtual é um primeiro passo nessa intenção de investir com ênfase no ensino à distância, propiciando uma continuidade à formação acadêmica aos juízes, impossibilitados de cursar uma pós-graduação convencional", disse Figueiredo.

Segundo Mozart Valadares, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (AMEPE), o MEC recomenda às universidades e faculdades de Direito que ao compor seus quadros docentes dêem prioridades aos pós-graduados. "Nos cursos de Direito existem muitos juízes dando aulas e não é justo que eles sejam impedidos de lecionar por falta de tempo para uma especialização. Por isso, é excelente a idéia da pós-graduação virtual exclusivamente para magistrados", disse ele.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão
Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares
Corregedor-Geral:
Des.Mário Melo
Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Marconi Glauco, Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos
Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares
Redação:
Pça da República, s/n - térreo-SP
Santo Antônio - Recife-PE
Fone: (081) 419-3251
Fax: (081) 424-3163
E-mail: asin@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

UPE estuda convênio para fazer exame de DNA

O reitor da Universidade de Pernambuco, Júlio Maranhão, fez ontem uma visita de cortesia ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. Durante o encontro, foi discutida a possibilidade de um convênio entre as duas instituições na realização de exames de DNA. Segundo o reitor, a cooperação é interessante para atender os serviços prestados pela Justiça no estado e para o andamento de pesquisas no âmbito acadêmico. Na próxima semana, representantes da UPE deverão se reunir com a Assessoria Especial da Presidência para discutir maiores detalhes sobre o convênio.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 66 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 9 de abril de 199

Progefácil agiliza tramitação de documentos no Fórum

A entrega de petições, embargos, offícios destinados aos juízes da Capital e a devolução de processos e cartas precatórias está sendo feita de forma mais ágil. É o Progefácil, uma guarita que funciona como drive-in, próxima à entrada do Fórum Thomaz Cirillo Wanderley.

Sem sair do carro, advogados, estagiários da área de Direito ou pessoas que não têm tempo para esperar pelo atendimento no Protocolo Central do fórum (Progeforo) são atendidas em curto espaço de tempo. O Progefácil, além de atender às varas do fórum onde está localizado, recebe petições e devoluções de processos das varas da Fazenda Estadual, localizadas no anexo da Rua do Sol-, bem como dos cartórios do Fórum Paula Batista. Quando é grande o número de pessoas na fila do Progeforo do Cirillo Wanderley, algumas são encaminhadas para o Progefácil para que o atendimento seja agilizado.

Criado em novembro, o Progefácil, que funciona das 14 às 18h, contabilizou 480 atendimentos no mês de março, recebendo uma média de 60 pessoas por dia. Segundo o atendente Marcos Gonçalves, o serviço é elogiado por advogados.

O Progefácil atende, em média, 60 pessoas por dia

O prazo para que as ações que tramitam nas varas fora do Thomaz Cirillo sejam entregues aos cartórios é de no máximo 24 horas. Em breve, o andamento dos processos poderá ser consultado no próprio Progefácil, pois o serviço está sendo informatizado, o que facilitará ainda mais a vida dos advogados.

Aviso

Em virtude do feriado da Semana Santa, o Diário Oficial, do Poder Judiciário, deixará de circular nos dias 10 e 11. Na terça-feira (14), será publicado normalmente

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Étrio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Nejo

Assessor de Imprensa:
Mércia Ourenco

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Christine Maux

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Maux
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

Palestra

O presidente do Instituto Brasileiro de Direito Bancário, Joaquim Ernesto Palhares, inicia segunda-feira, no Recife, o ciclo de palestras que fará no Nordeste, sobre "O Direito Bancário no Mundo Globalizado". Aberto a magistrados, advogados e estudantes, a conferência começa às 19h30, na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Antes, porém, faz uma visita ao presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão. Do Recife, Palhares segue para Fortaleza, Natal, Salvador e Aracaju.

Ambulatório inova e oferece atendimento psicológico

O atendimento médico-odontológico, prestado pelo Ambulatório Ângelo Jordão Vasconcelos aos serventuários da Justiça e dependentes, aumentou em média 37%, segundo dados fornecidos pela diretora adjunta Simone Belo. Enquanto a procura pelos serviços médicos teve um aumento percentual de 26,8, o atendimento odontológico cresceu 47,2%.

A demanda fez o TJ aumentar os serviços prestados pelo ambulatório médico

De acordo com a diretora, a demanda subiu em virtude da abertura do ambulatório também para o fórum e ao horário de atendimento que passou das 8 às 18 horas para das 7 às 19 horas. Simone Belo avalia ainda que a marcação de consultas por telefone, em funcionamento há um mês, tornou o acesso ao ambulatório mais fácil.

Devido ao aumento da procura dos serviços odontológicos, serão instalados mais dois novos consultórios. Segundo a diretóra adjunta, a proposta se encontra em processo de licitação. Para melhoria do atendimento, existe também um projeto de prestação dos serviços de um cirurgião buco-maxilo e de um ortodontista.

Uma outra novidade, já implementada, é o serviço de psicologia que passou a funcionar desde a semana passada, às segundas, quartas e sextas, das 8 às 12 horas, e às terças e quintas, das 14 às 18. De acordo com Simone Belo, por enquanto, o ambulatório conta com uma psicóloga, mas, dependendo da procura dos interessados, o número de profissionais pode ser aumentado.

A diretora informou ainda que, desde a semana passada, o atendimento do ambulatório foi expandido também para os funcionários da prestadora de serviços. "Essa era uma reivindicação antiga que passamos a atender", concluiu Simone Belo.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 67 | Poder Judiciário | Recife, Terça-feira, 14 de abril de 1998

TJPE evita conflito em Glória do Goitá

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, recebeu ontem a visita do representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, deputado Fernando Ferro, e do coordenador-adjunto do Centro Dom Hélder Câmara, Marcelo Santa Cruz. O objetivo do encontro foi discutir a liminar de reintegração de posse do Sítio Ladeira Grande, em Glória do Goitá, concedida pelo juiz Reginaldo Alves de Andrade, na semana passada.

A decisão garantiu que o proprietário da terra, Amísio Andrade, tivesse reintegrada a posse da área ocupada por 160 famílias integrantes do Movimento dos SemTerra. De acordo com o deputado federal, Fernando Ferro, a preocupação com os termos da decisão judicial, que determinou a desocupação da área e o incineramento das barracas de acampamento, em ato público, levou o Poder Legislativo e organizações ligadas aos direitos humanos a uma visita ao Judiciário com o objetivo de evitar confrontos.

Desde sexta-feira, o presidente do TJPE havia determinado a ida do juiz-corregedor Fábio Eugênio Lima para o município de Glória de Goitá, com o objetivo de evitar maiores conflitos. "A medida foi preventiva. O Judiciário deve se posicionar como um poder moderador na solução dos problemas sociais, inclusive quando se refere a uma questão política, como é a fundiária", explicou Etério Galvão.

Já o corregedor Fábio Eugênio falou com o presidente, por telefone, de Glória de Goitá e informou que o juiz Reginaldo Andrade vai suspender até sexta-feira os efeitos da liminar, o que deverá garantir a desocupação pacífica da área. Segundo o corregedor, o juiz chegou a admitir que a linguagem utilizada ao conceder a reintegração da posse foi exagerada.

O deputado Fernando Ferro elogiou a rapidez da Justiça e a antecipação do Tribunal de Justiça ao tomar a decisão de enviar um juiz corregedor para evitar violência entre as famílias e a polícia do Município, que recebeu determinação judicial de encaminhar homens e mulheres a presídios, levar as crianças para Fundac e enviar os adolescentes para o Centro de Reeducação de Adolescentes de Paratibe, Paulista.

Durante a visita do deputado Fernando Ferro, o presidente do TJPE ressaltou a preocupação do Judiciário em resolver os conflitos sociais de forma pacífica

DRH estuda situação de serventuários do Recife

Da Paz Brasil anunciou a vinculação de um psicólogo ao DRH

O Departamento de Recursos Humanos está realizando um estudo sobre a atual situação dos serventuários da 3ª Entrância. Segundo a diretora Maria da Paz Brasil, existe um problema em relação ao quantitativo que, embora seja suficiente, está mal distribuído entre as diversas Varas da Capital. "Não existe uma distribuição baseada na natureza de cada serventia, o que torna o quantitativo distorcido. As Varas Cíveis por Distribuição, por exemplo, deveriam ter, no mínimo, sete serventuários em cada serventia, enquanto as Criminais precisariam de cinco", destaca.

De acordo com a análise que vem sendo feita, a diretora de Recursos Humanos disse que já pode adiantar também que, além da má distribuição, existe uma inadequação do funcionário público, o que pode ser explicado muitas vezes pela própria cultura organizacional. "Detectamos ainda que alguns serventuários têm se apresentado improdutivos. Vamos analisar cada caso e buscar resolver as inadequações", afirma Da Paz Brasil.

Uma novidade é a vinculação de um psicólogo ao DRH até o final de maio com a função de fazer uma triagem de determinados funcionários de maneira que se possa tratar cada questão de forma compatível com os problemas apresentados. A idéia de um psicólogo que faça um acompanhamento dos serventuários é parte da elaboração de um projeto que prevê uma nova estrutura de recursos humanos para o Poder Judiciário estadual.

Inglês

Encerram-se nesta sexta-feira as inscrições para o curso de inglês para magistrados, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.Informações pelo telefone 424-1193

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Abdanur e Christine Matos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Christine Matos e Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Boa Vista - Recife-PE Fone/fax: (081) 419-3351 Fax: 224-3551 E-mail: asimi@tjpe.gov.br

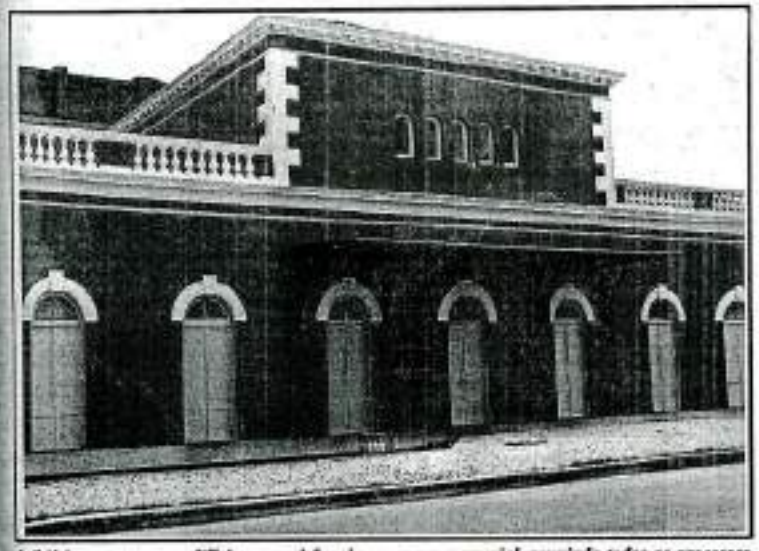
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cdoje

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 68 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 15 de abril de 1998

Judiciário aposta na memória do Estado



Judiciário recuperou o edifício que vai funcionar como memorial, reunindo todos os processos que fazem a história da Justiça em Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fabio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Nicholas e Christine Moraes

Fotografia:
Ana Lima

Diagramação:
Cristine Maines e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n, Santo Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424-1163
E-mail: asimp@tjpe.gov.br

Para quem acha que o Brasil não tem memória, o Poder Judiciário de Pernambuco vem dando uma lição de cidadania. Peças processuais antigas que até então se amontoavam em locais pouco apropriados estão sendo inventariadas e catalogadas por meio de um processamento técnico que deve prolongar o tempo de vida útil dos documentos. O trabalho começou a ser realizado há seis meses, por uma equipe do Tribunal de Justiça, coordenada por Geni Dantas.

No mesmo espírito de preservação da memória histórica de Pernambuco, o Poder Judiciário recuperou um prédio que vai funcionar como abrigo para todos os processos. De acordo com a arquiteta Cristina Nery, chefe da Assessoria Técnica da Corregedoria, uma das idealizadoras do projeto de criação do memorial, cerca de 350 mil processos devem ir para o edifício restaurado.

Segundo Geni Dantas, o inventário realizado refere-se aos processos do TJPE. Até agora, já foram catalogados 12 mil feitos. De acordo com um diagnóstico feito antes do início do trabalho de preservação, o total de processos corresponde a mais de um quilômetro de documentos. A previsão de Geni Dantas é de que o inventário de todos os processos esteja concluído em dois anos.

Uma das integrantes da equipe, Sandra Cavalcanti, dá o testemunho do cuidado que se deve ter com o manuseio dos processos. "Luvas, batas, máscaras, tudo isso é fundamental quando se está analisando e catalogando cada documento", afirma. O pessoal que está trabalhando no inventário do arquivo é taxativo em dizer que a preocupação maior é com a preservação do papel.

Memorial

Todo esse material, além de manuscritos de registros de casamento, processos que contam casos de grande repercussão no Estado, como os de Padre Hosana e Lampião, estórias folclóricas como a do processo em que o réu é o próprio Diabo, estarão reunidos em um prédio que antigamente funcionava como estação e que, a partir de agora, deverá agregar todo o acervo jurídico, referente às 1ª e 2ª Instâncias, e que em breve estará aberto à visitação pública.

Cedido pela Refesa, em regime de comodato por dez anos, o prédio da antiga estação, que se encontrava abandonada, foi completamente recuperado, por meio de um trabalho que respeitou as características originais do edifício, que remonta ao século XIX, aproximadamente ao ano de 1880. Localizado no Brum, em frente ao Cais do Porto, a recuperação é também uma colaboração do Judiciário para revitalização do Recife Antigo.

De acordo com o arquiteto responsável pelo projeto de recuperação, professor José Luiz Mota Menezes, a estação é de um estilo eclético, importado da Inglaterra. Baseado em um material fotográfico que guardava as feições do antigo prédio, a restauração veio dar nova vida à área do Porto. Mota Menezes explica ainda que as cores utilizadas foram conseqüência de uma pesquisa cuidadosa realizada nas paredes do próprio edifício.

A arquiteta Cristina Nery afirma também que haverá uma vitrine com objetos referentes à Refesa, além das vitrines que vão expor os processos que os 175 anos de história do TJPE vêm guardando. Cristina Nery ressaltou ainda a importância de compartilhar todo esse acervo com a sociedade, de forma que ela tenha acesso a uma parte da história do Judiciário estadual.

Fundaj coopera com organização do arquivo

Uma reunião será realizada amanhã entre os envolvidos com o projeto do próprio TJPE e representantes da Fundação Joaquim Nabuco. A reunião é conseqüência de um convênio de cooperação técnica existente entre as duas instituições. De acordo com Geni Dantas, a Fundaj deverá prestar uma assessoria quanto à organização dos arquivos. "A climatização, a luminosidade, a desumidificação são aspectos que devem ser levados em conta para melhor acondicionar o papel e garantir uma vida útil mais longa para o documento", destaca.

Segundo Cristina Nery, o prédio já está pronto e, para ser inaugurado, só falta o mobiliário. "Para aquisição dos móveis necessários, está sendo realizado um processo licitatório. Estamos na dependência do fim desse processo para marcarmos a inauguração", ressalta. A arquiteta ressaltou ainda que todo o processo de adequação do memorial será observado de forma que não sejam comprometidas as formas e características arquitetônicas do edifício. "Queremos preservar os documentos e a arquitetura do prédio de maneira que a memória seja realmente preservada", conclui.

Prédio é do século XIX e foi cedido pela Refesa.

ERRATA

Com relação à nota publicada na edição de ontem, referindo-se ao curso de inglês a ser promovido pela Escola Superior da Magistratura, fazemos uma retificação. A referida escola oferecerá, além do curso de inglês, os idiomas francês, italiano e alemão, salientando, porém, que estes serão voltados prioritariamente para concurso de acesso a curso de mestrado em Direito. Dirigido a magistrados, servidores do Judiciário que sejam bacharéis em Direito e a alunos da Esmape, os cursos terão início no mês de junho e as inscrições serão realizadas até o dia 30 deste mês, na secretaria daquela escola. Maiores informações pelo telefone 424-1193.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/doepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 69 — Poder Judiciário — Recife, quinta-feira, 16 de abril de 1998

Advogado defende equilíbrio entre Direito e Economia

A estagnação do Judiciário e a globalização da economia foram alguns dos temas abordados pelo presidente do Instituto Brasileiro de Direito Bancário (IBDB), o advogado Joaquim Ernesto Palhares, que esteve segunda-feira no Recife, a convite da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), para proferir palestra sobre Direito Bancário.

Palhares questionou como combinar globalização da economia e direito, e, contrário à globalização geral, disse que é preciso equilibrar um pouco a distância que existe entre o Direito e a Economia, não colocando a lei de mercado acima da Constituição. O presidente do IBDB afirmou, ainda, que a economia vem à reboque do direito e não o inverso. Confira a entrevista:

DO - *O senhor afirmou que é contra a globalização, porém que este é um processo irreversível, fazendo inclusive crítica ao Judiciário. Que crítica é esta?*

Palhares - O Poder Judiciário no Brasil teve possibilidade de ocupar um espaço nunca antes experimentado. A Constituição de 88 deu ao Judiciário a oportunidade de ocupar espaços importantes e ele não ocupou.

DO - *Por que?*

Palhares - Porque não se modernizou. Não implementou uma série de atividades que deveriam ter sido implementadas. O Judiciário não se preparou para esta conjuntura atual, que é de uma velocidade impressionante. Nós temos a implementação dos Juizados Especiais, que representam uma alternativa importante para o Judiciário e para o povo. Porém, a coisa está caminhando muito lentamente. Nós estamos na era da globalização e o Judiciário está ainda no século passado. Estamos sendo submetidos a uma Constituição cidadã. O brasileiro está começando a questionar, indo ao Judiciário e este está abarrotado de processos, não trazendo a solução. Isso vai provocar um divórcio entre a sociedade e o Judiciário. Um vai caminhar para um lado e o outro para outro lado.

> "O brasileiro está começando a questionar, indo ao Judiciário"

DO *Como fica o Judiciário diante da globalização?*

Palhares - Necessitamos de instrumentos que possam regular esses vínculos que vão surgir daqui para frente. Eu acredito que, talvez, a única possibilidade seja de globalizarmos, não o Direito de cada país, mas sim os princípios gerais do Direito e, dentre eles, o fundamental é o princípio da boa fé, que exige uma transparência maior nas relações e que a gente possa equilibrar um pouco a distância que existe entre o Direito brasileiro e a economia, não colocando a lei de mercado acima da Constituição.

DO - *Quais as vantagens e desvantagens da globalização da economia?*

Palhares - A principal vantagem é que - parece, nós só vamos ver isso ao longo do tempo - ela (a globalização) promove uma competição entre as pessoas, fazendo com que sejamos mais produtivos. E a principal desvantagem é que, na verdade, não é uma globalização com fins produtivos. É uma globalização com fins especulativos. Esse é o grande problema.

Palhares afirma que é preciso modernizar o Judiciário

> "A tendência no Brasil é o desaparecimento dos pequenos bancos"

DO - *Com relação às instituições financeiras, o fardo de grandes bancos traz impactos para o nosso sistema financeiro?*

Palhares - Eu não diria impacto no sistema financeiro. Mas isso demonstra uma tendência, que é a aglutinação de forças. É aquilo que os economistas tratam como o ponto mais alto de uma concentração de capitais. Na verdade, a tendência no Brasil é o desaparecimento dos pequenos bancos e o fortalecimento de grandes conglomerados. Com essa fusão dos bancos, essa figura do gerente/consultor vai desaparecer. Para os bancos não vai interessar mais o pequeno correntista, pois dentro da nova configuração ele traz prejuízo, porque ele usa pouco o banco.

> "O bom cliente é aquele que deve, que paga muito juros"

DO - Qual é o bom cliente nessa conjuntura?

Palhares - Hoje o bom cliente é aquele que deve, aquele que emite muito cheque, que tira inúmeros extratos, é aquele que paga muito juros ou muita tarifa. Os bancos não têm interesse naquele cliente conservador, que mantém sua conta sempre em dia, anotando tudo.

DO - *Desde que o Governo Federal dobrou as taxas de juros em outubro do ano passado, para fazer frente à crise asiática, a vida dos brasileiros ficou mais difícil. Qual a tendência com relação aos juros?*

Palhares - Na verdade esses fluxos de capitais são comandados pelos Estados Unidos. Então, os bancos americanos têm interesse em taxas de juros elevadas para que os seus aplicadores no mundo inteiro possam ter ganhos. Então eles criaram essa nova idéia e se expandiram através dos fundos de pensão e, que têm nos aposentados americanos seus grandes investidores. Através desses mecanismos os bancos conseguiram esses fluxos impressionantes de 1,4 trilhão de dólares/dia de investimentos, com uma velocidade de um pentium 500. Uma coisa espantosa, fantástica!. Então, enquanto permanecer esse interesse dos grandes bancos americanos, que comandam, de taxas de juros elevadas, ganhos fáceis para seus investidores, o Brasil vai continuar percorrendo esse caminho. Não tem muita relação com a proteção do Plano Real. Na verdade, tem um pouco, mas tem muito mais relação com o interesse americano nesses capitais. Resta saber até quando a frágil economia brasileira agüenta. É um elástico que o nosso presidente FHC está espichando. Até quando isso vai agüentar é que é a grande interrogação.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edésio Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia: Assis Lima

Diagramação: Christine Matos e Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE Fone/fax(081) 419-3203 Fax 424-1163 E-mail: ioe@pe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.ioepe.pe.gov.br/poder

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 70 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 17 de abril de 1998

Tribunal faz avaliação de planejamento administrativo

O plano de metas foi baseado em sugestões de juízes da Capital e Interior e de representantes de Organizações Não-Governamentais, colhidas durante reuniões com o Grupo Executivo do Tribunal de Justiça

Até o ano 2000, término da administração do desembargador Etério Galvão, à frente do Poder Judiciário estadual, o Grupo Executivo da Presidência fará, todos os meses, reunião para avaliar os resultados do plano de gestão aprovado esta semana.

A decisão foi tomada em reunião que contou com a participação do presidente do TJ, do desembargador Nildo Nery e diretores do Tribunal e do Fórum e assessores. O objetivo da permanente avaliação, segundo a diretora de Planejamento, Zélia Mendonça, é detectar obstáculos e propor soluções para que o plano de administração da atual Presidência alcance os resultados desejados.

> ***A diretoria de Planejamento fará, entre magistrados e servidores, ampla divulgação de todo o projeto administrativo do Tribunal de Justiça***

Além das avaliações mensais está prevista a realização de dois seminários, em novembro deste ano e julho de 99, também com o objetivo de acompanhar a evolução de todo o planejamento administrativo.

O Plano prevê o aperfeiçoamento da prestação dos serviços, abertura para a sociedade, moralização do Poder Judiciário, melhoria da infra-estrutura e valorização dos funcionários.

Para atingir os objetivos, estão previstos cursos de capacitação para servidores e magistrados, a ampliação da Informática, construção do Fórum do Recife e, entre outras ações, o estabelecimento de um plano de cargos, salários e benefícios para o funcionalismo.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Mário Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Cleudes Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Cleudes Matos

Redação:
Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 224-3530
E-mail: ascom@tjpe.gov.br

Aviso

Em virtude do feriado 21 de abril, o Tribunal de Justiça não terá expediente na terça-feira. No entanto, todas as unidades do Poder Judiciário estadual - TJ, Juizados Especiais, Varas e Comarcas- estarão funcionando normalmente, segunda-feira, na Capital e Interior.

Encontro de Adoção

O corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo, está em São Paulo, participando do 4º Encontro Nacional das Comissões Judiciárias de Adoção. Presidente da comissão pernambucana, ele debate, até hoje, na Associação Paulista dos Magistrados, novas formas de adoção nacional e internacional.

Fundaj dá apoio técnico ao Memorial da Justiça

Técnicos da Fundação Joaquim Nabuco visitaram ontem o prédio da Estação do Brum, onde será instalado o Memorial do Poder Judiciário. Sem descaracterizar o estilo arquitetônico do imóvel, datado de 1881, o grupo vai apresentar soluções técnicas para o arquivamento de todos os processos judiciais do Estado, cerca de 500 mil. Os mais antigos, em estado de decomposição, estão sendo restaurados. O Memorial da Justiça será aberto ao público.

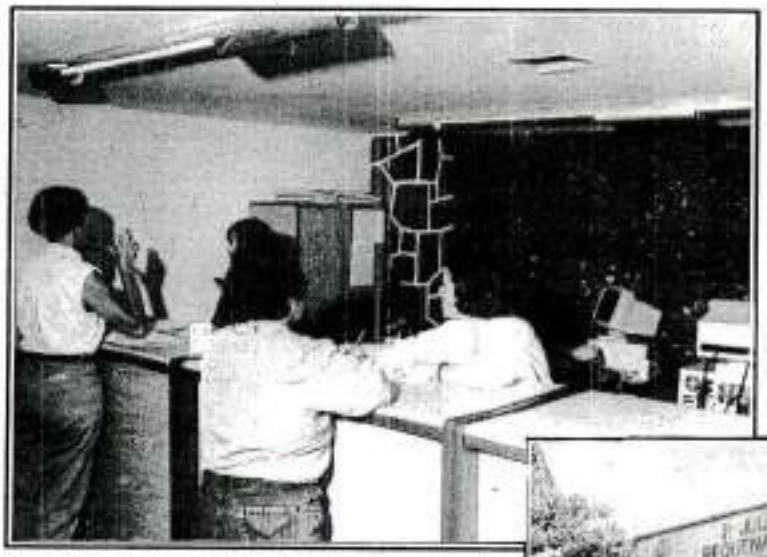
DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 71 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 18 de abril de 1998

Juizados Especiais ampliam atendimento

Os juizados especiais sofrerão modificações, racionalizando métodos de trabalho, visando a melhoria da prestação dos serviços da Justiça. Entre as alterações, que vigorarão a partir do dia 1º de junho, estão o novo horário de funcionamento dos juizados, a diminuição do tempo das sessões de conciliação e a ampliação do atendimento dos Juizados Especiais Cíveis.



Os juizados, que funcionam das 8 às 14h e das 14 às 20h passarão a abrir uma hora mais cedo. O expediente será das 7 às 13h e das 13 às 19h; e nos juizados que operam em turno único, o horário será das12 às 18h.

Com relação às audiências de conciliação, que duravam 40 minutos, serão reduzidas para 30 minutos, proporcionando um maior número de sessões. Cada turno terá um mínimo de 11 audiências. Segundo o assessor da presidência, juiz Jones Figueirêdo, as providências tomadas visam dinamizar os serviços nos juizados, buscando uma eficiência da prestação da Justiça, garantindo a efetividade da tutela jurisdicional.

Consumidor

Os Juizados Especiais Cíveis poderão, também, processar e julgar ações relativas às relações de consumo, permitindo que a população procure o juizado mais próximo de sua casa. Jones Figueirêdo disse, ainda, que as medidas adotadas pela presidência do TJPE, revelam a sua permanente preocupação de garantir o acesso à Justiça a todos os segmentos da população.

As mudanças nos juizados, como o do Rosarinho (foto acima), visam melhorar o atendimento da população

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bérilo Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessor de Imprensa:
Márcia Cuenca

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1165
E-mail: oficial@jpe.gov.br

AGENDA

Congresso

A Reforma Administrativo-Tributária do Estado será o tema principal do 2º Congresso Brasileiro de Direito Tributário e Administrativo que acontece entre os dias 23 e 25 deste mês, no auditório do Mar Hotel, em Boa Viagem. O encontro será aberto oficialmente pelo ministro José Augusto Delgado, do Superior Tribunal de Justiça, presidente do evento. Informações e inscrições pelo telefone 227.4511.

Roraima

Roraima sediará, nos próximos 23, 24 e 25 de abril, a *Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil*. O evento acontece dentro das comemorações do sétimo aniversário do Tribunal de Justiça daquele estado, que também promove o simpósio internacional *Costumes e Tradições da Amazônia*. O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, tem presença confirmada.

Pleno

A organização estrutural dos serviços do Tribunal de Justiça de Pernambuco é o tema da sessão extraordinária do Tribunal Pleno, que será realizada nesta segunda-feira, às 14 horas. Na reunião, que acontece na sala do desembargador Antônio de Brito Alves, estará em discussão o Projeto de Resolução da Nova Estrutura Organizacional dos Serviços Auxiliares do TJPE.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 72 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 21 de abril de 1998

TJPE e TRE preparam juízes para ano eleitoral

Juízes pernambucanos que vão atuar nas eleições, este ano, têm um canal direto com o Tribunal Regional Eleitoral. Pelo telefone **423.1858** podem esclarecer dúvidas quanto à Lei 9.504/97, que estabelece normas para o pleito de 1998, quando serão eleitos o Presidente da República, Governadores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais.

Para maior conhecimento e preparação dos magistrados, o TRE distribuiu cópia da Legislação e das Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral referentes a propaganda, apuração e totalização dos votos, arrecadação e aplicação dos recursos nas campanhas eleitorais, atos preparatórios e calendário eleitoral.

Os 41 novos juízes, nomeados em feve-reiro pelo Tribunal de Justiça, também são alvo de orientação sobre o processo eleitoral. Durante o treinamento que fizeram na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, requisito básico para o início da função em Comarcas de 1ª Entrância, tiveram aula de Direito Eleitoral, ministrada pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Mário Melo.

De acordo com o juiz Roberto Lins, corregedor eleitoral, esse interesse prévio é importante porque evita maiores dificuldades no momento das eleições, sobretudo quando há juízes que estão, pela primeira vez, atuando em processo dessa natureza. A efetiva atuação da magistratura nas eleições começa a partir de 6 de julho, quando a progaganda eleitoral passa a ser permitida. O juiz Roberto Lins lembra que, antes dessa data, qualquer prova que configure propaganda ilegal deve ser remetida à Corregedoria Eleitoral - fone **423.1580**, no TRE.

A Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, estabelece eleições simultâneas em todo o País no domingo 4 de outubro. Se nenhum candidato alcançar maioria absoluta na primeira votação, concorrerão os dois mais votados em novo pleito no dia 25.

Cartórios eleitorais só recebem pedidos para inscrição eleitoral ou transferência de domicílio até o dia 6 de maio

Voto eletrônico beneficia 16 municípios

Instituído nas eleições passadas somente no Recife, Olinda e Jaboatão, o voto eletrônico estende-se este ano a mais 13 municípios, perfazendo um total de 36 zonas eleitorais beneficiadas pelo processso que garante maior rapidez na votação e apuração: Abreu e Lima, Cabo, Belo Jardim, Camaragibe, Caruaru, Garanhuns, Goiana, Igarasu, Paulista, Petrolina, São Lourenço da Mata, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão.

Com 184 municípios e 145 zonas eleitorais, Pernambuco tem um total de 4,9 milhões de eleitores. Desses, pouco mais de 50% votam eletronicamente, contra 4,4 milhões que permanecem com a votação tradicional. Conforme dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, Recife e Goiana são os municípios que têm maior e menor número de eleitores, respectivamente 910 mil e 43 mil, utilizando o sistema eletrônico.

Estrutura Organizacional será votada segunda-feira

O projeto da nova estrutura organizacional do Tribunal de Justiça de Pernambuco será votado na próxima segunda-feira pela Corte Especial. Ontem, o projeto seria apresentado no Pleno, mas o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão decidiu transferir a votação marcada para possibilitar que os desembargadores possam estudar melhor as mudanças.

A sessão está marcada para às 14h, no primeiro andar do Palácio da Justiça.

AVISO

Em virtude do feriado de Tiradentes, o Diário Oficial do Judiciário não circulará na quarta-feira(dia 22).

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edário Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Hilda Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara, Christiane Marcos e Sérgio Marcos Feitosa

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Marcos e Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3351 Fax 424.1363
E-mail: asic@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Os exemplares publicados neste caderno podem ser consultados na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 73 — Poder Judiciário — Recife, quinta-feira, 23 de abril de 1998

Promoções no Tribunal abrem vagas para juízes de 1ª Entrância

O Tribunal de Justiça julga no próximo mês 77 processos de remoção e promoção de juízes. Segundo a diretora da Secretaria Judiciária, Ana Carolina Avellar Diniz, haverá 19 promoções da 1ª para 2ª Entrância e outras 15 da 2ª para a 3ª. No que diz respeito às remoções, serão 29 para a 2ª Entrância, mais 14 para a Capital.

Como as promoções resultam no surgimento de vagas nas Comarcas de 1ª Entrância, novos juízes serão nomeados para integrarem o quadro da magistratura pernambucana. Aprovados no concurso público, homologado pelo Tribunal em dezembro, eles aguardam apenas o momento de serem chamados para iniciarem treinamento de função na Escola Superior da Magistratura.

Os editais de promoção e remoção foram abertos pela Secretaria Judiciária, em abril. Os juízes interessados tiveram, respectivamente, um prazo de 10 e de 15 dias para fazerem a inscrição, devendo preencher requisitos legais.

Entre essas exigências, nos casos de remoção é preciso ter dois anos de exercício na Entrância e seis meses na Comarca ou Vara. Para a promoção, os requisitos básicos são os dois anos de exercício na Entrância e residir na Comarca, a menos que haja autorização do Conselho da Magistratura.

Atualmente, informa Carolina Avellar, o TJPE elabora Resolução para estabelecer novos critérios e objetivos de remoção e promoção de juízes pernambucanos.

Os processos de remoção e promoção são julgados pelo Pleno

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mello

Assessora de Imprensa:
Márcia Gouveia

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara, Christine Matos e Sérgia Marcos Peixoto

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1163
E-mail: otrof@pe.gov.br

Juízes devem permanecer nas Comarcas durante feriados municipais

Independente da escala permanente de plantões e substituição automática durante férias forenses, feriados, finais de semana e recesso, os juízes permanecerão nas suas respectivas Comarcas durante os feriados municipais, devendo ainda escalar funcionários para o atendimento à população.

A Portaria 03/98, do Secretário Judiciário Edson Galvão, especifica as datas dos plantões anuais, mas dada a dificuldade de conhecer todos os feriados isolados de cada município, não determinou os dias comemorativos das Comarcas, onde não há expediente cartorário. No entanto, os magistrados devem atuar, nesses dias, em regime de plantão em matérias urgentes cíveis e criminais.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dojpe

MISSA

A Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco(Aemepe) convida para a missa de 30º dia de falecimento de Léa Pereira, que era esposa do desembargador Itamar Pereira. O ato religioso será celebrado, hoje, às 19h, na Igreja de Casa Forte.

Despedida

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão(C), recebeu a visita dos diplomatas Earl Irving e Lisa Kieraus(E), respectivamente, cônsul e vice-cônsul dos Estados Unidos no Recife. Eles trocaram informações a respeito do funcionamento da Justiça nos dois países, concordando que a insuficiência de juízes é um problema comum as duas nações. A diretora de Recursos Humanos do Tribunal, Maria da Paz Brasil, também esteve presente à visita. O cônsul Earl Irving veio se despedir do chefe do Poder Judiciário estadual, pois está deixando no final do próximo mês o consulado americano no Recife para assumir a Embaixada de Harare, na África do Sul.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 74 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 24 de abril de 1998

Judiciário nacional discute adoção em São Paulo

Com ativa participação nos debates e distribuição do livro " Adoção Internacional em Pernambuco" e da cartilha "Adoção: Primeiros Passos" a delegação pernambucana que esteve no 4º Encontro Nacional das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção(Ceja), em São Paulo, mostrou que o Estado mantém liderança no assunto. Tendo à frente o desembargador Mário Melo, corregedor geral da Justiça e presidente da comissão estadual de adoção, o Encontro teve palestra do juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife.

O desembargador Mário Melo representou Pernambuco no Encontro, levando delegação de técnicos e promotores

Para evitar que o encontro se limitasse, como das outras vezes, ao envio de moções ao Legislativo Federal, contra a morosidade com que o assunto é tratado no Congresso, os participantes apresentaram medidas práticas sugeridas pelo juiz Luiz Carlos, padronizando os procedimentos e interligando on-line todas as comissões estaduais de adoção.

Para o desembargador Mário Mello, a proposta de uniformização de um banco de dados centralizado de informações para cadastrar entidades internacionais, e a implantação de um modelo para controle de adoções nacionais merecem destaque.

Dentre as conclusões, é temerária a utilização da rede Internet para divulgação de nomes, fotos e dados de crianças e adolescentes em condições de serem adotadas, por não respeitar o requisito de prioridade, o segredo de Justiça e violar os direitos da preservação de imagem.

Convenção de Haia vai a debate

Desde que não haja possibilidade de manutenção da criança em família natural ou sua colocação em família substituta brasileira, os juízes deverão dar preferência a candidatos a pais adotivos estrangeiros originários de países que já te-nham ratificado a Convenção de Haia de 1993 para adoção interna-cional.

Em São Paulo, o juiz fala para os presidentes das comissões de adoção

A sugestão é do juiz Luiz Carlos Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, que participou em São Paulo do 4º Encontro Nacional das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção e do 1º Seminário Infância e Adolescência. De acordo com o juiz, apesar de ser operativa, diferente do caráter filosófico da Convenção de Nova Iorque (assinada por todos os países) e do Acordo de Haia de 1996 (com várias assinaturas), apenas 30 países assinaram e 18 ratificaram primeira.

Novo fórum

Os desembargadores do TJPE conheceram em detalhes, na última segunda-feira, durante sessão extraordinária do Tribunal Pleno, o perfil arquitetônico do novo fórum da Comarca do Recife, que será edificado na ilha de Joana Bezerra. A exposição do projeto foi feita pelo arquiteto Paulo Raposo Andrade, representante da equipe vencedora do concurso, realizado em outubro passado, em que se escolheu a melhor proposta arquitetônica.

O prédio, com início da construção previsto para junho deste ano, abrigará 83 varas (atualmente existem 72 em funcionamento nos fóruns Paula Batista e Tomaz de Aquino), Corregedoria, biblioteca, auditório, dois tribunais de júri, estacionamento amplo para funcionários e usuários. Para o arquiteto responsável, construção será uma expressão contemporânea da tradição clássica da arquitetura.

"Contemporâneo porque estamos projetando um edifício com o que existe de mais moderno em tecnologia, com sistema de cabeamento estruturado que permite a instalação, em qualquer ponto do prédio, de terminais de computador ao sistema de informática ou um telefone à rede de telefonia com rapidez e praticidade. Este mesmo edifício é também uma expressão clássica, porque sua arquitetura tem raízes na tradição arquitetônica que começa na Grécia Antiga, passando por Roma, como muitas obras recíferses, a exemplo do prédio do Palácio da Justiça", disse Paulo Andrade.

Ainda segundo Andrade, o novo Fórum "será, garantidamente, mais um monumento na paisagem do Recife". Ele ressalva, ainda, que apesar de primar pelo uso de materiais modernos e duradouros, proporcionando vida útil longa, a construção também prevê baixos custos de manutenção e economia com água, esgoto e energia elétrica, através da utilização de dispositivos para redução de gastos com arcondicionados, por exemplo.

Segundo a diretora da Assessoria Técnica do TJPE, Rogéria Magalhães, das atuais 72 varas em funcionamento na Comarca do Recife, três não dispõem de estruturas físicas adequadas. "A nova sede acomodará as varas existentes e as novas varas necessárias, unificando todos os serviços da primeira instância em um único local, com rápido acesso viário e estacionamento amplo para servidores e usuários", disse.

Aula-Espetáculo

Hoje, às 19h, na sede da Amepe, está programada uma aula-espetáculo com o poeta repentista Ivanildo Vila-Nova. Promovida pela Associação dos Magistrados,a aula-espetáculo faz parte do projeto Sextas Culturais, que acontece a cada última sexta-feira do mês, justamente com a comemoração dos aniversariantes do mês. A primeira aula, que foi realizada no dia 27 do mês passado, foi ministrada pelo secretário estadual de cultura , Ariano Suassuna.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Fabio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alvares, Christine Matos e Sérgio Martins Feitosa

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424.1160
Email: asim@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/diario

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 75 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 25 de abril de 1998

Tribunal de Justiça institui concurso literário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco completa, em 13 de agosto próximo, 176 anos de sua instalação. Vários eventos culturais serão programados para o período de 10 a 14 daquele mês. Consta dessa programação um concurso literário,que premiará trabalhos inéditos nas categorias ensaio, poesia e ficção. As inscrições estarão abertas entre os dias 30 deste mês e 11 de junho, na secretaria da Escola Superior da Magistratura. Segundo o vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares, o evento se repetirá anualmente, com o objetivo de reconhecer talentos literários em âmbito estadual.

A resolução que cria o concurso prevê premiação em três categorias. Neste primeiro ano, porém, ficou decidido que serão premiadas duas modalidades: ficção, com o tema "A Justiça", e ensaio, cujo tema é "Proposta para um novo Judiciário". Ao texto vencedor na primeira modalidade será concedido o Prêmio Potiguar Matos, que consiste em uma passagem de ida e volta a Buenos Aires, na Argentina. O melhor ensaio será agraciado com o Prêmio Desembargador Luiz Marinho, recebendo passagem com destino a Paris.

O TJPE editará os dois textos e cada autor receberá 100 exemplares da obra, como pagamento de direitos autorais.

Homenagem

O desembargador Napoleão Tavares, coordenador do evento, disse que o concurso ainda se propõe a homenagear, a cada edição, pessoas que exerceram destacado papel na história de Pernambuco, dentro ou fora do Judiciário. Para ele, a escolha dos homenageados deste primeiro ano é muito justa.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco completará 176 anos em agosto

"O primeiro, Potiguar Matos, pernambucano de Pesqueira, foi diretor do Arquivo Público Estadual e se destacou como jornalista, professor universitário, escritor e, sobretudo, grande orador", disse.

O segundo homenageado foi o magistrado Luiz Marinho. "Natural de Goiana, foi um dos mais ilustres desembargadores deste Tribunal de Justiça, dos anos 30 para cá. Juiz provido de muita coragem e respeitadíssimo. Lembro-me do episódio de 1945, durante a ditadura de Vargas, quando o Diário de Pernambuco foi fechado a mando do Executivo estadual e o advogado Antiógenes Chaves impetrou mandado de segurança. O doutor Luiz Marinho, na condição de relator, não se intimidou com o poder autoritário estabelecido e concedeu liminar, mandando reabrir o Diário, que voltou a circular de imediato", narrou o desembargador Tavares.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fabio Ramos Caldeira

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mafra

Assessora de Imprensa:
Fátima Gramos

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Medeiros, Christine Matos e Sérgio Moreira Pessoa

Fotografia:
Aldo Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Praça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3151 Fax 424.1143
E-mail: asc@tjpe.gov.br

Amepe também promove concurso

A Associação dos Magistrados de Pernambuco(Amepe) também vai promover o seu concurso de monografias jurídicas. O tema será sobre Direito Público e Privado e os trabalhos , que deverão ser entregues até o dia 02 de outubro deste ano, precisam ser inéditos, não sendo aceitas teses feitas para curso de especialização, mestrado ou doutorado, bem como trabalhos que já tenham sido publicados. O autor não poderá assinar ou identificar a monografia.

Destinado aos magistrados do Judiciário estadual, com exceção dos membros da diretoria e comissão da Amepe, o concurso, intitulado Prêmio Juiz José Lopes de Oliveira, além de ter como objetivo estimular o aprimoramento científico-cultural dos magistrados associados, presta também uma homenagem ao magistrado que tanto se destacou no Judiciário estadual. Segundo o vice-presidente da Amepe, juiz Mozart Valadares, o nome do magistrado Lopes de Oliveira - falecido este mês - foi escolhido para dar nome à premiação do concurso por ter sido ele um referencial na magistratura pernambucana.

Para o diretor cultural da associação dos magistrados, juiz Ulisses Viana, José Lopes de Oliveira elevou muito o conceito da magistratura. "O juiz era um intelectual com inúmeras obras publicadas e premiadas", completou Viana.

Premiação

As monografias, que terão no máximo 50 páginas, serão julgadas por uma comissão constituída por três juristas que, preferencialmente, exerçam o magistério superior e que não sejam integrantes dos quadros da magistratura estadual.

A comissão apresentará, até o dia 03 de novembro, ao presidente da Amepe, desembargador Gilberto Gondim, o resultado final do concurso. Os autores dos três melhores trabalhos receberão a seguinte premiação: o primeiro lugar, uma passagem aérea e estadia de três dias na cidade de Buenos Aires, na Argentina, com direito à acompanhante; para o segundo, a viagem será para a cidade de Natal, no Rio Grande do Norte e o terceiro lugar receberá uma obra jurídica.

Os trabalhos classificados poderão ser publicados, ficando reservados à Amepe os direitos sobre as publicações, independente de qualquer ônus.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 76 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 28 de abril de 1998

Nova estrutura garante maior eficiência dos serviços judiciários em Pernambuco

O Tribunal de Justiça tem nova estrutura administrativa. Em sessão da Corte Especial, os desembargadores aprovaram, ontem, modificações nos departamentos que compõem os serviços auxiliares do Poder Judiciário pernambucano. O objetivo, de acordo com a diretora de Planejamento, Zélia Mendonça, é tornar o TJ mais ágil, eficiente e adequado às exigências da sociedade.

As modificações são conseqüência da Lei Complementar 19, aprovada em dezembro passado, transferindo para o Tribunal as atribuições e atividades até então desenvolvidas pela Corregedoria Geral. Através da utilização de modernas técnicas administrativas, a nova estrutura garante melhor funcionamento, maior definição de atribuições e integração entre os servi-ços auxiliares do Tribunal.

Realizado pela Diretoria de Planejamento, o trabalho começou em outubro, com o levantamento das necessidades funcionais e operacionais do Tribunal de Justiça. A nova estrutura organizacional será implantada de forma gradativa, até final de maio, gerando inclusive uma economia de R$36 mil aos cofres públicos.

A Corte Especial discutiu e aprovou o projeto da nova estrutura administrativa do TJPE

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral
Des. Mário Melo

Assessoria de Imprensa:
Mário Ducaru

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Holanda, Christine Matos e Sônia Marcos Pereira

Fotografia:
Luiz Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação
Praça da República, s/n Sto Antonio Recife-PE
Tel/Fax: 419-3121 Fax: 424-2163
E-mail: asc@tjpe.gov.br

Projeto prevê mudanças em vários setores do Tribunal de Justiça

Subordinação da diretoria do Foro da Capital à Presidência, transformação da Central de Mandados em Núcleo de Controle de Mandados e transformação da Consultoria Judiciária em Consultoria Jurídica são algumas das mudanças que se verificam no Judiciário pernambucano, a partir de hoje, com a aprovação da nova estrutura administrativa do Tribunal de Justiça.

Consultoria Judiciária transforma-se em Consultoria Jurídica

Responsável pela elaboração do projeto, a Diretoria de Planejamento e Orçamento, que desenvolvia apenas funções executivas, passa a ser Coordenadoria de Planejamento e Organização, com atividades diretamente ligadas à Presidência. A modificação implica na transformação da Secretaria de Administração, Planejamento e Interior em apenas Secretaria de Administração com competência na área para todo o Estado.

A nova estrutura ainda inclui a transformação da Assessoria de Imprensa em Assessoria de Comunicação Social e a subordinação das atividades de Apoio Psicossocial à Secretaria Judiciária, transformando-se em Centro de Apoio Psicossocial, com maior abrangência de ações.

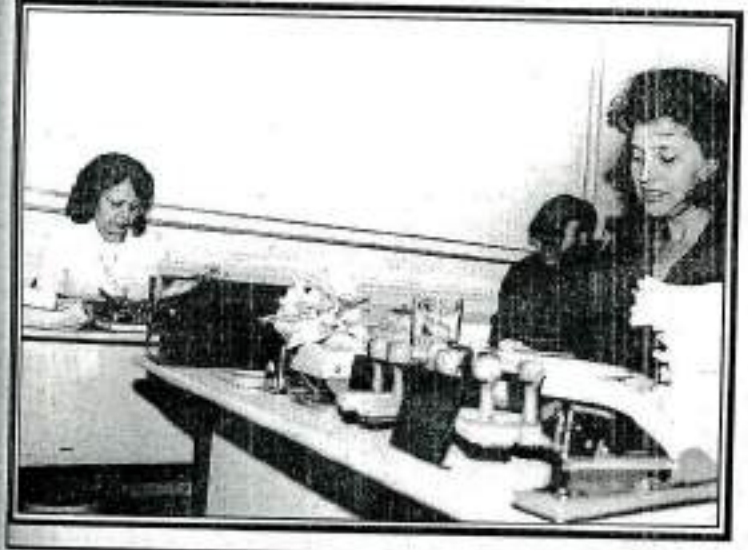
De acordo com Zélia Mendonça, as modificações geram também a necessidade da criação de funções gratificadas e alteração de cargos comissionados, sendo que para este último um projeto de lei será enviado à Assembléia, para votação, até junho.

Congresso - No estande do TJPE, que se fez presente ao Congresso de Direito Tributário, realizado no Mar Hotel, de 23 a 25 deste mês, magistrados e advogados puderam conhecer em detalhes, através de um painel, o projeto arquitetônico do novo Fórum do Recife, que será construído na Joana Bezerra.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 77 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 29 de abril de 1998

Código de Organização Judiciária atrai participação da sociedade



Com intensa participação da sociedade pernambucana foi encerrado o prazo de apresentação de emendas ao Código de Organização Judiciária. Segundo o relator , desembargador Og Marques Fernandes, mais de 200 propostas foram enviadas por diversos representantes dos segmentos sociais, magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. "O projeto atraiu a atenção de todos", disse Marques Fernandes que já analisou mais de 70% de um material diversificado, que contempla o COJ como um todo. Encerrado o prazo na semana passada, o relator agora elabora o parecer que será entregue ao Pleno, para apreciação. Em forma de projeto-de-lei, o Código de Organização Judiciária será votado ainda este semestre pela Assembléia Legislativa. Assessorado por João Armando Menezes, Célia Moraes e Ângela Souza, da área Judírica do Tribunal, o relator Og Marques Fernandes garante a urgência na conclusão do trabalho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivio Rorais Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Hirão

Assessora de Imprensa:
Mário Gurgel

Redatores:
Roberto Tavares, Christiane Veloso, Cristina Matos e Napoleão Pessoa

Fotografia :
Anne Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n, Sto Antonio
Recife-PE
Fone(081) 419-3351 Fax 424-1363
E-mail: tjpe@pe.gov.br

TJPE proíbe comercialização em sua sede

A comercialização de qualquer bem ou serviço no prédio sede do TJPE, com exceção das atividades de cantina em local próprio, estão totalmente proibidas pela presidência do Tribunal. O controle da circulação de vendedores avulsos nas dependências do TJPE já vem sendo feito informalmente, segundo Pollyana Torres, assessora de cerimonial, por diretores e funcionários em seus departamentos.

"Não se trata de uma imposição da presidência desta casa. É uma resolução contida no regimento interno do TJ, que visa evitar o desvio das atenções do servidor de suas atividades, em horário de trabalho. A atual presidência está se propondo a fazer a coisa certa, e se existe um regimento é para ser cumprido", justificou a assessora.

A exposição de obras de arte no Palácio da Justiça é permitida, desde que não seja com fins comerciais

Pollyana Torres esclareceu, ainda, que a exposição de obras de arte na sede do Tribunal de Justiça poderão ser permitidas, desde que sem fins comerciais. Disse, também, que conta com a compreensão dos demais assessores e diretores "por entender que estamos todos em sintonia com o perfil da atual presidência", concluiu.

Visita - O vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares(C) , esteve recentemente no Tribunal Regional Federal, a convite do vice-presidente daquele tribunal, juiz José Maria Lucena(1º à esq.), para conhecer as instalações físicas e o funcionamento do TRF da 6ª Região.A visita foi acompanhada pelos juízes Castro Meira(2º à esq), Ridalvo Costa(à direita) e Petrúcio Ferreira(1º à direita).

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 78 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 30 de abril de 1998

Biblioteca do Tribunal usa moderno sistema de catalogação

O trabalho de catalogação da biblioteca envolve mais de 10 mil títulos à disposição para consulta dos usuários internos e externos

O sistema Libris de Gerenciamento de Informação, desenvolvido pela Diretoria de Informática em conjunto com a Biblioteca do Tribunal de Justiça, está despertando o interesse de órgãos públicos. Secretarias estaduais, universidades, fundações de saúde e instituições da área jurídica vêm manifestando a intenção de adquirir o sistema, através de convênio com o TJ, para implantação em unidades próprias.

De acordo com a chefe do setor, Cristiane Silva, desde que o Libris foi divulgado, na Feira de Informática, em outubro passado, no Centro de Convenções, diversas instituições têm visitado a Biblioteca do Tribunal, para conhecer o sistema.

O Libris, que agiliza o serviço de catalogação, pesquisa e empréstimo, está em fase de implantação gradativa, com catalogação dos 10 mil títulos existentes na Biblioteca do Tribunal, onde existe uma coletânea de Leis, Decretos e Atos estaduais datados a partir de 1895, toda a Legislação Federal desde 1938 e exemplares do Diário Ofi-cial do Estado desde 1961.

A partir de maio, a Biblioteca implantará o Serviço de Disseminação Seletiva da Informação. O trabalho tem o objetivo de manter permanentemente atualizado o juiz de 1ª Entrância que, por motivos de distância, tem dificuldade de acesso às mudanças da legislação. O serviço, contudo, tem uma particularidade: por motivo de agilização, será enviado apenas o material que seja do interesse de cada magistrado, informado através do questionário que a Biblioteca realizou entre os magistrados do Interior.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ítalo Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara, Christine Meira e Sérgio Marcos Ferreira

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Maira e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-3160
E-mail: asim@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cgo/

Corregedores realizam o 13º Encontro Nacional

O Colégio Permanente de Corregedores promove, no período de 5 a 9 de maio, o 13º Encontro Nacional de Corregedores Gerais da Justiça. O evento, que se realizará no Acre, tem a presença do corregedor pernambucano, desembargador Mário Melo. Durante o Encontro, serão discutidos temas da atualidade jurídica como o novo Código de Trânsito, Vitaliciamento de Juízes, Infância e Juventude (Adoção do Nascituro) e Gratuidade do Registro Civil.

Diplomacia - O cônsul geral do Japão, Tokuji Ikeda, esteve, ontem, no gabinete do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, para se apresentar ao chefe do Poder Judiciário estadual. O Consulado Geral do Japão, com sede no Recife, tem jurisdição sob os estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. O diplomata disse que pretende se empenhar para estreitar as relações econômicas e culturais com os sete estados que fazem parte da sua área de atuação.

Com relação à Justiça, o novo representante do consulado fez questão de saber a diferença entre Judiciário estadual e federal. O diplomata disse, ainda, que pretende conservar a amizade entre o consulado e Judiciário.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 79 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 1º de maio de 1998

Feriado altera projeto Agenda Livre

Etério Galvão receberá o público na sexta-feira, dia 08, dentro do Projeto Agenda Livre

O presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, dará prosseguimento ao projeto Agenda Livre e abre mais uma vez, na próxima sexta-feira, 8, as portas do Palácio da Justiça à população para ouvir sugestões ou pedidos relacionados aos serviços do Judiciário. O Agenda Livre, implantado pela atual presidência do TJPE, é um projeto que reserva as tardes de toda primeira sexta-feira de cada mês a quem desejar falar pessoalmente com o presidente deste poder. Este mês, excepcionalmente, será realizada na segunda sexta-feira, em virtude do feriado de 1º de maio.

Na primeira sexta-feira de abril, quando inaugurou o projeto, Etério Galvão atendeu a 46 pessoas, das quais aproximadamente 70% traziam pedidos relacionados a agilização de processos e os demais buscavam assistência advocatícia gratuita, consultas ou simplesmente uma conversa informal com o presidente.

Segundo Paola Freitas, chefe de gabinete da presidência do TJPE, para todos os pedidos foram tomadas as medidas cabíveis. "Mais da metade desses pedidos já alcançaram as soluções possíveis e os demais estão aguardando respostas por parte dos setores ou pessoas competentes, a quem foram encaminhados. Os resultados são transmitidos aos interessados por escrito", informou. O atendimento será feito por ordem de chegada, a partir das 14 horas.

TJAP discute Direito Ambiental

A cidade de Macapá será a sede internacional do próximo Encontro de Direito Ambiental da Amazônia. Promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, nos dias 4 e 5 de junho, o evento reúne os maiores especialistas mundiais no assunto.

Destinado aos profissionais da área jurídica, o Encontro Internacional está com as inscrições gratuitas abertas, na Rua General Rondon, 1295, Centro, Macapá, Amapá, CEP 68906-390 ou pelo fax (55) (096) 223.5659, no horário das 7h30 às 13h30.

"O Direito Ambiental e seu reflexo a nível internacional" é o tema central das discussões, que acontecerão no Teatro das Bacabeiras.Os participantes que se inscreverem até 15 de maio receberão material do evento.

Maiores informações com a comissão organizadora do Encontro através do e-mail:desgpp@brasnet-online.com.br ou pelo telefone (55)(096) 223.5655 ramal 282, com SérgioCascaes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara, Christine Manso e Sérgio Marcos Ferreira

Fotografia :
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Manso e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
E-mail: sala@tjpe.gov.br

Agenda

Sessão I

Por convocação do presidente Etério Galvão, o Tribunal de Justiça se reúne, segunda-feira, a partir das 14h, em sessão extraordinária.Na oportunidade, será feita uma apresentação do Plano de Gestão que será implantado no Tribunal de Justiça ao longo do biênio 1998/1999.

Sessão II

O julgamento dos editais de promoção de juízes de 3ª entrância e a discussão do Projeto de Resolução que altera o Regimento interno também estão na pauta da sessão extraordinária.

Feriado

Em virtude do feriado de 1º de maio, o Diário Oficial do Poder Judiciário deixará de circular no sábado, dia 02.

Lançamento

O desembargador Hélio Siqueira Campos participa, hoje, às 20h, no Colégio das Irmãs Dorotéias, na cidade de Pesqueira, do lançamento do livro **No Monte da Serra de Ororubá**, de autoria do poeta e escritor Givanildo Paes Galindo. O desembargador prefaciou a obra.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 80 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 5 de maio de 1998

Plano de Gestão do Tribunal de Justiça começa a ser divulgado entre magistrados e servidores

O Tribunal de Justiça começou, ontem, a divulgar entre magistrados e servidores o Plano de Gestão que a presidência colocará em prática no biênio 1998/1999. Em sessão extraordinária, a diretora de Planejamento Zélia Mendonça explicou para os desembargadores os pontos básicos do plano que se divide em Missão, Visão, Valores Éticos e Objetivos e Metas do Judiciário.

A divulgação, que será ampliada a todos os juízes e servidores da capital e interior, tem o objetivo de proporcionar aos que fazem o Judiciário pernambucano a possibilidade de conhecer, com antecedência, o que será realizado pela administração nesses dois anos. De acordo com a diretora, embora o Plano de Gestão esteja aprovado, os funcionários ainda podem oferecer sugestões de como atingir metas propostas.

Na próxima segunda-feira, o grupo executivo composto de diretores e assessores do Tribunal, responsável pela elaboração do Plano, fará a primeira avaliação. Até o final da atual presidência, essas reuniões acontecerão mensalmente, além da realização de dois grandes encontros, marcados para novembro de 98 e julho do próximo ano, para replanejamento, quando o programa inclusive poderá sofrer alterações.

Desembargadores recebem explicações sobre o Plano de Gestão do Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gaines

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara, Christine Matos e Sérgio Moreira

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 424.1163
E-mail: acai@tjpe.gov.br

Fórum

Visto como uma das metas principais da atual administração, o Fórum do Recife mereceu destaque, ontem, durante a apresentação do Plano de Gestão do Tribunal de Justiça, biênio 1998/1999. A construção do Fórum, onde ficarão reunidas todas as Varas da Comarca da Capital, se encontra em processo de licitação, com início previsto para o mês de julho. Conforme estimativa da Diretoria de Planejamento, ele deve ser entregue à comunidade em dezembro do próximo ano.

Tribunal conclui ações de suporte

Mais de 40% das ações emergenciais proposta no Plano de Gestão está concluído, cerca de 40% em fase final e pouco menos de 20% em etapa de desenvolvimento. Os dados são da Diretoria de Planejamento do TJ e se referem às medidas que serviram de suporte ao início do Plano de Gestão. Foram programadas para serem implantadas no prazo máximo de dois meses, encerrado no dia 27 de abril.

A oficialização de mais de 200 serventuários de Comarcas e a regularização da infraestrutura dos cartórios do interior, em decorrência da Lei Complementar 19, que transferiu para o Tribunal muitas das atribuições da Corregedoria, são algumas das ações emergenciais concluídas. Entre outras, destacam-se a racionalização do estacionamento, a modificação da estrutura administrativa do TJ e a criação de um comitê com funções definidas para modernizar a Justiça de 1º grau. O restante será concluído até 15 de maio, segundo a Diretoria de Planejamento.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 81 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 6 de maio de 1998

Promoção abre vagas para novos juízes

Em sessão extraordinária, realizada ontem, o Tribunal de Justiça promoveu seis juízes de 1ª para 2ª Entrância. Treze vagas ficaram ainda abertas e seus respectivos editais serão republicados na próxima semana, segundo informou Ana Carolina Avellar, secretária-adjunta da Secretaria Judiciária.

Com as promoções conferidas, surge igual número de vagas em Comarcas de 1ª Entrância, que serão supridas com a nomeação de seis novos juízes, aprovados em concurso público, homologado em dezembro passado.

Julgados pelo Pleno, os editais de remoção e promoção permitem nomeações de concursados para o quadro da magistratura

As vagas atuais, contudo, não serão preenchidas necessariamente pelos futuros juízes. Antes, segundo Carolina, o Tribunal publicará novos editais, relacionando as Comarcas que não dispõem de magistrado. A medida possibilita aos juízes antigos requererem remoção para essas Comarcas.

De acordo com a secretária-adjunta, a carência de juízes, no entanto, permanecerá existindo. "Por isso, haverá novas nomeações, possivelmente, até 15 de julho". Ao lado, veja o quadro dos promovidos.

Juízes	Comarcas
Simoni Cristina Barros	São Lourenço da Mata
Albéridos Nicéias Filho	Belo Jardim
José Roberto Moreira	Jaboatão dos Guararapes
Maria Elâine Carvalho	Serra Talhada
José Fernando de Souza	Caruaru
Jucineide de Albuquerque	Garanhuns

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elétrio Ramos Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Cintra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara, Christine Matos e Sérgio Marcos

Fotografia: Aura Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Christine Matos e Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419.3261 Fax 424.1163
E-mail: oficial@tje.gov.br

Judiciário estadual perde o desembargador Agenor Ferreira

O desembargador aposentado Agenor Ferreira Lima faleceu, na tarde de segunda-feira (4), de insuficiência renal. O enterro, ontem à tarde, no Cemitério do Parque das Flores foi acompanhado por vários magistrados e funcionários do Judiciário. Ferreira Lima dedicou mais de 40 anos à magistratura estadual. O velório aconteceu durante toda a madrugada e manhã de ontem, no Salão dos Passos Perdido, no primeiro andar do TJ/PE.

Nascido em 05 de setembro de 1926, na cidade de Serinhaém, no litoral sul do Estado, Ferreira Lima formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1953. Dois anos depois foi aprovado em primeiro lugar no concurso para juiz de Direito, sendo nomeado para a comarca de Buíque, passando pelas comarcas de Palmeirina, Panelas, São Joaquim do Monte, de onde foi promovido para a capital, em 1969, como titular da 3ª Vara dos Delitos Contra o Patrimônio.

Foi suplente de juiz do TRE e assessor da presidência do TJPE, em 1976. No ano seguinte, foi assessor da Corregedoria Geral da Justiça do Estado. Foi promovido a desembargador, pelo critério de antigüidade, em 1991, permanecendo no TJPE até setembro de 1996, período em que se aposentou. Ao deixar o Tribunal de Justiça, o desembargador era integrante da 1ª Câmara Criminal e vice-presidente licenciado do TRE.

Na carreira docente, Agenor Ferreira Lima foi professor titular da cadeira de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Caruaru, integrando por muitos anos a banca examinadora de Português nos exames vestibulares daquela instituição de ensino. Também publicou diversos artigos em jornais e revistas do Recife sobre temas jurídicos e literários.

Na última entrevista ao Diário Oficial do Poder Judiciário, por ocasião de sua aposentadoria, Ferreira Lima revelou que sempre gostou da criminologia porque queria conhecer os fatores que levavam o homem a cometer crimes, acrescentando que os julgamentos na área penal têm muita relação com os sentimentos humanos.

Aos 71 anos faleceu o desembargador que dedicou parte da vida à magistratura estadual

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 82 — Poder Judiciário — Recife, quinta-feira, 7 de maio de 1998

Detran vai intensificar fiscalização nas imediações do tribunal e fórum

Maior cooperação entre o Poder Judiciário, Detran e Polícia Militar de Pernambuco, através do Batalhão de Trânsito. Esse foi o acordo que o presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, e o diretor-geral do Detran, coronel Sebastião Pereira Lima, firmaram, ontem, visando a intensificação da fiscalização nas áreas próximas ao Tribunal e Fórum Paula Batista.

Entre as medidas que deverão ser adotadas, está o remanejamento de policiais que atuam na área, anunciou o diretor do Detran, que manteve contato com o major Reginaldo Oliveira, comandante do 1º Batalhão de Trânsito. A mudança é um procedimento de rotina, que tem o objetivo de evitar a atuação de policiais no mesmo setor durante longos períodos.

Acordo entre Galvão e Pereira Lima visa intensificar a fiscalização do trânsito nas imediações do Palácio da Justiça e do Fórum Paula Batista

A implantação de semáforo para pedestre, a sinalização de chão e de placas e a proibição de fila dupla de carros na Rua do Imperador foram algumas das providências que o Detran e o TJ já implantaram no local, com o mesmo objetivo disciplinar, desde fevereiro, quando Etério Galvão assumia o Judiciário.

De acordo com o desembargador-presidente, o Judiciário não dá amparo a nenhum procedimento ilegal, ressaltando a importância do cumprimento do novo Código Nacional de Trânsito por todos. No âmbito do administrativo, Galvão já havia determinado que os motoristas do tribunal fossem orientados a retornarem à garagem, quando não encontrarem vagas nos locais permitidos pelo Detran. Uma Instrução de Serviço, assinada em março, é clara no sentido de que os motoristas que desobedecerem tal norma terão que arcar com as multas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gracas

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alencar, Christine Matos e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
E-mail: asscs@tjpe.gov.br

Curtas

Dia das Mães -A Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco(Aemepe) realiza hoje a Festa das Mães, a partir das 16h, no Salão dos Passos Perdidos.Serão distribuídos ventiladores com 122 funcionárias carentes do Poder Judiciário. A Aemepe, que esteve reunida (foto), semana passada, para acertar detalhes do evento,faz um trabalho filantrópico junto aos funcionários de baixa renda do TJPE.

Encontro

Procuradores do Ministério Público de Pernambuco participaram, na semana passada, de um encontro informal com o presidente do TJPE, Etério Galvão. O evento foi o primeiro de uma série que pretende aproximar o judiciário de diversas categorias profissionais ligadas ao setor. Na ocasião, o procurador-geral de Justiça, José Tavares agradeceu o convite, destacando sentir-se honrado em marchar junto com o TJPE para que a Justiça consiga chegar mais perto do povo.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fiepe.pe.gov.br/cepe

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 83 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 08 de maio de 1998

Pernambuco ganhará Defensoria Pública

O presidente Etério Galvão, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, recebeu em seu gabinete, na última terça-feira, 5, o procurador-geral da Assistência Judiciária (AJ) no Estado, Roberto Moraes. Na visita, foi discutido detalhes do projeto de lei que transforma a atual Assistência Judiciária em Defensoria Pública, em tramitação na Assembléia Legislativa, e os resultados do fundo para custeios dos serviços da AJ, criado no ano passado através de projeto de lei elaborado pelo desembargador Etério Galvão.

Os baixos salários e a pouca disponibilidade de advogados na AJ também foram assuntos em destaque no encontro, tendo sido apontados como os principais vilões, responsáveis diretos pela lentidão no andamento daqueles processos em que as partes dependem de assistência gratuita. Para o presidente do TJPE, é necessário que haja uma integração entre Poder Judiciário e a AJ, órgão subordinado ao Executivo, visando melhorar os serviços prestados às pessoas de baixa renda. O primeiro passo, entretanto, seria a imediata reestruturação da Assistência.

"A Assistência Judiciária é, hoje, mal estruturada, mal remunerada, o recrutamento de pessoal é feito de maneira nada recomendável, e tudo isso concorre para o falta de estímulo ao trabalho dos advogados, que não são devidamente valorizados. A implantação da Defensoria Pública em todos os estados brasileiros, com remuneração e critérios de recrutamento decentes, que privilegie o aperfeiçoamento intelectual do defensor, é determinação da Constituição de 1988. Pernambuco, portanto, neste assunto está com 10 anos de atraso", observou Galvão.

Galvão destacou a necessidade de integração entre TJ e Assistência Judiciária do Estado

Roberto Moraes reforçou o caráter de mera cordialidade da visita ao presidente do TJPE, mas afirmou que não poderia deixar de tratar das dificuldades. " A Assistência Judiciária, por exemplo, só dispõe de 250 advogados, quando o Judiciário possui 316 juíze por todo o Estado", comentou, justificando sua presença no Palácio da Justiça.

Os dois também discutiram alternativas imediatas que possibilitem maior agilidade nos processos movidos pela população de baixa renda, dentro do espírito do projeto "Agenda Livre", instituído pelo atual presidente do TJPE, onde uma vez ao mês dedica uma tarde a ouvir a população. A maioria das reclamações expostas no Agenda Livre de abril estavam relacionadas à lentidão no andamento de processos.

"Dos problemas expostos, três nos foram encaminhados pelo presidente, e já resolvemos. Estou me propondo, também, a colocar um defensor à disposição do gabinete da presidência nos dias das audiências públicas para atender de imediato os assuntos de competência da Assistência Judiciária", anunciou o procurador.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor Geral:
Des. Mário Maia

Assessor de Imprensa:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Christine Matos

Fotografia:
Assis Lima

Diagramação:
Christine Matos

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3258 Fax 224-3531
E-mail: oficial@tje.pe.br

Amepe estimula aperfeiçoamento de magistrados asssociados

A Associação dos Magistrados de Pernambuco(Amepe) regulamentou a ajuda de custo, que poderá ser concedida aos associados que apresentem teses ou trabalhos jurídicos de relevância, durante participação em congressos, seminários, simpósios, encontros e conferências realizados em qualquer estado. Já para os juízes que participem como ouvintes, a associação pagará a inscrição no referido evento, desde que seja observada a área de especialização do magistrado interessado.Com essa medida, a Amepe espera contribuir com o aperfeiçoamento dos magistrados.

Para que a diretoria da Amepe conceda a ajuda de custo através da fixação de diárias, será levada em consideração as necessidades do magistrado, bem como a realidade dos preços praticados no mercado hoteleiro. Se o beneficiado tiver obtido patrocínio de outras entidades, o associado não fará jus à percepção de tal ajuda.

O benefício será limitado a dois eventos anuais, podendo, por deliberação da diretoria, serem estabelecidas exceções. Após a participação do magistrado no evento requerido, o mesmo deverá, obrigatoriamente, apresentar relatório. Para os que serão beneficiados com o pagamento da inscrição no evento, a Amepe também poderá exigir a apresentação de relatório.

AGENDA LIVRE

O Palácio da Justiça abre as suas portas , hoje, a partir das 14h, para receber as pessoas que desejarem apresentar sugestões ou queixas sobre o atendimento nos diversos setores do Judiciário ou a respeito do andamento dos processos. É o Projeto Agenda Livre, que teve início no mês de abril, quando o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, atendeu 45 pessoas em seu gabinete. O maior número de reclamações foi em relação ao andamento de processos. Das queixas recebidas, 36 já foram resolvidas e 9 estão aguardando resposta. O Agenda Livre acontece toda a primeira sexta-feira do mês, mas em virtude do feriado de 1º de maio, foi adiado para hoje.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 84 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 09 de maio de 1998

Tribunal se une a UPE para realizar testes de DNA

Recife vai dispor de um laboratório para testes de DNA. Através de convênio, o Tribunal de Justiça participará dos custos para a implantação, enquanto a Universidade de Pernambuco realizará, gratuitamente, os exames para o Judiciário. A iniciativa será da maior importância para a resolução de processos judiciais de reconhecimento de paternidade. A parceria foi anunciada pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, durante debate na Câmara Municipal, com representantes da Associação Pernambucana de Mães Solteiras (Apemas).

Contrário à criação de uma vara específica para tramitação e julgamento de processos de reconhecimento de paternidade e pensão alimentícia, solicitada pela Apemas, que alegou a existência de machismo no Judiciário, fazendo com que oficiais e juízes terminem por favorecer os pais que se negam a assumir os filhos, Etério Galvão afirmou que "mais correto é fazer com que a Justiça funcione com rapidez e eficiência para todos, indiscriminadamente".

Galvão disse que, dentro da legislação, é difícil impor responsabilidades àqueles que não assumem seus filhos. "Na maioria dos casos, esses pais são de uma condição financeira igual ou pior à da maioria das mães. Não têm emprego ou renda certa e, muitos, quando têm, escondem. Como puni-los? Não existe prisão para esses casos e, mesmo sendo presos, isso não resolveria o problema das mães e de seus filhos", concluiu.

Etério Galvão participou de debate com a Associação das Mães Solteiras

Dia das Mães - Em comemoração ao Dia das Mães, a Associação das Esposas dos Magistrados distribuiu,quinta-feira, 122 ventiladores com funcionárias de baixa de renda, do TJPE. O evento teve a presença do desembargador Etério Galvão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares, Christiane Alcântara, Christine Matos e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3281 Fax 424.1143
E-mail: soior@tjpe.gov.br

Cresce procura pelo Agenda Livre

No segundo dia do Projeto Agenda Livre, mais da metade das queixas se relacionavam ao andamento de processos. O número de pessoas que procuraram o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, em busca de uma solução para o seu problema foi superior a 80. Elas começaram a chegar desde às 11h, ou seja, três horas antes do início do atendimento.

Atualmente desempregada,Maria do Carmo Ferreira foi uma dessas pessoas. Ela foi a trigésima a ser atendida e pediu a agilização do andamento do processo de reconhecimento de paternidade, que move contra o pai de seu filho de 10 anos. Com essa confirmação, Maria do Carmo espera que o pai da criança passe a pagar uma pensão para o menino, custeando seus estudos, ajudando a cobrir as despesas com alimentação e saúde da criança que, segundo a mãe, tem problema no joelho, precisando de uma tomografia.

Mãe -Mas Maria do Carmo não foi a única mãe em busca de seu "presente" do Dia das Mães, ou melhor, uma esperança de resolver seu problema. Janete Olímpia também cobrou o andamento do seu processo. Ela está separada há um ano do marido - que já está com outra mulher - e quer que o mesmo pague uma pensão alimentícia para os três filhos. Janete diz que não tem emprego e que ela e as crianças estão passando fome. Ela acusa o marido de ter saído do emprego para não ter que sustentar os filhos. Eles têm sete, nove e 13 anos. O processo, que está em nome da sua filha mais nova, tramita na 5ª Vara da Assistência Judiciária.

Nova audiência -Na segunda audiência pública houve um aumento da demanda pelo atendimento, já que na anterior foram recebidas 45 pessoas. No próximo mês o Agenda Livre volta a funcionar na primeira sexta-feira do mês, dia 05. Neste mês de maio o projeto foi adiado para a segunda sexta do mês devido ao feriado de 1º de maio.

As pessoas chegaram pela manhã

Agenda semanal

Segunda-feira (11) -

- Missa de 7º dia de falecimento do desembargador Agenor Ferreira Lima. Às 19h, na Igreja do Colégio Salesiano.
- Início de curso de Arquivo, para duas turmas de servidores do Judiciário. No auditório, quinto andar do Palácio da Justiça. Manhã e tarde, até o dia 15.
- Abertura do Seminário de Atualização Jurídica, com palestra do desembargador Etério Galvão, sobre O Judiciário a Caminho do Terceiro Milênio. Às 19h, na Universidade Católica de Pernambuco(Unicap).

Terça-feira (12)

- O desembargador Nildo Nery coordena mesa redonda sobre Reforma Penal, no Seminário de Atualização Jurídica. Às 19h, na Unicap.

Quarta-feira (13)

- Lançamento do livro Mormaço e Sargaço, antologia de poetas nordestinos, com poema do desembargador Napoleão Tavares. Às 19h, na sede da União Brasileira de Escritores, Rua de Santana, 202, Casa Forte.
- Início do XVII Congresso Nacional da Associação Internacional (Mercosul) dos Juízes da Infância e da Juventude. Às 20h, no Mar Hotel.

Sábado (16)

- Eleição da diretoria da Associação dos Juízes do Mercosul.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/soior

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 85 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 12 de maio de 1998

Centro de Apoio Psicossocial aumenta atribuições

Iniciativa pioneira no Norte/Nordeste, o Centro de Apoio Psicossocial amplia sua margem de atuação no Judiciário pernambucano. Criado em 1992, para auxiliar, com a emissão de pareceres psicológico e social, o trabalho dos juízes das Varas de Família, Assistência Judiciária e Acidentes do Trabalho, o Centro estende suas ações ao Juizado e Varas Criminais do Recife.

Antes denominado Núcleo de Apoio Psicossocial, o CAP passa a trabalhar também nos processos judiciais decorrentes de agressões, sobretudo familiares, em que as penas aplicadas sejam alternativas ou inferiores a um ano de detenção. A modificação decorre da nova estrutura administrativa do Tribunal de Justiça, em vigor há duas semanas.

A intervenção do CAP, grupo formado por psicólogos e assistentes sociais, importante para a resolução pacífica de processos, só acontece mediante solicitação dos juízes

Com uma equipe de oito psicólogas e seis assistentes sociais, o trabalho do Centro de Apoio consiste em ouvir e acompanhar, por certo tempo, a vida familiar e profissional das partes envolvidas no processo, emitindo parecer para melhor fundamentação da sentença judicial. Segundo a psicóloga Helena Ribeiro, a intervenção do CAP acontece por solicitação dos juízes ou em atendimento a advogados e Ministério Público para esclarecimento de situações.

Atualmente instalado no quinto andar do Fórum Cirillo Wanderley, o Apoio Psicossocial será transferido para o Centro de Atendimento Integrado à Criança e ao Adolescente, na Rua Fernandes Vieira, onde funcionam as Varas da Infância e da Juventude, dos Crimes Cometidos contra a Criança e a Justiça Sem Demora. Até junho, já no novo endereço, a equipe fará reciclagem para iniciar o trabalho nos Juizado e Varas Criminais.

Helena Ribeiro registra a contribuição positiva que o Centro tem dado para a resolução pacífica de casos judiciais. "Particularmente, os menores envolvidos enfrentam a situação jurídica de uma forma mais natural, menos ameaçadora". É assim, por exemplo, que muitas ações de separação litigiosa tornam-se consensuais, favorecendo principalmente os filhos.

Para comparação em 1994 o então Núcleo de Apoio Psicossocial emitiu 49 pareceres, sendo 39 em processos das quatro Varas de Família e dez da 5ª Vara da Assistência Judiciária. No ano passado, o número de atendimentos subiu para 236, divididos em inquéritos administrativos, estágios de convivência e processos das Varas da Família e Acidentes do Trabalho. Os meses de maior volume de processos foram julho, agosto, setembro e novembro, nas respectivas Comarcas de Rio Formoso, Jaboatão, Carpina e Ipojuca. Por espécie, o maior volume é de guarda (83), regulamentação de visita (17) e busca e apreensão (14), em 1997.

Congresso do Mercosul

Magistrados de países do Mercosul estarão reunidos no Recife, a partir de quarta-feira, para discutir questões da família, infância, juventude e mudanças sociais. Temas como delinqüência juvenil, constituição e desagregação familiar, mudanças da política econômica e do trabalho como desafio à Justiça e estudo comparado sobre Direito do Menor também fazem parte do VXII Congresso Nacional da Associação Brasileira de Magistrados da Infância e Juventude e do I Congresso Internacional da Associação Internacional dos Juízes da Infância e da Juventude.

Realizados até sábado, no Mar Hotel, os congressos terão o objetivo de discutir a preocupação comum entre o Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e, ainda, Bolívia e Chile, nas questões relativas à infância e juventude e propor soluções. Maiores informações pelo fone em 081-326.6562.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ênio Ramos Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara, Christine Maior e Sérgio Marcos Feitosa

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Maior e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
E-mail: sinc@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 86 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 13 de maio de 1998

Tribunal recebe propostas para construção do Fórum do Recife

O novo Fórum do Recife vai ser construído em área da Joana Bezerra

Vinte e sete empresas pernambucanas participam, hoje, da primeira audiência de licitação para construção do Fórum do Recife. Os documentos de habilitação, que os concorrentes entregam às 10h, no sétimo andar do Fórum Paula Batista, à comissão especialmente criada para cuidar do caso, devem comprovar a capacitação técnica, jurídica e econômica de cada um.

Segundo a presidente da Comissão Especial de Licitação do Fórum do Recife, Maria Luiza Leão, se todos os documentos das empresas participantes estiverem corretos, as propostas de preços serão abertas na mesma oportunidade. Caso contrário, se alguma concorrente for coosiderada inabilitada, terá um prazo de até cinco dias para entrar com recurso.

Cronograma elaborado pela comissão especial encerra o processo licitatório no dia 26 de junho, com a homologação da empresa vencedora

A proposta vencedora será aquela que, atendendo às exigências do edital, apresente o menor preço. São requisitos, entre outros, comprovar experiência em estrutura de concreto armado em edificações de características semelhantes a do Fórum do Recife. A futura sede do Fórum da Capital será construída em área de 43 mil metros quadrados e, segundo estimativa do Tribunal de Justiça, está orçada em R$42 milhões, com entrega prevista em dezembro de 1999.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara, Christine Matos e Sérgio Marcos Pereira

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Christine Matos e Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
E-mail: asimp@pe.gov.br

Acordo entre TJPE e MP melhora atendimento da Infância e Juventude

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e o procurador geral da Justiça do Estado, José Tavares, assinaram um termo de cessão em que o TJPE reserva ao Ministério Público seis salas do prédio onde funciona o Juizado da Infância e da Juventude. O espaço, que totaliza 277 metros quadrados, alojará os promotores de Justiça que atuam na defesa da criança e do adolescente. A cessão valerá por um período de 30 anos.

Tavares informou que o Ministério Público estadual já dispõe de verba destinada pelo Ministério da Justiça, que será usada em melhorias da área e em cursos de aperfeiçoamento de promotores.

O subprocurador geral de Justiça, Romero de Oliveira Andrade, que também esteve presente ao ato de assinatura , disse que o " Ministério Público está de acordo com a filosofia do Estatuto da Criança e do Adolescente, que prevê a lotação, sempre que possível, do funcionamento do MP e da Defensoria Pública no mesmo local, visando facilitar o atendimento ao público."

Congresso

Recife sedia de amanhã(14) até domingo(17), no Mar Hotel, em Boa Viagem, o XVII Congresso Nacional da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude e o I Congresso da Associação Internacional (Mercosul) dos Juízes da Infância e da Juventude. Segundo o presidente das duas associações, juiz Celmilo Gusmão, será discutido, entre outros assuntos, o Estatuto da Criança e do Adolescente. No congresso internacional terá continuidade o estudo comparado do Direito do menor, nas legislações dos países do Mercosul, que vem sendo feito por 20 juristas de renome nacional e internacional. Informações através do telefone 326-6562.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 87 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 14 de maio de 1998

Correios facilitam entrega de material

Desde a semana passada, o material de almoxarifado, requisitado pelas Comarcas de interior e pelos Juizados Especiais(JEs), está sendo enviado pelos Correios, através de contrato especial entre a instituição e o TJPE. A primeira remessa seguiu ontem, quando um veículo dos Correios pegou o material no Almoxarifado, que funciona no Fórum Thomaz de Aquino, na Av. Martins de Barros, 593, sobreloja, no bairro de Santo Antônio.

Para solicitar o serviço, o interessado deverá enviar à Divisão de Suprimentos/Almoxarifado a requisição de material em duas vias, que poderá também ser remetida através dos Correios, em envelope "porte pago". O material destinado aos juizados e para o interior é coletado pelos Correios às 10h, durante as quartas e sextas-feiras, sendo entregue ao destinatário no mesmo dia ou no dia seguinte.

Contrato entre Judiciário e Correios permite agilizar entrega de material

Já o material do TJPE, Fóruns Thomaz de Aquino e Paula Batista, anexos da Rua do Sol e da Fernandes Vieira, assim como o 3º e 4º Registro de Imóveis e os depósitos Público e o do Brum deverão ter as requisições enviadas nas segundas e quartas e a entrega do material nesses locais será feita nas terças e quintas-feiras.

Outro serviço disponível é a devolução, através dos Correios, de equipamentos de pequeno porte como fax, telefone, máquinas de escrever e de calcular, que serão enviados para a Diretoria de Infra-Estrutura para serem consertados. A remessa deverá ser enviada àquela Diretoria no 7º andar do Paula Batista. Segundo Eduardo Pinho, da Divisão de Suprimentos, para o envio de objetos, é preciso autorização da Divisão de Patrimônio, seja através dos Correios, fax ou ofício. Após ser obtido o documento da remessa, o objeto será acondicionado em embalagem apropriada para ser remetido através da agência local dos Correios. A iniciativa, segundo o diretor de Infra-Estrutura, Érico Iglesias, visa agilizar a entrega de material, facilitando o serviço judicial no Estado.

A primeira remessa do material seguiu, ontem, pelos Correios

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bivio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Aleixeira, Christine Matos e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Christine Matos e Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3253 Fax 424-1963
e-mail: asim@fpa.gov.br

Empresas se habilitam à construção do Fórum

A Comissão Especial de Licitação para construção do Fórum do Recife divulga, amanhã, no Diário Oficial, a relação das empresas habilitadas à concorrência. Oito, das 27 inscritas, entregaram os documentos, ontem, durante a audiência inaugural do processo licitatório. As construtoras participantes têm um prazo de cinco dias úteis para contestar o resultado.

De acordo com a presidente da comissão especial, Maria Luiza Leão, encerrado esse período, as propostas de preços serão abertas na terça 26, em reunião pública. A Assessoria Técnica do Tribunal de Justiça analisará as proposições dentro dos critérios exigidos pelo edital, devendo elaborar parecer. O resultado será publicado por ordem decrescente de preço, no dia 9 de junho.

Estão concorrendo ao processo licitatório de construção do Fórum a Queiroz Galvão, Celi Ltda, Sergen, AJM, Alber Ganini, Tecon, CBPO e R.R Ltda, do Recife, São Paulo e Minas.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.dioepe.pe.gov.br/dioepe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº88 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 15 de maio de 1998

A coordenadora da comissão, Helena Ribeiro Fernandes, falou sobre a importância da integração do Judiciário com a comunidade do Coque, onde será construído o novo Fórum

Projeto Boa Vizinhança começa a atuar no Coque

Representantes das principais entidades do bairro do Coque participaram da primeira reunião do Projeto Boa Vizinhança, na noite de quarta-feira, com os integrantes da comissão formada pelo Tribunal de Justiça para desenvolver o trabalho de integração comunitária, já que o novo Fórum do Recife será construído na área.

A reunião aconteceu na sede da Legião Assistencial do Recife (LAR) e foi aberta pela psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, coordenadora do projeto, que explicou o objetivo do trabalho e a preocupação do presidente Etério Galvão com a comunidade. Em seguida, a engenheira Rogéria Magalhães falou detalhes do projeto do Fórum.

As metas prioritárias da atual administração do Tribunal, entre elas a melhoria dos serviços do Judiciário - que passa, entre outras ações, pela construção do novo Fórum - foram apresentadas pela assessora de Comunicação Social, Márcia Guenes. Também estiveram presentes ao encontro a secretária de Administração, Olga Cruz , o assessor militar e civil, coronel Roberto Melo, a psicóloga Sandra Jucá e as assistentes sociais Ana Carla Souza, Joelma Lapenda e Selma Soares.

Os líderes comunitários se mostraram preocupados quanto à questão do desemprego e da falta de segurança no bairro, destacando que seria importante que pudesse ser garantido que moradores da área sejam empregados na obra. O grupo foi informado que isso vem sendo estudado pela assessoria jurídica do Tribunal.

Já a instalação de uma delegacia e outras melhorias serão discutidas em reuniões que a comissão terá com as lideranças do bairro. O próximo encontro está marcado para o dia 20, no mesmo local e horário, com a participação de outros líderes da comunidade.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Guenes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anaís Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3531 Fax 424.1163

Email: asimi@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

Vereadores de Olinda aprovam Etério Galvão

A Câmara Municipal de Olinda aprovou, por unanimidade, uma menção honrosa ao desembargador Etério Galvão, em apoio às declarações que o presidente do TJPE tem prestado publicamente em solidariedade às vítimas da seca no Sertão nordestino. Um ofício foi entregue ao desembargador, quarta-feira, pelo 1º secretário daquela Casa, Severino Arruda, que compareceu ao TJ integrando uma comissão com outros seis parlamentares.

O vereador Fernando Gondim Júnior, autor do requerimento, justificou o gesto classificando-o de "voto de aplauso". "É uma homenagem ao presidente deste Tribunal de Justiça pela sensibilidade que revelou em suas declarações de solidariedade para com os flagelados".

Da conversa informal que se seguiu, participaram os vereadores Valério Leite, André Luiz, Nando Moraes Joaquim de França e Severino Barbosa. O tema não podia ser outro: a seca, seus efeitos e a indiferença dos poderes públicos, com suas providências que Etério classificou de tardias e oportunistas.

TRT concede medalha ao presidente do Judiciário

O presidente do TJ/PE, Etério Galvão, foi um dos agraciados com a medalha Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, concedida anualmente pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 6a. Região, àqueles que se destacam no Judiciário. Também foram homenageados com a comenda o desembargador Manoel Alves da Rocha e o juiz de Direito aposentado Clodoaldo Peixoto dos Santos Oliveira.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 89 | Poder Judiciário | Recife, sábado 16 de maio de 1998

Participação da sociedade no Código de Organização Judiciária demonstra o interesse do Tribunal na transparência administrativa

Foi concluído o parecer das 227 emendas que servidores, associações de classe e magistrados apresentaram para o enriquecimento do novo Código de Organização Judiciária de Pernambuco. O relatório, que foi entregue à Presidência do Tribunal, será votado em sessão extraordinária, aberta ao público, em data a ser confirmada.

Para o desembargador Og Marques Fernandes, relator das emendas, nunca houve na história do Tribunal tamanha participação da sociedade na elaboração de um anteprojeto do Judiciário. A sociedade teve um prazo de 45 dias para apresentação das emendas.

Desembargadores e juízes contribuíram com o maior número de propostas, respectivamente 116 e 60, mas isso já era esperado, segundo Og Marques, uma vez que se trata de texto de interesse específico. Funcionários, Associação de Servidores e Consultoria Jurídica apresentaram, cada um, 11 emendas, e a Diretoria de Planejamento, nove.

Embora menor, a participação se estendeu a titulares de Cartórios, OAB/PE, Associação dos Notários de Registro Civil, Associação dos Oficiais de Justiça e Ministério Público que, juntos, fizeram nove propostas de classe.

João Armando da Costa Menezes, da Consultoria Jurídica doTribunal de Justiça, participou do processo de análise das propostas, para elaboração final do parecer. Além dele, a equipe de apoio do desembargador Og Marques Fernandes contou com a participação das advogadas Célia Moraes e Ângela Souza

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Abrahams e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Amaro - Recife-PE
Fone/Fax(081) 419-3381 Fax 424-1363
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Mormaço e Sargaço publica poemas de Napoleão

O desembargador José Napoleão Tavares, vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, está entre os 30 poetas citados na obra *Mormaço e Sargaço* - I Antologia de Poetas Nordestinos e Contemporâneos, lançada pela ED-micro. Pernambucano de Macaparana, Napoleão Tavares tem dezenas de poemas, concebidos em meio à correria da magistratura, engavetados ou publicados em jornais e revistas locais e de outros estados, como São Paulo e Sergipe.

Em *Mormaço e Sargaço*, cujo lançamento aconteceu quinta-feira, às 19 horas, na sede da União Brasileira de Escritores-PE, o organizador da obra, Benito Araújo, que também é poeta, apresenta uma rápida biografia e cinco obras de cada um dos autores selecionados. De Napoleão foram escolhidos *Relatório da ausência*, *O sonho e a rosa*, *A ilha*, *Horóscopo* e *In pace domini*.

"Não gosto de formas livres", diz o desembargador, justificando sua preferência pelos sonetos. E foi com "*O sonho e a rosa*", um soneto, que conquistou o primeiro lugar em um concurso de poesia promovido pela Secretaria de Educação estadual. Ainda assim, considera sua criação literária incipiente, e talvez por isso não tenha livro publicado. Mas, não demorará muito, agradando amigos e admiradores com essa obra.

Agenda

Dia 17 - Eleição e posse da nova diretoria da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, com encerramento do congresso de magistrados do Mercosul, que atuam na área. Mar hotel.

Dia 26 - Abertura das propostas de preços da licitação para construção do Fórum do Recife.

Dia 3 de junho - O desembargador Napoleão Tavares viaja a Macapá, a convite do Tribunal de Justiça do Amapá.

Dia 4 de junho - Começa em Macapá, o Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia, com discussão sobre o "Direito Ambiental e seu reflexo em nível internacional". Encerramento, dia 5.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 90 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 19 de maio de 1998

Judiciário propõe convênios com Executivo para agilizar ações

As varas de Fazenda Estadual e Municipal das comarcas do Grande Recife, particularmente aquelas que sofrem com o acúmulo de milhares de processos, irão dispor de um recurso para agilizar as ações promovidas pela Fazenda Pública. Trata-se da nomeação temporária de oficiais "ad hoc", entre servidores estaduais e municipais, a critério do juiz de Direito, para o exclusivo cumprimento dos mandados relativos àquelas ações.

A nomeação "ad hoc" de oficiais vai permitir a agilização de processos que se encontram acumulados nas Varas das Fazenda Estadual e Municipal.Convênios similares vão beneficiar também os Juizados Especiais

As designações serão feitas mediante a celebração de convênios entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário, nos quais a parte interessada - o Município ou o Estado - arcará com as despesas decorrentes da execução dos mandados judiciais realizados pelos servidores colocados à disposição. Os convênios terão vigência de um ano, podendo ser renovados por igual período.

Segundo o assessor especial da Presidência, Jones Figueirêdo, inicialmente o TJPE manterá contato com a Procuradoria Geral do Estado e a Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife, dando conhecimento dessa alternativa. Caberá ao juiz de Direito solicitar da Presidência do Tribunal a celebração do convênio, apresentando dados quantitativos referentes aos processos em andamento e o número de oficiais de justiça na Comarca.

De acordo com o provimento número 02/98, aprovado pelo Conselho da Magistratura e publicado no DO de 29 de abril, os oficiais "ad hoc" deverão ser escolhidos preferencialmente entre os servidores militares ou integrantes da Guarda Municipal. O mesmo provimento prevê a celebração de convênios similares para atender aos Juizados Especiais.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Cisneiros

Redatores: Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Pça da República, s/n, Sto Antônio - Recife-PE
Fone/FAX 421-3251 Fax 424.1163
e-mail: oficial@tjpe.gov.br

Brasília debate sobre a seca e a fome do Nordeste

Convidado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, está em Brasília, participando de debate sobre seca e fome no Nordeste. O evento, que conta com a presença do ministro da Justiça, Renan Calheiros, tem o objetivo de buscar soluções emergenciais e permanentes para o problema. Além do magistrado e do ministro, são expositores o ministro de Políticas Regionais, Ovídio Antônio de Angelis; o superintendente da Sudene, Júlio Moreira e, entre outros, a coordenadora do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Maria de Fátima Oliveira.

Licitação habilita duas empresas

A empresa que será contratada para assumir as obras de construção do Fórum da Capital terá seu nome definido até o final de junho, por meio de um processo licitatório que já teve início. Segundo a presidente da Comissão Especial de Licitação para o Fórum do Recife, Maria Luíza Leão, na primeira fase, 27 empresas adquiriram o edital, mas apenas oito compareceram. Das oito, duas foram habilitadas: a Queiroz Galvão e a CEPO. A segunda etapa, agora, vai até sexta-feira, quando as empresas poderão entrar com recurso. "A Comissão deverá esperar a decisão das empresas de entrarem ou não com o recurso. Estamos respeitando o prazo de cinco dias úteis para contestação do resultado", afirma Maria Luíza Leão. Uma área de 43 mil metros quadrados, localizada no Joana Bezerra, está reservada para construção do Fórum.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 91 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 20 de maio de 1998

Movimento reduzido muda horário de Juizado

Sérgio Marcos

Mudança tem justificativa na necessidade de adequar os serviços à atual demanda

O Juizado Especial Criminal do Recife (JECR) está com horário de funcionamento reduzido. Um ato baixado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, tornou extinto o turno da manhã, passando a funcionar em meio expediente, no horário das 12 às 18h. Também foi reduzido o número de conciliadores de 10 para três. Cada um fica com a incumbência de realizar cinco audiências por dia, totalizando 15 sessões conciliatórias a cada expediente.

A medida está dentro do propósito da Presidência do TJPE de adequar os serviços dos Juizados Especiais à realidade da demanda. O assessor especial da Presidência, Jones Figueirêdo, justificou o ato com o baixo número de ocorrências observado naquele Juizado. "No ano passado só foram registradas 1.260 queixas. Resta saber o porquê, afinal esses números não correspondem à realidade criminal do Recife", ponderou.

Os juizados criminais foram criados para resolver crimes de pequenas proporções, como lesão corporal culposa, maus tratos físicos, ameaças e violência doméstica. Quando da instalação do JECR, os processos referentes a esse tipo de crime em andamento na Justiça Comum foram todos transferidos para aquele Juizado. A sobrecarga causada naquele momento explica o número de conciliadores disponíveis até a semana passada.

Para Jones Figueirêdo, todavia, a queda da demanda no JECR tem outras explicações. "Por desinformação as delegacias de Polícia Civil, inclusive a Delegacia da Mulher, não encaminham ao Juizado aqueles casos que são de sua competência. É possível, também, que continuem resolvendo esses crimes de menor potencial ofensivo por lá, o que é errado, pois trata-se de assunto da alçada dos juizados especiais criminais, e para isso é que foi criado um no Recife", denunciou o assessor da presidência.

Figueirêdo disse, também, que o JECR poderá sofrer nova adequação, aumentando ou diminuindo sua estrutura funcional, sempre de acordo com as necessidades impostas pela demanda. Informou, ainda, que está nos planos do presidente Etério Galvão implantar juizados criminais próximos às delegacias, visando facilitar o acesso a quem deles necessite. "Com essa proximidade, os processos criminais que precisarem ser transferidos tramitarão com rapidez", justificou.

Atendimento no Juizado Criminal passa por modificações

Recife terá Juizado de Execução Cível

Edson Galvão destaca Juizados pernambucanos como ponto de referência

Representantes dos Tribunais de Justiça de 20 estados, reunidos durante o 3º Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais, realizado em Curitiba (PR), entre os dias 3 e 5 deste mês, debateram e apresentaram sugestões ao anteprojeto que propõe modificações na lei dos juizados. Em tramitação no Congresso Nacional sob nome de Lei Abi-Ackel, o anteprojeto propõe, entre outros pontos, a instituição do depósito recursal, através da lei de custas, e incentiva a venda de bens penhorados por iniciativa do credor.

O TJPE, representado pelo assessor especial da Presidência, Jones Figueirêdo, e o secretário judiciário Edson Ramos Galvão, destacou-se como referência nacional na experiência com os Juizados Especiais. Para Figueirêdo, a venda do objeto de penhora pela parte interessada possibilitará a celeridade dos processos de execução, evitando o acúmulo em depósito. "Em muitos desses aspectos Pernambuco é pioneiro. O depósito recursal, por exemplo, já vem sendo praticado há anos", lembrou.

"O 1 Juizado Especial de Execuções Cíveis, a ser inaugurado no Recife até junho deste ano, é outro exemplo do pioneirismo pernambucano", comentou Edson Galvão. Para ele, o Encontro foi de todo positivo, tanto pela troca de experiências entre os estados, quanto pelas proposições decorrentes. Os participantes foram unânimes em reconhecer os Juizados Especiais como instrumentos indispensáveis à democratização do acesso à Justiça, principalmente na execução da política de proteção ao consumidor.

Entre as principais proposições, reconheceu-se a necessidade de se firmar convênios com universidades e prefeituras para a criação de postos dos Juizados Especiais Cíveis. Com as faculdades de Direito, deverão ser firmados convênios que possibilitem estágios de acadêmicos nos Juizados.

Sempre preocupados com o aspecto da celeridade, os coordenadores dos juizados entendem que se deve evitar, tanto quanto possível, o uso de Carta Precatória, por ser um fator de retardamento processual, indo de encontro ao artigo segundo da lei 9.099/95.

Para o usuário, a novidade mais importante é a elaboração, com apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros, de um anteprojeto que possibilitará a citação de órgãos públicos (estaduais e municipais) através dos Juizados Especiais. (S.M)

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Aleixo e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3151 Fax 424.1163
e-mail: asim@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRONICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/tjpe

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 92 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 21 de maio de 1998

Biblioteca aumenta acervo para empréstimo ao usuário da Esmape

Cerca de 50 novos livros jurídicos estão à disposição dos alunos, professores e magistrados usuários da Biblioteca da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Com as novas aquisições, exceto periódicos e livros doados pela Associação dos Magistrados, o acervo da Esmape chega a 2.700 obras catalogadas.

O usuário tem direito a retirar o livro por sete dias corridos. O prazo pode ser renovado, caso não haja reserva. A multa é de R$1,00 por dia de atraso e R$2,00 por dia de atraso nos livros reservados. A Biblioteca da Esmape tem 375 usuários, menos da metade do número de alunos da Escola. Eles podem retirar até dois livros de cada vez, exceto periódicos e fitas cassetes.

Funcionando das 13 às 21h, a Biblioteca dispõe ainda de um acervo de 522 fitas de vídeo, que podem ser emprestadas por dois dias. A multa por atraso corresponde ao valor de outra locação, ou seja R$2,00, incluindo sábados, domingos e feriados. Para se inscrever, é preciso pagar uma taxa de R$20,00 e entregar duas fotos 3X4.

Utilizando o Bibliotec, soft adquirido em Brasília, a Esmape vem informatizando todo seu acervo desde o ano passado. Os livros estão sendo cadastrados, permitindo depois a informatização de todo o sistema de empréstimo. O sistema agiliza o atendimento e dá a possibilidade de imprimir relatórios diários das estatísticas de saídas e consultas do acervo.

O Bibliotec permite a recuperação do livro pelo autor, título, palavra-chave, editora, classificação, tipo de publicação, permite saber se está emprestado ou disponível, se foi restaurado ou extraviado.

É preciso ser inscrito para utilizar o acervo jurídico de livros e fitas de vídeo da Biblioteca da Escola

Para a conservação do acervo, a Biblioteca mantém campanha permanente de orientação ao usuário. Manusear com cuidado, não fazer anotações nas folhas e usar o marcador são alguns dos conselhos distribuídos em folder. Evitar dobrar o canto das páginas, não usar clips ou outro material que danifique o livro, não molhar as pontas dos dedos ao virar a folha e não apoiar os cotovelos sobre o livro, são também cuidados a serem tomados.

Quanto às fitas, a orientação é que se evite guardá-las em locais quentes, úmidos, empoeirados, frios ou próximos a campos magnéticos; é preciso não tocar na superfície magnética nem tentar consertá-la e é bom guardá-la em posição vertical, dentro da caixa.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ênio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1163
e-mail: sinc@tjpe.gov.br

Funcionários fazem treinamento de arquivo

Geni Dantas ministrou o curso para funcionários do TJPE

Um curso de arquivo com o objetivo de capacitar funcionários das diretorias e assessorias do Tribunal de Justiça de Pernambuco no manuseio e organização de arquivo foi ministrado semana passada a cerca de 60 servidores, divididos em duas turmas. Com uma carga horária de 12 horas/aula, o curso realizado teve como instrutora a chefe de divisão de arquivo geral, Geni Dantas.

Segundo Gisela Pires, diretora adjunta de Recursos Humanos e uma das coordenadoras do treinamento realizado, o curso surgiu a partir do momento em que foi detectado que, com a mudança estrutural por que o TJPE vem passando, inclusive a partir da criação da Diretoria de Documentação Judiciária, seria importante capacitar os funcionários para identificar os documentos que fazem parte do dia-a-dia da instituição.

"Geni Dantas, trouxe ao DRH a preocupação quanto ao manuseio dos documentos que compõem o acervo do Tribunal, surgindo a proposta do curso", explica Gisela Pires. Os participantes foram treinados sobre como selecionar os documentos que devem ser arquivados no próprio setor, enviados ao arquivo geral do TJPE e os que podem ser eliminados.

Graça Carrazzoni, uma das participantes, ressalta: "Conseguimos identificar os documentos com mais facilidade, agilizando assim o acesso ao material pesquisado". Como coordenadores, estiveram envolvidos ainda Alexandre Nunes e Laura Argolo, ambos do DRH.

Homenagem

O ministro Demócrito Ramos Reinaldo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi homenageado, ontem, pela emissora de TV Studio Hélio Henrique, do Paraná. Ele foi citado em recente pesquisa de opinião feita pela emissora, como um dos destaques do Judiciário brasileiro e recebeu o Prêmio Imprensa 1997 e o Troféu Brasil 500 Anos. A solenidade de entrega dos diplomas aconteceu no Hotel Nacional, em Brasília.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 93 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 22 de maio de 1998

Mirandiba e Glória de Goitá terão Fóruns reformados

O Tribunal de Justiça de Pernambuco está realizando, por todo o Estado, um levantamento para diagnosticar as atuais condições físicas e de funcionamento dos Fóruns das Comarcas. O trabalho consiste em uma inspeção técnica, coordenada por engenheiros do próprio Tribunal, cujo resultado servirá de referencial para definir prioridades, em se tratando de restaurações, reformas ou construção de Fóruns, juizados e residências de juízes.

A defasagem é de aproximadamente uma centena de obras. Algumas delas emergenciais, como nas Comarcas de Mirandiba e Glória de Goitá. Há anos funcionando precariamente, os dois Fóruns precisaram ser desocupados, sob ameaça de desabamento, e há meses estão instalados improvisadamente em outro local. O processo de licitação para as duas reformas, com orçamento previsto em R$100 mil, será iniciado até a próxima semana.

"Todo o processo licitatório deverá transcorrer em 30 dias, se não houver imprevisto. Nesse caso, as obras serão iniciadas ainda em julho", informou Amélia Sampaio Carvalho, presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Julho é também o prazo limite para a conclusão e entrega dos trabalhos de levantamento das condições estruturais das demais comarcas do interior, "quando serão estabelecidas as prioridades e licitadas as obras para conservação, restauração ou construção de Fóruns", disse Rogéria Magalhães, assessora técnica do TJPE.

Essa iniciativa está dentro dos objetivos estabelecidos no plano de trabalho da Presidência, que prevê a melhoria da infra-estrutura do Judiciário. O propósito final é dotar o Poder de condições físicas e de funcionamento administrativo adequadas a uma prestação eficiente de serviços.

A reforma dos Fóruns, alguns em péssimas condições, está dentro da proposta de melhoria geral do Judiciário

Interior

Os titulares de ofício judicial de Comarcas do interior que optaram pelo serviço extrajudicial devem continuar exercendo suas funções junto à serventia judicial até que o Tribunal de Justiça homologue um ato administrativo formal confirmando a opção. A ordem é do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão e, segundo o consultor jurídico João Armando Menezes, vai evitar que alguns fóruns do interior tenham a prestação de seus serviços prejudicada.

A Presidência decidiu ainda, observando as disposições da Lei Complementar 19, que vaga a titularidade das serventias extra-judiciais, os juízes diretores dos fóruns devem nomear pessoa idônea provisoriamente, que não seja funcionário público efetivo, devendo comunicar a indicação no prazo de 48 horas à Presidência. Segundo João Armando, já está sendo elaborado pela Assessoria Especial da um projeto de regulamentação das serventias extrajudiciais.

Tribunal do Júri homenageia José Luís Wanderley

A sala do Tribunal do Júri do novo Fórum de Timbaúba levará o nome do juiz José Luís Ramos Wanderley, morto em 1987, vítima da violência no trânsito. A homenagem foi aprovada pela Corte Especial do TJ, em sessão realizada na última segunda-feira, acatando sugestão do juiz Clicério Bezerra e Silva, diretor daquele Fórum, que o conheceu pessoalmente.

José Luís, nascido em junho de 1925, ingressou na magistratura em 1963, assumindo a Comarca de Cabrobó. Passou por Serrita, Altinho, Belém do São Francisco, Buíque, Porção, Vicência, Araripina, Agrestina, até ser promovido a juiz de 3ª Entrância. Respondia pela 6ª Vara Cível da Comarca do Recife, quando foi assassinado, aos 62 anos de idade, após uma colisão de seu veículo com o do autor dos disparos.

A homenagem ao magistrado foi aprovada em sessão plenária da Corte Especial

De princípios cristãos arraigados, José Luís Wanderley era membro vicentino da Ordem Terceira de São Francisco e da Fundação de Auxílio Fraternal, engajado no atendimento aos menos favorecidos. "Esta modesta homenagem justifica-se pelos exemplos que deixou não só no exercício da magistratura, mas, e principalmente, como cidadão de intenso espírito solidário e humano", justificou o diretor do Fórum e autor da proposta, Clicério Bezerra.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Dês. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Clavidianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1363
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 94 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 23 de maio de 1998

Gisela Pires ressalta a necessidade da distribuição de pessoal nos órgãos

Tribunal avalia funcionamento dos Juizados Especiais

Um trabalho de inspeção nos Juizados Especiais, iniciado em março, já percorreu a maioria dos órgãos existentes no Estado. Engajadas no estudo da estrutura dos Juizados, a Assessoria Especial da Presidência, a Diretoria de Recursos Humanos e a Secretaria Judiciária têm realizado visitas, com o objetivo de analisar a situação de funcionamento em cada município. Esta semana, a inspeção foi realizada em Caruaru e Petrolina.

Segundo a diretora-adjunta de Recursos Humanos, Gisela Pires, o trabalho tem o objetivo de implementar ações que tornem os serviços da Justiça mais próximos da população. "Na área de pessoal, estamos preocupados com a redistribuição de tarefas e a capacitação dos servidores. Temos promovido reuniões com os secretários e auxiliares no sentido de fazermos, juntos, uma avaliação dos serviços prestados pelos Juizados", explica Gisela Pires.

Na Capital, os Juizados da Boa Vista, Casa Amarela, Pina, do Consumidor e Criminal já foram visitados. No interior, Garanhuns, Vitória, Caruaru e Petrolina, além do Cabo, na Região Metropolitana. Algumas ações já têm se apresentado como resultado das inspeções. Entre elas, o fechamento do turno da manhã do Juizado Criminal. De acordo com uma avaliação da demanda processual, os dois turnos já não justificavam.

Outra iniciativa resultante do estudo é a criação do Juizado da Execução. De acordo com o secretário judiciário, Edson Galvão, todos os processos de execução da Capital vão se concentrar nesse órgão que vai funcionar no térreo do prédio que abriga também o Criminal. O objetivo é agilizar o andamento e resolver os conflitos num espaço de tempo compatível com as expectativas e necessidades da população.

O secretário afirma que o funcionamento dos Juizados é bom, mas tem o entrave da execução, problema que deverá ser amenizado com a instalação do novo órgão. Ele afirma ainda que o problema passa pela legislação e defende a tese de que os Juizados Especiais necessitam de uma sistemática própria no tocante à execução.

A necessidade de criação de Juizados Criminais no interior de Pernambuco foi também detectada durante as inspeções. Com a iniciativa, o Judiciário vai desafogar as Varas. De acordo com o assessor especial da Presidência, Jones Figueiredo, os municípios de Vitória e Garanhuns devem ser contemplados. Na próxima semana, a equipe deverá visitar Palmares.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

Agenda

Estagiários

O projeto de resolução que cria o quadro de estagiários do Poder Judiciário é uma das pautas que entram em votação, segunda-feira, na sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Justiça. Entre outros assuntos, serão apreciados os editais e o projeto de resolução de promoção e remoção de juízes. A sessão começa às 16h, na Sala Des. Antônio de Brito Alves, convocada pelo presidente Etério Galvão.

Cidadão

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, visitará a Comarca de Timbaúba, na próxima sexta-feira, quando participará da inauguração da sala José Luís Ramos Wanderley, no Fórum daquela Comarca, que abriga as sessões do Tribunal de Júri. Na ocasião, o presidente do TJPE será homenageado com o título de Cidadão de Timbaúba, conferido pela Câmara de Vereadores

Sexta Cultural

Na Sexta Cultural do dia 29, a Amepe - Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - apresenta o violinista clássico Edvaldo Queiroz. Pernambucano de Bodocó, Queiroz desenvolve um trabalho popular com roupagem clássica, onde mistura música flamenca e sertaneja. Seu disco, "Dança Cigana", privilegia sucessos de Luiz Gonzaga, cirandas e frevos consagrados em meio a temas clássicos.

Direito Ambiental

O Estado do Amapá estará no centro das atenções de ecologistas do mundo inteiro, durante os dias 4 e 5 de junho, quando acontecerá o Encontro Internacional de Direito Ambiental na Amazônia, com o tema "O Direito Ambiental e seu reflexo em nível internacional". O vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares, participará do evento a convite do Tribunal de Justiça do Amapá.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 95 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 26 de maio de 1998

Assessoria Militar implanta serviço de ronda

Os funcionários do Tribunal de Justiça já podem sair mais tranqüilos após o expediente. Policiais em dupla fazem a ronda, diariamente, nas imediações do Palácio, entre 18 e 19h, quando os servidores terminam o horário de trabalho e retornam a casa.

Com o objetivo de diminuir o número de assaltos, a medida garante maior segurança não só aos funcionários do Judiciário, mas também àquelas pessoas que aguardam condução nas proximidades. A iniciativa da Assessoria Policial Militar e Civil do Tribunal já reduziu o número de reclamações contra tentativas e assaltos naquelas imediações.

Para o tenente-coronel Roberto Melo, a iniciativa garante maior tranqüilidade aos funcionários e à população

De acordo com o assessor tenente-coronel Roberto Melo, os policiais são do efetivo do TJ. Supervisionados por um superior, os PMs responsáveis pela ronda inibem a ação dos cheira-cola e de menores que aproveitam o horário crítico de final de expediente para amedrontar a população com a prática de pequenos furtos.

TJ distribui adesivos de estacionamento

Número de vagas é pequeno para as necessidades

A Assessoria Policial Militar e Civil começou, ontem, a distribuir os adesivos que credenciam os servidores a utilizarem o estacionamento nas proximidades do Tribunal de Justiça, Fórum Paula Batista e Fórum Thomaz de Aquino. Os funcionários que foram credenciados devem comparecer à Assessoria para receber o adesivo.

Dos 208 requerimentos, apenas 60 foram autorizados considerando critérios definidos pela Presidência do Tribunal de Justiça. De acordo com o assessor tenente-coronel Roberto Melo, o número de vagas existentes segue padrões do Código Nacional de Trânsito.

O estacionamento para servidores do Tribunal tem sido uma das preocupações de várias gestões do Judiciário. A localização em área de grande fluxo, do Palácio da Justiça e dos Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino não permite uma solução ideal. Segundo Roberto Melo, a situação só será normalizada com a construção do novo Fórum do Recife, em Joana Bezerra, dezembro do próximo ano.

Encontro sobre Administração Judiciária reúne juízes

Diretoria de Planejamento organiza o Encontro

Caruaru sediará, entre os próximos dias 6 e 7 de junho, nas dependências do Hotel do Sol, o Encontro sobre Administração Judiciária, reunindo 23 comarcas da 6ª e 12ª Circunscrição. Promovido em parceria do Tribunal de Justiça com a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe), o encontro faz parte do programa "Administração Superior nas Comarcas", em sintonia com o Plano de Gestão 1998-2000 da Presidência do Tribunal.

O Encontro começa na manhã do sábado, 6, com uma apresentação dos participantes e uma introdução ao tema central, que se refere aos problemas enfrentados pelo Judiciário, atentando para a necessidade das mudanças. A tarde seguirá com a apresentação do Plano de Gestão do Poder Judiciário para este biênio, a nova estrutura organizacional do TJ e um diagnóstico dos problemas nas Comarcas. A manhã de domingo será reservada ao debate entre os diretores sobre os problemas detectados em cada Comarca, seguindo-se o encerramento.

Até outubro deste ano, oito encontros dessa natureza serão realizados, até atingir todas as Comarcas no Estado. O propósito do projeto Administração Superior nas Comarcas é, partindo da reflexão sobre o papel do Judiciário na sociedade, detectar e promover a superação das dificuldades enfrentadas pelas Comarcas no seu dia-a-dia, melhorando a qualidade dos serviços prestados.

As reservas deverão ser feitas através da Coordenadoria de Planejamento, até o dia 28, pelos telefones 419.3290 ou 424-1822.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Gaston

Redatores:
Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asim@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 96 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 27 de maio de 1998

Judiciário moderniza-se com informática

O Tribunal de Justiça de Pernambuco caminha para uma total informatização dos seus serviços. Depois de cerca de quatro meses de gestão, período em que as diretorias tiveram condições de fazer um panorama da situação do Judiciário e traçar algumas linhas de atuação, a Diretoria de Informática anuncia suas frentes de trabalho. De acordo com o diretor Edmundo Godoy, os serviços de 1º e 2º graus, dos Juizados, especificamente, e de apoio à gestão são as quatro áreas que compõem, juntas, o funcionamento do Poder.

No 1º grau, segundo Godoy, a Diretoria vem construindo uma infra-estrutura para que a informação seja difundida. Utilizando o sistema Judwin, a Informática tem buscado detectar exatamente quais são as necessidades da instituição para, a partir daí, ter condições de implantar um modelo para o novo Fórum, no próximo ano. Entre as iniciativas tomadas com esse objetivo, está a padronização do trabalho cartorário. "Quando corregedor, o atual presidente Etério Galvão definiu alguns procedimentos manuais que deveriam funcionar nas serventias. Agora, vamos informatizá-los e estabelecer padrões para facilitar o acesso à informação", ressalta Edmundo Godoy.

A Informática pretende ainda disponibilizar os processos da 3ª Entrância na Internet. Está sendo reavaliada também a página da Internet, que deverá ser mais voltada para prestação de serviço. Segundo o diretor de Informática, as conseqüências de todas as ações que estão sendo tomadas é a descentralização. O uso integrado da tecnologia, observando as necessidades de cada setor dentro da instituição, vai possibilitar uma agilidade maior na prestação dos serviços e um acesso mais fácil por parte da população.

As 1ª e 2ª Entrâncias, por sua vez, terão até agosto uma infra-estrutura básica composta por computadores, impressoras e pacote de software que vai constar de um padrão para transmissão dos atos para o Diário Oficial via Internet, editor jurídico. "Enquanto não se chega a uma informatização plena, o objetivo é criar uma cultura de utilização da Informática", esclarece Godoy. Ele avisa ainda que, no próximo ano, o sistema Judwin, hoje na Capital, deverá funcionar no interior.

Godoy defende infra-estrutura básica para informatização

Já no 2º grau, o sistema de controle processual e a infra-estrutura física vão passar por melhorias. O setor deverá ainda digitalizar todos os acórdãos existentes desde o ano de 1988 e lançar um CD ROM comemorativo do aniversário do Tribunal de Justiça, em agosto. Em um projeto entre a Universidade Federal e o TJPE com o objetivo de levar adiante a informatização do Judiciário pernambucano, está sendo realizado um levantamento de toda a tecnologia disponível para auxiliar os procedimentos de votação dos processos de forma a agilizar o andamento dos trabalhos no âmbito do 2º grau.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Imprensa:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Juizados passam por informatização

A Diretoria trabalha para dotar os Juizados de um novo banco de dados

Todos os Juizados Especiais estarão informatizados ainda este ano, com acesso via Internet, segundo afirma o diretor Edmundo Godoy. Com 19 órgãos distribuídos em Pernambuco, oito têm uma estrutura de informática disponível, embora seja considerada ainda carente. Quatro estão em processo de informatização e os sete restantes não têm qualquer tipo de funcionamento de informática. De acordo com o diretor, no próximo ano, os Juizados já deverão ter um novo sistema integrado com ambiente gráfico e banco de dados único.

Nos diversos departamentos de apoio à gestão, este ano será de identificação e aquisição de equipamentos. "Este trabalho já começou com as Diretorias de Recursos Humanos e Infra-Estrutura porque são os setores mais carentes de informatização. Temos buscado analisar o que melhor atende às necessidades de cada área de apoio e vamos expandir esse trabalho para todas as diretorias", avisa Godoy.

O diretor informa também que, a partir do próximo mês, todas as Varas estarão interligadas em rede, possibilitando que todos os atos sejam acessados e enviados pela Internet. A Informática está providenciando, também para junho, a interligação via fibra ótica de todos os prédios do Judiciário, Palácio da Justiça, Fóruns Thomaz de Aquino e Paula Batista.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 97 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 28 maio de 1998

Judiciário preenche vagas com promoções, remoções e nomeações

O Tribunal Pleno, em sessão extraordinária segunda-feira, aprovou 15 promoções de juízes de Direito de 2ª para 3ª Entrância. Também foram realizadas 26 remoções em Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias. Hoje, o Diário Oficial publica 57 novos editais, sendo 43 de remoções de 2ª Entrância e 14 de promoções de 1ª para 2ª.

Para os aprovados no concurso de juiz, homologado em dezembro, uma novidade: serão publicadas, hoje, sete nomeações de novos juízes, que assumirão as comarcas de Quipapá, Taquaritinga do Norte, Itapissuma, Santa Maria do Cambucá, Jupi, Custódia e Mirandiba.

O Pleno aprovou novas promoções e remoções de juízes. A relação está publicada hoje no Diário Oficial

A previsão é que todos os aprovados no último concurso sejam nomeados ainda este ano, devido a carência no quadro da magistratura. Petrolina, por exemplo, dispõe de três juízes para oito varas. As 14 promoções de 1ª para 2ª Entrância darão sua parcela de contribuição.

Projeto de Lei - A nova definição dos cargos comissionados integrantes da estrutura organizacional do Poder Judiciário foi entregue ontem ao presidente da Assembléia Legislativa, deputado Djalma Paes, pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. A solicitação é de que o projeto seja apreciado em regime de urgência. O chefe do Judiciário estadual ressaltou que a iniciativa trará economia para os cofres públicos.

Entre as novidades do projeto apresentado, foi instituído o benefício do vale-refeição para os titulares de cargo de provimento efetivo. Outra vantagem que a nova lei deverá trazer é a concessão de diárias para juízes e servidores que prestarem serviço nos feriados e finais de semana, quando funciona o plantão judiciário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Santo Antonio - Recife-PE
Fone/Fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ojrw@tjpe.gov.br

Arquivo

Técnicos da Fundação Joaquim Nabuco apresentam hoje, às 9 horas, na avenida 17 de agosto, sala Carlos Pena Filho, o anteprojeto de organização do arquivo de toda documentação do Judiciário, referente aos 1º e 2º graus. A exposição vai reunir representantes das Secretarias de Administração e Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco, além da Diretoria de Documentação. A reunião faz parte de um convênio de cooperação técnica entre a Fundaj e o TJPE.

Gravatá cria fórum para diminuir a violência

Quatro crimes de repercussão, ocorridos em janeiro, levaram o juiz Adeildo Nunes a instalar o Fórum Contra a Violência na Comarca de Gravatá. Reuniões mensais, com participação de representantes da sociedade, trouxeram à iniciativa os resultados esperados: o controle da violência e apenas um homicídio registrado nesse período.

Antes conhecida pelos baixos índices de criminalidade, a Comarca de Gravatá encontrou na parceria com o Judiciário, Ministério Público e Polícias Civil e Militar a solução para impedir que essa estatística fosse modificada. Realizadas na sala do Júri, as reuniões apontam alternativas para conter o crescimento da violência no município.

Adeildo Nunes diz que o fórum trouxe resultados positivos à Comarca de Gravatá

De acordo com o juiz Adeildo Nunes, a criação do Disque-Denúncia, através do 190, e o aumento do número de viaturas policiais foram algumas das conquistas após a instalação do Fórum. O magistrado esclarece que é mantido o direito ao anonimato da pessoa que faz a acusação, mas que, com o objetivo de evitar pistas falsas, as denúncias são amplamente investigadas.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 98 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 29 de maio de 1998

Cerimonial implanta sistema de cadastro para público externo do TJ

O acesso informatizado, segundo Pollyana Torres, vai permitir que se conheça a demanda de público no Tribunal de Justiça

Manter um cadastro permanente do público externo que freqüenta o Tribunal de Justiça. Esse é o objetivo do projeto que a Assessoria de Cerimonial implantará dentro de 15 dias no Palácio da Justiça. As duas portarias que dão acesso ao prédio, pela Praça da República e pela Rua do Imperador, serão equipadas com computadores para a realização do serviço.

Autorizado pela Presidência do Tribunal, o projeto tem a colaboração da Diretoria de Informática no desenvolvimento de sistema específico para o cadastramento dos visitantes. De acordo com a assessora de Cerimonial, Pollyana Torres, além de agilizar o atual sistema de acesso, o projeto vai permitir a estatística de visitantes entre advogados, estudantes e turistas, já que uma das pretensões é colocar o Palácio no roteiro de agências turísticas.

Ao ser cadastrado pela primeira vez, serão registrados o nome, o endereço e o número da identidade, seja funcional ou civil, do interessado. Da segunda vez em diante, será necessário que a pessoa forneça apenas o número da identidade e o local para onde se dirige. Três recepcionistas, por turno, serão treinadas para o atendimento informatizado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mello

Assessora de Imprensa:
Mírtis Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiana Alcântara e Sérgio Nunes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Ste Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Visita

Um grupo de 150 estudantes do município de Carpina conheceu as instalações da sede do Judiciário estadual, como parte do projeto "Aula de Cidadania", realizado pela Assembléia Legislativa. Acompanhados do deputado Carlos Lapa, os alunos foram recebidos pela Assessoria de Cerimonial do Tribunal de Justiça na sala de sessões do Tribunal Pleno. A assessora Pollyana Torres deu as boas vindas aos visitantes, que foram conduzidos por um roteiro que incluiu a escadaria central com parada em frente aos vitrais de Heinrich Moser. Foram visitados os salões Nobre e dos Passos Perdidos, além das salas das sessões cíveis, dos desembargadores e das sala das sessões criminais.

Título de Cidadão

O Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, recebe hoje o Título de Cidadão de Timbaúba. Concedida pela Câmara Municipal, pelos serviços prestados ao Estado e ao Município, a homenagem é uma proposição do verador Eliezer Barbosa de Araújo, presidente daquela Casa Legislativa.

Ambulatório

Uma sondagem junto aos servidores do TJ vem sendo feita pelo Ambulatório Ângelo Jordão. O objetivo é descobrir quais são as maiores necessidades dos funcionários em relação às especialidades médicas que podem vir a ser oferecidas pelo serviço ambulatorial. Um questionário foi distribuído com o contra-cheque do mês e a Diretoria de Recursos Humanos está analisando os resultados.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 99 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 30 de maio de 1998

Carta de Rio Branco defende democratização da Justiça

Mário Melo fala da Carta de Rio Branco, conclusão do XIII Encoge

O propósito de unir forças pela oficialização das serventias extrajudiciais do registro Civil das Pessoas Naturais, como meio de executar a Lei que prevê a gratuidade do registo de nascimento é uma das propostas dos corregedores gerais de Justiça de todo o País. A informação é do corregedor pernambucano, desembargador Mário Melo, que participou, no início do mês, do XIII Encontro de Corregedores Gerais de Justiça do Brasil, realizado no Acre, e que resultou na Carta de Rio Branco.

Segundo Mário Melo, enquanto não são concretizadas as oficializações, os magistrados tentarão sensibilizar os Poderes Executivo e Legislativo, nos âmbitos federal, estadual e municipal, para que custeiem a expedição de certidões de nascimento ou de óbito. "Afinal de contas, é do pagamento desses serviços que as serventias extrajudiciais garantem seu sustento", pondera o desembargador que presidiu a Mesa dos trabalhos, durante o debate sobre infância e juventude.

Nesse sentido, Pernambuco esteve em destaque quando prestou contas dos resultados do Sistema de Informação da Infância e Adolescência, em fase de implantação, que permitirá um controle informatizado dos processos de adoção e dados sobre jovens em conflito com a lei, sintonizando o Estado com o resto do País. O XIII Encoge, que vê o aperfeiçoamento do Judiciário como fator imprescindível para o exercício da cidadania, discutiu ainda temas como código de trânsito e sistema penitenciário, este "inteiramente incompatível com as garantias da cidadania e com os mais elementares direitos humanos", concluiu o corregedor.

Agenda

O Centro de Estudos e Debates da Câmara de Arbitragem do Distrito Federal realizará cursos de informação e formação de profissionais para atuarem como advogados peritos e árbitros, de primeiro a 14 de julho, e outra turma entre 10 e 22 de agosto. Informações pelo telefone 061.223.0490 ou pelo fax 061.225.4002.

O Juizado das Execuções Cíveis começa a funcionar segunda-feira, no térreo do Juizado Criminal do Recife, na Ilha do Leite.
O objetivo da instalação do novo órgão é centralizar todos os processos de execução da Capital, com o objetivo de agilizar o andamento das questões encaminhadas.
Segundo o secretário judiciário, Edson Galvão, com a iniciativa, as unidades devem prestar um serviço mais adequado às expectativas da sociedade.

Pleno regulamenta promoções de juízes

Nenhum juiz com menos de dois anos de exercício em uma Entrância poderá ser promovido a outra. Para fins de remoção entre Comarcas, além dos dois anos de efetivo exercício na Entrância, o juiz também deverá ter seis meses de permanência na atual Comarca. A decisão é do Tribunal Pleno que, quinta-feira, regulamentou os processos de remoção e promoção, ficando estabelecidos critérios de antigüidade e merecimento para promoções.

O nível de merecimento do candidato à promoção ou remoção será medido pela agilidade e segurança do juiz no exercício de suas atribuições. Aquele que, por exemplo, não tiver julgado pelo menos metade dos feitos de sua competência, durante o exercício dos dois últimos anos, não será promovido ou removido. A regra vale igualmente para juízes lotados em Varas ou em Juizados Especiais.

Também foi aprovada a resolução que cria o quadro de estagiários do Poder Judiciário. Serão 480 vagas, das quais 438 para estudantes dos cursos de Direito, 13 de Psicologia, nove de Administração, quatro de Ciências Contábeis, oito de Informática e oito de Serviço Social. Das vagas para estagiários de Direito, 169 serão reservadas às Comarcas de segunda Entrância e 89 às de primeira.

Para o relator do projeto, desembargador Luiz Carlos Medeiros, a iniciativa proporcionará a integração entre o Poder Judiciário e as instituições de ensino, além de propiciar aos estudantes a oportunidade de melhoramento em suas formações. "E o Judiciário também estará sendo auxiliado", argumentou o magistrado.

Decisão do Pleno dá igualdade de condições aos juízes

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Elpídio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Imprensa: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Albuquerque e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimp@go.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tissa.pe.gov.br/cepe

Corregedoria Geral fone: 224.0599

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 100 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 02 de junho de 1998

Cargos Comissionados
Projeto está em tramitação na Assembléia

Um projeto de lei com a nova definição dos cargos comissionados que integram a estrutura organizacional do Poder Judiciário encontra-se em tramitação na Assembléia Legislativa do Estado. Segundo cálculos realizados, a nova composição vai representar uma economia para os cofres públicos. A solicitação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, foi de que o projeto fosse apreciado em regime de urgência.

A proposta prevê a extinção de oito cargos: um cargo de auditor interno, dois de supervisor de pagamento, dois de chefe de Assessoria Técnica, um de assessor do Núcleo de Organização e Sistemas, um de coordenador da Central de Mandados e ainda outro de diretor. Além dessa providência, o projeto de lei institui também o benefício do vale-refeição para os titulares de cargo de provimento efetivo do Poder Judiciário.

Outra novidade que a proposição traz é a concessão de diárias para os juízes e serventuários que prestarem serviços nos feriados e finais de semana, quando funciona o plantão judiciário. O projeto, em parágrafo único, especifica ainda que informações prestadas sobre as ações de falência, concordata, insolvência, execuções e embargos, busca e apreensão, dentre outras, bem como sobre as baixas a bancos de dados e outras entidades interessadas vão custar R$ 2,00 por processo.

O Projeto de Lei foi entregue pessoalmente pelo presidente do TJPE ao deputado Djalma Paes

De acordo com o presidente Etério Galvão, a proposição está adequada às técnicas de administração moderna, com o objetivo de tornar o funcionamento da Justiça mais ágil e acessível à população. Ele explica ainda que o projeto se mostrou ainda mais necessário com a Lei Complementar 19, quando o Tribunal de Justiça passou a centralizar as atividades antes desempenhadas pela Corregedoria Geral.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asscs@jpe.gov.br

Timbaúba homenageia presidente do Tribunal

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, recebeu, na noite da última sexta-feira, o título de Cidadão de Timbaúba, conferido pela Câmara Municipal. O presidente da Câmara e autor da proposição, vereador Eliezer de Araújo (PTB), em seu discurso, lembrou que quando da aprovação da homenagem, Galvão ainda não era presidente do TJ. "O nosso reconhecimento não é apenas ao juiz, ao desembargador, ao presidente do Tribunal, mas sobretudo ao cidadão", afirmou.

Etério Galvão agradeceu, lembrando os filhos da terra

Etério Galvão agradeceu, mencionando os filhos ilustres da terra, como Luiz Marinho, Edson Régis, Egídio Ferreira Lima. Ele destacou ainda a importância do ideal municipalista. "O progresso de uma cidade deve coincidir com o bem-estar do seu povo. É esta a principal razão pela qual há de se fortalecer o município, em sua autonomia", completou o presidente do TJPE.

DRH regulamenta empréstimo

Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o empréstimo consignado em folha, aos quais os servidores do Judiciário recorrem, não será mais realizado por meio de empresas privadas. Segundo informou a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, apenas instituições públicas poderão fazer o empréstimo. Por enquanto, o Bandepe é a única empresa autorizada à realização dos empréstimos. A proposta da Caixa Econômica Federal está em análise e o TJPE já solicitou também ao Banco do Brasil uma proposição.

De acordo com dados do DRH, cerca de 60% dos servidores da Capital lançam mão do recurso do empréstimo consignado. Da Paz Brasil afirma que, a partir de agora, o Judiciário terá duas vantagens: a primeira é diminuir a margem de erros da folha de pagamento. A segunda é que, para o servidor, o empréstimo não vai acarretar juros tão altos, uma vez que, nas empresas públicas, os juros são menores do que os cobrados pelas empresas privadas. Além disso, a diretora acredita que, com a ampliação da quantidade de bancos que deverão conceder empréstimo, a concorrência vai obrigar as instituições a baixar os índices dos juros.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 101 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 03 de junho de 1998

Pernambuco é modelo no atendimento à criança

Roberta Tavares

Foto: Ricardo Fernandes

Segundo dados fornecidos pelo juiz Luiz Carlos, no Recife, os meninos estão em maior número na delinqüência infantil, enquanto as meninas apresentam maior dificuldade de sair desse tipo de vida

Preocupados com o destino de cem mil crianças nas ruas, funcionários do Ministério de Assistência e Reinserção Social de Angola se encontram no Recife para conhecer os programas de política pública voltada a menores. Durante um mês, Maria da Luz Cirilo Magalhães e Gaspar Antônio Saraiva trocam experiências com técnicos pernambucanos, incluindo a equipe multiprofissional da 2ª Vara da Infância e da Juventude da Capital, onde são aplicadas medidas sócio-educativas em meio aberto a jovens infratores.

De Pernambuco, seguem para a Bahia e São Paulo, onde permanecem por mais dois meses, colhendo informações necessárias à criação de programa de atendimento ao menor angolano. O modelo brasileiro, no entanto, será adaptado à realidade daquele país. Segundo Maria da Luz, a grande maioria das crianças é órfã de guerra, vivendo em cinco instituições governamentais. Conforme afirmou, o número de delinqüentes não é significativo.

Com uma realidade sócio-econômica parecida com a brasileira, a representante do Ministério de Assistência e Reinserção Social de Angola acredita que é possível adaptar o programa de ressocialização em meio aberto, praticado no Recife, pela 2ª Vara da Infância e da Juventude, com apoio de Organizações Não-Governamentais. A experiência tem servido de modelo a outros países.

Segundo o juiz titular da Vara, Luiz Carlos de Barros Figueiredo, o programa foi implantado em 1994, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Durante esse período, dos 95% de jovens que cometeram infrações leves e, portanto, receberam penas de serviços à comunidade ou de liberdade asssistida, 90% não voltaram a delinqüir. Supervisionado pelo Judiciário, o trabalho é executado por agentes comunitários indicados pelas cerca de 70 ONGs cadastradas.

O trabalho vai ser, inclusive, estendido ao interior do Estado. Juízes de Comarcas como Carpina, Pesqueira e Olinda foram orientados de como proceder, junto a ONGs locais, para a implantação das medidas em meio aberto. Em Garanhuns, o trabalho já rende resultados com 30 menores sendo atendidos através do programa. Em todo o Estado, as crianças começam a delinqüir numa idade média de 14 anos.

Justiça e Fundac ampliam programa infantil

Com os resultados obtidos nesses quatro anos pelo programa de medidas sócio-educativas em meio aberto, o objetivo agora é sua ampliação aos adolescentes internados. Numa parceria Fundac e Judiciário, o projeto é testado há cerca de um mês, entre jovens que foram libertados por bom comportamento. A implantação é gradativa, não existindo ainda dados que comprovem sua eficácia.

Com uma superpopulação de 328 internos no Complexo de Paratibe da Fundac, quando a capacidade é 120 (ou 180, o limite máximo tolerável), os libertados por bom comportamento representam cerca de 15%. O juiz Luiz Carlos Figueiredo acredita que o projeto tem tudo para dar bons resultados. Segundo ele, a situação dos internos melhorou consideravelmente desde que o centro foi transferido para Paratibe, oferecendo melhores condições de atendimento.

Conforme estatística apresentada aos técnicos do Ministério angolano, de seis fugas verificadas quase que diariamente, no antigo local de funcionamento do centro, na Rua Fernandes Vieira, apenas seis foram registradas nos últimos dois anos e nove meses. **(R.T)**

Itamaraty

Partiu do Itamaraty a indicação do Programa de Medidas Educativas, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, no roteiro de estudos do Ministério angolano. A indicação é fruto do reconhecimento que o programa alcança na recuperação de menores infratores com aplicação de penas alternativas.

A viagem de representantes é resultado do convênio entre Brasil e Angola, para apoio técnico em áreas sociais. Pelo acordo, cabe ao Itamaraty indicar quais as experiências brasileiras que podem ser úteis nesse caso. Reconhecido no País, o programa serviu de referência a Estados como Bahia, Ceará e Amapá e vem despertando também o interesse de países como , entre outros, Costa Rica e África do Sul. **(R.T)**

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elcio Calvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Abrantes e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Amaro - Recife-PE
Fone(081) 419-3250 Fax 424.1163
e-mail: adm@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 102 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 04 de junho de 1998

Tribunal instala Juizado das Execuções

Execuções Cíveis da Capital vão se concentrar no térreo do Juizado Criminal, na Ilha do Leite

O I Juizado Especial de Execuções Cíveis do Recife foi inaugurado ontem pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. Localizado no térreo do Juizado Criminal, na Ilha do Leite, o novo órgão vai funcionar das 12 às 18 horas e quem vai responder pela unidade é o juiz Carlos Alberto Berriel. O objetivo é concentrar todos os processos de execução da Capital.

As execuções em curso devem ser encaminhadas no prazo de dez dias úteis, contados a partir de ontem, com exceção daquelas em que já foi designada a audiência de conciliação; das que, não encontrado o devedor, espera-se o pronunciamento de quem está promovendo a execução, para indicação de endereço atualizado. Não se enquadram neste prazo ainda aquelas execuções em que os bens penhoráveis não são encontrados.

Funcionando a princípio com quatro oficiais de Justiça, o Juizado contará com mandados de execução judicial e extrajudicial, sendo que os primeiros serão de penhora de coerção, dispensada nova citação. Já as execuções extrajudiciais terão mandados de citação e penhora, na forma do artigo 652 do Código de Processo Civil.

A instalação dos Juizado é conseqüência de um estudo que vem sendo feito pela Assessoria da Presidência, Secretaria Judiciária e Diretoria de Recursos Humanos em todos os Juizados.

Segundo o assessor da Presidência, Jones Figueiredo, o objetivo da instalação da unidade é tornar a solução dos conflitos ainda mais ágil. Atualmente, a Capital funciona com oito órgãos, sendo um para as relações de consumo, outro Criminal, além de seis Cíveis.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail:asio@tjpe.gov.br

RÁPIDAS

O desembargador Zamir Fernandes esteve semana passada em Brasília. Ele foi representar o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, durante a posse do mais novo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Aldir Guimarães Passarinho Júnior.

Uma orientação técnica sobre os procedimentos administrativos e as normas legais envolvidas nos pedidos de compras de bens e contratação de serviços será realizada hoje, às nove horas, no auditório do Fórum Thomáz de Aquino. A promoção é da Secretaria de Administração.

O Encontro Internacional de Direito Ambiental da Amazônia começa hoje, em Macapá, e vai até amanhã. Estará presente ao encontro o vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares. O tema central das discussões é "O Direito Ambiental e seu reflexo em nível internacional".

O juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância, Fábio Eugênio Dantas, é o mais novo diretor do Foro da Capital. Ele entra na vaga deixada pelo vice-presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, Mozart Valadares, que pediu dispensa e vai assumir a 5ª Vara de Família da Assistência.

Novo estacionamento atende juízes do Interior

A garagem fica na rua do Sol, 176, Santo Antônio

A Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, visando facilitar o estacionamento aos juízes do interior que eventualmente vêm ao TJPE, firmou um convênio com a Garagem do Sol, pelo qual ficarão disponíveis 10 vagas, sem despesas para os beneficiados. O estacionamento gratuito estará à disposição dos associados nas segundas e sextas-feiras, quando, em regra, juízes locados distantes da Capital vêm ao Palácio da Justiça, para buscar material ou tratar de outros assuntos.

Além da disponibilidade de apenas dois dias na semana, o uso do estacionamento não poderá ultrapassar duas horas de permanência, para garantir maior rotatividade. Os interessados devem procurar a gerência da Amepe para obter credencial. O desembargador Gilberto Gondim, presidente da Amepe, acredita que os dias e vagas estabelecidos serão suficientes para atender o propósito do convênio.

"Estacionamento nas proximidades do TJPE é impossível, não sendo suficiente para todos os magistrados. Os juízes da Capital já dispõem de espaço na Praça da República e no Fórum Thomáz de Aquino. Nossa preocupação, portanto, é com quem vem do interior, geralmente com pouca disponibilidade de tempo", esclareceu Gondim. A garagem fica situada na Rua do Sol, 176, no bairro de Santo Antônio.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 103 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 05 de junho de 1998

Encontro de Administação reúne magistrados em Caruaru

O Poder Judiciário promove, a partir de amanhã, às 8h, no Hotel do Sol, o Encontro sobre Administração Judiciária. Representantes de 23 Comarcas das 6ª e 12ª Circunscrições estarão reunidos até domingo, com o objetivo de analisar as principais dificuldades enfrentadas no dia-a-dia das serventias.

Partindo da reflexão sobre o papel da Justiça na sociedade, pretende-se detectar e promover a superação dos problemas que constituem fatores de impedimento à melhor qualidade dos serviços prestados.

Este encontro é o primeiro de uma série que a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco pretende realizar por todo o Estado, dentro do programa "Administração Superior nas Comarcas", que integra o Plano de Gestão 1998-2000. O TJPE conta com a parceria da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco.

O evento será aberto pelos presidentes do TJPE, desembargador Etério Galvão, e da Amepe, Gilberto Gondim. Em seguida, será realizado um trabalho de integração entre os participantes. À tarde, será apresentado o Plano de Gestão do Judiciário e o projeto de modernização da Justiça de primeiro grau.

Para domingo, está prevista a participação do corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, além de uma discussão da nova estrutura organizacional do TJPE.

Novo Juizado passa a funcionar

Etério Galvão diz que o Juizado das Execuções vai agilizar os processos parados nos demais órgãos da Capital

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, inaugurou, o Juizado Especial de Execuções Cíveis, criado com o objetivo de agilizar cerca de 5 mil processos atualmente pendentes de execução, em sete dos Juizados Especiais do Recife. Instalado no térreo do mesmo edifício onde funciona o Juizado Especial Criminal, na Rua Desembargador Antônio Guimarães, Ilha do Leite, o Juizado de Execuções é todo informatizado, desde a recepção, onde os processos para lá remetidos serão tombados sob nova numeração.

Os JECs dispõem do prazo de dez dias, a contar da instalação do novo Juizado, para enviar os processos em fase de execução. As execuções de títulos executivos - promissórias ou cheques devolvidos, com valores que não superem 40 salários mínimos - emitidos em favor de pessoas físicas, poderão ser requeridas diretamente no novo Juizado.

Durante o discurso inaugural, o desembargador Etério Galvão repetiu que não concorda com a estrutura atual dos Juizados Especiais, que considera de alto custo. Por esse motivo, criou uma equipe para preparar um estudo quanto ao funcionamento dos órgãos. A criação do Juizado da Execuções é resultado desse trabalho e deverá agilizar o andamento dos processos existentes.

O juiz coordenador da unidade recém-inaugurada, Carlos Alberto Peçanha também falou. Para o magistrado, o órgão é uma vitória da população. "À parte, interessa não só o reconhecimento do direito, mas também o cumprimento da execução", disse Peçanha.

Agenda Livre completa seu terceiro mês

O projeto Agenda Livre, em que o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão reserva a tarde da primeira sexta-feira de cada mês para atender à população, hoje abre as portas do Palácio da Justiça pela terceira vez, trazendo novidade. Durante o atendimento ao público, a partir das 14 h, o presidente contará com o auxílio do chefe da Consultoria Jurídica do TJ, João Armando, um membro da Assessoria Especial da Presidência e um defensor público, cedido pela Assistência Judiciária, que tentarão atender de imediato aos casos mais simples.

Na primeira sexta-feira de abril, quando inaugurou o projeto, Etério Galvão atendeu a 46 pessoas. Em maio, o número subiu para 85, no período das 14 às 20h, quase o dobro da vez anterior. Novamente se destacaram as reclamações referentes à morosidade processual. Alguns casos, inclusive, fogem à esfera do Judiciário estadual, como o de João Carlos Vieira da Silva que requereu a agilização de um processo que corre na Justiça do Trabalho, contra a CAGEP, desde dezembro de 1991.

Presidente do TJPE recebe a população em seu gabinete

O caso do João Carlos, que reside no Pina, foi encaminhado ao poder trabalhista. O procedimento se repete no fato narrado por dona Mara Carvalho Forte, moradora do Ibura, que pediu por seu irmão, Cândido Vitório de Carvalho Forte, reclamando contra a Liserve Segurança o não pagamento de férias e décimo terceiro.

Os interessados em manter audiência com o presidente do Tribunal podem chegar a partir das 12 horas, quando a chefia de gabinete começa o agendamento, por ordem de chegada.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mônica Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Ajuis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 429-3253 Fax 424.1383

e-mail: site@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 104 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 6 de junho de 1998

Tribunal cria Conselho do Mérito Judiciário

Os desembargadores Joaquim de Castro, Antônio Camarotti, Fausto Freitas e Romildo Vale (na ordem das fotos) integram o Conselho da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado. Foram eleitos em sessão extraordinária do Pleno. Além deles, integram o Conselho os três membros "natos" (presidente e vice-presidente do TJ e o corregedor geral da Justiça). Aos sete, cabe examinar as indicações à medalha, que podem ser feitas por qualquer dos desembargadores.

Instituída em maio de 1985, a Medalha do Mérito Judiciário homenageia pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado serviços à causa da Justiça. Sua versão original compreendia três graus, denominados classe ouro, prata e bronze. A resolução 96/98, publicada na semana passada, que regulamenta o processo de escolha dos homenageados, institui o Conselho da Medalha e estabelece quatro classificações: Grão Colar, Grande Oficial, Comendador e Cavaleiro, em substituição às três anteriores.

Conferida na data de aniversário do TJPE, 13 de agosto, a homenagem leva o nome de Joaquim Nunes Machado (1809-1849), mártir da Revolta Praieira. Concluinte do bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais em 1832, Nunes Machado, defensor dos princípios libertários, teve marcante atuação como jurista e na política, integrando o Partido Liberal. Em 1833, foi nomeado Juiz de Direito em Goiana, sua terra natal, sendo promovido, em 1835, à primeira Vara Criminal do Recife. Já como desembargador, atuou na Assembléia Provincial e foi deputado nas Câmaras Temporárias do Império. Morreu na frente de batalha, antes de completar 40 anos. A homenagem é anual.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aura Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1143
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Licitação para obras do novo fórum chega à fase final

A Comissão Especial de Licitação (CEL) abriu os envelopes contendo as propostas de preços fornecidas pelas construtoras CBPO, Queiroz Galvão e Sergen, habilitadas na primeira fase da concorrência para a construção do Fórum do Recife. Nesta última etapa, em que se definirá a empresa à ser contratada, vence a concorrente que apresentar o menor custo para a construção, sem comprometimento da qualidade da obra.

"Já conhecemos as propostas das três finalistas. O nome da vencedora, entretanto, só será anunciado depois que analisarmos as planilhas de preços, que são extensas, checando a quantidade do material mencionado pelas concorrentes em cada item, comparando com o que foi previsto pela Assessoria Técnica do TJPE", esclareceu Luíza Leão, presidente da CEL.

O Fórum do Recife é prioridade na administração do Poder Judiciário estadual

No levantamento prévio encomendado pela presidência do Tribunal, o custo total para a construção do novo Fórum ficou em torno de R$ 42 milhões. Até sexta-feira, será conhecido o nome da vencedora, quando tem início o prazo para recursos. A previsão é de que até começo de julho a responsável pela construção do Fórum já esteja contratada. O TJPE pretende entregar a obra à população até dezembro de 99.

Agenda semanal

Segunda - Juízes e servidores do Fórum Thomaz de Aquino, que tiveram deferidos, pela Presidência do Tribunal de Justiça, seus pedidos de estacionamento, começam hoje a receber o adesivo padronizado, para colocação nos automóveis.

Quarta - Em decorrência do jogo do Brasil na Copa do Mundo, o Poder Judiciário funciona apenas no horário das 7 às 11h, por determinação do Presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

Quinta - Reunião entre funcionários da biblioteca e informática, dando início ao processo de automatização do cadastro e consulta às leis, dentro do projeto de informatização da Biblioteca do TJ. Também encerramento do prazo de inscrições para o concurso literário instituído em comemoração aos 176 anos de criação do Tribunal de Justiça.

Sexta - Encerramento do curso de iniciação à função judicante, realizado pela Escola da Magistratura para os seis novos juízes nomeados.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 105 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 09 de junho de 1998

TJPE leva Juizados Criminais para o Interior

Jones Figueiredo informou que Garanhuns e Vitória devem ser as primeiras beneficiadas

Com o objetivo de instalar Juizados Criminais no interior do Estado, o Judiciário está levantando o número de processos que tramitam em Comarcas de 2ª Entrância, mas que são da competência desses núcleos que processam e julgam crimes e contravenções de menor potencial ofensivo. Segundo o secretário Judiciário, Edson Galvão, a instalação dos JECs está condicionada à necessidade constatada durante o estudo.

Garanhuns, Caruaru, Palmares, Vitória, Petrolina, Jaboatão e Olinda são algumas das Comarcas que são alvo de interesse do Judiciário para o funcionamento de Juizados Criminais. De acordo com o assesor especial da Presidência do TJ, Jones Figueiredo, Garanhuns e Vitória devem ser as primeiras beneficiadas, já que os respectivos JECs podem ser instalados no mesmo local dos Juizados Cíveis.

Para o funcionamento dessas unidades, o Tribunal fará remanejamento de servidores, evitando a necessidade de projeto-de-lei para a criação de cargos. Atualmente, a Comarca do Recife é a única a dispor de um Juizado Criminal. Instalado na Ilha do Leite, há cerca de dois anos, recebe uma média de 120 ações mensais, já tendo encerrado nesse período mais de quatro mil processos, com índice de 90% de conciliação.

Os Juizados Criminais atendem à Lei 9.099, processando e julgando crimes de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima seja inferior a um ano de prisão. Os Juizados constituem a chamada Justiça ágil. O tempo médio para a conciliação é de três meses, podendo o processo ser encerrado se houver acordo entre as partes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3281 Fax 424-1163
e-mail: asins@tjpe.gov.br

Agenda Livre atende público recorde

Pela terceira vez realizado, o Projeto Agenda Livre bateu o recorde de público atendido pelo presidente do Tribunal de Justiça. Dessa vez, 106 pessoas buscaram soluções para seus problemas, diretamente junto ao desembargador Etério Galvão. Para agilizar o atendimento, que teve o início antecipado em quatro horas, o juiz Jones Figueiredo, o assessor jurídico João Armando e a defensora pública Nice Menezes de Oliveira ficaram à disposição para orientar os interessados.

Ao contrário do Agenda Livre dos meses anteriores, o de agora teve vários casos de mães solteiras que lutam pelo reconhecimento de paternidade ou de pensão alimentícia para os filhos. Numa atitude inédita no Judiciário pernambucano, o presidente garantiu que o Tribunal de Justiça custeará a realização do teste de DNA, necessário ao andamento do processo de Maria Cícera Honório da Silva, 25, cuja ação de paternidade de seu filho, 6, arrasta-se desde 1995, na 5ª Vara da Assistência Judiciária do Recife.

Realizado em Curitiba, Belo Horizonte e Distrito Federal, o exame tem custo altíssimo, mas é garantido pela Lei às pessoas pobres.

Encontro tem balanço positivo

Integração, funcionamento das Comarcas e interiorização da Justiça foram algumas questões levantadas durante o Encontro sobre Administração Judiciária, realizado no último final de semana, em Caruaru, que reuniu cerca de 60 pessoas. Na abertura, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, defendeu a mudança de cultura dos magistrados como forma de promover uma melhoria nos serviços prestados pelo Judiciário.

Promovida em parceria com a Associação dos Magistrados de Pernambuco, a iniciativa, segundo o presidente da Amepe, desembargador Gilberto Gondim, foi um esforço conjunto no sentido de oferecer uma reciclagem aos juízes e um passo no sentido da interiorização da Justiça.

Encontro aproximou administração central e juízes do Interior

De acordo com o Corregedor Geral, desembargador Mário Melo, o evento foi uma maneira de aproximar a administração central dos juízes do Interior.

Problemas de infra-estrutura e de pessoal foram as principais questões levantadas pelos juízes, segundo a diretora de Planejamento, Zélia Mendonça. A estrutura física, mobiliária e de equipamentos, além das dificuldades com pessoal, é ainda uma reclamação dos magistrados do Interior. Zélia Mendonça afirmou também que o Encontro se propôs a trabalhar o papel gerencial que cada juiz deve assumir em sua Comarca.

A diretora de Planejamento informou ainda que uma reunião com magistrados de outras Comarcas do Interior será realizada já no próximo mês.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 106 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 10 de junho de 1998

Noivos debatem aspectos legais da união civil

Foto: Ricardo Fernandes

A idéia do juiz Alexandre Assunção é voltada àqueles que apoiam pela união civil

Roberta Tavares

Tradicionalmente realizado pelas Igrejas, o curso preparatório de noivos ganha uma nova feição: a partir deste mês, o Judiciário implanta, em projeto experimental e pioneiro no Norte/Nordeste, o Encontro Com Noivos, oferecendo uma visão dos aspectos legais do casamento.

Mais do que isso, a idéia é realizar um trabalho que envolve dinâmica de grupo, discussão dos aspectos psicológicos e emocionais da união, apresentação do casamento sob o ponto de vista jurídico e um debate com os participantes.

Com um encontro para cada grupo de casais, o projeto é, inicialmente, destinado aos noivos inscritos na 1ª Vara de Família da Capital, sempre dois dias antes da data do casamento. Os encontros de junho estão marcados para os dias 15 e 22, no Fórum Thomás de Aquino, das 13 às 15h.

A idéia do juiz Alexandre Assunção, que deve ser estendida às outras três Varas de Família, é proporcionar às pessoas que desejam o casamento civil uma consciência do compromisso que vão assumir. O projeto tem suporte do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça.

O encontro é único, sempre no dia marcado para a assinatura dos documentos. Durante os primeiros 15 minutos, usando técnicas de dinâmica de grupo, o trabalho do CAP é voltado a estimular a receptividade dos noivos em discutir os atuais padrões de indivíduo, família e sociedade.

A expectativa do casal com relação à formação da família, relacionamento com outros parentes, expectativa de uma relação a dois, respeito, aceitação, flexibilidade, individualidade e estímulo ao crescimento de ambos são alguns dos temas programados para a segunda parte do encontro.

Outros temas, como responsabilidades e informações legais quanto à maternidade e paternidade e o contrato emocional do casamento e seus direitos e deveres, concluem o projeto de debate dos aspectos legais do casamento civil.

Foto: Leopoldo Nunes

Os casamentos são realizados no Fórum Thomás de Aquino, nas tardes de segunda à quinta

Técnicos reciclam dinâmica de grupo

Para atender às novas atribuições, entre elas o Projeto Encontro Com Noivos, psicólogas e assistentes sociais do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça concluem, hoje, treinamento em dinâmica de grupo. Realizado na Escola Superior da Magistratura, desde segunda-feira, a reciclagem teve a participação das 16 servidoras que integram o grupo técnico do CAP.

Coordenado por Suely e Lizete Galvão, o curso é dividido em duas partes, teórica e prática. O treinamento em dinâmica de grupo é ainda destinado ao trabalho que o Centro vai realizar, a partir do segundo semestre, no Juizado e Varas Criminais, com os agressores domésticos que recebem penas alternativas de até um ano.

Segundo a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, a primeira aplicação prática da reciclagem está marcada para o dia 15, quando as técnicas serão realizadas durante o Encontro Com Noivos. Os moradores do Coque, com os quais o TJ vem realizando trabalho que envolve a construção do Fórum do Recife, vão participar de reuniões onde as técnicas serão aplicadas também. (R.T)

Corpus Christi

O Poder Judiciário do Estado vai funcionar normalmente, amanhã, quando se comemora o feriado religioso de Corpus Christi.

A decisão é do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, em cumprimento à lei municipal que garante a permuta do feriado religioso pelo dia 24 de junho, quando se comemora a festa de São João.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3181 Fax 424.1163
e-mail: asle@go.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 107 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 11 de junho de 1998

Tribunal de Justiça aprova quadro de estagiários

Com a apresentação de emendas que criam duas vagas para estudantes de Jornalismo, o Tribunal de Justiça aprovou a resolução que cria e regulamenta os estágios no TJPE. Para o desembargador Macedo Malta, relator do processo, a atuação conjunta do Judiciário com as instituições de ensino e a transmissão do conhecimento prático aos acadêmicos são as principais vantagens da iniciativa.

As emendas à Resolução, disse Malta, foram apresentadas oralmente, durante sessão plenária. Segundo ele, com a criação das duas vagas para o curso de Jornalismo, o programa de estágio do Tribunal totaliza agora 482 vagas, distribuídas em sete cursos. A decisão será publicada esta semana, no Diário Oficial.

A resolução privilegia os bacharelados de Direito, aos quais são destinadas 438 vagas que poderão ser preenchidas por alunos das três faculdades de Direito do Recife, mais as de Olinda e Caruaru. Nos testes seletivos, que serão aplicados pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, constarão Direito Constitucional, Administrativo, Cível e Processo Cível, Direito Penal e Processo Penal.

Malta explica vantagens e funcionamento do estágio

Dos estagiários de Direito, 38 serão lotados no próprio Tribunal - nos gabinetes dos desembargadores, Diretorias Cível e Criminal, Juizados Especiais e Assessorias. Os demais serão distribuídos pelas Varas e Juizados Especiais de Comarcas que dispuserem de curso de Direito em seu município ou localidade próxima. Do total de vagas, 169 são para as Comarcas de 2ª Entrância e 89 para as de 1ª.

Haverá ainda vagas para os cursos de Psicologia (13), Administração (9), Ciências Contábeis (4), Informática (8) e Serviço Social (8). No processo seletivo, todos serão igualmente submetidos ao teste de múltipla escolha, com cinco alternativas, correspondentes aos primeiros períodos ou, no caso de regime escolar seriado, aos primeiros anos. Também será avaliado o histórico do aluno, cuja média global (de cada período ou ano) não poderá ser inferior a seis.

Somente poderão integrar as vagas de estágio do Tribunal quem já estiver cursando os sétimo e oitavo períodos ou quarto e quinto anos. Com duração de um ano, prorrogável por igual período, o estágio será de 20 horas semanais, com remuneração de dois salários mínimos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ênio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asco@go.gov.br

Portugal

Dois seminários - o primeiro sobre o "Aplicação do Direito Comunitário na União Européia, no Mercosul, Nafta e Pacto Andino", e o "Reunião Sobre Formação de Magistrados nos Países de Referência Cultural Portuguesa", entre os dias 1 e 3 de junho - foram os motivos da viagem do desembargador Nildo Neri, a Portugal. Entre os palestrantes, o presidente do Tribunal de Justiça das Comunidades Européias, Gil Carlos Iglesias, o presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Argentina, além do brasileiro Sálvio de Figueiredo, ministro do STJ. A reunião contou com a presença de nove delegações de países de referência cultural portuguesa. Nildo Nery fez uma exposição sobre as peculiaridades do sistema de formação do magistrado no Brasil.

Homenagem

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, foi um dos homenageados com a Medalha Comemorativa do 125º aniversário do Gabinete Português de Leitura. O diploma foi entregue ontem à noite, durante solenidade no Salão Nobre daquela instituição, dentro das comemorações do Dia de Portugal, Camões e das Comunidades Portuguesas.O evento fez parte da programação Semana Portuguesa, promovida pelo próprio gabinete em parceria com outras instituições portuguesas e luso-brasileiras, entre elas o Consulado de Portugal em Recife, o Clube e o Hospital Português de Beneficência e o Conselho da Comunidade Portuguesa. O presidente do GPL, João Almeida Gaspar, ressaltou que a concessão foi unânime.

Pernambuco tem novos juízes

Seis novos juízes, nomeados e empossados no final de maio, assumem segunda-feira, as Comarcas escolhidas, onde devem residir e atuar como magistrados pelos próximos dois anos. Amanhã, os novos juízes concluem o curso de iniciação à função judicante, treinamento realizado pela Escola Superior da Magistratura, com o objetivo de deixá-los aptos ao desempenho das tarefas judiciais. Durante o curso, tiveram aulas teóricas sobre os vários campos do Direito, com acompanhamento da prática forense sobre infância e juventude, lei de tóxicos, assistência judiciária e júri.

Confira os mais recentes integrantes do quadro da magistratura estadual e suas respectivas Comarcas: Stella Sá Leitão (Itapissuma), Djaci Lima (Quipapá), Paulo César Amorim (Taquaritinga do Norte), Idílio Araújo (Santa Maria do Cambucá), Feliciano Nilo (Jupi) e Marcos Vinícius Torres (Custódia).

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 108 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 12 de junho de 1998

Judiciário se une ao Mão Amiga

Foto: Assis Lima

Mauro Magalhães discute com Etério Galvão a restauração do prédio

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai restaurar um prédio localizado na área onde funciona o Centro Integrado da Infância e da Juventude, na rua Fernandes Vieira, com o objetivo de transformá-lo em um espaço de retaguarda do projeto Mão Amiga, do Governo do Estado. A decisão foi discutida entre o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, e o secretário de Trabalho e Ação Social, Mauro Magalhães.

Um convênio, que deverá ser assinado na próxima semana, vai garantir o início da restauração do prédio. O projeto Mão Amiga, que existe desde junho de 1995, é uma iniciativa da Secretaria do Trabalho e da Cruzada de Ação Social e se destina a atender a crianças e adolescentes que estão nas ruas, assim como com as famílias carentes. Atualmente atende a 500 crianças, além de iniciativas profissionalizantes com 215 famílias e 120 adolescentes.

Segundo a gerente do Mão Amiga, Sandra Silva, o espaço que será restaurado é de acolhimento provisório, devendo funcionar com atividades culturais, esportivas e oficinas profissionalizantes. O projeto inclui também alimentação. O presidente Etério Galvão ressaltou que a iniciativa do Judiciário procura minimizar o problema da criança e do adolescente em Pernambuco.

O secretário Mauro Magalhães destacou que o eixo de ação do projeto é a reconstituição do laço familiar e o trabalho educativo. Ele ressaltou ainda a importância desse novo espaço para o projeto: "A maior dificuldade que encontramos se refere exatamente à criação de espaços porque não é só restaurar, mas é necessário mantê-los também".

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moura

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone:(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asim@tjpe.gov.br

Convênio garante viagem à Geórgia

Um convênio entre o Judiciário e a Universidade da Geórgia vai garantir a seis magistrados e três servidores uma viagem à Geórgia, nos Estados Unidos. Segundo a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, o objetivo é expor os participantes a um programa de educação continuada. "Eles vão conhecer o sistema de Justiça americano para realizar uma análise comparativa entre os dois países e devem voltar como instrutores internos", explica a diretora. A seleção dos juízes e servidores será feita pela Presidência, DRH e Associação dos Magistrados de Pernambuco. De acordo com Da Paz Brasil, um dos requisitos é saber o mínimo de inglês para que possam participar das aulas e cursos programados. A viagem está prevista para o mês de agosto, por um período de 15 dias. A diretora afirmou ainda que a iniciativa visa ao desenvolvimento institucional por meio da profissionalização dos recursos humanos.

Associação edita livro em dois idiomas

Uma avaliação oficial do Estatuto da Criança e do Adolescente e a criação de uma legislação única para o menor nos países do Mercosul. Essa é a pretensão das associações Brasileira e Internacional dos Magistrados da Infância e da Juventude que, dentro de um mês, estará publicada em livro.

Em dois idiomas - Português e Espanhol - e 19 mil exemplares, a obra será enviada aos presidentes da República, Senado e Câmara, governadores e empresários do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, além do Chile e Bolívia. A informação é do juiz Celmilo Gusmão, que coordenou os VXII e I Congressos das respectivas associações, em maio, no Recife.

O lançamento, segundo ele, será simultâneo nos países do Mercosul e estados brasileiros onde existe uma seccional da entidade nacional. O livro trará a íntegra das palestras e as conclusões dos eventos, quando se discutiu temas como delinqüência infantil, constituição e desagregação familiar, mudanças da política econômica e do trabalho como desafio à Justiça e estudo comparado sobre o Direito do Menor nos países integrados.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 109 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 13 de junho de 1998

Sergen vence licitação para construção do Fórum

A empresa Sergen - Serviços Gerais de Engenharia S/A, foi a vencedora da última fase da licitação para a construção do novo Fórum do Recife, concorrendo também as construtoras Queiroz Galvão e a CBPO. A obra, que deve ser entregue até o final do próximo ano, ficou orçada em R$39,8 milhões, pela proposta da construtora, R$2,8 milhões abaixo da estimativa feita pela Assessoria Técnica do Tribunal de Justiça.

Empresas ainda podem recorrer da decisão

Segunda colocada, a Queiroz Galvão apresentou orçamento de R$ 50,6 milhões, contra uma proposta de R$51,4 milhões, apresentada pela terceira colocada, a CBPO. A Comissão Especial de Licitação não identificou diferenças essenciais entre as três propostas, exceto no item preço, que definia o resultado.

As empresas desclassificadas ainda poderão recorrer da decisão. "O prazo de cinco dias para recurso começa na segunda-feira, 15. Caso não recorram, no dia 22 de junho será homologado o resultado, podendo ser efetuada a contratação da Sergen no dia seguinte", informou a presidente da Comissão Luiza Leão, que prevê o início das obras em julho.

O novo Fórum, que será construído às margens do Capibaribe, na ilha de Joana Bezerra, abrigará as 72 varas que hoje funcionam no Paula Batista e Thomaz de Aquino, mais 11 novas varas. No mesmo prédio serão instaladas a Corregedoria, biblioteca, auditório, dois tribunais de júri e estacionamento amplo

Com projeto arquitetônico baseado na tradição clássica das Grécia e Roma antigas, o edifício será equipado com o que existe de mais moderno em tecnologia. Seu sistema de cabeamento permitirá a instalação ou deslocamento instantâneos de terminais de computador ou telefônico em qualquer parte do prédio.

Foto: Assis Lima

Luiza Leão informa o resultado do processo licitatório

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 429-3251 Fax 424.1163
e-mail: ssica@tjpe.gov.br

TJ extingue carteira de agentes de proteção

O Tribunal Pleno decidiu não mais permitir a atuação dos agentes de proteção e de defesa da Infância e da Juventude que trabalhavam munidos de uma carteira credenciada pelo Poder Judiciário. A decisão é conseqüência de um trabalho de apuração que detectou que sete dos 26 agentes têm antecedentes criminais. A proposta de extinguir a carteira foi do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, aceita por unanimidade e referendada pelo Conselho da Magistratura. A iniciativa faz parte do projeto de moralização da Gestão 1998-2000, incluído no panejamento administrativo.

Os agentes de proteção e defesa eram voluntários e auxiliavam os juízes das Varas da Infância e da Juventude no Estado. A medida de extinção das carteiras e o conseqüente afastamento serão comunicados às autoridades policiais e casas de diversão, que os voluntários costumavam freqüentar gratuitamente com a apresentação do documento. Durante a reunião do Tribunal Pleno, houve uma proposição de que os estudantes que serão selecionados para estagiar no Judiciário possam assumir a função destinada aos agentes.

Agenda semanal

***Terça-feira** - Por decisão do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério, o expediente no Poder Judiciário será encerrado às 13h, em decorrência do jogo do Brasil contra o Marrocos. Pelo mesmo motivo, a sessão de julgamento da 1ª Câmara Criminal de TJ será realizada às 8h30.*

***Quinta-feira** - Assembléia Geral Extraordinária da Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco - Aemepe, convocada pela atual diretoria, para a eleição da nova Mesa Diretora do biênio 1998/2000. Realiza-se no Fórum Thomás Cirillo, das 8 às 16h.*

***Sexta-feira** - Na Escola da Magistratura, a partir das 8h, a segunda reunião de acompanhamento do Plano Estratégico da atual administração Judiciária. Coordenado pelo grupo executivo do TJ, o encontro tem o objetivo de avaliar as ações em andamento.*

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 110 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 16 de junho de 1998

Tribunal quer padrão de qualidade

O Judiciário está em busca do Iso 9002, certificado internacional de reconhecimento da qualidade do serviço prestado. Alvo de severas críticas contra a morosidade de sua atuação, a instituição pretende modificar essa imagem, implantando projeto pioneiro e experimental.

A partir de agosto, começa o processo de reformulação da 2ª Câmara Criminal, presidida pelo desembargador Nildo Nery. Escolhida como modelo, ela e todos os outros setores envolvidos no seu funcionamento, passam a ter procedimentos padronizados.

Acácio Carvalho informa que, para colocar o projeto em prática, quatro servidores receberam treinamento em padrões técnicos de qualidade e, um deles, em auditoria interna. Para alcançar o certificado, o Judiciário deve obter resultados de eficácia e eficiência de empresa privada

A mudança passa, ainda, pelo treinamento de funcionários, pela definição de requisitos de controle e manutenção da qualidade do serviço e por auditoria realizada por empresa contratada através de licitação, quando será, no prazo de um ano, comprovada a eficiência e eficácia do atendimento.

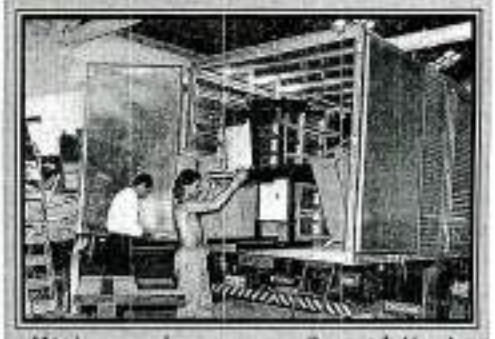
"Um plano arrojado" é como Acácio Carvalho, coordenador-adjunto de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça, classifica o projeto Certificado de Qualidade Iso 9002. Segundo ele, o objetivo é deixar o funcionamento do Judiciário similar ao de uma organização privada. O Brasil possui o maior número de títulos de qualidade: cerca de dois mil, sendo a maioria na área industrial e 10% na de serviços, mas nenhum referente a serviço público, conforme estimativa do coordenador-adjunto. Com uma respeitável distância, a Argentina vem em segundo lugar, com apenas 200 certificados.

Conseguir o Iso 9002 faz parte do plano estratégico de preparar o Tribunal de Justiça para a chegada do terceiro milênio. De acordo com Acácio Carvalho, o sucesso da experiência vai determinar a sua ampliação para os demais setores do Tribunal e, em etapa posterior, à primeira instância, na capital.

"Espera-se que, nesses dois anos de administração, o Judiciário esteja inteiramente informatizado", disse Acácio, acrescentando que o suporte tecnológico é imprescindível ao padrão mínimo de atendimento em prazo e qualidade.

O Iso 9002 faz parte da série 9000, conjunto de normas internacionais que visam regular um padrão de qualidade em produtos e serviços para melhor atender o público usuário.

Comarcas recebem móveis e equipamentos



Móveis recuperados seguem para a Comarca de Limoeiro

O Tribunal de Justiça de Pernambuco recebeu mais 18 novos computadores que vão servir para padronizar os equipamentos existentes na 3ª Entrância. A informação é do diretor-adjunto de Informática, Aderbal Melo. Ele afirmou ainda que foram adquiridos 139 micros que devem ir chegando aos poucos e sendo distribuídos de acordo com as necessidades detectadas pela Diretoria, que fez, junto ao Planejamento, um mapeamento da utilização da informática no Poder Judiciário.O Interior tem sido tam-bém uma preocupação constante. Prova disso é a distribuição de 38 equipamentos, para atender a 23 Comarcas e 38 Varas. Entre os municípios que serão contemplados, estão Caruaru, Bonito e Gravatá. O departamento de Informática já recebeu também cerca de 27 "no-break", equipamentos que garantem a segurança dos dados na falta de energia, e 14 servidores.

Com a preocupação de atender a todas as Comarcas do Estado, a Infra-Estrutura também está preparando uma análise da situação em que se encontram os fóruns do Interior. A carência de móveis, uma reclamação constante dos juízes da 1ª e 2ª Entrâncias, está sendo suprida de forma eficiente e econômica, segundo a diretora-adjunta de Infra-Estrutura, Janine Jungmann. Todo o mobiliário que estava nos depósitos do Brum e da Fernandes Vieira estão sendo recuperados e redistribuídos.

"Queremos oferecer as melhores condições possíveis de trabalho aos serventuários e magistrados, mas temos tentado também respeitar o dinheiro público. Por isso, foi criada uma divisão de manutenção, já aprovada pelo Regimento Interno", explica Jungmann. Com isso, cadeiras, estantes, birôs e até máquina de escrever foram recuperados e estão sendo distribuídos pelo Interior. Mais de 30 Comarcas já foram atendidas. Entre elas, Petrolina e Aliança.

Ainda segundo Janine Jungmann será realizada uma licitação com o objetivo de comprar móveis novos. As Comarcas estão sendo atendidas por ordem de solicitação de ofícios. Ontem foi a vez da Comarca de Limoeiro receber os móveis recuperados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eldo Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Bto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383
e-mail: asin@jpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dopje

Planejamento - fone: 424.1822

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 111 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 17 de junho de 1998

Convênio garante conclusão de teatro

Um convênio de cooperação operacional e financeira com o objetivo de recuperar o teatro da Universidade Federal de Pernambuco, incendiado em janeiro do ano passado, foi firmado ontem entre o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, e o reitor da UFPE, Mozart Neves. O acordo, com duração de um ano, podendo ser prorrogado por mais um, prevê o repasse pelo Tribunal de R$ 25 mil em duas parcelas para compra de poltronas.

Com custos orçados em R$ 2,5 milhões, a restauração do teatro tem contado com a participação de vários setores da sociedade. Em nível federal, os Ministérios da Cultura e da Educação já colaboraram para recuperação do espaço. Em Pernambuco, o Governo do Estado, a Chesf e, agora, o Poder Judiciário estão juntos com o objetivo de concluir o teatro que se encontra na sua fase final.

O presidente Etério Galvão e o reitor Mozart Neves assinaram ontem o convênio de cooperação para recuperação do teatro da UFPE

De acordo com o reitor Mozart Neves, a aquisição das poltronas é a última etapa da reestruturação do prédio e, ao mesmo tempo, é a parte mais cara. Comportando 1.800 pessoas, a compra de todos os assentos fica em torno de R$ 600 mil. "A colaboração do Tribunal de Justiça nesta fase, especificamente, é muito relevante para que possamos concluir as obras", afirma Neves. A previsão é de que o teatro seja inaugurado no dia 11 de agosto, quando se comemora o aniversário da Universidade.

O presidente Etério Galvão, por sua vez, ressaltou, que a iniciativa do Judiciário faz parte do objetivo de sua gestão de aproximar o Poder da sociedade.

O convênio prevê, em contrapartida, a disponibilidade de dez pautas previamente reservadas no teatro para realização de atividades culturais de interesse do TJPE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moura

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3205 Fax 424-3163
e-mail: asim@tjpe.gov.br

Cemando sofre modificações

Um acúmulo de cerca de quatro mil mandados e de centenas de expedientes, provocado pela transferência da Central de Mandados do Fórum Paula Batista para o Thomaz de Aquino e pela queda do sistema de informática que esteve fora de operação por alguns dias, mudou a rotina da Cemando. A avaliação é do diretor do Foro, Fábio Eugênio Lima, que tem tomado algumas iniciativas no sentido de promover melhorias nos serviços prestados pela Central.

De acordo com o juiz diretor, diante das mudanças sofridas, alguns dos mandados de intimação para audiência têm sido devolvidos sem cumprimento. Ele afirma também que, apesar do acúmulo de expedientes que devem ser remetidos aos cartórios judiciais, a coordenação da Cemando tem buscado devolvê-los à Vara de origem, até a data da audiência, todos os mandados cumpridos de citação e intimação, embora alguns não cheguem a tempo.

A Diretoria do Foro tem realizado estudo no sentido de encontrar alternativas para melhorar os serviços prestados pela Cemando. "Temos pensado na viabilidade da figura do oficial de Justiça supervisor, que faria críticas aos mandados negativos apresentados. Essa proposta será discutida com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão", avisa Fábio Eugênio.

Outra iniciativa analisada é o envio dos expedientes pela Cemando. Também segundo o juiz diretor do Foro, a Central de Expedição tem estrutura para enviar diretamente, o que desburocratizaria o trabalho. "Será realizada ainda uma reunião com o presidente da Associação dos oficiais de Justiça e mais três representantes. O objetivo é discutirmos juntos a eficácia da Cemando", explica o juiz.

Com 93 oficiais atualmente, a Diretoria do Foro diz que há carência de pelo menos mais 40 servidores que deveriam ser, prioritariamente, lotados na Central. O juiz afirma ainda que o presidente do TJ já autorizou a realização de concurso público para oficial de Justiça e o edital está sendo elaborado.

A Cemando está funcionando no Fórum Thomaz de Aquino

Paralelamente, um sistema já foi instituído, em forma de relatório, com o número de mandados distribuídos por mês a cada oficial de Justiça. "Assim, passamos a ter um maior controle", explica Fábio Eugênio. Um relatório específico por Vara será concluído, para que o juiz de cada serventia tenha o mesmo controle.

A novidade, em análise pela Informática, é o acréscimo, na etiqueta de distribuição do mandado, da foto do oficial. Fábio Eugênio diz também que, quando o sistema Judwin for implantado, os mandados serão equitativamente distribuídos levando em conta o autor, o réu, o tipo de ação.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 112 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 18 de junho de 1998

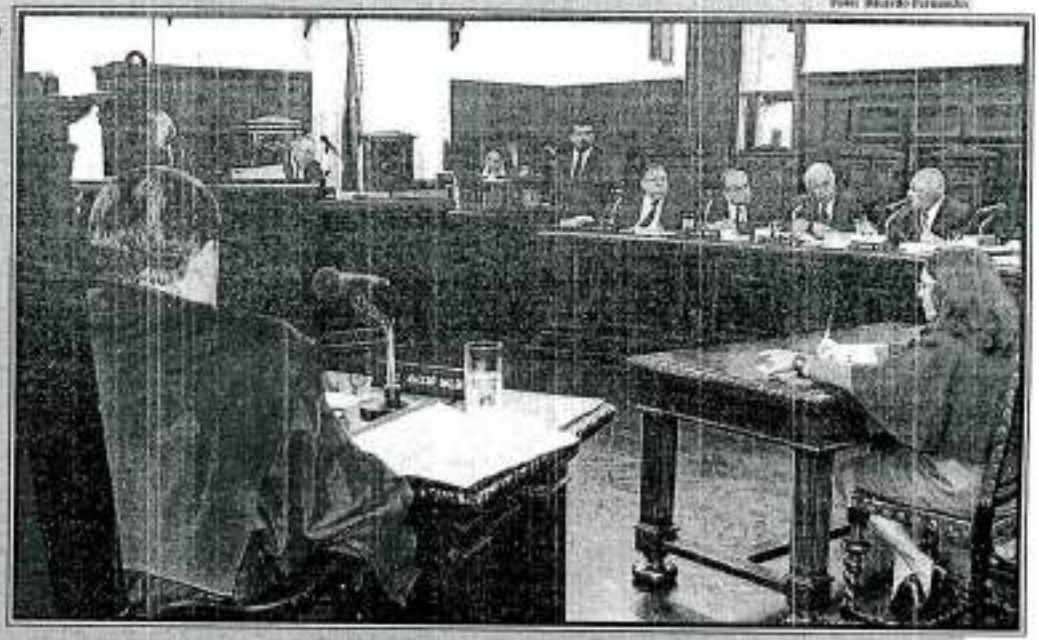
Pleno aprova homenageados do Mérito Judiciário

O Grão Colar, principal classificação da Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado, título anualmente concedido a destacados nomes do meio jurídico, este ano será atribuído ao ministro Pádua Ribeiro, presidente do Superior Tribunal de Justiça. A indicação foi aprovada esta semana pelo Tribunal Pleno, em sessão extraordinária.

Na mesma sessão, foram aprovados os nomes do empresário João Carlos Paes Mendonça, presidente do Grupo Bompreço e sistema de TV, Rádio e Jornal do Commercio, e do auditor geral do Tribunal de Contas, Luiz Arcoverde Cavalcanti, agraciados com os títulos Grande Oficial e Comendador, respectivamente. O advogado e jornalista Artur Eduardo Carvalho também teve seu trabalho reconhecido, a quem o Conselho Medalha do Mérito Judiciário reservou o título de Cavaleiro.

Os homenageados receberão seus títulos no dia 13 de agosto, durante solenidade de comemoração dos 176 anos de instalação do Tribunal de Justiça.

Foto: Ricardo Fernandes



O nome dos agraciados com o Mérito Judiciário Joaquim Nunes Machado teve aprovação do Pleno

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Cicero

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3181 Fax 424.1163
e-mail: asimi@npe.gov.br

Tribunal faz levantamento de preço para teste de DNA

A peregrinação de Maria Cícera Honório da Silva, 24 anos, que há quatro aguarda o resultado da ação de investigação de paternidade de seu filho GHHS, 6 anos, está chegando ao fim. O empurrão que faltava, o teste de DNA, poderá ser dado até a próxima semana. A informação da secretária de Administração do TJPE, Olga Cruz , que já solicitou à Comissão de Licitação do Tribunal o levantamento de preços em três laboratórios recifenses.

Indispensável à comprovação científica da paternidade, o teste de DNA ainda não é possível em Pernambuco, onde os laboratórios ainda não dispõem dos equipamentos necessários, só disponíveis em três estados brasileiros. Nesse caso, os laboratórios locais coletam o material, que é enviado para fora. Isso aumenta o custo, que supera as possibilidades da maioria das mães que recorrem a ações dessa natureza. "Já foi a todos os laboratórios coletores. O menor preço que encontrei foi de R$ 1,4 mil", diz Maria Cícera, que sobrevive com um salário de empregada doméstica.

Na 5ª Vara da Assistência Judiciária do Recife desde 1995, a ação movida por Maria Cícera está tomando novos rumos desde o último Agenda Livre, quando expôs seu caso ao presidente do TJ. O desembargador Etério Galvão, numa atitude inédita no Judiciário de Pernambuco, determinou que o Tribunal custeasse o exame necessário, com base na lei 1060/50 que estabelece a isenção de despesas processuais para pessoas reconhecidamente pobres, como é o caso de Cícera.

Foto: Ricardo Fernandes

Maria Cícera recebe da secretária Olga Cruz a notícia de que o Tribunal vai custear o teste de DNA

Aplauso

A Assembléia Legislativa concedeu ao desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, voto de aplauso pela criação do projeto Agenda Livre, que se realiza a cada primeira sexta-feira. Em seu terceiro mês, o programa já recebeu 240 pessoas, prestando-se principalmente a atender pedidos de agilização de processos.

Para o autor do requerimento,deputado Henrique Queiroz (PTB), "a decisão do presidente do TJ foi bem recebida pela população que reafirma sua crença na justiça, a partir de iniciativa desse nível, que servirá, inclusive, de motivação e exemplo a outros tribunais, em todo o País".

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº114 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 20 de junho de 1998

Construção do Fórum utilizará operários do Coque

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, vai recomendar o aproveitamento da mão-de-obra disponível no Coque (Ilha de Joana Bezerra), bairro onde será erguido o novo Fórum do Recife, ao assinar o contrato com a construtora encarregada da obra. A informação foi transmitida pela coordenadora do Projeto Boa Vizinhança, Helena Ribeiro Fernandes, esta semana, durante encontro com uma comissão de líderes daquele bairro, que externaram preocupação com os índices de desemprego ali registrados.

A reunião contou, ainda, com a participação de três representantes da Diaconia, organização não governamental que desenvolve um programa de "Promoção da Criança e do Adolescente", voltado para comunidades carentes. A presença da entidade, a convite da comissão do Projeto Boa Vizinhança, aconteceu para discutir as possibilidades da realização de treinamentos e qualificação de mão-de-obra para o público infanto-juvenil no Coque.

Iniciativa pode reduzir índice de desemprego em Joana Bezerra, onde o Fórum será construído e entregue até o final do próximo ano

A coordenadora da Diaconia, Helenilda Fonseca, falou do interesse da entidade em trabalhar com a população daquele bairro, na perspectiva de parceria com o TJPE. "Ainda nesta semana visitaremos a comunidade, para conhecer de perto a realidade e aprofundar a aproximação que iniciamos hoje, através de suas lideranças. Vejo grande possibilidade de realizarmos o que está sendo proposto, porque para isso nossa entidade existe. Contamos com o Tribunal de Justiça, na condição de parceiro no realização de um trabalho social, é por demais significativo", observou Helenilda.

Tanto a iniciativa de priorizar a absorção de mão-de-obra local na construção do Fórum, quanto a de capacitação para jovens e adolescentes são uma resposta da Presidência do TJPE à preocupação com o desemprego, externada pela comunidade do Coque em reuniões anteriores.

Esmape abre inscrições de Simpósio Nacional

O juiz informa que as inscrições já estão abertas

A conseqüência penal dos saques, tema da atualidade social e jurídica do País, é um dos destaques entre as palestras programadas pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, durante o 1º Simpósio Nacional Desafio do 3º Milênio. Marcado para 3, 4 e 5 de setembro, no Centro de Convenções, o evento já tem inscrições abertas.

Os interessados na discussão de temas que envolvem o Direito Penal e Civil, abordados por algumas das figuras de maior destaque nacional na área jurídica, podem se inscrever através da conta corrente 11.177-5, da agência 2802-9, do Banco do Brasil. A taxa é de R$75,00 para acadêmicos de Direito e de R$80,00 para profissionais.

De acordo com o juiz Humberto Inojosa, coordenador do curso de Deontologia da Esmape, os residentes em outros estados devem remeter, pelo fax (081) 424.1193, dados complementares como nome, endereço, identidade e CPF, informando ainda se pertencem a algum órgão público. O Simpósio é uma promoção da Escola da Magistratura e do Instituto de Direito do Rio de Janeiro.

Além de contar com palestrantes como Nilzardo Carneiro Leão, Luiz Fux, Silvio Capanema, Vicente Greco, Fátima Andrighi, Luiz Cernichiaro e Amílton Bueno, este um dos maiores defensores do Direito Alternativo, o Simpósio tem programada uma homenagem ao professor Pinto Ferreira e ao escritor Ariano Suassuna, em reconhecimento à respectiva atuação nos campos jurídico e cultural pernambucanos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto. Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 424.1163
e-mail: asicom@tjpe.gov.br

Câmara de Férias atua durante recesso

O desembargador Macêdo Malta vai novamente presidir a Câmara de Férias do Tribunal de Justiça

Os desembargadores José Antônio Macêdo Malta, Fausto Valença de Freitas e Manuel Alves da Rocha integram a Câmara de Férias do Tribunal de Justiça, durante o mês de julho, quando ocorrem as férias forenses da 2ª Instância. Foram designados pela Presidência do TJ para responder, durante o período, pelos processos que requeiram prioridade.

Presidida pelo desembargador Macêdo Malta, a Câmara de Férias permite a continuidade dos serviços judiciais referentes a ações cíveis e penais, como mandado de segurança, agravo regimental, ação cautelar e outros, evitando a demora no andamento de feitos urgentes.

Instituída pela Lei Complementar nº 9, de 2 de agosto de 1993, a cada recesso forense a Câmara de Férias funciona em sistema de rodízio, sempre com três desembargadores. A equipe de agora assumiu a mesma função em julho do ano passado, quando recebeu 338 processos, entre originários e recursais.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/diario

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 115 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 23 de junho de 1998

TJPE assina contrato com Sergen

A paisagem da Ilha de Joana Bezerra começa a mudar na próxima semana. A garantia é de Sérgio Gomes de Vasconcelos, diretor superintendente da Serviços Gerais de Engenharia S/A, Sergen, empresa vencedora da licitação da construção do novo Fórum do Recife. Segunda-feira, a Sergen inicia a instalação do canteiro de obras e sondagem do subsolo.

O contrato foi assinado, ontem, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, pelo diretor superintendente e ainda pelo diretor presidente Antônio de Pádua Tavares Paes. Está prevista a contratação de 800 operários, entre eles, moradores locais, como solicitado pelo Tribunal de Justiça.

Com experiência na construção de sedes jurídicas, como os Tribunais de Justiça de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro e o Tribunal Regional Federal, no Recife, a Sergen conhece bem a área onde vai trabalhar, tendo construído o viaduto local, há cerca de 20 anos.

Vencedora da licitação, quando apresentou proposta de R$39,8 milhões, a empresa garante utilização da mais alta tecnologia, com instalação de duas usinas de concreto e total monitoramento das obras por computador. As modernas técnicas de construção estarão unidas à preocupação com o bem-estar da comunidade, instalando-se escolas para alfabetização de operários e, possivelmente, das crianças da região.

A construção do novo Fórum do Recife é um fato histórico, de acordo com o presidente do TJ. O Palácio da Justiça, datado de 1930, é a última obra construída para o Poder Judiciário estadual.

Contrato assinado com Sergen está orçado em R$ 39,8 milhões

As obras de construção do Fórum do Recife, na Ilha de Joana Bezerra, começou em julho

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gurgel

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asim@tjpe.gov.br

Nove desembargadores recebem Medalha do Mérito

Os desembargadores Manuel da Rocha, Joaquim de Castro, Luiz Carlos Freitas, Nelson Holmes, Ed-Ek Gonçalves, Romildo Vale, Zamir Machado, Ivonaldo Miranda e Geraldo Og Fernandes serão condecorados com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado. Pelo regulamento que rege a concessão da medalha, o Grão Colar, grau máximo da homenagem, deve ser outorgado a todo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Empossados pela ordem, entre setembro de 96 e dezembro de 97, os nove desembargadores são os mais recentes no cargo. Na condição de "agraciados natos", eles vão receber o título das mãos do presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, durante as cerimônias de aniversário do 176º Tribunal, em 13 de agosto. Por tradição, a medalha é entregue aos homenageados anualmente e sempre na mesma data.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Pádua Ribeiro também vai receber o Grão Colar. A indicação foi aprovada pelo Tribunal Pleno em sessão extraordinária. Foram aprovados ainda os nomes do presidente do Grupo Bompreço e do sistema de TV, rádio e Jornal do Commercio, empresário João Carlos Paes Mendonça, e do auditor geral do Tribunal de Contas do Estado, Luiz Arcoverde, agraciados com os títulos Grande Oficial e Comendador, respectivamente. O Conselho da Medalha do Mérito Judiciário reservou ainda para o advogado e jornalista Artur Carvalho o título de Cavaleiro.

Rápidas

O Tribunal de Justiça de Pernambuco e os Juizados Especiais não funcionam de hoje até o dia 30. O recesso se deve às férias forenses estabelecidas pelo Código de Organização Judiciária. Será mantido apenas o serviço de plantão judiciário, na 1ª Instância, no térreo do Palácio da Justiça. Em virtude do recesso, o Diário Oficial do Judiciário deixa de circular de 24 de junho a 1º de julho, voltando a ser publicado no dia 2.

Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, publicada em Diário Oficial, os Juizados Especiais Cíveis do Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe e Caruaru vão funcionar em um único turno, das 12 às 18 horas, a partir do dia 1º do próximo mês. As sessões de conciliação, por sua vez, serão programadas a cada 30 minutos, sendo realizado um total de 11 sessões a cada turno.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 120 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 02 de julho de 1998

Cartórios extrajudiciais sofrem correição

A Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco vai começar, a partir deste mês, pelo 1º Ofício de Notas da Capital, uma série de correições que será realizada, nos 30 cartórios extrajudiciais da comarca do Recife. O corregedor auxiliar de cartórios extrajudiciais, Roberto Lins, fará a audiência de abertura no dia 7, às 14 horas, com a presença do corregedor-geral, desembargador Mário Melo, do tabelião e demais funcionários daquele cartório.

Segundo Roberto Lins, o objetivo da correição nesses cartórios, que até o início do ano era tarefa das diretorias dos fóruns, "é verificar a regularidade dos serviços e a aplicação da lei pertinente à matéria. Destina-se, ainda, a confirmar o efetivo recolhimento dos impostos e taxas relativas à atividade desses cartórios", disse o juiz-corregedor, lembrando que durante os trabalhos qualquer pessoa poderá prestar reclamações sobre as atividades ou pessoas do cartório sob inspeção.

O Corregedor Mário Melo estará presente à audiência de abertura da série de correições programada

As correições também serão estendidas ao interior do estado. Devido ao grande número de cartórios nas Comarcas de 1ª Entrância, o juiz-diretor de cada fórum vai realizar previamente uma inspeção em cada um, a pedido da Corregedoria. "De acordo com o levantamento feito pelos diretores, relacionaremos os casos que devem ser tratados com prioridade", informou o juiz-corregedor.

TJPE regulamenta serviço notarial e de registro

Um anteprojeto da resolução que dispõe sobre o serviço notarial e de registro já foi preparado pela Assessoria da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A informação é do assessor e juiz Rui Patu. De acordo com lei federal, o serviço deve ser exercido em caráter privado por delegação do poder público. O Judiciário pernambucano ficará encarregado de fiscalizar a prestação extrajudicial.

Segundo Rui Patu, o objetivo da regulamentação é padronizar o serviço notarial no Estado. Ele ressaltou ainda que, com a iniciativa, deverá ser aberto concurso público, uma vez que o anteprojeto consta de um especto inovador: para realizar qualquer serviço notarial e de registro, inclusive civil, o funcionário deverá ser, a partir da resolução, bacharel em Direito.

A exigência do cumprimento de normas técnicas também está prevista pela regulamentação. "Será assinado um termo de compromisso e as obras necessárias à instalação do serviço serão acompanhadas por grupos de trabalho, compostos por tabelião e oficial de registro", explica Patu. O juiz afirma ainda que o tratamento dispensado será o mesmo que é dado às franquias.

"Na verdade, as serventias são empresas privadas, que deverão se autogerir, por concessão de serviço público", esclarece ainda o assessor da Presidência do TJPE. O anteprojeto da resolução será submetido à Corte Especial. Caso seja aprovado, entra em vigor em 30 dias, a partir da publicação em Diário Oficial.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eário Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gusmão

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE. Fone(081) 419-3151 Fax 424.1143 email: asin@tjpe.gov.br

Últimas Notícias

Férias

Devido às férias do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Eário Galvão, assume, interinamente, até o dia 15 deste mês, o vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares.

Magistrados

A Assembléia Legislativa volta a apreciar no próximo mês o projeto de adequação salarial dos magistrados, enviado pelo presidente do TJPE. A iniciativa baseia-se no artigo 39, parágrafo 4º, da Constituição.

Agenda Livre

O projeto Agenda Livre, que acontece toda primeira sexta-feira de cada mês, não será realizado amanhã, devido às férias forenses de julho. O atendimento voltará a ser normal em agosto.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cspe

Informática do Tribunal fone: 419.3238

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 121 — Poder Judiciário — Recife, sexta-feira, 03 de julho de 1998

Escola da Magistratura terá novo endereço

A Escola passa a funcionar no Americano Batista em agosto

Quando der início às suas atividades do próximo semestre, em agosto, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) contará com novo endereço e maior espaço. A novidade vem na forma de um contrato de locação firmado com o Colégio Americano Batista, através de convênio com Tribunal de Justiça e a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), pelo qual 12 salas daquela instituição de ensino ficarão cedidas à Esmape pelo prazo de dois anos.

Diretoria, biblioteca, atendimento ao público, cursos normais de preparação para a magistratura comum, além do setor de processamento de dados, passarão a funcionar no novo endereço, onde já estão sendo realizados os trabalhos de pintura, conservação e adaptações dos espaços que serão ocupados. "Da estrutura atualmente em funcionamento no prédio do Fórum Tomaz de Aquino, manteremos uma sala apenas para preparação da magistratura trabalhista. As demais atividades serão transferidas para as dependências do Americano Batista", informou o desembargador Dário Rocha, diretor da Esmape.

O convênio para locação das salas foi firmado com o TJPE e a Amepe, através dos seus presidentes, os desembargadores Estério Galvão e Gilberto Gondim, respectivamente, em razão da Esmape, criada há cerca de oito anos por aquelas instituições, não dispor ainda de personalidade jurídica própria. Segundo Rocha, "a Esmape permanece existindo como um programa de ação do Tribunal e da Associação dos Magistrados. Mas, ainda nesse semestre, possivelmente, assumiremos nossa personalidade jurídica", prevê o diretor da Escola.

A Esmape tem previstas, também para este semestre, além dos cursos regulares de preparação de juízes, atividades onde se inclui um seminário nacional sobre o tema "Desafios do Terceiro Milênio", entre 3 e 5 de setembro, no Centro de Convenções de Olinda. Com 2.400 vagas para pessoas ligadas à área de Direito, profissionais ou estudantes, o seminário vai se deter nas matérias de Direito Civil e Penal, bem como Direito Processual Civil e Penal.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Estério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio – Recife-PE
Fone(081) 419-3283 Fax 424.1163
email: ajcs@tjpe.gov.br

Assessoria Militar credencia para estacionamento

A Assessoria Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai reaproveitar as vagas de estacionamento localizadas nas proximidades do Palácio da Justiça, de uso exclusivo de funcionários do Poder Judiciário, tornadas disponíveis em função das férias de julho. Com a ausência de aproximadamente metade dos funcionários do TJPE durante este mês, estima-se que, das 56 vagas existentes para o quadro de servidores do Tribunal e do Fórum Paula Batista, pelo menos 20 vagas pela manhã e 10 no turno da tarde estarão disponíveis durante os próximos 30 dias.

Segundo o assessor militar, tenente-coronel Roberto Melo, para preencher as vagas durante esse período, um novo cadastramento já está sendo feito entre aqueles que não foram contemplados em abril. "Aos interessados, deve ficar bem claro que esse segundo credenciamento é temporário, visando aproveitar uma situação circunstancial de vagas surgidas em decorrência das férias dos titulares", disse Melo.

Quem desejar utilizar uma das vagas provisórias deve procurar a Assessoria Militar do Tribunal para se credenciar.

Com as férias de parte dos funcionários do TJPE, surgiram vagas temporárias

Rápidas

O Poder Judiciário estadual funciona hoje, no expediente da manhã, das 7 às 13 h. O motivo é o jogo do Brasil na Copa do Mundo. A decisão foi publicada no Diário Oficial, pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Napoleão Tavares, que se encontra no exercício da Presidência do TJPE.

Profissionais e estudantes de Direito interessados em participar do Congresso de Direito Constitucional, que será realizado em Piedade, entre os dias 18 e 20 de setembro, podem ter um desconto de 50% se fizerem suas inscrições até o próximo dia 10. Profissionais pagam R$ 200,00, e o valor cobrado para estudantes é R$ 100,00.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/tjpe

Informática do Tribunal fone: 419.3238

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 122 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 04 de julho de 1998

Juízes se reúnem em Garanhuns

Foto: Assis Lima

O primeiro encontro do programa Administração Superior nas Comarcas foi realizado em Caruaru e reuniu cerca de 60 pessoas

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai realizar, entre os dias 22 e 24 de julho, o segundo Encontro sobre Administração Judiciária. O evento será em Garanhuns, no Hotel Tavares Correia, com a participação dos juízes das 5ª e 7ª circunscrições e do presidente, secretários e diretores do TJPE.

Entre outros desembargadores, estará presente o corregedor-geral de Justiça, Mário Melo, e o presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuc, Gilberto Gondim. O Plano de Gestão 1998-2000 e a nova estrutura organizacional do TJPE serão alguns dos assuntos debatidos em Garanhuns, que já foram também abordados no encontro de Caruaru, realizado em junho passado, dando início ao programa que reuniu 23 Comarcas.

Desta vez, 24 Comarcas estarão representadas. A principal novidade será a realização de uma "mini-agenda livre", nos moldes da audiência pública que o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão realiza mensalmente, na Capital, ouvindo reclamações da população. O projeto Agenda Livre de Garanhuns será logo no primeiro dia do encontro, no início da tarde, com a participação dos juízes daquela Comarca.

Ainda no primeiro dia, será instalado pelo Departamento de Recursos Humanos do TJPE um balcão de atendimento aos juízes participantes. O DRH vai fornecer também informações sobre a legislação básica do funcionalismo público, visando tirar dúvidas comuns relativas aos servidores recém-enquadrados.

Segundo a coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, o principal objetivo do programa é promover uma reflexão no Judiciário pernambucano sobre seu papel na sociedade, analisando seus problemas e sensibilizando os juízes para mudanças. "Nossa intenção é fazer os magistrados se perceberem como gerentes de suas Comarcas, co-responsáveis pela superação das dificuldades", explicou.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: (081) 419-3291 Fax 424.3183
email: asimp@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dopge

Agenda

Boa Vizinhança

A comissão do Projeto Boa Vizinhança se reúne segunda-feira, às 15h, na Assessoria de Comunicação Social do TJPE, no primeiro andar do Palácio. O objetivo é fazer uma avaliação das ações realizadas até agora. Segundo a coordenadora da comissão, Helena Ribeiro Fernandes, o encontro é essencial, uma vez que o canteiro de obras do novo Fórum do Recife deve ser instalado este mês.

Escola Nacional

A IX Semana de Altos Estudos será promovida, entre os dias 28 de julho e 1º de agosto, pela Escola Nacional da Magistratura e o Tribunal de Justiça da Bahia, em Salvador. Cada escola estadual tem direito a dois participantes. Na programação, estão incluídos painéis sobre o Código Civil Brasileiro, o Ensino Jurídico no Brasil, o Código de Trânsito,a nova Lei de Crimes Ambientais.

Visita

A construção do novo fórum do Recife, com início das obras previstas para este mês, foi um dos principais assuntos tratados durante a visita do procurador-geral do Estado, Izael Nóbrega, ao chefe da Consultoria Jurídica do Tribunal de Justiça de Pernambuco, João Armando.

Outro tema discutido, durante a visita, foi a criação da Defensoria Pública em Pernambuco. Para João Armando, a iniciativa, que enquadra os antigos advogados de ofício na categoria de advocacia pública, é importante para valorização dos profissionais para a melhoria dos serviços prestados à sociedade.

Diretoria de Planejamento fone: 419.3290

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 123 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 07 de julho de 1998

Lei Complementar enquadra cerca de 200 servidores

Apenas cerca de 12 requerentes esperam parecer para enquadramento, segundo a Lei Complementar 19 que regulamentou a oficialização de 86 Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias. Até agora, já foram enquadradas 184 pessoas. De acordo com a Diretoria de Recursos Humanos, os processos de enquadramento e lotação foram concluídos. Atualmente, o DRH está fazendo um ajustamento, trabalho que consiste numa análise da adequação de cada caso.

Segundo a diretora Maria da Paz Brasil, o Judiciário precisou fazer uma redistribuição do pessoal no momento da lotação. "O objetivo foi diminuir a disparidade do quantitativo em cada serventia para que o serviço fosse prestado com mais qualidade", explica Brasil. Segundo a diretora, algumas Comarcas tinham um excesso de servidores, enquanto em outras faltava pessoal.

Alguns critérios foram adotados para que os funcionários fossem mantidos no seu local de origem. A ordem de prioridade observada foi, em primeiro lugar, o tempo de exercício da função; depois, a idade; um terceiro requisito foi o estado civil, os casados tiveram preferência; enquanto o critério de desempate foi a quantidade de filhos dos funcionários.

Apesar de todo o trabalho já realizado, a diretora de Recursos Humanos avalia ainda que o total de servidores é menor do que o necessário. "O quantitativo estipulado por Vara pela Lei 19 não é suficiente. Existe uma necessidade de concurso público para que novos servidores supram a defasagem existente nas 1ª e 2ª Entrâncias", avisa Da Paz Brasil.

Das que requereram enquadramento, 98 pessoas não foram atendidas porque não eram concursadas do Judiciário, como determina a Lei 19. Eram contratadas das serventias extrajudiciais, segundo informação da Diretoria de Recursos Humanos do TJPE.

O DRH trabalhou no enquadramento, lotação e ajustamento dos funcionários, seguindo a Lei 19

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ribeiro Dantas

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Rápidas

TCE homenageia Napoleão Tavares

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) concederá a sua maior comenda, a Medalha de Honra ao Mérito Nilo Coelho, ao presidente em exercício do Tribunal de Justiça, desembargador Napoleão Tavares. Ele foi escolhido entre personalidades do mundo jurídico e cultural pernambucano.

A entrega da medalha acontecerá no dia 15 de outubro, durante sessão solene no TCE, ocasião em que os outros seis homenageados também receberão a comenda.

Copa muda horário do Judiciário

Em virtude do jogo da Copa do Mundo entre o Brasil e a Holanda, o Poder Judiciário terá expediente no horário das 7 às 13 horas. A iniciativa vem sendo tomada durante todos os jogos e visa manter os serviços prestados pela Justiça para que o atendimento à população não seja prejudicado

Cinco juízes vão à Geórgia

Um convênio entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, vai assegurar um estágio de 15 dias para cinco juízes e um servidor do quadro do Poder Judiciário. A informação é da diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil. Ela afirmou também que a viagem está prevista para 14 de agosto.

Os magistrados vão passar por um processo de seleção, enquanto o servidor será indicado pelo DRH. Segundo Da Paz Brasil, o edital com todos os critérios de seleção deve ser publicado até o próximo dia 20, mas alguns requisitos para inscrição já foram definidos.

O juiz deve saber inglês, com habilitação comprovada; pelo menos dez anos de exercício da magistratura; que esteja a dez anos da aposentadoria e que possa se ausentar pelo período previsto de duração da viagem.

O servidor é do quadro do DRH do Tribunal. "A indicação será de um funcionário envolvido com desenvolvimento de pessoal e que seja capaz de contribuir para formação dos juízes como instrutores internos da magistratura", explica a diretora.

Os selecionados vão participar do programa de educação continuada para magistrados, farão visitas a todas as Cortes e terão a oportunidade de debater com juízes da Geórgia sobre o sistema judiciário americano e estabelecer um estudo comparativo com o Brasil.

Da Paz Brasil vai acompanhar o grupo de juízes à Geórgia

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

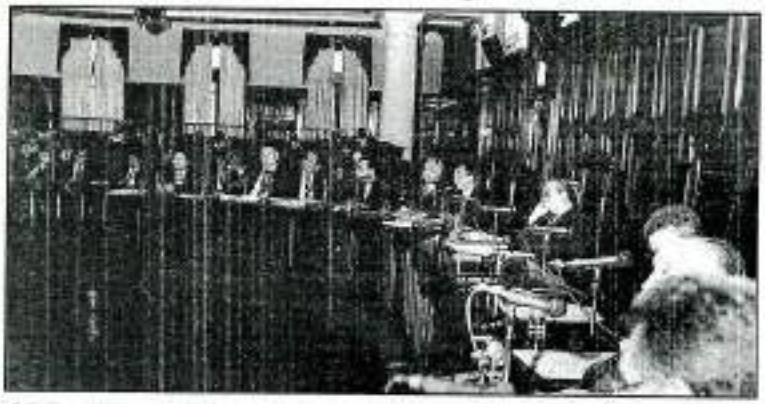
Ano LXXV • Nº 124 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 08 de julho de 1998

TJPE regulamenta promoções de juízes

Com a entrada em vigor, a partir de amanhã, da resolução 97/98, trinta dias após sua publicação oficial, o Tribunal de Justiça de Pernambuco torna-se o primeiro no Brasil a adotar critérios objetivos para promoção e remoção de juízes de Direito. Antes da medida, para um juiz ser transferido de Comarca a Comarca, ou promovido de uma Entrância para outra, não existiam normas para os critérios de merecimento ou antigüidade, podendo prevalecer na decisão preferências meramente pessoais. A informação é do assessor da Presidência, Rui Patu.

Com as novas regras, para um juiz de direito acender na carreira da 1ª à 3ª entrância, ou até a condição de desembargador, serão medidas sua produtividade, coerência das decisões e o nível de conhecimento jurídico. A produtividade será avaliada pelo percentual de feitos julgados do total de ações distribuídas na Vara ou Comarca de competência do concorrente à ascensão. A segurança das decisões será medida com base no número de sentenças confirmadas pelo Tribunal de Justiça e Colégios Recursais.

O nível de conhecimento dos candidatos será avaliado pelas notas finais obtidas em cursos obrigatórios de aperfeiçoamento para juízes, ministrados pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, dos quais constará a elaboração de uma monografia, cuja defesa se dará perante banca avaliadora também designada pela Esmape. Para regulamentar tais cursos, o Tribunal Pleno criou uma comissão formada pelo diretor da Esmape, desembargador Dário Rocha, e os juízes Virgínio Carneiro Leão, Laiete Jinobá, José Viana, Fábio Eugênio e Hélio Braz.



O Tribunal Pleno constituiu a comissão que vai analisar as monografias apresentadas

Ao juiz que desejar promoção, entretanto, não bastam apenas critérios de produtividade e competência. A antigüidade também conta como requisito. Para ser removido de uma Comarca a outra, o juiz deverá contar dois anos de exercício contínuo na respectiva Entrância e pelo menos seis meses na Comarca atual. Para promoção de 1ª para 2ª Entrância, ou desta para 3ª, o magistrado deverá contar também com o mínimo de dois anos de efetivo exercício na atual Entrância.

Na avaliação de Rui Patu, além de zelar pelos princípios de moralidade e impessoalidade, a definição de regras claras para a promoção vai estimular o aumento da produtividade e melhorar a qualidade do trabalho do magistrado. "A iniciativa é um passo importante para categoria e para o Judiciário pernambucano", concluiu.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aníbal Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: diario@tjpe.gov.br

Instrução define produtividade

Rui Patu está encarregado do texto de instrução normativo

Diante da nova resolução que visa melhorar os serviços do Judiciário, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, determinou à Assessoria Especial da Presidência a redação de uma instrução normativa. O objetivo é detalhar as regras de remoção e promoção de forma que não fique nenhuma dúvida quanto aos critérios. Segundo Rui Patu, encarregado do texto normativo, a medida vai tratar das particularidades de cada caso. "Não se pode dizer, por exemplo, que um juiz que prolatou 80 sentenças seja necessariamente mais produtivo do que quem prolatou apenas 40 em igual período. Com a instrução, vamos considerar a complexidade de cada decisão e a natureza do processo", explicou o assessor.

Ainda segundo Patu, nos Juizados Especiais, onde a maioria dos conflitos é resolvida pelos conciliadores, cabendo ao juiz apenas homologar as sentenças conciliatórias, não seria justo computá-las para fins de aferição da produtividade do juiz titular. As Varas com alta distribuição de processos, como as da Fazenda e da Assistência Judiciária, onde os juízes em regra sofrem com baixos percentuais de produtividade, também serão analisadas.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 125 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 09 de julho de 1998

Construtora instala canteiro de obras

O Tribunal de Justiça dá mais um passo na construção do Fórum do Recife, que deverá ser entregue à população no final do próximo ano

A Sergen, Serviços Gerais de Engenharia S/A, está erguendo os tapumes e montando alojamentos no bairro de Joana Bezerra, onde será erguido o novo Fórum do Recife. Uma equipe de técnicos da construtora esteve no local fazendo o reconhecimento da área. A visita foi acompanhada pelo engenheiro Jasiel Mendes da Silva, designado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (Fade), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com quem o Tribunal de Justiça firmou convênio para inspecionar cada etapa da construção.

Segundo a diretora de Engenharia e Arquitetura do TJPE, Rogéria Magalhães, o propósito da visita limitou-se ao reconhecimento e sondagem da área, através de perfurações, para análise da consistência do terreno. "Anteriormente já foram realizadas 19 perfurações, por uma equipe do Tribunal, e com base nos resultados acreditamos que o terreno não apresentará nenhuma inadequação à realização das obras", disse ela.

A análise é partilhada por Jasiel Mendes, que considera o terreno adequado ao porte da obra planejada. "Durante este mês de julho está prevista apenas a colocação de tapumes, barracões e realização de estudos para verificação da resistência do solo, onde não identificamos qualquer anormalidade", afirmou. A obra deve ser concluída em um prazo de 15 meses.

Rogéria Magalhães avalia que a construção do Fórum representa um marco na história urbanística e social do Recife. O novo prédio vai alterar a paisagem do local, além de que, no aspecto social, vai representar a abertura imediata de 1500 empregos indiretos, no canteiro de obras, beneficiando também a população do Joana Bezerra. Para a construção do prédio, serão contratados 800 operários. Entre eles, serão aproveitados os moradores da comunidade do Coque, como mão-de-obra disponível. A solicitação foi do presidente do Tribunal, desembargador Etério Galvão.

Quando do término da obra, espera-se também a chegada de novos empreendimentos, gerando, igualmente, novos empregos. O contrato de cerca de R$ 40 milhões assinado com a empresa Sergen no final de junho foi resultado de uma licitação realizada pelo TJPE. A construtora apresentou um orçamento de cerca de R$ 3 milhões a menos do que a estimativa realizada pela Assessoria Técnica do TJ. Ela é responsável também por erguer obras como os Tribunais de Justiça de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro e o Tribunal Regional Federal, no Recife.

As obras não contar com 800 operários . Por solicitação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, moradores da comunidade do Coque serão aproveitados como mão-de-obra

Centralização dos serviços

A última obra construída para o Judiciário estadual foi o Palácio da Justiça, em 1930. O novo Fórum é o primeiro a ser erguido com a finalidade de atender à demanda da movimentação processual do Recife. Com seis pavimentos, o prédio vai abrigar todas as Varas Cíveis e Criminais da Capital e terá acomodações para Júri, juízes, advogados e testemunhas, além de espaço para áreas de apoio institucional à Justiça, como a Central de Mandados e a Assessoria Jurídica.

O projeto arquitetônico vencedor de um concurso realizado pelo TJPE é de uma equipe pernambucana. Segundo a arquiteta Andréa Câmara, uma das integrantes da equipe, o potencial urbanístico da área do Joana Bezerra será viabilizado com a implantação do novo Fórum, contribuindo para transformar a região que fica à margem sul do rio Capibaribe.

A obra tem o mérito de centralizar a movimentação processual da Capital, facilitando o acesso à Justiça. A construção vai resolver também o problema da falta de espaço que servidores e juízes enfrentam hoje.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia :
Assis Lima e Ricardo Fernandes

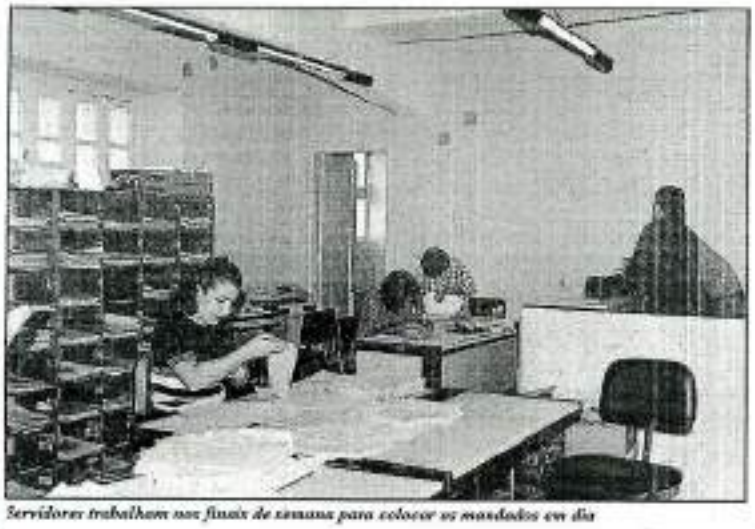
Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 126 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 10 de julho de 1998

Cemando funciona em regime de plantão



Servidores trabalham nos finais de semana para colocar os mandados em dia

A Central de Mandados está funcionando nos finais de semana em regime de plantão Judiciário. A decisão foi tomada pelo diretor do Foro, juiz Fábio Eugênio Lima, que convocou 20 funcionários. Os servidores estão se revezando aos sábados e domingos, das 8 às 14 horas, com o objetivo de atualizar cerca de sete mil mandados acumulados que devem ser distribuídos.

De acordo com Fábio Eugênio, alguns desses mandados serão devolvidos sem cumprimento porque o prazo previsto para realização da audiência já expirou. O diretor do Foro atribui o acúmulo à transferência da Cemando do Fórum Paula Batista ao Thomáz de Aquino e ao fato do sistema de informática que gerencia a Central não ter operado por alguns dias.

Ele explica que a coordenadoria da Cemando tem se empenhado em devolver à Vara de origem todos os mandados cumpridos de citação e intimação, mas alguns não devem chegar a tempo. "Existe um acúmulo dos expedientes que devem ser devolvidos aos cartórios judiciais", admite Fábio Eugênio.

A previsão da Diretoria do Foro é de que todos os mandados estejam atualizados até o início de agosto. Embora tenha sido convocado para o mês de julho, o juiz Fábio Eugênio afirmou que o plantão vai continuar até que todo o trabalho seja concluído. Ele justificou a iniciativa, informando que a Cemando não dispõe de pessoal para atualizar a rotina dos serviços em curto espaço de tempo.

O diretor informou ainda que várias iniciativas devem ser tomadas para a melhoria dos serviços da Central. "Algumas idéias que vêm sendo discutidas entre a Diretoria do Foro, os oficiais de Justiça e a coordenadoria da Cemando serão levadas à Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A partir daí, vamos implementar mudanças para aprimorar a qualidade do trabalho", concluiu.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bárbo Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Mello

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Campos

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Maroja

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Bairro Santo Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax: 424.1163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Amepe programa atividades

Seminário Jurídico

A Associação dos Magistrados de Pernambuco vai sortear, entre juízes e desembargadores com atuação na área Cível, dez inscrições para o Seminário Jurídico sobre Seguros, que vai acontecer entre os dias 27 e 30 de agosto, no Hotel Gavoa, em Nova Cruz, município de Igarassu.

As inscrições, distribuídas através de sorteio, serão gratuitas, com direito a acompanhante. Os interessados devem procurar a sede da Amepe até o meio-dia de 30 de julho. O sorteio será realizado no mesmo dia e local, às 18 horas. Os membros da diretoria da Amepe não poderão se inscrever.

Sexta Cultural

Realizada pela Amepe toda última sexta-feira do mês, a Sexta Cultural de agosto vai acontecer no dia 7, no horário normal das 19 horas, devido à data do torneio Norte/Nordeste de futebol. Para a atividade cultural, está programada uma palestra com o ator Reinaldo de Oliveira.

Um dos fundadores do Teatro de Amadores de Pernambuco (Tap), Reinaldo de Oliveira vai contar histórias e estórias do teatro pernambucano. A Associação já promoveu várias atividades. Entre os que já participaram do evento, está o secretário de Cultura do Estado e escritor Ariano Suassuna.

Torneio de Futebol

Durante os dias 31 de julho, 1 e 2 de agosto, Pernambuco vai sediar, através da Amepe, o torneio Norte/Nordeste de futebol. Com a participação dos estados de Alagoas, Bahia, Sergipe, além de Pernambuco, o torneio consta de duas modalidades: livre, para qualquer idade, e master, reservada aos participantes a partir de 38 anos.

Para maiores informações, os interessados devem procurar o diretor de esportes Valdmir Chaves. O presidente da Amepe, desembargador Gilberto Gondim (foto), destacou a importância do torneio para integração dos magistrados.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 127 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 11 de julho de 1998

Tese defende psicólogos da área jurídica

Helena Ribeiro é autora da tese "Interfaces - Relações com o Direito

Aprovada no III Congresso Regional de Psicologia, em maio, no Recife, a tese "Interfaces - Relações com o Direito", chefe do Centro de Apoio Psicossocial do Poder Judiciário, psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, foi defendida pela representação de Pernambuco, no Congresso Nacional da categoria, em Santa Catarina. Com o trabalho fundamentado na atuação do Centro, Helena Ribeiro busca o amparo legal da profissão na área jurídica.

Caso seja também acatada em âmbito nacional, o Conselho Federal de Psicologia deve instruir os Conselhos Regionais a receberem denúncias contra psicólogos somente após o feito transitar em julgado. Em geral, são denúncias motivadas por descontentamento com pareceres emitidos pelos profissionais, formuladas por uma das partes envolvidas no processo e que têm o interesse de retardar o andamento das ações ou anular os pareceres técnicos.

De acordo com Helena Ribeiro, a possibilidade dos psicólogos serem constantemente investigados e submetidos ao constrangimento de um processo ético-disciplinar causa, no mínimo, o cerceamento da liberdade ao exercício da profissão. Dentro do Poder Judiciário, todos os psicólogos jurídicos, que realizam trabalho de relevância social, já estão sujeitos a normas e regulamentos. A tese, segundo a autora, tem respaldo nos artigos 48 e 49 do Código de Ética da categoria.

Denúncias que, porventura, existam e que sejam levadas em consideração pelos Conselhos Regionais, antes do processo transitar em julgado, desviam a causa dos verdadeiros motivos que levam pessoas a um processo em juízo. Dessa forma, o alvo principal passa a ser o psicólogo por haver emitido parecer técnico que contraria interesses de uma das partes. Helena Ribeiro acredita que se a denúncia for recebida após a sentença judicial, onde estaria implícito o juízo de valor sobre o parecer técnico, certamente haverá um desestímulo a esse tipo de iniciativa.

Centro de Apoio Psicossocial

Com base no trabalho do Centro de Apoio Psicossocial (CAP), que atua nas Varas de Família, Órfãos e Interditos, Acidentes do Trabalho e Criminais, Helena Ribeiro afirma que a psicologia jurídica está a serviço da Justiça, ou seja, o psicólogo se limita às suas avaliações, não importando se elas interferem na absolvição ou condenação. A iniciativa da criação do Centro é pioneira no Norte e Nordeste e não existe na grande maioria dos estados. Trabalho similar, embora de menor abrangência, é desenvolvido por equipes multiprofissionais nas Varas da Infância e da Juventude, no resto do País.

Iniciado no Recife há mais de cinco anos, o Centro funcionava apenas com uma psicóloga e uma assistente social. Ampliado, é composto hoje, respectivamente, por oito e cinco profissionais, emitindo pareceres técnicos solicitados por juízes de Varas onde tramitam processos de guarda, sustento e responsabilidade, tutela, curatela, interdição, suspensão do pátrio poder, busca e apreensão, separação de corpos, separação litigiosa e consensual, regulamentação de visitas, acidente de trabalho, oferta de alimentos, divórcio litigioso e consensual. O público alvo são as parte envolvidas nos feitos, particularmente as crianças e adolescentes.

Segundo Helena Ribeiro, cada um dos envolvidos - pais, avós, crianças, irmãos e escola - é ouvido sempre que necessário. Está prevista também a aplicação de testes psicológicos e a participação de assistentes sociais para a obtenção de dados que fundamentem o parecer. Desde a criação do CAP, essa opinião técnica tem sido fundamental para que o juiz decida de forma mais adequada à saúde emocional e ao ajustamento de todos, prioritariamente das crianças, que são entrevistadas individualmente.

A conciliação é o objetivo do trabalho, já havendo inclusive a mudança de um divórcio litigioso em consensual. Quando não há acordo entre as partes, procura-se dar andamento ao processo da forma menos traumática possível e encaminhar algum dos envolvidos para atendimento psicoterápico na comunidade. O Centro atua exclusivamente por solicitação judicial, mas as partes podem optar e, ainda, solicitar que algumas das informações deixem de constar do parecer fornecido. Com exceção apenas dos feitos da Vara de Acidentes de Trabalho, os demais processos em que o grupo atua tramitam em segredo de Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Calvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimi@pe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tsepe.pe.gov.br/cepe

Fórum Thomáz de Aquino: 224-0656

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 128 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 14 de julho de 1998

Corte Especial aprecia orçamento de 1999

O Tribunal de Justiça de Pernambuco analisa hoje sua dotação orçamentária para o exercício do próximo ano. Em sessão extraordinária, às 14 horas, a Corte Especial vai se reunir para estudar a previsão elaborada pela coordenadoria de Planejamento e Organização do TJPE. Caso seja aprovado, o orçamento será enviado à Secretaria de Planejamento do Estado e depois encaminhado à Assembléia Legislativa.

Estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Judiciário tinha até o ano passado uma percentagem de 6,635 de todo orçamento do Estado. Este ano, o TJPE pediu ao Governo um aumento de 1,3%, segundo a coordenadora Zélia Mendonça, mas a Secretaria de Planejamento oferecen um incremento de apenas 0,1%, perfazendo um total de 6,735%, o que equivale a cerca de R$ 174 milhões dos recursos do tesouro.

De acordo com Zélia Meadonça, a estimativa de arrecadação de receita própria está orçada em torno de 35 milhões, o que, somado aos recursos do Estado, vai representar uma previsão de cerca de R$ 209 milhões. Segundo a coordenadora de Planejamento, a arrecadação do ano passado foi superior a deste ano. "Em 1998, foram mais de R$ 210 milhões. Este ano, como a estimativa de receita do Estado foi mais baixa, vamos ter um rígido controle de despesas", avisou Zélia Mendonça.

A dotação será direcionada para construção do Fórum, recuperação de imóveis do interior, treinamento de pessoal. Uma novidade desse planejamento refere-se às atividades orçamentárias que tratam da Corregedoria. A coordenadoria pôde analisar as dotações do orçamento em conjunto, seguindo o Plano de Gestão 1998-2000.

Equipe de Planejamento e Organização prepara a previsão orçamentária para o próximo ano, que será analisada hoje pela Corte Especial

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Dário Calvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Aldeman e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurea Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Aldeman

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(0) 419-3221 Ext 414-3143
e-mail: ascs@tjpe.gov.br

Ciclo de Estudos

O "Ciclo Internacional de Estudos Ministro Luiz Gallotti", que o Tribunal Regional Federal realiza nos dias 3 e 4 de agosto, foi o motivo da visita do presidente daquele Tribunal, juiz Francisco Falcão, ao presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Napoleão Tavares. O presidente do TRF quis entregar pessoalmente os convites do evento a Tavares. O Ciclo, cuja abertura será feita pelo vice-presidente da República, Marco Maciel, contará com a participação de várias personalidades do mundo jurídico nacional e de outros países.

Consultoria Jurídica bate recorde de pareceres

A Consultoria Jurídica, departamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco que responde às consultas administrativas da área jurídica, emitiu 1098 pareceres desde fevereiro passado, quando da posse da atual Presidência do TJPE, perfazendo uma média de 150 processos despachados a cada semana. "É uma marca inédita. Em 15 de junho, com menos de cinco meses de trabalho, o funcionário José Bezerra, um dos nossos assessores judiciários, lavrou o parecer de número 1000. Em regra, este departamento não ultrapassa os 1800 despachos ao ano", comemorou o chefe da Consultoria, João Armando.

Ainda segundo o consultor, no primeiro semestre de 98 registrou-se grande demanda de consultas, motivada principalmente pela Lei Complementar 19/97, de dezembro passado, que trata da oficialização das Serventias Extrajudiciais de 1ª e 2ª Entrâncias. Foram cerca de 300 processos só com pedidos de enquadramento de distribuidores, partidores, contadores, escreventes e oficiais daquelas serventias. "Mas o resultado só foi possível graças ao esforço conjunto de toda uma equipe, durante esse período", destacou.

Composta por 10 assessores judiciários e mais uma secretaria com cinco funcionários, compete à equipe emitir pareceres acerca de consultas jurídicas solicitadas pela Secretaria de Administração, Assessoria Especial da Presidência, Departamento de Recursos Humanos e demais departamentos, inclusive a própria Presidência do TJPE. São processos administrativos sobre diversos assuntos, formalização de convênios, licitações e contratos de interesse do Tribunal, como o recente processo de contratação da empresa que irá construir o Fórum do Recife.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 129 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 15 de julho de 1998

Coque e Judiciário são bons vizinhos

O Projeto Boa Vizinhança alcança objetivo e transforma a comunidade e o Tribunal de Justiça em parceiros

Christianne Alcântara

A maior comunidade do Recife, o Coque, fica na Ilha Joana Bezerra. O Palácio da Justiça, sede do Tribunal de Justiça de Pernambuco, está localizado no bairro de Santo Antônio. Até fevereiro deste ano, eles pareciam não ter nada em comum. A distância geográfica os separava. Hoje, eles estão unidos para estabelecer uma boa vizinhança, já que o Fórum do Recife será construído precisamente na Ilha Joana Bezerra.

Um bom relacionamento entre o TJPE e a comunidade do Coque. Esse é o resultado do Projeto Boa Vizinhança, que vem sendo desenvolvido por iniciativa do Judiciário. O propósito foi ouvir os anseios da comissão eleita para representar as 55 entidades existentes, e explicar que mudanças vão ocorrer com a construção do novo Fórum na área.

Para isso, vêm sendo realizadas reuniões periódicas entre a comissão eleita pelos moradores e a formada por integrantes do Tribunal, inclusive por quatro assistentes sociais e uma psicóloga. Coordenada pela chefe do Centro de Apoio Psicossocial, Helena Ribeiro Fernandes, a comissão realizou um trabalho de campo na comunidade, através das assistentes sociais.

A comunidade do Coque, com cerca de 47 mil habitantes, tem trabalhado em conjunto com o Tribunal de Justiça para que todos saiam ganhando com a construção do novo Fórum

"A receptividade do Coque foi muito boa. Eles nos trouxeram algumas propostas que vêm sendo atendidas, na medida do possível, e hoje já podemos dizer que o objetivo do projeto vem sendo alcançado", afirmou Helena Ribeiro. O Tribunal já garantiu que algumas reivindicações serão atendidas. Entre elas, o aproveitamento da mão-de-obra local.

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, solicitou à construtora Serviços Gerais de Engenharia, Sergen, responsável pela obra, que fossem aproveitados operários da própria comunidade. A previsão era de que o recrutamento só começasse a ser realizado na fase de construção, propriamente dita, mas já nesta fase atual, de instalação do canteiro de obras, foram selecionados 30 moradores do Coque, segundo Helena Ribeiro.

O Judiciário atendeu outra reivindicação: a de que fosse garantida uma parte do terreno para construção do hospital da Associação de Assistência à Criança Deficiente. De acordo com Helena Ribeiro, foi realizada uma pesquisa e detectou-se que a comunidade do Coque é a que tem maior número de deficientes dentro do Recife. Uma pista de cooper também será providenciada. Uma proposta que se encontra em estudo é a construção de um galpão para realização de cursos profissionalizantes.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419.3198 Fax 424.3165
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Comunidade reconhece empenho

A maior comunidade do Recife tem cerca de 47 mil habitantes. Sofre com problemas de saneamento básico, educação, desemprego, como a maioria dos bairros pobres da capital pernambucana. Mas o Coque tem algo que o diferencia das demais comunidades: organização. É assim que a define um dos seus líderes comunitários e integrantes da comissão que representa as entidades, Albino Souza.

Ele afirma também que, até pouco tempo, os moradores do Coque estavam decepcionados com a atuação dos órgãos públicos na comunidade, mas que o Judiciário surpreendeu, mudando essa imagem. A comissão do Tribunal tem agido com seriedade e dedicação e nós temos esperança de que todas as nossas propostas sejam atendidas, ressaltou Souza.

O líder comunitário destacou ainda que todas as decisões foram tomadas democraticamente dentro da comunidade e em debate com a comissão que representa o Poder Judiciário.

Segundo Helena Ribeiro, a tirar pelo bom relacionamento entre TJPE e Coque, a Ilha Joana Bezerra não será local de conflitos entre vizinhos, como já previa o nome do Projeto.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 130 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 16 de julho de 1998

Garanhuns tem Juizado Criminal

O município de Garanhuns vai ser o primeiro do interior a receber um Juizado Especial Criminal. A inauguração será na próxima quinta, às 18:30 horas, pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, que deve permanecer em Garanhuns entre os dias 22 e 24 deste mês, quando acontece o Encontro Sobre Administração Judiciária. O evento vai contar com a participação dos juízes de 24 Comarcas das 5ª e 7ª Circunscrições e será realizado no Hotel Tavares Correia.

O novo Juizado está sendo instalado no prédio onde já funciona o Juizado Especial Cível, na rua José Mariano, 119, centro da Cidade. O horário de atendimento será das 12 às 18 horas. Inicialmente, o TJPE vai designar dois assistentes judiciários de seu quadro efetivo, um secretário e um conciliador. Esses funcionários receberão treinamento prático no Juizado Especial Criminal do Recife, nos próximos dias 17, 20 e 21, sob a coordenação da diretora adjunta de Recursos Humanos, Gisela Pires. Os demais funcionários serão recrutados entre os servidores públicos daquele município.

Segundo o secretário judiciário, Edson Galvão a Presidência do TJPE pretende instalar mais um desses Juizados em Caruaru e outro em Vitória de Santo Antão. A escolha de Garanhuns, para a instalação do primeiro desses três órgãos previstos para o interior, deu-se pelo fato de que será possível desafogar as Varas Criminais, de acordo com Gisela Pires. Outros aspectos que facilitaram a implantação foram a praticidade e a economia oferecidas, já que o funcionamento será uma parceria entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura. Garanhuns foi quem apresentou as melhores condições estruturais, com disponibilidade imediata de espaço físico e pessoal, segundo justificou Edson Galvão.

A instalação de Juizados Criminais pelo interior do Estado é resultado de um trabalho conjunto que vem sendo realizado há meses pelo assessor especial da Presidência, Jones Figueirêdo, o secretário Edson Galvão e a diretora adjunta Gisela Pires. O trabalho consiste num levantamento prévio das necessidades e viabilidades de cada município, bem como numa supervisão nos Juizados já existentes, onde se observam as disponibilidades ou carências estruturais dos órgãos.

Atualmente, existe apenas um Juizado Criminal em todo o Estado, localizado no Recife, na Ilha do Leite, funcionando das 12 às 18 horas.

O Juizado Criminal do Recife funciona na Ilha do Leite, no horário das 12 às 18 horas

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moreno

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax 0xx81 419-3351 Fax 424.1183
email: ediof@pe.gov.br

Rápidas

1. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, retornou de férias e já voltou às suas funções desde terça-feira, quando foi apreciado e aprovado pela Corte Especial o orçamento do Poder Judiciário para o exercício do próximo ano. A previsão do orçamento será enviada à Secretaria de Planejamento do Estado.

2. Devido ao feriado municipal de hoje, em homenagem à padroeira do Recife, Nossa Senhora do Carmo, as repartições públicas, lojas e bancos não vão funcionar. Com isso, o Diário Oficial não deverá circular amanhã. O expediente na sexta-feira voltará ao horário normal e o Diário Oficial terá sua publicação ao sábado.

Assessoria Técnica conclui vistorias

Os trabalhos de vistoria nas instalações físicas dos Fóruns e residências oficiais de juízes que a Assessoria Técnica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vem realizando desde maio passado, nas Comarcas de todo o Estado, está em fase de conclusão. Executado em conjunto com a Diretoria de Infra-Estrutura, o propósito da vistoria, segundo a assessora técnica Rogéria Magalhães, é retratar a situação estrutural daqueles prédios e suas atuais condições de funcionamento. Com o resultado em mãos, a Presidência do Tribunal definirá as prioridades em obras para reformas, restaurações ou mesmo construções a serem realizadas até o final do biênio 1998/2000.

Segundo o engenheiro civil Hélio Siqueira, da Assessoria Técnica, há cerca de 138 Fóruns da Capital ao Interior. Aproximadamente 35% das cidades dispõem de residência para juízes, perfazendo um total de 200 imóveis que foram submetidos à inspeção realizada pela equipe do TJPE. "Tivemos o cuidado de analisar tanto os aspectos estruturais quanto os urbano e paisagístico. Com o relatório final, que deverá ser concluído até o final deste mês, teremos os dados exatos dos prédios, bem como a enumeração das carências detectadas", afirmou.

Nas Comarcas do Interior, os Fóruns funcionam em prédios alugados ou emprestados pelas prefeituras. No levantamento realizado, o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, determinou, ainda, que se identificasse a situação jurídica dos imóveis ocupados pelo Judiciário estadual. Essa parte do trabalho está sendo realizado através da Consultoria Jurídica, que fez contato com todas as Comarcas, solicitando informações dos juízes.

Ainda segundo Siqueira, também foram vistoriados os terrenos doados para futuras construções de Fóruns. Do teor do relatório deverá constar uma estimativa dos custos para cada uma das obras de reforma, restauração ou construção.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 131 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 18 de julho de 1998

Judiciário informatiza Comarcas do Interior

Edmundo Mendonça afirma que as Comarcas de Garanhuns e de Palmares vão receber equipamentos na próxima semana

As Comarcas dos 23 municípios circunvizinhos de Caruaru que participaram do encontro realizado em junho passado, já estão com seus computadores instalados. São, ao todo, 38 Varas que deram o primeiro passo a caminho da informatização do Judiciário estadual, como prevê o Plano de Gestão do biênio 1998/2000. Na próxima semana, os técnicos do Tribunal de Justiça de Pernambuco iniciam os trabalhos de instalação da parte elétrica nas 33 Varas em funcionamento nas 24 Comarcas das 5ª e 7ª Circunscrições, todas de municípios próximos a Garanhuns.

Segundo o diretor de informática do TJPE, Edmundo Mendonça, até a primeira quinzena de agosto, serão instalados computadores também nas Comarcas que participarão do Encontro Sobre Administração Judiciária, que acontece entre os dias 22 e 24. "A Comarca de Garanhuns, que sediará este encontro, e a de Palmares, cada uma com sete e três Varas, respectivamente, vão receber seus equipamentos antes do dia 22. Em Garanhuns, inclusive, conectaremos os computadores na Internet, de onde a Assessoria de Comunicação Social do TJPE produzirá e enviará as notícias para o Diário Oficial durante o Encontro", informou.

Ainda segundo Mendonça, a Diretoria de Informática e a Fisepe - órgão de informática do Governo Estadual - estão realizando os estudos para a montagem da rede de comunicação de dados que interligará todas as Comarcas do interior à rede do Tribunal, com acesso à Internet. "Antes do final da gestão 1998/2000, os juízes dessas Comarcas estarão remetendo seus atos para publicação no Diário Oficial pela Internet", garantiu.

Com o objetivo de abreviar a informatização do Judiciário, a Presidência do TJPE determinou as providências necessárias para a aquisição de 800 novos computadores. "É o número suficiente à informatização das 287 Varas das 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, complementação da informatização do 2º Grau e seus departamentos de Recursos Humanos, Financeiro, Infra-Estrutura, e de Engenharia, além dos 20 Juizados Especiais em todo o estado", disse Mendonça. A iniciativa, ainda segundo o diretor, visa à melhoria dos serviços que a Justiça presta à sociedade.

Diretoria de Informática está realizando estudos para montagem da rede de comunicação de dados que vai interligar todas as Comarcas do Interior à rede do Tribunal

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elório Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Soares

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Medeiros e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Medeiros

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419.3181 Fax 424.1163
e-mail: suin@tjpe.gov.br

Agenda

Fenasoft

O Tribunal de Justiça de Pernambuco estará presente na Fenasoft, maior feira de informática da América Latina, que acontece em São Paulo, entre 20 e 25 de julho. Servidores da Diretoria de Informática vão participar do evento.

Agenda Livre

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Elório Galvão vai realizar o projeto Agenda Livre em Garanhuns, no próximo dia 22, quando começa também o Encontro sobre Administração Judiciária.

Homenagem

O desembargador Elório Galvão será um dos homenageados com a Medalha Pinto Ferreira, durante o Congresso de Direito Constitucional que acontece durante os dias 18 e 20 de setembro em Piedade. No mesmo evento, Galvão também participa como um dos conferencistas, quando vai abordar o tema "Poder Judiciário: um Poder controlável?".O Congresso é uma realização da Faculdade de Direito Pinto Ferreira

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 132 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 21 de julho de 199

Recursos Humanos inicia programa de qualidade

Durante um encontro que reuniu 61 funcionários, a Diretoria de Recursos Humanos deu seu primeiro passo no sentido de implantar o programa de qualidade, de origem japonesa, conhecido por "5 s". A apresentação foi realizada pelo consultor Rossini Medeiros. Segundo a chefe de desenvolvimento de pessoal, Valéria Pragana, o programa vai se constituir em um dos instrumentos básicos para melhoria dos serviços prestados pela DRH.

Os cinco sensos previstos são descarte, organização, limpeza, saúde e auto-disciplina. "Na verdade, o programa é um método de vida. O objetivo é estimular os funcionários a aplicá-lo no exercício diário de suas tarefas", explica Pragana. O 5 s visa começar pela organização física do trabalho, ainda segundo a chefe de desenvolvimento. Ela afirma também que, com o programa, espera-se estreitar ainda mais o trabalho em equipe.

"A finalidade é o bom atendimento e, para isso, é preciso que os servidores sintam-se ainda mais motivados", ressalta Pragana. A DRH já iniciou a primeira fase do programa, que consiste em um processo de seleção do que é essencial manter na Diretoria e do que pode ser descartado. Essa etapa coincide com a preparação para mudança do setor que deve sair do térreo do prédio do Palácio da Justiça para o primeiro andar do Fórum Paula Batista.

Funcionários da Diretoria de Recursos Humanos se reuniram em workshop que abordou as bases para a implantação do programa de qualidade "5 s".

Atualmente, já fu cionam, no quarto and do Fórum, os setores seleção, treinamento e Centro de Pesquisas atendimento que está n lacionado a benefício permanece no Palácio de acordo com Valéri Pragana.

A chefe de desenvo vimento explicou tam bém que a mudança d controle de pessoal vis oferecer melhores condi ções de trabalho aos fun cionários da Diretoria de atendimento àquele que procuram os servi ços do departamento "Um espaço físico ade quado é um bom come ço ", concluiu.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Dário Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moura

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 405-3213 Fax 424-1161
e-mail: ssins@tjpe.gov.br

Comarcas recebem móveis e equipamentos

A Diretoria de Infra-Estrutura do Tribunal de Justiça de Pernambuco enviou pelos Correios 52 novos bebedouros e 85 aparelhos de ar-condicionado para atender às solicitações dos Fóruns e Juizados de todo o Estado. Também foram distribuídas 120 máquinas de escrever - 85 novas e 35 recuperadas. Aliança, Quipapá, Palmares, Garanhuns e Caruaru são algumas das Comarcas que receberam os equipamentos. O diretor de Infra-Estrutura, Érico Iglesias, disse que o atendimento às solicitações está sendo feito com base na ordem cronológica dos pedidos enviados pelos diretores dos Fóruns. A distribuição desses equipamentos está dentro do propósito da Presidência do TJPE em oferecer aos órgãos deste Poder as condições de funcionamento necessárias a uma eficiente prestação de serviços à sociedade.

Móveis novos e recuperados têm sido enviados para as Comarcas do Interior

Segundo avaliação do diretor, "hoje, as Comarcas têm o essencial, no que diz respeito à infra-estrutura, para desenvolver um trabalho condizente com a demanda da população".

As Comarcas têm recebido também móveis, entre recuperados e novos. Em cinco meses, 45 Fóruns do Interior já foram atendidos em matéria de mobiliário. Iglesias disse ainda que existem 40 extintores destinados para o Interior.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 133 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 22 de julho de 1998

Presidente do TJPE chega hoje a Garanhuns

Presidente Etério Galvão atende hoje, a partir das 15 horas, no Fórum da Comarca, a comunidade de Garanhuns, durante o Projeto Agenda Livre

A inauguração do primeiro Juizado Criminal do Interior, o Encontro sobre Administração Judiciária e o Projeto Agenda Livre são os motivos que levam o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, a Garanhuns, de hoje até sexta-feira. O Encontro, que começa amanhã, no Hotel Tavares Correia, reúne 24 Comarcas da 5ª e 7ª jurisdições.

A partir de hoje, Etério Galvão cumpre uma agenda que começa às 11h, com uma visita às instalações do Fórum de Garanhuns. Às 15h, o presidente realiza o projeto Agenda Livre, no Fórum da Comarca.

Segundo de uma série prevista no programa Administração Superior nas Comarcas, o encontro de Garanhuns, além da realização do primeiro Agenda Livre no interior do Estado, traz como novidade a instalação de um balcão de atendimento. Através do balcão, que vai funcionar durante todo o Encontro, entre as 14 e 17h, uma equipe da Diretoria de Recursos Humanos prestará aos juízes participantes esclarecimentos a respeito da Lei Complementar nº 19/97, que trata da oficialização das serventias extra-judiciais.

No mesmo balcão, serão transmitidas informações básicas a respeito da legislação do funcionalismo público. Dúvidas sobre direitos como férias, remuneração de plantões, auxílios, licenças, entre outros, poderão ser tratadas nesta ocasião.

Amanhã, às 18h30, como parte do programa, está prevista a inauguração do Juizado Especial Criminal de Garanhuns. Já o Encontro sobre Administração Judiciária, que reúne mais de 30 magistrados das duas circunscrições, terá encerramento sexta-feira, às 18h.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asicom@tjpe.gov.br

Veja a programação de atividades

Hoje

11h - visita às instalações do Fórum de Garanhuns

14h - balcão de atendimento de Recursos Humanos (a diretoria estará à disposição para orientar os magistrados a respeito da Lei Complementar nº 19/97)

15h - Programa Agenda Livre (o presidente Etério Galvão estará atendendo a população até as 19h, no Fórum de Garanhuns, com o objetivo de ouvir reclamações e sugestões da comunidade sobre o andamento da Justiça na Comarca; o presidente será assessorado pelos juízes de Garanhuns)

Amanhã

8h30 - Abertura do Encontro sobre Administração Judiciária (que será realizado durante todo o dia)

14h - balcão de atendimento de Recursos Humanos (a diretoria estará à disposição para orientar os magistrados a respeito da Lei Complementar nº 19/97)

18h30 - Inauguração do Juizado Criminal de Garanhuns

Sexta-Feira

8h30 - Continuação do Encontro

14h - balcão de atendimento de Recursos Humanos (a diretoria estará à disposição para orientar os magistrados a respeito da Lei Complementar nº 19/97)

18h - Encerramento das atividades

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/tjpe/

Informática do Tribunal fone: 419.3238

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 134 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 23 de julho de 1998

Projeto Agenda Livre vai ao Interior do Estado

Garanhuns é o primeiro município do Interior do Estado em que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, realiza audiências públicas. O Projeto Agenda Livre, que consiste num atendimento direto da população pelo chefe do Judiciário, foi realizado durante três meses consecutivos na Capital. Desta vez, a iniciativa foi promovida no Agreste, no Fórum da Comarca de Garanhuns, como uma forma de aproximar Justiça e sociedade.

Erasmo Moreira de Melo, 66, é inventariante do espólio do cunhado e há nove anos espera uma definição judicial. A questão está na Comarca de Garanhuns. "Vim pedir para que o processo seja agilizado", justifica. Os funcionários da serventia foram orientados para localizar o feito que estava em tramitação na terceira Vara Cível, transformada em Vara da Família, Infância e Juventude.

Evany Francisca Souza, 30, tem três filhos e o marido está no presídio de Paratibe há cerca de três anos. Segundo ela, não existe testemunha, mas o marido teve a prisão preventiva decretada. O presidente do TJPE determinou que o juiz da Comarca de Jupi desse um andamento rápido ao processo e pediu que fosse constituído advogado para o réu, por meio da Defensoria Pública.

De acordo com Etério Galvão, o projeto tem o objetivo de ouvir de perto as queixas da população. "O Judiciário só se legitima por meio da boa prestação de serviços", ressaltou. Durante uma conversa, ontem, com os juízes participantes do Encontro sobre Administração Judiciária, o presidente pediu que os juízes fossem mais ágeis ao prolatar as sentenças. "As maioria das reclamações da sociedade é em torno da morosidade da Justiça", revelou. O Encontro será aberto hoje, às 8h30, no Hotel Tavares Correia e vai até amanhã, reunindo 32 juízes das 5ª e 7ª circunscrições. O primeiro desses encontros foi mês passado,em Caruaru.

Erasmo Melo foi atendido pelo presidente do TJPE, durante o Agenda Livre

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Cavalcanti

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: aclie@tjpe.gov.br

Balcão de Recursos Humanos orienta magistrados

Um atendimento direto a magistrados vem sendo realizado desde ontem no Hotel Tavares Correia. A iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos vai se estender até amanhã, quando se encerra o Encontro sobre Administração Judiciária. Segundo a diretora Maria da Paz Brasil, o objetivo é fazer um panorama da situação das Comarcas.

"Um levantamento técnico dos dados quanto ao número de feitos distribuídos e ao acervo processual das Varas será fundamental para que possamos apresentar propostas de adequação do corpo funcional ao número de serventias existentes", explicou Da Paz Brasil. Ela afirmou ainda que a distribuição mensal de processos, em algumas Varas, é tão baixa que a existência da serventia não se justifica.

De acordo com uma avaliação da DRH, os maiores problemas que o Judiciário enfrenta hoje são o número insuficiente de servidores e a falta de treinamento. A partir do levantamento que vem sendo feito através do balcão, Da Paz Brasil vai propor à Presidência soluções para melhoria da prestação dos serviços da Justiça, com base em dados técnicos.

Juízes são orientados durante o balcão de atendimento da DRH

O balcão vem funcionando também como uma forma de orientar os magistrados quanto à Lei Complementar nº 19/97, principalmente, no que diz respeito ao funcionalismo público, como férias e auxílio.

Descentralização

Segundo um dos magistrados que recorreu ao balcão, juiz de Catende, Aílton Soares, a iniciativa é importante como uma forma de descentralização, que tende a aproximar os serventuários e juízes do Interior e a atual administração do Tribunal de Justiça. "Essa aproximação é importante para que as Comarcas funcionem em sintonia com as propostas do plano de gestão 1998/2000", ressaltou Aílton Soares.

TECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 135 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 24 de julho de 1998

Juizado Criminal de Garanhuns é inaugurado

Sete Varas, sendo duas criminais, duas cíveis e três especiais, que se dividem em Vara da Fazenda Pública, da Família, Infância e Juventude e privativa da Assistência Judiciária, além de um Juizado Especial Cível, formavam até ontem o Poder Judiciário na Comarca de Garanhuns. Agora, o município conta com mais um órgão: o Juizado Criminal, que está previsto para começar a funcionar na primeira semana de agosto.

Inaugurado, ontem, pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o novo Juizado deverá desafogar as duas Varas Criminais existentes na Comarca, que retinem cerca de 900 processos em andamento. Segundo a diretora adjunta de Recursos Humanos, Gisela Pires, a criação do primeiro Juizado Criminal do Interior é decorrência de um trabalho de supervisão desses órgãos.

A estrutura de recursos humanos do novo JEC, que vai funcionar no mesmo prédio do Cível, localizado na rua dr. José Mariano, nº 119, é composta pela juíza Jucineide Freitas, por um secretário adjunto, dois assistentes judiciários e um conciliador. O TJPE destinou dois computadores, um vai para o Cível e outro para o Criminal, que inicia seu funcionamento com cerca de 100 processos que, até então, tramitavam nas Varas Criminais.

O secretário judiciário, Edson Galvão, o assessor da Presidência, Jones Figueiredo, e Gisela Pires formam a equipe que vem realizando visitas às Comarcas para analisar a necessidade de implantação de determinados órgãos que atendam à demanda da população. "Temos feito um trabalho com os juízes, discutindo com eles quais são as carências das Comarcas e, a partir desse contato, levamos a proposta ao presidente do TJPE", explica a diretora adjunta.

Ela adiantou ainda que a idéia é de que, em todos os municípios em que exista um Juizado Cível, seja também implantado um Criminal. Gisela Pires ressaltou ainda que essa implantação estará sempre associada à demanda das Comarcas. "O objetivo é agilizar a Justiça e isso só pode ocorrer se houver uma sintonia entre as necessidades da população e os serviços oferecidos", destacou. Dois outros municípios já estão previstos para serem contemplados com Juizados Criminais: Vitória de Santo Antão e Caruaru.

Manual de rotinas e procedimentos

A diretora adjunta e o serventuário Alexandre Nunes vêm preparando um manual que deve orientar os servidores lotados nos Juizados Cível e Criminal. O objetivo é capacitar os funcionários e padronizar os serviços prestados. A previsão é de que, em um mês, o manual já esteja impresso e seja divulgado em todas as Comarcas em que existam Juizados Especiais.

Juizado Criminal vai funcionar no mesmo prédio do Cível, localizado na rua dr.José Mariano, nº 119

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419.3251 Fax 424.1163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Mais de 30 magistrados participam do Encontro de Garanhuns, organizado pela Coordenadoria de Planejamento e Organização

Encontro sobre Administração Judiciária

Hoje é o último dia do Encontro, realizado em Garanhuns, que retine 32 magistrados, diretores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, e ainda o desembargador Nildo Nery. Um trabalho de sensibilização e de integração entre os participantes foi realizado por dois consultores externos, membros do Instituto Raid, Evaldo Melo e Ana Glória Melcop.

A proposta do segundo Encontro sobre Administração Judiciária é aproximar o Tribunal e as Comarcas do Interior das 5ª e 7ª circunscrições, identificando os problemas existentes e discutindo as soluções para aprimorar a prestação dos serviços da Justiça. O primeiro desses eventos foi realizado em Caruaru no mês passado. Na programação de hoje, está a apresentação do Plano de Gestão 1998-2000.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 136 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 25 de julho de 1998

Encontro de Garanhuns deixa saldo positivo

O Encontro reuniu, durante dois dias, em Garanhuns, juízes, diretores e desembargadores que compõem o Judiciário estadual

A Coordenadoria de Planejamento e Organização avaliou como muito produtivo o Encontro sobre Administração Judiciária, que terminou ontem, em Garanhuns. Cerca de 32 juízes das 5ª e 7ª circunscrições, que reúnem Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, diretores e assessores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, além dos desembargadores Og Fernandes, Mário Melo, Joaquim Castro, Nildo Nery, Manoel Rafael e o presidente do TJPE, Etério Galvão, estiveram presentes ao evento que teve início quinta-feira.

Aberto pelo presidente do Tribunal, que defendeu uma mudança na postura dos juízes, de forma a promover uma aproximação entre Justiça e sociedade, o Encontro contou com a participação de dois consultores externos, membros do Instituto Raid, Evaldo Melo e Ana Glória Melcop. O primeiro dia foi dedicado a um trabalho de integração, entre os participantes. "A preocupação foi também de despertar os magistrados para mudanças", destacou a coordenadora de Planejamento, Zélia Mendonça. Ainda na quinta-feira, um trabalho realizado em equipe traçou a situação de cada Comarca representada pelos juízes.

O segundo dia foi marcado por uma exposição do corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, que fez um relato das iniciativas que a Corregedoria vem tomando. Apresentações de diretores e assessores do TJPE sobre as diretrizes da nova gestão ainda fizeram parte do programa. De acordo com Zélia Mendonça, o desenvolvimento do Encontro foi produtivo. "A receptividade dos juízes, que participam dos eventos que vêm sendo promovidos, é muito boa", afirmou a coordenadora.

O Encontro de Garanhuns é o segundo organizado por esta gestão. O primeiro foi realizado em Caruaru, no mês passado. Segundo a coordenadoria de Planejamento e Organização, a partir de uma avaliação do último evento, foi possível realizar algumas mudanças com o objetivo de aprimorar os encontros. "As apresentações e a distribuição de tempo para o debate foram repensadas. Acho que assim o trabalho fica mais produtivo", explicou Zélia Mendonça.

Juízes fazem avaliação

Roberto Bivar é juiz da Comarca de São João. Ele ressaltou a importância de um planejamento que apresente as diretrizes da gestão e afirmou que esses encontros cumprem esse papel.

Uma sugestão da juíza que responde pela Comarca de Angelim, Betânia Rolim, é de que outros encontros desse porte sejam promovidos para que se dê continuidade ao trabalho iniciado.

Já o magistrado André Calmon, de Canhotinho, disse que a aproximação entre as Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias com a administração superior é fundamental para que o Judiciário trabalhe em torno de um objetivo comum: a melhoria da prestação dos serviços da Justiça.

Atividades paralelas

De quarta-feira até ontem, o Poder Judiciário promoveu diversas atividades além do Encontro. O Agenda Livre, realizado quarta-feira, que consiste no atendimento do presidente do Tribunal à população, foi uma iniciativa pioneira, já que o projeto vem sendo realizado no Recife há três meses e já atendeu mais de 300 pessoas, com as mais diversas queixas e sugestões quanto ao funcionamento do Judiciário. Em Garanhuns, 21 pessoas foram recebidas por Etério Galvão.

Um balcão de atendimento de Recursos Humanos foi outra atividade que aconteceu paralelamente ao Encontro. A DRH ficou disponível, de quarta até ontem, para atender aos juízes em suas dúvidas quanto à Lei Complementar nº 19/97, passando informações sobre a legislação básica do funcionalismo público, no que diz respeito a férias, remuneração de plantões, auxílios e licenças, além de treinamento. A Diretoria colheu também, junto aos magistrados, dados referentes a Recursos Humanos de cada Comarca.

Paralelamente ao Encontro sobre Administação Judiciário, o presidente do TJPE inaugurou o Juizado Criminal de Garanhuns

A inauguração do primeiro Juizado Criminal de Garanhuns que vai desafogar as duas Varas, que acumulam cerca de 900 processos, foi realizada na quinta-feira pelo presidente do TJPE. A iniciativa foi conseqüência de um trabalho de supervisão que detectou no município uma demanda da população e as condições físicas favoráveis para a instalação do novo órgão do Judiciário na Comarca.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Moreno

Fotografia:
Ana Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asim@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/doe

Assessoria de Comunicação: 424-1163

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 137 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 28 de julho de 1998

Pernambuco utiliza sistema inédito para adoção

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (Ceja) implantou um programa inédito de informatização de dados cadastrais dos brasileiros e estrangeiros habilitados para adotar crianças pernambucanas. Utilizando a linguagem de desenvolvimento Delphi 3.0, o programa usado pela Ceja-PE, além de conter os dados pessoais de cada pretendente e de seu cônjuge, se houver, permite a imediata identificação das preferências dos candidatos por cor, sexo ou faixa etária da criança que pretende adotar.

Segundo a psicóloga Edneide Maria da Silva, "a praticidade e agilidade conferidas pelo novo programa ao andamento dos processos de adoção é incalculável. Anteriormente, se nos aparecesse, por exemplo, uma criança negra, do sexo masculino e com dois anos de idade, perderíamos um longo tempo buscando, em dezenas de pastas, candidato que desejasse adotar uma criança com tais características. Hoje, isso já pode ser feito em alguns minutos", garante.

Segundo o secretário executivo da Ceja-PE, Bartolomeu Bueno Morais, o trabalho que é feito em Pernambuco está entre os três melhores no Brasil, ao lado do Rio Grande do Sul e Paraná. "Nossos critérios têm servido de modelo em todo o País. Temos o melhor cadastro", comemora.

Idealizado pelas servidoras Elizabete Guimarães, Maria de Lourdes, Nívea Lucena, além da própria Edneide Maria, integrantes da Ceja, o programa foi elaborado pelo analista de sistemas da Emprel, Dinaldo Lessa. O resultado coloca o Judiciário pernambucano à frente de um projeto nacional que prevê a implantação de um sistema único de informações cadastrais para todo o Brasil. Também mostra como é possível, através de iniciativas pessoais e sem grandes custos, melhorar a qualidade do serviço público, facilitando a vida de servidores e usuários.

O Cadastro de Pretendentes, como é chamado, entre outros itens, dispõe de cinco gráficos comparativos que identificam a nacionalidade dos candidatos, instituição apresentadora (no caso dos estrangeiros), preferência de cor, faixa etária e sexo. A Ceja-PE registra, hoje, 30,65% de brasileiros contra 69,35 de estrangeiros na fila das adoções. Entre os estrangeiros, o destaque fica para a França, com 25% dos pretendentes, seguida pela Holanda e Itália, cada uma com 14,52%.

O novo sistema facilita o trabalho dos servidores no sentido de compatibilizar as características preferidas pelos candidatos e as crianças, na hora da adoção

A maioria (59%) tem preferência por crianças morenas, 16% preferem cor branca, 12% são indiferentes e 3,23% não aceitam criança negra. Há apenas um caso de preferência por criança loira, gerenciada por um casal estrangeiro. "Apesar disso, o preconceito de cor é maior entre os brasileiros. A maioria dos candidatos estrangeiros preferem crianças morenas ou são indiferentes à cor", observa Edneide Maria.

Quando o requisito é sexo, a preferência é por meninas, com 33,87%, contra 4,84% por meninos. Mas 61,9% é indiferente a este aspecto. Já quanto à idade, apesar de muitos não terem grandes exigências em relação à faixa etária, a maioria dos pretendentes a pais adotivos ainda prefere criança de até um ano de idade.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares, Christianne Feldmann e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aldo Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares e Christianne Feldmann

Tiragem:
Rua da República, s/n, Boa Vista - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-3163
e-mail: ...@...gov.br

Ceja completa cinco anos de instalação

Criada em abril de 1993, por meio do provimento nº 03/93 do então corregedor geral de Justiça, desembargador Etério Galvão, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco completa este mês cinco anos de instalação.

De acordo com o atual secretário executivo da Ceja e, à época da instalação, vice-presidente da Comissão, juiz Bartolomeu Bueno, a proposta era controlar as adoções no Estado. Pernambuco, ao lado do Rio Grande do Sul e do Paraná, foi pioneiro na criação da Ceja. "No Rio Grande do Sul, já existia a Comissão. Em Pernambuco, entretanto, a Ceja nasceu estruturada e se transformou em referência nacional para os demais estados do Nordeste", ressaltou Bartolomeu Bueno. Atualmente, a Comissão realiza reuniões mensais para avaliar os casos mais polêmicos. O corregedor geral de Justiça, desembargador Mário Melo, é o presidente da Comissão Estadual Judiciária de Adoção.

A Comissão de Adoção de Pernambuco, criada em 1993, tornou-se referência nacional e já é modelo para outros estados do Nordeste. Etério Galvão criou a Ceja ainda como corregedor geral de Justiça

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 138 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 29 de julho de 1998

Etério Galvão vai ao Coque

O projeto Boa Vizinhança, que vem sendo desenvolvido pelo Tribunal de Justiça e moradores da comunidade do Coque, irá se estender durante todo o período de construção do Fórum do Recife e mesmo após a conclusão da obra. A garantia da manutenção da parceria entre o Judiciário e a comunidade foi anunciada pelo presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, ao participar de reunião, segunda-feira passada, com líderes comunitários e moradores da área.

O encontro aconteceu na sede da Legião Assistencial do Recife (LAR), no Coque, e contou com a presença de assessores, diretores, coordenadores do TJPE, diretores e técnicos da Sergen, empresa que venceu a licitação para construção do fórum. O presidente elogiou a participação da comunidade no projeto e lembrou que algumas reivindicações feitas pelo grupo, como a reforma de um galpão para realização de cursos profissionalizantes e a contratação de moradores para trabalhar na obra, já estão asseguradas.

"A comunidade conseguiu, ainda, outra vitória: o hospital da Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), que será erguido em Joana Bezerra", ressaltou Galvão.

O presidente do TJPE anunciou ainda que irá enviar uma equipe para atender à comunidade na emissão de carteira de identidade, de motorista, certidões de nascimento e de óbito.

A psicóloga e coordenadora do projeto, Helena Ribeiro Fernandes, se encarregou de lembrar os moradores de que alguns pedidos da comunidade, no entanto, deixarão de ser atendidos, como a construção de boxes comerciais e a manutenção do Feirão de Automóveis, que poderá ser transferido para outra área, como foi solicitado na reunião.

Moradores do Coque acreditam no projeto

Para um dos líderes comunitários que participaram do encontro, Albino Souza, a manutenção do Boa Vizinhança é importante para o bairro, na medida em que será possível conseguir melhorias para a área, como a instalação de uma delegacia. "Nossa comunidade sempre foi muito discriminada e, em outras ocasiões, tivemos decepções na condução de projetos. Com o Boa Vizinhança, foi diferente. O pessoal nos passou credibilidade e compromisso. Agora temos certeza de que esta parceria está sendo boa para todos", completou.

Líderes comunitários participaram de reunião com presidente do Tribunal de Justiça na Legião Assistencial do Recife

Comunidade ganha delegacia

A construção de um prédio para abrigar, no bairro do Coque, uma Delegacia de Polícia Civil (DPC) e um Posto de Policiamento Ostensivo (PPO) foi o compromisso assumido, ontem, pelo secretário da Segurança Publica Estadual, Carlos Correia, durante audiência com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. "Realizaremos uma identificação na área e tão logo seja localizado um terreno, faremos o que for necessário para a construção da Delegacia", afirmou Correia.

Durante a conversa com o secretário de segurança, Etério Galvão fez uma exposição sobre o propósito e resultados que vêm sendo alcançados pelo projeto Boa Vizinhança, através do qual o TJPE vem preparando a comunidade do Coque, através de suas lideranças, para a instalação do Fórum do Recife no bairro de Joana Bezerra, onde já foi montado o canteiro de obras. O presidente informou que entre as reivindicações da comunidade, as principais reclamações estão relacionadas à segurança. Galvão disse também que vai se empenhar na instalação de um Juizado Criminal nas proximidades da DPC.

Secretário de Segurança Pública, Carlos Correia, e Etério Galvão definiram construção de delegacia próxima ao Fórum

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Alvin Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424.1143
e-mail: ajcom@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe

Informática do Tribunal fone: 419.3238

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 139 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 30 de julho de 1998

Palestra

Policiais Militares debatem mudanças no Judiciário

Em palestra realizada ontem, na Fundação Joaquim Nabuco, para oficiais da Polícia Militar, como parte do Curso Superior de Polícia, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, fez uma exposição do planejamento estratégico que vem sendo implantado, desde que assumiu a Presidência do TJPE, em fevereiro deste ano.

Galvão fez uma avaliação dos pontos fracos e fortes do Poder Judiciário e afirmou que, a partir dessa reflexão, a instituição se prepara para mudanças. Como aspectos positivos, ele ressaltou a participação da próxima gestão no processo de planejamento e destacou a importância da afirmação do Judiciário perante os outros poderes. "A democracia se baseia no tripé: Executivo, Legislativo e Judiciário", afirmou.

Entre as deficiências que o TJPE vem enfrentando, o presidente destacou a baixa produtividade na prestação dos serviços e um acervo elevado de processos nas Varas e gabinetes. "O Judiciário é uma peça essencial no trabalho de contenção da violência, mas não se pode contê-la com impunidade. Estamos cientes de que o acúmulo de processos colabora para essa impunidade", reconheceu.

O presidente do Tribunal de Justiça falou sobre a situação do Judiciário em Pernambuco e anunciou algumas propostas para melhoria dos serviços prestados à população

Algumas iniciativas que estão sendo tomadas pela Presidência, como forma de resolver os problemas detectados, são a atualização tecnológica e o investimento na valorização dos profissionais. O presidente anunciou que, até o ano 2000, todo o Judiciário estadual ficará informatizado, com pessoal treinado para prestar um serviço adequado à população.

Ele defendeu ainda a proposta de abertura do Judiciário para sociedade e afirmou que a instituição só se legitima pela qualidade dos serviços prestados.

Debate

No final da exposição, houve um debate entre os policiais militares e o presidente do TJPE. Entre os maiores questionamentos feitos pelos participantes do Curso Superior de Polícia, o problema da lentidão da Justiça mobilizou a maior parte da discussão.

Por outro lado, os oficiais elogiaram a predisposição para mudanças que a atual gestão vem demonstrando. Segundo eles, este já é um passo importante para as modificações que têm sido detectadas como necessárias pela equipe de diretores e assessores do TJPE, que têm trabalhado para cumprir o plano de gestão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto. Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asco@cpe.gov.br

Tribunal de Justiça lança pedra fundamental

O lançamento da pedra fundamental do novo fórum do Recife, que dá início efetivo à construção do prédio, será realizado no próximo dia 11, data de criação dos Cursos Jurídicos. O evento é parte da semana de comemorações do aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco que comemora 176 anos.

A construtora Sergen, responsável pela obra, já instalou o canteiro de obras na Ilha de Joana Bezerra e trabalhadores já começaram a preparar o terreno para o início da construção. O Fórum, que irá reunir todas as Varas da Capital, concentrando os serviços prestados pelo Poder Judiciário, na 3ª Entrância, deverá estar erguido no prazo de 15 meses.

O prédio é a primeira obra a ser construída para o fim específico de atender às necessidades da Justiça no Estado, desde 1930, quando foi erguido o Palácio da Justiça, sede do Judiciário pernambucano.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 140 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 31 de julho de 1998

Judiciário assegura conservação da memória

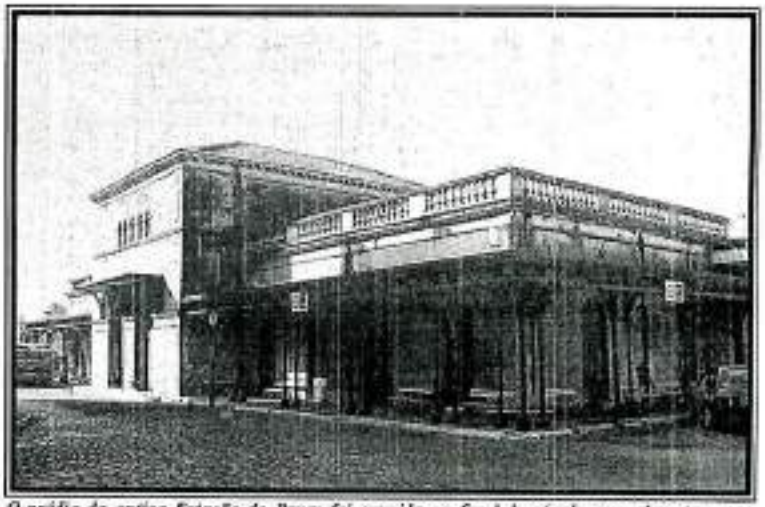
O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Etério Galvão, já autorizou as providências para o segundo passo mais importante na estruturação do Memorial do Judiciário pernambucano, que será instalado no prédio onde funcionou a Estação do Brum. Um termo aditivo para um convênio já existente entre o TJPE e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) está sendo elaborado pela Secretaria de Planejamento Administração e Interior com uma proposta orçamentária e plano de atividades. O termo será submetido à análise da Fundaj.

A proposta do Memorial é reunir no prédio da antiga Estação do Brum, já restaurado, várias peças processuais que resgatam a história da Justiça no estado de Pernambuco

Além de promover um resgate da atuação da Justiça em Pernambuco, mantendo viva sua memória e a dos homens que fizeram e fazem sua história, o prédio vai se constituir em local de visitação turística e de pesquisa para os estudiosos. Para isso, a Diretoria de Documentação que, sob a orientação técnica da Fundaj, é encarregada da identificação, recuperação e conservação de toda parte documental, espera contar com a cooperação de todos os fóruns do interior, no envio de documentos e objetos importantes, como fotografias e armas, entre outros objetos que tenham se constituído em peças importantes para os autos processuais.

Segundo a arquiteta Cristina Nery Figueiredo, da Diretoria de Arquitetura e Engenharia, com a recuperação do prédio já concluída, em breve serão instaladas as centrais de ar condicionado, já munidas de dispositivos destinados a controlar a umidade do ambiente interno. "Esse recurso é indispensável à conservação da parte documental das peças que serão arquivadas", disse ela.

Recuperado com o propósito de abrigar o Memorial, o prédio da Estação do Brum, como é conhecido, foi erguido no final do século passado, juntamente com a construção da estrada de ferro que ligava o Recife a Limoeiro e Timbaúba, iniciada em 1877. Situado à Avenida Alfredo Lisboa, Bairro do Recife, precisamente no Pólo Pilar, o prédio tem arquitetura importada da Inglaterra, pois foi construído por engenheiros daquele país, embora a única locomotiva ainda existente em seu pátio seja de fabricação francesa, do ano de 1901.



O prédio da antiga Estação do Brum foi erguido no final do século passado e tem uma arquitetura importada da Inglaterra

Atualmente em estado de total abandono e destruição decorrente dos efeitos do tempo, a locomotiva tem sua recuperação prevista no projeto, para ficar exposta à frente do Memorial. "Para isso, já estão sendo promovidos entendimentos com a Prefeitura do Recife, a quem também interessa a reativação daquele imóvel e de todo o Pólo Pilar que, ao lado dos Pólos Bom Jesus e Alfândega, faz parte do acervo arquitetônico e histórico do Bairro do Recife. A revitalização das ruas e prédios desses três pólos já vem sendo promovida com fins turísticos", lembrou Nery.

A Estação do Brum terá um espaço reservado à peças antigas que remontam à secular presença do trem e de suas estradas no Nordeste brasileiro. Sinos, aparelhos de telex, além da velha locomotiva francesa, que ficará exposta na avenida em frente ao prédio, estarão entre outros objetos que serão angariados pela Rede Ferroviária. Foi a contrapartida apresentada pela Refesa que cedeu o prédio da antiga estação, por dez anos, em regime de comodato.

Revitalizada, a Estação do Brum compõe o conjunto arquitetônico que vem sendo restaurado no Bairro do Recife

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônia Cavalcanti

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Aldeias e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares e Christiane Aldeias

Redação:
Rua da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone/Fax: 419-3251
e-mail: sirs@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br

Diretoria de Arquitetura fone:419-3239

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 141 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 1º de agosto de 1998

Aniversário
Tribunal comemora 176 anos

Uma missa gregoriana, no Mosteiro de São Bento, no dia 10 de agosto, às 19 h, vai marcar o início do calendário comemorativo dos 176 anos da instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). O início das comemorações não acontece no Mosteiro por acaso. Em sua biblioteca foi realizada a primeira aula da Faculdade de Direito de Olinda.

Diferente dos outros anos, quando só se comemorava o aniversário do TJPE no dia da sua instalação (13), desta vez, as comemorações vão se estender por toda a semana.

A programação prossegue no dia 11, terça-feira, quando se comemora a fundação dos Cursos Jurídicos do Brasil, criados por meio de um decreto que data de 11 de agosto de 1827.

O lançamento da pedra fundamental no canteiro de obras do Fórum do Recife, na Ilha de Joana Bezerra, às 8h30, vai marcar a data alusiva aos Cursos Jurídicos. No local, será fincada uma caixa de concreto, contendo documentos com informações sobre o TJPE, sua estrutura funcional, fatos históricos, dados sobre Pernambuco e sua conjuntura política e sócio-econômica.

Quadros do pintor pernambucano Murillo la Greca, nascido em 1899, na cidade de Palmares, abrirá a programação do dia 12, às 17h, quando também será prestada, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, uma homenagem aos funcionários mais antigos do Tribunal. "Um grupo de aproximadamente 18 funcionários, inclusive de Comarcas do interior, alguns já contando mais de 35 anos de serviços prestados ao Poder, será homenageado com o prêmio Honra ao Mérito Judiciário", informou a assessora de Cerimonial, Pollyana Torres.

A assessora de Cerimonial, Pollyana Torres, está à frente dos preparativos do aniversário do TJPE

Na quinta-feira, 13, data da instalação do TJPE, será realizada a sessão solene, que acontece na sala das sessões do Tribunal Pleno. Treze pessoas - nove desembargadores, o jornalista Arthur Carvalho, o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Antônio de Pádua Ribeiro, o empresário João Carlos Paes Mendonça e o auditor do Tribunal de Contas do Estado, Luís Arcoverde, - serão condecorados com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado.

Para a mesma sessão, está prevista a divulgação dos resultados do Concurso Literário, cujos vencedores serão agraciados com o Prêmio Potiguar Matos e o Prêmio Desembargador Luiz Marinho.

Ainda no dia 13, o professor da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Manoel Correia, fará uma exposição de fatos históricos relacionados ao Tribunal de Justiça de Pernambuco, ao longo dos seus 176 anos de funcionamento.

Programação Cultural

Uma série de eventos culturais está prevista nas comemorações do aniversário do TJPE, que tem início no dia 11, após a missa do Mosteiro de São Bento, com uma apresentação do Coral Porta-Voz, de Salgueiro, e o músico Antúlio Madureira. Mas a equipe responsável pela programação pretende, também, aproveitar o momento para colocar em evidência aqueles músicos anônimos que passam um ano inteiro limitado aos instrumentos de trabalho. Na programação do dia 12, que começa às 17 horas, os servidores do Judiciário poderão trocar os teclados do computador e máquinas de escrever pelo piano ou outro instrumento de sua preferência.

O objetivo da iniciativa é revelar os valores musicais da casa, promovendo um encontro extra trabalho entre aqueles servidores que nutrem o gosto pela música. Os interessados devem procurar o quanto antes a Assessoria de Cerimonial para fazer sua respectiva inscrição e informar o instrumento que deseja executar.

Recursos Humanos

A Diretoria de Recursos Humanos não vai funcionar de segunda até quarta-feira. A informação é da diretora Maria da Paz Brasil.

Segundo ela, o objetivo é reestruturar e organizar os diversos setores que compõem a DRH para prestação de um melhor atendimento aos servidores e magistrados do TJPE.

Para isso, já está sendo implantado um programa de qualidade, de origem japonesa, conhecido por "5s".

Baseado em cinco sensos: descarte, organização, limpeza, saúde e auto-disciplina, o "5s" já começou a funcionar na DRH e os servidores estão na primeira fase, que corresponde ao descarte, processo de seleção do que é essencial ser mantido para o bom funcionamento do setor.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ibéro Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatoras:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: sinf@pe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 142 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 04 de agosto de 1998

TJPE realiza censo dos serviços extrajudiciais

Segundo Ruy Patu, o censo vai ser essencial para que se trace um panorama da situação dos serviços extrajudiciais no Estado

O Tribunal de Justiça de Pernambuco está atualizando os dados cadastrais com o objetivo de regularizar o Serviço Notarial e de Registro em todo o Estado. Para isso, tem enviado ofício circular a todas as Comarcas, solicitando o quantitativo e a ocorrência de acumulação dentre os serviços extrajudiciais de tabelionato de notas, de protestos de títulos, de ofício de registro de imóveis, de registro de títulos e documentos e civis de pessoa jurídica, de registro civil das pessoas naturais e de interdições e tutelas.

Segundo o assessor da Presidência, juiz Ruy Patu, essa iniciativa constitui um censo do serviço extrajudicial. "O ofício enviado é decorrência da Resolução nº 100 da Corte Especial do TJPE e, por meio dessa iniciativa, esperamos ter um panorama dos serviços prestados em todo o Estado", explicou o magistrado. Oito juízes, devido à Resolução nº 100, já enviaram informações sobre suas Comarcas, mas, segundo a Assessoria da Presidência, elas estão incompletas.

"O ofício discrimina todos os dados necessários no censo. A partir delas, vamos ter condições de estruturar os serviços extrajudiciais com base em informações precisas", informou Ruy Patu. Entre as respostas a circular, os juízes terão que fornecer, além da natureza de cada serviço, a indicação da sede de funcionamento, a situação funcional de quem por ele esteja respondendo, mencionando os cargos que exerceu no Poder Judiciário e ainda as formas de provimento e as datas dos respectivos atos de provimento, bem como seus dados pessoais.

Os tabelionatos e ofícios de registro sem titular também devem ser informados, constando ainda a data de vacância e a causa do surgimento da vaga. O ofício solicita ainda uma avaliação da necessidade de instituir novos serviços extrajudiciais ou de extinguí-los, de acumular, desacumular os ainda de redimensionar a área territorial dos atuais, tendo em vista o volume de serviço e receita.

3º Encontro sobre Administração será em Triunfo

O próximo Encontro sobre Administração Judiciária será realizado em Triunfo, entre os dias 15 e 17 de setembro, com 25 juízes de 1ª e 2ª Entrâncias das 3ª e 4ª circunscrições. A informação é do coordenador adjunto de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Acácio Carvalho. Segundo ele, o evento vai seguir os mesmos moldes do Encontro realizado no mês passado, em Garanhuns.

A Coordenadoria divulgou também o resultado da avaliação do último evento. Atingindo uma média global de 8,82, o Encontro de Garanhuns foi realizado com cerca de 32 juízes das 5ª e 7ª circunscrições e ainda com assessores e diretores do TJPE. De acordo com Acácio Carvalho, a média de 8,82 é muito boa.

"Do primeiro encontro, realizado em Caruaru, para este último, em Garanhuns, fizemos alguns ajustes, baseados nas sugestões dos participantes, o que resultou em algumas mudanças que melhoraram a qualidade do evento", comemorou Carvalho. A avaliação constou de itens gerais, como infra-estrutura, desenvolvimento do encontro e equipe de coordenação, que deveriam ser classificados como fraco, regular, bom ou ótimo.

Especificamente quanto aos primeiro e segundo dias, os participantes tiveram que usar a mesma classificação. Só que desta vez, em relação às técnicas pedagógicas utilizadas, ao domínio do assunto e à própria participação de cada um no encontro. Entre os pontos positivos, foram apontadas a integração e a perspectiva de mudança para uma melhor prestação dos serviços. O tempo reservado e o material informativo para os juízes foram citados como aspectos que precisam ser reavaliados pelos organizadores do encontro.

Em Garanhuns, cerca de 32 magistrados, além de diretores e assessores do TJPE, discutiram as perspectivas de mudança do Judiciário estadual e a melhoria da prestação de serviços

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Calvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Mota

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gouveia

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moura

Fotografia:
Anaíz Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3351 Fax 424.1369
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 143 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 05 de agosto de 19

Tribunal faz projetos para o ano 2000

A partir do ano 2000, nenhum processo tramitará mais que três anos no Judiciário. Esse será o resultado do projeto de modernização da Justiça de 1º grau, que o Tribunal de Justiça de Pernambuco está implantando. De acordo com o diretor financeiro Aldo Ribeiro, ainda este ano, haverá uma baixa de 30% nas ações que tramitam na Capital desde 1996. Os 70% restantes serão alcançados até final de 1999.

O projeto prevê a informatização do Judiciário através do sistema Judwin, que fará o controle de todas as etapas de um processo, da distribuição até a sentença, podendo ser acompanhado, via Internet, pelas partes e pelo advogado. Segundo Aldo Ribeiro, todos os servidores, com funções diretamente ligadas a ações judiciais, receberão treinamento para lidar com o programa.

O diretor Aldo Ribeiro, durante exposição sobre o projeto da Justiça de 1º grau em Pernambuco

O assunto foi abordado, ontem, durante encontro sobre administração judiciária que a Coordenação de Planejamento e Modernização do Tribunal de Justiça realizou com juízes da 3ª Entrância, no auditório da Corregedoria. Aberta pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, a reunião teve o objetivo de discutir com os magistrados o Plano de Gestão 1998/2000 que, entre outras prioridades, como a construção do Fórum do Recife, inclui o projeto de modernização da Justiça de 1º grau.

Iniciada em maio com a distribuição de equipamentos, a implantação do projeto de será gradativa. Este ano, o Judwin estará nas 74 varas da Capital. As 136 Comarcas do Interior, perfazendo um total de 213 Varas, receberão por sua vez um kit básico de informática, composto de Internet, editor de sentenças, controle de Comarcas e formulários padronizados. Ser informatizados os Jui dos Especiais que, do dos de infra-estrutu tecnológica, terão pro dimentos padronizado

O projeto estará co cluído no próximo an quando também as C marcas do Interior u lizarão o Judwin e, Capital, será implanto o sistema de premiaç à produtividade. acordo com o diret Aldo Ribeiro, nesse p ríodo, já não mais h verá em tramitação n nhum processo datado partir de 1996, ma tendo-se o objetivo que nenhuma ação j dicial terá demora s perior a três anos.

Aemepe empossa nova diretoria

A nova mesa diretora da Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Aemepe) toma posse amanhã, em solenidade que acontece às 15h, no auditório do 6º andar do Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley. Eleita em junho passado para dirigir a entidade durante o biênio 1998/2000, a nova direção da Aemepe é encabeçada por Valéria de Freitas (presidenta) e Helena Campos (vice).

Na mesma sessão, vão ser entregues os diplomas de beneméritas às presidentas de biênios anteriores. Haverá, também, uma comemoração pela passagem do dia dos pais, quando serão entregues presentes aos servidores já devidamente cadastrados, encerrando a solenidade com uma comemoração em homenagem às associadas aniversariantes do mês de julho.

A Associação das Esposas dos Magistrados está funcionando atualmente no 6º andar do Fórum Thomaz de Aquino.

Composição da diretoria da Aemepe

Presidenta: Valéria Gueiros de Freitas
Vice-presidenta: Helena Siqueira Campos
Diretora Executiva: Rita Macêdo Malta
Diretora Executiva Adjunta: Ana Belfort Cavalcanti
Diretora Financeira: Maria do Socorro Rafael
Diretoria Financeira Adjunta: Ana Malta
Diretora Social: Zélia D'Almeida Lins
Diretora Social Adjunta: Maria de Castro Rangel
Conselho Fiscal: Maria de Brito Alves
Sônia Dantas
Hebe Augusta Rocha

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Soc
Márcia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne
Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Anto
- Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3
e-mail: cois@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 144 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 06 de agosto de 199

TJPE assina convênio com Universidade de Pernambuco

Dóris Galvão e João Correia firmaram o convênio de cooperação técnica, financeira e operacional

O Tribunal de Justiça e a Universidade de Pernambuco firmaram ontem um convênio que estabelece a cooperação técnica, financeira e operacional para implantação do Laboratório de Pesquisa em Genética Humana, que deverá realizar testes de investigação de paternidade, por meio da análise do DNA.

Como parte do acordo, o Tribunal vai investir R$ 112 mil. A UPE, em contrapartida, vai realizar 265 exames para casos de reconhecimento de paternidade que tramitam na Justiça, durante o período de duração da parceria, que é de dois anos. O convênio entrou em vigor ontem, a partir da sua assinatura.

Entre as obrigações assumidas pela Universidade, está ainda a destinação de pessoal técnico especializado, reserva de espaço físico para implantação do laboratório. Os recursos financeiros destinados pelo TJPE serão investidos na aquisição de equipamentos para exames de DNA e para o laboratório e estrutura de apoio. Do total investido, cerca de R$ 35 mil serão usados para compra de material de consumo.

Gratuidade

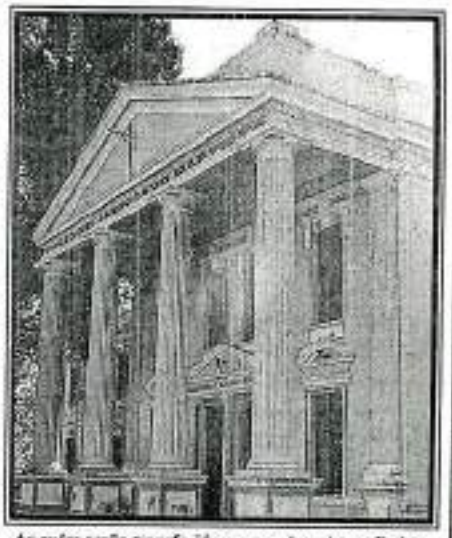
Os pobres na forma da lei têm direito à gratuidade dos testes de DNA. A informação é do consultor jurídico do TJPE, João Armando. "Não existe uma lei específica que garanta o direito, mas o Código de Processo Civil confere gratuidade a todos os atos processuais para os reconhecidamente pobres. O teste de DNA, como é uma prova pericial, deve ser acessível", explica o consultor.

De acordo com o presidente do TJPE, desembargador Eráclio Galvão, a lei nº 1.060, de fevereiro de 1950, estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, o que implicaria nesse tipo de atendimento por parte do Judiciário. Galvão ressaltou a importância do convênio, uma vez que a UPE terá condições de implantar o seu laboratório e o TJPE realizará os exames por um valor abaixo do que vem pagando atualmente.

Até agora, chegaram nove pedidos de investigação de paternidade à Secretaria de Administração do TJPE. Segundo a secretária Olga Cruz, os juízes que tiverem processos pendentes nas Varas de Assistência Judiciária, privativas de Família e Registro Civil, devem encaminhar os pedidos de investigação à Secretaria para que sejam tomadas as providências no sentido de agilizar a realização dos exames de DNA.

De acordo com o reitor da Universidade de Pernambuco, Júlio Correia, o laboratório estará funcionando e prestando serviços à população até o final deste ano.

Esmape propõe modificação de currículo



As aulas serão transferidas para o Americano Batista

A diretoria da Escola Superior da Magistratura elaborou projeto para modificação da carga horária e da grade curricular daquela unidade de ensino específico. Em discussão no Conselho da Magistratura, tem o objetivo de oferecer uma melhor capacitação àqueles que pretendem ingressar na carreira. De acordo com o projeto, a duração do curso de preparação à magistratura será ampliada de três períodos para dois anos. Segundo o coordenador de Deontologia da Esmape, juiz Humberto Inojosa, as modificações devem ser implantadas a partir de janeiro. A Escola tem, atualmente, cerca de 300 alunos, incluídos os novatos. As aulas começam no dia 17, já nas novas instalações da Esmape, que passa ocupar 12 salas do Colégio Americano Batista. A diretoria da Escola vai manter seu funcionamento à noite, com o ensino regular de preparação à magistratura e a realização de cursos de aperfeiçoamento de magistrados e palestras para profissionais da área jurídica.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eráclio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Ramos

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Holanda e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anan Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Holanda

Redação:
Pça da República, s/n, Sto. Antônio, Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 145 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 07 de agosto de 1998

Ambulatório do TJPE amplia atendimento

O Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça de Pernambuco está oferecendo aos servidores, desde o início deste mês, atendimento médico em 23 novas especialidades, além dos serviços que já eram prestados. Otorrinolaringologia, ortopedia, angiologia, gastroenterologia, urologia, fonoaudiologia, mastologia, geriatria, psiquiatria, inclusive intervenções cirúrgicas, são algumas das novas opções colocadas à disposição do servidor através de clínicas e consultórios particulares.

O serviço não é integralmente gratuito. O beneficiado assume parte do custo da consulta ou tratamento, com base nos valores da tabela da Associação Médica Brasileira, sobre os quais são aplicados descontos de até 50%. Segundo estimativa do médico José Fernandes Arteiro, coordenador de saúde do TJPE, uma consulta dermatológica, que custa em média R$ 70,00, pode ser realizada para o funcionário do Tribunal ou seu dependente em torno de R$ 25,00.

Para usar o serviço, basta que o funcionário apresente no consultório credenciado sua carteira funcional ou o contracheque e a carteira de identidade. Mas antes deve procurar a recepção do Ambulatório e se informar do nome e endereço do estabelecimento médico cadastrado para a especialidade procurada. Essa informação pode ser obtida também pelo telefone 465.8117, o mesmo utilizado para marcação de consultas no Ambulatório do TJPE.

A ampliação das opções de consultas, exames e cirurgias está sendo feita através de um contato direto de Arteiro com clínicas, consultórios e laboratórios com endereço na cidade do Recife. Os serviços, no entanto, podem ser utilizados por servidores do Judiciário - e dependentes - de todo o Estado de Pernambuco. Os funcionários de empresas contratadas também já podem utilizá-los, exceto seus dependentes.

A regra vale também para os serviços do Ambulatório, que desde fevereiro está atendendo igualmente a servidores lotados no Tribunal, Corregedoria e contratados, conforme orientação prevista no Plano de Gestão 1998/2000.

Pesquisa

As especialidades oferecidas pelo Ambulatório Médico-Odontológico através da concessão de descontos foram definidas com base em consulta feita aos servidores do TJPE. Dos 604 formulários devolvidos, constando entre outros itens sugestões sobre as especialidades, a oftalmologia foi a campeã, com 415 de indicações, seguida da otorrinolaringologia, indicada 332 vezes.

Ainda com base na pesquisa, o Ambulatório está passando por várias modificações internas, que vão desde a implantação de mais um consultório odontológico e contratação de três profissionais da área ainda em agosto até a melhoria da operacionalização dos serviços ateais. "Estamos ampliando e modernizando nosso atendimento. Hoje já dispomos, por exemplo, de esterelizadores de instrumentos cirúrgicos e odontológicos, com estufas que atingem até 380°C. O material utilizado, como luvas e seringas, é totalmente descartável, conferindo maior higiene ao paciente", argumenta Fernandes Arteiro.

O coordenador de saúde cita, ainda, o serviço de psicologia clínica, recentemente implantado, que oferece assistência especializada nessa área. O atendimento prevê duas fases. Uma, que implica na avaliação, orientação e, quando necessário, encaminhamento para tratamento, onde, na segunda fase, o servidor ou dependente recebe acompanhamento em psicoterapia própria para crianças, adolescentes ou adultos. A unidade funciona na Rua Manoel de Brito, 311, Pina.

A unidade de saúde passa por modificações para oferecer uma melhor assistência ao servidor do Judiciário. A odontologia, uma das especialidades mais procuradas, terá um novo consultório de atendimento

Agenda Livre

O Tribunal de Justiça reabre suas portas, hoje, para atendimento ao público através do Programa Agenda Livre. Criado em abril, oferecendo às pessoas um contato direto com o presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, para uma resolução mais rápida de processos judiciais, o Agenda Livre não foi realizado em julho devido ao recesso da magistratura. Sempre na primeira sexta-feira do mês, já recebeu mais de 300 pessoas. No segundo andar, gabinete da presidência, o atendimento é por ordem de chegada.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Milton Maciel

Gerente de Comunicação Social:
Sônia Gomes

Editores:
Etério Tavares, Christianne Cardoso e Sérgio Marcos

Fotografia:
Inês Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares e Christianne Cardoso

Redação:
Praça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/FAX: 419-3251 Ramal 454.3163
e-mail: sonia@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cpge

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 146 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 8 de agosto de 1998

176 anos
Tribunal inicia semana de comemorações

Uma programação extensa foi organizada para comemorar os 176 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Diferente dos outros anos, quando o aniversário da instituição era lembrado apenas no dia 13, data da instalação do TJPE. Desta vez, as festividades começam na segunda e vão até a quinta-feira.

Entre as solenidades previstas, está uma missa gregoriana e uma programação cultural, além da tradicional entrega de medalhas do Mérito Judiciário e de uma conferência.

Confira a programação do aniversário

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira
19h30 - Missa Gregoriana, no Mosteiro de São Bento, Olinda, com apresentação cultural do grupo Antúlio Madureira e Coral Porta-Voz	**8h30** - Lançamento da pedra fundamental do Fórum do Recife, no canteiro de obras da Ilha de Joana Bezerra, oficializando o início das obras	**17h** - Homenagem aos funcionários mais antigos que recebem o Prênio Honra ao Mérito Judiciário. No Salão Nobre do Palácio da Justiça	**16h** - Entrega da Medalha do Mérito Judiciário, dos prêmios literários e conferência com o professor Manoel Correia de Andrade, na Sala das Sessões do Pleno

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3233 Fax 424-1163
e-mail: sdm@tjpe.gov.br

Central de Mandados facilita acesso a usuários

A diretoria do Foro da Capital colocou um terminal de consultas à disposição dos usuários, instalado no andar térreo do Fórum Thomáz de Aquino, através do qual as partes interessadas podem obter informações sobre todo o andamento dos mandados. Segundo o diretor do Foro, juiz Fábio Eugênio, o serviço, que ainda está em fase experimental, visa facilitar o acesso dos advogados e das partes interessadas às informações sobre cada passo do mandado referente ao processo que lhe diz respeito.

Dispondo de aproximadamente 90 Oficiais de Justiça, a Central é responsável pelo cumprimento das citações, intimações, ordens de despejos, e demais decisões judiciais oriundas das 72 varas da Comarca da Capital, dos 14 Juizados Especiais distribuídos no Grande Recife, além dos mandados que chegam por carta precatória. São, em média, 200 mandados distribuídos diariamente que, nos casos mais simples, podem levar em média 20 dias.

Do grande fluxo de mandados em andamento, decorre um movimento proporcional de pessoas em busca de informações, tornando o atendimento mais lento. Com o número do mandado ou do processo no qual é parte, o próprio interessado acessa, em um terminal de computador, informações como a data da distribuição, o nome do oficial de Justiça responsável, data da devolução, se houve o cumprimento e, caso não tenha havido, o motivo.

Com o terminal de consultas fica mais fácil obter informações sobre os mandados

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 147 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 11 de agosto de 19

Missa gregoriana abre comemoraçõs de 176 anos

Iniciada com uma missa gregoriana, ontem, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, esta é uma semana de comemorações para o Tribunal de Justiça, que completa 176 anos de instalação em Pernambuco. Os mais diversos estilos de festividades, que variam do religioso ao popular, do solene ao informal, têm justificativa na importância da data.

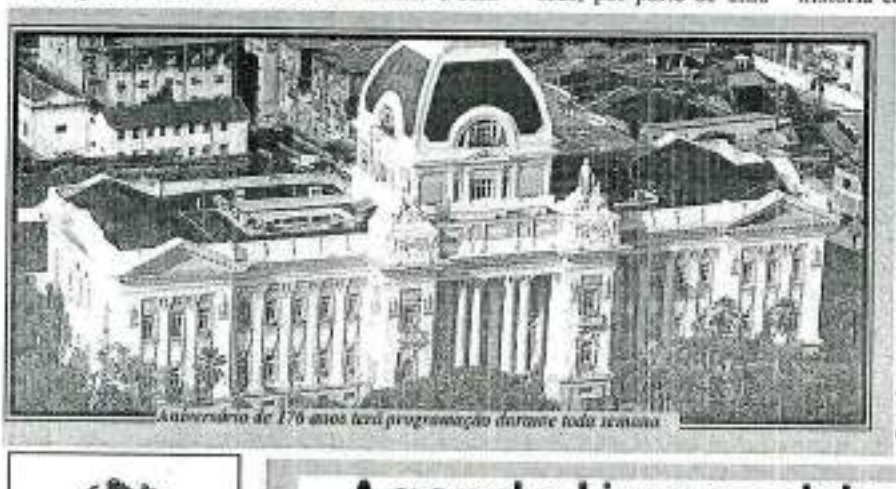
Com a responsabilidade de manter o compromisso de aplicação da Justiça, defender a Ordem e a Liberdade e, ao mesmo tempo, administrar uma estrutura complexa que torna essa própria Justiça alvo de cobranças cada vez maiores, por parte de uma sociedade cada vez mais consciente, o Tribunal, em meio às suas tradições, persegue hoje a modernidade e abre, ao público, as portas do sistema Judiciário.

Criado em 1821, sua história começou efetivamente um ano depois, no dia 13 de agosto, quando era instalado com o nome de Tribunal da Relação, no antigo Colégio dos Jesuítas. Com apenas cinco desembargadores, era presidido por Antônio José Osório Pina Leitão, que transferiu a sede da Relação para o prédio do Erário Régio, onde hoje está o Palácio do Campo das Princesas.

Mudanças de local fazem parte da trajetória do Judiciário pernambucano até que, em 1930, passou a funcionar no Palácio da Justiça, sede própria, na Praça da República. Ao longo do tempo, passou também por mudanças de denominação, tais como Superior Tribunal de Justiça de Pernambuco, Tribunal de Apelação e Tribunal de Justiça do Estado, nome que conserva até hoje, determinado pela Carta Magna de 1946.

Ao mesmo tempo em que consolidava sua tradição na defesa dos direitos, o Tribunal se ressentia da necessidade de mudar, adequando [illegible] estrutura administrat[illegible] e organizacional às [illegible] gências da socieda[illegible] Assim, já teve sua co[illegible] posição aumentada p[illegible] 11, 15 e finalmente p[illegible] os 27 integrantes [illegible] Corte Judiciária.

Presidido atualme[illegible] pelo desembargador E[illegible] rio Galvão, criou um [illegible] rojado programa que [illegible] clui a mudança da im[illegible] gem que a população [illegible] do Poder Judiciário. [illegible] ra atender à expectat[illegible] que a sociedade tem [illegible] recebimento de uma J[illegible] tiça de qualidade, m[illegible] derniza-se como emp[illegible] sa, conscientiza ser[illegible] dores e magistrados p[illegible] uma mudança na cult[illegible] do serviço público, u[illegible] se a órgãos não-governamentais e invista na m[illegible] lhoria dos serviços.



Aniversário de 176 anos terá programação durante toda semana

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Praça da República, s/n, Sto Antonio - Recife-PE
Fone/(081) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: asimf@tjpe.gov.br

Agenda Livre registra aumento de pedidos para exames de DNA

Cerca de 93 pessoas participaram do Agenda Livre

A realização do exame de DNA gratuito, para fins de investigação de paternidade, foi o pedido mais escutado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembaragador Etério Galvão, durante o Agenda Livre deste mês. "A maioria dos casos que nos enviaram dizia respeito ao teste para reconhecimento de paternidade", observou a advogada Cláudia Alencar, da Consultoria Jurídica do TJPE que, ao lado de outras duas advogadas, Célia Moraes, também da Consultoria Jurídica, e Tereza Joacy de Melo, da Defensoria Pública, auxiliaram o presidente no atendimento ao público.

A procura pela gratuidade do teste de DNA vem aumentando desde que Etério Galvão determinou a realização do exame no filho de 6 anos da doméstica Maria Cícera Honório da Silva, 25, com as despesas pagas pelo próprio TJPE. Um convênio firmado na semana passada entre o Tribunal de Justiça e a Universidade de Pernambuco (UPE), aumentou ainda mais as esperanças das mães que necessitam do resultado do teste para o andamento de processos em que requerem a inclusão do nome do pai em certidões de nascimento ou pagamento de pensão alimentícia.

É o caso da auxiliar de escritório Josinaide Maria de Santana, 31, que registrou a filha de 2 anos sem constar nome do pai, que paga pensão alimentícia sem regularidade e nega-se a registrar a garota sem o teste. "Precisei registrar como mãe solteira", disse Josinaide.

No Agenda Livre da última sexta-feira, foram atendidas 93 pessoas. Além dos pedidos de realização de exames de DNA, repetiram-se as constantes reclamações sobre o andamento de processos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 149 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 13 de agosto de 1998

Tribunal de Justiça completa hoje 176 anos

TJPE lança pedra fundamental para construção do Fórum do Recife, na Ilha Joana Bezerra

Uma sessão solene, prevista para as 16h, na Sala das Sessões do Tribunal Pleno, encerra, hoje, as comemorações dos 176 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, instalado no dia 13 de agosto de 1822. Durante a solenidade, serão condecoradas com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado personalidades de destaque nos meios jurídico, empresarial e cultural de Pernambuco e de outros estados do Brasil.

Também será anunciado o resultado e a premiação do concurso literário instituído em comemoração pela passagem do aniversário do TJPE. O vencedor na modalidade crônica será agraciado com o Prêmio Potiguar Matos. Também haverá uma palestra, ministrada pelo historiador Marcel Correia de Andrade, da Fundação Joaquim Nabuco.

A semana comemorativa do aniversário do TJPE, iniciada na segunda-feira, com uma missa gregoriana no Mosteiro de São Bento, em Olinda, que abrigou o primeiro curso de Direito do Brasil, teve um de seus momentos mais significativos na manhã da terça-feira, quando o presidente do Tribunal, desembargador Etério Galvão, fez o lançamento da pedra fundamental do novo fórum do Recife. A Sergen, construtora responsável, comprometeu-se em finalizar a obra em 15 meses.

Com um projeto para 42 mil metros quadrados de área construída, o prédio em construção na Ilha de Joana Bezerra abrigará, de imediato, uma biblioteca, Corregedoria Geral, auditório, dois Tribunais do Júri, amplo estacionamento, as 80 Varas atualmente distribuídas nos Fóruns Paula Batista e Tomaz de Aquino, além de espaço disponível para a abertura de novas Varas. A solenidade contou com as presenças do Miguel Arraes, do prefeito do Recife, Roberto Magalhães, do corregedor Geral de Justiça, desembargador Mário Melo, entre outros membros do Poder Judiciário estadual e representantes da Assembléia Legislativa.

Em discurso, Etério Galvão falou da importância da obra para o melhoramento dos serviços do TJPE. "Não é vaidade, é necessidade. Também não queremos palácios luxuosos. É a primeira construção feita em benefício do Judiciário de Pernambuco, desde 1930, quando foi construído o Palácio da Justiça. O novo fórum será erguido para que sejam melhor atendidos os usuários que necessitarem procurar os serviços da Justiça", argumentou.

O governador também falou aos convidados, analisando as dificuldades enfrentadas pelo Judiciário e demais órgãos públicos em seus funcionamentos e reforçou a importância da construção do Fórum. "Congratulo-me com este Poder, porque não é admissível que um órgão da importância do Tribunal de Justiça não disponha, ainda, de instalações adequadas", disse Arraes.

A comunidade do Coque também esteve presente à solenidade. O secretário do Grupo Comunitário, Rildo Fernandes, afirmou que os moradores estão satisfeitos porque o Fórum só trará benefícios, com a ampliação do metrô, a construção de uma ponte sobre o Capibaribe e a valorização da área.

Etério Galvão ressaltou a necessidade de um prédio que abrigue as Varas da Comarca

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Cocentino

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aura Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimc@tjpe.gov.br

Mosteiro reúne convidados durante missa

A Justiça também como forma de caridade foi a ênfase da homilia da Missa Gratulatória realizada no Mosteiro de São Bento, em Olinda, e que deu início às comemorações dos 176 anos de aniversário do Tribunal de Justiça. Celebrada pelo abade Dom José Antero Floriano, a liturgia incluiu cantos gregorianos e simbolizou o "agradecimento pela proteção divina sempre presente na história da instituição".

Escolhido para celebração da missa por ter sido o local de funcionamento do primeiro curso jurídico do Brasil, no ano 1827, o Mosteiro de São Bento reuniu magistrados, servidores e convidados numa solenidade que ofereceu ao público uma apresentação do Coral Porta-Voz, de Salgueiro, e do instrumentista Antúlio Madureira.

Solenidade religiosa abriu semana de aniversário do Tribunal de Justiça

Durante o discurso intitulado de "Meditação de Justiça para um novo tempo", o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, afirmou que as datas históricas, consignadas em calendário convencional, não devem ser reduzidas ao mero dado cronológico. Para ele, tais datas devem servir de reflexão, necessária à construção da história e ao permanente preparo do futuro.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 150 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 14 de agosto de 1998

Etério Galvão anuncia novo tempo no Judiciário

Entrega de medalhas e de prêmio literário, além de uma conferência, fez parte da sessão solene que encerrou, ontem, no Palácio da Justiça, as comemorações do aniversário de 176 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Os agraciados com a Medalha do Mérito Judiciário Desembargador Joaquim Nunes Machado foram o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antônio de Pádua Ribeiro, o auditor chefe do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o empresário João Carlos Paes Mendonça, o jornalista e advogado Arthur Carvalho, além de nove desembargadores que compõem o TJPE.

Etério Galvão destacou, em seu pronunciamento, a importância da integração entre a sociedade e o Judiciário, dando ênfase à escolha dos homenageados, como forma de refletir essa aproximação. O presidente disse, ainda, que o Judiciário vive um novo tempo: "Isso porque mudaram os homens que fazem este Poder".

O presidente do STJ, ministro Pádua Ribeiro, fez questão de agradecer, em nome de todos os homenageados, o recebimento da comenda, e lembrou o aniversário de dez anos da atual Constituição. "O clima é de ampla liberdade democrática. Todavia, as estruturas dos poderes estatais continuam arcaicas. A máquina estatal move-se lentamente e muitos dos seus dirigentes permanecem com a mente voltada para os propósitos das oligarquias a que prestam vênia, e não para os consumidores dos seus serviços: o povo", disse Pádua.

A sessão solene encerrou as comemorações de aniversário do Tribunal de Justiça

Prêmio Literário

A premiada Maria Lúcia de Pontes, 67, revebeu das mãos do vice-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares, uma passagem de ida e volta a Buenos Aires. Ela foi a vencedora do Prêmio Literário Potiguar Matos que tinha como tema "A Justiça".

Na obra de ficção, um réu, acusado injustamente, é libertado graças à aplicação correta da Justiça. O trabalho será publicado, como parte do prêmio literário.

Conferência

O presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, desembargador Gilberto Gondim, saudou o historiador e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Manoel Correia de Andrade, afirmando ser uma honra apresentá-lo como uma das personalidades mais ilustres do meio acadêmico, preocupado com a investigação e análise constante do homem e do meio ambiente.

O pesquisador Manoel Correia de Andrade fez uma retrospectiva da história do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desde a sua fundação, em 1822, quando era conhecido como Tribunal da Relação, dissolvido em 1892, mesmo ano em que passou a ser chamado de Tribunal de Justiça. Segundo o historiador, na fase do Império, os desembargadores eram pessoas cultas, com prática jurídica e prestígio político. Entre os primeiros membros do Tribunal, estiveram Lucas Antônio Monteiro de Barros, Eusébio de Queiroz Coutinho, Luis Francisco de Paula e o depois conhecido como Visconde de Goiana.

Aires da Rocha foi um dos desembargadores medalhados

Presidente do STJ agradeceu a homenagem

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Manso

Fotografia: Aurá Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax 0(81) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asicri@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/stape

Assessoria de Cerimonial fone: 419.3287

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 151 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 15 de agosto de 1998

TJPE inova nas comemorações

O Tribunal de Justiça de Pernambuco comemorou, de forma diferente, o 176º aniversário da instituição. Enquanto nos outros anos as solenidades se resumiam a um dia de comemorações, desta vez, as festividades se estenderam por toda a semana, com a participação de representantes da sociedade e de autoridades do Executivo e do Legislativo.

A semana começou, na segunda-feira, com a realização de uma missa gregoriana, no Mosteiro de São Bento, em Olinda, lugar onde foram instalados os primeiros cursos jurídicos no Brasil. A celebração foi seguida de uma programação cultural. O lançamento da pedra fundamental para a construção do Fórum do Recife, marcou a terça-feira.

Apresentações culturais, como a do coral do Tribunal de Justiça, fizeram parte das comemorações de aniversário

Uma homenagem aos dez funcionários mais antigos da Casa também foi parte das comemorações. Os servidores receberam um diploma e um broche alusivo aos 176 anos. A sessão solene, na quinta-feira, encerrou as festividades, com uma conferência do historiador Manoel Correia de Andrade.

Napoleão Tavares saúda servidores

"A tarefa é muito facilitada porque nos valemos da responsabilidade de quem optou por trabalhar, algumas vezes sem a devida recompensa, durante vários lustros..." A análise é do desembargador Napoleão Tavares, ao saudar os dez funcionários mais antigos do Judiciário estadual, homenageados durante a semana de comemorações dos 176 anos de instalação do Tribunal de Justiça. Presidente da comissão organizadora da festa, integrada também pelos desembargadores Zamir Fernandes e Hélio Siqueira Campos, o magistrado disse que esses servidores são heróis e que máquina alguma, por mais aperfeiçoada, poderá substituir as qualificações dos funcionários homenageados.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvin Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1363
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Conferência revive história do Judiciário

A história do Poder Judiciário em Pernambuco, desde a criação do Tribunal da Relação, em 1821, e posterior instalação, em 1822, foi o tema da conferência do historiador e pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, Manoel Correia de Andrade, durante a sessão solene, realizada no Palácio da Justiça, que comemorou o aniversário de 176 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Segundo Correia de Andrade, o estudo da história do Judiciário é ainda pouco desenvolvido. "A participação deste Poder e a sua relação com o Legislativo e o Executivo merecem uma reflexão mais aprofundada dos historiadores", afirmou. Ele lembrou que, desde a criação das capitanias hereditárias, foi dado aos donatários o poder de julgar. No Brasil, o primeiro Tribunal da Relação foi instalado em 1609, na Bahia, segundo o historiador. Pernambuco, marcado por suas revoluções, embora fosse a capitania mais rica, só teve seu Tribunal criado em 1821. Dissolvido em 1892, ressurgiu no mesmo ano com o nome que mantém até hoje, Tribunal de Justiça.

Prêmio Potiguar Matos

Maria Lúcia de Pontes é a vencedora do Prêmio Literário Potiguar Matos, instituído pelo Tribunal de Justiça, com apoio da Escola Superior da Magistratura. Concorrendo com outros três candidatos no gênero ficção, obteve a média 7,1 para o conto inédito "A Justiça", narrando a história de um homem injustamente acusado de matar a mulher. O prêmio, uma passagem ida e volta a Buenos Aires, Argentina, foi entregue durante a solenidade dos 176 anos de instalação do Tribunal de Justiça. Coordenado pelo vice-presidente do TJ, desembargador Napoleão Tavares, com o objetivo de descobrir talentos no âmbito do Judiciário, o concurso será realizado anualmente. Em 1999, concorrem também ensaios e poesias. Denominado "Potiguar Matos", o prêmio de Maria Lúcia, inscrita com o pseudônimo Castelinho, homenageia o falecido professor universitário, pernambucano de Pesqueira, ex-diretor do Arquivo Público Estadual, conhecido escritor e jornalista.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 152 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 18 de agosto de 1998

Tribunal de Justiça homenageia servidores mais antigos

Uma homenagem prestada aos servidores mais antigos da casa foi uma das novidades nos festejos comemorativos do 176º aniversário da instalação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, ocorridos entre os dias 10 e 13. Integrado por dez funcionários com tempo de serviço mínimo de 35 anos, o grupo homenageado foi escolhido considerando-se, além do critério de antigüidade, o histórico do servidor no exercício de suas funções.

A condecoração foi simbolizada por um Diploma de Honra ao Mérito Judiciário e um broche criado pelo design Edmilson Menezes, entregues a cada homenageado pelo presidente do Tribunal, Etério Galvão, pelo vice, Napoleão Tavares, e pelos desembargadores Zamir Fernandes, Hélio Campos, Mário Melo e Antônio Camarotti. A solenidade foi realizada no Salão Nobre.

Para o diretor adjunto Rinaldo Motta, 59 anos, há 37 no TJPE, atualmente lotado na Diretoria de Documentação, no Fórum Paula Batista, e um dos diplomados, a iniciativa de homenagear os funcionários pode servir de estímulo às novas gerações de servidores. "É uma iniciativa inédita, dentro do Judiciário. Nunca fomos lembrados em gestões anteriores", disse Motta.

Dos medalhados, o menos antigo, o técnico judiciário José Severino Ferreira, 61 anos, da Comarca de Vertentes, serve ao Judiciário há 35 anos. A campeã em antigüidade, entretanto, é Tereza Maria Gonçalves de Lima Paulo, 60, atualmente no cargo de Oficial do Registro Civil da Comarca de Cumaru, com quase 41 anos de serviços prestados. Instituída por Resolução do presidente do TJ, a condecoração será anualmente concedida no aniversário do Tribunal.

O desembargador Mário Melo faz a homenagem ao Técnico Judiciário Ivo Barbosa, 35 anos de serviço

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Praça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asscs@tjpe.gov.br

Plantão Judiciário funciona em novo endereço

O plantão Judiciário, que funciona nos sábados, domingos e feriados, está em novo endereço: no térreo do Fórum Thomaz de Aquino, numa sala especificamente destinada pelo diretor do Foro do Recife, juiz Fábio Eugênio Dantas de Oliveira. A mudança proporcionou melhor atendimento ao Ministério Público, advogados, partes de um processo e público em geral, além de oferecer melhor acomodação ao juiz, ao técnico e ao Oficial de Justiça designados para o plantão.

Computador e DR-Rom de Jurisprudência são as modificações implantadas nas novas instalações, aptas a adequadas à prestação de medidas de urgência aplicadas pela Justiça de 1º grau, como habeas corpus, prisão em flagrante, arbitramento de fiança e extinção de punibilidade na área penal além de mandado de segurança, medida cautelar, citação para evitar perecimento de Direito e autorização para viagem de menores, na área cível.

Veja o nome, tempo de serviço, cargo e Comarca dos servidores homenageados

- José Severino Ferreira, 35, Técnico Judiciário, Vertentes
- Cenilza Maria de A. Sampaio, 35, Auxiliar Judiciário, Parnamirim
- Manoel Augusto de Moura, 35,Oficial de Justiça, S. Talhada
- Ivo Barbosa da Fonseca, 35, Técnico Judiciário, Recife
- Agemiro Reinaldo Ferreira, 35, Técnico Judiciário, Ouricuri
- Ivanilda de Souza S. Jovino, 35, Auxiliar Judiciário, Ouricuri
- Njido Correia Ramos, 36, Técnico Judiciário, Olinda
- Rinaldo Motta, 37, Diretor Adjunto, Recife
- José Souza Mendes, 37, Técnico Judiciário, Recife
- Tereza Maria G. de Lima Paulo, 40, Oficial de R. Civil, Cumaru

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

o LXXV • Nº 153 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 19 de agosto de 1998

uízes fazem curso na Geórgia

Um trabalho de se-
io, realizado pela
etoria de Recursos
manos, garantia a
em dos juízes Fer-
lo Cerqueira, José
na Ulysses Filho,
ina Pinheiro, Paula
ia Malta e Sérgio
inho, além da che-
e Divisão de De-
olvimento de Pes-
Valéria Pragana,
ergia, nos Estados
dos. A viagem é
de um convênio
e o Tribunal de
ça de Pernambuco
Universidade. O
idente do TJPE,
mbargador Etério Galvão, e a diretora da DRH, Maria da Paz Brasil, também fizeram parte da comitiva.

A seleção dos juízes para o estágio de 15 dias, nos Estados Unidos, foi realizada por meio da análise de determinados critérios: ser fluente na língua inglesa, com habilitação comprovada, ter, pelo menos, 10 anos já prestados à magistratura e se encontrar ainda a 10 anos da aposentadoria, segundo informou a diretora adjunta da DRH, Marluce Ribeiro. A servidora Valéria Pragana foi indicada pelo departamento.

Um convênio entre o Tribunal de Justiça e a Universidade da Geórgia garantiu um estágio de 15 dias para cinco juízes e uma servidora do Judiciário pernambucano

O objetivo do curso é formar juízes que serão instrutores internos da magistratura. O programa do estágio inclui um trabalho de educação continuada para os juízes. Ainda na programação, estão previstas visitas às Cortes, debates com os magistrados da Geórgia sobre o sistema judiciário americano e o brasileiro.

Da Paz Brasil acompanhou o grupo de juízes

Servidores do TJPE mostram seus talentos

...nária Cecília Torres mostrou seu talento ao piano

...ubstituição de no-
... tabelionatos por
...musicais e de te-
... de computadores
...do piano e acorde-
... possibilitada aos
...dores do Tribunal
...tiça de Pernambu-
...ma iniciativa iné-
...ntro das celebra-
...promovidas anual-
...e durante a passa-
...do aniversário do
... Funcionários e magistrados tiveram oportunidade de mostrar suas habilidades com a voz e instrumentos musicais.

Aberta pelo Coral do TJPE, que antecedeu a entrega do Diploma de Honra ao Mérito Judiciário ao servidores mais antigos, a programação cultural prosseguiu, exibindo os valores da Casa. O assessor jurídico João Armando deu o primeiro toque de informalidade ao evento, cantando, ao piano, clássicos de autores pernambucanos, antigos e contemporâneos, como Getúlio Cavalcanti, Capiba, Luiz Bandeira e Alceu Valença.

O grupo musical Agravo de Instrumento, integrado por membros da magistratura estadual, promoveu o encontro de piano com o acordeon, executando clássicos regionais. O desembargador Zamir Fernandes, assim como a funcionária Cecília Torres, apresentou-se ao piano. O repertório escolhido pelo magistrado reuniu obras musicais do clássico e do popular.

O Agravo de Instrumento executou clássicos regionais

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-7201 Fax 424-1363
e-mail: cstel@tjpe.gov.br

As matérias publicadas neste caderno podem ser obtidas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

DFCI fone: 419-3221

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 154 — Poder Judiciário — Recife, quinta-feira, 20 de agosto de 1998

Sistema penitenciário é tema de ciclo de debates

Um ciclo de debates, realizado pelo Grupo Polemista de Direito, abordou, ontem, na Universidade Católica, a questão do sistema penitenciário no Brasil. Entre os palestrantes, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, o secretário de Justiça, Roberto Franca, e uma representante da Fundação Joaquim Nabuco, Ronidalva Nogueira.

Com um sistema composto por cinco presídios, que funcionam para presos provisórios, e seis penitenciárias, para os presos já condenados, Pernambuco apresenta atualmente um quadro que não é diferente do resto do País. A superlotação, a falta de pessoal especializado nas mais diversas áreas e as precárias condições das instalações físicas das unidades prisionais são problemas que o sistema penitenciário vem enfrentando, segundo uma análise feita pelo presidente do TJPE.

Com duas Varas de Execuções Penais, em Pernambuco, o Poder Judiciário é um dos instrumentos da sociedade no combate ao estigma da impunidade, de acordo com Etério Galvão. As perspectivas de melhoria do sistema, como mostra uma pesquisa realizada pela 1ª Vara de Execuções Penais, estão relacionadas a projetos de ampliação e construção de novas unidades por parte do Governo do Estado e ao Fundo Nacional Penitenciário (Funpen).

O presidente do TJPE defendeu a necessidade de associar o cumprimento da lei, com a punição efetiva dos infratores, a um sistema que leve os presos a um processo de reabilitação.

Durante o debate, Galvão ressaltou ainda ser favorável às penas alternativas para os crimes de menor potencial ofensivo e às pecuniárias para aqueles que têm condições de pagar.

O presidente Etério Galvão afirmou que a punição dos infratores é necessária para que os criminosos não voltem a descumprir a lei e para combater o estigma da impunidade no Brasil

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gurgel

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maroni

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

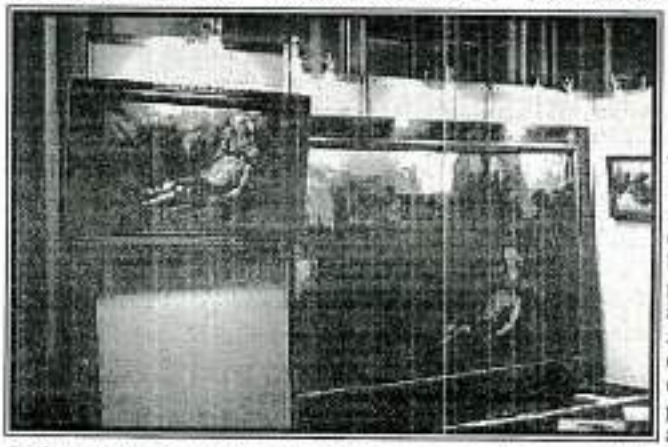
Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n, Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3201 Fax 424-3565
e-mail: sele@tjpe.gov.br

TJPE cria espaço permanente para as artes

A exposição do pintor Murillo La Greca, parte das comemorações dos 176 anos de instalação do Tribunal de Justiça, deixou um saldo mais do que positivo para a arte pernambucana: a criação de espaço permanente para mostras de pintura em sistema de rodízio entre artistas da terra.

Segundo a assessora do Cerimonial, Pollyana Torres, o novo espaço tem uma dupla finalidade: valorizar a arte regional e aproveitar a arquitetura e a história do Tribunal, transformando-o em ambiente propício à cultura. Ainda este ano, uma exposição abre o local definitivamente.



Quadros e estudos de autoria de La Greca integrarum a mostra do artista no TJPE

A idéia de criação da área permanente é conseqüência do sucesso da mostra de Murillo La Greca, durante as comemorações de aniversário do TJPE. Composta de 15 quadros e estudos, entre eles "Os últimos dos fanáticos", do acervo do Tribunal, e um rosto de "Silvia", esposa do pintor, a exposição foi também uma prévia dos eventos que serão promovidos, no próximo ano, pelo centenário de nascimento do artista.

A antecipação, que teve como palco o Salão dos Passos Perdidos do Tribunal de Justiça, será intensificada pelo Museu Murillo La Greca, que pertence à Fundação de Cultura da Cidade do Recife. O objetivo é difundir o trabalho do artista pernambucano, que nasceu na cidade de Palmares, batizado Vicente La Greca, e morreu em 1985 pouco antes da inauguração do espaço que leva seu nome.

Localizado na Rua Leonardo Cavalcanti, 366, no bairro do Parnamirim, e dirigido por Carlos Alberto Campelo de Melo, o Museu tem uma série de eventos programados. Entre eles, no dia 24, no Centro de Artes da Universidade Federal, a inauguração de um busto do artista, fundador da Escola de Belas Artes do Recife.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 155 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 21 de agosto de 199

Licitação conclui processos no prazo

Das 86 licitações instauradas desde março, época em que foi criada a Comissão Permanente de Licitação da atual presidência do Tribunal de Justiça, 47 foram concluídas. Dentre os processos se destacam os da construção dos fóruns de Tuparetama e Águas Belas, reforma dos de Paulista, Glória de Goitá, Cachoeirinha e Afrânio, assim como das casas oficiais de Tacaratu e Olinda.

De acordo com a presidente da comissão, Amélia Sampaio, a média é excelente. Nesses cinco meses de funcionamento, a comissão abriu cerca de um processo por dia e concluiu mais de 50%. Entre eles, o de aquisição de equipamentos de informática, aparelhos de ar condicionado e material de expediente para o Fórum de Jaboatão.

O processo licitatório é um procedimento formal, sujeito a prazos legais que variam de acordo com a modalidade da licitação. Para obras e serviços de engenharia, além de compras e outros serviços, a concorrência é a modalidade que exige o maior valor - respectivamente acima de R$1,5 milhão e de R$650 mil, contra a modalidade dispensa que, nos dois casos, pede valores até R$15 mil e R$ 8 mil.

Prazos, segundo Amélia, não são os únicos fatores de demora num processo licitatório, sujeito a peculiaridades da legislação. "A lei veda, por exemplo, a indicação de marca e, por isso, a escolha da proposta mais vantajosa fica condicionada a uma perfeita especificação técnica do que se pretende".

Integrada ainda pelos servidores Vicente Paulino, Maria de Fátima Lima Leite, Terezinha Cabral e Lafs Vieira, a atual Comissão Permanente de Licitação, herdou todo o acervo de suprimentos de material da Corregedoria, em decorrência da unificação do orçamento do Poder Judiciário.

Amélia Sampaio considera boa a média de licitações concluídas

Esmape

Pernambuco sedia simpósio nacional

"Desafios do Terceiro Milênio - Reflexos Constitucionais" é o tema do 10º simpósio nacional que será realizado entre os dias 3 e 5 do próximo mês, no Centro de Convenções, promovido pelo Instituto de Direito do Rio de Janeiro e da Escola da Magistratura de Pernambuco, com o apoio da Associação dos Magistrados. Os participantes vão tratar de questões relacionadas ao Direito Civil e Penal, Direito Processual Civil e Penal.

Entre os conferencistas programados, estão juristas como Humberto Teodoro Junior, Vicente Greco, Yussef Said Cahali, Fátima Andrighi.

Será realizada, também no simpósio, uma homenagem ao jurista Pinto Ferreira, pela sua contribuição ao meio jurídico, e ao secretário de Cultura de Pernambuco, escritor Ariano Suassuna, pelo empenho pelo desenvolvimento das manifestações culturais.

De acordo com o coordenador do curso de Deontologia da Esmape, Humberto Inojosa, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, dispensou os magistrados e servidores do Judiciário para participarem do simpósio.

As inscrições já estão abertas. Segundo Inojosa, magistrados, membros do Ministério Público e acadêmicos pernambucanos terão desconto na taxa de inscrição, pagando o valor de R$ 70.

Inojosa ressaltou que funcionando no Colégio Americano Batista, desd o início de agosto, com mais espaço disponível, a Esmape pretende intensificar as atividades extracurriculares, no sentido de estimular o aperfeiçoamento de mais de 200 alunos da Escola e dos profissionais meio.

veja como se inscrever

Você pode ligar para os telefones:
(081) 224-3251 - Amepe
(081) 224-0911 - Esmape
Mandar um fax pelo número:
(081) 224-6977 - Amepe
(081) 424-1193 - Esmape
Ou ainda, realizando um depósito no Banco do Brasil, Agência Santo Antônio - conta corrente: 11177-5

Taxa de inscrição:
Até o dia 28.08:
profissionais - R$ 110
acadêmicos - R$ 95
Após o dia 28.08:
profissionais - R$ 130
acadêmicos - R$ 110

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Ouvera

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimi@pj.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 156 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 22 de agosto de 199

Tribunal Pleno reelege presidente do TRE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco reconduziu o desembargador Luiz Belém de Alencar como presidente do Tribunal Regional Eleitoral. A decisão foi tomada durante sessão do Tribunal Pleno, por meio de um processo de eleição do membro efetivo na classe desembargador. Os presidentes eleitos para o TRE assumem o órgão por um mandato de dois anos.

Ainda durante a sessão, os desembargadores do TJPE elegeram como membro substituto na classe juiz de Direito, o magistrado que responde pela 1ª Vara da Infância e da Juventude, Bartolomeu Bueno. Já na classe jurista, foi indicada uma lista tríplice para prover o cargo de membro substituto formada pelos advogados Francisco Rabelo, Arthur Carvalho e Antônio Mário de Abreu Pinto.

A eleição de dois dos membros do TRE e de dois juízes de Direito da 3ª Entrância e seus respectivos suplentes, além da indicação de uma lista tríplice de advogados, é, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça, da competência do Tribunal Pleno. O TRE é formado por um presidente, um vice, um juiz federal, dois juízes de Direito e dois juristas.

Perfil

Começando sua carreira pública como promotor da Comarca de Inajá, em 1957, Luiz Belém de Alencar foi procurador de Justiça, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco e procurador geral da Justiça em 1983. Foi nomeado para o cargo de desembargador do TJPE no ano de 1985. Durante o biênio 90-91, foi corregedor geral da Justiça, sendo eleito presidente do Tribunal em 1994, cargo que exerceu até o início de 1996.

O Pleno reconduziu o desembargador Luiz Belém de Alencar como presidente do TRE

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares, Christianne Alcântara e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1363
e-mail: asin@fpe.gov.br

TJPE edita manual da Infância e Juventude

O Tribunal de Justiça está distribuindo, entre magistrados e integrantes do Ministério Público, edição atualizada do Manual de Orientação da Infância e da Juventude. Coordenado e supervisionado pelo juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, titular da Vara especializada da Capital, o livro tem o objetivo de facilitar os trabalhos de quem lida com a questão do menor.

Com uma tiragem de mil exemplares, a segunda edição é destinada sobretudo aos juízes novatos de 1ª Entrância que, por trabalharem em Comarcas onde a demanda de processos dessa natureza não é constante, precisam garantir o aperfeiçoamento e o aprofundamento no tema. O livro tem apresentação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão.

Dividida em cinco capítulos e três anexos, que abordam, entre outros assuntos, a colocação em família substituta, medidas de proteção, trabalho da equipe interprofissional e jurisprudências do Tribunal de Justiça, a obra não tem a intenção de substituir a base doutrinária do Estatuto da Criança e do Adolescente. De acordo com o juiz Luiz Carlos Figueiredo, o que se pretende é simplificar e desmistificar a Lei 8069/90.

A nova edição do Manual de Orientação da Justiça da Infância e da Juventude foi atualizada pela equipe da 2ª Vara, apresentando novos modelos de sentença e retirando os formulários em desuso e que constavam da primeira edição. Com abordagem de ações práticas e concretas, de fácil assimilação, traz inclusive trechos do documento "Estatuto passado a limpo", elaborado pela equipe técnica do Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre, sob a supervisão do juiz Marcel Esquivel Hoppe, e que completa o manual de orientação.

O manual teve orientação e supervisão do juiz Luiz Carlos Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e da Juventude

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº157 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 25 de agosto de 1998

DRH cria layout para contracheque

Um novo contracheque está sendo distribuído entre servidores e magistrados do Poder Judiciário em todo o Estado. A iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos é um passo no sentido de organizar e modernizar os procedimentos que se referem ao controle de pessoal dentro da instituição, segundo a diretora adjunta, Marluce Ribeiro. O próximo passo é um sistema de informática específico para o funcionamento da DRH até o final do ano.

De acordo com Marluce Ribeiro, o novo demonstrativo de pagamento vai permitir maior agilidade na sua emissão e servirá também como um canal de comunicação. "Além de um layout diferente, definimos, no documento, um espaço que usaremos para mensagens informativas da DRH e da Presidência, que interessem aos servidores e magistrados do Judiciário", explicou a diretora adjunta.

A Diretoria de Recursos Humanos trabalha em sistema exclusivo que ofereça maior rapidez à execução de serviços

A DRH, a Diretoria de Informática do TJPE e a Fisepe definiram juntas o novo layout que já começa a circular. A mensagem impressa explica as vantagens do contracheque atual em relação ao antigo. Marluce Ribeiro afirmou que, agora, vai se economizar tempo e pessoal na confecção dos demonstrativos. "Antes, havia uma perda de 5% dos impressos", informou.

A Informática deverá implantar até o final do ano um sistema exclusivo para DRH que consiga incluir todas as informações gerenciais necessárias ao controle de pessoal. "Hoje, muita coisa ainda é feita manualmente. Isso implica em perda de tempo e funcionários empenhados em tarefas que poderiam ser executadas rapidamente por meio de um sistema adequado de compilamento de dados", concluiu a diretora adjunta.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaiotes

Redatores:
Roberta Tavares, Christianne
Cristiano e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ramon Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christianne
Cabral

Edição:
Praça da República, s/n Sto Antonio
Recife-PE
Tel.(081) 419.3251 Fax 424.1165
e-mail@tjpe.gov.br

Desembargador Rafael Neto é Cidadão do Recife

Natural do município de Iguaraci, sertão de Pernambuco, o desembargador Manoel Rafael Neto recebe, amanhã, às 16h, o Título de Cidadão do Recife. Concedido pela Câmara Municipal, onde se realiza a solenidade, atendendo a uma proposição do vereador e professor Rafael de Menezes, a homenagem se justifica na atuação do magistrado durante toda sua vida pública.

O desembargador iniciou suas atividades como Promotor Público, em 1963, passando pelas Comarcas de São José do Egito e Tuparetama. Como juiz, começou em Itapetim, em 1966, sempre promovido por merecimento, até chegar a Juiz de Direito de 3ª Entrância, em 1974. Desde novembro de 1993 integra a Corte do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Rafael Neto, que também atuou no magistério, inclusive como professor colaborador de Direito Administrativo, na Universidade Federal, já foi homenageado com a Medalha Comemorativa dos 40 Anos da Fundação Joaquim Nabuco, e as Medalhas do Centenário do Corpo de Bombeiros e Pernambucana do Mérito Policial Militar.

Apoio Psicossocial promove palestra

"Preconceito é Crime" é o tema da palestra que a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes faz, quinta-feira, às 17h, no auditório da Corregedoria Geral de Justiça, no sexto andar do Fórum Thomaz de Aquino. Destinada aos serventuários, com inscrição limitada e gratuita pelo 224.0656 - ramal 2156, a palestra é uma promoção do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, para marcar o Dia Nacional do Portador de Deficiência, 28 de agosto.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/tjpe/

Infância e Juventude: 221-3498

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 158 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 26 de agosto de 1998

Coordenação dos Juizados padroniza serviços

O objetivo é concentrar as questões referentes aos JECs, investindo em pessoal e na melhoria dos serviços prestados à população

Gisela Pires é a coordenadora dos 21 Juizados Especiais existentes em Pernambuco

Rapidez no atendimento e ausência de custas judiciais. Esses dois aspectos fizeram dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, antes conhecidos como Juizados de Pequenas Causas, uma alternativa à Justiça Comum, que em geral costuma demandar mais tempo às partes e implica ainda em gastos muitas vezes acima da capacidade de quem recorre aos serviços do Judiciário.

Com 21 JECs distribuídos por todo o Estado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco tomou mais uma iniciativa no sentido de melhorar o atendimento prestado pelos órgãos: designou a profissional de Recursos Humanos, Gisela Pires, como coordenadora dos Juizados para trabalhar junto aos servidores, prestando uma assistência direta, com a realização de trabalhos de supervisão nos núcleos.

Criada através de uma portaria em setembro de 1996, a Coordenação dos Juizados tem o objetivo de estadar a situação de cada um dos órgãos, por meio de visitas periódicas, e tomar, a partir da avaliação, decisões que impliquem em uma prestação ainda melhor dos serviços dos Juizados Especiais. "Queremos manter a imagem positiva da sociedade em relação aos núcleos", explicou Gisela Pires.

Segundo a coordenadora, os serviços dos JECs se expandiram rapidamente e, com isso, os servidores do Judiciário, lotados nos Juizados, começaram a sentir a necessidade de um setor ao qual se reportar: "A Coordenação foi criada para atender aos funcionários, investindo na qualificação do pessoal e dos trabalhos prestados à população".

Formada em Psicologia, com especialização em gestão e gerenciamento em Recursos Humanos e atualmente realizando um curso de extensão em Administração Pública, Gisela Pires, que atua desde 1990 nos Juizados, afirmou que, a partir das visitas aos Juizados, detectou-se a necessidade de cursos de capacitação e treinamento com todos que integram os quadros dos JECs. A coordenadora afirmou que as demandas da sociedade aumentaram, e os órgãos precisam corresponder a esse crescimento.

Conciliação

Apoiados na busca pela conciliação que, em Pernambuco, atinge uma média de 80% das queixas encaminhadas, os Juizados têm dado uma resposta rápida, que se aproxima das necessidades da população, segundo Gisela Pires. "Quando criados, os Juizados pareciam ter surgido para atender aos mais carentes. Hoje, esse perfil mudou, e os JECs servem a todas as classes da sociedade", afirmou.

Um dos motivos da expansão desses serviços foi a ampliação do valor das causas. Enquanto conhecido como Juizados de Pequenas Causas, a legislação definia que as questões encaminhadas não deveriam ultrapassar os 20 salários mínimos. A lei foi modificada, ampliando para até 40 salários mínimos o valor das causas e incluindo crimes de menor potencial ofensivo entre os conflitos a serem resolvidos. Com isso, os Juizados Especiais de Pequenas Causas passaram a ser chamados de Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Iniciativas

A Coordenação dos Juizados conta ainda com o apoio jurídico do secretário judiciário do TJPE, Edson Galvão, e do assessor da Presidência, Jones Figueiredo. De acordo com Gisela Pires, várias decisões vêm sendo tomadas de forma integrada. Em reuniões com a Diretoria de Informática, já foi definido que todos os Juizados serão informatizados até o final do ano.

A Coordenação iniciou ainda uma pesquisa junto às Comarcas do Interior. O objetivo é fazer um levantamento do número das queixas referentes a crimes de menor potencial ofensivo. "Com esses dados em mãos, vamos fazer uma análise dos municípios que comportam Juizados Criminais", informou a coordenadora. O primeiro Juizado Criminal do Interior foi instalado no mês passado, em Garanhuns.

Outra iniciativa tomada pela Coordenação diz respeito à preparação de um Manual de Rotinas e Procedimentos para os Juizados Cíveis e Criminais, além do das Execuções. "Com esse manual, vamos padronizar os serviços oferecidos e melhorar ainda mais o funcionamento dos núcleos", concluiu a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires.

O secretário judiciário, Edson Galvão (centro), e o assessor da Presidência, Jones Figueiredo, oferecem todo o apoio jurídico à Coordenação dos Juizados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Moura

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163 e-mail: asis@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/diario

Coordenação dos Juizados: 419-3209

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº159 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 27 de agosto de 1998

TJPE assina convênio de cooperação com FGV

O convênio de cooperação técnica, que Etério Galvão assina com a Fundação Getúlio Vargas, pioriza diversas áreas de atuação do Tribunal de Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, assina hoje com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) um acordo de cooperação técnica para realização de trabalhos de consultoria e assessoria técnica nas áreas de pesquisa, planejamento estratégico, desenvolvimento institucional, gerencial e de recursos humanos, além de tecnologia da informação. O convênio será firmado no Rio de Janeiro e terá duração de cinco anos.

A proposta da FGV é de que o processo de mudança da atual gestão do Judiciário pernambucano se apóie no desenvolvimento dos recursos humanos, com o objetivo de realizar um trabalho de capacitação para o desempenho das atividades dentro do novo desenho organizacional; no desenvolvimento do sistema de informações e no tecnológico.

Com mais de 50 anos dedicados à tecnologia de ponta, ao planejamento e à pesquisa, nos setores privado e público, a Fundação será responsável por reunir equipes de especialistas, envolvendo quadros técnicos de suas unidades e um conjunto de consultores credenciados junto à instituição. As equipes formadas vão trabalhar com representantes do TJPE e também com professores e consultores da FGV.

Segundo o presidente Etério Galvão, o convênio é fundamental para o trabalho de modernização que vem sendo implementado segundo o plano de gestão 1998-2000. Ele explicou ainda que o convênio, inicialmente, não implica em despesas. Quando forem definidas as áreas de atuação e o trabalho que será desenvolvido, serão realizados contratos específicos.

Encontro

Durante a viagem, Etério Galvão participa, também no Rio de Janeiro, do Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Na pauta, está uma discussão sobre a Reforma Administrativa.

Palestra no Fórum marca a Semana do Deficiente

A Semana do Deficiente, comemorada no Recife com uma série de eventos, é também lembrada no Tribunal de Justiça. Marca a data, uma palestra, hoje, da psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, do Centro de Apoio Psicossocial do TJ, que esteve no Rio Grande do Norte, participando de encontro sobre a inclusão na sociedade do portador de deficiência. No auditório do Fórum Thomaz de Aquino, às 17h, ela apresenta aos participantes um panorama da situação do deficiente no País. O objetivo, segundo a psicóloga, é sensibilizar a sociedade para o que é possível fazer pelas pessoas portadoras de deficiência, seja na educação, no mercado de trabalho ou nas mais diversas áreas.

O começo dessa inclusão é a Lei 7.853, art. 8º, onde se constitui crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa a quem se recusa, sem justa causa, a prestar atendimento ao deficiente no âmbito escolar, médico-hospitalar e em cargos públicos e privados. Preconceito, portanto, é crime.

Segundo acordo internacional, inclusive assinado pelo Brasil, até o ano 2010, todos os portadores de deficiência devem estar incluídos na sociedade. O primeiro passo é serem aceitos em salas regulares de aulas, respeitando-se as diferenças de cada aluno. No Recife, muitas escolas da rede pública e privada trabalham com portadores de deficiência, disse ela, onde lhes são asseguradas oportunidades iguais de aprender (e de ensinar) com os outros.

Direito e Economia discutem integração

Realiza-se no dia primeiro de setembro, o II Módulo do Seminário sobre Integração Econômica e Direito Internacional, promovido pela Universidade Federal, Comissão da União Européia e Escola de Administração Fazendária. Organizações Econômicas e Financeiras Internacionais é a abordagem central do encontro, aberto aos profissionais das áreas jurídica e econômica. No auditório da Faculdade de Direito do Recife, os participantes vão ter oportunidade de discutir os temas com os professores Pedro Infante e Ana Paula Dourado, da Universidade Clássica de Lisboa, e Edson Rodrigues, professor assistente do Curso da União Européia. William da Costa Pinheiro e Olímpio Arroxelas Galvão funcionam como debatedores e Ivo Dantas, como moderador, todos professores da Universidade Federal. Informações pelos telefones 423.5698 e 224.9094.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mírcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares, Cristiane Alcântara e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares e Cristiane Alcântara

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

...TECA /

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 160 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 28 de agosto de 1998

Obras do Fórum ganham impulso

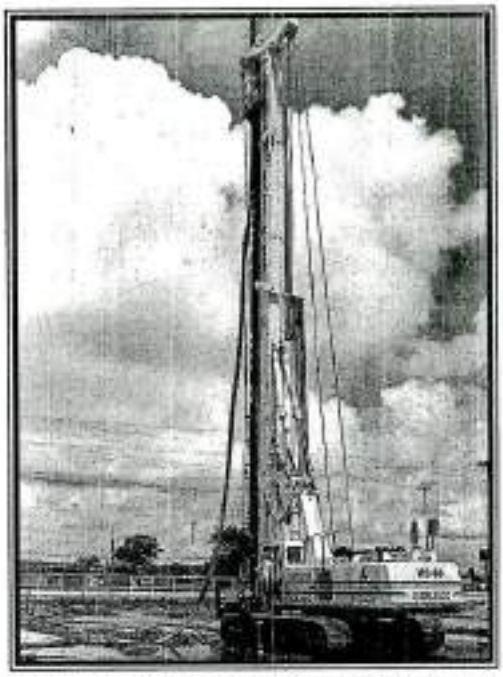
Os cerca de 50 operários que trabalham nas obras do Fórum do Recife receberam novos equipamentos que vão servir para agilizar os serviços de construção do prédio, segundo a secretária de Administração do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Olga Cruz. O pagamento inicial de mais de R$ 242 mil, referente à parte do investimento no novo Fórum, foi feito à Construtora Sergen. O empenho estimativo é de R$ 15 milhões até o final do ano.

De acordo com a diretora de Engenharia e Arquitetura, Rogéria Magalhães, a chuva não tem atrapalhado as obras que devem ser concluídas com a total construção do edifício que vai reunir as 72 Varas existentes na Capital, dois salões do júri, uma biblioteca e um auditório, além de oferecer outros serviços como reprografia, correios e posto bancário. A área é de 42 mil metros quadrados e os trabalhos devem terminar em 15 meses.

> *A chegada de novos equipamentos vai servir para adiantar as obras do Fórum do Recife, que devem ser concluídas em cerca de 15 meses*

Uma conquista do TJPE, que vai beneficiar não apenas o Fórum, mas toda a comunidade do Coque, inclusive o Hospital que será construído no bairro, foi o prolongamento do emissário de esgoto, que se encontrava na Travessa do Raposo. Ele vai ficar localizado mais perto da área de construção, segundo foi definido junto à Compesa.

A secretária de Administração afirmou que o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, tem tomado várias iniciativas no sentido de atender à comunidade do Coque e, ao mesmo tempo, fazer com que as obras do Fórum andem rapidamente.



Equipamentos vão agilizar as obras do novo Fórum do Recife

TJPE divulga Plano de Gestão entre servidores

Depois de divulgar e promover uma série de debates com magistrados sobre o Plano de Gestão 2000, o Tribunal de Justiça começa a divulgar o programa entre servidores da capital. Durante o período de 31 de agosto a 9 de setembro, a Coordenação de Planejamento e Organização se reúne, com todos os funcionários, divididos em grupos, para uma apresentação do plano como um todo.

Pela primeira vez na sua história, o Tribunal de Justiça cria um canal de comunicação com os servidores, discutindo abertamente as modificações, melhorias e metas propostas. Para melhor esclarecimento, os funcionários recebem um folder com texto acessível, contendo súmula do programa que, entre outros objetivos prioritários, inclui a valorização dos profissionais, com implantação de programa de capacitação para magistrados e servidores.

Segundo a coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, a divulgação do plano será ampliada aos servidores do interior. A Coordenadoria estuda a melhor forma de estender a todos os que trabalham em Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias, podendo realizar encontros, que atinjam as respectivas regiões.

Rafael Neto recebe título

O desembargador Manoel Rafael Neto é o mais novo Cidadão do Recife. Recebeu o título concedido pela Câmara Municipal, durante solenidade que contou com a presença de magistrados, amigos e familiares. Natural de Iguaraci, sertão de Pernambuco, iniciou suas atividades públicas no ano de 1966. A homenagem, uma proposição do vereador Rafael de Menezes, é o reconhecimento pela sua atuação na magistratura estadual.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gracez

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Maciel

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1363

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 162 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 1º de setembro de 1998

FGV fará estudo para informática do novo Fórum

O presidente da Fundação Getúlio Vargas (à esq.), Oscar Flores, e o desembargador Etério Galvão assinaram o convênio de cooperação técnica entre a FGV e o Tribunal de Justiça

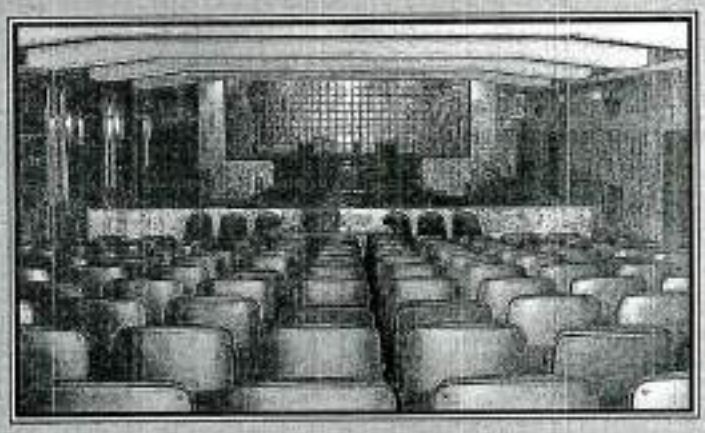
A Fundação Getúlio Vargas (FGV) - referência nacional na área de ensino e pesquisa nos setores de administração, economia, história - fará os estudos necessários para a implantação do sistema de tecnologia de informação do novo fórum do Recife. O acordo ficou acertado, na semana passada, no Rio de Janeiro, após a assinatura do convênio de cooperação técnica com a FGV, da qual participaram o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, e o presidente da Fundação, Oscar Flores.

Na ocasião, foi apresentado aos consultores e diretores da FGV, o Plano de Gestão 1998/2000, para que outros estudos técnicos para a melhoria do Judiciário possam vir a ser feitos, no mais curto espaço de tempo, principalmente nas áreas de administração, envolvendo Recursos Humanos e Planejamento, setores onde a Fundação tem larga experiência.

O presidente Oscar Flores, elogiou a iniciativa do Tribunal de buscar colaboração de instituições como a Getúlio Vargas e disse que, a partir de então, todo o corpo técnico da Fundação estará no inteiro dispor do Judiciário pernambucano. Da reunião, participaram, ainda, a secretária de administração, Olga Cruz; o diretor de informática, Edmundo Mendonça; a coordenadora dos Juizados, Gisela Pires e a assessora de comunicação social, Márcia Guenes.

Projeto

A proposta inicial da Fundação Getúlio Vargas, com a identificação das dificuldades e sugestões para implantação do projeto, deve ser apresentada até o final desta semana. O estudo será avaliado pela equipe de assessores das diversas áreas do TJPE, que tomará as primeiras providências para o início dos trabalhos.



1º Salão do Júri começa a funcionar

O Salão Juiz Geraldo Valença, do 1º Tribunal do Júri, já está funcionando no Fórum Thomáz de Aquino. Com capacidade para mais de 400 pessoas, já foram realizadas quatro sessões no local. Segundo o juiz titular da 1ª Vara Privativa do Júri, Fausto Campos, a estrutura do Júri foi concluída, recentemente, com um cartório para o salão do 1º Tribunal e outro para o 2º, já na atual gestão do desembargador Etério Galvão. As sessões são realizadas, normalmente, de segunda à quinta, mas, até o dia 17 de setembro, devido às férias de umdos magistrados, as sessões vão ocorrer às terças e quintas-feiras.

Tribunal de Contas homenageia Etério Galvão com Medalha do Mérito

Por unanimidade, o Tribunal de Contas do Estado aprovou a concessão da Medalha do Mérito Nilo Coelho ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão. A homenagem é um reconhecimento aos serviços prestados pelo magistrado à causa da administração pública. A solenidade de entrega está marcada para o dia 15 de outubro. O Conselheiro Roldão Joaquim dos Santos fará a saudação.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guenes

Redatores:
Roberta Tavares, Christiane Alcântara e Sérgio Murilo

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares e Christiane Alcântara

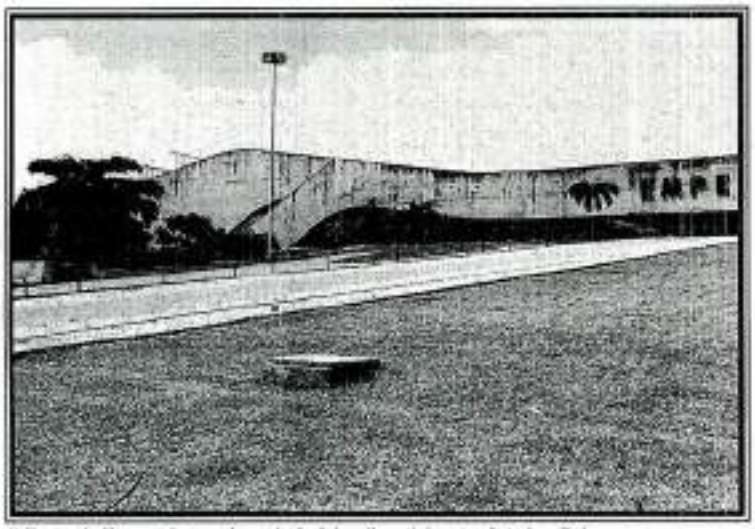
Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 163 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 02 de setembro de 1998

Terceiro Milênio

Simpósio discute temas polêmicos e tradicionais do Direito



O Centro de Convenções recebe mais de dois mil participantes de todo o País

A elite jurídica nacional tem encontro marcado em Pernambuco. De amanhã a sábado, com apoio do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados de Pernambuco, a Escola Superior da Magistratura realiza o X Simpósio Desafios do Terceiro Milênio. No Centro de Convenções, cerca de dois mil inscritos participam de discussões de temas do Direito tradicional e de fatos sociais, como furtos de automóveis em shoppings centers, acidentes pessoais e furtos famélicos, que vão gerando a necessidade de uma nova visão jurídica.

Coordenado pelo Instituto do Direito do Rio de Janeiro, o simpósio traz uma reflexão sobre o ensino nas faculdades de Direito, sobre o papel da Justiça e uma avaliação crítica dos Juizados Especiais. Uma das conferências mais esperadas é a do desembargador paulista, Yussef Said Cahali, sobre " A nova família e o novo Direito" . Cahali, autor de livros sobre divórcio e separação, vai esclarecer a teoria da libertação dos preconceitos". Segundo ele, agora mais do nunca vale o provérbio "amigado de boa fé, casado é".

A participação de 20 dos mais respeitados juristas de todo o Brasil garante a discussão atualizada e a abordagem de temas que voltam a se estabelecer num País de distorções econômicas. Numa época de saques e de invasões, o juiz do Rio de Janeiro, Nagib Slaibi Filho concentra sua abordagem no estado de necessidade. Infelizmente, afirma o magistrado , "a tendência é de aumento das invasões, na medida em que também aumenta a distância entre ricos e pobres". O Simpósio tem abertura solene, homenageando o jurista Pinto Ferreira e o escritor Ariano Suassuna.

Servidores analisam Plano de Gestão

Até o dia 9, os servidores do Tribunal de Justiça vão conhecer, discutir e analisar o Plano de Gestão 2000 que implica modificações em todo o Poder Judiciário pernambucano. Divididos em grupos, eles se reúnem com a Coordenação de Planejamento e Organização, no auditório da Corregedoria, no Fórum Thomaz de Aquino. A iniciativa é inédita, já que permite a discussão aberta de temas que diretamente interessam aos funcionários. Iniciada segunda-feira, essa nova etapa de divulgação do plano será estendida ao pessoal do interior, em data a ser ainda definida.

Esmape lança Revista durante Simpósio

Com modificações gráficas, incluindo uma nova capa que traduz a cultura pernambucana, a Revista da Esmape vai estar à venda durante o X Simpósio Nacional Desafios do Terceiro Milênio. Nas 600 páginas do 7º número, aborda temas como "O Estado em questão: presente e futuro" , " Globalização e ordem jurídica" , " Adolescentes em conflito com a Lei: segurança cidadã e direitos fundamentais" e "Da capacidade para o exercício da advocacia dos conciliadores e juízes leigos dos Juizados Especiais", servindo de aprofundamento às discussões em pauta durante o encontro no Centro de Convenções.

Lançada na gestão anterior, a publicação será mantida pela atual diretoria da Escola da Magistratura, tendo em vista o espaço já conquistado entre magistrados, acadêmicos e estudiosos inclusive de outros países. Sob a coordenação técnica da bibliotecária Joseane Duarte Soares, a obra traz uma capa inovadora, apresentando uma boneca de maracatu, trabalho de xilogravura em cores. Com perspectiva de passar a semestral, dentre as modificações previstas para o próximo número está a inclusão de índice remissivo.

Simpósio - Inscrições: 224.3251

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivão Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moura

Fotografia:
Acrísio Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: oficial@tjpe.gov.br

VOTO ELETRÔNICO

As matérias publicadas nesta edição podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/do.htm

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 164 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 03 de setembro de 1998

Nova sessão do Diário Oficial visa integrar Judiciário

Objetivando promover uma maior sintonia com a magistratura e funcionários do Poder Judiciário estadual, a Assessoria Especial da Presidência e a Secretaria Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco criaram dentro do Diário Oficial uma sessão destinada a veicular notas técnicas sobre processos civis e penais, comunicações de seminários e estudos, entre outros serviços. "Através de uma permanente integração com os juízes e servidores, levando orientações sistemáticas, esperamos contribuir, em última instância, para o desenvolvimento dos serviços judiciários", disse Jones Figueiredo, assessor especial da Presidência, ao justificar a iniciativa

Mesmo não tendo periodicidade definida, a sessão, denominada Quadro de Avisos (QA), vem sendo editada quase que diariamente, desde julho passado. "Sua freqüência depende da demanda", esclarece Figueiredo. Além de recomendações, notas técnicas, divulgação de informações úteis, como endereços de sites com assuntos do interesse da magistratura em geral, a Assessoria Especial e a Secretaria Judiciária utilizam-se do QA para divulgar serviços oferecidos pelo próprio TJPE a seus integrantes.

Na edição de 25 de agosto passado, por exemplo, é colocado à disposição dos juízes o Código Penal atualizado em disquete, até a Lei 9677/98. A nota informa que os interessados devem procurar a Diretoria de Informática do TJPE ou diretamente a Assessoria Especial da Presidência, portando dois disquetes virgens. "A procura que temos registrado, por parte de interessados, da versão atualizada do Código, indica que em pouco tempo de existência a sessão de avisos já está alcançando objetivos", disse o assessor da Presidência.

A publicação sumária de conclusões dos seminários e encontros da área jurídica, bem como a programação de eventos que estão por acontecer, também fazem parte da relação de serviços a que se presta o Quadro de Avisos.

A nova sessão do Diário Oficial do Judiciário já tem espaço garantido, na opinião do assessor Jones Figueiredo

Milênio

Com uma sessão solene, registrando uma homenagem jurídica ao professor Pinto Ferreira e uma homenagem cultural ao escritor Ariano Suassuna, começa hoje, no Centro de Convenções, o X Simpósio Nacional Desafios do Terceiro Milênio. Estão inscritos mais de dois mil profissionais da área do Direito. Duas palestras, de Humberto Teodoro Júnior e Silvio Rodrigues, abrem a programação: "Os atos jurídicos e as ações de nulidade e anulabilidade..." e "Acertos e desacertos do projeto do Código Civil."

Juiz propõe utilização de mão-de-obra carcerária para evitar ociosidade

A utilização da mão-de-obra carcerária, especializada em marcenaria, pintura, carpintaria e outros serviços, é a proposta do diretor do Fórum de Itamaracá, juiz Edson José de Andrade Coutinho. A iniciativa, segundo ele, proporciona resultados favoráveis não só à população e à Justiça, que disporiam de uma sede em melhores condições de atendimento, mas também aos presos que teriam redução de um dia de pena a cada três dias trabalhados.

O magistrado pretende repetir experiência bem sucedida que implantou, há três anos, em Canhotinho, onde os presidiários construíram o Fórum local. A proposta, segundo ele, pode ser estendida às demais Comarcas, sobretudo àquelas onde há estabelecimentos prisionais. Para Edson Coutinho, a ociosidade é o maior impedimento da completa ressocialização de um presidiário.

O juiz acredita que a idéia é viável, ainda mais considerando-se a grande diversidade de mão-de-obra na Penitenciária Agrícola de Itamaracá, onde os presos cumprem penas em regimes semi-aberto e aberto. Segundo Edson Coutinho, os apenados sentem-se úteis à sociedade quando são selecionados para atividades desse tipo.

Cerca de três mil processos tramitam no Fórum de Itamaracá, que tem Vara única e recebe uma média de 40 novas ações por mês. A população flutuante de nito mil pessoas sobe a 13 mil contando-se os carcerários, podendo chegar a 60 mil em épocas de carnaval e veraneio. Segundo Edson Coutinho, furto qualificado e roubo a veranistas são os casos mais registrados na Ilha, onde estão instaladas as Penitenciárias Agrícola e Barreto Campelo e também o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Eléris Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Santo Antônio - Recife-PE. Fone(081) 419-3151 Fax 424.1163 e-mail: asfal@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 165 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 04 de setembro de 1998

Simpósio

Direito Alternativo ganha espaço no Brasil

Coordenado pelo Instituto de Direito, o X Simpósio Nacional Desafios do Terceiro Milênio é um dos mais importantes eventos na área jurídica. Com uma média de quatro ao ano, em Estados como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio de Janeiro, chega a Pernambuco com o propósito de reciclar e atualizar profissionais do Direito. Entrevistado sobre a importância do encontro, o professor de Processo Penal, James Tubenchlak, diretor do ID, disse que a proposta do Simpósio é também a de aproximar o meio jurídico dos interesses da comunidade. É desse objetivo que se origina um programa amplo de debates, até sábado, no Centro de Convenções.

Que tema o sr. poderia destacar como novidade?

- O Direito que as Faculdades não ensinam é um desses temas. Em geral, as faculdades se prendem ao programa tradicional e não levam novas discussões às salas de aula. No ensino, é preciso que se abra uma nova mentalidade e que se faça uma revolução, não apenas uma reforma. Um aspecto a se ressaltar é o Direito Alternativo que ainda não é matéria curricular nas Faculdades.

O Direito Alternativo tem algum espaço no Brasil?

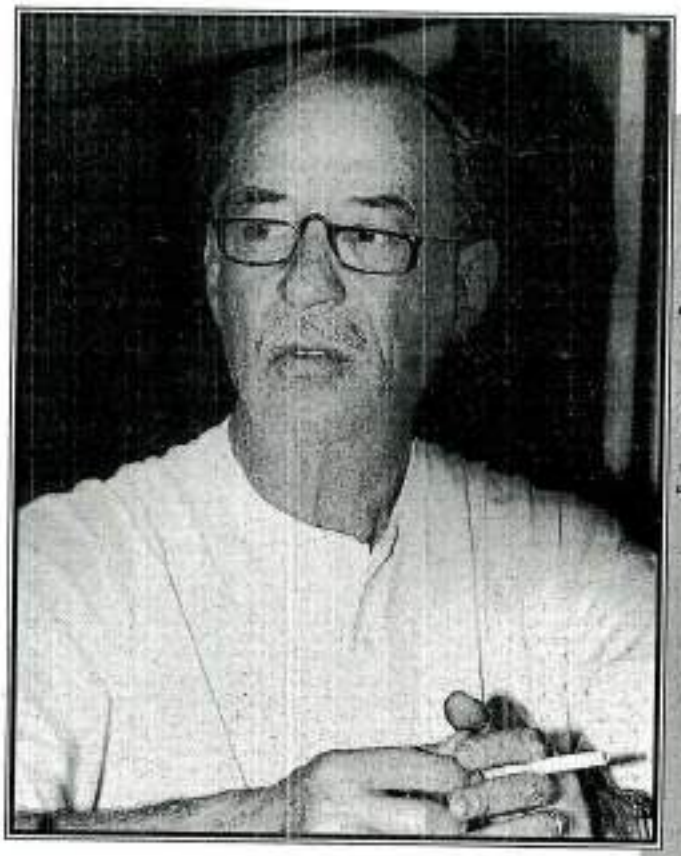
- Está ganhando espaço, mas ainda há gente que nem sabe do que se trata. O movimento começou na Itália e entrou no Brasil através de um grupo de magistrados do Rio Grande do Sul, em deles o desembargador Amilton Bueno de Carvalho. No Brasil, o Direito Alternativo começa a surgir na produção literária, nos congressos e encontros acadêmicos e ganha, inclusive, adeptos. O ministro Vicente Cernicchiaro, do STJ, afirma que o juiz deve ter a coragem de não aplicar a pena, mesmo em crimes graves, se ficar provado que não existe essa necessidade.

- É possível discutir uma nova visão dentro do tradicional?

- Um exemplo é o painel Propriedade e Posse em que serão vistas as funções social, ambiental e econômica. Vamos discutir as novas modalidades de perda da posse e da propriedade, como os saques em supermercados e as ocupações coletivas chamadas, popularmente, de invasões.

Na sua opinião, a Justiça funciona?

- Adoto o pensamento do Amilton Bueno de Carvalho. Ele diz que a Justiça funciona porque foi feita para não funcionar. Então, se não funciona, é porque cumpre o objetivo dela. A Justiça existe para a perpetuação do status quo. No Brasil, não vai bem principalmente na área penal. Como Professor da Universidade Federal Fluminense tenho livros sobre o assunto. Num deles, analiso o Tribunal do Júri, com base na Constituição.



A periodicidade do Simpósio - a cada três meses - comprova, na opinião do James Tubenchlak, a importância do evento na reciclagem e no aprofundamento dos temas. Durante o encontro, o ID lança o 6º número de Desenvolvimento, coletânea de trabalhos jurídicos inéditos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marques

Fotografia:
Anísio Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1369 e-mail: oficial@tje.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 166 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 05 de setembro de 1998

Professora aponta a solidariedade para a solução dos conflitos

A necessidade de modernização do Judiciário, do ensino do Direito e da aplicação das leis foi tema abordado durante o painel "Pensando em voz alta..." durante o X Simpósio Nacional Desafios do Terceiro Milênio, que aconteceu sexta-feira, no Centro de Convenções.

A advogada Graça Belov, professora de Filosofia do Direito na Universidade Federal da Bahia, disse que não compreende por que os professores continuam ensinando a vinculação direta do Direito com a lei. Segundo ela, há uma diferença entre fazer o Direito a aplicar a Lei.

Graça Belov afirma que há dois fenômenos que caracterizam o Brasil de hoje: superconcentração de renda e grande massa de excluídos das garantias jurídicas e constitucionais. Acrescenta que esses fatores é que geram a violência e a criminalidade organizada.

Na opinião da professora, é o Estado que se comporta como infrator porque exige que o cidadão viva com dignidade, apesar de ganhar apenas um salário de R$130. Para ela, as faculdades precisam formar aos alunos uma nova consciência crítica, a consciência de que a saída se encontra no paradigma da solidariedade. Para ela, às vésperas do terceiro milênio, essa é a única forma de se resgatar a cidadania.

No Simpósio Desafios do Terceiro Milênio, a professora Graça Belov, da Universidade da Bahia, citou Cristo como primeiro "operador jurídico" da história.

Simpósio jurídico aborda temas da atualidade social

Uma das palestras mais esperadas do X Simpósio Nacional Desafios do Terceiro Milênio é a do magistrado carioca Nagib Slaibi Filho, sobre saques e ocupações coletivas. No painel, em que também funcionam os juristas Luiz Fux e Sylvio Capanema de Souza, a abordagem de Slaibi vai se concentrar no estado de necessidade que acarreta invasões, saques e furtos famélicos.

Especialista em Direito Constitucional, autor de várias obras a respeito, o magistrado diagnostica uma tendência - o aumento das invasões e dos saques. Segundo ele, a causa está na distorcida distribuição de riquezas. "De nada vale termos uma Constituição cidadã, se a maioria da população não exerce papel de cidadania. Enquanto a função social, ambiental e econômica da propriedade não passar do papel para a realidade, o desespero crescerá e, com ele, os saques e as invasões coletivas".

O X Simpósio Nacional Desafios do Terceiro Milênio se encerra hoje. No Centro de Convenções, cerca de dois mil inscritos participam da rodada final de painéis que inclui, entre outras, discussões sobre o acesso à ordem jurídica justa, avaliação crítica dos Juizados Especiais, a exigência de uma nova postura do legislador, do juiz e do promotor e a nova família e o novo direito.

Promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, sob a coordenação do Instituto de Direito e com apoio do Tribunal de Justiça e da Associação dos Magistrados, o X Simpósio foi palco de uma das mais interessantes palestras do direito atual. Professor da Universidade de São Paulo, autor de vários livros de Direito Processual, Vicente Greco Filho abordou questões relativas a consumidores e presidiários, afirmando que ambos são "hipossuficientes em termos de cidadania". Para o professor da USP, "enquanto os primeiros se arriscam a comprar pílula de farinha, os outros são tratados pior que animais de estimação".

O Simpósio teve ainda a coordenação do desembargador Dário Rocha e do juiz Humberto Inojosa, diretor e coordenador de Deontologia da Esmape.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bívio Gabeto

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: ...

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 167 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 9 de setembro 1998

Menor infrator de Jaboatão terá acompanhamento

Adolescentes de Jaboatão, autores de atos infracionais, receberão atendimento sócio-educativo. A iniciativa é do Tribunal de Justiça que, em convênio com a Prefeitura daquele município, vai promover o trabalho de recuperação dos menores que recebem penas de liberdade assistida e de prestação de serviço à comunidade.

Inicialmente, serão atendidos os 12 adolescentes que moram em Jaboatão e que cometeram atos infracionais em Recife Assinado ontem pelo prefeito Newton Carneiro e pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, o convênio será depois estendido aos menores que tiverem infracionado em municípios vizinhos, como Moreno.

O convênio, que tem participação da 2ª Vara da Infância e da Juventude e da Secretaria do Trabalho e Política Social do Jaboatão dos Guararapes, vai treinar orientadores - pessoas engajadas no programa de Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto do Juizado do Recife, que receberão inclusive uma bolsa pela prestação do serviço. Os orientadores farão o acompanhamento dos menores durante o cumprimento da pena.

Esta é a primeira vez que o Tribunal de Justiça assina convênio semelhante diretamente com um município, já que os anteriores foram celebrados com entidades não governamentais. De acordo com o presidente do TJ, "a iniciativa prova que é possível a municipalização do atendimento preconizada no estatuto da Criança e do Adolescente". Serão treinados os orientadores vinculados às ONG's conveniadas com a Prefeitura do Jabcatão.

O convênio prevê a recuperação sócio-educativa dos menores, principalmente daqueles que cometeram atos infracionais em Recife

Agenda Livre atende 82% das solicitações

O Projeto Agenda Livre, criado pela presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco para dar à sociedade oportunidade de externar suas dúvidas ou queixas em relação aos serviços do Judiciário, entra no sexto mês de sua implantação com uma média de 82% das solicitações atendidas. A constatação é feita pela Chefia de Gabinete do TJPE, com base nos resultados dos quatro primeiros atendimentos. Não constam dessa estatística, portanto os dois últimos Agenda, realizados em agosto e setembro.

Iniciado em abril e realizado na primeira sexta-feira de cada mês, o Agenda Livre registrou um aumento gradativo de público nos primeiros três meses. Em abril, o desembargador Etério Galvão, presidente do TJPE, recebeu 45 pessoas, das quais 44 tiveram seus pedidos atendidos. Em maio, 89 pessoas foram recebidas (73 foram atendidas em seus pleitos) e em junho foram registradas 103 solicitações, das quais 86 já obtiveram respostas. O Agenda Livre de julho, realizado em Garanhuns - primeira experiência do Projeto no interior do Estado - foi onde se registrou o menor número de reclamações. Um público de apenas 21 pessoas foram atendidas pelo presidente do TJPE. Ainda de acordo com o relatório da Chefia de Gabinete, das 258 solicitações registradas entre abril e julho, apenas 47 não foram ainda atendidas. Segundo Paola Freitas Barbosa, chefe de gabinete do TJPE, isso não significa, entretanto, que o caso esteja encerrado. "Alguns são complexos e demandam tempo para sua solução. E muitas vezes dependem de mais de uma pessoa ou órgão para serem resolvidos. Isso também constitui causa de atraso dos resultados", esclarece Paola. Segundo ela, Galvão pretende manter o Projeto Agenda Livre até o final de sua gestão à frente do Tribunal.

Estatística comprova o sucesso do Agenda Livre junto ao público

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Mércia Gusmão

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3281 Fax 424-1163

e-mail: asin@ge.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 168 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 10 de setembro de 1998

TJPE realiza mais um encontro de Administração Judiciária

Depois de Caruaru e Garanhuns, é chegada a vez de Triunfo sediar o Encontro Sobre Administração Judiciária que o Tribunal de Justiça vem realizando no interior, desde o início da atual gestão. No Colégio Stella Maris, de 15 a 17, magistrados vão discutir uma forma integrada entre Judiciário e sociedade de encontrar soluções para os problemas nas Comarcas.

O encontro faz parte do programa Administração Superior nas Comarcas que, entre outros objetivos, propõe uma reflexão em torno do Poder Judiciário, além de verificar como cada um pode colaborar com o aprimoramento da prestação dos serviços da Justiça. Promovido pelo TJPE, o evento tem apoio da Associação dos Magistrados de Pernambuco - Amepe - e da Corregedoria Geral.

Durante o período, magistrados de 25 Comarcas que integram as terceira e quarta circunscrições estarão reunidos com o presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, com secretários e diretores. Convocados pelo Conselho da Magistratura, os juízes deverão remarcar as audiências que seriam realizadas nessa semana, em suas respectivas Comarcas.

O Programa de Administração Superior nas Comarcas, já levado a Caruaru (foto acima) e a Garanhuns, onde a população foi atendida pessoalmente pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, repete-se no período de 15 a 17, em Triunfo, para discutir o aprimoramento do Judiciário

Tribunal leva o Agenda Livre à Comarca de Triunfo

A população de Triunfo, no Sertão do Pajeú, e municípios circunvizinhos será atendida pessoalmente pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, sem prévia marcação de audiência, no dia 15 de setembro, onde será realizado o próximo Agenda Livre, a partir das 15 h. No último, realizado na Capital, 96 pessoas foram atendidas pelo próprio presidente do TJPE, outras 11 pela equipe de apoio, totalizando 107 inscritos.

O Projeto Agenda Livre que acontece no município de Triunfo, é parte da programação do 3º Encontro Sobre Administração Judiciária, entre os próximos dias 15 e 17. Será a segunda vez que o Projeto acontece em cidade do Interior. A primeira foi em Garanhuns, no agreste pernambucano, em julho, durante um encontro similar. Ambos estão dentro do programa Administração Superior nas Comarcas que, como parte do Plano de Gestão 1998/2000, tem por finalidade identificar e corrigir falhas que prejudiquem o bom funcionamento do Judiciário.

A maioria dos casos do Agenda Livre diz respeito a andamento de processos

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moreira

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE
Fone:(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asimc@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 169 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 11 de setembro de 1998

Tribunal de Justiça interliga-se com Fóruns via informática

O prédio do Tribunal de Justiça de Pernambuco, os dois Fóruns e a Comarca de Olinda iniciaram este mês de setembro com suas centrais de computadores interligadas. Com implantação ainda por ser concluída, a comunicação informatizada entre os três Fóruns e o Tribunal permitirá o acesso à Internet, consulta à legislação interna do TJPE, às resoluções da Presidência, suas instruções normativas e o acompanhamento processual do 2º Grau, que poderá ser feito através de qualquer dos computadores instalados nas varas. Do mesmo modo, os desembargadores e suas assessorias terão acesso fácil aos processos em andamento nas Comarcas de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, que compõem o chamado 1º Grau.

Segundo o diretor de informática Edmundo Godoy Mendonça, até o final deste mês será liberado o acesso dos computadores de cada Vara dos Fóruns de Recife e Olinda à rede, o que está sendo feito gradativamente. "A partir de então, qualquer computador poderá enxergar o mesmo ambiente", garante Mendonça. Após sua conclusão, também serão interligados a Vara da Fazenda Estadual, que funciona na Rua do Sol, o Centro Integrado da Infância e Adolescência e, noutro momento, as demais Comarcas da Região Metropolitana.

A novidade é um passo determinante para a implantação do sistema Judwin, um projeto ousado que prevê a distribuição e controle processual do 1º Grau, interligando todas as Comarcas do estado de Pernambuco. Previsto dentro do Plano de Gestão 1998/2000, o Judwin deverá ser implantado até o próximo ano. Para isso, segundo o diretor Edmundo Godoy, o TJPE já vem, através de sua Diretoria de Informática, municiando essas Comarcas com modernos aparelhos de computador em quantidades proporcionais ao número de Varas instaladas em cada uma delas.

Olinda, primeira Comarca a ter central interligada

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ênio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asiov@tjpe.gov.br

TJPE sedia Congresso de Direito Desportivo

As sessões solenes do IV Congresso Nacional de Direito Desportivo, promovido pelo Tribunal de Justiça Desportiva de Pernambuco, até domingo, estão sendo realizadas no Palácio da Justiça. Na programação do evento, homenagens ao governador Miguel Arraes, ao presidente honorário da Fifa, Jean Havelange, e ao ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira.

Portaria restringe plantões judiciários nas Comarcas

Por determinação da Presidência do Tribunal de Justiça, somente as Comarcas do Recife e aquelas que compreendem as 11ª e 13ª Regiões do Estado passam, a partir de agora, a dispor de plantões judiciários nos feriados e finais de semana. A decisão foi publicada através da Portaria 024/98, em virtude da baixa demanda de processos nas demais regiões.

No restante do Estado, embora não seja estabelecida escala de plantão, o juiz não poderá sair da Comarca, como determina o artigo 258 do Código de Organização Judiciária. Segundo o COJ, os magistrados só podem se ausentar por motivo justo, comunicando o fato à Presidência do Conselho, afora os casos de licença, férias e comissão.

A baixa demanda justificou a decisão de restringir o funcionamento dos plantões judiciários

Fazem parte da 11ª Região as Comarcas de Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Itamaracá. As da 13ª são Gravatá, Glória de Goitá, Vitória de Santo Antão, Moreno, Chã Grande e Jaboatão dos Guararapes. Nos plantões judiciários, os magistrados devem atuar apenas nas ações urgentes cíveis e criminais. O plantão da Capital funciona no Fórum Thomaz de Aquino.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 170 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 12 de setembro de 1998

Atos judiciais serão facilitados nos limites entre Pernambuco e Paraíba

Um oficial de justiça da Comarca de Sertânia, no sertão pernambucano, poderá executar um mandado de intimação contra uma morador de Monteiro, vizinho município da Paraíba, sem prévia autorização do juiz daquela outra Comarca. Do mesmo modo, o juiz da cidade de Monteiro poderá executar atos judiciais em jurisdição de Sertânia. A prerrogativa estende-se a todas as Comarcas circunvizinhas situadas no limite entre os dois estados.

A novidade é fruto de um protocolo de cooperação que está sendo firmado entre o Poder Judiciário dos dois Estados por iniciativa do desembargador Mário Melo, corregedor geral de Justiça de Pernambuco, e o corregedor paraibano, desembargador João Moura. Os entendimentos foram iniciados no começo de setembro, quando Melo foi recebido em João Pessoa também pela Presidência do Tribunal de Justiça daquele Estado.

Segundo Mário Melo, as populações dos municípios situados nos limites entre Paraíba e Pernambuco circulam regularmente de um lado para outro da divisa, estimuladas principalmente pela curta distância que em regra separa as sedes municipais. Atualmente, entretanto, quando um paraibano é citado em auto processual que tramita numa Comarca pernambuca, a intimação tem que seguir por Carta Precatória. Esta correspondência formal, utilizada entre juízes de Comarcas diferentes, segue por vias postais. Por isso, mesmo emitida para um vizinho município de outro estado, tem que passar pelas duas centrais dos Correios até chegar ao destino.

Além de tomar tempo, a Carta Precatória também gera despesas que crescem em proporção ao tamanho do processo em andamento. Uma cópia de cada peça constante nos autos segue em anexo, mesmo que para se executar uma mera notificação. "Com este mecanismo, que permitirá ao juiz de uma Comarca pernambucana executar atos judiciais em uma Comarca vizinha na Paraíba, valendo a regra para os dois estados, representará a economia de dinheiro e tempo. E, hoje, a nossa maior preocupação é com a agilidade dos atos da Justiça", analisou o corregedor geral.

Este procedimento que prevê atuação de oficiais de justiça em Comarcas chamadas "contíguas", já é utilizado entre municípios de regiões metropolitanas, sendo previsto no artigo 230 do Código de Processo Civil. Entre Comarcas de estados diferentes, até agora está sendo utilizado apenas entre o Paraná e Santa Catarina. Pernambuco e Paraíba começarão a utilizá-lo a partir da aprovação formal do protocolo pelos dois Tribunais, cuja minuta deverá ser apreciada ainda este mês.

O texto, que está sendo elaborado pelas duas corregedorias, no entanto, limita os poderes da Comarca de um estado para outro àqueles casos mais simples, como citação, intimação ou notificações. Também funcionará em ações relativas à Infância e Juventude, mesmo no que se refere à execução penal em liberdade condicional. Em casos como este, o juízo natural poderá acompanhar o cumprimento das condições estabelecidas em sentença. Outros casos, de maiores proporções, como citação de penhora, prisão, levantamento de valores financeiros, e qualquer outro que impliquem em situação de constrangimento à parte, deverá ser cumprido através dos procedimentos próprios da Carta Precatória.

Ainda assim, a iniciativa das Corregedorias da Paraíba e Pernambuco trará resultados que se refletirão em melhora na qualidade da prestação dos serviços no Judiciário, objetivo largamente anunciado pelo Plano de Gestão do TJPE para o biênio 1998/2000. O cidadão que procura os serviços do Judiciário pode até compreender a demora em um procedimento judicial, quando tem consciência da complexidade do ato. Mas não há justificativa convincente para um processo que deixa de caminhar por falta de uma notificação.

"Este protocolo pretendemos estender a outros estados com os quais nos limitamos. Em breve manterei contato pessoalmente com o Tribunal de Justiça de Alagoas", finalizou o desembargador Melo.

Agenda

Triunfo

Começa terça feira o Encontro Sobre Administração Judiciária que o Tribunal de Justiça realiza com o objetivo de discutir e apontar soluções para os problemas que afligem as Comarcas. Tem início à tarde, com o programa Agenda Livre, no Fórum local.

Buenos Aires

Estão abertas as inscrições para o XV Congresso da Associação Internacional de Magistrados da Juventude e da Família, realizado em Buenos Aires - Argentina, de 2 a 6 de novembro. Oferece bolsas para brasileiros. Informações fax 021.259.8297.

"A Justiça facilita os atos judiciais", afirma Mário Melo

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elênio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurio Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: ssin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 171 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 15 de setembro de 1998

Serviços de manutenção abrangem Comarcas de todo o Estado

A Diman - Divisão de Manutenção, criada em junho passado, realizou até o final de agosto cerca de 45 intervenções com serviços de pintura, recuperação ou adaptação de instalações elétrica e hidráulicas em Fóruns do Interior, Juizados e departamentos do Tribunal. "São intervenções de pequenas dimensões, que não chegam a ser uma reforma ou ampliação, com duração média de três dias, mas muito importantes e necessárias para o melhoramento das condições de trabalho de juízes, funcionários, bem como para a qualidade do atendimento ao público", explicou Eduardo Carneiro Leão, diretor adjunto da Diretoria de Infra-Estrutura, à qual a Diman está subordinada.

Entre os mais importantes, Leão destacou serviços de manutenção realizados nos Fórum de Garanhuns, em todo o sétimo andar do Fórum Paula Batista, na Capital, e o de Itamaracá. "Neste último, particularmente, foi feita a transformação da entrada de corrente elétrica monofásica para trifásica, para que fosse possível se instalar mais um ar condicionado, já que a instalação elétrica não suportava nem mesmo a carga já existente no local", disse o diretor adjunto.

O Fórum de Itamaracá teve sua pintura e sistema hidráulico renovados, o mesmo acontecendo no Fórum de Garanhuns, onde também foram realizados serviços de marcenaria na Sala do Júri. Alguns Juizados Especiais também já foram beneficiados, como os Cíveis de Olinda e Vitória de Santo Antão, e alguns programados para ainda este mês, como é o caso do JEC de Casa Amarela. No prédio do Juizado Cível de Olinda foi feito um retelhamento e corrigidos problemas de infiltração, cujo decorrente mofo nas paredes constituía um atentado à saúde de usuários e principalmente dos funcionários que permanecem no ambiente por longos períodos.

A recuperação de Fóruns, Juizados e departamentos do Tribunal vem sendo feita pela nova Divisão de Manutenção. Para atendimento, os pedidos devem ser encaminhados à Diman, informando detalhes dos problemas, conforme explica o diretor de Infraestrutura, Eduardo Carneiro Leão

Além dos serviços concluídos, prevê-se a realização de outras 79 intervenções de recuperação de pinturas, parte elétrica, hidráulicas, entre outros pequenos serviços que exigem urgência, em Fóruns e Juizados de todo o Estado. O Fórum de Goiana é um dos primeiros da lista. Os diretores dos Fóruns ou Juizados que necessitam dos serviços de manutenção devem encaminhar ofício à Diretoria de Infra-Estrutura expondo, inclusive, os problemas detectados. Devido o aumento da demanda, esses pedidos estão levando de 20 a 30 dias para serem atendidos, disse o diretor de Infra-Estrutura.

Encontro Judiciário

Os magistrados das 3ª e 4ª Circunscrições, presentes ao Encontro Sobre Administração Judiciária em Triunfo, terão um atendimento especializado da Diretoria de Recursos Humanos. Uma unidade, montada no Colégio Stela Maris, vai orientar os juízes quanto à aplicação da Lei Complementar 19/97, além de recolher dados técnicos sobre o funcionamento das Comarcas que integram a região.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Dos. Fabio Gabbo

Vice-Presidente:
Dos. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maciel

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3581 Fax 424.3143
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 172 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 16 de setembro de 1998

Encontro Judiciário em Triunfo começa com o Agenda Livre

O Agenda Livre proporcionou à comunidade encontro direto com o presidente do TJPE

Resolução de aposentadoria, transferência de servidor e agilização de medidas de caráter administrativo foram alguns dos principais casos que o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, atendeu ontem no Projeto Agenda Livre. Acostumado a receber queixas sobre andamento de processos judiciais, o presidente dessa vez recebeu um grande número de serventuários interessados em resolver questões funcionais. A audiência aconteceu em Triunfo, como atividade paralela ao Encontro Sobre Administração Judiciária, que se realiza naquela Comarca, até amanhã, com participação de 25 juízes das 3ª e 4ª Circunscrições. O Agenda Livre foi realizado no Fórum e, nem mesmo o feriado municipal de 15 de setembro, dia da padroeira Nossa Senhora das Dores, foi suficiente para diminuir o interesse da comunidade pela iniciativa.

Mais de 20 pessoas fizeram fila logo no início da tarde, como a servidora Maria Edite de Moura que teve seu pleito deferido pelo presidente do Tribunal de Justiça, sendo transferida para a Comarca de Verdejante, em decorrência da extinção da Comarca de Mirandiba. O desembargador Etério foi procurado por moradores de toda a região, incluindo Comarcas como Serra Talhada, Flores e São José do Belmonte, sendo parabenizado pelo pioneirismo do projeto.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Moreno

Fotógrafos: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE. Fone/FAX: 419-3251 Fax: 424.1543 e-mail: sdm@tjpe.gov.br

DRH monta unidade para orientar magistrados durante o evento

A Diretoria de Recursos Humanos do TJ montou, em Triunfo, um balcão de atendimento direto aos magistrados das Comarcas das 3ª e 4ª Circunscrições, que participam do Encontro Sobre Administração Judiciária. O objetivo da unidade, semelhante à que foi instalada em Garanhuns, é conhecer a realidade das Comarcas, através de levantamento técnico de dados, como processos distribuídos e em tramitação. Segundo Maria da Paz Brasil, diretora de Recursos Humanos, o levantamento é necessário para que se possa fazer uma adequação entre funcionários e número de serventias judiciais.

JUDICIÁRIO FARÁ CAMPANHA PARA ORIENTAR POPULAÇÃO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai iniciar, nos próximos dias, campanha publicitária nos meios de comunicação, com objetivo de orientar a população sobre seus direitos e deveres. A iniciativa está dentro do Plano de Gestão 1998/2000, do presidente Etério Galvão, e foi elaborada após pesquisa de opinião que indicou desconhecimento da sociedade sobre o que faz o Judiciário.

O resultado da pesquisa foi apresentado aos desembargadores, durante sessão do Pleno, na última segunda-feira, quando o representante da empresa Arconsult, Antônio Araújo, detalhou o trabalho feito no Recife, municípios da Região Metropolitana e Interior de Pernambuco. A avaliação dos técnicos é que a população necessita, urgentemente, de informações sobre como funciona o Judiciário, para que possa exercer integralmente a sua cidadania.

Na mesma sessão, o publicitário Guilherme Bianchi, da empresa Grupoove, vencedora da licitação para os trabalhos de publicidade do Tribunal, falou sobre a importância da comunicação e lembrou que os juízes têm papel de destaque para melhoria social do Brasil. Bianchi explicou que o projeto a ser desenvolvido pela empresa e acompanhado pelo TJ irá basear-se na orientação da população, sobre seus direitos e deveres. Os anúncios deverão começar a ser divulgados na mídia até o mês de outubro.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 173 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 17 de setembro de 1998

Triunfo

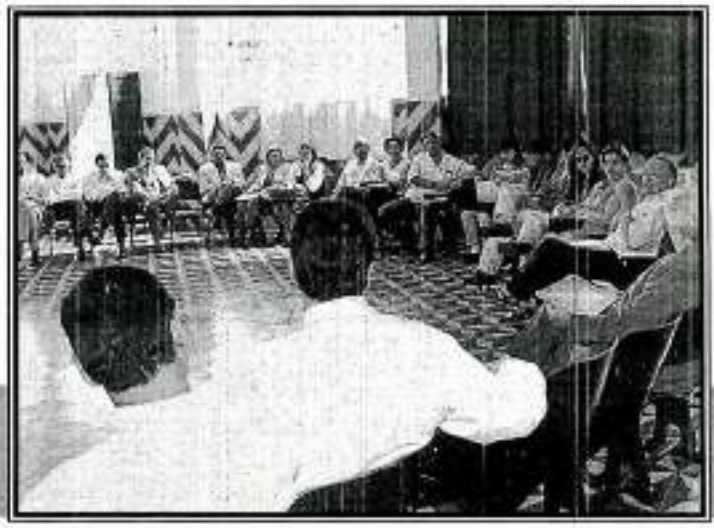
Encontro busca integração do Judiciário com a sociedade

A aproximação do Judiciário com a comunidade e a mudança da imagem de isolamento que, em geral, o magistrado transmite à sociedade foram os objetivos do trabalho de sensibilização que abriu, ontem, o Encontro Sobre Administração Judiciária, realizado em Triunfo pelo Tribunal de Justiça, com participação dos juízes das 25 Comarcas que integram as 3ª e 4ª Circunscrições do Estado.

Coordenado pelos consultores Evaldo Melo e Ana Glória Meleop, do Instituto Recife de Atenção Integral às Dependências - Raid, o trabalho foi baseado em técnica de dinâmica de grupo, representando em menor escala o modelo de aproximação entre magistrados e sociedade.

Utilizada no encontro anterior, em Garanhuns, a técnica proporcionou o entrosamento do grupo e serviu para que fossem identificadas vantagens e desvantagens da magistratura, incluindo as dificuldades que a função acarreta à vida pessoal. A proposta do trabalho é permitir uma melhor conciliação entre a função da magistratura com o ser humano.

A sensibilização é apenas o início do processo de mudanças, disse Evaldo Melo. Segundo ele, outros encontros devem ser realizados, fazendo-se pelo menos um acompanhamento anual, até que se consolide a quebra da barreira entre o juiz e a sociedade.



Juízes trabalham por mudanças essenciais ao Judiciário

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Cisneiros

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/FAX(81) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asc@tjpe.gov.br

Gondim afirma que juiz é agente político do Estado

Realizado com apoio da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco - Amepe, o encontro não teve o objetivo de discutir processos. De acordo com o presidente da entidade, desembargador Gilberto Gondim, a intenção é abrir perspectivas, buscar caminhos e conscientizar o juiz para mudanças essenciais. Ao citar pesquisa que revela o desconhecimento público acerca do Judiciário, Gondim afirmou que cabe ao juiz modificar a realidade.

"O juiz é o agente político do Estado e, como liderança, cabe a ele orientar e transmitir à Comarca o conhecimento do que seja o Judiciário", disse o desembargador. Para ele, o esforço do magistrado deve ser contínuo nesse sentido, sem que o juiz fuja do convívio local. Gondim defende uma mentalidade moderna e a consciência de que o juiz não apenas representa o povo. "Ele é o próprio povo", completou o presidente da Amepe.

Gondim alerta para a necessidade uma nova consciência que resulte na proximidade entre juiz e sociedade. Segundo ele, o isolamento é prejudicial à imagem do Poder Judiciário

Aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, o Encontro Sobre Administração Judiciária já é o terceiro de uma série que será realizada pelo TJPE, em todo o Estado. Em palavras iniciais, Galvão afirmou que o isolamento do juiz começa pelo distanciamento geográfico a que é submetido desde o início da carreira, quando atua em Comarcas de difícil acesso, mas que isso deve ser superado através da aproximação com a sociedade.

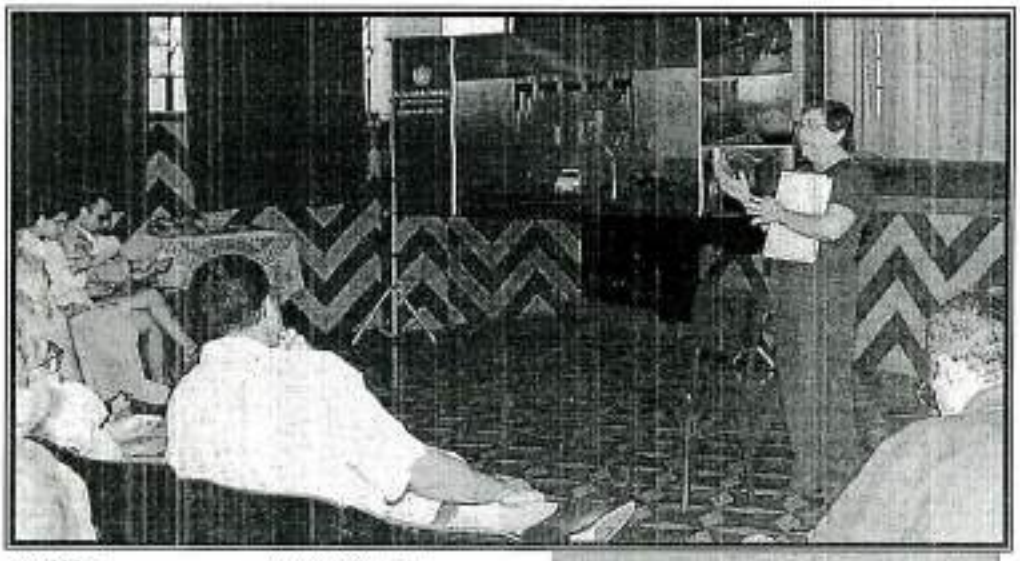
Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 174 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 18 de setembro de 1998

Triunfo

Encontros serão estendidos a outras Comarcas

Os Encontros Sobre Administração Judiciária realizados pelo Tribunal de Justiça em Caruaru, Garanhuns e Triunfo terão continuidade até que sejam cobertas todas as circunscrições do Estado. De acordo com a coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, já foram contempladas 72 Comarcas localizadas nas 3ª a 7ª e 12ª Circunscrições.



Temas administrativos, com explicação sobre a nova estrutura do Tribunal de Justiça, encerraram o encontro sertanejo. Participaram juízes de 25 Comarcas da região

Os eventos, segundo a coordenadora, são fundamentais para a identificação de problemas que afetam a Justiça. Falta de pessoal qualificado, insegurança, legislação antiquada, falta de infra-estrutura e grande números de processos não julgados são algumas das desvantagens da profissão, em âmbito institucional, identificadas durante o Encontro em Triunfo, encerrado ontem.

Os itens, na opinião de Zélia Mendonça, servem de reflexão para que se inicie o processo de mudanças necessárias ao Judiciário. Os magistrados que estiveram em Triunfo entendem que a burocracia e a complexidade das ações judiciais também atrapalham o funcionamento do serviço e contribuem para as críticas recebidas.

Há compensações, no entanto, que variam da remuneração à liderança na comunidade. As prerrogativas constitucionais e a independência são algumas das vantagens enumeradas. Em comum, um fato é considerado compensador pelos participantes de Triunfo: a satisfação pessoal dos magistrados em declarar, com rapidez, o direito de quem o tem.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivaldo Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Jean Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Rua da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1163
e-mail: asco@tjpe.gov.br

Notícias do DRH

Mudança - A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça vai se mudar. A partir de quarta-feira, passa a atender no primeiro andar do Fórum Paula Batista. Em decorrência da mudança, interrompe duas atividades hoje e segunda, somente retornando à normalidade na terça-feira. O atendimento ao público, no entanto, só será possível a partir da quarta, dentro do cronograma habitual de atendimento externo. Serão transferidos os serviços de folha de pagamento, controle de pessoal da Capital e de 1ª e 2ª Entrâncias, além do setor de magistrados, ocupando todo o pavimento. Segundo a diretora Maria da Paz Brasil, apenas o setor de benefícios permanece no térreo do Palácio da Justiça.

Ampliação - Inicialmente programado para funcionar apenas no primeiro dia, o balcão de atendimento da Diretoria de Recursos Humanos foi mantido durante todo o período do Encontro Sobre Administração Judiciária - 15 a 17 - em Triunfo. Vinte e sete pessoas, entre magistrados e servidores das Comarcas vizinhas, foram recebidas na unidade.

A variedade de problemas que as Comarcas enfrentam determinou a ampliação do período de funcionamento do balcão. As maiores reclamações foram relativas ao reduzido número de funcionários. Treinamento em rotinas processuais e de informática também foram colocadas como prioridade para melhoria do serviço.

Instalada para facilitar o levantamento da situação funcional e processual nas Comarcas, a unidade do DRH registrou ainda a dificuldade nas relações interpessoais como um dos entraves a uma Justiça mais ágil. De acordo com a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, esses casos serão avaliados e encaminhados ao setor de psicologia do departamento.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 175 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 19 de setembro de 199

Remoções e promoções favorecem nomeação de juízes em Pernambuco

O Tribunal de Justiça julgou e aprovou, durante sessão do Pleno esta semana, 11 editais de promoção de juízes de 1ª para 2ª Entrância. Com isso, foram preenchidas as vagas em Varas Cíveis e Criminais de Carpina, Bezerros, Timbaúba, Paulista, Olinda, Afogados da Ingazeira, Vitória de Santo Antão, Cabo, Paulista e Garanhuns.

De acordo com o secretário Judiciário Edson Galvão, a promoção dos magistrados permite abertura de igual número de remoções na 1ª Entrância e, conseqüentemente, a nomeação de novos juízes para o Estado. Cumpridos os prazos legais, disse ele, é possível que em menos de dois meses o Poder Judiciário pernambucano já possa contar com esse suporte judicial.

Apesar do reforço que o grupo deve imprimir à magistratura, o número ainda é insuficiente à demanda estadual. Segundo dados da Secretaria Judiciária, 333 juízes respondem atualmente por 85 Comarcas, de 1ª Entrância, 127 Varas na 2ª e 71 na Capital. São, respectivamente, 74, 131 e 128 magistrados nas três Entrâncias.

No julgamento dos editais de remoção serão aplicados os novos critérios da Resolução 97/98 que pressupõem dois anos de efetivo exercício na Entrância ou seis meses na Comarca, sendo avaliadas a presteza e a segurança do juiz no exercício da função.

Livros ou monografias publicados por editoras reconhecidas ou trabalhos jurídicos de relevância e do interesse da Justiça publicados em periódicos, também fazem parte dos critérios estabelecidos pela Resolução, assim como o exercício do magistério jurídico superior.

O secretário Judiciário Edson Galvão disse que os 11 juízes que serão convocados até novembro, representam o terceiro grupo de magistrados nomeados na atual gestão

Fundac e Judiciário unem-se pela reabilitação de adolescentes

Técnicos da 2ª Vara da Infância e da Juventude e da Fundação da Criança e do Adolescente vão ministrar o treinamento aos orientadores que acompanharão, no município de Jaboatão dos Guararapes, menores no cumprimento de pena em liberdade assistida. A preparação é prevista por convênio inédito recentemente firmado entre o Tribunal de Justiça e a Prefeitura daquele município, que prevê a aplicação de medidas sócio-educativas àqueles adolescentes sem afastá-los da comunidade de origem.

Segundo Ana Maria Carvalho, diretora operacional da Fundac, o início do treinamento está previsto para primeiro de outubro. "Já dispomos de todo o material didático e oficina pedagógica baseada na experiência de dezenas de cursos já realizados por todo o Estado de Pernambuco", informou. Durante o curso, o agente aprende desde a lidar com o adolescente até a redigir relatório de atividades.

Integrada por pessoas engajadas na comunidade, a equipe a ser treinada vai acompanhar inicialmente 12 adolescentes daquele município que cumprem pena por delitos praticados em Recife. As ações tramitam na 2ª Vara da Infância e da Juventude da C pital, que atua com parte do convênio lado da Secretaria Trabalho e Ação S cial de Jaboatão. orientadores receber uma bolsa pelos se viços prestados.

Assinado pelo pr sidente do Tribunal Justiça, desembarg dor Etério Galvão, pelo prefeito Newto Carneiro, no dia 8, programa será depo estendido nos mesm moldes a menores q tenham cometi infrações também e municípios vizinho como Moreno e Cab Segundo a diretora Fundac, o acomp nhamento ao adole cente é muito difici "Exige compromiss responsabilidade sensibilidade para co a situação de quem tenta se reenquadra na sociedade sem se quer dispor de um l e família estrutu rados", finalizou An Maria Carvalho.

Na oportunidade d convênio, Prefeitura Fundac firmaram protocolo que prev suporte técnico a programa de medida sócio-educativas pr posto pelo Tribunal "É um passo impo tante no caminho d descentralização d acompanhamento menores. Isso signifi que estaremos em co peração com a comu nidade, a Comarca e município", garanti Ana Lira, president da entidade.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Nepomuceno Tavares

Corregedor-Geral Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Ana Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1563

e-mail: com@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/do

Secretaria Judiciária - fone 419.3217

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 176 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 22 de setembro de 1998

Fundação inicia estudos de cooperação técnica

Antes do levantamento em toda a rede de computadores, técnicos da Fundação Getúlio Vargas já haviam se reunido com diretores e assessores do Tribunal de Justiça para conhecer toda a estrutura funcional do Judiciário pernambucano

A Fundação Getúlio Vargas começa, esta semana, a fazer o levantamento de toda a rede de computadores do Tribunal de Justiça. O objetivo é identificar dificuldades e dar início às adaptações necessárias no sentido de adequar o setor a uma prestação eficiente dos serviços judiciais, principalmente, no que diz respeito à agilidade processual.

Segundo a secretária de Administração, Olga Cruz, esta é a segunda visita que técnicos da Fundação fazem ao Tribunal de Justiça, desde que o presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, e o presidente da Fundação, Jorge Oscar Flores, assinaram convênio de parceria técnica, em agosto.

A princípio, a contribuição da FGV é reprogramar a sistemática dos trabalhos internos do TJ.

O acordo com a Fundação - referência nacional na área de pesquisa e ensino nos setores de administração, economia, história - prevê estudos para a implantação do sistema de tecnologia de informação do novo Fórum do Recife e para a melhoria de Recursos Humanos de Planejamento do TJ.

Servidores aprovam atendimento do Ambulatório Médico-Odontológico

Uma pesquisa realizada para avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça de Pernambuco, revelou que os usuários estão satisfeitos com o perfil dos profissionais e eficiência do atendimento oferecido. O levantamento registrou a opinião dos próprios pacientes sobre dez itens previamente escolhidos, onde foram observados desde o perfil dos profissionais ao estacionamento do ambulatório.

Médicos, recepcionistas e dentistas receberam, pela ordem, os maiores índices de aprovação, onde mais de 92% dos entrevistados os consideram de bons a excelentes. Outro item bastante elogiado foi o aspecto limpeza, que 58% dos pesquisados classificam de excelente, 34% consideram bom e 8% regular.

Para Fernandes Arteiro, coordenador de saúde do TJPE, a credibilidade desfrutada pelo Ambulatório é resultado de um conjunto de medidas que vêm sendo implantadas desde o início de fevereiro passado. A marcação de consulta por telefone, ampliação de horário de funcionamento, aquisição de aparelhos modernos, além da intensificação do uso de material descartável, como luvas e seringas, aparecem entre as inovações que justificam a confiança dos usuários.

Passando por várias modificações iniciadas na atual gestão do TJPE, o Ambulatório, que antes atendia exclusivamente a servidores lotados no Tribunal de Justiça e Juizados Especiais, estendeu os serviços a todos os funcionários do Judiciário e dependentes. O horário de funcionamento foi ampliado em mais uma hora para absorver a demanda. Atualmente, cerca de 300 pessoas são atendidas semanalmente. Em função do aumento do número de pacientes, está sendo instalado mais um ambulatório odontológico, além dos três já existentes que prestam atendimento de segunda a sexta-feira, entre 7 e 19h. " Paralelamente, estão sendo contratados mais três dentistas", finalizou Arteiro, lembrando que 56% das pessoas acham excelente a marcação de consulta pelo telefone.

Fernandes Arteiro fala da qualidade do serviço prestado

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asins@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 177 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 23 de setembro de 1998

Selo garante autenticidade de documentos e controla arrecadação judiciária

Roberta Tavares

A partir de fevereiro, todos os documentos emitidos por cartórios judiciais e extrajudiciais passam a conter um Selo de Autenticidade. A iniciativa permite o combate às fraudes no recolhimento de custas ao Poder Judiciário, além de modernizar e melhorar os serviços prestados à população. Já adotado por Estados como o Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, o selo garante também a legitimidade dos papéis.

Segundo o diretor de Finanças, Aldo Ramos, a medida beneficia não apenas o Poder Judiciário, que passa a ter condição de saber o valor das custas a serem recolhidas. Como mecanismo de controle interno e impedindo a falsificação de documentos, respectivamente, os cartórios e a população também saem ganhando no combate às fraudes. O Tribunal de Justiça vai realizar uma ampla campanha de divulgação, visando inclusive o esclarecimento da comunidade que deve exigir a utilização do selo nos documentos.

Foto: Ricardo Fernandes

Os cartórios serão recadastrados, segundo o diretor de Finanças, Aldo Ramos. Endereço datilhado, nome do oficial e do substituto, CGC de firma e CPF das funcionárias são alguns dos dados a serem fornecidos ao Tribunal de Justiça

Baseado na experiência do Ceará, que triplicou a arrecadação judiciária através de seu sistema de controle do recolhimento de Taxas sobre Serviços Notariais e de Registro (TSNR), Aldo Ramos acredita que a receita judiciária pernambucana, atualmente em torno de R$1,6 milhão mensal, cresça em pelo menos 50%. Por lei, esses recursos só podem ser aplicados em manutenção de fóruns e capacitação de pessoal.

Mandados de citação, intimação, prisão, cartas precatórias, negativas de falência, autenticação de cópias de processos e outros documentos existentes nas Varas cíveis e criminais passam a circular com o denominado Selo de Autenticidade, assegurando a legitimidade dos papéis. Já nos serviços extrajudiciais, serão criados seis tipos de selo para uso nas autenticações, reconhecimento de firma 1 e 2, ato registral, ato notarial e certidão e 2ª via.

Os selos serão vendidos aos cartórios por R$0,03 a unidade. Como o valor será repassado aos documentos emitidos, o diretor de Finanças informa que o Tribunal de Justiça encarregou uma comissão especial de elaborar nova Lei de Custas. Uma empresa especializada na confecção de selos de autenticidade será contratada através de licitação na modalidade de concorrência, devendo se responsabilizar também pela distribuição do material em todo o Estado de Pernambuco, confirmando a entrega através de sistema informatizado.

A empresa deve também implantar um sistema de controle "on line" no Tribunal de Justiça, com banco de dados que permita a pesquisa por numeração e tipo do selo, serventia e titular, nota fiscal, quantidade solicitada a cada requisição e fornecimentos com a numeração dos lotes entregues. O TJ exige características técnicas, entre elas formato, marca d' água, tipo de papel, camada adesiva, impressão e holograma, que garantam a segurança do selo.

Conforme dados apresentados no projeto básico, dois meses é o tempo estimado para utilização de quatro milhões e um milhão de Selos de Autenticidade, respectivamente, nos serviços extrajudiciais e judiciais. A campanha de divulgação prevê a confecção e distribuição de cartazes, cartilhas e folderes em todos os mais de 600 cartórios e serventias estaduais. O Tribunal de Justiça fará reuniões nas Comarcas-pólo para explicar o funcionamento do sistema e orientar a população a exigir o selo que, segundo o diretor de Finanças, aumenta a confiabilidade dos documentos, inibe fraudes e falsificações e contribui para um melhor controle de arrecadação de TSNR.

O serviço está orçado em R$1 milhão, a preços de outubro. Segundo Aldo Ramos, o TJ não permite atualização, embora os valores possam ser reajustados desde que seja demonstrada a quebra do equilíbrio econômico-financeiro por tributos que onerem os serviços.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bárbo Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Boa Vista - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1160
e-mail: asics@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

no LXXV • Nº 178 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 24 de setembro de 1998

BIBLIOTECA

Amepe quer aproximação entre juízes

Ulisses Viana fala do projeto que ainda se encontra em fase de estudo

Uma maior aproximação entre juízes das mais distantes comarcas. Esse é o objetivo do trabalho que a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco vai implantar, visando diminuir o isolamento em que vivem os representantes do Judiciário no interior do Estado. Ainda em fase de estudo, a iniciativa busca não apenas o aprofundamento da orientação técnica aos novatos, mas o estabelecimento de relações interpessoais mais efetivas.

De acordo com o juiz Ulisses Viana Filho, da direção da Amepe, peculiaridades da profissão - como a dificuldade de se ausentar da Comarca - causam o isolamento do magistrado. Além disso, segundo ele, crescem as diferenças culturais com o número, cada vez maior, de candidatos de outros Estados que, aprovados em concurso público, são nomeados para o Judiciário pernambucano.

Para desenvolver o trabalho, uma comissão de magistrados vai inicialmente fazer o levantamento das dificuldades e expectativas dos juízes nas Comarcas. A partir desse estudo, a entidade começa a desenvolver o chamado programa de integração, ainda maior, da Amepe com os associados, disse Viana Filho.

Notas

Pará - O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, encontra-se em Belém do Pará, onde participa amanhã de mais uma Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O evento tem sessão solene de abertura, hoje, com palestra do chefe do Judiciário paraense, desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

Paudalho - A convite do comandante da Academia de Polícia Militar do Paudalho, tenente-coronel João de Moura Barbosa Filho, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, fez palestra, esta semana, para os alunos-oficiais daquela escola militar. Recebido pela guarda de honra, Galvão falou sobre a nova estrutura do Judiciário estadual.

Divisão de Suprimentos renova estoque de material para expediente

Chegou ao final o processo de licitação para aquisição de material de expediente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Homologada pelo desembargador Etério Galvão, presidente do TJPE, a TP-12, como é identificado o processo, contempla uma relação de 164 itens de material de consumo interno, desde canetas a produtos utilizados na Informática. Esse material será entregue pelos fornecedores logo depois sejam emitidos os empenhos, o que será providenciado ainda esta semana, segundo Aldo Ramos Filho, diretor financeiro do TJPE.

Iniciada em abril, a TP-12 tramitou durante quase cinco meses, até a conclusão e homologação. Segundo Amélia Sampaio Carvalho,

Amélia informa que a licitação ocorreu dentro do prazo esperado

que preside a Comissão Permanente de Licitação (CPL), a conclusão da TP-12 se deu dentro do prazo esperado, prolongado em função do rigoroso cumprimento das regras de licitação adotadas pelo TJPE. "Cada item é uma licitação autônoma. Foram habilitadas 37 empresas licitantes, representando número igual de propostas para cada um dos 164 itens que estão sendo comprados. O resultado é um grande de número de análises que são feitas caso a caso, e isso demanda tempo. A presidente da CPL lembrou que a TP-12 sofreu recursos nas fases de habilitação e classificação. Cada recurso dispõe de um prazo de até 15 dias para julgamento. "Considere-se, também, que cada proposta foi encaminhada à Diretoria de Infra-Estrutura para verificação da compatibilidade do produto ofertado pelo licitante com as amostras apresentadas. Tudo isso influi na demora de processo desta natureza, que é, em média, de quatro meses", concluiu.

O material, que está sendo aguardado, chega no momento em que a Divisão de Suprimentos do TJPE estava sob ameaça de desabastecimento. As conseqüências chegaram a ser sentidas por alguns setores do Poder Judiciário com a falta de produtos dentre os mais usados. Contudo, segundo Eduardo Luciano, chefe daquela Divisão, o estoque ainda dispõe de itens gráficos e de Informática que podem atender à demanda até a chegada do material adquirido.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mario Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 179 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 25 de setembro de 1998

Universidade participa do processo de seleção de estagiários

A pré-seleção dos candidatos às vagas de estágio no Judiciário será realizada pela Universidade de Pernambuco. A decisão tomada pelo Tribunal de Justiça, Associação dos Magistrados e Escola da Magistratura consta de convênio assinado entre as instituições, na presença do reitor Júlio Correia, da UPE.

A terceirização do serviço, segundo o assessor especial da Presidência, juiz Ruy Patu, moderniza o processo seletivo dos estagiários. "Os candidatos, anteriormente, eram indicados pelos magistrados, sem que existissem critérios específicos". O quadro de estagiários tem 482 vagas administrativas e jurisdicionais na Capital e Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias.

Assinado pelos representantes das instituições, o convênio prevê também a orientação técnico-pedagógica dos estagiários

As inscrições estarão abertas de 12 a 23 de outubro, para universitários de Direito (438 vagas), Administração (9), Ciências Contábeis (4), Informática (8), Psicologia 13, Serviço Social (8) e Jornalismo (2), podendo haver remanejamento e redistribuição das vagas se houver necessidade. O resultado da prova objetiva da pré-seleção sai final de novembro.

Cemando triplica número de mandados distribuídos

A Central de Mandados da Capital registrou nas últimas duas semanas uma distribuição diária de 600 mandados, em média. Os dados indicam que, anteriormente registrando cerca de 200 mandados por dia, a Cemando aumentou sua distribuição desde que foi implantado, no dia 10, o Grupo Especial, criado pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco para atualizar os trabalhos daquela unidade.

Dispondo de 90 oficiais de justiça e responsável pelo cumprimento de mandados emitidos nos 14 Juizados Especiais do Grande Recife, 72 Varas da Capital e nas Comarcas situadas entre o Cabo de Santo Agostinho e Itamaracá, a Cemando vinha sendo afetada pelo acúmulo de mandados, reflexo do regime de plantão judiciário realizado durante as férias forenses de julho. A portaria que instituiu o Grupo estabelece, entre outras providências, um expediente interno de 8h às 12h, durante o qual é feita a distribuição dos mandados acumulados, aos oficiais de Justiça.

Integrado pelos oito servidores atualmente lotados na Cemando, o Grupo Especial de Trabalho terá a duração de 90 dias, a contar da data de sua criação. Lúcia Aguiar, chefe da Cemando, considera o prazo suficiente para a normalização dos serviços. O atendimento ao público permanece das 12h às 16h, também durante a vigência do GET.

O Grupo Especial trabalha para atualizar o número de mandados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bianor Gabriz

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE. Fone(081) 419-3251 Fax 424.1363 e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 177 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 23 de setembro de 1998

Selo garante autenticidade de documentos e controla arrecadação judiciária

Roberta Tavares

A partir de fevereiro, todos os documentos emitidos por cartórios judiciais e extrajudiciais passam a conter um Selo de Autenticidade. A iniciativa permite o combate às fraudes no recolhimento de custas ao Poder Judiciário, além de modernizar e melhorar os serviços prestados à população. Já adotado por Estados como o Ceará, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, o selo garante também a legitimidade dos papéis.

Segundo o diretor de Finanças, Aldo Ramos, a medida beneficia não apenas o Poder Judiciário, que passa a ter condição de saber o valor das custas a serem recolhidas. Como mecanismo de controle interno e impedindo a falsificação de documentos, respectivamente, os cartórios e a população também saem ganhando no combate às fraudes. O Tribunal de Justiça vai realizar uma ampla campanha de divulgação, visando inclusive o esclarecimento da comunidade que deve exigir a utilização do selo nos documentos.

Foto: Ricardo Fernandes

Os cartórios serão recadastrados, segundo o diretor de Finanças, Aldo Ramos. Endereço datilhado, nome do oficial e do substituto, CGC de firma e CPF das funcionárias são alguns dos dados a serem fornecidos ao Tribunal de Justiça

Baseado na experiência do Ceará, que triplicou a arrecadação judiciária através de seu sistema de controle do recolhimento de Taxas sobre Serviços Notariais e de Registro (TSNR), Aldo Ramos acredita que a receita judiciária pernambucana, atualmente em torno de R$1,6 milhão mensal, cresça em pelo menos 50%. Por lei, esses recursos só podem ser aplicados em manutenção de fóruns e capacitação de pessoal.

Mandados de citação, intimação, prisão, cartas precatórias, negativas de falência, autenticação de cópias de processos e outros documentos existentes nas Varas cíveis e criminais passam a circular com o denominado Selo de Autenticidade, assegurando a legitimidade dos papéis. Já nos serviços extrajudiciais, serão criados seis tipos de selo para uso nas autenticações, reconhecimento de firma 1 e 2, ato registral, ato notarial e certidão e 2ª via.

Os selos serão vendidos aos cartórios por R$0,03 a unidade. Como o valor será repassado aos documentos emitidos, o diretor de Finanças informa que o Tribunal de Justiça encarregou uma comissão especial de elaborar nova Lei de Custas. Uma empresa especializada na confecção de selos de autenticidade será contratada através de licitação na modalidade de concorrência, devendo se responsabilizar também pela distribuição do material em todo o Estado de Pernambuco, confirmando a entrega através de sistema informatizado.

A empresa deve também implantar um sistema de controle "on line" no Tribunal de Justiça, com banco de dados que permita a pesquisa por numeração e tipo do selo, serventia e titular, nota fiscal, quantidade solicitada a cada requisição e fornecimentos com a numeração dos lotes entregues. O TJ exige características técnicas, entre elas formato, marca d' água, tipo de papel, camada adesiva, impressão e holograma, que garantam a segurança do selo.

Conforme dados apresentados no projeto básico, dois meses é o tempo estimado para utilização de quatro milhões e um milhão de Selos de Autenticidade, respectivamente, nos serviços extrajudiciais e judiciais. A campanha de divulgação prevê a confecção e distribuição de cartazes, cartilhas e folderes em todos os mais de 600 cartórios e serventias estaduais. O Tribunal de Justiça fará reuniões nas Comarcas-pólo para explicar o funcionamento do sistema e orientar a população a exigir o selo que, segundo o diretor de Finanças, aumenta a confiabilidade dos documentos, inibe fraudes e falsificações e contribui para um melhor controle de arrecadação de TSNR.

O serviço está orçado em R$1 milhão, a preços de outubro. Segundo Aldo Ramos, o TJ não permite atualização, embora os valores possam ser reajustados desde que seja demonstrada a quebra do equilíbrio econômico-financeiro por tributos que onerem os serviços.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bárbo Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Boa Vista - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1160
e-mail: asics@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

no LXXV • Nº 178 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 24 de setembro de 1998

BIBLIOTECA

Amepe quer aproximação entre juízes

Ulisses Viana fala do projeto que ainda se encontra em fase de estudo

Uma maior aproximação entre juízes das mais distantes comarcas. Esse é o objetivo do trabalho que a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco vai implantar, visando diminuir o isolamento em que vivem os representantes do Judiciário no interior do Estado. Ainda em fase de estudo, a iniciativa busca não apenas o aprofundamento da orientação técnica aos novatos, mas o estabelecimento de relações interpessoais mais efetivas.

De acordo com o juiz Ulisses Viana Filho, da direção da Amepe, peculiaridades da profissão - como a dificuldade de se ausentar da Comarca - causam o isolamento do magistrado. Além disso, segundo ele, crescem as diferenças culturais com o número, cada vez maior, de candidatos de outros Estados que, aprovados em concurso público, são nomeados para o Judiciário pernambucano.

Para desenvolver o trabalho, uma comissão de magistrados vai inicialmente fazer o levantamento das dificuldades e expectativas dos juízes nas Comarcas. A partir desse estudo, a entidade começa a desenvolver o chamado programa de integração, ainda maior, da Amepe com os associados, disse Viana Filho.

Notas

Pará - O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, encontra-se em Belém do Pará, onde participa amanhã de mais uma Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O evento tem sessão solene de abertura, hoje, com palestra do chefe do Judiciário paraense, desembargador Oswaldo Pojucan Tavares.

Paudalho - A convite do comandante da Academia de Polícia Militar do Paudalho, tenente-coronel João de Moura Barbosa Filho, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, fez palestra, esta semana, para os alunos-oficiais daquela escola militar. Recebido pela guarda de honra, Galvão falou sobre a nova estrutura do Judiciário estadual.

Divisão de Suprimentos renova estoque de material para expediente

Chegou ao final o processo de licitação para aquisição de material de expediente do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Homologada pelo desembargador Etério Galvão, presidente do TJPE, a TP-12, como é identificado o processo, contempla uma relação de 164 itens de material de consumo interno, desde canetas a produtos utilizados na Informática. Esse material será entregue pelos fornecedores logo depois sejam emitidos os empenhos, o que será providenciado ainda esta semana, segundo Aldo Ramos Filho, diretor financeiro do TJPE.

Iniciada em abril, a TP-12 tramitou durante quase cinco meses, até a conclusão e homologação. Segundo Amélia Sampaio Carvalho,

Amélia informa que a licitação ocorreu dentro do prazo esperado

que preside a Comissão Permanente de Licitação (CPL), a conclusão da TP-12 se deu dentro do prazo esperado, prolongado em função do rigoroso cumprimento das regras de licitação adotadas pelo TJPE. "Cada item é uma licitação autônoma. Foram habilitadas 37 empresas licitantes, representando número igual de propostas para cada um dos 164 itens que estão sendo comprados. O resultado é um grande de número de análises que são feitas caso a caso, e isso demanda tempo. A presidente da CPL lembrou que a TP-12 sofreu recursos nas fases de habilitação e classificação. Cada recurso dispõe de um prazo de até 15 dias para julgamento. "Considere-se, também, que cada proposta foi encaminhada à Diretoria de Infra-Estrutura para verificação da compatibilidade do produto ofertado pelo licitante com as amostras apresentadas. Tudo isso influi na demora de processo desta natureza, que é, em média, de quatro meses", concluiu.

O material, que está sendo aguardado, chega no momento em que a Divisão de Suprimentos do TJPE estava sob ameaça de desabastecimento. As conseqüências chegaram a ser sentidas por alguns setores do Poder Judiciário com a falta de produtos dentre os mais usados. Contudo, segundo Eduardo Luciano, chefe daquela Divisão, o estoque ainda dispõe de itens gráficos e de Informática que podem atender à demanda até a chegada do material adquirido.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mario Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163

e-mail: ...@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 179 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 25 de setembro de 1998

Universidade participa do processo de seleção de estagiários

A pré-seleção dos candidatos às vagas de estágio no Judiciário será realizada pela Universidade de Pernambuco. A decisão tomada pelo Tribunal de Justiça, Associação dos Magistrados e Escola da Magistratura consta de convênio assinado entre as instituições, na presença do reitor Júlio Correia, da UPE.

A terceirização do serviço, segundo o assessor especial da Presidência, juiz Ruy Patu, moderniza o processo seletivo dos estagiários. "Os candidatos, anteriormente, eram indicados pelos magistrados, sem que existissem critérios específicos". O quadro de estagiários tem 482 vagas administrativas e jurisdicionais na Capital e Comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias.

Assinado pelos representantes das instituições, o convênio prevê também a orientação técnico-pedagógica dos estagiários

As inscrições estarão abertas de 12 a 23 de outubro, para universitários de Direito (438 vagas), Administração (9), Ciências Contábeis (4), Informática (8), Psicologia 13, Serviço Social (8) e Jornalismo (2), podendo haver remanejamento e redistribuição das vagas se houver necessidade. O resultado da prova objetiva da pré-seleção sai final de novembro.

Cemando triplica número de mandados distribuídos

A Central de Mandados da Capital registrou nas últimas duas semanas uma distribuição diária de 600 mandados, em média. Os dados indicam que, anteriormente registrando cerca de 200 mandados por dia, a Cemando aumentou sua distribuição desde que foi implantado, no dia 10, o Grupo Especial, criado pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco para atualizar os trabalhos daquela unidade.

Dispondo de 90 oficiais de justiça e responsável pelo cumprimento de mandados emitidos nos 14 Juizados Especiais do Grande Recife, 72 Varas da Capital e nas Comarcas situadas entre o Cabo de Santo Agostinho e Itamaracá, a Cemando vinha sendo afetada pelo acúmulo de mandados, reflexo do regime de plantão judiciário realizado durante as férias forenses de julho. A portaria que instituiu o Grupo estabelece, entre outras providências, um expediente interno de 8h às 12h, durante o qual é feita a distribuição dos mandados acumulados, aos oficiais de Justiça.

Integrado pelos oito servidores atualmente lotados na Cemando, o Grupo Especial de Trabalho terá a duração de 90 dias, a contar da data de sua criação. Lúcia Aguiar, chefe da Cemando, considera o prazo suficiente para a normalização dos serviços. O atendimento ao público permanece das 12h às 16h, também durante a vigência do GET.

O Grupo Especial trabalha para atualizar o número de mandados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bianor Gabriz

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE. Fone(081) 419-3251 Fax 424.1363 e-mail: asimf@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

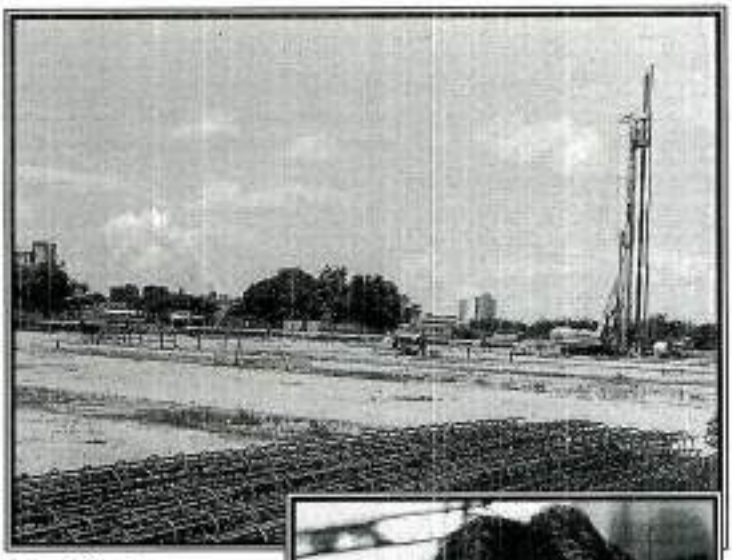
Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 180 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 26 de setembro de 1998

Fórum do Recife

TJPE cuida da segurança do trabalho

***O** cumprimento dos requisitos básicos de segurança do trabalho é uma das principais preocupações da equipe do Tribunal de Justiça de Pernambuco que acompanha a construção do novo Fórum do Recife, na Ilha de Joana Bezerra. Na segunda-feira, um grupo de médico, engenheiros e técnicos especializado na área, chega ao local para desenvolver ações preventivas de acidentes, segurança e saúde.*



De acordo com Rogéria Magalhães, assessora técnica do TJPE, o número desses profissionais na obra varia de acordo com o grau de risco das atividades desenvolvidas em cada fase. "Isso é determinado pela Norma nº 4, da Lei 6514/77, que trata da organização dos serviços de engenharia, segurança e medicina do trabalho."

A própria equipe técnica do Tribunal, integrada também por profissionais da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco, inspeciona diariamente o andamento das obras, conferindo os resultados de cada etapa e a qualidade de tudo o que é feito. A engenheira Rogéria Magalhães disse que a fase de estaqueamento deve ser concluída até domingo, com cerca de 680 estacas.

A conclusão do Fórum está prevista para final do próximo ano.

As obras do novo Fórum seguem o cronograma estabelecido, afirma a assessora técnica do Tribunal de Justiça, Rogéria Magalhães

Na opinião da assessora, no ritmo em que os trabalhos caminham não resta dúvida quanto ao cumprimento do prazo assumido pela empresa contratada, Sergen - Serviços Gerais de Engenharia S/A.

Projetado para abrigar 83 Varas, Corregedoria, biblioteca, auditório, dois tribunais de Júri, estacionamento para funcionários e usuários, o novo Fórum mescla o clássico da tradição arquitetônica da Grécia Antiga com o que há de mais moderno em tecnologia. O prédio terá um sistema de cabeamento estruturado de modo a permitir instalações instantâneas de terminais de computador ou telefone em qualquer ponto dos ambientes internos.

A opção por material moderno e duradouro, proporcionando vida longa às instalações, não deixou de fora a preocupação com os baixos custos de manutenção e economia no consumo de água e de energia elétrica, que serão garantidos através de dispositivos para redução de gastos, principalmente no uso de aparelhos eletrônicos.

Agenda

Pleno - Por convocação do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, o Tribunal Pleno se reúne, segunda-feira, em sessão extraordinária. A sessão começa às 16h. A Corte aprecia, na oportunidade, o anteprojeto do Código de organização Judiciária e a alteração do Regimento Interno.

Roma - Tem apoio do Tribunal de Justiça, o II Congresso Internacional de Direito - Roma. Marcado para 12 a 22 de dezembro, na Itália, é uma promoção de entidades jurídicas, com coordenação geral do procurador José Janguiê Bezerra Diniz, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos do Direito. Os ministros Sálvio de Figueiredo Teixeira e Vicente Cernicchiaro, do Superior Tribunal de Justiça, participam como conferencistas. Informações pelo fone 227.4512 e e-mail bj@bureaujuridico.com.br

Unioeste - Até o dia 16 de outubro, ficam abertas as inscrições para o curso de pós-graduação "Latu Senso" em Direitos Humanos e Ciências Penais - Direito Penal do Mercosul, promovido pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. O domínio do idioma Espanhol é requisito básico. Informações: fone: (00.55.45)524.4040, no Campus Unioeste, Foz do Iguaçú, Paraná. O curso começa no dia 10 de dezembro, com aulas de quinta a sábado, uma vez por mês, com duração de dois anos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maceo

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: cstec@tjpe.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 181 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 29 de setembro de 1998

Infonordeste

Tribunal apresenta projetos no 7º Congresso de Informática

O Tribunal de Justiça mantém, esta semana, uma rotina iniciada há quatro anos consecutivos. De hoje a sábado, participa do Infonordeste, o maior evento de informática e telecomunicações do Norte/Nordeste, que se realiza no Centro de Convenções, para o qual estão inscritos 60 expositores.

Durante o período, o TJPE vai mostrar à comunidade como a tecnologia tem ajudado na modernização do Poder Judiciário. Da atualização da homepage, inteiramente voltada aos serviços prestados, à simulação de um interrogatório on line, projeto para agilizar a ouvida de réus presos, a participação vem bem a calhar com o tema central da Feira - Homem e máquina: integração presente na qualidade de vida.

O assessor especial da Presidência, juiz Jones Figueiredo, faz inclusive uma palestra sobre o assunto. No dia 2, detalha todo o projeto de melhoria da prestação da Justiça de 1º grau na Capital e Interior, que implica a utilização de um dos mais modernos sistemas de informática - o Judwin. O sistema prevê a distribuição e controle processual da 1ª instância, interligando todas as Comarcas do Estado.

Previsto no Plano de Gestão 1998/2000, com implantação completa até o próximo ano, o Judwin já deu os primeiros passos, no início de setembro, com o processo de interligação gradativa das centrais de computadores do Tribunal de Justiça, dos Fóruns Paula Batista e Thomaz Cirillo e da Comarca de Olinda.

A Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça vai mostrar novidades no 7º Congresso de Informática e Telecomunicações Norte/Nordeste. No estande montado no Pavilhão de Feira, o público vai fazer uma visita virtual às instalações do novo Fórum do Recife, em construção na Ilha de Joana Bezerra

A iniciativa, disse o diretor de Informática, Edmundo Godoy, permite o acesso à Internet, consulta à legislação interna do TJPE, às resoluções da Presidência, às instruções normativas e o acompanhamento dos processos que tramitam no Tribunal, através de qualquer dos computadores instalados nas Varas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fabio Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Maria Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419.3251 Fax 424.1363
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

DRH centraliza atividades e agiliza serviços

A centralização dos serviços da Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, além de oferecer melhores acomodações, proporcionou maior agilidade ao andamento de processos. A avaliação é de Marluce Correia Ribeiro, diretora adjunta da DRH, que também considera as atuais instalações, no primeiro andar do Fórum Paula Batista, bem mais confortáveis, beneficiando tanto a atendentes quanto aos servidores que precisam resolver assuntos funcionais.

Antes de transferir-se para o novo endereço, a DRH estava distribuída em quatro lugares: no térreo e no 5º andar do TJ - onde funcionavam as Divisões de Controle de Servidores da Capital, de Servidores do Interior e mais a Seção de Magistrados - e nos 4º e 5º andares do Fórum Thomaz de Aquino. Nestes dois, estavam o antigo Núcleo de Controle de Pessoal do Fórum da Capital e a Diretoria de Seleção e Desenvolvimento de Pessoal.

O distanciamento, segundo Marluce, implicava perda de tempo. "Quando, por exemplo, nos chegava o requerimento de um funcionário da Comarca da Capital, ao qual precisássemos anexar uma determinada informação, o processo era protocolado e remetido para o Thomaz de Aquino, onde era recebido e também protocolado, causando às vezes até dois dias de atraso, ou mais. Essas informações complementares já podem ser tomadas na mesma hora", disse a diretora.

Até quinta-feira, a Divisão de Pagamento, única que falta ser transferida, vai permanecer funcionando no prédio do TJ. Depois disso será feita a mudança. Apenas a Seção de Administração de Benefícios será mantida no andar térreo do Palácio da Justiça. "Aquela unidade é bastante procurada também por aposentados, alguns já bastante idosos. Esse é o local de melhor acesso de que dispomos, mais conveniente, portanto, aos que têm dificuldade de locomoção", justificou Marluce.

O horário de atendimento da DRH é agora a partir das 12h

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 182 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 30 de setembro de 1998

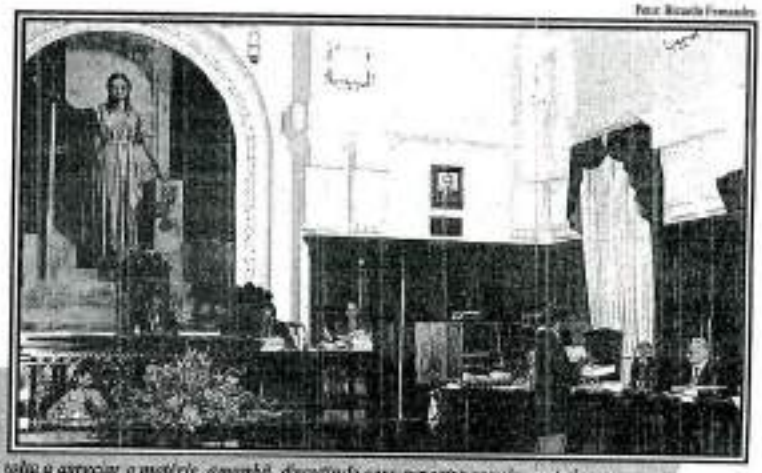
Tribunal de Justiça cria primeira Ouvidoria Judiciária

Sérgio Marcos

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aprovou, em sessão extraordinária, a criação da Ouvidoria Judiciária (OJ), que consiste em um canal de comunicação, através do qual a sociedade poderá dirigir suas reclamações ou denúncias contra o que julga serem omissões ou irregularidades cometidas pelo Poder Judiciário estadual. Em nova sessão marcada para a amanhã, às 14h, a matéria volta a debate, quando serão discutidos seus aspectos regulamentadores. Para esta data também foi adiada a apreciação do anteprojeto do Código de Organização Judiciária e do projeto que prevê alterações no Regimento Interno do Tribunal Pleno.

Incluído no Plano de Gestão para o biênio 1998/2000, o projeto da Ouvidoria foi elaborado pela Presidência do TJPE, com participação de igrejas e entidades de representação da sociedade. Seu objetivo básico é orientar a população e receber reclamações individuais ou coletivas contra o Poder Judiciário. Segundo o desembargador Og Marques, a própria Ouvidoria encaminha o assunto à Presidência do Tribunal ou à Corregedoria Geral para a instauração de sindicâncias, inquéritos administrativos ou auditorias, quando cabíveis.

Foto: Ricardo Fernandes



A Corte Especial volta a apreciar a matéria, amanhã, discutindo seus aspectos regulamentadores

Judiciário analisa importância da Ouvidoria

Foto: Ricardo Fernandes

Nove votos contra cinco foi o resultado da aprovação

Apesar de aprovada por folgada maioria dos votos (9x5), a Ouvidoria gerou um dos mais participativos debates entre os membros da Corte, o que foi classificado pelo desembargador Napoleão Tavares, vice-presidente do TJPE, de exercício de democracia.

Defendendo a aprovação, o desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal, argumentou que o propósito da Ouvidoria é fazer, de forma permanente e institucionalizada, o que já vem sendo feito por ele próprio no Projeto Agenda Livre, quando uma vez por mês abre as portas de seu gabinete à população, permitindo ao cidadão, que se sente de algum modo prejudicado pelo Judiciário estadual, externar sua insatisfação e buscar soluções.

Concordando com Etério Galvão, o desembargador Antônio Camarotti, um dos votos favoráveis, falou que o desejo por mudanças tem sido externado pela sociedade de modo crescente. Além dele e do presidente do TJPE, os desembargadores Waldemir Lins, Artur Pio, Rafael Neto, Hélio Siqueira Campos, Ozael Veloso, Antônio Amorim e Dário Rocha votaram pela aprovação do projeto.

Segundo Zélia Mendonça, da Coordenação de Planejamento do Tribunal, experiências similares à Ouvidoria criada pelo TJPE já são praticadas pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, onde a população dispõe de canais para denunciar irregularidades cometidas pela Polícia, e no Paraná, que também dispõe de uma Ouvidoria Pública. Pernambuco, no entanto, segundo ela, é o primeiro a aplicar a experiência no Judiciário. (SM.)

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1563
e-mail: www@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 183 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 1º de outubro de 1998

TJPE apresenta projeto de interrogatório on line

O interrogatório on line, projeto que o Tribunal de Justiça desenvolve para permitir a realização de audiências de réu preso, sem que ele necessite comparecer aos fóruns, é uma das novidades apresentadas ao público da Feira de Informática, no Centro de Convenções.

Com utilização de equipamentos de videoconferência, como placas de som, câmaras e computadores, instalados nos estandes do Tribunal de Justiça e da Fisepe, alunos da Escola da Magistratura de Pernambuco, interpretam o papel do juiz, da promotoria, da defesa e do réu, simulando audiências em que o acusado pode ser ouvido sem sair do presídio.

As audiências experimentais são realizadas às 18h e 20h.O estande do Tribunal simula a sala do juiz e o presídio Aníbal Bruno. O projeto foi oficialmente lançado, ontem, pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, e pelo superintendente do Sistema Penitenciário, Américo Machado.

O interrogatório on line tem o objetivo de evitar que a apresentação do preso para audiência continue como um dos maiores entraves na tramitação de processos criminais. E, além de resultar em redução de custos, evita riscos para a população, na medida em que não haverá necessidade de locomoção do detento.

Para o desembargador Og Marques, a iniciativa significa a utilização da tecnologia a serviço do Direito. Embora o Código de Processo Penal, por ser da década de 40, não faça nenhuma referência ao uso de computadores, o magistrado lembra que essa mesma legislação admite, contado, o telegrama - tecnologia disponível à época - para o habeas corpus.

O interrogatório on line, que tem implantação prevista para o início do próximo ano, foi oficialmente lançado ontem pelo Tribunal de Justiça e Secretaria de Justiça, na Feira de Informática. O presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, explicou à imprensa como o sistema vai funcionar e garantir a realização de audiências de réus presos.

Canteiro de obras do Fórum é transformado em escola

Uma escola de alfabetização de adultos está funcionando no canteiro de obras do Fórum do Recife, atendendo cerca de 30 alunos, até à quarta série. Foi inaugurada esta semana pela Sergen, empresa responsável pela construção do imóvel. O Fórum vai abrigar todas as Varas em funcionamento na Comarca da Capital.

Transformados em estudantes, à noite, os operários recebem material didático fornecido pela construtora. Sob supervisão pedagógica do Sesi, que utiliza o método Paulo Freire de aprendizagem, a escola também oferece uma formação cultural, com visita a locais históricos do Recife.

Uma sala especialmente construída no canteiro de obras do Fórum do Recife, abriga cerca de 30 alunos. A demanda pode determinar a abertura de novas turmas

O curso tem duração de oito meses e fornece certificado de série. Os alunos são submetidos a avaliações e podem ser criadas novas turmas, a depender do interesse dos operários. O método de aprendizagem utiliza a realidade de vida do operário, como ambiente de trabalho e familiar.

Segundo o gerente de Recursos Humanos, José San Sebastian, o funcionamento de escolas em canteiros de obras da Sergen é uma prática comum na empresa, bem antes de ter sido adotada pelo sindicato dos empresários do ramo de construção civil, em 1992.

Durante esse período, cerca de 600 operários-alunos já freqüentaram os cursos oferecidos em canteiros de obras que têm duração prevista superior a seis meses, como é o caso do Fórum, que será entregue em dezembro 99. A iniciativa, disse San Sebastian, é fundamental não apenas pelo objetivo em si, que é o de alfabetizar adultos, mas também porque cria uma relação de confiança entre empresa-empregado.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE

Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163

e-mail: asim@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 184 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 02 de outubro de 1998

Grupo estuda modernização de cartórios extrajudiciais

O Tribunal de Justiça criou comissão técnica para avaliar o funcionamento do serviço notarial e de registro público em Pernambuco. Presidido pelo juiz José Alexandre de Aquino, o grupo tem também a finalidade de elaborar planos visando à melhoria do atendimento dos cartórios extrajudiciais no Estado.

Uma das preocupações, de acordo com o assessor especial da Presidência do TJ, juiz Ruy Patu, é a de verificar a necessidade de concurso público nessa área. Segundo o magistrado, o setor está há muito tempo defasado no que diz respeito a número de funcionários.

Integrada por dois servidores do Judiciário e por um representante dos tabeliães e um outro dos oficiais de registro, a comissão pode opinar sobre pedidos de anexação e desanexação de cartórios, instituição de novas serventias e mudanças de área de atuação do atendimento extrajudicial.

As atividades notariais e de registro público vão passar por modificações, visando à melhoria do atendimento e da situação funcional

Para auxiliar o trabalho da comissão, que tem até o final do biênio para modernizar o funcionamento das atividades extrajudiciais, a Assessoria Especial está elaborando levantamento da atual situação dos cartórios. O censo, de acordo com o juiz Ruy Patu, vai colher, entre outros, dados funcionais dos agentes e titulares, quantidade de cartórios em cada Comarca e número de empregados.

Grupo estuda Judiciário moçambicano

Para avaliar e propor projeto de modernização do Judiciário de Moçambique, uma comissão de estudos judiciários viaja, hoje, àquele país africano. A viagem é decorrente de convênio de cooperação técnica firmado entre os governos brasileiro e moçambicano, com apoio da FAO, entidade ligada à Organização das Nações Unidas.

Sem ônus para o Judiciário pernambucano, o grupo de estudos é integrado pelo desembargador Og Marques, pela coordenadora de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça, Zélia Mendonça e pelo consultor internacional para assuntos de meio ambiente, advogado Ivon Pires Filho. Independente desde a década de 70, mas vítima de guerras e conflitos internos até 1992, o País tenta uma se reestruturar.

O grupo vai conhecer toda a realidade jurídico-administrativa do Judiciário. Diferente do nosso, o de Moçambique apresenta semelhanças ao de Portugal, país colonizador. O projeto a ser apresentado pelo grupo, embora contenha propostas de modernização, deve estar de acordo com a cultura local.

Agenda Livre

O desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), abre hoje, mais uma vez, as portas do Palácio da Justiça à população para ouvir suas queixas relacionadas ao Judiciário. É o projeto Agenda Livre, que desde abril é realizado às primeiras sextas-feiras, com o propósito de dar voz ao cidadão que necessita dos serviços deste Poder.

Com uma média de 82% das solicitações sendo atendidas, o Projeto reforçou a idéia da Ouvidoria Judiciária, que está sendo criada para assumir, de forma institucionalizada e ainda mais eficiente, o que hoje é feito apenas pela Presidência do TJPE.

TJPE e OAB discutirão melhoria dos serviços para a sociedade

Em data a ser confirmada, a Ordem dos Advogados do Brasil se reúne na próxima semana com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão. Em pauta, assuntos relacionados à melhoria do serviço e à criação de mecanismos que facilitem o acesso da população aos seus direitos. De acordo com o vice-presidente da OAB, Ademar Rigueira, que junto a integrantes da instituição foi, quarta-feira, informalmente recebido pelo magistrado, o TJ está no caminho certo quando toma iniciativas semelhantes ao Projeto Agenda Livre e à Ouvidoria Judiciária. Entre outros presentes ao encontro, o presidente da Ordem, Aluísio Xavier, e a secretária geral Ivânia Melo. Os representantes da OAB lotaram o gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE CEP -50.010-040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.2163
e-mail: asicr@tjpe.gov.br

TECA

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 185 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 03 de outubro de 1998

Pleno altera Regimento Interno

Em sessão do Pleno, desembargadores aprovaram, esta semana, modificações ao Regimento Interno (RI) do Tribunal de Justiça. Entre as principais novidades, o acréscimo de três parágrafos (5º, 6º e 7º) no artigo 128, que trata da lavratura de acórdãos, visando desburocratizar e agilizar o processo de registro das intervenções feitas pelos desembargadores no julgamento de recursos.

Anteriormente, as taquígrafas registravam tudo o que fosse dito em julgamento, cujas notas eram depois datilografadas, mesmo que o julgador dispusesse de relatório e voto já digitados. A partir das modificações do RI, às taquígrafas somente caberá, obrigatoriamente, anotar as exposições orais improvisadas, portanto sem material escrito.

Pelo estabelecido, na hipótese de relatório e voto serem apresentados por escrito, o relator já deve trazer para a sessão a ementa do acórdão a ser lavrado. Neste caso, quando o relator for acompanhado em seu voto pelos demais julgadores, o secretário da sessão, imediatamente após o julgamento, colherá as assinaturas do acórdão nos termos do artigo 130, dará ciência ao Ministério Público e o juntará aos autos com o relatório e o voto, encaminhando à publicação nas 48 horas seguintes. Isso pode reduzir a dias ou semanas o prazo para publicação de acórdãos. Atualmente, do julgamento de um recurso até a publicação do seu acórdão, pode decorrer prazo de até cinco meses, em média.

TJPE define estrutura da ouvidoria

A Ouvidoria Judiciária funcionará com equipe composta por um assistente, dois atendentes e um auxiliar de serviços, subordinada ao ouvidor judiciário, cargo a ser ocupado por um desembargador indicado pelo presidente do Tribunal, Etério Galvão. A decisão é do Pleno que, por 10 votos contra 4, decidiu que as organizações-não-governamentais não mais participarão do programa, descartando a criação dos agentes comunitários de Justiça. Votaram a favor da exclusão os desembargadores Joaquim de Castro, Manoel Rocha, Fausto Freitas, Ozael Veloso, Antônio Camarotti, Rafael Neto, Mário Melo, Napoleão Tavares, Artur Pio e Valdemir Lins.

A estrutura da Ouvidoria contará ainda com dois microcomputadores, uma linha telefônica 0800 para ligações gratuitas, urnas para coleta de sugestões e outros equipamentos. O atendimento ao público poderá ser feito pessoalmente ou ainda pelo sistema de tele-ouvidoria e via Internet.

As alterações no Regimento Interno e o acerto de detalhes na criação da Ouvidoria foram aprovados pelo Tribunal. A Ouvidoria deve ser implantada até o final do ano, em caráter experimental

Estande mostra novidades tecnológicas no TJPE

Uma imagem digitalizada do Fórum do Recife foi a marca do estande do Tribunal de Justiça, instalado no pavilhão de feiras do Centro de Convenções, durante a Infonordeste. Um público específico, formado por magistrados, representantes do Ministério Público, advogados e estudantes de Direito, visitou o local, demonstrando especial interesse na realização do interrogatório on line.

Ocupando uma área de 40m2, o estande proporcionou ao público o conhecimento de uma parcela do que o Tribunal de Justiça vem realizando com ajuda da tecnologia. Durante o período, mais de 1.100 pessoas tiveram acesso à home page do TJ, atualizada e voltada à divulgação dos serviços prestados. Dentre as novidades, espaço dedicado ao envio de mensagens para qualquer um dos órgãos e departamentos do Tribunal.

Junto ao interrogatório on line e ao acesso à home page, o passeio virtual ao novo Fórum do Recife, foi uma das atrações. Embora esteja programado para ser entregue em dezembro do próximo ano, com ajuda da informática foi possível conhecer o interior das instalações, percorrendo andar por andar.

No estande, demonstração de como a tecnologia pode estar a serviço da Justiça

Agenda

Mato Grosso -O Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT) vai realizar concurso público para preenchimento de vagas de juiz substituto. As inscrições, ao valor de R$ 100,00, deverão ser feitas até o dia 5 de outubro, no Departamento de Recursos Humanos daquele Tribunal, pelo próprio candidato ou procurador. Quem mora em outros estados pode fazer sua inscrição pelos Correios, considerando a data de emissão da postagem.

Ao contrário do que ocorreu em concursos anteriores, o TJMT não exige dos candidatos o período de dois anos de prática. Fica mantida, porém, a exigência de cumprimento do estágio universitário como estudante do curso de Direito. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (065)617.3101.

Dívida Pública - Interessados no 1º Seminário Sobre Títulos da Dívida Pública, que será realizado no Hotel Atlante Plaza, podem se inscrever na Rua Dom Vital, 106, e obter informações pelos telefaxes 231.6705/421.4800. Os advogados Hélio Mariano e Eduardo Paixão, especialistas em Direito Civil, serão expositores. O Seminário será realizado no dia 14, das 8 às 18h.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 186 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 06 de outubro de 1998

Agenda Livre orienta sobre casos de polícia

A participação de um delegado de polícia foi a principal inovação do projeto Agenda Livre, que aconteceu sexta-feira, com a presença de quase 80 pessoas interessadas em falar pessoalmente com o presidente do TJPE, Etério Galvão. O delegado Marco Sampaio, da Assessoria Policial Militar e Civil, prestou orientação nos casos de competência da Secretaria de segurança Pública, como ameaças de morte, estupro, entre outros. Sua presença deverá se repetir nas próximas audiências.

Um dos casos registrados foi o da dona de casa E.A.C., vítima de estupro, e que, estando grávida, não sabe se o filho é do marido ou do estuprador. "Iremos acompanhar cada passo do inquérito policial, na Delegacia de Polícia Civil de São Lourenço da Mata, cidade onde ela mora", informou Sampaio, que também conversou com E.A.C.

O Agenda Livre - que acontece toda primeira sexta-feira do mês - contou ainda com a participação de integrantes da Consultoria Jurídica do TJ, João Armando e Célia Moraes, que auxiliaram nos casos relativos à agilização processual. As pessoas que procuraram o presidente notaram, no entanto, a ausência do representante da Defensoria Pública, que compareceu às audiências anteriores.

Para serem recebidas, muitas pessoas chegaram logo pela manhã, algumas vindas do interior do Estado. Segundo Ana Paula Macedo, do Gabinete da Presidência, além de municípios próximos à Capital, tem se registrado a busca de moradores de locais mais distantes do Recife, como Caruaru e, até Serra Talhada. "É importante lembrar que o Ageada Livre já foi realizado em cidades como Garanhuns e Triunfo e deverá acontecer nas Comarcas a serem visitadas pelo presidente, completou.

As pessoas que trouxerem ao Agenda Livre casos da competência da Secretaria de Segurança Pública serão acompanhadas de um delegado de polícia

Coral canta seu nono aniversário

Com um repertório de 12 músicas, composto de clássicos como Ave verum (Mozart), Kyrie (Schubert) e composições consagradas da música popular brasileira, como Eu sei que vou te amar (Tom Jobim) e Aquarela do Brasil (Ari Barroso), o Coral do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CTJ) celebrou os nove anos de sua criação. A comemoração aconteceu no final do expediente da sexta-feira, com a presença de desembargadores e funcionários do Tribunal, que foram recepcionados no Salão dos Passos Perdidos.

Criado em maio de 1989, por iniciativa do desembargador Mauro Jorge, com o propósito de se apresentar nos eventos sociais do TJPE, o Coral, atualmente integrado por 40 servidores, fez sua primeira apresentação oficial em agosto daquele ano, durante as comemorações do 167º aniversário da instalação deste Poder. Regido pelo maestro Ricardo Farias, o CTJ costuma incluir um piano em suas apresentações, executado por Izabel Souza.

Segundo Daniela Mascena, que tomou posse como presidente do CTJ também na última sexta-feira, "o Coral tem, ainda, o propósito de contribuir com uma maior aproximação entre os servidores e estimular a formação de uma cultura musical dentro do âmbito do Judiciário".

Carta Magna completa 10 anos de promulgação

Com anúncio nos jornais pernambucanos, o Tribunal de Justiça marcou os 10 anos de promulgação da Constituição nacional, transcorridos ontem. Na peça publicitária, o TJ se refere à Carta Magna como o "Manual do Cidadão Brasileiro". Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, foi chamada de Constituição Cidadã pelo então presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Contendo os direitos e deveres do povo brasileiro, destina-se a assegurar o exercício da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lins e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE
Fone(081) 419-3151 Fax 424.1163

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 187 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira 7 de outubro de 1998

Tribunal abre inscrições para estagiários

Roberta Tavares

O Tribunal de Justiça abre, segunda-feira, as inscrições para a pré-seleção de 482 estagiários. Os universitários, matriculados nos dois últimos anos ou quatro últimos períodos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Psicologia, Serviço Social e Jornalismo, têm até o dia 23 para apresentar histórico escolar com média mínima global seis e preencher formulário.

As inscrições podem ser feitas na secretaria da própria escola, onde os manuais contendo formulário e programa já se encontram à disposição dos candidatos. Os interessados devem dispor do horário no turno da tarde. Conforme convênio firmado entre o TJ, a Esmape e a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, as provas serão realizadas pela Universidade de Pernambuco - Fesp/UPE, em data a ser definida, segundo o assessor especial da Presidência do TJ, juiz Ruy Patu.

Foto: Ricardo Fernandes

Os estagiários vão atuar nos departamentos administrativos e jurisdicionais, de preferência, nas Comarcas de origem. As inscrições são gratuitas e realizadas na unidade de ensino dos candidatos

Os candidatos devem entregar o formulário de inscrição, devidamente, preenchido à unidade de ensino, lembrando-se de tirar cópia da ficha e de solicitar o visto na mesma, pois ela servirá de comprovante. O cartão de identificação, documento que habilita os inscritos a participarem da prova objetiva, começa a ser entregue no dia 3 de novembro, no local de opção do teste de seleção.

O estágio é regionalizado, permitindo aos candidatos selecionados serem, preferencialmente, lotados na Comarca de residência ou da sede da Faculdade. Para serem pré-selecionados, os candidatos precisam obter um mínimo de 60 pontos na prova escrita de 50 questões objetivas de múltipla escolha. Somente esses podem participar da segunda etapa, que consta da análise de documentos para comprovação dos pré-requisitos. Essa etapa é igualmente eliminatória. Informações sobre o estágio pelo telefone 0800991200, das 8 às 16h.

Candidatos devem tomar cuidado com o uso do cartão ótico

A marcação incorreta no cartão de leitura ótica é da inteira responsabilidade do candidato. O alerta é da direção da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, supervisora do processo de seleção do quadro de estagiários do Tribunal de Justiça. Segundo a Esmape, dirigida pelo desembargador Dário Rocha, marcações dupla, rasurada e emendada são consideradas incorretas, assim como o campo não marcado.

As bolhas do cartão de leitura ótica devem ser totalmente preenchidas, com caneta esferográfica azul ou preta, ficando os candidatos cientes de que a Esmape não vai realizar segunda chamada. Toda atenção no calendário é pouca, pois faltosos e retardatários serão automaticamente excluídos do processo. Outro lembrete: é proibido qualquer tipo de consulta seja em livros, códigos ou anotações, assim como o uso de aparelhos de comunicação ou máquinas de calcular.

Estágio no TJPE tem mais de 400 vagas

O quadro de estagiários do Tribunal de Justiça oferece 482 vagas a universitários pernambucanos. Desse total, 438 são para a área de Direito. Os selecionados vão cumprir a carga horária de 20 horas semanais, à tarde, durante um ano, no Tribunal de Justiça ou nas Comarcas de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias.

As vagas restantes estão reservadas aos cursos de Administração (9), Ciências Contábeis (4), Informática (8), Psicologia (13), Serviço Social (8) e Jornalismo (2). Os universitários vão trabalhar junto aos órgãos administrativos e jurisdicionais, podendo renovar o estágio por mais um ano, caso a necessidade se constate.

O desembargador Dário coordena o processo

Os aprovados na pré-seleção ainda passam por uma entrevista e consulta psicológica. E, finalmente, convocados pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, serão trimestralmente avaliados pelas chefias. O estágio não cria vínculo empregatício e estará encerrado se o estagiário se afastar do curso de graduação.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora da Comunicação Social:
Mércia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3383
e-mail: oficio@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 188 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 8 de outubro de 1998

Secretaria de Administração exige eficiência e economia

Reduzir ao máximo as despesas, sem comprometer a qualidade das atividades administrativas do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), foi a principal recomendação feita pela Secretaria de Administração (SAD), durante reunião com as diretorias a ela vinculadas. O permanente esforço para se fazer cumprir as metas previstas no Plano de Gestão biênio 1998/2000, que dá especial atenção à modernização dos serviços do Judiciário, foi outro compromisso bastante lembrado pela secretária Olga Cruz.

Foram expostas, ainda, as medidas que a SAD vem adotando no sentido de identificar e coibir eventuais desperdícios, com análises cada vez mais criteriosas dos pedidos de compras ou serviços, visando o máximo de eficiência com o mínimo de gasto financeiro. Os participantes também foram chamados a integrar todos os esforços possíveis no desenvolvimento de ações que envolvam mais de uma diretoria.

O encontro também serviu para avaliar as atividades executadas desde o início do ano, quando cada diretor fez uma abordagem das ações desenvolvidas em sua respectiva diretoria, já realizadas ou em curso. Entre as medidas mais recentes estão as mudanças aplicadas na Diretoria de Recursos Humanos (DRH), cuja centralização de suas divisões em único lugar, com instalações mais confortáveis, entre outros fatores, contribuiu de imediato para melhorar a qualidade do atendimento, propiciando, inclusive, maior agilidade do andamento de processos.

Durante a reunião, a secretária Olga Cruz destacou a a modernização como sinônimo de eficiência e economia

Aemepe distribui presentes para crianças

A Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco fará, hoje, no Fórum Tomaz de Aquino, a entrega da segunda remessa de presentes para os filhos de funcionários que prestam serviços ao Tribunal de Justiça através de empresas contratadas. Na quinta-feira, uma parte já havia sido distribuída. Somados a esses, mais de 200 funcionários de empresa terão recebido presentes para os filhos com idades entre 1 e 12 anos.

Em comemoração à passagem do Dia das Crianças, em 12 de outubro, a iniciativa da Aemepe visa agraciar crianças cujos pais, auxiliares de serviços gerais, ascensoristas ou recepcionistas, ganham menos de dois salários mínimos.

Há anos realizando atividades filantrópicas com os funcionários de baixa renda que prestam serviços em órgãos do Judiciários, a Associação das Esposas está programando um Natal diferente para as crianças: um dia no Playcenter.

As atividades da Aemepe são constantes

Informática tem participação importante na modernização do Judiciário ano 2000

Uma grande parcela de responsabilidade no processo de modernização do Judiciário cabe à diretoria de Informática. Essa é uma das conclusões do encontro entre a Secretaria de Administração e demais setores do Tribunal de Justiça, quando foi relatada a participação daquela diretoria na InfoNordeste recentemente realizada no Centro de Convenções, onde foram mostrados o projeto de Interrogatório On Line e a nova Home Page.

A modernização de todo o Judiciário vem sendo preparada aos poucos com a instalação de terminais de computadores nas Comarcas. Para isso já foram adquiridos 140 novos equipamentos e efetuada a recuperação outros 60, todos destinados a atender às necessidades consideradas emergenciais, principalmente no interior do Estado.

Segundo Edmundo Godoy, diretor de Informática, mil novos equipamentos estão sendo adquiridos, todos de uma mesma marca, "com o propósito de, até o final do ano, atender estruturadamente a informatização deste Poder, do primeiro ao segundo grau, dotando cada Fórum ou Juizado de computadores. Até lá, também teremos apresentado solução para as necessidades que já vêm sendo identificadas em cada área do Tribunal", disse ele.

Durante a reunião, a Diretoria de Engenharia e Arquitetura falou dos resultados de um levantamento recém concluído sobre o estado de conservação de 207 imóveis do Tribunal de Justiça, entre residências oficiais e fóruns de todo o Estado, identificando possíveis carências de reformas, recuperação ou construções novas. A Coordenação de Saúde mostrou as novidades que têm sido aplicadas no Ambulatório Médico-Odontológico, desde à ampliação do atendimento aos funcionários do Judiciário de todas as Comarcas. Participaram, ainda, as diretorias Financeira, de Infra-Estrutura, Administração dos prédios e a Comissão Permanente de Licitação, todas subordinadas à SAD.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Ítalo Cedrim

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberto Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163 e-mail: asis@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 189 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 9 de outubro de 1998

Escola Nacional da Magistratura firma convênio com Judiciário espanhol

Para o desembargador Nildo Nery, o intercâmbio traz resultados positivos aos juízes espanhóis e pernambucanos

Magistrados pernambucanos e de outros estados brasileiros poderão participar, a partir do próximo ano, de cursos de aperfeiçoamento na Escola Judicial da Espanha. A novidade é um dos primeiros resultados de entendimentos que o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueiredo Teixeira, e o diretor da Escola Nacional da Magistratura, desembargador Nildo Nery dos Santos, mantiveram com setores do Judiciário espanhol.

Durante a viagem àquele país, entre os dias 25 de setembro e 2 de outubro, com o objetivo de estabelecer convênios entre a Escola da Magistratura e o Judiciário espanhol, para a viabilização de intercâmbios permanentes entre os magistrados dos dois países, o ministro e o desembargador também mantiveram contatos com membros do Conselho Geral do Poder Judiciário e do Tribunal Supremo da Espanha.

O desembargador Nildo Nery considerou a visita proveitosa para ambas as partes e disse ter constatado, entre os juízes espanhóis, uma grande preocupação em melhorar a administração da Justiça naquele País, semelhante ao que acontece atualmente com o Judiciário pernambucano. "Apesar das profundas reformas que tem experimentado a Justiça Espanhola, existe um indisfarçável clamor da sociedade em relação ao funcionamento administrativo da Justiça, razão porque o Conselho Geral do Poder Judicial vem promovendo estudos para aperfeiçoamento do Judiciário", disse.

De acordo com o desembargador, aqueles magistrados também estão empenhados em aperfeiçoar o regime disciplinar da magistratura, bem como em facilitar, para a sociedade, o acesso à Justiça. Segundo ele, "O número de juízes é considerado insuficiente para atender a demanda, sendo notória a insatisfação dos magistrados em relação ao número de serventuários. Um juizado, por exemplo, funciona com apenas cinco funcionários", concluiu.

Corregedoria inspeciona Varas Cíveis

A Corregedoria Geral da Justiça determinou inspeção em todas as Varas Cíveis da Capital. O objetivo é averiguar indícios de irregularidades. De acordo com o diretor do Foro da Capital, juiz Fábio Eugênio, os mandados relativos a busca e apreensão de automóveis estão sendo distribuídos aos Oficiais de Justiça, sem o conhecimento da Central de Mandados. Segundo ele, a impressão gráfica da etiqueta, colocada nos mandados de busca e apreensão de carros de compradores inadimplentes, não corresponde à etiqueta padronizada dos computadores da Cemando. Responsável pela investigação, o corregedor auxiliar de 3ª Entrância, juiz Demócrito Filho, disse que os mandados, antes de serem entregues aos oficiais de Justiça, devem passar obrigatoriamente pela Cemando. O juiz informa que a Central de Mandados é o órgão que cuida do controle e da distribuição aleatória daquele tipo de ordem judicial, evitando irregularidades no sistema, na Comarca do Recife.

A Cemando controla a distribuição de mandados entre os oficiais de Justiça

Ministro recebe Medalha do Mérito Aeronáutico

Decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso concede a Medalha do Mérito Aeronáutico, no Grau de Grande Oficial, ao ministro pernambucano Demócrito Ramos Reinaldo, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A solenidade de entrega está marcada para o dia 23, em Brasília. Essa é a segunda vez que o ministro é condecorado pelo presidente da República. No ano passado, recebeu a Medalha do Mérito das Forças Armadas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: asta@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 190 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 10 de outubro de 1998

Tribunal e Fórum Paula Batista têm central telefônica interligada

O administrador (de calça) expõe vantagens do novo sistema de ramais

A interligação do Fórum Paula Batista com o prédio do Tribunal de Justiça (TJPE) através de uma única central telefônica, em funcionamento desde o início desta semana, vai propiciar uma economia mensal de aproximadamente R$ 15 mil reais. A informação é de Wellington Pedrosa de Melo, da Administração dos Prédios, que, animado com as vantagens do sistema, realizou uma reunião com funcionários de todas as diretorias, Varas e Secretarias, onde técnicos da Telpe e da empresa fabricante da central utilizada deram palestras sobre os avanços e procedimentos operacionais do novo sistema.

Até a semana passada, para um funcionário no prédio do Tribunal de Justiça se comunicar com uma diretoria ou Vara no Fórum Paula Batista, o contato obrigatoriamente tinha que ser através de ligação telefônica convencional. Apesar de situados a menos de 50m um do outro, cada prédio dispunha de sua própria central de Pabx, sendo necessário o uso de linha externa para a comunicação entre os dois, gerando desperdício de tempo e dinheiro. "A central que era utilizada pelo Fórum, já estava ultrapassada. Com capacidade para apenas 73 ramais, ocorriam freqüentes congestionamentos, com linhas quase sempre ocupadas", disse Melo.

Para fazer a interligação, a Administração dos Prédios teve que ampliar a capacidade de sua CPCT IS 3050, uma central telefônica de última geração que já era utilizada pelo TJPE. No Fórum Paula Batista foi instalado um estágio remoto, espécie de auxiliar da central do TJ, que trabalha interligada por um link de fibra ótica instalado pela Telpe. "Não era admissível que continuássemos trabalhando desse modo arcaico, quando o Fórum e o Tribunal já dispõem de um sistema de informática interligado", disse Ivan Garcia Júnior, chefe da Divisão de Infra-Estrutura do setor de Informática, um dos responsáveis pelos estudos que previram a viabilidade da interligação telefônica dos prédios.

A partir das inovações recém-implantadas, a central telefônica do TJPE passa a trabalhar com 302 ramais, dos quais 143 instalados no Fórum Paula Batista. Como o sistema é DDR (Discagem Direta por Ramais), o usuário pode se comunicar pelo Pabx 419.3311, ou ligar diretamente para o setor desejado, acrescentando o prefixo 419 ao ramal referente. A operacionalização requer apenas duas telefonista, o que implica em redução de gastos também com pessoal.

Além de econômico, o sistema interligado de ramais está dotado de recursos que oferecem praticidade. A repetição automática da chamada, quando o ramal procurado estiver ocupado, e a mini-busca, transferindo a ligação de ramal para outro da mesma sala ou setor, são serviços já bem conhecidos. O siga-me, recurso ainda pouco utilizado e que permite, mediante programação simples, a transferência automática da chamada telefônica de um ramal para outro, é uma das principais novidades criadas para evitar o desperdício de tempo.

Agenda

Ensaio Jurídico

Qualquer interessado poderá participar do Concurso Ensaio Jurídico Desembargador Benorino Botelli, promovido pela Associação dos juízes do Rio Grande do Sul (Ajuris). O trabalho consiste na elaboração de um projeto-de-lei ou de norma administrativa que altere um procedimento relativo às atividades próprias da prestação jurisdicional. O ensaio pode se dirigir especificamente aos atos do juiz, à participação das partes, dos advogados, promotores de justiça, servidores ou, ainda, qualquer órgão e instituição que influencie no andamento do processo.

As inscrições estão abertas até o dia 13 de novembro próximo, mas o texto concorrente pode ser entregue até 5 de março de 99. Outras informações podem ser conferidas pelo fone/fax (051)224.6844 ou E-Mail: ajuatend@prs.via-rs.com.br.

Medalha

Os desembargadores Etério Galvão, Napoleão Tavares e Fausto Freitas recebem, quinta-feira, a Medalha do Mérito Nilo Coelho. A homenagem vai ser prestada pelo Tribunal de Contas do Estado, durante sessão solene. Na ocasião, os desembargadores Gilberto Gondim e Benildes Ribeiro recebem a Medalha do Mérito Cidadão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Roberto Tavares e Sérgio Nunes

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone:(081) 419-3251 Fax: 424.1163 e-mail: ioje@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 191 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 14 de outubro de 1998

Esmape adia início de inscrições para estágio no TJPE

O desembargador Dário Rocha assina portaria modificando o calendário do processo de pré-seleção dos candidatos

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco adiou para o dia 19 o início das inscrições para a pré-seleção dos candidatos ao quadro de estagiários do Tribunal de Justiça. Portaria nesse sentido, assinada pelo diretor da Esmape, desembargador Dário Rocha, informa o calendário completo até o resultado das provas, no dia 16 de dezembro.

As inscrições podem ser feitas até o dia 30, na secretaria da própria instituição de ensino superior, onde manuais e formulários estão à disposição dos candidatos. São 482 vagas distribuídas para estudantes matriculados no segundo ano do seriado ou quarto período do sistema de crédito dos cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Psicologia, Serviço Social e Jornalismo, no ato do início do estágio.

É permitida a inscrição de quem está cursando período anterior ou semestre final do ano anterior, comprovado mediante declaração da instituição de ensino, nos moldes e prazos fixados pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça. No ato do preenchimento da ficha de inscrição, os candidatos devem indicar os códigos de opção do curso e da cidade - Recife ou Caruaru - em que prefere fazer a prova escrita, a mesma onde será distribuído o cartão de inscrição.

Inscrição de candidatos - 19 a 30 de outubro
Entrega do Cartão de Inscrição - 17 a 20 de novembro
Realização da prova escrita - 22 de novembro
Divulgação dos gabaritos - 22 de novembro
Recebimento de recursos da prova escrita - 23 de novembro
Divulgação dos resultados da prova - até 3 de dezembro
Recebimento dos documentos para comprovação dos pré-requisitos - 4 a 9 de dezembro
Análise dos documentos - 11 a 12 de dezembro
Resultado da pré-seleção - até 16 de dezembro

Corregedoria garante registros a pessoas carentes

Em média 30 pessoas carentes são atendidas diariamente pela Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco. Vão em busca do direito ao fornecimento gratuito da 2ª via da certidão de nascimento ou óbito. Pedidos de isenção da taxa de casamento civil também ocorrem, mas em menores proporções. A informação é do juiz Roberto Ferreira Lins, da Corregedoria Auxiliar para o Extrajudicial, responsável pelo agilização dos pedidos de gratuidade, feitos pelos interessados mediante declaração de pobreza, na forma da lei.

As primeiras vias desses documentos são inteiramente gratuitas para todo cidadão, independente de sua condição sócio-econômica. Quando, todavia, precisam tirar 2ª via, hoje custando R$ 25,00, as pessoas de baixa renda são as que mais sentem no bolso o preço por não terem guardado o original ou cópia autenticada da 1ª via. Desse valor cobrado pelo fornecimento da 2ª via aos que podem pagar por ela, um percentual é recolhido pelo Poder Judiciário. A importância recolhida subsidia o fornecimento desses documentos para as pessoas declaradamente necessitadas.

Para garantir a gratuidade do fornecimento de certidões, nem sempre a Corregedoria se limita a atender pessoas. No mês passado, o corregedor auxiliar para o Extrajudicial determinou ao Cartório de Registro Civil da 10ª Zona Judiciária de Tejipió que lavrasse o registro de nascimento de 83 crianças filhas de detentos do Presídio Professor Aníbal Bruno. O oficial do cartório, Romildo Pacheco da Silveira, no dia 29 de setembro foi pessoalmente ao presídio, onde registrou e fez a imediata entrega das certidões.

Um mês antes, uma iniciativa semelhante beneficiou outras 23 crianças, dessa vez, filhas de detentas da Colônia Penitenciária Feminina, cujos registros de nascimento foram do mesmo modo fornecidos no local em que as mães se encontram recolhidas, agora pelo oficial do Cartório de Registro Civil da 2ª Zona Judiciária. "O serviço prestado pela Corregedoria, em colaboração com os Cartórios, se deu em atendimento a um pedido formulado pela assistente social Vera Lúcia Marcondes da Silva, que trabalha com as sentenciadas da Penitenciária Feminina cujos benefícios terminaram sendo estendidos ao presídio masculino.

Numa iniciativa inédita, a Corregedoria vem garantindo o fornecimento de registro a pessoas carentes, incluindo presidiários, com apoio de Cartórios de Registro Civil

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bérnio Odelio

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Guerra

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163 e-mail: ascol@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 192 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 15 de outubro de 1998

TJPE cria programa de valorização do servidor

Roberta Tavares

Foto: Ricardo Fernandes

Implantado pela Diretoria de Recursos Humanos, o programa de valorização do servidor prevê concessão de benefícios e oferecimento de novos serviços

Para atenuar a defasagem no poder aquisitivo do servidor, sem reajuste salarial há mais de três anos, a Diretoria de Recursos Humanos está implantando programa de valorização do funcionário do Tribunal de Justiça. De acordo com a diretora Maria da Paz Brasil, o programa tem duas linhas de atuação: a concessão de benefícios e o oferecimento de serviços voltados à melhoria da qualidade de vida funcional e pessoal do servidor.

A Consultoria Jurídica, que estuda uma forma legal de reduzir de 6 para 3% o desconto do vale-transporte, verifica também a possibilidade de distribuir o vale-refeição para o servidor do Tribunal de Justiça. O benefício deve ser implantado até início do próximo ano.

Pelo programa de valorização, o servidor também vai poder comprar, reformar ou construir casa própria. A DRH já mantém contatos com instituições bancárias, entre elas a Caixa Econômica, que opera com juros de 6% e 12% ao ano para quem recebe, respectivamente, até 12 ou mais salários mínimos. O objetivo é oferecer um projeto de abertura de crédito adequado à realidade salarial do Tribunal de Justiça, com desconto em folha de pagamento.

A política atual não permite pensar em reajuste de salário, disse a diretora de Recursos Humanos, acrescentando que nem mesmo há perspectiva de melhoria nesse sentido, por parte do Executivo. Segundo ela, o programa de valorização do servidor, embora não resolva a questão diretamente ligada ao salário, pelo menos atenua a situação, propiciando melhores condições de trabalho e permitindo benefícios individuais.

A expansão do atendimento no ambulatório médico-odontológico do Tribunal de Justiça também está incluída no programa de valorização. O servidor, que já recebe assistência gratuita e têm à disposição pediatria, cirurgia geral, cardiologia, psicologia, ginecologia, obstetrícia e clínica médica, além de serviços em odontologia, vai ser beneficiado com as novas especialidades de oftalmologia, ortopedia, fonoaudiologia, otorrinolaringologia e ortodontia.

Mesmo não dispondo de unidades laboratoriais e de exames diversos, o ambulatório tem serviço de credenciamento que permite ao servidor realizar exames simples e até alguns mais complexos, entre eles, tomografia, ultrassonografia e radiografia, pagando com desconto de até 50%. O atendimento é extensivo aos dependentes diretos do servidor cadastrado no ambulatório. A consulta pode ser marcada pelo telefone 465.8177.

Previstas no programa de valorização, palestras e reciclagens vão tornar o servidor, de acordo com a diretora da DRH, mais consciente de suas responsabilidades como pessoa e funcionário. Da Paz entende que o desenvolvimento do potencial de cada um gera uma maior adaptação à atividade funcional e, conseqüentemente, uma melhoria no serviço prestado.

O primeiro ciclo de capacitação começou, ontem, em Olinda. Na Comarca, o servidor é treinado para trabalhar com o Judwin, sistema de informática voltado a rotinas cartorárias e que, em breve, estará interligando os Fóruns e Varas ao Tribunal de Justiça. O sistema faz parte do projeto de modernização da Justiça de 1º grau.

Programa cria unidade de atendimento em psicologia e serviço social

A criação de unidade especializada em psicologia e serviço social é uma das maiores conquistas do programa de valorização do servidor, implantado pela Diretoria de Recursos Humanos. O setor funciona no atendimento ao funcionário com problemas de alcoolismo, tabagismo, distúrbios emocionais e de comportamento, incluindo inadequação ao serviço. A diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, informa que a unidade trabalha em parceria com clínicas recifenses, para onde são encaminhados os casos que necessitam de acompanhamento.

A Unesp tem sido bem aceita pelo servidor do Poder Judiciário. Entre outros convênios, atua junto ao Centro de Prevenção de Tratamento ao Alcoolismo e Alcoólicos Anônimos, além de já ter entrado em contato com o Gabinete de Psicologia da Polícia Militar de Pernambuco e com o Serviço Social da Indústria, para garantir a ampliação do atendimento.

13º mês

A Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça lembra ao servidor que o pagamento da primeira parcela do 13º, em julho, foi feito sem os descontos relativos ao Ipsep e Imposto de Renda. Assim, o funcionário deve programar seus gastos de final de ano levando em conta que os referidos descontos serão feitos por ocasião do pagamento da segunda parcela, em dezembro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvin Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maurus

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone/(081) 419.3251 Fax 424.1163
e-mail: asim@tje.pe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 193 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 16 de outubro de 1998

Prêmio Criança 98, da Abrinq, vai para juiz pernambucano

O juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, é o vencedor do Prêmio Criança 98, concedido pela Fundação Abrinq. Outorgado anualmente, é considerado o mais importante prêmio na área dos Direitos da Criança, destinado a homenagear pessoas físicas e/ou jurídicas que se destacam pelas suas atuações na promoção desses Direitos.

De acordo com a comissão julgadora, é relevante a contribuição do juiz na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo na implantação do programa de medidas sócio-educativas e de sistemas de controle que permitem o monitoramento de crianças adotadas e de jovens autores de atos infracionais. Essa é a décima versão do prêmio.

No dia 30, juntamente com a Associação Comunitária Monte Azul (SP), Centro de Defesa Pe. Marcos Passerini (MA) e o Projeto Nascer em Curitiba Vale uma Vida (PR), o juiz vai a São Paulo receber o prêmio. Na oportunidade, ele participa de uma discussão sobre o tema "ações em defesa dos direitos da criança".

O trabalho do magistrado concorreu com outros 157 realizados em todo o País.

O lado bom do prêmio, de acordo com o vencedor, é que provavelmente a sociedade em geral e as autoridades públicas agora darão mais importância ao trabalho desenvolvido pela equipe do Juizado em parceria com as ONG's conveniadas. Segundo Luiz Carlos, nunca houve preocupação em reconhecimentos e prêmios, mas em cumprir com o dever de atuar em prol das crianças e dos adolescentes. Para ele, o Prêmio Criança 98 coloca Recife em lugar de destaque no cenário nacional.

O trabalho desenvolvido em defesa dos direitos da infância e da juventude deu a Luiz Carlos Figueiredo o prêmio Criança 98

Trabalho psicossocial é Discutido durante encontro de Direito de Família

O Encontro de Noivos é inédito, diz a chefe do CAP

O Centro de Apoio Psicossocial (CAP), criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco para oferecer acompanhamento psicológico a pessoas envolvidas em ações que tramitam em Varas de Família, esteve em pauta durante o encontro Questões Atuais de Direito de Família, realizado na Faculdade de Direito de Olinda entre 7 e 9 de outubro. "Trata-se de uma experiência pernambucana", disse Helena Ribeiro Fernandes, chefe do CAP, ressaltando o pioneirismo que tem caracterizado as ações daquele Centro, responsável, inclusive, pela criação do primeiro encontro para candidatos ao casamento civil. Formado por um Núcleo de Psicologia e outro de Serviço Social, com atuação também nas Varas de Acidentes e Órfãos e Interditos, o CAP atua, segundo sua chefe, em meio a muitas atividades. Guarda e sustento de crianças, divórcio, mandados de busca e apreensão, supervisão de visita de pais a filhos fazem parte da rotina . "Também realizamos trabalhos preventivos. É o caso do Encontro de Noivos, inédito no Brasil, criado com o propósito de preparar as pessoas para a convivência a dois conversando sobre as responsabilidades do casamento", disse Helena.

Realizada desde junho último em caráter experimental, apenas com a 1ª Vara de Família, a iniciativa, diante da aprovação, até janeiro do próximo ano deverá ser estendida às outras três Varas de Família da Capital. Composta por 13 técnicos, a equipe do CAP, satisfeita com os resultados das ações desenvolvidas, vai promover o 1º Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica, agendado para 4 e 5 de dezembro deste ano, em Recife.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Ribeiro Gabeln

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anais Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 425-3151 Fax 424.1163
e-mail: ssimi@tj.pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 194 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 17 de outubro de 1998

TCE faz homenagem a desembargadores

Desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco foram homenageados, quinta-feira, durante a solenidade de 30 anos de fundação do Tribunal de Contas do Estado. Etério Galvão (presidente), Napoleão Tavares (vice) e Fausto Freiras foram condecorados com a Medalha do Mérito Nilo Coelho. Gilberto Gondim, e Benildes Ribeiro receberam a Medalha do Mérito Cidadão, que também foi entregue ao paraibano Demócrito Ramos Reinaldo, ministro do Superior Tribunal de Justiça e ex-presidente do TJPE. Na mesma solenidade, foram também homenageadas várias personalidades do meio cultural, como Ariano Suassuna, secretário de Cultura do Estado, e do meio jurídico, como José Paulo Cavalcanti Filho. Em palestra, José Paulo abordou a origem e evolução dos Tribunais de Contas.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Dr. Mário Melo

Assessor de Comunicação Social:
Mônica Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/Fax(081) 419-3351 Fax 424.1163
e-mail: ednt@tjpe.gov.br

Encontro discute modernização do TJPE

O desembargador Etério Galvão, um dos participantes, falou da importância de uma nova imagem do Judiciário

Sensibilização e mobilização para a modernização institucional foi o tema do encontro que reuniu desembargadores do Tribunal de Justiça, em Igarassu. Divididos em dois grupos - nos períodos de 5, 6 e 13, 14 - os magistrados discutiram como, de forma mais efetiva, podem contribuir para a melhoria do Judiciário.

Um terceiro encontro, dessa vez com os dois grupos reunidos, está marcado para dezembro. Novamente sob a coordenação da psicóloga Gisela Pires e com participação do consultor Artur Marinho, o encontro terá o objetivo de discutir a obtenção dos melhores resultados institucionais.

Agenda

Estágio - Estão abertas, a partir de segunda-feira, as inscrições para a pré-seleção dos candidatos ao quadro de estágio do Tribunal de Justiça de Pernambuco. As inscrições podem ser feitas até o dia 30, na secretaria da própria faculdade do interessado, onde já se encontram à disposição o manual e o formulário de inscrição. O estágio é aberto ao aluno que esteja cursando o segundo ano ou quarto período do curso de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Informática, Psicologia, Serviço Social e Jornalismo. O estágio é supervisionado pela Escola Superior da Magistratura.

Novo horário - A Diretoria de Recursos Humanos tem novo horário de atendimento ao servidor: das 13 às 17h, nas segundas, quartas e sextas. A diretora Maria da Paz Brasil informa que a redução de uma hora não traz nenhum prejuízo ao funcionário. As novas instalações, no primeiro andar do Paula Batista, e as rotinas introduzidas ao serviço garantem maior produtividade ao funcionamento do DRH. Como consequência, segundo ela, estão garantidas a agilidade e a presteza no atendimento. O funcionamento interno da Diretoria de Recursos Humanos é das 12 às 18h.

Jornada Jurídica - A II Jornada Jurídica, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) e Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) será realizada entre os próximos dias 3 e 6 de novembro, na cidade de São Luís. Reforma do Código de Processo Penal, Juizados Especiais, Direito Militar e o Código de Trânsito Brasileiro farão parte dos temas em debate.
As inscrições custam R$ 120,00 (profissionais), R$ 100,00 (associados da Amma e AMB) e R$ 60,00 (estudantes).

Concurso - Abertas desde o final de setembro, as inscrições para o concurso de juiz substituto, no estado do Rio Grande do Norte, serão encerradas no próximo dia 30. O Tribunal de Justiça daquele Estado espera preencher as 28 vagas atualmente disponíveis.
Os interessados podem buscar informações pelo telefax (048)211.6972 ou E-mail: esmarn@summer.com.br.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 195 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 20 de outubro de 199

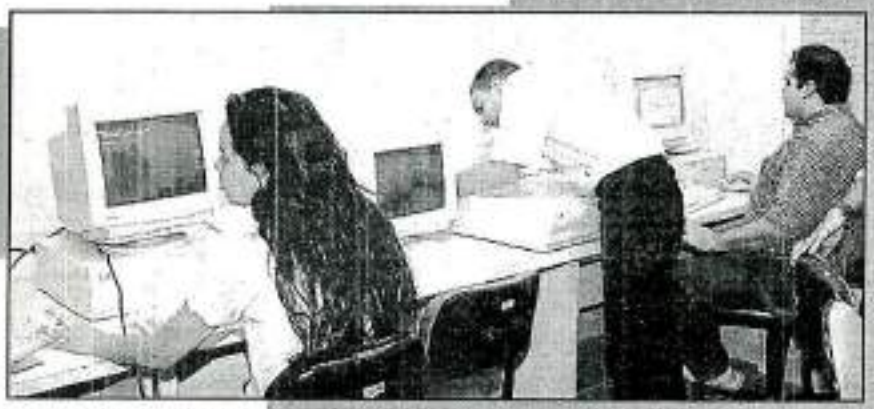
Informática funciona em novas instalações

A Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco centralizou suas atividades no 5º andar do Fórum Thomaz de Aquino. No novo endereço já estão instaladas todas as unidades de desenvolvimento e atendimento à estrutura de informática do 1º Grau, Juizados Especiais e áreas administrativas, como Diretoria de Recursos Humanos, Finanças e Suprimentos, além de todos os serviços administrativos daquele departamento.

No prédio do Palácio da Justiça, a Informática manteve apenas o atendimento técnico ao 2º Grau, que responde às chamadas internas do TJ, incluindo o Judwin, sistema que interliga os gabinetes dos desembargadores. "Passado o primeiro momento de planejamento, a DI entra em fase de execução e, para garantir a qualidade dos serviços, inclusive integrando melhor a equipe, um dos requisitos era a reestruturação do seu ambiente interno", justificou Edmundo Mendonça, diretor de informática, que também ressaltou a maior disponibilidade de espaço nas novas salas.

Com a remoção para as novas instalações, a Diretoria de Informática teve seus ramais substituídos. Veja, ao lado, quadro com os ramais.

Informática centraliza seus serviços em instalações mais amplas



Quadro de ramais

Divisão	Ramal/fone	Contato
Infra-estrutura	2109/2101/2119	Ivan
Juizados	2095/2089	Tiago
Apoio ao usuário	419.2087	Magne
Tecnologia	2018/2082	André
Secretaria	2094/224.0407	Conceição

Corpo de Bombeiros homenageia presidente do TJPE

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, recebe, hoje, às19h, no Quartel do Corpo de Bombeiros, a Medalha Pernambucana do Mérito Bombeiro Militar, concedida pelos relevantes serviços prestados à causa Pública. Recentemente, o magistrado foi condecorado pelo Tribunal de Contas do Estado quando recebeu, junto ao ao vice-presidente do TJ, desembargador Napoleão Tavares (ao lado), ao presidente da Associação dos Magistrados, desembargador Gilberto Goiana e ao desembargador aposentado Benildes Ribeiro (abaixo) a Medalha pelos 30 anos do TCE.

Violência contra a criança e o adolescente será tema de seminário

Abuso sexual contra a criança e o adolescente. Esse é o tema do seminário técnico que o Tribunal de Justiça realizará, quinta e sexta, no Centro Integrado da Infância e da Juventude. Em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância, o evento terá como expositor o psiquiatra Renato Caminha, professor de Psicologia Experimental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, do Rio Grande do Sul. Com palestras relacionadas à violência intra-familiar e abuso sexual de menores, ele fará uma abordagem jurídica e psicossocial do problema. O seminário começará às 8h, no auditório daquele Centro, na Rua Fernandes Vieira, Boa Vista.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação
Roberta Tavares

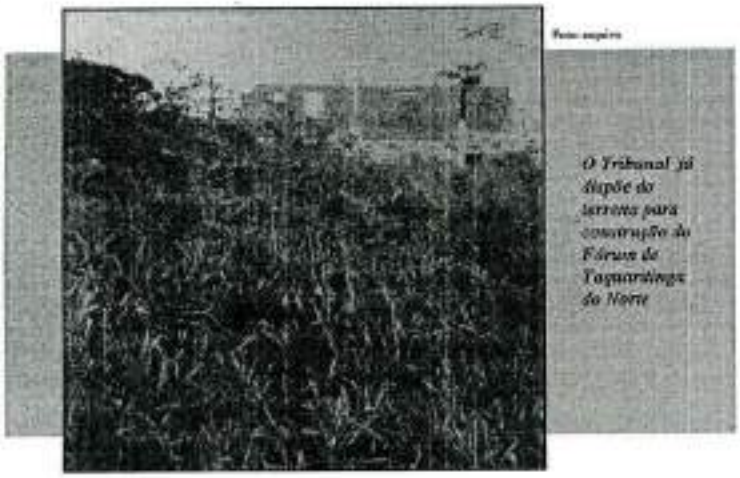
Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: sire@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 196 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 21 de outubro de 1998

Tribunal de Justiça inicia construção de Fóruns no interior do Estado

Sérgio Marcos



O Tribunal já dispõe do terreno para construção do Fórum de Taquaritinga do Norte

Comissão vai agilizar execução de obras

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bárbio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: sinc@pje.gov.br

A Comissão Especial de Licitação (CEL), que presidiu a concorrência para a construção do Fórum do Recife, está encarregada também dos processos de licitação para as construções, reformas e restaurações dos Fóruns e residências oficiais de Comarcas do interior de Pernambuco. São dezenas de obras que estão previstas, algumas a serem iniciadas ainda este ano, como é o caso da construção dos Fóruns de Águas Belas, Toparetama e restauração do Fórum de Afrânio, cuja concorrência já se encontra em andamento.

A iniciativa do desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), de ampliar as atribuições da CEL visa agilizar o andamento das construções e reformas projetadas, algumas emergenciais devido à má conservação de alguns Fóruns. "Atualmente, há um volume enorme de licitações sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação, referente à contratação de serviços e compra de materiais diversos. Isso poderia atrasar o ritmo dos trabalhos", justificou Luiza Leão, presidente da Comissão Especial.

As primeiras providências já estão sendo tomadas para abertura de concorrência relativo à construção, em bloco, dos Fóruns de Santa Maria do Cambucá, Betânia, Taquaritinga do Norte, Chã Grande, Lagoa dos Gatos e mais duas residências oficiais na Comarca de Gravatá. O valor estimativo para esse conjunto de obras é de R$ 730.000,00.

Os Fóruns serão construídos em modelo padrão, o que pode facilitar tanto o processo de licitatação quanto a execução das obras. "As diferenças possíveis são em relação ao tamanho ou nível dos terrenos disponíveis, que podem contribuir para a variação de custo entre a construção de um Fórum e outro. Mesmo assim, a Assessoria Técnica já está finalizando as cópias de orçamentos, planilhas e demais projetos básicos, após o que publicaremos o edital, possivelmente até o início de novembro", adiantou a presidente da CEL.

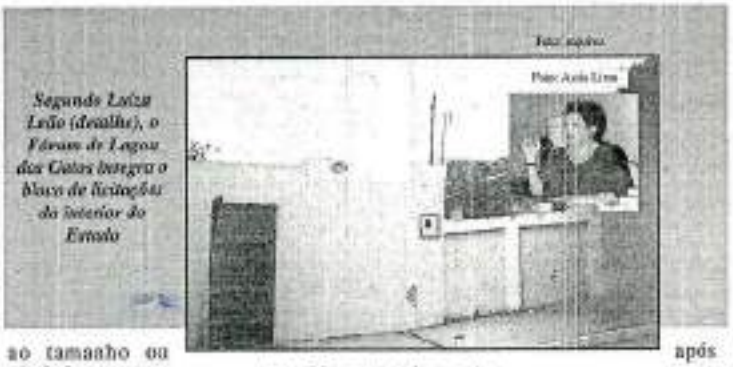
Encontra-se em fase de licitação a construção dos Fóruns de Águas Belas e Toparetama, cujas obras deverão iniciar ainda este ano. O mesmo processo prevê a restauração do Fórum de Afrânio. A informação é de Rogéria Magalhães, assessora técnica do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Segundo ela, estão previstas, até o final de 1999 as construções de mais sete fóruns e duas residências oficiais, além de 57 reformas, por todo o Estado. As obras serão realizadas em três etapas, divididas em três grandes licitações.

Taquaritinga do Norte, Chã Grande, Santa Maria do Cambucá, Lagoa dos Gatos e Betânia são as Comarcas cujos Fóruns serão posteriormente também construídos. A licitação, em um mesmo processo, deverá acontecer até dezembro próximo.

O plano que prevê esse conjunto de construções e reformas foi traçado com base em um recente relatório elaborado pela Assessoria Técnica do TJPE, resultado de um levantamento geral sobre as condições físicas atualmente verificadas nos imóveis do Poder Judiciário em todo o Estado de Pernambuco. Foram 137 Fóruns vistoriados, além de 60 residências oficiais e 11 terrenos doados por prefeituras para construções posteriores e que foram, de acordo com o estado de conservação, classificados nos níveis bom (38%), regular (49%) ou ruim (13%).

Os imóveis regulares ou ruins, por necessitarem de reformas, restaurações ou novas construções, estão sob responsabilidade da Assessoria Técnica do Tribunal. Os considerados bons ficarão a cargo da Diretoria de Infra-Estrutura, cuja Divisão de Manutenção é responsável pelas pequenas intervenções, visando apenas garantir a permanência das condições ideais de funcionamento naqueles Fóruns, bem como nas moradas oficiais para juízes.

Segundo Hélio Siqueira Santos, integrante da equipe de engenheiros do TJPE que visitou os imóveis, alguns Fóruns avaliados como ruins foram assim classificados não pelo estado de conservação, mas por causa da falta de espaço. "É o caso do Fórum de Lagoa dos Gatos, cujo imóvel não foi construído para tal função. Era uma residência que hoje é utilizada como Fórum. Taquaritinga do Norte é outro exemplo: o Fórum divide espaço de um mesmo prédio com a Câmara de Vereadores", disse Santos.



Segundo Luiza Leão (detalhe), o Fórum de Lagoa dos Gatos integra o bloco de licitação do interior do Estado

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 197 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 22 de outubro de 1998

Cível busca praticidade nas rotinas de trabalho

A diretoria Cível trabalha com o manual de procedimentos simplificados

Empenhada em executar seus serviços com o máximo de eficiência e rapidez, a Diretoria Cível - está reavaliando e substituindo, quando necessário, alguns dos procedimentos que, muitas vezes, apenas resultam em perda de tempo. "Atualmente, quando um desembargador despacha um processo para a Procuradoria de Justiça, esse processo tem antes que passar novamente pela Diretoria. É uma burocracia que entendemos ser desnecessária e que apenas demanda tempo", exemplifica a diretora Regina Amorim.

Agilidade sem comprometimento da eficiência na prestação dos serviços está entre as metas mais perseguidas no Plano de Gestão biênio 1998/2000. Entre outras iniciativas, em setembro passado, a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou o seminário Racionalização de Procedimentos na Secretaria Judiciária, à qual a Diretoria Cível é subordinada. Antecipando-se às iniciativas ali sugeridas, três meses antes, a própria equipe da DC elaborou um manual prático que oferece uma visão geral de suas rotinas de trabalho e o procedimento cabível em cada fase de um processo.

Idealizado pela assistente judiciária Lúcia Helena e elaborado em linguagem simples e direta, o manual é facilmente assimilável mesmo por iniciantes. Nele é apresentado um roteiro básico sobre as etapas e andamentos de recursos mais comuns no dia-a-dia daquela Diretoria, como agravos de instrumento, mandados de segurança e apelações cíveis. O manual também orienta sobre acompanhamento de um processo e cuidados que devem ser tomados pelo funcionário responsável.

Regina Amorim explica as novas rotinas que trazem maior agilidade ao Cível

Corpo de Bombeiros entrega Medalha

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Estério Galvão, foi um dos 48 agraciados com a Medalha Pernambucana do Mérito Bombeiro Militar, durante a solenidade, terça-feira, em que se comemorou os 111 anos da Corporação. A comenda foi instituída, ano passado, para homenagear autoridades civis e militares que tenham reconhecidos serviços à causa pública, ao Governo de Pernambuco e ao Corpo de Bombeiros.

A solenidade ocorreu no Quartel do Comando Geral, às 19h, na presença do coronel Abelardo José Olímpio Santana. A Medalha foi concedida pelo Governo do Estado.

Curtas

Salário - devido ao atraso no repasse, o pagamento dos servidores do Poder Judiciário, inicialmente previsto para sexta, só estará creditado em conta bancária na segunda-feira. A informação é da diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil.

Planejamento - Mais de dois terços das metas administrativas, previstas para o biênio 1998/2000, no Tribunal de Justiça, já se encontram em andamento ou totalmente concluídas dentro do prazo. Esse é o balanço da reunião realizada ontem entre diretores e assessores do TJ. "É um encontro de rotina que realizamos desde os primeiros meses do ano, para acompanhar o Plano de Gestão", esclarece Zélia Mendonça, coordenadora do Planejamento e Organização do TJPE.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Estério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Nelo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3351 Fax 424.1160
e-mail: asicc@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 198 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 23 de outubro de 1998

Gajop quer acompanhamento psicológico para testemunhas

Uma parceria para a implantação de um programa de orientação e apoio psicológico a testemunhas e vítimas de violência. A proposta foi apresentada pelo Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Sociais (Gajop) ao desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que se mostrou interessado em desenvolver o trabalho, de início, no Fórum Paula Batista. Já na próxima semana a advogada Kátia Costa Pereira e a psicóloga Anália Belisa Ribeiro, representantes do Gajop, devem se reunir com a coordenadora de Planejamento e Organização do TJPE, Zélia Mendonça, quando serão discutidos detalhes do projeto.

Além da assistência psicológica, que visa dar apoio emocional, o programa proposto pelo Gajop inclui assessoria jurídica às testemunhas e vítimas, orientando-as sobre as rotinas de um julgamento, relembrando trechos mais significativos de depoimentos e demais peças contidas nos autos processuais. "Isso tudo no sentido de evitar insegurança naquelas pessoas, estimulando o testemunho como exercício da cidadania no combate à impunidade", explicou a Anália Ribeiro.

O programa de proteção à testemunha é inédito no Brasil

Ainda inédito no Brasil, mas já aplicado com sucesso em vários países, entre eles a Inglaterra, a proposta do Gajop, para ser implantada em Pernambuco, prevê assistência também aos parentes de testemunhas e vítimas de atos criminosos. Se a experiência no Fórum Paula Batista der certo, o programa será implantado em outros Fóruns.

O Gajop também propôs à presidência do TJPE uma co-participação na realização do Encontro Internacional Sobre Proteção à Testemunha, previsto para os dias 13, 14 e 15 de dezembro próximo, em Recife. O nome do desembargador Antônio Camarotti, representante do TJPE no Conselho Político do Programa de Proteção às Testemunhas e Vítimas da Violência (Provita), foi indicado para integrar a comissão organizadora do Encontro. "Entre outras formas de ajuda do Judiciário, esperamos contar com a maior presença possível de juízes pernambucanos durante o Encontro. É uma forma de capacitação", disse Kátia Pereira.

Advogadas do Gajop estiveram com o presidente Etério Galvão

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moacos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asin@go.gov.br

Judiciário lança campanha publicitária

Os primeiros VT's da campanha publicitária do Tribunal de Justiça, que será lançada oficialmente a partir deste sábado, serão apresentados hoje em sessão reservada aos desembargadores, diretores e assessores do TJ e à imprensa. A apresentação está marcada para às 10h, no Gruponove, agência responsável pela criação dos filmes. A campanha, discutida quarta-feira durante reunião da Coordenadoria de Planejamento e Organização com o Grupo Executivo do Tribunal, é uma das metas da administração do desembargador Etério Galvão, que tem por objetivo a abertura do Judiciário para a sociedade.

Unicef e TJ realizam seminário sobre abuso sexual infanto-juvenil

O psicólogo aborde aspectos da violência familiar

Magistrados, promotores, delegados, técnicos do Judiciário, da polícia civil, dos conselhos tutelares e representantes de Organizações-não-Governamentais estão, desde ontem, reunidos no Centro Integrado da Infância e da Juventude da Comarca do Recife. Com o psicólogo gaúcho Renato Caminha, o grupo discute o abuso sexual contra a criança e o adolescente, em seminário promovido em parceria pelo Tribunal de Justiça com o Fundo das Nações Unidas para a Infância. O encontro, que teve ontem a participação do presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, reserva para à tarde, a partir das 16h, uma mesa-redonda para discussão de casos concretos e legislação aplicável.

Professor de Psicologia Experimental da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, Renato Caminha faz uma abordagem jurídico-psicossocial da violência intra-familiar. Os juízes Jones Figueiredo, Humberto Vasconcelos Júnior e Nivaldo Mulatinho, do Judiciário estadual, participam como debatedores.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 199 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 24 de outubro de 1998

Campanha publicitária orienta população de Pernambuco

A campanha publicitária do Tribunal de Justiça já está nas principais emissoras de televisão. Os VTs, apresentados em primeira mão, sexta-feira, aos desembargadores, diretores e assessores do TJ e à imprensa, foram criados pela agência Gruponove e produzidos pela empresa Luni. A direção é de Lula Queiroga e a fotografia de André Horta.

Cada uma das peças, com imagens digitais editadas no laboratório carioca Mega Studio, tem 60 segundos e será exibida por três semanas, em diversos horários da programação de tv, nas emissoras locais. O trabalho será complementado por ações de comunicação em rádios e jornais, visando orientar a população sobre seus direitos. A segunda etapa da campanha, prevista para o próximo ano, será de orientação da população sobre seus direitos e como ter acesso ao Judiciário.

Recente pesquisa feita a pedido do Tribunal de Justiça identificou que os pernambucanos não têm conhecimento das atividades do Judiciário, que chegam a ser confundidas com as ações desenvolvidas pelo Legislativo e Executivo. Os dois filmes de estréia da campanha orientam sobre a distinção entre os três Poderes, detalhando o trabalho judiciário.

A campanha publicitária é uma das metas da administração do desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça. Ao assumir o cargo em fevereiro passado, o magistrado colocou como prioridade a abertura do Judiciário para a sociedade. "Com a campanha, queremos dar uma divulgação maior dos direitos do cidadão e de como chegar ao Judiciário. Entendo que isso facilita o acesso das pessoas à Justiça", afirmou Galvão.

Os primeiros filmes foram apresentados no Gruponove em sessão para o Tribunal de Justiça e para a imprensa

Jurista português visita desembargador Macêdo Malta

Em rápida passagem pelo Recife, o jurista Jorge Miranda, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi recebido, no último dia 22, pelo desembargador Macedo Malta, de quem é amigo pessoal. Autor de diversas obras jurídicas, Miranda veio participar, como conferencista, de um congresso promovido pelo Instituto Brasiliense de Direito Constitucional, entre os dias 22 e 24 de outubro, dentro da programação do 10º aniversário da atual Constituição Brasileira.

"Estive pela primeira vez no Brasil em maio de 1979, quando conheci o desembargador Malta, por ocasião de um congresso realizado em Belo Horizonte. Desde então venho anualmente, até mais de uma vez, sempre para participar de seminários sobre questões de Direito Constitucional", disse o jurista português.

Antes de embarcar para Brasília, Miranda ainda realizou uma palestra para estudantes da Faculdade de Direito de Olinda, a convite de Ivânia Barros de Melo, diretora daquela instituição de ensino e secretária geral da Ordem dos Advogados do Brasil em Pernambuco.

Agenda

Feriado - quarta-feira, em virtude do Dia do Funcionário Público, não haverá expediente no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Alagoas - **O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, confirmou presença em Maceió, entre os dias 29, 30 e 31 de outubro, quando participará da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A solenidade de abertura será no Palácio da Justiça de Alagoas, tendo continuidade no salão de convenções do Maceió Mar Hotel, onde serão realizadas as reuniões. Dentro da programação, o TJ alagoano incluiu a inauguração do Foro da Comarca da Capital prevista para o segundo dia do encontro.**

XV Encoge

A cidade de Aracaju vai sediar o XV Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça do Brasil (Encoge), entre os dias 28 e 31 de outubro. Súmula vinculante, nova conquista processual, tutela antecipada estarão no centro dos debates do Encoge, promovido pelo Colégio de Corregedores Gerais de Justiça. O desembargador Mário Melo, corregedor geral em Pernambuco, participará do Encontro.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guedes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: sclex@tjpe.gov.br

TECA

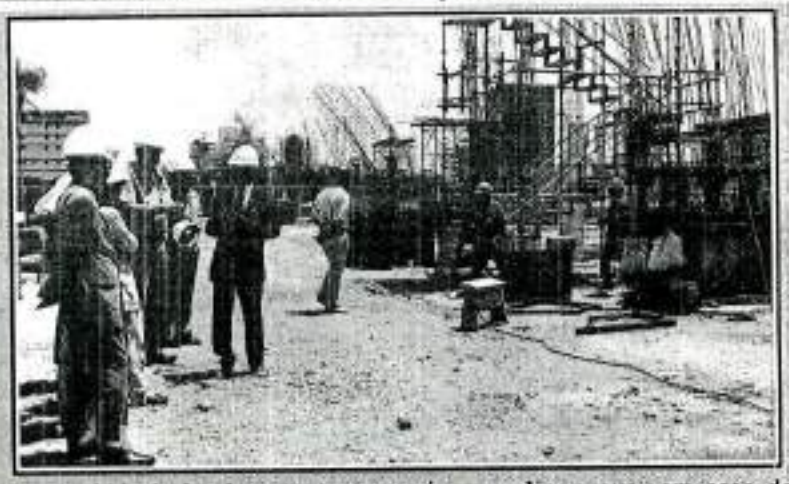
Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 200 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 27 de outubro de 1998

Greve não prejudica entrega do Fórum do Recife

O cronograma de obras do Fórum da Capital vai ser reestudado. A informação é da engenheira Rogéria Magalhães, assessora técnica do Tribunal de Justiça. Segundo informou, o objetivo é evitar que a greve de operários, que paralisou a construção civil, semana passada, prejudique a entrega final do imóvel, em novembro do próximo ano.

Uma avaliação do que deixou de ser produzido nos dias de greve e o levantamento dos percentuais de produtividade, segundo a engenheira, devem definir em quanto tempo serão realizadas as tarefas seguintes. As próximas etapas prevêem a conclusão dos pilares do primeiro andar e a execução da primeira laje.



Acompanhado de assessores, Etério Galvão visitou o canteiro de obras do Fórum do Recife.

Em visita à obra, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, demonstrou à empresa Sergen, responsável pela construção do imóvel, o interesse em que seja aplicada uma política de incentivo aos 300 operários. A engenheira Rogéria Magalhães explicou que, em caso de aprovação, a produtividade será estimulada na execução de tarefas chaves.

TJPE amplia projetos de cooperação cultural com EUA

O visitante voluntário, programa de atendimento ao estrangeiro nos Estados Unidos, já pode ser utilizado pelos magistrados pernambucanos. Esse é um dos resultados da política de cooperação entre o Tribunal de Justiça e o Usis - serviço de relações culturais da Embaixada americana no Brasil. O programa coloca um intérprete, previamente solicitado, à disposição do visitante brasileiro, assim como fornece informações que facilitam, naquele País, a estada profissional do interessado.

O programa é também conseqüência da viagem que um grupo de cinco juízes e duas servidoras da Diretoria de Recursos Humanos fizeram à Geórgia, em agosto, para conhecer o funcionamento daquele Judiciário americano. Catherine J. Jarvis, adido cultural adjunto da embaixada dos Estados Unidos, discutiu com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, projetos que facilitam o intercâmbio profissional. Catherine informou que vários deles já estão em andamento com instituições jurídicas e escolas de Direito brasileiras.

Dentro da programação com o Tribunal, foi marcado para o dia 25 de fevereiro um seminário para discussão de temas como ética e profissionalismo no Judiciário. O professor Richard Reaves, coordenador do Programa de Educação Legal Continuada para Juízes, e a juíza Dorothy Beasley, da Corte de Apelação do Estado da Geórgia, participarão do encontro, que será organizado pela Diretoria de Recursos Humanos do TJ.

Em conversa com o presidente Etério Galvão, a representante da embaixada americana esclarece que as informações sobre o visitante voluntário podem ser obtidas pelo e-mail cjjhrl@usis.gov

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Nagoski de Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50010-040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.3183
e-mail: asimi@jpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 201 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira 28 de outubro de 1998

Recife discute tratamento para vítimas e agressores sexuais

Roberta Tavares

Apenas 10% dos casos de abuso sexual chegam ao conhecimento da Justiça. A vergonha de admitir que foi vítima, na maioria das vezes, de pessoas da própria família, impede que se formalize a denúncia: 62% acontecem dentro de casa.

Como compatibilizar tratamento psiquiátrico à pena aplicada ao agressor sexual? Esse é o grande desafio que enfrentam juízes que lidam com crimes dessa natureza, uma vez que o Código Penal não prevê acompanhamento médico para agressores judicialmente considerados culpados. De acordo com o juiz auxiliar da Vara Privativa de Crimes Contra a Criança, Humberto Vasconcelos Júnior, não adianta apenas punir, é preciso também corrigir desvios de comportamento de abusadores sexuais.

Para o psicólogo gaúcho Renato Caminha, que veio ao Recife discutir o assunto com equipes técnicas do Tribunal de Justiça, Secretaria de Segurança Pública e Organizações-não-Governamentais, o ideal - se houvesse amparo legal - é que o abusador fosse colocado em albergue e, afastado da família, sem no entanto perder suas funções sociais, participasse de tratamento efetivo, até mesmo, podendo optar pelo uso de remédios que impedem o desejo. Caminha admite que a defesa é polêmica, mas lembra que não é raro, em depoimentos, agressores sexuais pedirem para terem seus impulsos controlados.

O tratamento psiquiátrico aliado à pena é considerado fundamental, explica o juiz Humberto Vasconcelos, uma vez que o agressor é visto como um dependente de drogas, por exemplo, que necessita de acompanhamento médico. Em geral, acrescenta o magistrado, é alguém que sofreu abuso sexual na infância e que tende, como adulto, a repetir a experiência, dessa vez, na posição de agressor. "Cerca de 85% dos casos são de pessoas que gozam de confiança da vítima, com livre acesso, como babás, irmãos, professores, vizinhos...".

Na defesa de mudanças do Código Penal, Renato Caminha e Humberto Vasconcelos Júnior entendem que, por enquanto, é possível apenas ampliar o tratamento dado às vítimas, entre as quais é comum o comportamento suicida. Para o psicólogo, esse é um risco potencialmente elevado que, na maioria dos casos, para evitar o suicídio, é preciso recorrer ao medicamento psiquiátrico.

A criança, disse ele, não consegue externar seus problemas, achando muitas vezes que tem culpa pelo que ocorreu.

Ambulatório

Idealizador e coordenador técnico do Ambulatório de Maus Tratos de Caxias do Sul, e professor-pesquisador da Universidade do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, Renato Caminha disse que não há condições de excluir da memória os traumas de quem foi sexualmente abusado. Mas garante que, com tratamento adequado, que inclui a família, é possível às vítimas reorganizar a vida. Pela unidade de Maus Tratos de Caxias do Sul, instalada em 1996, mais de 150 famílias já receberam acompanhamento psicoterápico.

O modelo gaúcho, voltado à recuperação das vítimas, será implantado no Recife, a partir do próximo ano. O ambulatório, que vai dispor de equipes técnicas da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, das Varas da Infância e da Juventude e do Centro de Atendimento Psicossocial do Tribunal de Justiça, funcionará no Centro de Atendimento Integrado da Infância e da Juventude, na rua Fernandes Vieira. A assistência jurídica e psicológica aos menores vítimas de maus tratos será feita por equipe multidisciplinar de psicólogos, assistentes sociais, juízes, promotores e integrantes de conselhos tutelares.

Primeiro no gênero, no Nordeste, o ambulatório vai lidar com vítimas de abuso sexual, como atentado violento ao pudor, estupro e tentativa de estupro, sedução, rapto, favorecimento de prostituição e outros casos. Segundo o juiz Vasconcelos Júnior, desintegração familiar, ausência de educação, machismo ou feminismo em excesso, impunidade, vergonha e idolatria ao sexo são alguns dos principais fatores que desencadeiam e estimulam o abuso sexual.

Embora não disponha de estatística, o magistrado acredita que a maioria dos casos registrados pertence às classes média e baixa. No Recife, dados de 1995 indicam que, de um total de 440 inquéritos, 124 se referem a sedução, 94 são de corrupção de menores, 84 de atentado violento ao pudor e 74 de estupro, sendo o restante de tentativa de estupro, rapto, favorecimento de prostituição e atos obscenos.

Fotos: Assis Lima

Renato Caminha (acima) e o juiz Humberto Vasconcelos Júnior defendem o tratamento aliado à aplicação da pena

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Bélio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1383 e-mail: soior@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

no LXXV • Nº 203 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 30 de outubro de 1998

Esmape promove curso para juízes substitutos de 1ª Entrância

Os novos juízes dão os primeiros passos no Judiciário

Aprovados em dezembro, no último concurso para preenchimento de vagas no quadro da magistratura estadual, 16 juízes substitutos de 1ª Entrância estão fazendo o Curso de Iniciação à Função Judicante. Exigência básica do Tribunal de Justiça para ocupação de cargo, antes mesmo da nomeação dos novos juízes, o curso é realizado pela Escola Superior da Magistratura.

Até o dia 6, no auditório da Corregedoria Geral da Justiça, o grupo manterá os primeiros contatos com o TJPE, ouvindo palestras e discutindo assuntos como a Modernização do Poder Judiciário, Deontologia do Magistrado, Mudanças Organizacionais, Estatuto da Criança e do Adolescente, Adoção, Lei de Tóxicos e Juizados Especiais.

Os novos magistrados também participarão de atividades práticas nas Varas de Família, da Assistência Judiciária, Criminais e no Centro Integrado da Criança e do Adolescente, além de participarem de palestra sobre Ética do Magistrado. Serão nomeados ainda no mês de novembro, segundo informação do juiz Virgínio Marques Carneiro Leão, supervisor da Esmape.

Fazem parte do curso, discussões sobre o indivíduo e a instituição, poder e liderança, autoridade e autoritarismo, projeto de vida e de trabalho e qualidade de vida no trabalho.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora da Comunicação Social: Márcia Gueiros

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040 Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1143 e-mail: salas@ge.gov.br

Programa Agenda Livre é adiado exclusivamente no mês de novembro

O projeto Agenda Livre, que acontece a cada primeira sexta-feira do mês, será adiado, exclusivamente em novembro, para a terça 10. Nesse dia, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, atenderá a todas as pessoas que desejaram falar com ele para apresentar sugestões ou reclamações sobre o Judiciário, sem necessidade de agendamento prévio.

Viagem à Argentina é o motivo do adiamento

O adiamento se deve a uma viagem de Etério Galvão à Argentina, sexta-feira - dia habitual do Agenda Livre, quando participará do Congresso Internacional de Juventude e Família, para mostrar a experiência de Pernambuco nessa área inclusive os programas desenvolvidos com crianças e adolescentes.

Iniciado em abril, o Agenda Livre já proporcionou atendimento a mais de 500 pessoas, realizado também nos municípios de Triunfo e Garanhuns. Ainda em novembro, no dia 11, Etério Galvão repetirá o programa em Petrolina, para onde viaja com a finalidade de participar de Encontro sobre Administração Judiciária.

Agenda

Feriado - Em virtude da transferência do feriado do servidor público para a sexta 30, e do feriado de Finados, segunda 2, o Diário Oficial do Judiciário só volta a circular quarta-feira.

Petrolina - Nos dias 11, 12 e 13, o Tribunal de Justiça realizará, em Petrolina, mais um Encontro sobre Administração Judiciária. A tarde do dia 11, será reservada para o presidente Etério Galvão receber a população em mais um Agenda Livre.

Ensaio - Ainda podem ser feitas, até o dia 13, as inscrições para o concurso Ensaio Jurídico Des. Bonorino Bertelli, na Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul. Informações pelo fax 051-224.6844 ou pelo e-mail: ajuatend@.pro.via-rs.com.br

Estágio - Entre os dias 17 e 20, será feita a entrega dos cartões de inscrição da pré-seleção de estagiários do Tribunal de Justiça. A entrega será na reitoria da UPE e nas próprias faculdades dos candidatos.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 204 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 4 de novembro de 1998

Sistema de informações da infância e adolescência é tema do XV Encoge

Sérgio Marcos

O corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Mário Melo, esteve em Aracaju, acompanhado do juiz Luiz Carlos Figueiredo, titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude. Durante quatro dias, participam do XV Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça do Brasil (Encoge), quando o juiz explicou o funcionamento dos módulos II e III do Sistema de Informações da Infância e Adolescência.

Com implantação prevista para até junho de 1999, os módulos tratam do controle dos atos infracionais de adolescentes e do controle de adoções nacionais e internacionais de crianças brasileiras. Um convênio celebrado em dezembro, entre o Ministério da Justiça e a Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco confere ao Judiciário a tarefa de elaborar e implantar o projeto que interligará as 28 corregedorias gerais do Brasil, através de uma rede de comunicação informatizada.

A escolha de Pernambuco para coordenar os estudos de elaboração do sistema é um reconhecimento da qualidade e eficiência do trabalho aqui desenvolvido, na área da infância e adolescência. Com a ampliação do programa através dos módulos II e III, as corregedorias de Justiça acompanharão as informações, umas das outras, sobre disponibilidade de crianças para adoção, procedimentos, bem como a identidade de menores que já tenham infracionado em outro Estado. Além de coordenar a criação do sistema, Pernambuco também está administrando o processo de tomada de preços para compra e instalação de equipamentos de informática.

Na primeira quinzena de outubro, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) do TJ realizou a abertura dos envelopes de habilitação das empresas concorrentes. Das seis candidatas, duas foram reprovadas. Segundo Fátima Lima, presidente em exercício da CPL, no início de novembro termina o prazo recursal. Se até lá nenhuma excluída recorrer, até o dia 6 serão abertas as propostas técnicas e de preços. A cotação prévia, com base em pesquisa fornecida pela Diretoria Financeira, é de R$ 535 mil.

O corregedor Mário Melo esteve em Aracaju

Pernambuco participa da Reunião Conselho Nacional de Informática

Foto: Assis Lima

Ruy Patu foi conhecer o que há de mais moderno em tecnologia judiciária

Sistemas de controle de processos, cursos de aperfeiçoamento via Internet e vídeo-conferência foram alguns dos temas discutidos na II Reunião do Conselho Nacional de Informática da Associação dos Magistrados Brasileiros, em Florianópolis (SC). Promovido pelas Associações dos Magistrados Brasileiros e Catarinenses, no final de outubro, o encontro teve o objetivo de promover a troca de informações e realidades vividas pelos Judiciários Estaduais na área de informática, tais como o controle do fluxo de processos, projetos de virtualização de autos e automação de serventias judiciais. A redução de custos e agilidade dos serviços foram os principais resultados prometidos pelos programas de comunicação via Internet.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco esteve representado pelo juiz Ruy Patu Júnior, assessor especial da Presidência do TJ, e Edmundo Godoy de Mendonça, diretor de informática. "Fomos ver o que está sendo feito pelo Brasil, ao que diz respeito a tecnologia, e verificar os aspectos legais dessas iniciativas de modernização que têm acontecido nacionalmente no âmbito dos Judiciários", disse Mendonça.

Durante o evento, foi lançado um CD com modelos de despachos, sentenças e jurisprudência. Também esteve à disposição dos interessados o software de controle de processos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. S.M.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Élbio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Cunha

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1583
e-mail: asis@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 205 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 5 de novembro de 1998

Inscrições de estágio superam expectativas

Ordenador didático-pedagógico na área de Direito, o juiz Élio Braz disse que a abertura de vagas para estagiários de diversos cursos é pioneira no Judiciário pernambucano

Os quatro mil manuais e formulários distribuídos nas faculdades do Recife, Olinda e Caruaru superaram as previsões de que não ultrapassaria três mil o número de candidatos ao quadro de estagiários do Tribunal de Justiça. Para o juiz Élio Braz, orientador didático-pedagógico dos estágios na área de Direito, a remuneração de dois salários, o pioneirismo da iniciativa e a seriedade com que será feita a seleção dos candidatos motivaram a grande procura.

Levantamento parcial do número de inscrições, feito pelo Núcleo de Estudos Políticos e Institucionais da Universidade de Pernambuco, responsável pela elaboração das provas e acompanhamento de todo o processo de seleção, indica que o maior número de candidatos é do curso de Direito da Universidade Católica, com cerca de 500 inscritos. O Tribunal oferece 482 vagas nas áreas administrativas e jurisdicionais nas três Entrâncias.

Entre os dias 17 e 20, os candidatos já podem receber o cartão de inscrição. A entrega será nas próprias faculdades. A prova está marcada para o dia 22, com divulgação dos resultados até 3 de dezembro. O juiz Élio Braz lembra que, de 4 a 9 do próximo mês, os aprovados na primeira etapa devem entregar os documentos que comprovam os pré-requisitos exigidos.

O histórico escolar, com média mínima global 6, o comprovante de matrícula com o respectivo período ou ano do candidato e a declaração da faculdade informando turno e horários do candidato no curso serão analisados por comissão examinadora da UPE. O maior número de vagas (438) é do curso de Direito. O restante está dividido entre Administração, Ciências Contábeis, Informática, Psicologia, Serviço Social e Jornalismo.

Atendimento centralizado ao cidadão é elogiado pelo TJPE

As normas estatutárias em vigor sobre desconto em folha de pagamento foi um dos assuntos tratados pela diretora geral de pessoal do governo de Pernambuco, Delzuita Alves Viero, e o consulter jurídico João Armando, do Tribunal de Justiça, em recente visita da representante do Executivo ao TJ. O programa de atendimento centralizado ao cidadão, do governo do Estado, também esteve em pauta. Funciona com vários órgãos, como Celpe, Compesa, Procon e Secretaria do Trabalho, reunidos em um mesmo local de atendimento ao usuário, onde também são fornecidos documentos como carteira de identidade e de trabalho e serviços do Bandepe, além de fotografias e fotocópias. Com apenas um posto de atendimento funcionando experimentalmente, no Parque de Exposições do Codeiso, o projeto já é referência nacional pela qualidade e rapidez na prestação dos serviços.

Debutantes visitam o Tribunal de Justiça

O Tribunal de Justiça novamente integrou, este ano, o roteiro de visitas das debutantes do Palácio do Campo das Princesas. O baile, que se realiza amanhã, na Arcádia de Apipucos, foi precedido de palestras do escritor Ariano Suassuna e da economista Tânia Bacelar, e de uma missa no Colégio das Damas. No Salão Nobre do Tribunal de Justiça, as 14 visitantes foram recebidas pelo desembargador-presidente Etério Galvão, que conversou sobre estudos e carreiras que as jovens pretendem seguir. Sem esconder preferências, Galvão falou sobre os aspectos gratificantes da advogacia e da magistratura.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gurgel

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anna Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: asinc@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/dojpe

Informações do concurso -0800991200

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 206 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 06 de novembro de 1998

Administração Superior se reúne com 1ª e 2ª Circunscrições

Realizado em setembro, na Comarca de Triunfo, o último encontro também promoveu uma reflexão sobre o papel do juiz na sociedade

Dezenove Comarcas de municípios localizados no alto sertão pernambucano estarão reunidas, entre os dias 11 e 13 de novembro, durante o Encontro sobre Administração Judiciária, que será realizado em Petrolina, no Centro de Convenções local. Este é o quarto encontro do Programa Administração Superior nas Comarcas. Dele participarão magistrados, secretários e diretores, a Corregedoria Geral de Justiça e a Presidência do TJPE.

O Projeto Agenda Livre, durante o qual o desembargador Etério Galvão, presidente do TJPE, recebe a população para ouvir reclamações sobre assuntos relacionados ao Judiciário estadual, abrirá o encontro, no dia 11, às 15h. Na mesma tarde, a partir das 14:30h, também estará funcionando o Balcão de Atendimento de Recursos Humanos, com o objetivo de prestar aos magistrados participantes esclarecimentos sobre dúvidas relacionadas ao setor, além de conhecer a realidade da demanda de serviços e disponibilidade de pessoal em cada serventia.

Promovido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco em conjunto com a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Aemepe), o encontro de Petrolina irá reunir os juízes das 1ª e 2ª Circunscrições. A exemplo dos anteriores, o objetivo é promover uma reflexão sobre o papel do Poder Judiciário na sociedade e buscar soluções para os problemas e dificuldades enfrentadas pelas Comarcas na execução de suas atividades. O programa também se propõe a verificar como cada juiz pode, a partir da experiência vivida em sua Comarca, colaborar para o alcance das metas previstas no Plano de Gestão para o biênio 1998/2000.

Comarcas participantes do Encontro de Petrolina

Afrânio, Araripina, Belém do São Francisco, Bodocó, Cabrobó, Exu, Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Parnamirim, Petrolina, Salgueiro, Santa Maria da Boa Vista, São José do Belmonte, Serra Talhada, Serrita, Terra Nova, Trindade e Verdejante.

Corte Especial define concessão de diárias

Foram estabelecidos os valores das diárias durante viagens dos servidores e magistrados

Somente a serviço ou em missão especial, magistrado e servidores terão direito ao recebimento de diária. Excepcionalmente, o Conselho da Magistratura poderá decidir pela concessão do benefício para tratamento de saúde. A decisão é da Corte Especial do Tribunal de Justiça, estabelecendo os valores e a forma de compensar as despesas do pessoal com alimentação e pousada.

Para prevenir e compensar gastos com deslocamentos, seja para simpósios, congressos, cursos, solenidades oficiais, reuniões de trabalho, fiscalização, correição e outros serviços de interesse da Justiça avaliado pelo desembargador-presidente Etério Galvão, serão assegurados o transporte ou o pagamento de despesas correspondentes.

Fixadas em UFIRs, agora de acordo com os valores praticados pelos demais Poderes e Ministério Público, as diárias visam compensar despesas de alimentação e pousada em Pernambuco e outros Estados. As diárias serão concedidas a desembargadores, juízes, diretores, assessores e servidores de nível superior e de outros cargos, incluindo os que estão à disposição do Judiciário.

Conforme decisão da Corte Especial, as diárias serão apenas de 50%, caso não haja pernoite. Além disso, as diárias concedidas e não utilizadas devem ser devolvidas e, finalmente, não poderão receber diária magistrados e servidores que, por qualquer motivo, estejam afastados do serviço, excetuando as missões especiais ou tratamento de saúde.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maurício

Fotografia:
Ana Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: som@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/dopepe

Fórum de Petrolina - fone: 862.2633

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 207 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 7 de novembro de 1998

Caruaru

Judiciário inaugura mais um Juizado Especial no interior

A solenidade de transferência do Juizado Cível e de instalação do Juizado Criminal de Caruaru, segundo Gisela Pires, serão presididas pelo desembargador Etério Galvão. Marcadas para às 17h, da sexta 17, contarão com a presença de magistrados, de autoridades locais e de servidores do Judiciário.

O Tribunal de Justiça inaugura no dia 17 o Juizado Criminal de Caruaru. A unidade vai funcionar na Rua Visconde de Inhaúma, 146, no centro da cidade, recebendo causas de menor potencial ofensivo. A iniciativa representa meta da atual administração de instalar Juizados Criminais no interior do Estado próximos a delegacias.

Informatizado e dispondo de instalações apropriadas à demanda de processos e de público, o Juizado já começa a funcionar com as ações que tramitam, atualmente, nas Varas Criminais de Caruaru. Uma novidade é a transferência do Juizado Cível para o mesmo local, permitindo melhor acesso à população que necessita desse serviço prestado pela Justiça.

A população de Caruaru não será a única beneficiada. Os Juizados tem competência para atender a população de municípios vizinhos. Com uma demanda em torno de 200 novos processos mensais, o Juizado Cível funcionará com três salas de conciliação, enquanto o Criminal terá apenas uma.

Segundo a coordenadora dos Juizados Especiais no Estado, Gisela Pires, os servidores foram treinados em informática e racionalização de procedimentos, sob a supervisão da Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça. Proporcionando redução de tempo e evitando servidores em excesso, queixas e audiências serão digitadas pelos próprios atendentes e conciliadores.

Pernambuco dispõe de 19 Juizados, entre cíveis, criminais e um do consumidor, funcionando em todo o Estado, sendo oito no Recife. A média de conciliação supera os 84%, com destaque para os de Garanhuns e o Juizado Cível de Caruaru que atingem, respectivamente, 94% e 90% de acordo entre as partes, segundo a coordenadora Gisela Pires.

Comarca de Gravatá também vai ganhar Juizado Especial Cível

A população de Gravatá não vai mais se deslocar até Vitória de Santo Antão para a utilizar os serviços do Juizado Especial da Comarca vizinha. Em regime de comodato, a Associação Comercial cedeu imóvel localizado no centro da cidade para a instalação de um Juizado Cível. O juiz Adeildo Nunes, diretor do Fórum, disse que a minuta do contrato está sendo providenciada e que, possivelmente, a unidade já esteja funcionando até o final do ano. Segundo ele, a iniciativa vai desafogar a Justiça Comum. "Para não ter que viajar até Vitória, muita gente termina dando entrada em processos nas Varas Cíveis de Gravatá, mesmo quando se trata de causas menores", disse ele.

O juiz elabora o contrato de cessão do imóvel

Agenda

Psicologia Jurídica - As Ciências Psi e a Justiça, a atuação técnica do Centro de Atendimento Psicossocial e o Encontro com Noivos são alguns dos temas a serem debatidos durante o I Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica, nos dias 4 e 5 de dezembro, no Fórum Thomaz de Aquino. As inscrições estão abertas, podendo ser feitas pelo fax 081-426.5791 ou pelo e-mail:pzevento@truenet.com.br. Destinado prioritariamente a psicólogos que atuam na área jurídica, assistentes sociais, pedagogos, médicos, advogados, promotores e magistrados, o Encontro é organizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco e pela Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica. O objetivo é uniformizar a atuação dos poderes Judiciário e Executivo dentro da Psicologia do Direito.

Juiz do Trabalho - Estão abertas as inscrições para o IX concurso de juiz do trabalho substituto da 12ª Região de Florianópolis - SC. Podem ser feitas até o dia 18, via Sedex, pelo endereço Rua Esteves Júnior 395 - Centro, CEP 88015-130. Informações pelo fone-fax 048-223.4777

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone (081) 419-1251 Fax 424.1343 e-mail: sete@fja.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 208 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 10 de novembro de 1998

Convênio pernambucano é modelo para outros Estados

O convênio de cooperação das Corregedorias de Pernambuco e Paraíba diminui a emissão de cartas precatórias e traz uma maior rapidez na execução de atos judiciais

Protocolo de cooperação, que diminui o uso de carta precatória para execução de atos judiciais nas comarcas situadas no limite entre Pernambuco e Paraíba, está servindo de modelo a outros Estados. A decisão foi tomada durante o 15º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça, realizado em Aracaju, no final de outubro.

Na Carta de Sergipe, que contém os resultados do encontro, os corregedores participantes, entre eles o desembargador Mário Melo, recomendam a elaboração de convênios semelhantes ao de Pernambuco/Paraíba, no sentido de autorizar o cumprimento de mandados independente da expedição de carta precatória, entre comarcas próximas de Estados diferentes.

A decisão, que permite ao oficial de justiça de um Estado intimar um morador do Estado vizinho, desde que as Comarcas sejam circunvizinhas, tem o objetivo de agilizar os atos judiciais. Atualmente, uma carta precatória tem que passar pelas centrais de correios das respectivas Comarcas, tomando tempo e gerando despesas que crescem em proporção ao tamanho do processo em tramitação.

O corregedor Mário Melo, informa que o convênio de Pernambuco será estendido a outros Estados. Previsto no artigo 230 do Código de Processo Civil, o procedimento já é utilizado entre municípios de regiões metropolitanas.

Profissionais da medicina são recebidos no Tribunal

Profissionais ligados ao exercício da medicina na Região Metropolitana do Recife foram recentemente recebidos pelo desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Entre as entidades que representam a classe, estiveram presentes o Conselho Regional de Medicina em Pernambuco (Cremepe), as Cooperativas de Anestesistas e de Cirurgiões de Pernambuco e o Sindicato dos Hospitais, assim como os centros de medicina das Universidades de Pernambuco e Federal. O encontro, que acontece uma vez a cada mês, é uma iniciativa da Presidência do TJPE, com o propósito de provocar uma maior aproximação entre o Poder Judiciário e demais representações da sociedade.

Agenda Livre

Desde que começou a atender o público diretamente em seu gabinete, em abril, ouvindo pedidos, queixas e sugestões sobre o funcionamento do Judiciário estadual, pela primeira o presidente Etério Galvão transfere o Agenda Livre. Regularmente funcionando a cada primeira sexta-feira do mês, o programa de novembro, que deveria ter acontecido no dia 6, foi adiado para hoje. Amanhã, o magistrado repete o atendimento, dessa vez em Petrolina, onde se realiza o Encontro sobre Administração Judiciária do Alto Sertão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Anísio Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asis@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 209 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 11 de novembro de 1998

Fórum de Jaboatão

Reforma concluída até fevereiro

As obras de reforma do Fórum de Jaboatão dos Guararapes serão concluídas em 90 dias. O anúncio foi feito, ontem, pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, que esteve no local para participar de reunião com juízes do município.

Estão em andamento serviços para eliminação de infiltrações, construção de dois banheiros na área externa e instalação de elevador para facilitar o acesso ao Fórum que foi inaugurado no início do ano. Etério Galvão também solicitou à Assessoria Policial Militar que seja feita uma avaliação técnica pelo Corpo de Bombeiros sobre a situação do prédio, que conta com uma única saída.

O presidente esteve em Jaboatão a convite dos juízes que atuam na Comarca. O grupo apresentou documento apontando as dificuldades enfrentadas no Fórum, entre elas a deficiência de pessoal, ausência de reciclagem de servidores, problemas na infra-estrutura do prédio, necessidade de informatização, como ressaltou a juíza diretora do foro, Nalva Cristina Campelo.

Galvão fez questão de lembrar as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, acarretando a impossibilidade de contratação de novos servidores. "Mas está garantida a conclusão da reforma do prédio, com instalação do elevador", disse ele, ressaltando que a informatização do fórum já consta de projeto em andamento.

Agenda Livre - Após a reunião, Etério Galvão voltou a realizar, no Tribunal de Justiça, mais uma audiência pública dentro do Projeto Agenda Livre, que foi adiada de sexta-feira (6) para esta terça (10), em virtude de uma viagem do presidente.

O atendimento começou às 14h, quando mais de 50 pessoas já aguardavam para falar pessoalmente com o presidente, a maioria sobre o andamento de processos judiciais. Hoje, Galvão realiza outra Agenda Livre, desta vez em Petrolina, onde participa até sexta-feira do Encontro Sobre Administração Judiciária.

O desembargador esteve reunido com os juízes de Jaboatão

Procuradora lança livro no Tribunal

Napoleão Tavares recebeu as duas representantes do Ministério Público

"Reforma Administrativa - o Estado, o serviço público e o servidor", da procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, do Ministério Público, será lançado em dezembro, no Tribunal de Justiça. O convite aceito é do vice-presidente do Judiciário pernambucano, desembargador Napoleão Tavares, durante recente visita que a procuradora fez ao Tribunal de Justiça, acompanhada da procuradora Eliane Lapenda. O livro, em segunda edição atualizada e ampliada trata de forma comentada da Reforma Administrativa. Cláudia Pereira, do Ministério Público do Distrito federal, é vice-presidente da Associação Nacional do MP junto aos Tribunais de Contas.

TJ cria brigada contra incêndio

Com o treinamento de funcionários para atuar em situações de emergência no Palácio da Justiça e nos Fóruns Paula Batista e Thomaz de Aquino, o Tribunal está criando uma brigada contra incêndio. A primeira turma, integrada por 18 servidores voluntários, concluiu treinamento no Centro de Ensino e Instrução Bombeiro Militar, no Curado.

A iniciativa é da Assessoria Policial Militar e Civil do Tribunal de Justiça e tem objetivo de formar grupos de servidores capazes de adotar medidas básicas de prevenção contra incêndio, socorro de urgência, controle de pânico e retirada de pessoas de prédio em casos de necessidade. O treinamento dessa e de novas turmas faz parte do programa de capacitação de funcionários realizado pela Diretoria de Recursos Humanos.

A brigada contra incêndio, segundo o assessor militar coronel Roberto Melo, será implantada depois da formação de três turmas. A primeira (foto) a concluir o curso, ontem, está inclusive capacitada a repassar os conhecimentos aos colegas. A brigada funcionará, inicialmente, no Thomaz de Aquino e Paula Batista por serem os prédios com maior número de pavimentos e de funcionários.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatoras: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143 e-mail: oficial@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 210 | Poder Legislativo | Recife, quinta-feira, 12 de novembro de 1998

Comissão debate violência

Luciana Santos presidiu audiência pública que discutiu violência no campo

A situação de violência da zona canavieira do Estado despertou a preocupação da deputada Luciana Santos (PC do B), presidente da Comissão de Defesa da Cidadania. Na manhã de ontem, ela realizou audiência pública no Auditório do Anexo I da Assembléia Legislativa, para debater a questão da crise no setor.

Ao abrir os trabalhos, a deputada comunista protestou com veemência contra a violência ocorrida no campo, resultando nos últimos anos em três assassinatos em razão direta da luta sindical. "Ninguém até hoje foi indiciado e nem ao menos punido", reclamou, acentuando que mais uma vez um trabalhador perde a vida em defesa de seus direitos, temendo que por isso mesmo outros serão sacrificados na luta por melhores salários.

Luciana Santos observou que a violência é a expressão da contradição da relação de produção em Pernambuco, um atraso secular. "Tudo isso por falta de uma política que privilegie o trabalhador rural", insistiu. Ela não entende como a zona da mata, constituindo-se uma das regiões mais ricas do Estado em face do potencial produtivo, "vive uma crise nunca vista, sem precedentes na história".

O deputado João Paulo (PT) manifestou solidariedade com a família do trabalhador rural Luís Carlos, vítima fatal no conflito registrado em Goiana e criticou a posição de usineiros "que vêm usando das armas para conter a luta dos trabalhadores".

Atenderam a convocação de Luciana Santos a OAB, representada pelo advogado Valdomiro Evangelista; Januário Morcira, da Fetape; Paulo Valença, da CUT; Renato Carvalho, do MT; Marcelo Santa Cruz, do Cendhec; trabalhadores rurais e representantes da família do trabalhador morto em Goiana.

Ao final da audiência pública a Comissão de Defesa da Cidadania definiu-se pela cobrança da ausência do Secretário da Segurança Pública e do Comandante da Polícia Militar, que nem ao menos justificaram por que não compareceram. Decidiu ainda elaborar relatório dos acontecimentos de violência em Goiana, levando o documento ao governador Miguel Arraes; designar o assessor-técnico da Comissão, advogado Ricardo Campos, para acompanhamento do inquérito e criar espaço de debates sobre a violência que vem isolando o campo. **(Antônio Azevedo)**

O mundo imaginário e real de Jota Borges chegou de Bezerros (Agreste Meridional) e estará a partir de hoje em exposição no Salão Nobre da Assembléia Legislativa. Xilogravuras, folhetos de feira (literatura de cordel), matrizes em imburana e exemplares de livros ilustrados poderão ser vistos e adquiridos pelo público.

Durante a Reunião de hoje, atendendo proposição do deputado Sebastião Rufino, a Assembléia Legislativa concederá o Diploma de Serviços Prestados ao Estado a Jota Borges. Com 63 anos, José Francisco Borges já teve seu trabalho reconhecido pela Universidade dos Andes (Venezuela) e pela crítica especializada de Milão (Itália), Buenos Aires (Argentina), Berlim (Alemanha), Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, e de outros grandes centros culturais.

Braga destaca importância de carta-protocolo

O deputado João Braga (PSDB) disse ontem, da tribuna da Assembléia Legislativa, que a assinatura da carta-protocolo para implantação, em Suape, pela Shell e Petrobrás, do primeiro terminal de regaseificação de gás natural do País e do Exterior foi a ação federal de mais importância dos últimos anos em benefício do desenvolvimento de Pernambuco.

"Constitui-se na melhor oportunidade de investimentos para o Estado, mesmo quando comparado com outros pleitos, como a refinaria de petróleo. E Pernambuco sem gás, sem petróleo, sem quedas d'água para produção de energia elétrica, de repente pode se tornar ao maior exportador de energia de toda a região Nordeste", acrescentou.

Para Braga, "para que isso ocorresse seria que existir Suape, inclusive com os recentes investimentos dos governos estadual e federal. Necessitaria também da articulação do vice-presidente Marco Maciel, como também dos estados anteriores da Chesf. E, fundamentalmente, da aprovação pelo Congresso do fim do monopólio da Petrobrás, possibilitando que a Shell tomasse esta iniciativa".

O parlamentar tucano disse que, por conta do terminal de regaseificação, virão investimentos complementares, como para a instalação de uma usina termelétrica em Suape, que absorverá gás natural e gerará 2.000 Megawatts. "Sem dúvida, esta é a melhor notícia que necessitávamos, num instante de tanta dificuldade da vida nacional e em particular de Pernambuco", completou.

Por fim, Braga condenou a exclusão do governador Miguel Arraes na negociação do acordo com a Shell e Petrobrás. Mas ele criticou a postura do governante em manter a licitação de outra termelétrica, de menor porte, como forma de ação partidária.

Os deputados Eduardo Magalhães (líder do PFL) e Pedro Eugênio (PSB) apartearam o deputado João Braga. **(A M)**

Para João Braga, terminal de regaseificação trará investimentos para Pernambuco

CAPTURADO ELETRONICAMENTE

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fbapa.pe.gov.br/dohome ou http://www.fbapa.pe.gov.br/capa

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 211 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 13 de novembro de 1998

ENCONTRO DE PETROLINA DISCUTE DIFICULDADES NA REGIÃO

As principais dificuldades enfrentadas pelos magistrados que atuam no sertão pernambucano, entre elas a distância do Recife e a violência, foram assuntos discutidos, ontem, na abertura do Encontro sobre Administração Judiciária - Petrolina, que reúne cerca de 30 juízes das 1ª e 2ª Circunscrições, no Centro de Convenções daquele município. Hoje, último dia do evento, serão apresentadas soluções para a melhoria do Judiciário e projetos em andamento nesta gestão.

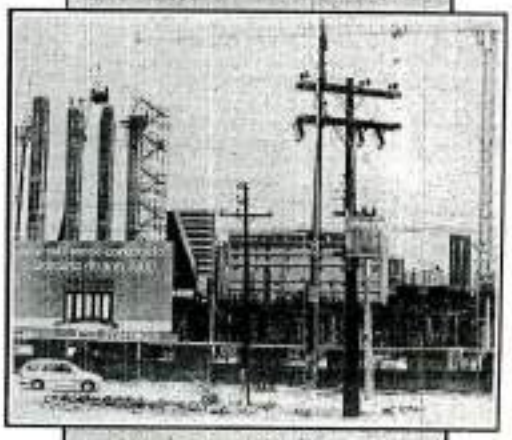
Na abertura do encontro, os juízes participaram de um trabalho de dinâmica de grupo, sob orientação dos consultores Evaldo Melo e Ana Glória Melcop. "Dentro deste trabalho de sensibilização para mudanças é importante a identificação das dificuldades no exercício profissional dos magistrados, para que possamos minimizá-las", explicou Ana Glória.

Para ela, que participou dos encontros de Caruaru, Garanhuns e Triunfo, cada grupo tem peculiaridades que precisam ser levadas em consideração no seu trabalho. "No caso do Sertão, não podemos desconhecer a realidade social, com a violência em virtude do tráfico de drogas, e até mesmo a distância, citadas pelos magistrados", ressaltou a consultora.

O presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, lembrou ao grupo a importância da participação dos magistrados neste encontro, para que se consiga melhorar a prestação dos serviços do Judiciário a partir de uma reflexão sobre os problemas e soluções. Ele fez questão de destacar, no entanto, que a violência na região é inferior à da capital. "Nem por isso as pessoas deixam suas obrigações", completou, lembrando o papel do juiz para reduzir a violência, na medida em que faz cumprir a lei punindo criminosos.

Galeão destacou a importância do encontro para a magistratura

Fórum do Recife recebe novas placas



Já instaladas, as placas são vistas ao público que transita pelo local

A obra do novo fórum do Recife, na Ilha Joana Bezerra, ganhou na última semana, duas novas placas indicativas, informando à população sobre a construção e os nomes dos profissionais responsáveis pelo projeto. As placas, criadas pela agência de publicidade Gruponove - contratada pelo TJPE - e executadas pela empresa Bandeirantes, estão em local de fácil visualização e têm iluminação especial para a noite. Da placa institucional consta a frase "Aqui está sendo construído o Judiciário do ano 2000", numa referência à previsão de funcionamento total do novo fórum, que deve ter a obra concluída até novembro de 1999. Já na outra placa estão relacionados os nomes dos engenheiros, arquitetos, outros profissionais e empresas envolvidos no projeto, de acordo com o que determina a legislação.

2ª Vara da Infância é finalista no Sócio-Educando

Depois de ver o juiz Luiz Carlos de Barros Figueiredo, da 2ª Vara da Infância e da Juventude, há cerca de um mês, receber prêmio da Abrinq, pela recuperação de menores infratores, Pernambuco novamente é destaque na área de crianças e adolescentes.

Desta vez, o Estado é finalista em três melhores categorias do Prêmio Sócio-Educando, da Unicef, lançado pelo ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal. Pelo trabalho que vem realizando na aplicação de medidas sócio-educativas, o próprio Luiz Carlos está classificado na categoria "Juiz", enquanto Luise Tarcila de Queiroz na de "Promotor" e a 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife (foto) na categoria de Núcleos de Pesquisa.

O prêmio será entregue no próximo ano, mas os vencedores só serão revelados durante a solenidade de entrega, com despesas pagas pela Comissão Organizadora do prêmio Sócio-Educando. Os trabalhos serão publicados no Livreto do Prêmio.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Ana Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424-1163
e-mail: asscs@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.pe.gov.br/cpge

Fórum de Petrolina - fone: 862.2633

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 212 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 14 de novembro de 1998

Servidores e juízes receberão cursos de informática

Servidores e magistrados quem atuam nas comarcas das 1ª e 2ª Circunscrições receberão, já a partir do início do próximo ano, cursos específicos visando à melhoria dos serviços do Judiciário, entre eles os de informática e atendimento ao público. O anúncio foi feito, ontem, pelos diretores de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, e de Informática, Edmundo Mendonça, durante encerramento do Encontro sobre Administração Judiciária - Petrolina, que reuniu magistrados da região, durante dois dias naquele município.

Para a coordenadora de Planejamento, Zélia Mendonça, o resultado do encontro em Petrolina foi o melhor possível

Segundo Da Paz Brasil, o treinamento dos servidores será desenvolvido, através de módulos, em conjunto com o Serviço Social para a Indústria (Senai), a partir de convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Nosso objetivo maior é a modernização do Judiciário e isso não é possível sem um trabalho de capacitação dos servidores que atuam na atividade fim", explicou ela, ressaltando que um dos módulos para o funcionalismo será de atendimento ao público.

Para juízes e servidores, o treinamento de informática irá disponibilizar informações sobre o acesso à Internet. "Petrolina será uma comarca-pólo de apoio para acesso à rede, possibilitando a redução dos custos e facilitando o uso desses serviços", explicou Edmundo Mendonça.

O Encontro sobre Administração Judiciária - Petrolina - quarto realizado em municípios do interior este ano - teve, segundo a coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, um excelente resultado. "Trabalhamos com um grupo menor, o que facilitou muito. Além disso, mudamos a metodologia, com um dia dedicado apenas aos juízes, quando foram discutidos pontos importantes para eles, como a solidão, o medo e a ética", ressaltou. "Foi um momento de reflexão, fundamental para o processo de mudanças que estamos implantando no Judiciário", disse.

Agenda

Criança e Adolescente - No período de 19 a 21, o Tribunal de Justiça de Alagoas realizará o I Seminário Arapiraquense sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Promovido pelo Juizado da Infância e da Juventude, o Direito Infanto-Juvenil na Virada do Milênio será analisado pelos magistrados e promotores presentes ao evento. O juiz Humberto Vasconcelos Júnior, da Comarca do Recife, um dos conferencistas, falará sobre o juiz da Infância e da Juventude no ano 2000.

Troféu Nordeste - Personalidades pernambucanas, destaques na área de lazer e turismo, receberão no dia 25 o Troféu Nordeste 98, concedido pela Revista Fácil. A solenidade será na Arcádia Apipucos, às 21h30. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, vai compor a Mesa de Honra durante a entrega do prêmio.

APES concede Destaque Público a Etério Galvão

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, vai ser homenageado pela Associação Pernambucana de Supermercados. No dia 26, pela comemoração do Dia Nacional do Supermercado, ele receberá o troféu Personalidade Destaque Público 98, em solenidade na Arcádia de Apipucos. A homenagem, segundo o presidente da entidade, Geraldo José da Silva, tem justificativa na concretização de uma Justiça mais democrática e aberta à sociedade. A cerimônia de entrega será realizada na presença de autoridades estaduais, supermercadistas, fornecedores, empresários e imprensa. A escolha é uma decisão unânime da diretoria da APES.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Maciel

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3151 Fax 424.1143
e-mail: asim@go.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 213 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 17 de novembro de 1998

Psicólogos jurídicos do Norte e Nordeste se reúnem no Recife

A psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, chefe do Centro de Atendimento Psicossocial do TJ, integrado também por assistentes sociais, fala da importância do Encontro de Psicologia Jurídica.

Psicólogos, assistentes sociais e pedagogos têm encontro marcado, no Recife, nos dias 4, 5 e 6 de dezembro. Com promotores, médicos, juízes e advogados eles se reúnem para debater temas ligados à aplicação da Psicologia Jurídica. O encontro é de âmbito regional e, entre outros objetivos, propicia o conhecimento e a integração entre profissionais que atuam nessa área.

O I Encontro Norte/-Nordeste de Psicologia Jurídica, preparatório para o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica-1999, é uma promoção do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Centro de Apoio Psicossocial que atua nas Varas de Família, Órfãos e Interditos e Acidentes do Trabalho. Entre as principais preocupações da categoria, durante o evento, está a discussão de temas atuais como o crescimento da violência doméstica e as novidades na estrutura familiar brasileira.

Um pré-encontro, na tarde dia 3, apenas para os técnicos que atuam na área jurídica, vai permitir a discussão de propostas de trabalho e unificação de procedimentos na área jurídica. Segundo Helena Ribeiro Fernandes, chefe do Centro de Apoio Psicossocial, o evento proporciona às equipes interprofissionais refletirem sobre a construção de uma Justiça mais democrática.

O Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica será realizado no auditório do Tribunal do Júri, no Fórum Thomaz de Aquino. A inscrição custa R$50,00 e pode ser feita pelo telefone 426.5791 ou pelo e-mail: pzevento@truenet.com.br. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, fará a abertura do evento, às 19h.

Profissionais pernambucanos e de outros Estados participam como palestrantes e debatedores. O Encontro com Noivos, uma iniciativa inédita do CAP, que orienta casais quanto a seus direitos e deveres no casamento, também está em pauta. Confira a programação acima.

Veja aqui a programação

4 de dezembro *- 19h Abertura pelo presidente Etério Galvão e palestras sobre o pioneirismo do Centro de Apoio Psicossocial (psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, do CAP) e sobre as Ciências Psi e a Justiça (advogado Rodrigo da Cunha Pereira, MG)*

5 de dezembro *- a partir das 8h - apresentação das conclusões do pré-encontro com os técnicos (coordenação da psicóloga Dayse Bernardi), debates sobre a atuação técnica como suporte (coordenação do desembargador Antônio Camarotti). A partir das 13h - painel sobre a atuação preventiva do Encontro com Noivos (coordenação da juíza Paula Malta), reflexões sobre a ética (coordenação do juiz Sérgio Marinho Falcão), painel sobre repercussões da violência em família (coordenação do juiz Milton Neves) e palestra sobre o psicólogo jurídico e perspectivas do trabalho técnico (Dayse Bernardi).*

Caruaru instala Juizado Criminal

Hoje é um dia especial para a população de Caruaru. Às 17h, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, inaugura o Juizado Especial Criminal da Comarca e transfere, para o mesmo local, o funcionamento do Juizado Cível. Ambos ficam instalados na Rua Visconde de Inhaúma, 146, centro, atendendo no horário da tarde. A solenidade de inauguração e transferência se realiza na presença de autoridades municipais e de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1357
e-mail: asin@jtpe.gov.br

DIECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 214 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 18 de novembro de 1998

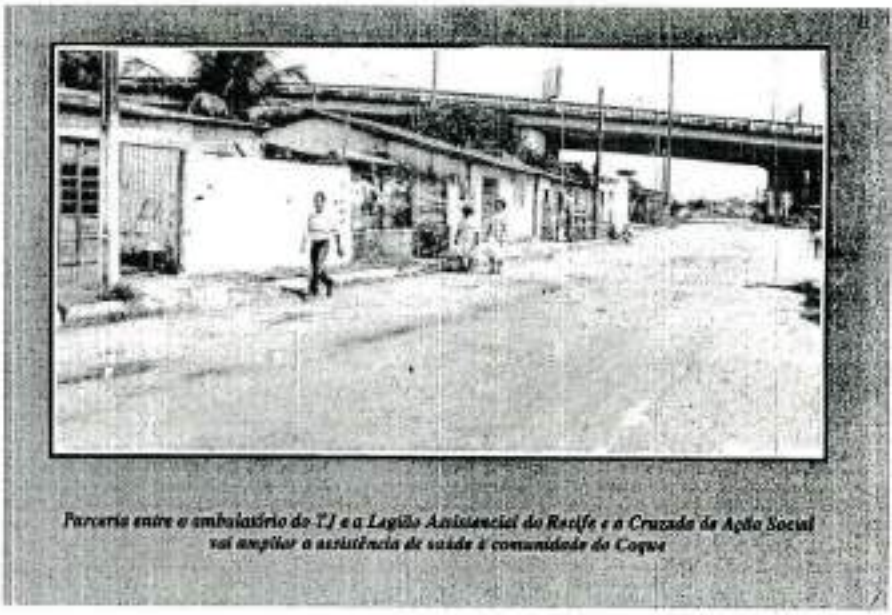
Ambulatório médico participa do Projeto Boa Vizinhança

O projeto Boa Vizinhança, que o Tribunal de Justiça mantém com a população do Coque, ganha um novo aliado: o ambulatório médico-odontológico do TJ, que está intermediando, com entidades municipais e estaduais, a prestação de serviços de saúde àquela população.

Segundo o médico Fernandes Arteiro, diretor da unidade médica do Tribunal de Justiça, 30 vagas estão destinadas a crianças do Coque, para atendimento oftalmológico, através de acordo com a Cruzada de Ação Social. Entendimentos com a direção do ambulatório Maria Fernanda, do Hospital Português, também prevêem assistência a menores que apresentam necessidade de acompanhamento psicológico.

Com participação da Legião Assistencial do Recife, o ambulatório vai instalar serviço de triagem médica para a Associação dos Idosos do Coque, que tem mais de 90 cadastrados. A partir de dezembro, o serviço estará funcionando no bairro, em sala cedida pela LAR. De acordo com o diretor Fernandes Arteiro, após a triagem e constatadas as necessidades, os casos serão encaminhados ao Sistema Único de Saúde.

A intermediação do ambulatório atende solicitação da comunidade, dentro do Boa Vizinhança. Desenvolvido pelo Judiciário, o projeto busca a parceria e o bom relacionamento entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e os moradores do Coque, cerca de 47 mil habitantes, onde está sendo construído o Fórum.



Parceria entre o ambulatório do TJ e a Legião Assistencial do Recife e a Cruzada de Ação Social vai ampliar a assistência de saúde à comunidade do Coque

Esmape abrirá inscrições para curso de preparação à magistratura

Bacharéis de Direito, interessados em fazer o curso de preparação à magistratura, podem se inscrever na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco a partir do dia 30. O manual de instrução do candidato custa R$ 5,00 e a taxa de inscrição R$ 65,00, podendo ser depositada na conta corrente 525252-2, agência 001 do Bandepe, em nome da Escola, até o dia 11 de dezembro. A prova de seleção, no dia 10 de janeiro, tem caráter eliminatório e cem questões objetivas de múltipla escolha de Direito Constitucional, Civil, Comercial, do Consumidor, Administrativo, Eleitoral, Tributário, Penal e Processual Penal e Civil. O curso começa no dia primeiro de fevereiro, com 140 vagas divididas em duas turmas.

Candidatos fazem prova para estágio no Tribunal

Cerca de dois mil universitários fazem prova domingo, no Recife e em Caruaru, concorrendo a 482 vagas do quadro de estagiários do Tribunal de Justiça. Elaboradas por bancas examinadoras de cada área específica, as provas começam às 8h. Os candidatos devem chegar com uma hora de antecedência e apresentar cartão de inscrição e documento de identidade.

Os 970 inscritos do curso de Direito fazem prova no bloco B da Universidade Católica; os 216 de Administração, Ciências Contábeis e Informática vão para a Faculdade de Administração da UPE; na Fafire ficam os 449 de Psicologia, Serviço Social e Jornalismo, e os 158 candidatos de Direito de Caruaru fazem prova na Faculdade de Direito, ali mesmo, naquela Comarca.

Embora divulgado na reitoria da UPE, o resultado de Caruaru será enviado via fax para a Faculdade de Direito da Comarca

Segundo Ana Lúcia Gomes de Morais, consultora de Projetos Educacionais do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico - IPAD - da Universidade de Pernambuco, a foto dos candidatos nas provas e nos cartões de inscrição, sistema inédito utilizado em concurso público em Pernambuco, oferece maior segurança à identificação dos inscritos.

Com 20 quesitos de Português, comuns a todas as áreas, e 30 questões específicas, as provas objetivas serão corrigidas por sistema online. Os resultados serão divulgados na reitoria da UPE, até o dia 3 de dezembro. Entre 4 e 9, os aprovados devem comprovar os pré-requisitos exigidos no ato da inscrição. Após análise desses documentos, o resultado final será divulgado até o dia 16.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Robera Tavares e Sérgio Maciel

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Robera Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3183 Fax 424.3163
e-mail: wsm@tpc.gov.br

BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 215 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 19 de novembro de 1998

Juizado Criminal começa a funcionar em Caruaru

Começou a funcionar, ontem, o Juizado Especial Criminal de Caruaru, inaugurado na última terça-feira. Durante a solenidade, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Etério Galvão, destacou a importância dos Juizados para a efetiva prestação de serviços à população, e lembrou o compromisso dos servidores no atendimento aos anseios da sociedade.

"Fica aqui uma mensagem de incentivo a todos os servidores para que possamos tornar este Poder mais eficiente e eficaz, atendendo ao povo e consolidando o Judiciário", disse Galvão, ressaltando que, dessa forma, será cobrado, cada vez mais, empenho dos servidores nos Juizados Especiais.

O novo Juizado está instalado na Rua Visconde de Inhaúma, 146, no Centro de Caruaru, e receberá, de imediato, cerca de 200 processos de menor potencial ofeasivo que tramitavam na Vara Criminal do município. O juiz Sérgio Paulo Ribeiro Silva, titular do Juizado, ressaltou que, com a novidade, será possível agilizar os casos mais simples.

No mesmo prédio foi instalado, ainda, o Juizado Especial Cível de Caruaru, que funcionava em outro local. Com a mudança, será possível realizar até três audiências de conciliação ao mesmo tempo, tornando mais rápido o processo. " É importante lembrar que em Caruaru temos um dos mais altos índices de conciliação, chegando a quase 95%", disse a coordenadora dos Juizados, Gisela dos Santos Pires.

Ela descerrou a placa comemorativa ao evento juntamente com a secretária de Administração, Olga Cruz, e o presidente Etério Galvão e, ao final, fez questão de acompanhar os convidados para mostrar as novas instalações. " O que estamos marcando aqui é mais uma concretização do Judiciário, dentro da filosofia do Tribunal de Justiça, que é trabalhar, avançar, modernizar para melhor servir à população", completou a juíza Ana Paula Melo, que está à frente do Juizado Especial Cível.

A instalação do Juizado Criminal inicia um novo momento no Judiciário de Caruaru

Coordenação dos Juizados

O funcionamento dos Juizados Cíveis e Criminais de Pernambuco é da competência da Coordenação Geral dos Juizados Especiais. Localizada no 2º andar do Tribunal de Justiça, telefone 419.3209, a ela cabe supervisionar e administrar todas as rotinas de trabalho dos referidos JEs.

Os serviços dos Juizados Especiais fazem parte da nova etapa da campanha

TJPE inicia segunda fase da campanha publicitária

Como ter acesso, mais facilmente, aos serviços do Judiciário? Responder a este questionamento é o ponto central da nova campanha educativa do Tribunal de Justiça, que está sendo veiculada nas emissoras de televisão e rádio locais, desde o início da semana.

A campanha apresenta "spots" de 15 segundos, orientando sobre os serviços dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, Varas de Família e dicas sobre casamento. Os filmes foram produzidos pela empresa pernambucana Luni, sob a coordenação da agência Grupo nove, contratada pelo TJ para o serviço de publicidade.

O trabalho educativo foi iniciado, no mês passado, com a veiculação de dois "spots" apresentando os três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e detalhando a missão do Judiciário. A idéia partiu após uma pesquisa de opinião que mostrou o total desconhecimento da população sobre a Justiça pernambucana.

Além da veiculação em emissoras de televisão, foram preparadas peças específicas para utilização nas rádios do Recife, municípios do interior e também em rádios comunitárias que têm grande audiência nas comunidades mais carentes. Facilitar o acesso da população ao Judiciário é uma das metas prioritárias do presidente Etério Galvão que, ao assumir a presidência em fevereiro, defendeu a abertura do Judiciário para a sociedade.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: aclcr@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 216 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 20 de novembro de 1998

TJPE e PCR dão mais um passo para recuperação da Praça da República

Dentro de 30 dias, estará totalmente recuperada a iluminação das peças de arte da Praça da República. O trabalho, já iniciado, está sob a responsabilidade da Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana da Prefeitura do Recife que, recentemente, recuperou as fontes do local. O Tribunal de Justiça, como parte do acordo de cooperação com a PCR, fará a fiscalização, evitando a danificação da área.

O assunto foi discutido entre o presidente da Emlurb, Eduardo Sivini, e o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, ficando acertado que o efetivo policial do TJ, responsável também pelo estacionamento local, deverá inibir atos de vandalismo e depredação do patrimônio. Policiais em dupla já fazem a ronda diariamente nas imediações do Palácio.

Pelo acordo de cooperação, a Praça da República será administrada pelo Tribunal de Justiça, após sua total recuperação pela Prefeitura. O presidente Etério Galvão vai, inclusive, propor ao prefeito Roberto Magalhães que a praça volte às características originais, entre elas a de ser um espaço único, sem a rua que atualmente serve, apenas, de estacionamento.

O presidente da Emlurb, Eduardo Sivini, defendeu a parceria existente entre Prefeitura e Tribunal. Segundo ele, é difícil administrar sem ajuda de outros órgãos, incluindo a iniciativa privada. Sivini adiantou que das nove praças recifenses, sete já têm suas fontes recuperadas, entre elas a da República, considerada um dos mais belos postais do Recife, onde se localizam o Teatro Santa Izabel e os palácios do Campo das Princesas e da Justiça.

O acordo entre a Prefeitura do Recife e o Tribunal de Justiça, cabendo a cada um a recuperação e a manutenção da Praça da República, vai garantir ao morador e ao visitante um dos mais belos lugares da cidade. Depois de recuperada a fonte, a Emlurb cuida agora da iluminação das históricas obras de arte do local

Judiciário reavalia Plano de Gestão

O plano de administração do Judiciário pernambucano, em implantação desde fevereiro, está sendo reavaliado pelo Tribunal de Justiça. Diretores, assessores e técnicos, ontem e hoje reunidos no Hotel Gavoa, participam do Seminário de Replanejamento com o objetivo de analisar os resultados obtidos até então. Segundo a coordenadora de Planejamento e Organização do TJ, Zélia Mendonça, a idéia é também verificar se há necessidade de mudanças ou de adequação das metas propostas.

Mensalmente avaliado, como parte do processo de implantação, o programa administrativo tem, no seminário, sua primeira grande revisão. O acompanhamento das metas, palestras sobre a qualidade do serviço público, discussão sobre os desdobramentos do plano para o próximo ano e a busca da qualidade gerencial são algumas das atividades do encontro. A coordenadora de Planejamento informa que mais de 50% das metas propostas já estão implantadas.

Cônsul de Portugal visita o TJPE

Uma visita de cortesia, foi como o cônsul de Portugal, Antônio Corrêa, classificou sua vinda ao Tribunal de Justiça. Recebido pelo presidente, desembargador Etério Galvão, o diplomata disse que seu objetivo é manter estreitos os laços de amizade com Pernambuco, sobretudo, quando está tão próxima a comemoração dos 500 anos de descobrimento do Brasil. A informalidade foi a marca do encontro, quando se conversou da literatura às dificuldades administrativas. Etério Galvão homenageou o cônsul com uma obra de Ariano Suassuna e com um livro da história do Tribunal de Justiça.

O diplomata foi recebido pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143 e-mail: asic@go.pe.to

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 217 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 21 de novembro de 1998

Judiciário discute a qualidade total nos serviços

Em palestra para diretores e assessores do TJ, o professor Paulo Daniel coloca o cidadão como prioridade para a melhoria do serviço público brasileiro

Se é verdade que o serviço público deixa a desejar, é fato também que as autoridades, sejam municipais, estaduais ou federais, já se preocupam em melhorar a qualidade do atendimento prestado ao cidadão. Quem avalia é o professor Paulo Daniel Barreto Lima, diretor do Programa de Qualidade e Participação da Administração Pública, coordenado pela Secretaria da Reforma do Estado do Ministério da Administração.

Palestrante do Seminário de Replanejamento do Plano de Gestão 1998-2000, do Tribunal de Justiça, ele afirmou que, embora ainda possa parecer pouco, se comparado à dimensão do que há para ser feito, muita coisa já mudou na administração pública, que começa a pensar no cidadão como objetivo principal da prestação do serviço.

O cidadão é o fator de coerência, disse Paulo Daniel, adiantando que se o serviço não é voltado ao povo, termina caindo na burocracia e a imagem negativa continua. Segundo ele, a primeira vez em que se pensou no homem como objetivo principal do serviço público foi na década de 70, com o Programa de Desburocratização criado pelo ministro Hélio Beltrão.

Mudar é um desafio, principalmente, mudar a cultura, mas há estratégias vigorosas capazes de reverter o quadro, afirmou o professor e analista de sistemas. Para ele, o Serviço de Atendimento ao Cidadão da Bahia, o Hospital de Clínicas do Paraná, o Instituto Nacional do Câncer do Rio de Janeiro e o Hospital Geral de Fortaleza são exemplos de qualidade no serviço público.

A satisfação do cidadão, o envolvimento de todos, uma gestão participativa e a gerência de processos são alguns dos princípios de qualidade, citados por Paulo Daniel. Também é preciso valorizar, ter projetos constantes, melhorar continuamente e não aceitar erros.

Planejamento estratégico - o Seminário de Replanejamento teve o objetivo de reavaliar o programa de administração do Judiciário pernambucano, um serviço público em busca da qualidade. Em processo de implantação, desde fevereiro, quando o desembargador Etério Galvão tomou posse na presidência do Tribunal de Justiça, o plano de gestão estará totalmente implantado até o ano 2000.

Segundo a coordenadora de Planejamento e Organização do TJ, Zélia Mendonça, mais de 50% das metas já estão implantadas. Entre elas, o início da construção do Fórum do Recife, um dos maiores desafios administrativos. Reorganização interna, plano de benefícios, aquisição de equipamentos, novo sistema de compras, Projeto Agenda Livre e a criação da ouvidoria são outros já concluídos.

Agenda

Tribunal Pleno

Alterações do Regimento Interno e apreciação do anteprojeto do Código de Organização Judiciária serão as matérias apreciadas durante a sessão extraordinária do Tribunal Pleno, convocada para a segunda 23. A reunião acontece a partir das 16h, na sala Desembargador Antônio de Brito Alves.

Tributário

Reformas do Estado, do Judiciário e tributárias estarão em debate durante o Simpósio Norte-Nordeste de Direito Constitucional e Tributário que acontece em Maceió, durante os dias 26 e 27 de novembro. Além das reformas constitucionais, o simpósio, promovido pela Associação Alagoana de Magistrados (Almagis), também discutirá temas como ordem econômica e privatização. Informações pelos fones (082) 336.2614/2859 ou e-mail:almagis@fejal.com.br

Ítalo-brasileiro

O II Congresso Internacional de Direito - Roma, que acontece entre os dias 12 e 22 de dezembro deste ano terá como tema central a Ordenação Jurídica Ítalo-Brasileira Estado Comparado. Promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos do Direito, Instituto Ítalo-Brasileiro de Direito Laboral, Revista Jurídica Consulex e a Faculdade de Direito de Roma, o congresso será realizado na Capital italiana. As informações sobre o evento podem ser obtidas, em Recife, pelo fone (081) 227.4511 ou e-mail: bj@bureaujurfdico.com.br

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Bto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asics@pe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.fisepe.pe.gov.br/cepe

Planejamento - fone: 419.3295

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 218 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 24 de novembro de 1998

Plano de Gestão

Concluídas 50% das metas

Iniciado em fevereiro, quando o desembargador Etério Galvão tomou posse na Presidência do Tribunal de Justiça, o plano de gestão 1998/2000 já tem concluídas mais de 50% das metas. Esse é resultado estatístico do programa de administração do Judiciário pernambucano, apresentado durante o Seminário de Replanejamento, no final da semana, e que teve o objetivo de verificar a necessidade de uma adequação nas metas propostas. O percentual é relativo a 76 ações.

De acordo com a Coordenadoria de Planejamento e Organização do Tribunal de Justiça, 18% das metas e ações estão parcialmente concluídas ou em andamento, contra 32% não concluídas, correspondendo respectivamente a 27 e 48 ações. Os objetivos do Plano de Gestão são voltados à melhoria da prestação dos serviços, abertura do Judiciário para a sociedade, moralização da Justiça, infra-estrutura e valorização dos profissionais. Mais 14 ações terão sido iniciadas até final de novembro.

Segundo a coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, de cada um dos objetivos estão pendentes a racionalização dos procedimentos de 2º grau, a implantação da Ouvidoria Judiciária, do memorial e Arquivo geral, a elaboração de regimento de correições e de mecanismos de controle de arrecadações, adequação de bens móveis e equipamentos e melhoria dos serviços de apoio, implantação do sistema de incentivo à produtividade, vale-alimentação e plano de cargos.

O Seminário apresentou resultados qualitativos e quantitativos do Plano de Gestão

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 426.1163
e-mail: asin@jpe.gov.br

Maquete reproduz detalhes do Fórum

Em exposição no primeiro andar do Palácio da Justiça, a maquete do Fórum do Recife dá uma visão exata do acabamento final do prédio onde, a partir de dezembro de 1999, estarão localizados todos os serviços prestados pela Justiça pernambucana de 1º grau. O trabalho reproduz detalhes da arquitetura clássica das Grécia e Roma antigas. Em construção na Ilha de Joana Bezerra, o Fórum é prioridade administrativa do presidente Etério Galvão.

Seminário discute memória judiciária

Tribunal de Justiça e Fundação Joaquim Nabuco realizaram, ontem, seminário para discussão da proposta de conservação da memória judiciária pernambucana. Com palestras do historiador Frederico Pernambucano de Melo, do juiz Jones Figueiredo e do arquiteto José Luís da Mota Menezes, entre outros, o Seminário de Nivelamento Conceitual é parte do convênio de cooperação técnica que existe entre as duas instituições, cabendo à Fundaj prestar assessoria quanto à organização dos processos arquivados do TJ.O que é arquivo? Técnicas de edificação de arquivos e Memorial da Justiça foram alguns dos temas abordados durante o encontro, encerrado com um debate sobre a identificação e localização dos processos que integrarão o acervo inicial do Memorial da Justiça.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 219 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 25 de novembro de 1998

Juizados Especiais podem ser estendidos à área trabalhista

A instalação de Juizados Especiais nas Justiças do Trabalho e Federal, a criação de birôs extrajudiciais de conciliação prévia para evitar o ajuizamento de ações, além de reformulação no atual sistema de precatórios. Estes são alguns dos assuntos que vêm sendo discutidos por um grupo de juízes de todo o país que integram comissão especial da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), para formulação de projeto de emenda constitucional para modernização do Judiciário.

O juiz Ruy Patu, assessor especial da Presidência do TJPE e o representante de Pernambuco e diz que muitas das propostas são polêmicas e por isso merecem atenção especial durante os debates. Entre elas, está também a eleição direta pelos juízes vitalícios para escolha do presidente e do vice dos Tribunais de todo o país.

"As propostas são polêmicas e merecem atenção especial".

Ruy Patu, assessor da Presidência e representante de Pernambuco na comissão da AMB

Controle externo - "Há ainda a proposta de criação de um conselho nacional de Justiça, para controlar e fiscalizar as atividades administrativas e jurisdicionais dos tribunais", lembrou Patu, ressaltando que isto funcionaria como alternativa à idéia de implantação de mecanismos de controle externo do Judiciário.

A comissão se reúne mensalmente e irá fazer um projeto de emenda constitucional para rápida modernização do Judiciário. O grupo tem até o mês de abril para concluir os estudos. " No que for possível, haverá consenso com o projeto que está sendo elaborado por uma equipe de magistrados juntamente com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil. No que for diferente, iremos apresentar isoladamente o nosso trabalho", completou Patu.

Salário

O salário dos servidores do Poder Judiciário será pago até o dia 30. O prazo é legal e não constitui atraso. O pagamento, habitualmente feito no dia 25, é uma antecipação apenas quando há recursos em caixa. A informação é da diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil.

Prefeitura do Paulista elogia campanha publicitária do TJPE

A campanha do Tribunal de Justiça, que orienta a população quanto a seus direitos no Poder Judiciário estadual, mereceu elogios da Prefeitura do Paulista. O vice-prefeito, Antônio Ricardo Cabral de Souza, enviou ofício ao presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, solicitando material informativo sobre a peça publicitária, que está sendo veiculada nas emissoras de rádio e televisão.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Márcio Mero

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Martins

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040 Fone(081) 419-3251 Fax 424-1161 e-mail: sidv@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 220 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 26 de novembro de 1998

Encontro de Psicologia abre inscrições para estudantes

Psicólogas e assistentes sociais do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça defendem a uniformização dos procedimentos na área da Psicologia do Direito

Estudantes universitários vão poder participar do I Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica, que o Tribunal de Justiça está programando para os dias 4 e 5 de dezembro. Preparatório para o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica - 1999, o Encontro no Recife já tem representantes de vários estados nordestinos, como Alagoas, Tocantins, Maranhão, Bahia, Ceará, Roraima, Paraíba e Rondônia.

Segundo a psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, chefe do Centro de Apoio Psicossocial do TJ, realizador do evento, funcionários e estudantes de psicologia, serviço social, pedagogia, direito e medicina já podem fazer as inscrições ao preço de R$ 30,00. Grupos profissionais, a partir de cinco integrantes, pagam R$40,00 por pessoa inscrita. Para os demais interessados, o valor é R$ 50,00.

O professor de Psicologia Forense da Escola da Magistratura, Paulo Rosas, um dos pioneiros recifenses na área de psicologia, será um debatedores. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, fará a abertura do Encontro, às 19h do dia 4. O principal objetivo do evento é uniformizar procedimentos na atuação dos Poderes Judiciário e Executivo dentro da Psicologia do Direito. A palestra da psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, sobre a atuação do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça, dará início à programação, às 19h30.

Criado em 1992, para emitir pareceres psicológico e social, para auxiliar o trabalho dos juízes das Varas de Família, Assistência Judiciária e Acidentes do Trabalho, o CAP é pioneiro no Nordeste. Com uma equipe de oito psicólogas e seis assistentes sociais, o trabalho do CAP consiste em ouvir e acompanhar, durante algum tempo, a vida familiar e profissional das partes envolvidas num processo, emitindo parecer para uma melhor fundamentação da sentença judicial.

Pernambuco e Santa Catarina fazem intercâmbio de informática

Técnicos do Tribunal de Justiça de Pernambuco vão a Florianópolis conhecer sistema de informática utilizado na área de recursos humanos, de controle de suprimentos e de rotinas administrativas. Desenvolvido pelo Judiciário de Santa Catarina, o programa deve ser implantado aqui no Estado, segundo o assessor especial da Presidência, juiz Ruy Patu.

A implantação do programa, um dos mais avançados em todo o País, foi autorizada pelo Judiciário catarinense, representando ganho de tempo para Pernambuco. Segundo Ruy Patu, que ao lado do diretor de Informática do TJPE, Edmundo Godoy, participou recentemente da II Reunião do Conselho Nacional de Informática naquele Estado, a iniciativa permite também a criação de intercâmbio PE/SC .

Como se inscrever no Encontro de Psicologia

Palestras e debates do I Encontro de Psicologia Jurídica serão realizados no auditório do Tribunal do Júri Desembargador Pedro Malta, localizado no Fórum Thomaz de Aquino (foto), na Rua Martins de Barros, 593 - Centro. As inscrições podem ser feitas na Rua Djalma Dutra, 409, Salgadinho, Olinda, CEP 53.110-470 ou pelo e-mail: pzvento@truenet.com.br. Outras informações, pelo telefone 426.5791.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Etério Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163 e-mail: asimf@pe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 221 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 27 de novembro de 1998

Juiz desenvolve trabalho para publicação de Código de Ética

A Presidência do Tribunal de Justiça quer estabelecer um manual de ética para a magistratura pernambucana. Uma comissão de juízes da capital vai apreciar a elaboração e distribuição de um guia de conduta profissional, com dez artigos comentados.

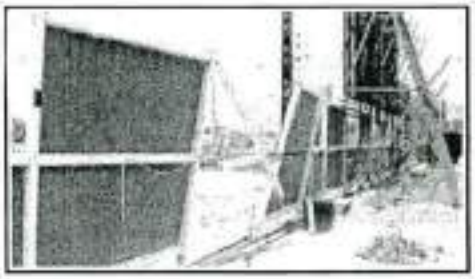
Baseado no Código de Conduta Judicial, adotado pela Suprema Corte da Geórgia, em 1994, e traduzido pela juíza pernambucana Paula Malta, o trabalho tem introdução do juiz Nivaldo Mulatinho, da Vara Privativa dos Crimes Contra a Criança e o Adolescente.

Os juízes devem defender a integridade do Poder Judiciário, respeitar a lei sem negar o Direito, atuar sem predisposição e sem preconceitos e exigir das pessoas que lhe sejam subordinadas o mesmo padrão de comportamento. Esses são alguns dos artigos comentados que fazem parte do documento pré-estabelecido. Segundo o juiz Nivaldo Mulatinho, os comentários são importantes porque orientam e facilitam a compreensão.

O Código de Ética não será um guia completo sobre a conduta, nem um conjunto de normas para a responsabilidade civil e administrativa dos magistrados. Na explicação de Nivaldo Mulatinho, o objetivo do trabalho é oferecer regras que auxiliem os juízes a estabelecer padrões de comportamento em suas condutas profissionais e pessoais.

Durante os encontros de Administração Judiciária, promovidos pelo Tribunal de Justiça no interior do Estado, juízes e representantes da Associação dos Magistrados têm discutido o Código de Ética

Obras do Fórum são parcialmente paralisadas



Os trabalhos de construção do Fórum do Recife, na Ilha de Joana Bezerra, estiveram parcialmente paralisados, ontem, quando trabalhadores da construção civil invadiram o canteiro de obras. Durante a ocupação, houve depredação do local. Após reunião de representantes do Tribunal de Justiça com os sindicalistas, foi decidido que os trabalhos vão continuar, principalmente o levantamento das colunas que utilizam máquinas deslizantes.

Salários

O Tribunal de Justiça pagará, segunda-feira, o salário de novembro dos servidores, com exceção dos cargos comissionados e magistrados. Por determinação do presidente, desembargador Etério Galvão, o pagamento será feito com recursos próprios do Judiciário. Os valores serão depositados em conta bancária, como habitualmente acontece. Segundo a diretora de Recursos Humanos, Maria da Paz Brasil, com relação ao 13', o Tribunal está tomando as providências necessárias para efetuar o pagamento em tempo hábil.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Nunes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1161
e-mail: asin@ps.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 222 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 28 de novembro de 1998

Tribunal estabelece norma sobre alienação de imóveis do Judiciário

Nenhum imóvel em posse do Poder Judiciário estadual poderá ser vendido, trocado ou cedido sem a prévia autorização da Corte Especial. A nova competência, atribuída àquele órgão colegiado é fruto da Resolução 111/98, que altera o artigo 22 do Regimento Interno. A iniciativa limita o poder da Presidência do Tribunal de Justiça que antes podia decidir unilateralmente sobre matérias relacionadas à alienação de imóveis.

Proposta pelo próprio presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, a Resolução estabelece que qualquer ato que implique perda de posse de imóvel pelo Judiciário, mesmo quando tratar-se de simples devolução de prédio ou terreno de propriedade do Poder Executivo, terá que ser decidida por aquela Corte, mediante solicitação da Presidência. Segundo justificativa na Resolução, uma decisão unipessoal pode não atender aos melhores interesses administrativos, devendo ser portanto assistida e compartilhada pela Corte.

> O assunto é de relevante interesse da administração judiciária

Tribunais se reúnem em João Pessoa e debatem melhoria do Judiciário

Presidentes dos Tribunais de Justiça de todo o País estiveram reunidos, este final de semana, na Paraíba. Foi a 35ª reunião do Colégio Permanente de Presidentes dos TJs. A abertura, no Tribunal do Júri Popular, em João Pessoa, às 19h da sexta-feira, teve prosseguimento nos debates realizados no Salão de reuniões do Hotel Tambaú. Questões controvertidas, como a reforma do Poder Judiciário, subsídios da magistratura e a Justiça Agrária estiveram em pauta.

A campanha do Judiciário estadual, que à semana passada foi mostrada à imprensa, durante encontro informal de Etério Galvão com diretores e jornalistas dos principais veículos de comunicação e de sucursais no Recife (foto), deu aos presidentes dos TJs, na Paraíba, uma idéia de como o TJPE vem trabalhando, no sentido de melhorar o conceito que a sociedade faz do Poder Judiciário.

Assim como a imprensa, os presidentes de TJs assistiram a uma série de chamadas publicitárias, encomendadas ao Grupo nove, para a campanha informativa e educativa que já está sendo realizada em todo o Estado. Galvão esclareceu que a iniciativa visa melhorar a imagem da instituição além de pretender informar o cidadão sobre seus direitos e a competência do Judiciário nos problemas que atingem o indivíduo, garantindo o respeito à sua cidadania.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Aurea Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/fax(081) 419-3351 Fax 424.1143
e-mail: asicr@tjpe.gov.br

Agenda

AIDS - **panfletos com orientação sobre a AIDS serão distribuídos,esta semana, entre servidores do Tribunal de Justiça. A iniciativa é da Diretoria de Recursos Humanos que se integra, assim, à campanha da Organização Mundial de Saúde de mobilizar as instituições na luta contra a doença, lembrando o Dia Mundial da AIDS, terça-feira 1.**

Segundo a diretora Maria da Paz Brasil, os panfletos foram produzidos pela Unidade Especializada de Psicologia e Serviço Social da DRH, trazendo informações e dicas de prevenção. Divulgam, inclusive, o Disk-Aids 0800611997, através do qual as pessoas podem se orientar e tirar dúvidas quanto à doença. A participação da Diretoria de Recursos Humanos na campanha estende-se, também à colocação da mensagem "Principais armas contra a doença - informação e prevenção" no contracheque dos servidores. Os panfletos serão distribuídos em Recife e Olinda.

Pleno - Em sessão extraordinária, o Tribunal Pleno se reúne terça-feira, às 9h, para apreciar editais de remoção de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias e promoções de 2ª para 3ª. Na ocasião, apreciará também o anteprojeto do código de organização judiciária. O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Etério Galvão, já convocou os demais integrantes para a reunião que será realizada na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves.

Encontro - Nos dias 9, 10 e 11 o Tribunal de Justiça realiza mais um Encontro de Administração Judiciária. Dessa vez, em Itamaracá, para juízes das Comarcas de Abreu e Lima, Goiana, Igarassu, Itapissuma, Olinda e Itamaracá. O encontro tem apoio da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco. Já convocados, os juízes devem remarcar as audiências que estão marcadas para esses dias.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 223 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 1º de dezembro de 1998

Judiciário regulamenta promoção para servidores

É importante que todo funcionário do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) mantenha a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) informada e documentada sobre cursos feitos e trabalhos publicados. As informações sobre o nível de capacitação de cada um também influirão na ascensão funcional. Quem faz o alerta é Ana Santoro - chefe da Seção de Cargos, Salários e Desempenho - em referência à resolução que define critérios para avaliação do desempenho dos servidores para fins de promoção, progressão e remoção por merecimento.

Aprovada na última sessão do Tribunal Pleno, a Resolução 110/98 vem para cumprir o que determina a Lei Estadual 11.195/94. Em seu artigo dezessete, a lei prevê que a ascensão dos servidores se dará por antigüidade e merecimento, alternadamente, sendo que, no segundo caso, a ascensão "dependerá de avaliação do desempenho do funcionário, mediante critérios a serem definidos em resolução da Corte Especial do Tribunal de Justiça", diz o texto.

Entre outras providências, fica instituída uma Comissão de Eficiência, a ser constituída por ato do presidente do TJPE. Presidida pelo secretário de Administração, a Comissão será integrada, ainda, na condição de membros efetivos, pelo diretor de recursos humanos e três representantes dos servidores, com direito a três suplentes. Dois terços dos representantes dos servidores serão escolhidos pelas respectivas entidades de classe e os demais indicados pela Presidência do Tribunal.

À Comissão de Eficiência compete apurar o desempenho de cada servidor, anualmente, quando um décimo dos ocupantes dos graus de cada cargo será contemplado por merecimento. As informações sobre o desempenho dos servidores, com base nas avaliações das chefias e informações cadastrais fornecidas pela DRH. Uma vez lançadas no Boletim de Avaliação de Desempenho, o servidor avaliado dará visto. A pontuação final - cujo máximo é de 100 pontos - será conhecida através de publicação no Diário Oficial, podendo o interessado recorrer, no prazo de três dias, caso discorde do resultado.

Indicadores

A prática e a experiência no exercício da função, produtividade e qualidade do trabalho, organização, racionalização do uso de recursos e conhecimentos especializados serão considerados na avaliação. São os chamados "indicadores de desempenho" e podem somar até 25 pontos. Aspectos como pontualidade, integração e cooperação no trabalho, conhecimento das normas pertinentes às funções exercidas, comportamento ético e respeito aos superiores hierárquicos compõem os "indicadores atitudinais" e também somam até 25 pontos.

Os 50 pontos restantes dependerão dos "indicadores complementares", positivos ou negativos. Para os primeiros, são considerados atuação em cargos de confiança, cursos realizados, trabalhos publicados, atuação em comissão ou grupo de trabalho. Os negativos são representados por eventuais faltas, advertência, censura, multa ou suspensão aplicadas, se for o caso, ao servidor. Neste caso, são contados pontos negativos. Cada falta, por exemplo, representa 1 ponto a menos. Uma suspensão na ficha do servidor são menos 5 pontos.

Para alcançar a promoção, progressão ou remoção, o avaliado não terá que atingir necessariamente o total de 100 pontos. As vagas disponíveis serão distribuídas com o igual número de funcionários que atingiram maior número de pontos. Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o servidor de maior tempo no Judiciário estadual, de maior tempo no serviço público estadual, de serviço geral e, por último, o mais idoso.

Aferição de desempenho pode antecipar ascensão

Antes da definição dos critérios para aferir o desempenho dos servidores, as promoções e progressões ficavam limitadas ao critério de antigüidade - os chamados qüinqüênios. A partir da Resolução 110/98, o servidor poderá alcançar ascensão funcional em menor espaço de tempo. "Apenas pelo critério de antigüidade, o servidor levaria 25 anos para passar do grau inicial ao grau mais elevado de seu cargo", observa Ana Santoro.

No plano de cargos e carreira do Judiciário, promoção e progressão se distinguem. A promoção ocorre quando o servidor passa de uma referência a outra. Um Assistente Judiciário de 1ª Entrância, por exemplo, cuja referência é PJ-II, pode ser promovido sucessivamente a Assistente de 2ª e 3ª Entrâncias, cujas referências são PJ-III e PJ-IV, respectivamente. A progressão, por sua vez, se dá dentro da respectiva referência, com a passagem de um grau a outro. No total são cinco graus, representados pelas letras de A a F.

Santoro acredita que a medida também servirá de estímulo aos servidores no desempenho de suas atividades, refletindo diretamente na qualidade da prestação dos serviços do Judiciário. Esta, aliás, é uma das metas prioritárias para a atual administração do Judiciário estadual.

A capacitação do servidor influirá na ascenção funcional, de acordo com a Resolução 110, que define critérios de desempenho

PODER JUDICIÁRIO

Presidente: Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente: Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral: Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social: Márcia Gomes

Redatores: Roberta Tavares e Sérgio Maurus

Fotografia: Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação: Roberta Tavares

Redação: Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040 Fone(081) 419-3151 Fax 424.3163 e-mail: asja@jpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 224 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 2 de dezembro de 1998

Remoções preenchem vagas em Comarcas

Os municípios de Carnaubeira da Penha, Carnaubeira de São Félix, Condado, Triunfo e Itamaracá integram as Comarcas de 1ª Entrância que receberão novos juízes, nas próximas duas semanas. Os quatro magistrados designados para aquelas Comarcas foram removidos pelos critérios de antigüidade e merecimento, cujos processos foram apreciados e aprovados durante sessão do Tribunal Pleno, realizada na última terça-feira, 1.

Outras 13 varas de comarcas de 2ª Entrância também receberão novos titulares. Destas, quatro são de Olinda: 2ª Vara Privativa da Assistência Judiciária, a 1ª Vara Cível, 3ª Vara Cível e a 4ª Vara Cível por Distribuição.

A 1ª Vara Criminal do Cabo de Santo Agostinho, 2ª Vara de Limoeiro, 1ª Vara de Abreu e Lima, 2ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão, 1ª Vara de Camaragibe, 4ª Vara Cível de Jaboatão dos Guararapes, 1ª Vara Cível do Paulista, além da 2ª Vara por Distribuição e 1ª Vara da Comarca de Igarassu, integram o restante de Comarcas de 2ª Entrância com juízes recém-designados.

As promoções e remoções obedece critérios objetivos

Removidos ou promovidos dentro dos critérios de merecimento ou antigüidade, os magistrados designados para as Comarcas e Varas acima - em total de 17 - têm prazo máximo de 15 dias, a contar das data de publicação dos editais, para assumirem suas novas lotações.

As regras

Pelas novas regras para promoção e remoção de juízes de direito atualmente adotadas pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, para um juiz de direito ascender na carreira da 1ª à 3ª entrância, ou até à condição de desembargador, serão medidas sua produtividade, coerência das decisões e o nível de conhecimento jurídico. Com critérios objetivos estabelecidos a partir da Resolução 97/98, a avaliação da produtividade considera o percentual de feitos julgados em relação ao total de ações distribuídas na Vara ou Comarca de competência do concorrente à ascensão.

TJPE adianta processo de informatização do interior

A Diretoria de Informática está desenvolvendo um sistema de distribuição e controle processual para implantação nas Comarcas pernambucanas. Mais de 1.100 equipamentos estão sendo comprados, devendo ser instalados a partir de fevereiro. Padronizados, os computadores são destinados à informatização do Judiciário no interior do Estado. Até abril, segundo o diretor Edmundo Godoy, o sistema já estará em funcionamento, agilizando a Justiça de 1º grau. Dentro da meta de capacitação de pessoal, a Diretoria de Recursos Humanos está elaborando cronograma de treinamendo dos servidores na área de informática para um melhor atendimento ao usuário. O objetivo, segundo Godoy, é a criação de um modelo de informática capaz de oferecer uniformização dos serviços e resultados em menor espaço de tempo.

Cemando normaliza distribuição de mandados

O Grupo Especial de Trabalho (GET), criado em setembro passado para atualizar os processos acumulados na Central de Mandados da Comarca do Grande Recife, conseguiu atingir sua meta dentro do prazo determinado pela Presidência do Tribunal de Justiça. Durante os dois meses de trabalhos em regime de plantão, das 8h às 18h, a Cemando distribuiu até 600 mandados por dia. Devido ao acúmulo, cada mandado esperava de 20 a 30 dias para ser distribuído. Atualmente, os mandados estão sendo cumpridos em 24 horas.

O grupo de trabalho atualizou a distribuição dos mandados

Segundo Lúcia Aguiar, chefe da Cemando, apesar de o setor estar administrativamente em dia, muitos oficiais de justiça encontram-se ainda com grande número de mandados para cumprimento. Alguns chegando a acumular até 500 mandados em mãos. "Nesses casos, as partes devem ter um pouco de paciência até a total regularização. Até o início do recesso, em 23 de dezembro, haverá um adiantamento. Creio que em janeiro próximo já terão sido devolvidos todos", prevê Lúcia.

Outro Grupo Especial de Trabalho, nos moldes do que funcionou no Fórum da Capital, está em vigor, desde o dia 13 de outubro, na Zona 70 - composta pelas Comarcas do Cabo, Jaboatão dos Guararapes, Camaragibe, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu e Ilha de Itamaracá. Os mandados acumulados nessas comarcas vizinhas, também chamadas Comarcão, deverão ser cumpridas no prazo de 120 dias, a contar da criação daquele GET.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Bivio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424-3163
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 225 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 03 de dezembro de 1998

TJPE regulamenta afastamento de magistrados para realização de cursos

Magistrados que contem a menos de cinco anos da data de sua aposentadoria voluntária ou compulsória ou que tenham menos de três anos na magistratura não podem se afastar para a realização de cursos

Para freqüentar mestrado, doutorado, pós-doutorado e cursos de aperfeiçoamento e especialização, o magistrado precisa ter autorização do Pleno. A decisão é do Tribunal de Justiça de Pernambuco que, a partir de agora, em atendimento à escola Superior da Magistratura, adota critérios para concessão de afastamento do magistrado, pelo período de um mês a dois anos, no Brasil ou no exterior.

Se, no entanto, o período for inferior a um mês, para freqüentar seminários, cursos ou outros encontros de estudos, a autorização será da Corte Especial. Em ambos os casos, o prazo de afastamento é improrrogável. Tanto o Pleno quanto a Corte decidirão por maioria simples, em sessão reservada. Não haverá prejuízo de subsídios e vantagens.

O magistrado só poderá se afastar por motivo de estudos na área jurídica, de administração judiciária ou de tecnologias aplicáveis ao aperfeiçoamento da função. Os cursos de mestrado, doutorado e pós-doutorado, autorizados pelo Pleno, só poderão ser freqüentados por, no máximo, dois magistrados. Os cursos autorizados pela Corte Especial, por sua vez, podem ser freqüentados simultaneamente por quatro magistrados. Autorizado a se afastar, o magistrado assume o compromisso de permanecer na atividade judicial após o curso, pelo período mínimo correspondente ao dobro da duração do afastamento. O não cumprimento implica ressarcimento dos valores líquidos recebidos durante a realização do curso, independente de interpelação judicial ou extrajudicial. Um detalhe é que sobre o ressarcimento deve incidir correção monetária.

Ao voltar, o magistrado deve prestar colaboração gratuita à magistratura, ministrando cursos, aulas ou palestras ou ainda prestar outro serviço relativo ao curso realizado, durante o mesmo tempo de duração do afastamento.

Não poderá se afastar do magistrado que não resida na Comarca, que responda a processo administrativo, que tenha recebido punição disciplinar até um ano antes do requerimento, que tenha produtividade inferior a 50% em decisões de mérito, que não atenda às exigências da Loman e que esteja a menos de cinco anos da data de sua aposentadoria.

Recife realiza Encontro regional de Psicologia Jurídica

Com a participação do secretário Científico e de Publicações da Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica, o cubano José H. Rodriguez Acosta, o Tribunal de Justiça inicia, amanhã, às 19h, no Fórum Thomaz de Aquino, o Primeiro Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica.

Integrante da mesa de abertura dos trabalhos, José Acosta explicará a finalidade da Associação de fazer reconhecida a importância da aplicação da psicologia nos meios jurídicos. A troca de experiências entre países é fundamental para difundir o trabalho.

O Encontro vai até sábado, com palestras e debates e participação, entre os diversos profissionais, do advogado Rodrigo da Cunha Pereira, de Minas Gerais, que falará sobre As Ciências Psi e a Justiça, e da paulista Dayse Bernardi, representante brasileira da Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica. O evento tem coordenação do Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça.

Amanhã e sábado, profissionais de vários estados do Nordeste se reúnem para debater a Psicologia no Direito

Encontro com Noivos, uma iniciativa inédita do CAP que orienta casais quanto às responsabilidades civis de um casamento, será um dos painéis apresentados. Reflexões sobre a Ética, Repercussões da Violência na Família e as Perspectivas de Trabalho de um Psicólogo Jurídico serão alguns dos temas a serem abordados.

Marcado para hoje à noite, um pré-encontro somente para técnicos que atuam na área jurídica, será o responsável pela propostas de atuação profissional e de unificação de procedimentos no campo da psicologia jurídica.

O Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça é pioneiro no Norte/Nordeste. Criado em 1992, para auxiliar o trabalho dos juízes com a emissão de pareceres psicológico e social, o CAP aumentou suas atribuições este ano em decorrência da nova estrutura administrativa do TJ.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Calvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Nitão

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Gusmão

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Ste Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: cdoj@tjpe.gov.br

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO — As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/cdoj

Esmape - fone: 421.8457

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 226 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 04 de dezembro de 1998

Tribunal de Justiça encerra o ano com a realização de duas audiências públicas

A cidade do Paulista vai dar espaço ao último Agenda Livre que o desembargador Etério Galvão, presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizará em 1998. O atendimento ao público acontecerá quarta-feira, a partir das 9h, no Fórum da cidade. Será a quarta vez que o presidente do TJ atenderá a sociedade fora do Palácio da Justiça, onde foi realizado, ontem, o penúltimo Agenda do ano.

A audiência pública que acontecerá em Paulista está inserida na programação do Encontro sobre Administração Judiciária, que acontece em Itamaracá, entre 9 e 11 de dezembro. Como parte do programa "Administração Superior nas Comarcas", além de Paulista e Itamaracá, do Encontro participarão as Comarcas de Olinda, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Goiana, que juntas integram a 9ª Circunscrição.

A população de Triunfo, no sertão pernambucano, foi ouvida também no Agenda Livre

Dirigida aos juízes de todas as Comarcas pernambucanas, a série de encontros que o TJPE vem realizando no Estado, em parceria com a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), se destina, em um primeiro momento, a promover entre os participantes uma reflexão sobre o papel do Judiciário na sociedade e a necessidade de se buscar continuamente a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Em seguida, o juízes são estimulados a identificar os fatores que limitam a qualidade e eficiência dos serviços prestados em suas Comarcas.

A partir desta reflexão sobre o papel da Justiça na sociedade e análise dos problemas enfrentados na rotina das Comarcas, o Encontro sobre Administração Judiciária se propõe a buscar, de forma participativa, caminhos práticos que levem à superação dos fatores que comprometem a qualidade dos serviços.

Agenda Livre de janeiro tem data definida

O primeiro Agenda Livre do próximo ano será realizado no dia 8 de janeiro. A data foi confirmada pelo próprio presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Etério Galvão, durante a última audiência pública realizada na Capital, quando atendeu 40 pessoas. Regularmente realizado às primeiras sextas-feiras, este mês, o Agenda Livre foi antecipado para a última quarta-feira, 2. A mudança se deu em virtude de um seminário do qual o presidente do TJPE vai participar, em São Paulo,durante o final de semana.

A audiência pública que o presidente do TJPE, Etério Galvão, concede mensalmente, atrai pessoas com os mais diversos tipos de problemas em relação ao Judiciário. A resolução dos casos chega a mais de 80%

Entre as pessoas atendidas na quarta-feira, a aposentada Eliza Maria da Silva, 54 anos, residente no bairro Boa Vista, queixou-se da demora na execução de um Mandado de Citação e Penhora que se encontra com o Oficial de Justiça. Com ação indenizatória por perdas e danos já tramitando no Juizado Especial de Execuções Cíveis (JEEC), o Mandado foi expedido em 23 de setembro passado, mas permanece sem retorno até a presente data.

Semelhante é o caso de João Pereira de Andrade, residente em Piedade, Jaboatão dos Guararapes. Ele também deseja agilizar o resultado do Mandado de Citação e Penhora, expedido em 9 de outubro, referente ao processo 2188/98. Nos dois casos, o presidente do TJPE determinou a expedição de ofício ao juiz Fábio Eugênio, diretor do Fórum da Capital, determinando a apuração. Inicialmente, segundo Galvão, os oficiais de justiça responsáveis pelos dois mandados serão intimados a se explicarem.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Mello

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1143
e-mail: cinc@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

Ano LXXV • Nº 227 — Recife, sábado, 05 de dezembro de 1998

Convênio reduz gastos com perícias

O Tribunal de Justiça de Pernambuco assinou convênio com a Associação Pernambucana de Médicos e Odontólogos Legistas (Apemol), com o objetivo de reduzir despesas com perícias médico-odontológicas decorrentes de ações cíveis movidas por pessoas de baixa renda. O convênio prevê pagamento dos serviços periciais com base na tabela da Associação Médica Brasileira (AMB), que sempre opera com preços abaixo dos praticados no mercado.

Os presidentes do TJPE e da Apemol assinam o convênio

"O Judiciário sempre arcou com os custos de perícias realizadas para instruir ações cíveis, principalmente em casos de interdição, movidas por beneficiários da justiça gratuita, que são pessoas consideradas pobres, na forma da lei. Tais exames continuarão sendo realizados gratuitamente, só que agora com uma significante economia para os cofres públicos", avaliou João Armando, consultor jurídico do TJPE.

Segundo o médico Geraldo Dantas, presidente da Apemol, que participou da assinatura do convênio, terça-feira, "uma perícia cível custa algo em torno de 10 salários mínimos. A economia que o Tribunal fará, através da tabela da AMB, pode ficar em torno de até 50%", disse ele.

Entre as iniciativas a serem tomadas, a Apemol vai elaborar um cadastro em que serão relacionados os médicos e odontólogos aptos para o exercício de serviços periciais, cujos trabalhos poderão ser requisitados pelos juízes. As relações serão distribuídas por todas as Comarcas. Caso julgue necessária a realização de exame especializado, o próprio magistrado pode escolher o perito. A liberação do serviço, no entanto, deve ser solicitada por ofício à Secretaria de Administração.

Agenda

Esmape - Terminam no dia 11 as inscrições para a seleção de bacharéis em Direito interessados em fazer o curso de preparação à magistratura, realizado pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. O manual de instruções, com programas e formulário de inscrição, já se encontra na secretaria da Esmape, no Colégio Americano Batista, no horário das 10h às 22h. No ato da inscrição, o candidato deve apresentar cópia autenticada da identidade. A seleção será realizada no dia 10 de janeiro. Outras informações pelo telefone 421.8457.

Estágio - Os candidatos aprovados na pré-seleção para o quadro de estagiários do Tribunal de Justiça têm até o dia 9 para entregarem, na reitoria da Universidade de Pernambuco, entre 8 e 16h, os documentos de comprovação dos pré-requisitos. São exigidos o histórico escolar, comprovante de matrícula com período ou ano do curso, declaração da faculdade constando o turno e os horários do candidato no curso e uma foto 3x4 recente. Mesmo que tenham sido aprovados na prova objetiva, serão eliminados os candidatos que não apresentarem qualquer um dos documentos.

Empresário elogia desinstalação de comarcas no interior do Estado

A recente decisão do Tribunal de Justiça, de desinstalar 12 Comarcas no interior do Estado, resultou em carta de elogio feita pelo empresário Edson Mororó Moura, presidente do Grupo Moura, com sede em Belo Jardim. Enviada ao presidente do TJPE, desembargador Etério Galvão, a carta ressalta a determinação de "cancelar Comarcas que não se justificavam pelo ponto de vista econômico, numa nação tão carente..."

No documento, o empresário afirma não discutir a legalidade de o Tribunal não aceitar que as prefeituras assumam os custos pela manutenção das Comarcas. No entanto, reconhece que os municípios mal podem financiar gastos essenciais com a educação e a saúde. Edson Moura espera que essa medida, a de desinstalar Comarcas de estrutura cara e incompatível com o volume de trabalho, desperte a sociedade para a importância de se extinguir serviços que não têm recursos para o atendimento social.

Servidores à disposição voltam ao Tribunal

As entrevistas dos servidores serão feitas pela DRH.

Servidores do Poder Judiciário, que se encontram à disposição de outros órgãos, retornarão ao Tribunal de Justiça. Em decorrência da dificuldade financeira, que impede a contratação de pessoal para desempenho funcional nas Varas do Recife e do próprio Tribunal, o desembargador-presidente Etério Galvão fará a convocação. Os que forem retornando devem, sem perda de tempo, procurar a Diretoria de Recursos Humanos, onde serão entrevistados e lotados de acordo com as aptidões constatadas.

Diretoria de R. Humanos - fone : 419.3459

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Maia

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gaia

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone:(081) 419-3253 Fax 424.1565
e-mail: asjur@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 229 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 10 de dezembro de 19

Agenda Livre recebe novos pedidos de DNA

Aguardado pela população no Fórum do Paulista, o desembargador Etério realizou o último Agenda Livre do ano

Pedidos para exame de DNA podem vir a ser avaliados e autorizados obedecendo a uma numeração por Comarca de origem. O Tribunal de Justiça vai estudar a viabilidade da iniciativa, anunciada pelo desembargador Etério Galvão, durante o último Agenda Livre do ano, realizado ontem no Fórum do Paulista. Segundo o presidente do TJ, em razão do grande número de pedidos provenientes do Recife, a fila única atualmente observada ocasiona atendimento demorado aos casos do interior.

A medida beneficia pessoas como Andréa Filgueira e Nilcinaide Torres, atendidas pelo desembargador, que têm ação de reconhecimento de paternidade em tramitação na Justiça estadual. Além de caro, cerca de R$1.200,00, o que exige uma avaliação detalhada com autorização apenas para os casos de pessoas pobres na forma da lei, o exame é realizado em Curitiba, um dos principais motivos da demora no atendimento. Solicitações para exames de DNA representam cerca de 10% dos casos atendidos pelo desembargador Etério, nas audiências de Agenda Livre.

Segundo a chefe de gabinete da Presidência do TJ, Paola Freitas, agilização de processos ainda representa o maior número de pedidos, cerca de 70%, que o presidente Etério Galvão recebe durante o atendimento no Agenda Livre, seja na capital ou no interior. No entanto, disse ela, tem-se observado um aumento nas solicitações para exame de DNA, nas audiências realizadas no Recife. Na maioria dos casos, conforme se constata durante as audiências, os prováveis pais não se recusam a fazer o teste, embora digam que o filho não é deles.

Cerca de 25 pessoas foram atendidas ontem, mas nem todas residem naquela Comarca. Muitas, como Milton Ratis, que pretende reaver a guarda dos filhos, têm processo tramitando em Olinda. Outras são de Recife e até mesmo de Surubim, comprovando que a audiência pública, instituída em abril, é uma iniciativa que realmente aproxima o Judiciário da comunidade. O Agenda Livre teve a participação de um representante da Assistência Judiciária do Paulista.

Se esta foi a última audiência pública do ano, a primeira de 1999 já está marcada para 8 de janeiro, às 14h, no gabinete da Presidência, sendo mantido o sistema de atendimento por ordem de chegada. Desde abril, quando foi criado, oferecendo à população a oportunidade de sugerir, fazer queixas e solicitações relativas ao Judiciário estadual, ao próprio presidente do Tribunal de Justiça, o Agenda Livre é responsável por mais de 80% de resolução dos problemas expostos.

O atendimento público em Paulista integra o Encontro de Administração Judiciária que o TJ realiza hoje e amanhã, em Itamaracá, com participação dos juízes de Olinda, Abreu e Lima, Igarassu, Itapissuma e Goiana, além dessas duas Comarcas. O encontro, mais um da série realizada em parceria com a Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, é iniciativa da Coordenadoria de Planejamento e Organização.

Hélio Holmes se despede da magistratura estadual

Com cerca de 40 anos dedicados à magistratura estadual, o desembargador Hélio Nelson Holmes Lins deixa o serviço público, recebendo homenagem do Tribunal de Justiça, durante sessão do Pleno, na semana passada. Coube ao desembargador Gilberto Gondim, presidente da Amepe, fazer a saudação, lembrando toda a trajetória do paraibano, aprovado em concurso para Juiz de Direito em 1963.

Hélio Holmes começou na Comarca de Ipubi, passando para Capira, Bom Conselho, Altinho e Goiana, nesta por 12 anos, até ser promovido em 1981 para ocupar a 1ª Vara dos Delitos Contra o Patrimônio, na Comarca da Capital. Pelo critério de antigüidade, assumiu o cargo de desembargador, integrando a Corte de Justiça estadual em 1997. Agora, aos 70 anos, por força de determinação constitucional, deixa a magistratura garantindo continuar lutando pela defesa dos direitos do cidadão.

Feriado

Em virtude do feriado municipal, dia de Nossa Senhora da Conceição, terç dia 8, o Diário Oficial do Pode Judiciário circulou sem a sua página jornalística, somente voltando a normalidade hoje com os ato e notícias deste Poder.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Márcio Melo

Assessora de Comunicação Soc
Márcia Gaspar

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Mar

Fotografia:
Alexis Lima e Ricardo Fernand

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Anto
- Recife-PE CEP-50.010.040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1
e-mail: [illegible]

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.elogio.ne.gov.br/poder

Planejamento - fone: 419.3295

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 230 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 11 de dezembro de 1998

Itamaracá

Encontro começa com sensibilização para mudança de imagem

Uma técnica de dinâmica de grupo, aplicada pelos consultores Ana Glória Melcop e Evaldo Melo, do Instituto Recife de Atenção Integral às Dependências - Raid, ajudou os juízes participantes do Encontro Sobre Administração Judiciária a discutir questões emocionais inerentes ao exercício da profissão.

A prática, utilizada nos encontros anteriores, realizados pelo Tribunal de Justiça em Caruaru, Garanhuns, Triunfo e Petrolina, propicia aos magistrados pernambucanos identificar vantagens e desvantagens da magistratura e as conseqüências que a função acarreta à vida pessoal.

O objetivo de utilização da técnica nos Encontros de Administração Judiciária é sensibilizar os juízes para a mudança de posturas, em geral provenientes da idéia de que a magistratura deve ser distante da sociedade. O trabalho facilita uma melhor conciliação entre a função da magistratura com as expectativas normais do juiz como ser humano.

O Encontro termina hoje. Segundo Zélia Mendonça, coordenadora de Planejamento e Organização, o dia está reservado a uma explanação sobre o programa administrativo do TJ e o que vem sendo feito na capital e interior. O evento reúne juízes de Abreu e Lima, Goiana, Itamaracá, Itapissuma, Olinda, Paulista e Saloá.

O Encontro sobre Administração Judiciária em Itamaracá repete a parceria entre Tribunal de Justiça e Associação dos Magistrados

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fábio Guedes

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moreno

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asin@tjpe.gov.br

Associação defende interação entre Direito e Psicologia

Para o porto-riquenho Acosta, a Justiça dispõe de um vasto espaço de atuação para a Psicologia.

A instituição da função específica do psicólogo jurídico e a ampliação da área de atuação deste profissional no âmbito da Justiça em países de língua espanhola e portuguesa estão entre as metas prioritárias da Associação Ibero-americana de Psicologia Jurídica (AIPJ). A afirmativa é do secretário Científico e de Publicações daquela entidade, o porto-riquenho José Rodrigues Acosta, palestrante do I Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica, realizado no Recife, no último final de semana.

Justificando a preocupação, Acosta disse que "o comportamento humano é muito complexo para ser tratado por uma única ciência". Para ele, a Psicologia, que atua cientificamente no campo da compreensão da pessoa humana, dispõe de recursos para possibilitar ao juiz conhecer com profundidade cada caso. "A Psicologia e a Lei são irmãs. Ambas trabalham com o comportamento e as tensões humanas", argumentou.

Embora já exista a presença do psicólogo em setores do Judiciário, Acosta entende que a atuação daquele profissional, que pode ser de grande importância na solução de certos casos, ainda é muito restrita. "A Psicologia pode atuar em muitos outros setores da Justiça, como na capacitação do pessoal que lida diretamente com o cidadão que vai em busca de solução para seus problemas, na seleção de jurados. Também pode ter ampla atuação em casos de família, principalmente aqueles que implicam divórcio ou guarda de menores, onde a fala dos envolvidos é substituída pelo advogado", disse ele.

O mesmo ponto de vista é partilhado pela paulista Dayse Bernardi, representante brasileira da AIPJ. "O papel do psicólogo não pode ficar limitado à realização de perícias. Em caso de divórcios, por exemplo, atuando antes de instalado o litígio, a intervenção daquele profissional pode levar a resultados consensuais ou até mesmo evitar a separação. Há muitos exemplos disso", disse Bernardi.

A brasileira e o porto-riquenho se repetem também ao afirmarem que a Justiça precisa rever sua atitude diante de determinadas situações, como as que envolvem o Direito de Família. "O rito jurídico contraditório, onde a criança é colocada como o objeto da disputa, afeta psicologicamente essa criança, porque dentro dela essa disputa não funciona. Ela não quer esse ou aquele. A criança quer ter a companhia do pai e da mãe. A justiça, neste caso, deveria se colocar como mediadora, buscando resultado consensual de uma guarda compartilhada".

Realizado no Fórum Tomaz de Aquino, o I Encontro NO/NE de Psicologia Jurídica, do qual também participou Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família, dá seqüência a uma série de eventos similares que vem sendo realizada em diversos estados brasileiros, tratando dos mesmos temas. Todos têm um caráter preparatório para o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica, que acontece em São Paulo, entre 24 e 27 de agosto do próximo ano.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 231 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 12 de dezembro de 1998

TJ incorpora-se ao espírito natalino e realiza Cantata

A apresentação de grupos de coral fará parte da Cantata Natalina, projeto que o Tribunal de Justiça vai realizar durante os dias 21, 22 e 23 de dezembro, em parceria com a Federação Pernambucana de Corais. As exibições acontecerão sempre a partir das 18h, quando já estarão encerrados os expedientes no Palácio da Justiça e nos Fóruns Tomaz de Aquino e Paula Batista.

As apresentações, que serão feitas nas escadarias do Palácio da Justiça que dão acesso à Praça da República, terão a duração de uma hora e meia, com participação de três grupos a cada noite. O projeto está em sintonia com a meta estabelecida pela atual gestão do TJ, de abertura do Judiciário para a sociedade. Iniciativa similar já foi executada no início do 98, quando o desembargador Etério Galvão assumiu a presidência do Judiciário estadual. Foram incluídos nas comemorações da posse o Pianista Arthur Moreira Lima, a Orquestra Sinfônica do Recife e o compositor Geraldo Azevedo.

O Palácio da Justiça está recebendo iluminação especial para as comemorações natalinas

Segundo Pollyana Torres, chefe de Cerimonial do TJ, a Cantata Natalina, onde serão executadas músicas próprias da época, é também "uma homenagem que o Tribunal prestará a seus servidores, magistrados e ao Recife".

Tribunal de Justiça adere a campanha para enfermos

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) está participando de uma campanha de doações que os Hospitais da Restauração (HR), do Câncer (HC) e Evangélico (HE) realizam em favor dos internos. Coordenada pelas capelanias daqueles hospitais, a campanha se propõe a angariar 1000 kits natalinos compostos de sabonete, talco, toalha de rosto, escova e creme dental.

Com reconhecido trabalho de atendimento a usuários da rede pública de saúde, os três hospitais dispõem de 1000 leitos reservados a pessoas carentes, sendo 180 infantis. "O HR já é bem conhecido pelos casos de emergência que para lá são enviados; o Hospital do Câncer, pela sua especialidade, lida também com pacientes em estado clínico muito delicado e o Hospital Evangélico, acolhe em seus leitos pessoas às vezes já rejeitadas por outras instituições", observou Ridalva Santana, servidora do TJPE engajada na campanha.

Os interessados podem doar o kit completo ou peças, separadamente, que deverão ser entregues até 18 de dezembro, na sala do Cerimonial ou da Assessoria de Comunicação Social. Mesmo sendo de pequeno valor, os objetos que serão angariados são indispensáveis aos enfermos, os quais, na maioria sem familiares ou bastante pobres, não podem comprar seus utensílios de higiene pessoal.

Para Santana, a importância de cada doação vai muito além do pouco valor material de cada um dos objetos contidos no kit. "Os pacientes daqueles hospitais são, geralmente, pessoas completamente abandonadas e esquecidas. Receber um simples talco, que é de grande utilidade principalmente para os pacientes acamados, significa que alguém aqui fora se preocupa com a dolorosa situação daqueles internos", disse ela.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Guerra

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anita Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: adcol@pcgov.br

Salário

Em razão do repasse do duodécimo, feito pelo Governo do Estado ao Poder Judiciário, sexta 11, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Étério Galvão determinou que os salários dos magistrados e cargos comissionados sejam pagos já a partir de segunda-feira 14, através de depósito bancário.

Agenda

Regimento - Em sessão extraordinária, segunda-feira 14, os desembargadores do Tribunal de Justiça estarão reunidos, na Sala Desembargador Antônio de Brito Alves, a partir das 15h. Serão apreciadas emendas ao Regimento Interno e o Anteprojeto do Código de Organização Judiciária. Os magistrados foram convocados pelo presidente do TJ, desembargador Etério Galvão, conforme os artigos 80 e 82 do Regimento Interno.

Santa Catarina - Equipe técnica do Tribunal de Justiça de Santa Catarina estará no Recife, dia 16, dando início ao intercâmbio de experiências tecnológicas com o Judiciário pernambucano. O intercâmbio vai permitir a instalação de um moderno sistema de informática para utilização na área de recursos humanos, de controle de suprimentos e de rotinas administrativas.

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 232 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 15 de dezembro de 1998

Encontros de Administração Judiciária terão continuidade no próximo ano

O Tribunal de Justiça vai dar prosseguimento, em 1999, ao ciclo de Encontros sobre Administração Judiciária. Iniciado este ano com o objetivo de discutir dificuldades, apresentar o Plano de Gestão 1998/2000 e debater propostas para melhoria da assistência à população, já foi realizado em Caruaru, Garanhuns, Triunfo, Petrolina e Itamaracá. Segundo a Coordenadora de Planejamento e Organização, Zélia Mendonça, a iniciativa será levada ainda ao restante da Mata Sul, à Mata Norte e à Capital, propiciando a participação de toda a magistratura pernambucana na discussão de um novo Judiciário. Em Itamaracá (fotos), estiveram presentes juízes de Abreu e Lima, Goiana, Itamaracá, Olinda, Paulista e Saloá.

Reforma Administrativa será tema de palestra no Tribunal de Justiça

A procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira, do Ministério Público do Distrito Federal, virá a Recife amanhã fazer o lançamento do livro "Reforma Administrativa: o Estado, o Serviço Público e o Servidor", de sua autoria. O evento acontece a partir das 17h30, no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Publicado pela Editora Brasília Jurídica, o livro de Cláudia Fernanda já se encontra em sua segunda edição. O lançamento será precedido de uma palestra sobre o mesmo tema, ministrada pela autora na sala do Pleno, Desembargador Antônio de Brito Alves.

Esta é a segunda vez que a promotora brasiliense visita o Palácio da Justiça. Na primeira, em novembro passado, foi recebida pelo desembargador Napoleão Tavares, vice-presidente do TJPE, quando foi feito o convite para lançamento do livro em Pernambuco.

Cantata natalina oferece programação variada

As comemorações do Natal da Cidade do Recife terão a participação do Poder Judiciário. Na Praça da República, um belo espetáculo será oferecido à população nos dias 21, 22 e 23, com programação variada, que inclui alguns dos mais representativos grupos de canto do Estado, entre eles o do Tribunal de Justiça. Confira a programação diária que começará a partir das 18h.

Segunda 21 - Corais Meninos Cantores de Olinda, Via Voz e Chesf.

Terça 22 - Corais Meninos da Várzea, Tribunal de Justiça de Pernambuco e Compesa.

Quarta 23 - Corais Filadélfia, Nossa Música e Coral do Carmo.

Tribunal de Justiça - fone: 419.3311

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvaldo Gabrielli

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessoria de Comunicação Social:
Márcio Gomes

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.000.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.3163
e-mail: asimp@tjpe.gov.br

CONSULTA ELETRÔNICA

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no endereço http://www.tjpe.gov.br/doe/

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 233 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 16 de dezembro de 1998

Unidade de serviço busca qualidade de vida do funcionário

A Unesp, onde o servidor é atendido pela psicóloga Socorro Soares (esquerda) e pela assistente social Ana Karla Araújo, é uma das vitórias conquistas do programa de valorização do funcionário do Tribunal de Justiça, implantado pela Diretoria de Recursos Humanos.

Alcoolismo, tabagismo ou uma simples inadaptação ao serviço... Se você, funcionário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, é portador de algum problema que afeta sua vida familiar e profissional, saiba que a Diretoria de Recursos Humanos reservou espaço prioritário para atendimento especializado a casos assim.

O sigilo é a marca absoluta da Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia ou, simplesmente, Unesp. Portanto, o medo de se expor não é mais motivo para deixar de encarar a realidade, pedir e receber ajuda, caso você faça parte do contingente, ainda sem estatística, de funcionários do Poder Judiciário que se encontram em situação de risco físico, mental ou ocupacional.

Funcionando desde maio só com o setor de psicologia e, a partir de setembro, com o apoio da assistência social, a Unesp investe na qualidade de vida e saúde no trabalho dos funcionários da Justiça pernambucana. Por enquanto, atua apenas no Recife, com atendimento individual a serventuários e familiares e chefias, mas já há registrados alguns casos vindos do interior.

De acordo com a psicóloga Socorro Soares e com a assistente social Ana Karla Araújo, a Unesp acompanha funcionários com problemas de tabagismo, alcoolismo, psicoses, transtornos depressivo e de ansiedade, inadequação funcional, distúrbios neurológicos que ocasionam transtornos de personalidade, fobia e acidentados do trabalho.

Uma avaliação clínica feita pela psicóloga e um levantamento da estrutura de vida familiar, habitacional, econômico-financeira, educacional e funcional do servidor, realizado pela assistente social, é o primeiro passo do atendimento. Identificado o problema, o funcionário é encaminhado, quando necessário, a centros de atendimento com os quais a Unesp mantém parceria, como o S.O.S Corpo, Instituto Recife de Atenção Integral às Dependências, Grupo Viva e Vida e o Gabinete de Psicologia da Polícia Militar.

Levantamento parcial, entre agosto e novembro, indica que dos 14 casos atendidos e em acompanhamento, três são relativos a alcoolismo, constituindo um dos grandes problemas enfrentados pelo servidor da Justiça.

A Unidade Especializada em Serviço Social e Psicologia faz parte do programa de valorização do servidor implantado pela Diretoria de Recursos Humanos, em atendimento a uma das metas do Tribunal de Justiça voltadas à melhoria funcional. A Unesp também implanta, executa e coordena programas de prevenção e ainda se integra a órgãos públicos, como aconteceu no dia primeiro de dezembro, quando distribuiu panfletos com orientação contra a AIDS, da Organização Mundial de Saúde.

Em parceria com o Ambulatório Médico-Odontológico do Tribunal de Justiça, a Unesp elabora atualmente um projeto de atendimento preventivo a doenças. Palestras, distribuição de informativos e campanhas internas farão parte do programa, assim como exibição de filmes e vídeos relativos à campanha da ocasião.

Como procurar a Unesp

Voluntariamente, por encaminhamento da chefia, por encaminhamento da Diretoria de Recursos Humanos. Através do telefone 419.3440 ou pessoalmente no primeiro andar do Fórum Paula Batista, onde funciona a Diretoria de Recursaos Humanos. Na Unesp, você pode procurar a psicóloga Socorro Soares ou a assistente social Ana Karla Araújo. Não se preocupe: o sigilo do atendimento é garantia absoluta ao servidor.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Eládio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Bo Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: sistec@jpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 234 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 17 de dezembro de 1998

Tribunais fazem intercâmbio tecnológico

Numa iniciativa pioneira, os Tribunais de Justiça de Pernambuco e de Santa Catarina iniciaram, ontem, intercâmbio tecnológico na área de informática. Com apoio do Colégio de Presidentes dos TJs e da Associação dos Magistrados do Brasil, a integração tem o objetivo de promover a troca de experiência e de conhecimentos técnicos, estruturais, de recursos humanos e de gerência de projetos.

No Recife, os diretores de Informática e de Administração do TJSC, Adriano Dias e Xedes Freitas, reuniram-se com diretores e assessores do TJPE, quando foram discutidas as linhas de atuação do intercâmbio.

Com uma estrutura de apenas uma secretária, três coordenadorias e cinco diretorias, o Judiciário de Santa Catarina dispõe de moderno e avançado sistema de informática, que será implantado em Pernambuco, resultado do intercâmbio firmado. Segundo Adriano Dias, a meta é aumentar a produtividade usando-se a atual estrutura, reduzir custos operacionais e agilizar informações.

Implantado em 98% das Comarcas catarinenses, o Sistema de Automação do Judiciário, conhecido hoje como Justiça 2000, interliga todo o interior interior à capital.

No Recife, a equipe do Judiciário catarinense apresentou detalhes do programa de parceria na área de informática com o TJPE

Doações

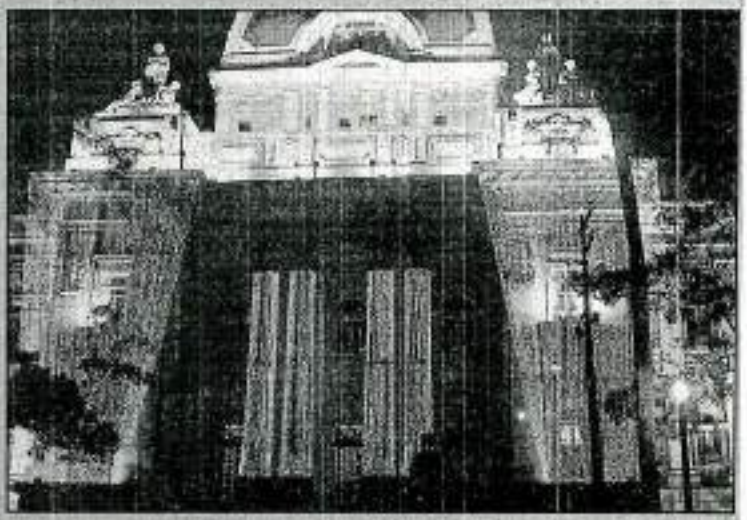
O funcionário do Tribunal de Justiça tem até amanhã para participar da campanha de doações para enfermos realizada pelos Hospitais da Restauração, do Câncer e Evangélico. A campanha visa angariar 1000 Kits natalinos compostos de sabonete, talco, toalha de rosto, escova e creme dental. Os kits podem ser entregues nas Assessorias de Comunicação Social ou Cerimonial do TJ.

Televisões veiculam campanha natalina do TJPE

Emissoras de televisão locais começam a veicular, amanhã, a campanha natalina do Judiciário estadual. Um grupo de 15 figurantes, formado por crianças e adolescentes, além do coral do Tribunal de Justiça, são as estrelas do VT publicitário produzido pela Luni com fotografia de André Horta, premiado diretor carioca, em parceria com o pernambucano Ricardo Castro. O trabalho transmite mensagem de otimismo e esperança, além de anunciar a Cantata que o TJ realiza entre os dias 21 e 23, com apresentação de seis grupos de canto coral.

Iluminação - Dez mil lâmpadas, distribuídas por 100 mil metros de fios, iluminarão o Palácio da Justiça durante todo o período natalino. Dispostos em efeito cascata, com o objetivo de valorizar ainda mais a imponente entrada do prédio, o projeto de iluminação compõe o cenário das escadarias, em frente à Praça da República, onde serão realizadas as apresentações dos corais.

Executada em parceria com a Federação Pernambucana de Corais, a Cantata Natalina se propõe a aproximar o Tribunal de Justiça da sociedade também em suas expressões culturais e tradições como a celebração do Natal. A iniciativa é inédita na história do Judiciário estadual.



O projeto de iluminação embeleza o Palácio da Justiça e completa o cenário da Cantata

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Fávio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Praça da República, s/n Sto Antonio
- Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 235 | Poder Judiciário | Recife, sexta-feira, 18 de dezembro de 1998

Juizados realizam curso de conciliação

Cerca de 80 conciliadores de Juizados Especiais de todo o Estado começam, hoje, no Recife, o curso de técnicas de conciliação. O objetivo é proporcionar aos servidores maior capacitação, a fim de que os JECs mantenham o índice mínimo de conciliação em torno de 80%.

Ministrado pelo juiz Vitor Barboza Lenza, da 1ª Vara de Família e Sucessões de Goiânia-GO, numa promoção da Coordenadoria Geral dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o curso se estende até amanhã, no auditório do Tribunal do Júri, ao Fórum Thomaz de Aquino.

O curso, segundo Gisela Pires, é parte do programa de ações da administração do Tribunal e seus resultados serão sentidos já a partir do próximo ano nas audiências de conciliação

De acordo com a coordenadora dos Juizados Especiais, Gisela Pires, a capacitação dos conciliadores permite aos JECs cumprir melhor sua função essencial que é a de resolver os conflitos na base do acordo entre entre as partes de uma ação.

Ainda segundo Gisela, gradativamente todos os outros servidores serão treinados em suas respectivas áreas de trabalho, da secretaria ao atendimento ao público. Paralelo a isso, será publicado e distribuído um manual de procedimentos, visando à uniformização de rotinas nos Juizados Especiais pernambucanos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Nildo Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gouveia

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Bairro Santo Antônio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone/fax(081) 419-3251 Fax 424.1383
email: sdre@tpe.gov.br

Consultoria Jurídica analisa mais de 2 mil processos

A Consultoria Jurídica (CJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco está encerrando o ano de 98 com cerca de 2.240 processos analisados. Atualmente com 10 profissionais compondo o quadro de assessores, a CJ é responsável pela emissão de pareceres sobre matérias administrativas de pessoal, consultas formuladas pelos diversos órgãos do TJ, inclusive a Presidência, além da apreciação de processos relativos a licitações, contratos e convênios com outras instituições.

Segundo João Armando Menezes, chefe da Consultoria, o total de pareceres emitidos de janeiro até agora supera o número médio de processos distribuídos em uma Vara Cível da Capital, onde são registrados aproximadamente 1.500 processos ao ano. "Registramos uma média de 400 processos recebidos ao mês, o que significa 50 processos para cada um dos consultores", disse João Armando.

Ainda segundo o consultor-chefe, todos os processos remetidos à CJ foram analisados e remetidos a seus requerentes dentro dos prazos previstos. "Estamos terminando o ano com 100% dos trabalhos cumpridos, o que significa dizer que esta assessoria está sintonizada com as metas da atual presidência deste Tribunal, no que se refere à busca da agilidade e eficiência na execução das tarefas próprias desta casa", concluiu.

Entre os trabalhos executados pela Consultoria Jurídica durante 98, João Armando destaca as medidas decorrentes da Lei Complementar 19/97, que oficializa as Serventias Judiciais do interior do Estado e o decorrente processo de enquadramento dos respectivos serventuários. Também mereceu destaque o processo de licitação e contratação da construtora responsável pela construção do prédio que abrigará o Fórum da Capital, a partir do ano 2000, no qual a Sergen (Serviços de Engenharia S/A) saiu vencedora.

"A Consultoria está sintonizada com as metas de agilidade e eficiência estabelecidas pela Presidência do TJ", afirma João Armando.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 236 | Poder Judiciário | Recife, sábado, 19 de dezembro de 1998

Filhos de funcionários festejam Natal no parque de diversões

Uma tarde de lazer no Playcenter, no domingo, é o presente de Natal que a Associação das Esposas dos Magistrados de Pernambuco (Aemepe) reservou aos filhos dos funcionários de empresas que prestam serviços ao Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Oitocentos ingressos foram distribuídos para aquelas crianças e seus pais, com direito a oito horas de permanência no Playcenter, já incluído o lanche da garotada. Também foi programada a presença do Papai Noel, de helicóptero, presenteando as crianças com bolas de futebol.

A entrega dos ingressos e mais a distribuição de 400 cestas natalinas entre os prestadores de serviço que ganham até dois salários mínimos foi feita na última quinta-feira. O desembargador Etério Galvão, presidente do TJPE, participou, a convite da diretoria da Aemepe, da solenidade. Falando aos participantes, ele disse que a importância daquela campanha está no encontro e integração entre a administração do TJPE e servidores que a iniciativa possibilita, e não no valor material das doações.

A presidente da Aemepe, Valéria Freitas, lembrou que a campanha também contou com a cooperação do Tribunal de Justiça, que custeou parte das despesas referentes à aquisição dos presentes para a meninada.

Durante a entrega das cestas, a presidente da Aemepe, Valéria Freitas, lembrou a participação do Tribunal de Justiça na campanha

Lançamento - O livro Reforma Administrativa: o Estado, o Serviço Público e o Servidor, de autoria de Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, procuradora do Ministério Público noTribunal de Contas do Distrito Federal, teve sua 2ª edição lançada em Recife. O evento aconteceu quarta-feira, no Salão dos Passos Perdidos do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Organizado pelo Cerimonial do TJPE, o lançamento do livro contou com a presença de sua autora, que foi cumprimentada pelos desembargadores Francisco Sampaio e Napoleão Tavares, vice-presidente do TJ. Vários juízes da Comarca da Capital também estiveram presentes à cerimônia de autógrafos.

Agenda

Natal - coloque na sua agenda o belo espetáculo que o Tribunal de Justiça e a Federação Pernambucana de Corais estão programando para você e para a Cidade do Recife, nos dias 21, 22 e 23: a Cantata Natalina, com participação de nove grupos de canto pernambucanos. Na Praça da República, sempre a partir das 18h.

Recesso - De 24 a 31, não haverá expediente no Tribunal de Justiça e Juizados Especiais devido aos feriados forenses estabelecidos pelo Código de Organização Judiciária. Nesse mesmo período, haverá plantão judiciário na Justiça de 1º grau, de acordo com as portarias 10 e 14 da Secretaria Judiciária e 18 da Diretoria do Foro da Capital. O Centro Integrado de Saúde, no entanto, onde funcionam os ambulatórios médicos-odontológicos do Tribunal de Justiça, funcionará normalmente.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moraes

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1163
e-mail: asimf@tjpe.gov.br

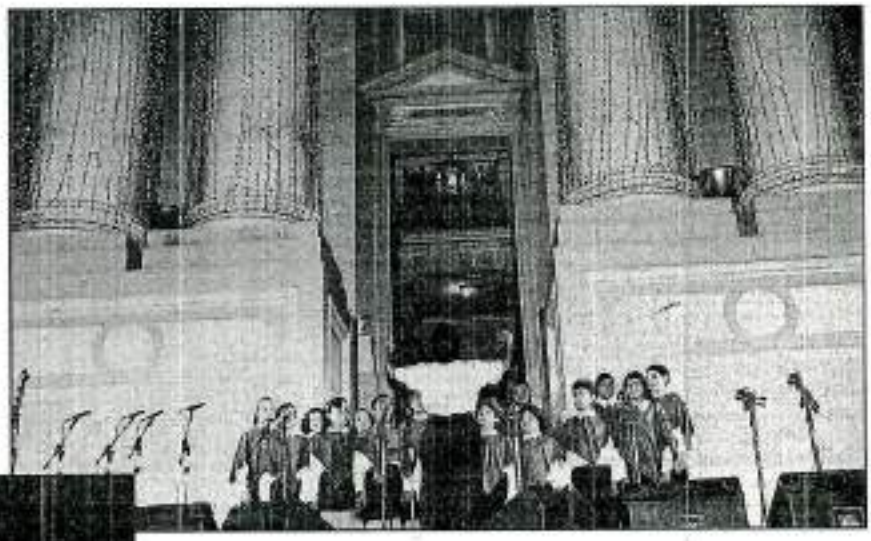
BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 236 | Poder Judiciário | Recife, terça-feira, 22 de dezembro de 1998

Cantata emociona público e empolga Tribunal de Justiça para novas promoções populares

Oito corais, muita emoção e beleza, ao entardecer, na Praça da República. Esse é a programação, iniciada ontem, do Natal promovido pelo Tribunal de Justiça, em homenagem aos servidores e ao povo recifense. Em parceria com a Associação Pernambucana de Corais, até amanhã, grupos de canto dos mais representativos do Estado mostram o que há de melhor no repertório natalino. "Deus me fez", "Noite Feliz" e "Jesus Alegria dos Homens" foram algumas das canções que os Meninos Cantores de Olinda e o Coral da Chesf apresentaram no primeiro dia. A Cantata Natalina integra a meta do desembargador Etério Galvão de levar o Judiciário para perto da sociedade.



A princípio, tímido, o público aplaudiu a idéia e cantou, em alguns momentos, acompanhando os Meninos Cantores de Olinda e o coral da Chesf nas músicas natalinas mais conhecidas. O trânsito não prejudicou a apresentação dos grupos que tiveram suporte técnico dos mais eficientes e a Cantata, participação do TJ nas comemorações do Natal, reuniu magistrados, servidores e recifenses num momento de emoção que agradou a todos.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Etério Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mércia Gomes

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Assis Lins e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antonio - Recife-PE CEP-50.010.040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1863
e-mail: ador@go.gov.br

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 238 | Poder Judiciário | Recife, quarta-feira, 23 de dezembro de 1998

Recife participa ainda hoje da Cantata Natalina

Para quem curte um bom programa de Natal, com repertório apropriado à época, o Tribunal de Justiça oferece ainda hoje a Cantata Natalina, a partir das 18h, na Praça da República. Sucesso de público, segunda e ontem, a programação final reserva apresentações dos grupos Filadélfia, Nossa Música e Coral do Carmo.

Iniciativa da administração do Poder Judiciário, em parceria com a Federação Pernambucana de Corais, a Cantata traz o que há de melhor na música natalina internacional sacra e erudita. Natal Genuíno (Eber Bittencourt), Jesus, Alegria dos Homens (Bach) e Benedictus (Beethoven) são algumas das músicas reservadas para o público, logo mais.

A noite de ontem teve a participação dos Meninos da Várzea e do coral do Tribunal de Justiça e o Águas do Prata, da Compesa. Integrado por cerca de 35 servidores, sob a regência do maestro Ricardo Farias, o coral do TJ foi criado em 1989, apresentando-se em solenidades oficiais do Judiciário pernambucano.

Três grupos encerram hoje a programação natalina que o Tribunal de Justiça oferece ao povo recifense. O coral do TJ se apresentou ontem na Praça da República

Judiciário tem escala de plantão para o mês de janeiro

O período de férias forenses, com base no Código de Organização Judiciária, não prejudica o andamento dos processos de 2ª Instância, no mês de janeiro. Os desembargadores Antônio Camarotti, Manoel Alves da Rocha e Ivonaldo Miranda são os integrantes da Câmara de Férias, responsável pelas ações de maior urgência, em tramitação no Tribunal de Justiça.

Durante o período, a Câmara dará continuidade aos serviços judiciais cíveis e penais, como mandado de segurança, agravo regimental, ação cautelar e outros, evitando a demora no andamento de feitos dessa natureza. A Câmara de Férias foi criada em 1993. Funciona em sistema de rodízio a cada recesso forense, em janeiro e julho.

A Câmara de Férias e o plantão funcionarão durante o mês

A Justiça de 1º grau também terá cobertura durante o mês de janeiro, quando os juízes estarão em férias coletivas, estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 14. A diretoria do Foro designou 12 juízes para responderem pelo plantão judiciário nas comarcas de Salgueiro, Petrolina, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Garanhuns, Caruaru, Palmares, Cabo, Olinda, Nazaré da Mata, Limoeiro e Vitória de Santo Antão.

Segundo a Secretaria Judiciária Adjunta, Ana Carolina Avellar Diniz, o plantão na capital funcionará na 9ª Vara Cível e na 2ª Vara Criminal, com os juízes Eduardo Guilliod Maranhão e Maria Auri Alexandre.

Juiz assume vaga de desembargador do TJPE

Márcio Albuquerque Xavier é o mais recente desembargador pernambucano. Proveniente da 5ª Vara Cível da Capital, teve seu nome aprovado pelo Tribunal Pleno, em sessão extraordinária, segunda-feira. Assume a vaga deixada pelo desembargador Hélio Nelson Holmes, aposentado por determinação constitucional. O novo desembargador começou no serviço público em janeiro de 1968, foi promovido para a 2ª Entrância em novembro de 1974, chegando à capital onze anos depois. Márcio Albuquerque Xavier foi promovido pelo critério de antigüidade.

Férias

As férias coletivas do mês de janeiro começam no próximo dia 2 e vão até o dia 31, retomando o Tribunal de Justiça às suas atividades normais no dia 01 de fevereiro. Já está marcada para esta data, uma sessão do Pleno, quando serão discutidas promoções e remoções de juízes; alterações no Regimento Interno; novo Código de Organização Judiciária e escolha do novo desembargador.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Edvis Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Márcia Gueiros

Redatores:
Roberta Tavares e Sérgio Moreno

Fotografia:
Assis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberta Tavares

Redação:
Pça da República, s/n São Antônio - Recife-PE CEP-50.010-040
Fone/Fax(081) 419-3251 Fax 424-1363
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 238 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 24 de dezembro de 1998

Recife faz censo de psicólogos jurídicos

Coordenado pela psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, o Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica reuniu, no Recife, profissionais de vários Estados da região

Começou, esta semana, a coleta de informações para o I Censo dos Psicólogos Jurídicos do Norte/Nordeste, com ênfase especial aos que atuam em Pernambuco, por ser o Estado, das duas regiões, onde esse segmento profissional está melhor estruturado e com um trabalho mais sedimentado.

O censo é um dos resultados práticos do I Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica, realizado no início do mês, no Recife, pelo Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CAP-TJPE), em parceria com a Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica (AIPJ).

O evento reuniu cerca de 140 pessoas entre psicólogos, assistentes sociais, advogados, juízes, promotores e educadores de Estados como Tocantins, Maranhão, Rondônia, Roraima, Bahia, Alagoas e de vários municípios pernambucanos. Durante dois dias, foram discutidas questões éticas relativas aos técnicos atuantes aos processos judiciais, violência na família e o papel hoje do psicólogo jurídico no Brasil e em Porto Rico.

O censo é coordenado pela psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, chefe do CAP-TJPE, e as informações servirão de subsídios para o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica a ser realizado em São Paulo, de 24 a 27 de agosto do próximo ano. Os atuantes na área deverão fornecer suas informações, com a brevidade possível, através dos telefones 224.0656 (r. 2156) ou 961.8474.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Estêvão Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mírela Chaves

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antônio - Recife-PE. CEP-50.010-040
Fone/FAX: 419-3251 Fax 424.1383
e-mail: ssimi@tjpe.gov.br

Homenagem póstuma lembra desembargador Brito Alves

Já está nas livrarias o livro Antônio de Brito Alves - O Príncipe dos Advogados, uma homenagem póstuma ao desembargador pernambucano falecido em 23 de abril de 1991, aos 70 anos. Publicada pela Associação Pernambucana de Imprensa (ABI), sob coordenação de Carlos Cavalcante, a obra é uma coletânea de depoimentos de parentes, amigos e ex-colegas de ofício, entre esses, os desembargadores Napoleão Tavares, Nildo Nery, Og Fernandes e Fausto Freitas.

O mais requisitado advogado criminalista durante quase 40 anos, professor universitário por 30 anos, autor dos livros Prática do Habeas Corpus (1966), O júri e a nova Jurisprudência (1969), Em Defesa da Liberdade (1985) e diversos ensaios, tornou-se membro da Academia de Letras de Pernambuco em 1987. Em abril de 1987, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, cuja sala do Tribunal Pleno leva hoje o seu nome.

Cantata

Os corais Filadélfia, Nossa Música e do Carmo encerraram, ontem, a Cantata Natalina promovida pelo Tribunal de Justiça em parceria com a Federação Pernambucana de Corais. A iniciativa do Poder Judiciário reuniu oito grupos de canto em três dias de apresentações para servidores e público recifense.

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXV • Nº 238 | Poder Judiciário | Recife, quinta-feira, 24 de dezembro de 1998

Recife faz censo de psicólogos jurídicos

Coordenado pela psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, o Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica reuniu, no Recife, profissionais de vários Estados da região

Começou, esta semana, a coleta de informações para o I Censo dos Psicólogos Jurídicos do Norte/Nordeste, com ênfase especial aos que atuam em Pernambuco, por ser o Estado, das duas regiões, onde esse segmento profissional está melhor estruturado e com um trabalho mais sedimentado.

O censo é um dos resultados práticos do I Encontro Norte/Nordeste de Psicologia Jurídica, realizado no início do mês, no Recife, pelo Centro de Apoio Psicossocial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CAP-TJPE), em parceria com a Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica (AIPJ).

O evento reuniu cerca de 140 pessoas entre psicólogos, assistentes sociais, advogados, juízes, promotores e educadores de Estados como Tocantins, Maranhão, Rondônia, Roraima, Bahia, Alagoas e de vários municípios pernambucanos. Durante dois dias, foram discutidas questões éticas relativas aos técnicos atuantes aos processos judiciais, violência na família e o papel hoje do psicólogo jurídico no Brasil e em Porto Rico.

O censo é coordenado pela psicóloga Helena Ribeiro Fernandes, chefe do CAP-TJPE, e as informações servirão de subsídios para o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia Jurídica a ser realizado em São Paulo, de 24 a 27 de agosto do próximo ano. Os atuantes na área deverão fornecer suas informações, com a brevidade possível, através dos telefones 224.0656 (r. 2156) ou 961.8474.

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Elpídio Galvão

Vice-Presidente:
Des. Napoleão Tavares

Corregedor-Geral:
Des. Mário Melo

Assessora de Comunicação Social:
Mônica Chaves

Redatores:
Roberto Tavares e Sérgio Marcos

Fotografia:
Anis Lima e Ricardo Fernandes

Diagramação:
Roberto Tavares

Redação:
Pça da República, s/n Sto Antonio
- Recife-PE CEP-50.010-040
Fone(081) 419-3251 Fax 424.1183
e-mail: asimi@tjpe.gov.br

Homenagem póstuma lembra desembargador Brito Alves

Já está nas livrarias o livro Antônio de Brito Alves - O Príncipe dos Advogados, uma homenagem póstuma ao desembargador pernambucano falecido em 23 de abril de 1991, aos 70 anos. Publicada pela Associação Pernambucana de Imprensa (ABI), sob coordenação de Carlos Cavalcante, a obra é uma coletânea de depoimentos de parentes, amigos e ex-colegas de ofício, entre esses, os desembargadores Napoleão Tavares, Nildo Nery, Og Fernandes e Fausto Freitas.

O mais requisitado advogado criminalista durante quase 40 anos, professor universitário por 30 anos, autor dos livros Prática do Habeas Corpus (1966), O júri e a nova Jurisprudência (1969), Em Defesa da Liberdade (1985) e diversos ensaios, tornou-se membro da Academia de Letras de Pernambuco em 1987. Em abril de 1987, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, cuja sala do Tribunal Pleno leva hoje o seu nome.

Cantata

Os corais Filadélfia, Nossa Música e do Carmo encerraram, ontem, a Cantata Natalina promovida pelo Tribunal de Justiça em parceria com a Federação Pernambucana de Corais. A iniciativa do Poder Judiciário reuniu oito grupos de canto em três dias de apresentações para servidores e público recifense.